



Bumba Manuel de Castro

Património Cultural e a Reabilitação Urbana. Um Caminho para o Desenvolvimento do Turismo na Cidade Histórica do Dondo (Angola)

Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, Ramo de Turismo e Desenvolvimento,
orientada pelo Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás e coorientada pelo Professor Doutor Ziva Domingos,
apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Agosto 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Património Cultural e a Reabilitação Urbana.
Um Caminho para o Desenvolvimento do
Turismo na Cidade Histórica do Dondo
(Angola)

Ficha técnica

Tipo de trabalho: Tese de Doutoramento
Título: Património Cultural e a Reabilitação Urbana. Um Caminho para o
Desenvolvimento do Turismo na Cidade Histórica do Dondo
(Angola)
Autor: Bumba Manuel de Castro
Orientador: Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Coorientador: Professor Doutor Ziva Domingos
Identificação do curso: Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura
Área científica: Turismo, Lazer e Cultura
Ramo: Turismo e Desenvolvimento
Data: 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Dedicatória

*À memória de
João de Castro Maria
Uma “divindade” sobre o qual
O clã Ngana Mbambi se estribou!*

Agradecimentos

A elaboração de uma tese conta sempre com o apoio de professores, familiares, amigos, colegas e instituições diversas em todo o processo de investigação. Por isso gostaria de destacar o contributo daqueles que tiveram uma participação importante, embora para exercícios de memória como estes há sempre o risco de esquecimento momentâneo que, no entanto, não diminui em nada a minha eterna gratidão. Assim, quero expressar o meu especial agradecimento às personalidades e instituições que colaboraram direta e indiretamente nas diferentes fases da investigação.

Ao Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás e ao Professor Doutor Ziva Domingos pelas orientações dadas e todo o acompanhamento que me proporcionaram, pela paciência e disponibilidade no fornecimento de bibliografia, esclarecimentos, sugestões e palavras de incentivos que viabilizaram a elaboração da tese.

Aos professores do curso pela bibliografia e todo apoio prestado, especialmente, a Professora Doutora Fernanda Cravidão, Professor Doutor João Luís Fernandes, Professor Doutor Norberto Santos e Professor Doutor Lúcio Cunha.

A todos os colegas do doutoramento, especialmente os angolanos pelo companheirismo e espírito de inter-ajuda, Destino Alexandre, Afonso Vita, Sandra Vigário, Amélia Cazalma, Miraldina Vasio e Isabel Fernando.

Ao Administrador Municipal de Cambambe e ao Chefe de Secção da Cultura, Senhores Francisco Manuel Diogo e Ginilson Costa, pela inexcelsável colaboração, disponibilização de toda documentação e informação, contactos para facilitar audiências a nível dos responsáveis da província do Cuanza-Norte e também pelas entrevistas cedidas. No mesmo espírito, agradeço a Diretora Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo do Cuanza-Norte, Dra. Alexandrina Cunha e aos Diretores do Ministério da Hotelaria e Turismo que concederam as entrevistas, destacando o Dr. Januário Marra.

Ao meu irmão Pedro de Castro Maria pela vasta bibliografia fornecida que representou um suporte importante para o aprofundamento das questões teóricas, para além do apoio financeiro e ajuda na aplicação dos inquéritos na cidade do Dondo. Neste particular, os agradecimentos são extensos ao irmão Saraiva de Castro Maria, Baltazar de Castro Maria, ao sobrinho Carísio de Castro Fernandes e aos amigos Pimentel Conceição e Pedro Soares.

As minhas queridas irmãs Ana de Castro Maria e Marcelina de Castro Maria, pelas palavras de incentivo e pelo importante contributo no pagamento das propinas.

Ao amigo Filipe Morais pela paciência e formação intensiva em SPSS que possibilitou a introdução, análise e tratamento dos dados recolhidos através dos inquéritos por questionário.

Aos amigos e compadres Santos Francisco Militão e Georgina Militão pelo companheirismo ao longo de vários anos e por todo o apoio prestado em Portugal e na formatação, impressão e entrega da tese.

Aos familiares e amigos que forneceram bibliografia, palavras de conforto, apoio logístico e financeiro: Gaspar da Silva, Rosalino Caetano, Cláudio de Castro Fernandes, Daniel Tavares, Amaro Francisco, Apolinário Diogo, Manuel de Paula Sebastião, Francisca Alexandre, Victória Edna da Silva, Samuel Spínola, Méngua Simão, Laureth Silva, Rosa Cruz, Madalena Santos, Elsa Eliote, Dinís Quicassa, Ondina Manuel, Claudete Gourgel, Fernando Olímpio.

Ao coletivo de colaboradores do Ministério da Hotelaria e Turismo e do Instituto de Fomento Turístico. Ao Arquivo Nacional de Angola, Universidade Metodista de Angola, Universidade Privada de Angola. Aos responsáveis e colaboradores da Bluoshen S.A., Administração Municipal de Cambambe, Governo da Província do Cuanza-Norte. O meu obrigado pelo apoio institucional a vários níveis.

A todos os meus alunos que não se cansaram em incentivar com palavras de conforto. Aos anónimos que gentilmente colaboraram no preenchimento dos questionários, cuja contribuição foi determinante para a conclusão da tese.

Um agradecimento profundo a minha mãe e todos os meus irmãos e irmãs pelo companheirismo, irmandade e fraternidade, que representaram um conforto inigualável para terminar esta empreitada.

Por fim, em especial, uma vénia pelo sacrifício e apoio da minha família de casa, minha esposa Cláudia de Castro, meus filhos: Hadi, Isabel, Victória e Cláudia, e meus sobrinhos Salá e Guilherma. O principal esteio para esta realização.

Muito obrigado a todos!

Resumo

No contexto atual de dificuldade socioeconómica em Angola, importa que o turismo seja encarado como uma atividade estratégica para o desenvolvimento das comunidades. Para que sejam criados projetos que satisfaçam os interesses das populações é fundamental considerar a sua participação na conceção, implementação e monitorização dos recursos culturais locais. Neste sentido, a presente tese tem como propósito analisar o contributo do património cultural para o desenvolvimento do turismo numa cidade histórica. A dimensão simbólica e identitária do património cultural como impulso ao desenvolvimento turístico local visando a melhoria da imagem da cidade, a conservação dos recursos endógenos e a geração de mais-valias para a localidade, é um referencial importante para o Dondo. Uma cidade, cujo núcleo urbano encontra-se em estado avançado de degradação mas que mantém ainda uma estrutura distintiva de uma determinada época que urge salvaguardar e valorizar.

Com essa perspetiva foram definidos dois grandes objetivos para sustentar esta investigação, com adoção de uma abordagem metodológica eclética, própria de um estudo de caso, através da conciliação dos procedimentos qualitativos e quantitativos. Na primeira parte da tese desenvolveu-se uma contextualização por meio de um enquadramento teórico-conceitual para compreender melhor as dimensões do estudo: património cultural, cidade histórica e turismo, através de uma pesquisa bibliográfica e documental que remete à abordagem em torno da génese, características e processo evolutivo. A segunda parte é reservada ao estudo do caso, através da análise e tratamento dos dados e informação recolhidos com o trabalho empírico realizado, onde procedeu-se a aplicação de inquéritos por questionários aos residentes e aos visitantes, assim como entrevistas aos responsáveis do setor público, nas diferentes escalas.

A investigação proporcionou a definição de uma estratégia de desenvolvimento turístico e permitiu concluir, por um lado, que o património cultural é o elemento principal a considerar na elaboração e prossecução dos planos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico em cidades históricas e, por outro, que para a salvaguarda da cidade histórica do Dondo e melhoria das condições de vida dos seus residentes é fundamental a adoção de modalidades turísticas de base cultural que sejam alternativas à massificação. Para o cumprimento desses objetivos, importa que haja outra abordagem

pública no sentido da promoção da intersectorialidade e de uma melhor articulação dos subsectores do turismo para o devido alinhamento entre a estratégia e a operação.

A expectativa com a elaboração da presente tese é de contribuir para ajudar a solucionar constrangimentos atuais e posteriores por via da conjugação de valências mútuas dos sectores do turismo e da cultura, perspectivando resultados satisfatórios multiformes. Espera-se acima de tudo que haja um novo entendimento no país sobre a cultura e o património cultural e a sua relação com a atividade turística.

Palavras-chave: património cultural, cidade histórica, reabilitação urbana, turismo, Dondo, desenvolvimento turístico.

Abstract

In the current context of socio-economic difficulty in Angola, tourism should be seen as a strategic activity for the development of communities. In order to create projects that meet the interests of populations, it is crucial to consider local cultural resources and their participation in design, implementation and monitoring. In this sense, this thesis aims to analyse the contribution of cultural heritage to the development of tourism in a historical city. The symbolic and identity dimension of cultural heritage as an impetus for local tourist development aimed at improving the image of the city, conserving endogenous resources and generating surplus value for the locality is an important reference for Dondo. A city, whose urban nucleus is in an advanced state of degradation but still maintains a distinctive structure of a certain epoch that must be safeguarded and valued.

With this perspective, two main objectives were defined to support this research, with the adoption of an eclectic methodological approach, appropriate to a case study, through the conciliation of qualitative and quantitative procedures. In the first part of the thesis a contextualization was developed through a theoretical-conceptual framework to better understand the dimensions of the study: cultural heritage, historical city and tourism, through bibliographical and documentary research that refers to the approach around genesis, characteristics and evolutionary process. The second part is reserved for the study of the case, through the analysis and treatment of data and information collected with the empirical work carried out, where questionnaires were applied to residents and visitors, as well as interviews with public sector officials, in the different scales.

The research provided the definition of a tourism development strategy and allowed to conclude, on the one hand, that cultural heritage is the main element to be considered in the elaboration and pursuit of urban rehabilitation and tourism development plans in historic cities and, on the other, that for the safeguarding of the historic city of Dondo and improvement of the living conditions of its residents, it is fundamental to adopt cultural forms of tourism that are alternatives to massification. In order to achieve these objectives, it is important another public approach towards promoting intersectoriality and a better articulation of tourism sub-sectors for the proper alignment between strategy and operation.

The aim of this thesis is to contribute to help solve current and future constraints through the combination of mutual valences of the tourism and culture sectors, with satisfactory multiform results. Above all, it is hoped that there will be a new understanding in the country about culture and cultural heritage and its relation to tourism.

Keywords: *cultural heritage, historic city, urban rehabilitation, tourism, Dondo, touristic development.*

Índice Geral

Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	vi
Abstract	viii
Índice Geral	x
Índice de Figuras	xiv
Índice de Quadros	xvii
Índice de Anexos	xviii
Acrónimos e Siglas	xx
INTRODUÇÃO	1
Notas introdutórias.....	3
Objetivos gerais e específicos.....	4
Perguntas de partida e hipóteses	6
Âmbito da investigação	8
Organização estrutural da tese	14
PRIMEIRA PARTE: PATRIMÓNIO CULTURAL, CIDADE HISTÓRICA E TURISMO	21
I. Capítulo: O património cultural: percurso evolutivo, aceções, ativação, salvaguarda e valorização	23
1.1. Génese e evolução	23
1.2. Aceções	30
1.3. Ativação patrimonial	34
1.4. Salvaguarda e valorização	39
1.4.1. Contexto internacional	39
1.4.2. Angola e o contexto Africano	47
1.5. Relevância da dimensão imaterial	56
1.6. Diversidade e valor da cultura Angolana	65
II. Capítulo: A cidade histórica, a reabilitação urbana e o turismo	77
2.1. A urbanização e o fazer cidade: contextos e desafios	77
2.1.1. Nota histórica	78
2.1.2. Conceitos urbanos	82
2.1.3. A cidade atual: dilemas e novo(s) paradigma(s)	87

2.1.4. A produção de cidade em Angola	91
2.2. A reabilitação urbana na cidade histórica	98
2.2.1. O processo de reabilitação	99
2.2.2. O centro histórico como núcleo urbano	103
2.2.3. Gentrificação ou enobrecimento do centro histórico	106
2.2.4. A reabilitação e a participação do residente	108
2.2.5. Opções estratégicas de política urbana	110
2.3. A dimensão turística da cidade histórica	117
2.3.1. Externalidades positivas do turismo	119
2.3.2. Externalidades negativas do turismo	121
2.3.3. Para uma gestão responsável das externalidades	124
III. Capítulo: O turismo cultural e as modalidades alternativas à massificação .	129
3.1. Abordagem conceptual	129
3.2. O turismo cultural e o turista	137
3.3. O turismo cultural e os lugares de destino	141
3.4. Rotas e itinerários turísticos e culturais	151
3.5. Modalidades turísticas de base cultural	164
3.5.1. O turismo de base comunitária	170
3.5.2. Turismo no espaço rural	175
3.5.3. O turismo arqueológico ou arqueoturismo	181
3.5.4. Turismo criativo.....	186
SEGUNDA PARTE: ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA E DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA CIDADE HISTÓRICA DO DONDO	197
IV. Capítulo. Turismo em Angola. Abordagem genérica	199
4.1. Evolução e breve resenha histórica	200
4.2. Principais indicadores	207
4.2.1. Análise da procura turística no país	210
4.2.2. A oferta hoteleira e a situação de outros subsectores	217
4.3. Fatores de inibição da atividade. Constrangimentos e dificuldades.....	219
4.4. Planos e projetos. Desafios e perspectivas.....	226
V. Capítulo. A cidade do Dondo. Território, população e desenvolvimento local	235
5.1. História e desenvolvimento do território.....	236
5.1.1. A Feira do Dondo e o início da urbanização local	241
5.1.2. A configuração urbana da cidade do Dondo	245
5.2. Caracterização geral da cidade	249

5.2.1. Localização, contexto regional e organização espacial.....	249
5.2.2. Infraestruturas e equipamentos diversos	254
5.2.3. Parque industrial e outras atividades económicas.....	258
5.3. Atividade turística e os seus recursos	261
VI. Capítulo. Processo metodológico da investigação.....	267
6.1. As opções metodológicas e técnicas de pesquisa utilizadas na investigação ..	269
6.1.1. Ameaças à validade da investigação	271
6.2. Justificação de utilização da técnica de pesquisa documental	273
6.3. Seleção e justificação da técnica de amostragem.....	275
6.3.1. Amostragem para os residentes.....	275
6.3.2. Amostragem para os visitantes.....	276
6.4. Razões da recolha de informação não disponível	278
6.4.1. Informação recolhida através do inquérito por questionário.....	278
6.4.2. Informação recolhida através do inquérito por entrevista	280
6.5. Aspectos éticos	284
VII. Capítulo. Caracterização dos inquiridos da cidade histórica do Dondo.....	287
7.1. Os residentes	288
7.1.1. O residente e a cidade. Sua propensão à viagem	296
7.1.2. Perfil social do residente	301
7.2. Os visitantes	301
7.2.1. Férias e viagens dos visitantes	310
7.2.2. O visitante e o destino “Dondo”	312
7.2.3. Perfil social do visitante.....	318
VIII. Capítulo. As perspetivas do setor público, da comunidade e dos visitantes para o desenvolvimento turístico local.....	321
8.1. O setor público e o desenvolvimento turístico local	322
8.1.1. Os órgãos centrais do Estado.....	322
8.1.2. Os órgãos provinciais do Estado	327
8.1.3. As autoridades públicas locais.....	329
8.2. A comunidade local perante o desenvolvimento do turismo	333
8.2.1. Necessidade de equipamentos e atividades.....	334
8.2.2. Benefícios e malefícios da atividade turística	336
8.2.3. Modalidades turísticas adequadas para desenvolver a cidade	342
8.2.4. Aspectos mais importantes da cultura local.....	345
8.2.5. Condições de vida. Medidas fundamentais e melhoria da cidade.....	354

8.3. Avaliação da cidade do Dondo pelos visitantes enquanto potencial destino..	363
8.3.1. Melhoria da atratividade da cidade	364
8.3.2. Modalidades a desenvolver e experiência turística.....	371
8.3.3. Medidas para a melhoria da cidade	376
IX. Capítulo. Estratégia de desenvolvimento turístico na cidade histórica do Dondo	385
9.1. Reabilitação urbana e extensão da cidade	386
9.1.1. Infraestruturas e serviços públicos	387
9.1.2. Património histórico construído e valorização identitária do lugar	390
9.1.3. Equipamentos e serviços diversos	396
9.1.4. Nova(s) centralidade(s).....	402
9.2. Organização da oferta turística e a procura desejável	408
9.2.1. Produtos turísticos. Redes e rotas turísticas.....	411
9.2.2. A procura desejável e os serviços inerentes.....	422
9.2.3. Organização e gestão do turismo.....	432
9.3. Turismo “para já”	436
CONCLUSÕES.....	447
Nota preambular	449
Notas conclusivas do estado da arte.....	450
Avaliação dos pressupostos metodológicos definidos para o estudo do caso	453
Limitações do estudo	461
Linhas para investigações futuras.....	463
Bibliografia Geral.....	467
Sítios de Internet.....	496
Legislação e documentos normativos.....	499
ANEXOS	501
Anexo 1: Roteiro fotográfico da cidade histórica do Dondo e locais adjacentes ..	503
Anexo 2: Formulários de questionários e guião de entrevistas	513
Anexo 3: Quadros resultantes dos inquéritos	531
Anexo 4: Monumentos e sítios classificados em Angola.....	543

Índice de Figuras

Figura 1: Vista parcial do museu de História Militar de Angola.....	36	
Figura 2: Principais documentos orientadores de salvaguarda do património cultural..	46	
Figura 3: Samanyonga ou Kuku, estatueta dos povos Lunda-Cokwe	54	
Figura 4: Edifícios de pedra da Grande Zimbábwe, Património Mundial da UNESCO	55	
Figura 5: Esquema de definição do património imaterial.....	57	
Figura 6: Templo Shinto em Nara (Japão)	60	
Figura 7: Jango de aldeias africanas	62	
Figura 8: Palácio de Ferro	68	
Figura 9: Edifício do Banco Nacional	68	
Figura 10: Kulumbimbi	69	
Figura 11: Vista parcial da cidade de Mbanza Congo.....	69	
Figura 12: Igreja N ^a Sra. da Muxima.....	Figura 13: Vista parcial da cidade do Dondo	69
Figura 14: Construção de um equipamento comercial na encosta do Museu de História Militar em Luanda	85	
Figura 15: Antiga rua da Kapacala na cidade do Dondo.....	95	
Figura 16: Entrada de um condomínio	Figura 17: Edifícios da cidade do Kilamba	97
Figura 18: Vista parcial da Marginal de Luanda	115	
Figura 19: Dimensões da medição do turismo cultural	134	
Figura 20: Esquema de Sistema Turístico Operacional.....	143	
Figura 21: Sítio Arqueológico de Dungo IV	183	
Figura 22: Motivos de viagens para Angola em 2015.....	211	
Figura 23: Visitantes em Angola, por regiões de proveniência, no ano de 2015	212	
Figura 24: Visitantes em Angola, por país de origem, no ano de 2015	213	
Figura 25: Evolução dos indicadores turísticos em Angola no quinquénio 2011-2015	215	
Figura 26: Empreendimentos hoteleiros em Angola em 2015	217	
Figura 27: Capacidade de alojamento em quartos, por província, em 2015	218	
Figura 28: Evolução das chegadas internacionais em Angola. Situação real e projeção apresentada no PDT.....	230	
Figura 29: Mapa simplificado de localização do Dondo.....	235	

Figura 30: Núcleo urbano da cidade do Dondo (zona histórica classificada)	247
Figura 31: Largo do Lazer. Centro urbano da cidade do Dondo	248
Figura 32: Mapa e malha urbana da cidade do Dondo	250
Figura 33: Bairros da cidade do Dondo	252
Figura 34: Vista parcial do Rio Kwanza em Massangano.....	262
Figura 35: Residentes inquiridos segundo o género	288
Figura 36: Residentes inquiridos segundo o grupo etário	289
Figura 37: Residentes inquiridos segundo o género e grupo etário.....	290
Figura 38: Residentes inquiridos segundo o bairro e género.....	291
Figura 39: Residentes inquiridos segundo a naturalidade	291
Figura 40: Residentes inquiridos segundo as habilitações académicas e o género	293
Figura 41: Residentes inquiridos segundo o grupo de atividade profissional	294
Figura 42: Residentes inquiridos segundo a situação profissional	295
Figura 43: Residentes inquiridos segundo o estado civil	296
Figura 44: Residentes inquiridos sobre o que mais gostam do Dondo.....	297
Figura 45: Residentes inquiridos segundo o tempo residência na cidade	298
Figura 46: Residentes inquiridos segundo o número de viagens realizadas por ano ...	299
Figura 47: Residentes inquiridos segundo os motivos de viagem.....	300
Figura 48: Visitantes inquiridos segundo o género	303
Figura 49: Visitantes inquiridos segundo o grupo etário.....	303
Figura 50: Visitantes inquiridos segundo o género e grupo etário	304
Figura 51: Visitantes inquiridos segundo o local de residência e género.....	305
Figura 52: Visitantes inquiridos segundo a nacionalidade e género	306
Figura 53: Visitantes inquiridos segundo as habilitações académicas	307
Figura 54: Visitantes inquiridos segundo atividade profissional	308
Figura 55: Visitantes inquiridos segundo situação profissional	309
Figura 56: Visitantes inquiridos segundo o estado civil.....	310
Figura 57: Local de férias dos visitantes	311
Figura 58: Motivo da visita ao Dondo.....	313
Figura 59: Tempo de permanência na cidade do Dondo	314
Figura 60: Frequência de viagem ao Dondo.....	315
Figura 61: Meio de alojamento utilizado.....	316
Figura 62: Acompanhamento na visita.....	317

Figura 63: Atividades realizadas na cidade	318
Figura 64: Necessidades do residente do Dondo.....	336
Figura 65: Benefícios da atividade turística no Dondo	337
Figura 66: Malefícios da atividade turística no Dondo	340
Figura 67: Práticas turísticas a desenvolver no Dondo	343
Figura 68: Aspetos mais importantes da cultura local.....	347
Figura 69: Melhorias no Dondo após 2002	356
Figura 70: Grau de satisfação do residente com a cidade do Dondo.....	357
Figura 71: O que faz falta na cidade segundo o visitante do Dondo	366
Figura 72: Soluções adequadas para o centro histórico.....	367
Figura 73: Melhoria da atratividade da cidade	369
Figura 74: Práticas turísticas mais adequadas para desenvolver no Dondo	373
Figura 75: Experiência da visita ao Dondo	374
Figura 76: Recomendaria a cidade a terceiros.....	374
Figura 77: Infraestruturas básicas e serviços para o Dondo	388
Figura 78: Eixos estruturantes para a reabilitação urbana do Dondo	390
Figura 79: Equipamentos e serviços para a atividade turística na cidade do Dondo....	397
Figura 80: Condição para conceção e manutenção dos equipamentos.....	402
Figura 81: Representação da distância entre Dondo e Massangano. Pela estrada e pelo Rio Kwanza.	404
Figura 82: Elementos a considerar na reabilitação da cidade do Dondo.....	407
Figura 83: Organização da oferta turística na cidade do Dondo	410
Figura 84: Geossítio de Candange.....	416
Figura 85: Necessidades da procura desejável do Dondo Turístico.....	428
Figura 86: Vista parcial do Largo 4 de Fevereiro (Praça de alimentação)	439
Figura 87: Estratégia de desenvolvimento turístico da cidade histórica do Dondo.....	445

Índice de Quadros

Quadro 1: Principais indicadores do turismo de Angola.....	209
Quadro 2: Evolução dos indicadores turísticos de Angola no quinquénio 2011 – 2015	214
Quadro 3: Chegadas de turistas internacionais a Angola, entre 1990 e 2002	216
Quadro 4: Chegadas de turistas internacionais a Angola, no quinquénio 2001 – 2005	216
Quadro 5: Divisão administrativa do município de Cambambe	251
Quadro 6: Residentes inquiridos segundo o género e grupo etário.....	288
Quadro 7: Motivos de viagem dos residentes	300
Quadro 8: Visitantes inquiridos segundo o género e grupo etário	302
Quadro 9: Equipamentos e atividades em falta na cidade.....	335
Quadro 10: Possíveis benefícios da atividade turística no Dondo	337
Quadro 11: Possíveis malefícios da atividade turística no Dondo.....	339
Quadro 12: Práticas turísticas a desenvolver no Dondo	342
Quadro 13: Aspetos mais importantes da cultura local.....	346
Quadro 14: Importância do centro histórico para o residente	348
Quadro 15: Cultura material local, imóvel e móvel.....	349
Quadro 16: Cultura imaterial local.....	350
Quadro 17: Melhorias no Dondo após o 2002	355
Quadro 18: Descrição feita pelos residentes da cidade do Dondo numa palavra.....	359
Quadro 19: Medidas para a melhoria da cidade segundo os residentes	360
Quadro 20: O que faz falta na cidade segundo o visitante do Dondo	364
Quadro 21: Soluções adequadas para o centro histórico.....	367
Quadro 22: Melhoria da atratividade da cidade	369
Quadro 23: Elementos que diferenciam o Dondo de outras cidades.....	370
Quadro 24: Práticas turísticas mais adequadas para desenvolver no Dondo	372
Quadro 25: Descrição da cidade do Dondo numa palavra.....	375
Quadro 26: Elementos da cidade que mais desagrada o visitante.....	377
Quadro 27: Medidas para a melhoria da cidade na ótica do visitante.....	379
Quadro 28: Produtos turísticos estratégicos para a cidade do Dondo.....	422

Índice de Anexos

Anexo 1: Roteiro fotográfico da cidade histórica do Dondo e locais adjacentes ..	503
1: Tribunal Municipal de Cambambe.....	503
2. Mercado Municipal.....	504
3: Largo do Lazer	505
4: Outdoor publicitário	506
5: Novo hotel	507
6: Hotel Kwanza	508
7: Fortaleza de Massangano e de Cambambe.....	509
8: Marginal do Dondo	510
9: Rua da Kapacala.....	511
10: Rio Kwanza	512
Anexo 2: Formulários de questionários e guião de entrevistas	513
1. Questionário ao residente do Dondo	513
2: Questionário ao visitante do Dondo	518
3: Guiões de inquérito por entrevista.....	523
Anexo 3: Quadros resultantes dos inquéritos	531
Quadro 1: Residentes inqueridos segundo o bairro e género	531
Quadro 2: Residentes inquiridos segundo a naturalidade.....	531
Quadro 3: Residentes inquiridos segundo as habilitações académicas e género.....	532
Quadro 4: Residentes inquiridos segundo a atividade profissional.....	532
Quadro 5: Residentes inquiridos segundo a situação profissional	533
Quadro 6: Residentes inquiridos segundo o estado civil.....	533
Quadro 7: Residentes inquiridos segundo o que mais gostam do Dondo	533
Quadro 8: Residentes inquiridos segundo o tempo de residência no Dondo	534
Quadro 9: Residentes inquiridos segundo o número de viagens ao ano	534
Quadro 10: Motivos de viagem dos residentes.....	535
Quadro 11: Grau de satisfação do residente com a cidade do Dondo	539
Quadro 12: Visitantes inquiridos segundo o género e grupo etário	535
Quadro 13: Visitantes inquiridos segundo o local de residência e género	536
Quadro 14: Visitantes inquiridos segundo a nacionalidade e género	536
Quadro 15: Visitantes inquiridos segundo as habilitações académicas.....	537

Quadro 16: Visitantes inquiridos segundo a atividade profissional	537
Quadro 17: Visitantes inquiridos segundo a situação profissional.....	538
Quadro 18: Visitantes inquiridos segundo o estado civil	538
Quadro 19: Local de férias dos visitantes.....	538
Quadro 20: Motivo da visita ao Dondo	539
Quadro 21: Tempo de permanência na cidade do Dondo	539
Quadro 22: Frequência de viagem ao Dondo	540
Quadro 23: Meio de alojamento utilizado	540
Quadro 24: Acompanhamento na visita	540
Quadro 25: Atividades realizadas na cidade.....	541
Quadro 26: Grau de satisfação do residente com a cidade do Dondo	541
Quadro 27: Experiência da visita à cidade do Dondo	542
Quadro 28: Recomendaria a cidade a terceiros	542
Anexo 4: Monumentos e sítios classificados em Angola.....	543

Acrónimos e Siglas

AAVOTA	Associação das Agências de Viagens e Operadores Turísticos de Angola
AFRICOM	Conselho Internacional dos Museus de África
AGUITA	Associação dos Guias e Intérpretes Turísticos de Angola
AHN	Arquivo Histórico Nacional
AHRA	Associação dos Hotéis e Resorts de Angola
AHORESIA	Associação dos Hotéis, Restaurantes e Similares de Angola
AMC	Administração Municipal de Cambambe
ANA	Arquivo Nacional de Angola
ANGOTUR	Empresa Angolana de Turismo
ATA	<i>African Travel Association</i>
ATLAS	<i>Association for Tourism and Leisure Education</i>
AWHF	Fundo para o Património Mundial Africano
CAN	Campeonato Africano de Futebol
CDHA	Centro de Desenvolvimento do Património em África
CITA	Centro de Informação e Turismo de Angola
DINATUR	Direção Nacional do Turismo
DNAC	Direção Nacional de Ação Cultural
DNAT	Direção Nacional de Atividades Turísticas
DNDT	Direção Nacional de Desenvolvimento Turístico
DW	<i>Development Workshop</i>
EKA	Empresa Cervejeira de Angola
EN	Estrada Nacional
EPA	Escola do Património Africano
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GARE	Gabinete de Redimensionamento do Setor Empresarial
GII	Gabinete de Intercâmbio Internacional
GEPE	Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística
GUC	Gabinete de Urbanização Colonial
ICCROM	Centro Internacional para Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais

ICOM	Conselho Internacional dos Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INE	Instituto Nacional de Estatística
INFOTUR	Instituto de Fomento Turístico
INIC	Instituto Nacional de Indústrias Culturais
INPC	Instituto Nacional do Património Cultural
Lda.	Limitada
LSA	Idade da Pedra Tardia
MEDINS	Espaço Intangível do Mediterrâneo
MINCULT	Ministério da Cultura
MINHOTUR	Ministério da Hotelaria e Turismo
MPDT	Ministério do Plano e Desenvolvimento Territorial
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OCDE	Organização para a Coordenação e Desenvolvimento Económico
OMT	Organização Mundial do Turismo
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAG	Programa de Ação do Governo
PDT	Plano Diretor do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POT	Plano Operativo do Turismo
RETOSA	Região de Turismo da África Austral
S.A.	Sociedade Anónima
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADCAMM	Associação dos Museus e Monumentos da Região da África Austral
SATEC	Sociedade Angolana de Tecidos Estampados
SECT	Secretaria de Estado de Comércio e Turismo
SEF	Saneamento Económico e Financeiro
SNI	Secretaria Nacional de Informação
SPSS	Pacote Estatístico para as Ciências Sociais
TD	Teixeira Duarte

TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
U.E.E.	Unidade Económica Estatal
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola.

INTRODUÇÃO

Notas introdutórias

A dimensão identitária do património cultural representa para uma cidade um instrumento impulsionador de desenvolvimento de projetos, visando a sua conservação e a geração de mais-valias económicas, sociais e ambientais. Por esta razão, o património cultural arraigado nos centros históricos, é frequentemente visto como indutor de planos de desenvolvimento local onde o turismo deve ocupar uma posição de destaque. Por conseguinte, a necessidade de reabilitação urbana da cidade do Dondo e a busca de alternativas para o seu desenvolvimento enquadram-se nesta abordagem.

Com esse pressuposto, perspetivou-se a elaboração de uma tese assente no património cultural da cidade histórica do Dondo, no sentido de evidenciar na investigação o contributo que o seu património deve desempenhar no desenvolvimento do turismo cultural, como forma de criar oportunidades para revitalizar o território, melhorar a qualidade de vida dos habitantes e valorizar os seus recursos mais relevantes (Carvalho, 2012). Assim, a proposta do tema para a investigação é a seguinte: “*Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo*”.

A pertinência do tema reside no facto da cidade do Dondo ser uma das localidades mais antigas do interior de Angola, de grande confluência entre os povos de diferentes origens, desde o período pré-colonial, sendo das poucas cidades do país que detém ainda uma estrutura urbana bastante distintiva de uma determinada época. Contudo, essa urbanidade histórica construída encontra-se em estado avançado de degradação, de modo que a presente investigação poderá converter-se num instrumento sensibilizador de vontades para busca de soluções de salvaguarda e valorização desse importante património.

Considera-se igualmente importante refletir em torno da simbiose turismo-património cultural desta cidade tendo em conta a perspetiva *a la long* do governo de Angola, através do Ministério da Cultura (MINCULT) de levar o “Corredor do Kwanza”¹ a património mundial da UNESCO², onde a área histórica da cidade é um ativo cultural fundamental.

¹ É um corredor com um percurso navegável de 258 km do Rio Kwanza e áreas adjacentes, que se estende desde a sua foz, a sul de Luanda, até ao Dondo. É detentor de um vasto conjunto de riquezas patrimoniais, naturais e culturais, e foi sempre uma região de ativo comércio na época colonial e pré-colonial. Salienta-se que o Kwanza é o maior rio de Angola, possui uma extensão aproximada de 960 km e dá o seu nome à moeda do país.

² *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Essa perspetiva é convergente com o facto do turismo cultural ser definido no plano estratégico do turismo angolano como um produto âncora, a par da natureza e do sol e mar.

De igual modo, a cidade do Dondo possui um património natural não negligenciável, com elevado potencial turístico e uma localização geoestratégica importante para a circulação de pessoas e bens entre o litoral e o interior do país. A cidade e o município no seu conjunto continuam a preservar a vocação comercial que sempre os identificou, cada vez mais fortalecida pelo eminente renascimento do empório industrial, outrora dos mais importantes do país.

Portanto, considera-se oportuno, pertinente e imperioso refletir em torno de uma atividade turística que salvaguarde o património cultural da cidade e melhore a qualidade de vida dos seus residentes.

Objetivos gerais e específicos

A tese foi projetada para uma abordagem que evidencie o papel centralizador dos centros históricos na reabilitação urbana das cidades e a importância do desenvolvimento do turismo como estratégia de conservação e monitorização do património cultural. Para o efeito, considerou-se necessário fazer um percurso teórico (estado da arte) na primeira parte da investigação que refletisse em torno das dimensões património cultural e cidade histórica, como substratos do desenvolvimento do turismo.

Definiu-se um primeiro objetivo geral de suporte para o desenvolvimento do estado da arte que visou aprofundar a análise sobre as dimensões referidas. O segundo grande objetivo da tese foi elaborado tendo em consideração a expectativa do autor de contribuir para ajudar a solucionar constrangimentos atuais e posteriores por via da conjugação de valências mútuas dos setores do turismo e da cultura, perspetivando resultados satisfatórios multiformes.

Eis os dois grandes objetivos:

- Analisar a importância do património cultural como elemento vertebrador para a consecução dos planos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico em cidades históricas.

- Apresentar uma proposta de modalidades turísticas na cidade do Dondo através da utilização responsável do seu património cultural, com vista à sua salvaguarda e melhoria das condições de vida dos residentes.

Pensando num desenvolvimento teórico profundo que remete para uma abordagem em torno da génese, características e processo evolutivo dos principais conceitos abordados, considerou-se oportuno definir objetivos específicos de alinhamento com cada um dos dois grandes objetivos ou objetivos gerais. Nesse contexto, os dois objetivos específicos iniciais fazem referência ao primeiro grande objetivo, que está relacionado com a parte teórica do trabalho de investigação.

- a) Elaborar um enquadramento teórico-conceitual que permita um melhor conhecimento das principais dimensões que sustentam a investigação, nomeadamente, o património cultural, a cidade histórica e o turismo cultural.
- b) Contribuir para a sensibilização dos diferentes atores, evidenciando a importância do património cultural nos projetos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico das cidades.

Os quatro objetivos específicos seguintes estão alinhados com o segundo objetivo geral da tese, o de apresentar um caminho para o desenvolvimento do turismo cultural na cidade histórica do Dondo, tendo em conta a compatibilização do referencial teórico consultado em diferentes autores com as perspetivas e motivações dos diferentes atores com interesse na localidade. O número de objetivos específicos é maior neste caso devido ao facto de se pretender dar mais ênfase à parte operacional, tendo em conta a contribuição que os resultados da investigação deverão emprestar à localidade.

- c) Contribuir para a assertividade dos projetos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico da cidade do Dondo com vista a uma melhor utilização dos recursos patrimoniais.
- d) Identificar os bens culturais e patrimoniais da cidade do Dondo suscetíveis de servirem a atividade turística, através de formas de utilização que correspondam às expectativas dos visitantes e dos residentes.
- e) Propor uma via de desenvolvimento turístico na cidade do Dondo que considere a capacidade de acolhimento do destino e a sustentabilidade do seu património cultural.

- f) Contribuir para a definição e operacionalização de ações integradas de desenvolvimento turístico da cidade do Dondo, com base no seu património cultural.

Perguntas de partida e hipóteses

O constante incremento dos principais indicadores da atividade turística nos últimos anos, fundamentalmente no que concerne ao aumento da receita e dos fluxos turísticos internacionais e domésticos, obrigam os países a considerar esta atividade como um vetor importante para o crescimento económico, para a diversificação da economia e para a promoção do desenvolvimento das localidades. Nesse sentido, com vista o alinhamento com essa tendência, o governo angolano, através do Ministério da Hotelaria e Turismo, perspetivou na agenda 2011-2020, expressa no seu plano estratégico, o incremento substancial dos fluxos turísticos para o país, a fim de atingir um protagonismo consentâneo com os seus variadíssimos recursos patrimoniais e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos angolanos.

Numa outra perspetiva, importa refletir sobre a dimensão simbólica e identitária do património cultural como impulso ao desenvolvimento de projetos turísticos locais visando a melhoria da imagem das cidades, a conservação do seu património cultural e natural, e a geração de mais-valias para os diferentes *players*. Assim, alicerçada nas dimensões de património cultural e de potencialidades para o turismo cultural de uma cidade histórica, projetou-se uma investigação em torno de duas questões de partida consideradas fundamentais:

- O património cultural deve ser sempre o elemento principal a considerar na elaboração e prossecução dos planos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico das cidades históricas?
- Como deve ser utilizado o património cultural, com vista ao desenvolvimento de modalidades turísticas que salvaguardem a cidade histórica do Dondo e melhorem as condições de vida dos seus residentes?

Para dar respostas e indicar caminhos de pesquisas, definiu-se seis hipóteses como soluções prematuras às questões de partida colocadas, com o propósito de serem testadas, aferindo a sua veracidade ou não no final da investigação.

Hipótese 1: O património cultural é o principal ativo na elaboração dos planos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico das cidades históricas.

Não obstante haver uma ideia generalizada sobre a importância do património cultural nos planos de desenvolvimento das cidades, pretendeu-se com a definição desta hipótese verificar, por meio da investigação teórica, a existência de alternativas que possam desempenhar igualmente essa função centralizadora de reabilitação urbana, visando o desenvolvimento turístico das cidades históricas. Naturalmente, por estar dependente das conclusões resultante da pesquisa bibliográfica, a presente hipótese é testada na primeira parte do trabalho de pesquisa.

Hipótese 2: A reabilitação dos centros históricos deve ter como eixo vertebrador de desenvolvimento o turismo cultural e a conversão do seu património cultural em componente da oferta turística.

Se por um lado existe a convicção da malha urbana histórica de uma cidade constituir-se na base dos planos de desenvolvimento, também é válido o pensamento de que o turismo cultural é dos principais caminhos indicados para o alcance dos objetivos estabelecidos nesses planos. Resulta, pois, necessário inferir em que medida é que o turismo deve constituir-se no “motor” de desenvolvimento das cidades históricas, considerando igualmente o suporte teórico pesquisado. Nesse sentido, as duas hipóteses iniciais são formuladas para direcionar a investigação teórica com o objetivo de darem respostas à primeira pergunta de partida.

Hipótese 3: As autoridades nacionais, provinciais e locais do turismo e da cultura não possuem um pensamento estratégico sobre o tipo de turismo a desenvolver na cidade histórica do Dondo.

A definição desta hipótese justifica-se pelo facto de não serem perceptíveis ações concretas que indiciam um objetivo claro do turismo que é necessário para o país. São visíveis as iniciativas privadas de criação de negócio e de crescimento da atividade, sobretudo a nível do subsector da hotelaria. Contudo, a percepção do cidadão comum é de que essas iniciativas não obedecem a uma orientação do setor público, tal é o desenquadramento que se produz, não apenas do ponto de vista urbano e paisagístico mas também em relação à convergência entre a oferta produzida e as necessidades do mercado.

Hipótese 4: O património cultural da cidade histórica do Dondo representa para os residentes um sentimento de pertença e de identidade.

Com esta hipótese pretende-se obter respostas a nível dos valores que a cidade preserva, fundamentalmente no que concerne ao património histórico construído, por se tratar de edifícios antigos da era colonial. Não é de todo improvável que os nativos e residentes da cidade do Dondo ao olharem para os bens imóveis do centro histórico sintam alguma indiferença, por simbolizarem um período de dominação e exploração na sua história. Por outro lado, procura-se inferir sobre a preservação dos hábitos e costumes, assim como a transferência do legado dos mais velhos para as novas gerações.

Hipótese 5: O turismo cultural é a modalidade de turismo mais indicada pelos residentes e pelos visitantes para desenvolver na cidade.

A investigação está orientada no sentido de apresentar uma proposta de turismo na cidade alinhada com o seu património cultural. Por este facto, considera-se fundamental perceber a visão dos principais atores do mercado turístico, a oferta – representada pelos residentes – e a procura – representada pelos visitantes. A hipótese em causa visa, igualmente, orientar a investigação no sentido de compreender a relação que os atores fazem entre a cultura e o turismo, as incidências resultante dessa relação, sobretudo no que concerne à diversidade de produtos turísticos que podem ser concebidos na base da tipologia de turismo cultural.

Hipótese 6: A maioria dos visitantes da cidade histórica do Dondo tem como motivação principal de visita a fruição de bens culturais no local.

A estruturação da oferta e a conceção dos produtos a disponibilizar num mercado de consumo possui como variável determinante as necessidades e motivações dos clientes. Partindo deste pressuposto, o objetivo principal da tese de apresentar um modelo turístico para o Dondo que tenha em conta o património cultural, não pode ser alcançado sem a perceção das motivações que levam os não residentes a visitarem a cidade. A hipótese em referência visa também contribuir para a obtenção de resultados relacionados com o grau de conhecimento dos visitantes acerca do património cultural do Dondo.

Âmbito da investigação

A presente tese é um estudo que se remete às ciências sociais, enquadrada no ramo de turismo e desenvolvimento do curso de “Turismo, Lazer e Cultura” do departamento de

Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra. Por via das dimensões de cultura e turismo, está subjacente neste estudo a preocupação pela organização dos recursos endógenos para o desenvolvimento local. A investigação foi desenvolvida no sentido da combinação simbiótica entre o património cultural e turismo na cidade do Dondo, uma das urbanizações mais antigas de Angola, cujo património material imóvel encontra-se em estado avançado de degradação.

Inicialmente, aquando da elaboração do pré-projeto de pesquisa, a perspetiva do autor era de incidir a investigação em torno do património histórico construído do centro da cidade. No entanto, a revisão bibliográfica e a pesquisa documental efetuada levou a alargar o âmbito da abordagem. A rara monumentalidade no país, a intensa carga imaterial na forma de vida dos povos e a ligação inelutável entre a materialidade das edificações e as performances imateriais normalmente à ela associada, foram os argumentos justificativos para alargar o horizonte da investigação.

Não obstante a escassa produção científica em Angola, importa realçar a constância de alguns estudos de angolanos que analisam temáticas diversas sobre a cultura popular, hábitos e costumes, percurso histórico do país, período pré-colonial, colonização, luta de libertação nacional, entre outras. Em relação ao turismo, é de assinalar a quase inexistência de estudos científicos endógenos, num momento de crise económica em que o país se consciencializa cada vez mais para a vertente estratégica da atividade.

Todavia, a inexistência de produção científica no turismo não deve justificar a elaboração de uma tese cuja temática pouco acrescenta à realidade concreta do país. Assim, as motivações inerentes nesta investigação extravasam a simples oportunidade de realização de um estudo científico para um referencial teórico ou contribuições pontuais. A expectativa é de utilizar a tese para ajudar a criar um projeto concreto, suscetível de despertar sensibilidades e encontrar formas de operacionalização das propostas apresentadas com vista o desenvolvimento turístico da cidade.

De igual modo, considerando as potencialidades turísticas de Angola, perspectiva-se com esta investigação um contributo para uma melhor estruturação da atividade, em articulação com os seus recursos culturais, bastante afetados devido aos períodos de turbulência verificados entre os anos de 1961 e 2002³. O turismo associado à cultura

³ O período em referência foi caracterizado por conflitos armados com enormes prejuízos humanos e materiais para o país. De 1961 à 1975 foi o período de luta dos movimentos de libertação nacional contra

popular e aos bens materiais, móveis e imóveis, produzidos ao longo da história é um veículo importante para o regaste dos valores perdidos, recuperação da autoestima das populações e gestão equilibrada dos recursos dos territórios.

Numa altura em que o turismo cultural é definido como tipologia estratégica a desenvolver em Angola (MINHOTUR⁴, 2013), estudar a forma de turistificar a cidade do Dondo é interpretar as suas vivências e a forma como os residentes e os visitantes poderão experienciar os seus recursos. Significa “(re)descobrir um território e os seus valores patrimoniais para que sejam condições basilares de construção de novas identidades e de identificação de alternativas de desenvolvimento para a cidade e seus residentes” (Silva e Carvalho, 2011: 259). Mais ainda, olhando para a perspetiva de que a ordem atual de exposição mediática das localidades no *network* global estar a facilitar a perda de referências e identidades que urge recuperar, por meio da herança dos antepassados transformada em património.

A característica mais distintiva da maturidade do sistema capitalista nas últimas décadas tem sido a recriação das economias à volta dos valores culturais simbólicos (Robinson e Smith, 2006). As cidades são, nesta perspetiva, uma das expressões culturais mais significativas da configuração do património, representando uma referência incontornável na memória coletiva dos visitantes. O património cultural é uma projeção externa da criatividade humana que transporta ao longo dos anos um acumulado de vivências e experiências, valorizadas no presente. Marca o sentido de lugar de um determinado território, representa muitas vezes o elemento central, no qual todo o território ou cidade gravita.

De acordo com Franch (2006), as cidades históricas devem considerar o património como um instrumento integral, centro de planificação local, pela sua capacidade de integrar, implicar e entusiasmar a comunidade local na construção do futuro. “*Historic cities and built heritage are (...) important resource in the less developed parts of the world. (...) Many great and ancient cities have become world-class destinations in Asia, Latin America, Africa, the Middle East, and Eastern Europe. They are significant international gate ways and centers of tourism commerce*” (Timothy e Nyaupane, 2009: 9). “*The*

a ocupação do país pelo regime colonial português. Após a independência em 1975, o desentendimento entre os movimentos de libertação origina uma guerra civil no país que terminou definitivamente em abril de 2002.

⁴ Ministério da Hotelaria e Turismo.

tourist-historic city is surely the ultimate beneficiary of diversifying both the pasts it can sell and the workforce collectively motivated to sell them” (Ashworth et al. 2007: 211).

Para Reeves e Plets (2016), património é fundamentalmente associado com a estratégia humana de entender as necessidades sociais no contexto da preservação das comunidades contemporâneas. Para o processo de desenvolvimento no século atual é vital que as narrativas do património enfatizam as necessidades sociais e a facilitação da identidade da comunidade, que deve congrega aspetos como os direitos humanos e distribuição de recursos, como bases para os esforços de acrescentar um valor pluralista ao património cultural. Na opinião de Ashworth *et al.* (2007) a criação da identidade do lugar a partir do património representa simultaneamente uma necessidade física e económica. Para o autor, um passo inicial para entender a relação entre o passado usado como património e suas funções contemporâneas é entender a assunção e o processo pelos quais os eventos, artefactos e personalidades do passado estão deliberadamente transformados num produto que visa satisfazer as necessidades de consumo atual. Assim sendo, o património pode ser, paradoxalmente, um instrumento de fragmentação e ao mesmo tempo de coesão social.

Nos argumentos apresentados ao longo da fundamentação teórica da tese, sustenta-se que o património cultural deve ser salvaguardado e divulgado para permitir uma constante ligação do passado com o presente, distinguir e afirmar as identidades geográficas enquanto herança de uma sociedade, sendo fundamental disciplinar o seu uso e encontrar mecanismos sustentáveis para a sua salvaguarda e valorização. Essa questão da salvaguarda em muitos países é particularmente preocupante, sobretudo os emergentes ou em desenvolvimento, porque não é dada a prioridade necessária tendo em conta as dificuldades económicas (Timothy e Nyaupane, 2009b).

Por conseguinte, o turismo é uma das atividades mais utilizada para cumprir com esse objetivo. A OMT⁵ (2001) considera que o turismo é um instrumento de desenvolvimento pessoal e coletivo para buscar a compreensão e a promoção de novos valores éticos comuns da humanidade, num espírito de tolerância e respeito da diversidade de crenças, prestando atenção às tradições e às práticas sociais e culturais de todos os povos.

⁵ Organização Mundial do Turismo.

O turismo pode ser considerado como uma religião – uma viagem espiritual da contemporaneidade, é o equivalente, estrutural e funcionalmente, à peregrinação dos tempos modernos, uma experiência espiritual moderna que contrasta com a condição anatómica das sociedades posmodernas (Sharpley, 2009). Na opinião de Robinson e Smith (2006), o turismo hoje é um sistema internacional de exibição recíproca de espaços e experiências que é a essência do conceito de globalização. Neste sentido, o conceito de turismo associado a cultura é vista de vários ângulos: indústrias obsoletas convertidas em património para consumo cultural simbólico, festivais e eventos, museus e atrações culturais diversas.

Do ponto de vista material, o turismo se tem convertido num protagonista fundamental de recuperação urbanística e arquitetónica de importantes centros históricos, induzindo processos de reabilitação e reutilização de edifícios monumentais (Troitiño Vinuesa, 1998). “O interesse crescente dos turistas pelos valores patrimoniais, históricos e culturais veio contribuir para se dar ênfase às medidas de conservação e salvaguarda do património arquitetónico” (Henriques, 2003: 55). Desse modo, o património passa a ser entendido como um aspeto específico da oferta turística, com potencialidades de captar um dado segmento da procura turística.

A ligação cada vez maior entre os produtos turísticos disponíveis nos destinos e o respetivo território converge para uma transformação do espaço, com evidentes preocupações na preservação ambiental e na patrimonialização dos recursos existentes (Santos *et al.*, 2010; Ribeiro e Ferreira, 2011). Os produtos turísticos emergem como oportunidade para revitalizar territórios, melhorar a qualidade de vida das populações e valorizar os seus recursos mais relevantes, como o património natural, cultural e paisagístico (Carvalho, 2012).

O turismo e o património cultural necessitam um do outro. No entanto, para que se estabeleça uma simbiose frutífera entre ambos no plano local, há que ter em conta, além da sistemática exploração do contexto, a necessidade de reunir pontos de vista e interesses tanto do turismo como do património, para criar produtos turístico-patrimoniais integrados, que otimizem os efeitos benéficos para ambos (Prats, 2003; Cruz, 2012). No entanto, o benefício a obter do turismo pelos residentes, nas suas diversas dimensões, é difícil de alcançar se o seu desenvolvimento não estiver assente num planeamento adequado e localizado para que a sua ação não redunde em resultados contrários aos

desejados (Lima *et al.*, 2011). Sendo uma atividade de consumo intenso de espaço geográfico, este facto exige o planeamento do seu desenvolvimento numa ótica que evidencie de forma clara os objetivos sociais e económicos que se pretende alcançar, bem como os espaços que devem ser explorados e os que devem ser protegidos (Marujo e Carvalho, 2010).

Para Carvalho (2009), o forte crescimento do número de turistas e a expressão urbanística do lazer e do turismo são argumentos de peso que justificam as preocupações atuais em matéria de sustentabilidade e planeamento da atividade turística. Por esta razão, o autor defende que a transposição dos seus princípios nucleares para o campo do turismo pretende salvaguardar recursos, criar e distribuir benefícios, e envolver as populações locais. Por isso, a revalorização turística do património é um processo complexo que implica a participação e o consenso de um conjunto heterogéneo de agentes (Sánchez *et al.*, 2013).

Quando desprovido de sustentação da cultura local, o desenvolvimento turístico pode colocar em risco a sua matéria-prima, de maneira que é necessário considerar os aspetos sociais e ambientais tendo como parâmetros os princípios de sustentabilidade que garantam o usufruto de recursos, não apenas no presente (Moritz *et al.*, 2014). É imperioso que as práticas de desenvolvimento local endógenas se apresentem como instrumentos relevantes num processo planificado de integração, consentânea com a base da atratividade turística que permita maximizar os seus benefícios (Binfaré e Soares, 2014).

Ao propiciar uma maior utilização do património cultural, o turismo transforma as cidades em lugares de promoção de bens culturais da comunidade, suscetível de contribuir para a melhoria das condições de vida das populações locais. Essa é a abordagem que se propôs desenvolver, tendo como objeto o Dondo, uma cidade histórica que conserva (ainda) uma zona histórica urbana de edificações antigas e locais de memória de grande valor histórico-patrimonial. Através do turismo, perspectiva-se que a cidade venha a adquirir uma posição de destaque no quadro de estratégias de desenvolvimento local, com a revitalização do tecido urbano, valorização da cultura local e utilização do turismo como retoma da economia local, num território com oportunidades económicas diversas.

Portanto, o estudo sobre a turistificação da cidade histórica do Dondo por via do seu património cultural, não sendo um plano estratégico, ambiciona transformar-se num

projeto de incidência espacial que, como sustenta Carvalho (2009), pode unificar diagnósticos, combinar ações públicas e privadas, estabelecer um quadro de mobilização e de cooperação dos atores sociais, além de lançar desafios para a modernização do território e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A relação de compromisso que o turista tem assumido com os locais visitados deve implicar que o Dondo tenha necessariamente uma nova visão de turismo, considerando a urgência da sua revitalização multidimensional (Fortuna e Gomes, 2013). Isto é, uma visão de turismo sustentada pela cultura local, direcionada para a partilha do passado e do presente entre os residentes e os visitantes, que promova a aproximação cultural e por essa via, desencadeie uma experiência de mútuo enriquecimento cultural. A iniciativa anual da feira nacional do artesanato, um evento pré-colonial que foi retomado em 2010, tem de ser enquadrado neste espírito de multiculturalidade.

No essencial, desenvolver o turismo cultural na cidade do Dondo, significa reforçar a patrimonialização do seu acervo histórico-cultural, disponibilizar de forma responsável a sua utilização para garantir uma melhor conservação. Significa valorizar a cultura por meio do turismo.

Organização estrutural da tese

Com a base de construção da investigação centrada em dois objetivos e duas questões de partida, que abarcam a temática proposta de utilização do património cultural e de reabilitação urbana como vetor de desenvolvimento turístico, a estrutura da tese seguiu uma lógica de estudo de caso, tendo como horizonte encontrar resultados que possam contribuir para desenvolvimento turístico da cidade. A destriça dos objetivos e a expectativa definida *a priori*, por via de afirmações hipotéticas, facilitaram o estabelecimento de um fio condutor e um encadeamento dos capítulos entre si, assim como o alinhamento entre o estado da arte e a investigação empírica.

Nesse contexto, a tese foi estruturada em duas partes principais que se desdobram em nove capítulos, para além da introdução e das conclusões. A primeira parte congrega os três capítulos da fundamentação teórica. Representa o estado da arte ou o *corpus* teórico do trabalho de investigação, uma abordagem construída na base de uma triologia dimensional identificáveis com a localidade de estudo, nomeadamente: património cultural, cidade histórica e turismo cultural.

Introdução: são apresentados os elementos de orientação metodológica clássica, como os objetivos, as questões orientadoras da investigação, as hipóteses e as razões pelas quais foram formuladas, bem como a forma como a tese foi estruturada. Salienta-se também que a parte introdutória faz uma abordagem sumária da temática e da pertinência do estudo, sem deixar de apresentar as motivações inerentes à sua realização.

Capítulo um: neste capítulo é feita uma abordagem teórica baseada no estudo de diversos autores ligados ao património cultural. Enfatiza-se o conceito e sua evolução, particularmente o percurso percorrido desde a formalização do património histórico até ao reconhecimento da imaterialidade, mais vincado nas regiões fora do universo ocidental. A análise percorre também os aspetos ligados à ativação do património cultural e sua funcionalidade, relevância da cultura imaterial, os instrumentos legais, os consensos e as recomendações internacionais produzidas ao longo do século XX, destacando para esse desiderato, o desempenho de organismos como a UNESCO e o ICOMOS⁶. De igual modo, destacam-se as particularidades do património cultural em África e a sua inclinação para a intangibilidade, assim como os obstáculos subjacentes à sua conservação e salvaguarda. Em relação a Angola, o capítulo evidencia a riqueza e a diversidade cultural do país e apresenta as principais dimensões do seu património cultural, relevando a necessidade de alargar as preocupações sobre a patrimonialização de outros bens culturais, sobretudo os intangíveis, tendo em conta a idiosincrasia dos povos.

Capítulo dois: analisa o processo de “produção” de cidade ao longo da história em diferentes regiões, a necessidade permanente do seu encontro com o presente e a adaptação e/ou antecipação aos desafios do futuro. Por esta razão, o capítulo expressa-se na temática “*a cidade histórica, a reabilitação urbana e o turismo*”, dividido em duas partes principais. A primeira parte é um prolongamento da abordagem realizada no primeiro capítulo sobre o património cultural, na medida em que é feita a análise dos processos de transformação dos territórios, isto é, da cidade histórica, lugar por excelência de cultura, história e patrimonialização. Subdividida em temáticas como o enquadramento dos conceitos urbanos, a discussão sobre a cidade atual e a produção de cidade em Angola, o capítulo enfatiza a urbanização e a produção da cidade nos diferentes contextos. A segunda parte procura o alinhamento entre a cidade histórica, enquanto espaço de produção de cultura e de património cultural, e a sua dimensão turística, avivada com os

⁶*The International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).

processos cíclicos de reabilitação urbana. Para este propósito, foi desenvolvido o tema a cidade histórica e a reabilitação urbana, com destaque para o centro histórico como núcleo urbano. A encerrar o capítulo, é analisada a temática da dimensão turística da cidade histórica, com ênfase para a transversalidade do turismo e a necessária gestão da atividade de acordo com a totalidade da realidade urbana.

Capítulo três: é reservada a análise e discussão do conceito de turismo cultural. Conforme a estrutura definida para a tese, este capítulo é desenvolvido na lógica do turismo cultural ser uma atividade “natural” da cidade histórica e do seu património cultural. Procura-se do ponto de vista teórico, socorrendo-se de vários autores, instrumentos legais, boas práticas e documentação diversa, sustentar a conservação e valorização da cultura através da atividade turística, observando as necessidades intrínsecas dos turistas e as capacidades dos lugares de destino de transformarem as potencialidades turísticas em produtos turísticos culturais. O capítulo apresenta uma leitura inicial que faz alusão a conjugação entre as motivações para o consumo cultural dos visitantes e os recursos culturais disponíveis nos destinos como condição de performance cultural por via do turismo. Na parte final do capítulo é feita uma reflexão em torno de modalidades turísticas de base cultural, alternativas ao turismo de massa, que podem ser objeto de estudos aprofundados e de conceção de produtos turísticos estratégicos para desenvolver na localidade em análise. Neste particular, pelas características da própria localidade e suas comunidades, são referenciados como modalidades suscetíveis de aplicação mais conciliáveis, o turismo no espaço rural e o turismo de base comunitária.

Capítulo quatro: reservado ao diagnóstico do setor do turismo em Angola, é o primeiro capítulo da segunda parte da investigação (estudo de caso). Aqui, procurou-se fazer uma abordagem suficientemente exaustiva para se compreender a não correspondência do desempenho turístico do país com as suas potencialidades económicas. A evolução e breve resenha histórica é o tema inicial do capítulo, onde, para além de serem apresentados alguns acontecimentos que interromperam o processo evolutivo do turismo no país, questiona-se as opções que têm sido seguidas, fundamentalmente após o de término do conflito armado. O segundo tema abordado acerca dos principais indicadores é demonstrativo do carácter residual do turismo angolano, uma posição contrastante com a sua condição de segunda economia da África Austral e com variadíssimos recursos

suscetíveis de serem aproveitados pela atividade turística. A terceira parte do capítulo é uma análise mais detalhada sobre os constrangimentos e dificuldades inibidoras do turismo do país. O capítulo encerra com uma análise aos planos e projetos atuais, sua pertinência e utilidade prática, tendo em conta os desafios e perspectivas de longo prazo.

Capítulo cinco: em seguida, considerou-se oportuno fazer-se a abordagem sobre o local de estudo como base para o desenvolvimento de outros capítulos mais específicos. Nesse sentido, é pertinente o enquadramento do território na escala nacional, sua configuração urbana e posição geoestratégica. Pela sua condição de cidade histórica, impunha-se que fosse desenvolvida uma temática que apresentasse a trajetória da cidade do Dondo e o desenvolvimento do seu território, assim como o reconhecimento dos seus bens culturais materiais e imateriais. Para o efeito, destacaram-se os bens culturais imóveis classificados da cidade e do seu município, assim como outros recursos e atrações existentes no território que possam constituir-se em valor para o turismo e para o modelo de desenvolvimento de atividade que se propõe na investigação.

Capítulo seis: é dedicado à abordagem metodológica utilizada no processo de investigação. O tipo de estudo escolhido para a investigação condicionou a escolha de uma metodologia eclética, salvaguardando as diferentes ameaças à validade do estudo. No mesmo espírito, se justifica a razão da seleção e utilização das técnicas de amostragem probabilística estratificada, utilizada para a recolha de dados dos residentes, e a técnica de amostragem não probabilista acidental utilizada para a recolha de dados dos visitantes. Em ambos os casos, através de aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas. O capítulo esclarece igualmente as motivações que estiveram na base da escolha de informação não disponível ao setor público por via do inquérito por entrevista, assim como a não participação de outros atores direta ou indiretamente ligados à atividade turística no local. Por fim, são redigidas algumas linhas sobre o cuidado que o autor teve para salvaguardar a privacidade dos entrevistados e os respondentes de questionários, com vista a prevenir eventuais complicações nas suas vidas pessoais e profissionais que pudessem resultar de alguma informação prestada.

Capítulo sete: nesse capítulo é apresentada a forma como se desenvolveu a investigação empírica e o trabalho de campo em si, as dificuldades que o autor encontrou para proceder a recolha da informação não disponível e os mecanismos utilizados para colmatar os constrangimentos pontuais da própria investigação e do contexto territorial. A informação

recolhida permitiu apresentar os principais dados biográficos dos residentes e visitantes que interessavam ao estudo e definir um perfil para cada um dos atores de acordo com o seu comportamento turístico-cultural. No mesmo capítulo é feita igualmente uma análise sobre a informação recolhida e entrevistas efetuadas a nível dos órgãos centrais, provinciais e municipais dos setores do turismo e da cultura.

Capítulo oito: apresenta o pensamento turístico dos três atores auscultados no processo de investigação, nomeadamente os residentes, os visitantes e os três níveis de escala do setor público. Por essa razão, o capítulo é designado “*as perspetivas do setor público, da comunidade e dos visitantes para o desenvolvimento turístico local*”. Procura-se a nível do Estado compreender a articulação entre os setores do turismo, da cultura e de outros setores afins, em prol da atividade turística, através de estratégias, planos ou programas intersectoriais que visam especificamente a cidade do Dondo. De igual modo, é analisada a inter-relação entre os diferentes níveis de escala de tomada de decisão do setor público e a sua efetividade na localidade. Em relação aos residentes e aos visitantes, é feita uma discussão em função dos resultados obtidos na segunda parte dos questionários, em temáticas que refletem as necessidades locais, externalidades positivas e negativas potenciadas pela atividade turística, modalidades turísticas mais adequadas a desenvolver na cidade do Dondo, grau de atratividade e medidas fundamentais para melhorar as condições de vida na cidade.

Capítulo nove: este capítulo promove um pensamento orientador de desenvolvimento turístico para o Dondo, com a perspetiva de apoiar a conceção de instrumentos de ordenamento e gestão territorial e urbana, como são os casos dos planos estratégicos e planos diretores municipais. A abordagem do capítulo é suportada pela visão dos *stakeholders* inquiridos, conciliada com os objetivos da pesquisa proposta pelo autor. Os resultados obtidos da investigação empírica forneceram indicadores que aconselham a uma intervenção longa e estruturada para a turistificação da cidade, obedecendo uma lógica de produção turística integrada, sustentada e sistémica. Dessa forma, o capítulo nove, “*estratégia de desenvolvimento turístico na cidade histórica do Dondo*”, aborda três temáticas centrais. A necessidade de reabilitar, estender e desconcentrar a cidade a partir do núcleo urbano patrimonializado, com vista a valorização da identidade do lugar e promoção de um município policêntrico. A segunda temática vai ao encontro de uma abordagem que evidencia a necessidade de organização da oferta turística local por via

da criação de produtos em rede que capitalizem as valências turísticas, não apenas do Dondo, mas de todas as comunas. Por fim, a última abordagem é um imperativo de medidas operacionais que são necessárias adotar para acomodar uma procura turística que não “vai esperar” pela transformação da cidade do Dondo em destino turístico de excelência do país.

Conclusões: finalmente são apresentadas as conclusões de todo o processo de investigação. Esta parte de consolidação da tese está estruturada em quatro secções, com realce para as notas conclusivas da fundamentação teórica sustentada pelos três primeiros capítulos e a avaliação que feita aos pressupostos metodológicos da pesquisa, isto é, a avaliação do cumprimento dos objetivos e a conformidade das hipóteses formuladas de acordo com as duas perguntas iniciais. As duas últimas secções da parte conclusiva da tese é reservada a apresentação e esclarecimento das limitações do estudo e a indicação de caminhos para pesquisas futuras por parte do autor.

Terminada a redação, importa realçar que de acordo com a estrutura bipartida da tese, e considerando os objetivos e as questões de partida levantadas, achou-se conveniente consolidar num primeiro momento a abordagem teórico-conceptual-descritiva desenvolvida na primeira parte da investigação, através de uma nota sintética conclusiva sobre as dimensões fundamentais da tese: património cultural, cidade histórica e turismo. Nessa perspetiva, as considerações finais que se apresentam após o nono capítulo, não obstante reforçarem a síntese da fundamentação teórica, privilegiam as conclusões obtidas por via da discussão dos resultados obtidos do trabalho de campo e da necessária confrontação com os objetivos e hipóteses formuladas.

A expectativa do autor é que todo o labor investigativo desenvolvido ao longo do curso, materializado nesta obra científica, sirva não apenas como um material de estudo para o turismo de Angola em particular, mas que as ideias e propostas avançadas sejam trabalhadas, corrigidas, aprofundadas e implementadas com o objetivo supremo de desenvolver a cidade histórica do Dondo e melhorar a qualidade de vida da sua população.

**PRIMEIRA PARTE: PATRIMÓNIO CULTURAL, CIDADE HISTÓRICA E
TURISMO**

I. Capítulo: O património cultural: percurso evolutivo, aceções, ativação, salvaguarda e valorização

“O património cultural é a verdadeira base do turismo internacional” (Carta do ICOMOS sobre o Turismo Cultural, Bruxelas 1976).

O significado do passado na vida dos humanos permite testemunhar por meio de práticas e feitos diversos o presente, independentemente se estamos diante de uma situação próspera ou, pelo contrário, de uma situação de decadência e fraqueza espiritual. Não sendo possível esquecer as etapas transcorridas e conquistadas no percurso da vida, o ser humano não pode estruturar a sua existência (hoje) e projetar o seu futuro sem que tenha a compreensão do que foi o seu “ontem”. Na verdade, o acumulado de experiências e realizações incutem no homem as necessidades, motivações e aspirações para enfrentar o amanhã.

Como a experiência humana, o património cultural é sobretudo o resultado da relação com o seu semelhante e com a sua envolvente. Representa o acumular de conhecimentos por via da convivência e das atividades conjuntas do homem com os seus, de forma consciente e organizada no meio. Essa forma partilhada de vida em grupo designada a uma certa escala por sociedade, produz bens e valores comuns com finalidades diversas que ordenam a vida comum, criam a identidade do coletivo e produz a cultura do grupo. Cruz (2012: 96) considera que “muitos produtos da cultura sobrevivem ao tempo porque as sociedades, pelas razões diversas, permitiram a sua permanência”. Por essa razão, sustenta a autora, a durabilidade de um bem, tangível ou intangível, está diretamente relacionada à sua valorização cultural, simbólica ou económica, atribuída pela sociedade.

1.1. Génese e evolução

A utilidade retirada de um bem ou da manifestação do estado d’alma de um povo repetido no tempo tem sido das principais razões para que uma sociedade o conserve e o converta em herança comum. A vontade da natureza humana de deixar o melhor para os descendentes propiciou a transferência do património e o legado histórico ao longo das gerações, desde os tempos mais recônditos. “A coleção de obras de arte antiga, que antecipa o museu, parece ter aparecido nos finais do século III a.C. Entre a morte de

Alexandre [O Grande] e a cristianização do Império Romano” (Choay, 2015: 33). No entanto, os registos históricos do mundo ocidental, que conformam o conceito dominante de património, são relativamente recentes em comparação com a existência do homem na terra, e privilegiam explicitamente a sua conservação.

Consta-se que o nascimento do monumento histórico acontece por volta de 1420. O Papa Martinho V procura restituir o poder e o prestígio de Roma desmantelada, restabelecendo a sede do seu papado na cidade, desenvolvendo desta forma um clima intelectual em torno das antigas ruínas, da história e do fabuloso passado de Roma (Lopes e Correia, 2014; Choay, 2015). Outro registo histórico apontado que subscreve a ideia de conservação do património está relacionado com um outro Papa, a bula do Papa Pio II (*Cum aliam mostram vitem*) visando a proteção dos restos da antiga Roma, poderia considerar-se como um marco chave na preocupação por classificar e conservar elementos antigos (Galindo e Sabaté, 2009; Lopes e Correia, 2014). Nessa conformidade, pode ser sustentada a ideia de que o pensamento moderno de conservação do património nasceu no seio da Igreja Católica Romana.

As iniciativas de conservação do monumento acontecem, não apenas na Itália, mas em outros países da Europa. “Na Grã-Bretanha, as associações de antiquários tomaram para si a proteção dos monumentos como resposta ao vandalismo religioso ocorrido no período da Reforma Luterana. A destruição dos monumentos religiosos da Idade Média despertou a indignação devido ao desperdício e a sua afronta ao nacionalismo” (Grammont, 2006: 437). No contexto português, surgem as primeiras ações de enquadramento legal da conservação do património cultural no século XVIII com o Alvará Régio de agosto de 1721. Um decreto do D. João V visava proteger edifícios, monumentos e objetos de valor histórico, atribuindo à Real Academia de História Portuguesa a inventariação e conservação dos monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no Reino (Pereiro, 2009; Carvalho e Fernandes, 2012).

Contudo, todas as iniciativas concernentes à conservação de objetos de arte antiga e do património monumental⁷, não experimentam ainda um pensamento estruturado e uma sensibilidade coletiva que viabilizassem a sua valorização. A sua preservação, conforme assinala Choay (2015), prendia-se a causas aleatórias, visto que não se tratava de uma

⁷A preocupação era, sobretudo, com o património histórico construído, ou seja, com os grandes edifícios e as igrejas antigas.

atitude reflexiva e cognitiva, mas de um processo de apropriação de fragmentos de arquitetura, bens móveis colecionados e objetos do artesanato grego. Subentende-se que as preocupações de conservação assentavam em iniciativas isoladas e subordinadas a gostos individuais dissonantes e matizes subjetivas. As escolhas do gosto não são orientadas por uma visão do passado para que fosse evocada a noção de monumento.

Somente no século XVIII é que os princípios e as instituições de conservação dos monumentos históricos são formalmente estabelecidos com suficiente respaldo jurídico, motivados fundamentalmente pela necessidade de impedir o vandalismo resultante da revolução francesa de uma década, que resultou na instalação da primeira república em França e a destituição da monarquia absolutista que governara a nação durante séculos (Grammont, 2006; Galindo e Sabaté, 2009; Pereiro, 2009; Cruz, 2012; Choay, 2015).

Consideram-se dois marcos fundamentais para a institucionalização dos princípios de conservação do património monumental, nomeadamente, as ideias disseminadas pelo Iluminismo⁸ (Grammont, 2006: 437), que terão sido das grandes impulsionadoras para o culminar da agitação político social na França iniciada em 1789, na sensibilização para o bem comum e no interesse da conservação. De igual modo, a emergência dos mais dinâmicos processos de transformação económicos e sociais vinculados à revolução industrial, consolida a preocupação da conservação do património ameaçado pelo frenesim do crescimento urbano das principais cidades, onde serão levantados recintos especializados para “armazenagem” de manifestações patrimoniais diversas (Galindo e Sabaté, 2009).

Um dos primeiros atos jurídicos da Assembleia Nacional Constituinte resultante da instalação da república democrática em França tinha sido o de colocar os bens do clero à disposição da nação, numa transferência de propriedade sem precedentes, a 2 de outubro de 1789 (Choay, 2015). Assente numa distinção que sustenta até agora a legislação francesa sobre os monumentos históricos, o património confiscado e nacionalizado foi repartido em duas categorias, móveis e imóveis. “Os primeiros terão sido transferidos do seu depósito provisório para os depósitos definitivos aberto ao público – que passaram a ser denominados de museus, reunindo obras e objetos de arte que ensinarão o civismo, a

⁸ Movimento cultural dos intelectuais europeus do século XVIII, também conhecido como o Século das Luzes, caracterizada por uma atitude de introspeção livre, mobilização da razão e capacidades humanas em oposição ao totalitarismo do Estado monárquico de matriz cristã.

história, bem como os conhecimentos artísticos e técnicos. Uma pedagogia concebida a escala nacional” (Choay, 2015: 107).

Com o património imóvel, havia sobretudo a preocupação de evitar a sua destruição com a radicalização de algumas posições e ações próprias em situações de deposição de regimes considerados intolerantes. Era, portanto, prioridade encontrar novas funcionalidades e formas de uso de vários edifícios da monarquia e da igreja que perderam a sua utilidade. Nesse sentido, volvidos cerca de quatro décadas após o início da revolução, mais concretamente em 1834, foi criada em Paris a Inspeção Geral dos Monumentos Históricos, onde se estabelece entre outras medidas, a proteção de determinados edifícios em função, essencialmente, de sua antiguidade e preferências estilísticas (Galindo e Sabaté, 2009).

Portanto, a noção de monumento histórico e os seus princípios iniciais de conservação, balizaram o percurso para o conceito abrangente de património cultural que se conhece hoje. Nasceu na Europa na era moderna, impulsionado fundamentalmente pelas transformações inéditas em várias cidades, como resultado da revolução industrial, em concomitância com a corrente intelectual de elevação da razão, designada de Iluminismo. Será em França, onde os princípios e as instituições de conservação dos monumentos e artes antigas foram pensados de forma sustentada, porquanto os bens móveis e imóveis confiscados à igreja e ao regime monárquico na revolução popular passaram a ser encarados como herança do povo e, portanto, considerados património de toda a nação.

A iniciativa francesa contagiou outras nações europeias que, conforme exemplos apresentados de Itália, Grã-Bretanha e inclusive de Portugal, havia já iniciativas legais tendentes à conservação das antiguidades, sem no entanto, estarem fundamentadas em premissas objetivas de valorização histórica e cultural. A Europa de então, constituída por países imperialistas e dominando praticamente todas as nações do mundo, facilmente disseminou a sua visão de passado e do que, na sua ótica, deveria ser preservado e valorizado, sem o sentimento de alteridade necessário para compreender e respeitar o passado alheio. Assim, como se verá, o conceito de património é homogeneizado com base na matriz europeia que privilegia a valorização da edificação e do monumento, em detrimento da componente intangível, muito presente na idiossincrasia dos povos de outras regiões.

Na base da conceção do património enquanto conjunto de edificações históricas, emergiram vários protagonistas com teorias de intervenção que visavam corrigir ações destrutivas nos edifícios medievais, com demolições e reconstruções arbitrárias, provocando um debate alargado à escala europeia. De um lado estavam os defensores da intervenção de restauro e reconstituição integral (se fosse o caso) das edificações em ruínas, liderada pelo arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), do outro lado figuravam os defensores da não intervenção, independentemente do estado de degradação do edifício, que tinha como expoente máximo o professor de arte e arquitetura inglês John Ruskin (1819-1900). Num extremo defendia-se as reconstituições com base em hipóteses com elementos idênticos aos originais, no outro, a autenticidade. Aqui, a intervenção era considerado um atentado às edificações, mesmo que comprovada a urgência de restauração (Grammont, 2006; Choay, 2015).

Para debelar a situação dos extremos surge mais tarde o arquiteto e historiador italiano Camillo Boito (1836-1914) que defende uma posição intermédia, tentando conciliar as contradições de abordagem entre os dois primeiros. Nessa base, “Boito recolhe o melhor de cada teoria e sustenta a prioridade do presente sobre o passado, afirmando a legitimidade do restauro quando todos os outros meios de salvaguarda falharem, portanto, considerava que as intervenções deveriam ser mínimas” (Choay, 2015: 168)

O austríaco Alois Reigl (1858-1905), historiador, filósofo e jurista, desenvolveu um trabalho assertivo que permitiu compreender melhor (até à época) a noção de monumento histórico; Reigl distinguia os monumentos dos monumentos históricos, tendo em conta a ligação ao presente e ao valor de utilização, no primeiro caso, e a ligação ao passado e a memória, com o valor de antiguidade no segundo caso. Portanto, para Reigl o critério que distinguia os monumentos dos monumentos históricos e as ruínas arqueológicas era precisamente o valor de uso (Grammont, 2006; Choay, 2015).

Com a introdução de categorias de valores ligados à história, estética, antiguidade, contemporaneidade, documentos e etnografia (Pereiro, 2009), Reigl contribuiu de forma significativa a orientar o olhar, a intervenção e a valorização sobre os monumentos. Choay (2015), na senda dessa aceção incipiente amplia as categorias de valorização, considerando o valor nacional atribuído aos monumentos o mais importante, pois inspirou as medidas de conservação. De igual modo, aponta o valor cognitivo e educativo dos

monumentos como portadores de uma pedagogia geral do civismo, e o valor económico, associado às indústrias culturais e como forma de atração de visitantes estrangeiros.

Ao longo do processo de evolução do conceito importa realçar também a abrangência do conceito de monumento para os conjuntos históricos e para as construções pequenas ou arquitetura menor. A noção de património arraigado aos grandes monumentos foi alargada para uma abordagem de património urbano histórico na época de Haussmann⁹, no processo de requalificação urbana de Paris (Galindo e Sabaté, 2009; Choay, 2015), não obstante haver já iniciativas de Ruskin no Reino Unido, que se insurgia com as intervenções que lesavam a estrutura do tecido urbano das antigas cidades medievais (Choay, 2015). O aumento natural da escala territorial no processo de desenvolvimento de novas modalidades de organização de espaços forçadas pela revolução industrial e os esforços de certas correntes de impedir a destruição de conjuntos urbanos antigos, floresceu a identidade conceptual de cidades históricas.

Para essa abordagem de conjunto, Choay faz menção da contribuição de duas proeminentes figuras na doutrina de conservação e/ou transformação dos tecidos urbanos. O arquiteto e historiador vienense Camillo Sitte (1843-1903) defendia a elaboração de uma escala de intervenção própria à cidade moderna com crescimento populacional, de tal modo que a análise de construção das metrópoles devesse envolver a configuração e harmonização da cidade antiga. “Esta conceção fez de Sitte o criador da morfologia urbana a partir do paradigma de praça pública” (Choay, 2015: 197). Por sua vez, o urbanista italiano Gustavo Giovannoni (1873-1947) defendia um novo modo de conservação dos conjuntos antigos, sendo o primeiro autor a designá-lo de património urbano. “No seu ponto de vista, fazia mais sentido pensar as escalas urbanas como redes, sendo, portanto, necessário que o urbanismo deixasse de se aplicar a entidades urbanas e circunscritas no espaço para se tornar territorial” (Choay, 2015: 207-208).

“Giovannoni funda assim uma doutrina de conservação e do restauro do património urbano que se pode resumir em três grandes princípios” (Choay, 2015: 211), a saber:

⁹Georges-Eugènes Haussmann, na altura mais conhecido por Barão Haussmann foi encarregue pelo Imperador Napoleão III, responsável pela reforma urbana da cidade de Paris entre 1853 e 1870, tornando-se bastante conhecido na história do urbanismo e das cidades. www.bbc.com/portuguese/noticias/17/11/2016.

1. Qualquer fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano de ordenamento local, regional e territorial, que simboliza a sua relação com a vida presente.
2. O conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício singular no exterior do contexto edificado no qual se insere.
3. Os conjuntos urbanos precisam procedimentos de preservação e de restauro que respeitem a escala e a morfologia desses conjuntos.

Os pressupostos apresentados por Giovannoni ajudaram a criar condições para a valorização dos conjuntos históricos. Bairros, conjuntos históricos tradicionais e cidades antigas encontraram respaldo numa abordagem que valorizava a envolvente e privilegiava a dialética existente entre o meio e as construções humanas. “A ideia de isolar ou destacar um monumento começou a ser percebida como uma mutilação” (Grammont, 2006: 439; Choay, 2015: 211). Obviamente que esse postulado serviu de matriz para amplificar o conceito de património no seu processo evolutivo com as noções de paisagens culturais, património rural e o património imaterial. O património emerge assim, de forma mais destacada, no contexto da afirmação das diferenças entre os territórios num quadro espacial cada vez mais aberto, competitivo e exigente (Carvalho e Fernandes, 2012).

Todavia, a evolução conceitual do património para a imaterialidade e a valorização das representações e expressões orais não acontecem antes do culminar do século XX. A preocupação com as questões mais prementes da vida provocadas pelos conflitos constantes entre as sociedades europeias (onde o conceito surgiu), incluindo as duas grandes guerras mundiais, constrangeu os esforços de abrangência já iniciados ao longo do século XIX. Por outro lado, a dimensão cultural da oralidade e os valores simbólicos dos bens culturais intangíveis de outras regiões fora da Europa, que não apregoam tanto o culto ao monumento (Pwiti e N'doro, 1999; Smith, 2006; Campillo, 2008; Vecco, 2010; Techera, 2011), pressionou a redefinição do conceito de património e a assunção cada vez mais da alteridade. Portanto, de acordo com Campillo (2008: 73), a evolução do conceito de património passou de uma visão reducionista, simplista e etnocêntrica, que o vinculava unicamente às grandes obras de arte e às elites, para chegar ao património cultural, o que pressupôs a democratização do conceito e o reconhecimento como património, as obras e manifestações das sociedades fora do universo ocidental.

1.2. Acepções

Inspirado inicialmente na proteção de edifícios históricos, que passarão alguns deles a considerar-se monumentos e obras de arte antiga, o conceito de património cultural registou evolução interessante na absorção de particularidades representativas da cultura dos povos, ao longo de mais de dois séculos em que foram consolidados os princípios orientadores de conservação em França. Excessos resultantes das transformações do tecido urbano, mudanças na organização das sociedades e conflitos armados estiveram na base do culto pela conservação e aprofundamento progressivo do conceito de património.

O dicionário define a palavra património – originária da palavra latina *patrimonium* (*parter monere: que pertence ao pai*) – como herança paterna, bens de família; ou seja, os bens transmitidos hereditariamente de geração em geração. De tal modo que a herança do passado e o acréscimo do termo histórico conduziu o conceito para outras conotações, traduzindo-se numa significação mais abrangente, ao considerar também a absorção de vestígios e realizações comum do passado como património coletivo (Grammont, 2006; Pereiro, 2009; Vecco, 2010; Carvalho e Fernandes, 2012). O conceito atual de património cultural é de um sentido público, comunitário e de identificação coletiva alargada, ao contrário do sentido mais restrito, familiar e individual do contexto privado e particular que lhe deu origem (Pereiro, 2009: 140).

São cinco os períodos que devem ser distinguidos na história do termo património (Desvallées, 1995 *apud*. Vecco, 2010). Considera que o primeiro momento foi da petição à Assembleia Constituinte, na ressaca da revolução, quando se procurava convencer os emigrantes da necessidade de reverterem os bens familiares para património da nação a 04 de outubro de 1790. O termo aprofunda-se no período de 1930-1945, no contexto das instituições internacionais, em que o conceito de património se torna parte da dimensão cultural, sobretudo a partir da Conferência de Atenas de 1931. A expressão *patrimoine culturel* (património cultural) foi adotada em 1959 por André Malraux¹⁰, no decreto 59-889 de 24/07, mas com uma semântica limitada à propriedade nacional, embora já viesse sendo usado pelas organizações internacionais. Finalmente, é no período de 1978-1980, que o termo património é consagrado para o consumo público.

¹⁰Foi um escritor francês de assuntos políticos e culturais. Além de um grande escritor, foi um grande pensador da época e amigo pessoal de Charles De Gaulle. Participou ativamente da resistência francesa durante a ocupação nazista na Segunda Guerra Mundial. [https://www/.publico.pt/culuturaipsilon/jornal/\[17/11/2015\]](https://www/.publico.pt/culuturaipsilon/jornal/[17/11/2015]).

Com a consolidação da noção de monumento nos finais do século XVIII, que estava associada a qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para recordação posterior de outras gerações (Choay 2015), o conceito remetia para um período distante, de detalhes de vida do passado e de alimentação do sentimento nostálgico sobre o antigo que interrompia a sua perenidade, criando uma fronteira com o presente à medida que eliminava qualquer serventia posterior, exceto o da memória. “(...) Um conceito de “património histórico” que expressava um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua presença comum ao passado: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos” (Choay, 2015: 11).

O campo semântico permite identificar diversas dimensões que configuram o conceito atual de património, traduzidas em transmissão, herança ou posse material, imaterial e espiritual (Carvalho e Fernandes, 2012). Os autores sustentam que a emergência do conceito de património, tanto no sentido restrito como na conotação mais abrangente, está associada aos valores dos bens e a sua transmissão geracional, de maneira que a propriedade e transmissão, elementos fundadores da noção tradicional de património, pertencem a uma tomada de consciência da comunidade local, nacional, regional e, cada vez mais, a esfera mundial. A adesão¹¹ dos Estados membros à Convenção para Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO de Paris, em 1972, é o paradigma dessa tomada de consciência.

Todavia, o conceito atual de património cultural é relativamente recente, pois que, como se viu, a preocupação pela conservação dos bens culturais tangíveis limitava-se inicialmente numa perspetiva de salvaguarda material. É nos anos mais avançados do século XX, no auge das crises industriais e do crescimento do turismo cultural que a conceção muito mais ampla do património, seja material ou imaterial, é manifestada como legado da experiência e esforço de uma comunidade (Galindo e Sabaté, 2009). Pereira (2009: 140) situa a emergência da abrangência do conceito em França, no início da década de 1980 com a redefinição do conceito de folclore, cultura popular e tradicional.

¹¹ Também designada de Convenção do Património Mundial, é o mais popular documento normativo da UNESCO, não só pela adesão dos Estados à Convenção (190 dos 195 Estados membros da UNESCO) como pelo número de sítios classificados e pelo impacto junto da opinião pública (Lopes e Correia, 2014).

Seria com o objetivo de salvaguardar e assegurar o respeito pelos bens móveis ou imóveis importantes para o património dos povos, em consequência da destruição sem precedentes de várias cidades europeias na Segunda Guerra Mundial que é realizada a Convenção de Haia (Países Baixos) da UNESCO, em maio de 1954, com o propósito de proteger os bens culturais em caso de conflito armado. Esta Convenção define bens culturais como:

- a) Os bens móveis ou imóveis, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou história, religiosos ou laicos, os sítios arquitetónicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima referidos.
- b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja, de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea *a)*, como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea *a)* em caso de conflito armado.
- c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais, que são definidos nas alíneas *a)* e *b)*, os chamados “centros monumentais.

Não obstante a Carta de Atenas de 1931 ser considerada o primeiro grande documento normativo das preocupações de conservação, dando ênfase principal ao restauro dos edifícios históricos, constata-se na Convenção de Haia a elaboração de um documento mais incisivo e detalhado, onde é apresentado uma definição clara de bens culturais, móveis e imóveis, ao contrário das reuniões anteriores que apresentavam uma posição difusa, consubstanciada em recomendações pouco efetivas. Deduz-se que foi a partir do encontro de Haia que se criaram as condições de base para a evolução do conceito atual de património, assente na identidade e expressividade de um povo, independentemente da grandiosidade, natureza ou tangibilidade do bem cultural.

O património cultural é definido muitas vezes como herança do passado, mas nem todos os vestígios herdados do passado podem ser considerados como tal, visto que a distinção entre a noção do património cultural e o da cultura assenta na forma como a primeira se manifesta na representação da última, por meio da transformação do valor dos elementos culturais (Pereiro, 2009).

O diploma sobre a política cultural de Angola define cultura da seguinte forma: “o conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela é o repositório do capital de criação social acumulada que, encerrado a memória coletiva, ganha expressão tangível e intangível em toda a criatividade dos indivíduos e das comunidades determinando, a sua conduta e o seu agir social” (Decreto Presidencial nº 15/11 de 11 de janeiro).

O mesmo instrumento legal acrescenta que a cultura é também a representação que a sociedade dá de si, a si mesma e aos outros, através das obras que cria e das práticas que desenvolve, sendo um pluralismo de expressões que constitui o alicerce sobre o qual ergue-se uma nação. Todavia, como defende Xerardo Pereiro, da cultura não podemos patrimonializar nem conservar tudo, o património cultural é apenas uma representação simbólica da cultura, e por isso resultado dos processos de seleção e de negociação dos significados. “A seleção e escolha fazem parte dos processos de fabricação social do património cultural. Esse fabrico (...) tem muito a ver com a atribuição de significados sociais, valores e a reconstrução da memória e da identidade” (Pereiro, 2009: 141). Até porque os significados culturais são criados pelas realizações e aspirações presentes mas legitimadas pela criação e recriação do sentido de ligação ao passado.

Como refere Smith (2006: 83-84), *“Cultural meanings are fluid and ultimately created through doing, and through the aspirations and desires of the present, but are validated and legitimized through the creation and recreation of a sense of linkage to the past. Heritage provides a mentality and discourse in which the linkages are forged and recast”*.

Fazendo uma abordagem sobre a “patrimonialização”, Cruz (2012: 95) sustenta que todo o património, material ou imaterial, é necessariamente cultural, porque é o âmago da cultura simbolizada na invenção, na história e no socialmente construído que dá origem ao património cultural – como uma espécie de dimensão aurática da herança, material e imaterial, transmitida de geração em geração. Se a cultura é o universo complexificado de valores, símbolos, crenças e edificações geradas por uma determinada comunidade para a sua sobrevivência, bem-estar e, em último estágio, felicidade, o património cultural apresenta-se como a amostra de cada um dos componentes da cultura. Nesse sentido, o património cultural é a expressão da cultura dos grupos humanos que recupera memórias, ritualiza sociabilidades, seleciona bens culturais e transmite legados para o futuro

(Pereiro, 2009). É, pois, por essa via, um exemplo do processo de avaliação cultural num contexto em que a significação é criada (Esborg, 2012).

As resoluções, cartas ou declarações de convenções consultadas ao longo da investigação apresentam pouca clareza no que tange à definição de património cultural, representando uma dificuldade acrescida para o entendimento do conceito. No entanto, a definição produzida na Convenção quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, realizada em Faro, Portugal, em outubro de 2005, é um importante contributo para a delimitação e objetivação do conceito. Ao definir “património cultural como a constituição de um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da intenção entre as pessoas e os lugares através do tempo” (Lopes e Correia, 2014: 438).

Longe de ser um conceito consensual, o património cultural apresenta-se muitas vezes definido como tendo valores que pendem para a uniformização e universalização, num contexto em que a complementaridade da diversidade cultural é apelativa para a identidade das comunidades. A imperatividade da compreensão da pluralidade de pertenças ou de valores obriga a que a definição de património cultural tenha em conta as motivações de seleção e valorização empreendida por cada povo ao longo da sua história. Deverá ser o espírito de diferenças e de complementaridades a enriquecer culturalmente as sociedades do mundo atual globalizado e não as pertenças “verdadeiras” e totalizantes. Infere-se, portanto, que as sociedades pós-modernas foram percebendo esse postulado de diferenciação e respeito mútuo quando amplificaram o conceito de património cultural com o cunho imaterial na entrada do século XXI.

1.3. Ativação patrimonial

Durante muito tempo o património esteve ancorado apenas na sua dimensão monumental e edificada, resultando numa interpretação de estreita ligação com os cascos urbanos (Grammont, 2006; Carvalho e Fernandes, 2012). Tanto é assim que, ao longo do século XIX, o património era entendido como um conjunto de edificações, monumentos e objetos antigos que clamavam por intervenções de restauro por força das transformações sociais da época. A noção de património e de sua preservação surgiu, como vimos, no afã de restaurar os monumentos afetados pelo vandalismo da revolução francesa. A pressão

para o reordenamento e dimensionamento das cidades impulsionado pela revolução industrial e a necessidade de restaurar os monumentos e edifícios históricos destruídos pela guerra contribuíram, igualmente, para consolidar as ideias de proteção do património.

O discurso de criação de condições de salvaguarda do património cultural não se circunscreve apenas, como é óbvio, nos modelos mais adequados de conservação mas também nos processos de ativação patrimoniais e nas formas de utilização perenes que facilitem a sustentabilidade do próprio processo de conservação. Por esta razão, aquando da conversão dos bens particulares para bens de toda a nação francesa, “uma das principais preocupações das autoridades instituídas foi garantir, não apenas a conservação das edificações e as obras de artes móveis, mas também proporcionar consumo público deste património por meio de visitas e exposições em espaços percursos dos atuais museus” (Choay, 2015: 107).

“Para que algum elemento de uma cultura seja considerado património, deve ser previamente ativado” (Schülter, 2015: 14); dar funcionalidade ao património cultural é um aspeto essencial para os desígnios de sua conservação e para todo o aporte que é capaz de emprestar à sociedade. “Enquanto recurso estratégico de (re) construção de memórias e identidades o património emerge nos processos de requalificação, refuncionalização e renovação da imagem dos territórios e representa um suporte de iniciativas formais e informais de educação patrimonial e uma oportunidade de envolver a sociedade na compreensão da linguagem de estruturação dos seus territórios e nas relações dinâmicas com outros” (Carvalho e Fernandes, 2012: 19).

Realçando a questão da educação patrimonial, Domingos (2013: 266) a considera como “veículo de transmissão de conhecimento, na medida em que o ensino focalizado nos bens culturais visa proporcionar as comunidades um contacto maior e regular com o património cultural da sua localidade, principalmente para comunidades jovens [como as angolanas], com vista a uma capacitação e usufruto correto dos bens para a construção de uma identidade nacional sólida”. Por conseguinte, a utilização do património no processo educativo para ativar a sensibilização e práticas de conservação nos cidadãos reforça o sentido de pertença, para além de contribuir para um melhor entendimento e tolerância do processo de construção da vida de um território e dos seus habitantes.

No entanto, nesta era de intercâmbio global, tem sido o turismo cultural uma das principais atividades que possibilita a ativação patrimonial, ao permitir dar uso e introduzir novas funções para os diferentes bens culturais, principalmente os imóveis e as edificações erguidas no passado para cumprir com determinada função, atualmente sem utilidade. São exemplos de edifícios refuncionalizados, as fortalezas¹² de outrora e as fábricas e indústrias diversas da era industrial que resulta inapropriada nos dias de hoje a sua utilização para o mesmo fim. Como se sabe, o melhor aproveitamento de estruturas antigas para uso turístico tem contribuído para a sua revalorização e representando receita para os empresários e para o setor público. É neste percurso que os patrimônios e as identidades emergem como novos recursos turísticos (Cravidão e Santos, 2015). Todavia, no terceiro capítulo da presente pesquisa retomá-se esta questão com a abordagem do turismo cultural e suas incidências.



Fonte: Autor (2015)

Figura 1: Vista parcial do museu de História Militar de Angola

¹²A antiga Fortaleza de São Miguel, atual Museu de História Militar (figura 1), é um exemplo paradigmático de novos usos dado aos edifícios antigos. Este monumento, erguido em 1576 após a chegada dos portugueses na costa de Angola, teve inicialmente a função de garantir a vigilância e a defesa do território perante ameaças externas, assim como estrutura de suporte para penetração e domínio das terras adentro. Além disso, o monumento simboliza o início da construção da cidade de Luanda, fundada a 25 de janeiro daquele ano pelo capitão Paulo Dias de Novais, primeiro Governador-geral de Angola do regime colonial português.

Do ponto de vista das vantagens não facilmente mensuráveis, o património tem sido considerado, fundamentalmente a nível local, o eixo vertebrador de planificação para os diversos setores de atividade (Prats, 2011; Carvalho, 2009), sem descuidar a sua capacidade de criar imagem para a localidade, ao mesmo tempo que vai reforçando a vertente simbólico-identitária das suas populações. Hitters e Richards (2002) advogam que, paradoxalmente ao que se podia pressagiar, uma das características da globalização é, inevitavelmente, o reavivamento e o fortalecimento da autonomia local no que se refere a identidade e etnicidade. Os autores designam de “glocalização” a dualidade do processo de globalização consubstanciada na “eliminação” de fronteiras e transformação do mundo em mercado global por um lado e, por outro lado o reforço da identidade e capacidade locais que a própria globalização demanda.

Com efeito, é compreensível que a homogeneização dos produtos e a uniformização dos consumos que os fenómenos atuais apresentam obriga que as pessoas cultivem a diferenciação e apregoem a sua identidade, “posta em causa”. As comunidades buscam a confiança através do seu percurso histórico para enfrentar as incertezas proporcionadas pelo mundo atual que, com todos os seus problemas, provocam sentimentos de instabilidade numa trajetória a toda a velocidade para um destino pouco decifrável.

Pereiro (2009) apresenta os significados das ativações patrimoniais, fora dos processos ligados ao turismo cultural:

- a) O património cultural pode contribuir para a recomposição de identidades culturais afetadas por processos culturais homogeneizadores.
- b) O património cultural pode servir para conservar e preservar bens culturais, o que diminui o drama de algumas mudanças muito rápidas e acrescenta a autoestima da comunidade.
- c) Como etiqueta social de distinção que é, o património cultural tem uma rentabilidade social e política, e não só uma rentabilidade económica.

Sendo um processo que exige das autoridades elevados custos de manutenção para a sua conservação, parte substancial do património cultural, particularmente a material, tem de ser rentabilizada como um dos principais objetivos do processo de ativação. Essa reutilização implica, como se observou, a atribuição de novos usos. De acordo com Choay (2015: 233), “a rentabilização se afigura a tarefa mais audaciosa de valorização

patrimonial pelo facto de ser uma tarefa difícil e complexa”, tendo em conta o estado material dos edifícios que exige ser apreciado e a sua conciliação com o fluxo de utilizadores potenciais.

Um dos instrumentos de maior alcance para a ativação patrimonial têm sido os museus, que são estabelecimentos depositários de boa parte dos bens culturais de uma determinada localidade, para além de serem estruturas importantes na restauração do orgulho e dos valores culturais que muitos povos perderam no período de colonização (Pwiti e N’doro, 1999). “Os museus de história cultural possuem elementos-chaves na estética do património cultural, visto que são instituições de cultura, expressão, percepções e particularidades que projetam a posteridade, ao mesmo tempo que negociam e ajudam a definir identidades e relações sociais no relato que fazem da história” (Esborg, 2012: 77). Segundo a autora, o museu não apresenta apenas a história sobre o material, mas permite também a criação de narrativas acerca do património intangível como ato de transformação e interpretação do passado no presente.

A ativação cultural ou a atribuição de novos usos para o património cultural traduz-se em esforços de conservação, numa base de reutilização e rentabilização, para evitar o que Galindo e Sabaté (2003:125) consideram “a sustentabilidade parasitária, a cargo do erário público e a expensas de outros gastos e investimentos, igualmente públicos: infraestruturas, equipamentos, saneamento, educação e outras atividades”.

Em definitivo, a ativação patrimonial é uma ação fundamental no processo de conservação do património cultural e da perpetuidade de vida que trás do passado. Por outro lado, essa ativação é igualmente relevante devido a sua utilidade presente enquanto alicerce para a construção do futuro. Significa que atribuir novos usos ao património implica para além do seu propósito conservacionista, participar no contínuo processo de transformação de identidades que enriquecem a cultura dos povos e na necessária dinâmica interpretativa dos bens culturais com vista a servir da melhor forma a comunidade e as pessoas.

1.4. Salvaguarda e valorização

Ao longo da história de salvaguarda¹³ dos monumentos antigos, obras de arte e mais recentemente de todo o património cultural, constata-se que a efetividade das iniciativas de conservação tiveram lugar graças a produção legislativa bem definida. Dito de outro modo, a moldura legal que foi acompanhando as ações de perpetuidade da vida material e imaterial das sociedades tem sido determinante para conformar ao longo dos tempos e particularmente nas últimas décadas, a heterogeneidade interpretativa da vivência do passado, num desafio coletivo de salvaguarda, independentemente das diferenças ancestrais entre os povos.

Não obstante os esforços de conservação dos bens culturais desde a antiguidade tardia, a institucionalização racional e sistemática deste propósito só foi possível com a disponibilização de pressupostos legais que garantiram, não apenas a preservação das obras de arte e edificações antigas, mas também a emergência de instituições especializadas de gestão do património. Portanto, por meio dos documentos orientadores e da própria produção legislativa, se assiste a um crescendo de preocupação pelas causas do património, tornando-se de certo modo inteligível uma análise da sua identidade conceptual.

1.4.1. Contexto internacional

Ao longo do século XIX e até ao eclodir da Primeira Guerra Mundial a maioria dos países europeus, e não só, iria publicar legislação e criar organismos responsáveis pela proteção do seu património arquitetónico, conforme discriminam Lopes e Correia (2014).

- O Papa Pio VII promulga o édito de 1 de outubro de 1802.
- Na Prússia, futura Alemanha, no grão-ducado de Hessen-Dormstadt, foi publicado o Decreto de 22 de janeiro de 1818, mas dispunha já de um organismo desde 1770.
- Um dos primeiros países fora da Europa a criar legislação patrimonial foi o México com o Decreto sobre a exportação de antiguidades de 1827.

¹³Nessa perspetiva, o conceito de salvaguarda é entendido conforme definição da UNESCO na Recomendação sobre o Património Mundial, que compreende as etapas da identificação, proteção, conservação, restauro, reabilitação, manutenção e revitalização dos conjuntos históricos e do seu enquadramento.

- A Áustria-Hungria estabeleceu uma comissão para a conservação dos edifícios históricos em 1850.
- A Comissão Arqueológica Imperial Russa foi constituída em 1859.
- Em 1871, o Japão publica o primeiro Decreto sobre a proteção de antiguidades e a preparação de inventários.
- O Egito forma, em 1881, uma comissão para a conservação da arte árabe e publica o Decreto de 12 de agosto de 1897 sobre as escavações arqueológicas.
- O inventário arqueológico da Índia começou em 1860, mas a primeira Lei sobre a preservação de monumentos antigos surge só em 1904.
- Os Estados Unidos da América publicaram o *Antiquities Act*, a 8 de junho de 1906.

O teor dos primeiros documentos orientadores de conservação do património, está centrado obviamente, na proibição de destruição, alterações indiscriminadas e demolições de monumentos antigos, assim como nas técnicas de recuperação desses monumentos e formas de ação conjunta dos países para a restauração das construções antigas vítimas de vandalismo, descontinuidade de uso, abandono e conflitos armados. Não terá sido por acaso que a primeira grande reunião para discutir os princípios gerais e doutrinas concernentes à proteção dos monumentos tenha sido a Conferência de Atenas, capital grega, considerada como o berço da civilização e a grande influenciadora da cultura ocidental.

A conferência realizada em outubro de 1931, sobre a égide do Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações, produziu a Carta de Atenas, recomendando aos Estados membros uma metodologia de restauração assente no respeito à obra histórica e artística do passado, sem prejuízo do estilo de nenhuma época, em consonância com as novas práticas de restauro que vinham sendo adotadas pelos países participantes, em oposição as práticas de reconstituição integrais, inspiradas nas teorias de restauro de Viollet-le-Duc, bastante difundidas na segunda metade do século XIX. Nesta conferência foram consagradas, de certo modo, as teses de Reigl de respeitar o estilo de cada época no processo de restauro, assim como as contribuições de Boito e Giovanonni que defendiam a continuidade da vida dos monumentos, orientados para o exercício e o papel da cidade na sociedade, pressupostos responsáveis por balizar a arquitetura moderna que se conhece atualmente.

Na Carta de Atenas, é evidente a recomendação a um acompanhamento da instituição internacional nos trabalhos empreendidos em cada país, e incentiva a colaboração técnica e moral no espírito do Pacto da Sociedade das Nações, no interesse da conservação do património artístico e arqueológico da humanidade. Com o documento de Atenas desenha-se um mecanismo orientador transnacional de restauro e conservação dos monumentos históricos que desencoraja ações isoladas, ultrapassa os interesses particulares dos países e apregoa um benefício para toda a humanidade.

Outro documento importante de conservação do património é o Tratado assinado na Convenção de Haia em agosto de 1954, para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado. Muito influenciado pelo pacto de paz de Nicholes Röerich¹⁴ ou Pacto das Américas, assinado na cidade de Washington em 1935. A Convenção de Haia, realizada sob a égide da UNESCO, teve como objetivo principal prevenir atentados contra os bens culturais para que os danos e a destruição maciça verificados durante a Segunda Guerra Mundial não se repetissem. Nota-se no Tratado de Haia um espírito inovador dos participantes nos aspetos respeitante à proteção dos bens culturais, tendo em consideração as suas disposições:

- Define com clareza o conceito de bens culturais no seu primeiro artigo, situação não verificável nos postulados anteriores, garantindo dessa forma uma maior assertividade da atuação.
- Mais do que um documento com recomendações orientadoras, o Tratado de Haia é imperativo em alguns aspetos, determinando os Estados subscritores a adotar as disposições para proteger os bens culturais, com as tomadas de medidas necessárias, sanções penais e disciplinares em caso de infrações.
- A obrigatoriedade de difundir o texto da Convenção e o seu regulamento de execução nos respetivos países e a incorporação nos programas de instruções militares e civis, de tal maneira que os princípios possam ser conhecidos do

¹⁴ Röerich (1874-1947) foi pintor, escritor e arqueólogo, criou um Tratado Internacional de Paz onde propunha que uma bandeira (por ele desenhada) flamejasse em todos os monumentos históricos e instituições educacionais, artísticas e científicas do mundo para indicar proteção especial e respeito em tempos de guerra ou de paz. A 15 de abril de 1935, Franklin Roosevelt presidiu a uma cerimónia máxima na Casa Branca, em Washington, na qual, os Estados Unidos da América, juntamente com mais vinte e um países latino-americanos firmaram definitivamente o seu Tratado Internacional de Paz.
http://www.novaera- Alvorecer.net/nicolas_roerich.htm [01/12/2015].

conjunto da população, das forças armadas e do pessoal afeto à proteção dos bens culturais.

A humanidade, cada vez mais consciente do conjunto dos valores criado por cada povo, considera as edificações e as obras particulares como património comum que devem ser preservadas para as gerações futuras. Nesse interim, é realizado em Veneza, em maio de 1964, o II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. Esse encontro ratifica algumas recomendações produzidas no encontro de Atenas sobre a conservação e a restauração, onde prevalece a manutenção integral dos monumentos históricos, admitindo a intervenção excepcional nos casos em que é possível evitar a degradação e a ruína. Portanto, a Carta de Veneza pode ser considerado como um guia sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios históricos. Alinhados com as teorias de Giovanonni, a noção de monumento é definida em documento conceitual do conjunto, o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico que merece, igualmente, uma ação de preservação para a transmissão de sua autenticidade às gerações futuras. Ao mesmo tempo, “veio reforçar a abrangência do conceito de património alterando a própria noção de monumento histórico” (Mendes, 2012: 11).

Baseada em considerandos de proteção contra ameaças de destruição e na insuficiência das capacidades nacionais em termos de recursos económicos, científicos e técnicos para a salvaguarda do património cultural e natural, a Conferência Geral da UNESCO, na sua décima sessão, adotou a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural em novembro de 1972, em Paris. A Recomendação sobre a proteção no âmbito nacional do património cultural e natural complementa a Convenção sobre o Património Mundial, diferindo desta pelo foco e orientação dada aos Estados em assegurar a conservação e valorização de todos os elementos que constituem o seu património.

Realça-se também os princípios gerais presentes nesta Recomendação, ao estipular que os elementos constituintes do património não deverão ser dissociados do seu meio ambiente, que o património deixa de ser considerado como um travão ao desenvolvimento nacional e passa a ser visto como um fator determinante de desenvolvimento, que a proteção, a conservação e a valorização deverão ser considerados aspetos fundamentais do ordenamento do território e do planeamento, a nível nacional, regional e local. De igual modo, se assiste neste documento, a recomendação de medidas jurídicas a adotar

pelos Estados membros subscritores, incluindo disposições legais que enquadrem penas e sanções administrativas para os menos cuidadosos com o património cultural.

A Carta do ICOMOS sobre o Turismo Cultural é mais um documento que objetiva a salvaguarda do património cultural, no caso, os monumentos e sítios ameaçados pela saturação dos fluxos e sobrecarga dos destinos turísticos. No encontro realizado em novembro de 1976, em Bruxelas, os representantes dos diferentes organismos mundiais e regionais do turismo, por um lado, e do património cultural e natural por outro, interligados na mesma causa de salvaguarda da herança do passado, expressam em carta a necessidade do respeito pelos monumentos e sítios e do património mundial em geral, prevalecendo sobre qualquer outro argumento, por mais justificável que ele possa parecer do ponto de vista social, político ou económico.

Ao tomarem nota da irreversibilidade do turismo enquanto fenómeno de natureza social, humana, económica e cultural e as consequências resultantes do contínuo crescimento de sua atividade, os organismos presentes no encontro sublinharam unanimemente a preocupação de proteger o património cultural, considerada a verdadeira base do turismo internacional e a necessidade imperiosa de modificar a atitude do público (por via da educação e da comunicação social) para com os fenómenos decorrentes do desenvolvimento massivo do turismo.

No seguimento dos desígnios de salvaguarda do património cultural é elaborada a Recomendação da décima nona reunião da UNESCO realizada em 1976, em Nairobi (Quénia). Face à preocupação aos reais perigos de uniformização e despersonalização das cidades que o urbanismo contemporâneo vinha provocando e a degradação agravada dos conjuntos históricos, foi adotada a Recomendação que convida os Estados membros a enveredar por uma política de salvaguarda integrada dos conjuntos históricos e a sua função na vida contemporânea. A reunião produziu a seguinte definição de conjunto histórico. “Todo grupo de construção de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas que constituíam um povoamento humano (...) e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural” (Recomendação da UNESCO, Nairobi 1976).

Nesses conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, etc., os quais devem ser cuidadosamente conservados sem alteração. A reunião considerou que os conjuntos

históricos têm importância vital para os homens e para a nação porque neles se encontram simultaneamente a expressão da sua cultura e um dos fundamentos da sua identidade, sendo, portanto, determinante a sua salvaguarda e integração na vida da sociedade contemporânea como elemento fundamental para o planeamento urbano e o ordenamento do território.

A Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas (também conhecida por Carta de Washington), em 1987, sobre a égide do ICOMOS, é um instrumento semelhante a Recomendação de Nairobi sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos, e visa alertar e inverter a ameaça de degradação, deterioração e destruição das cidades históricas, devido ao impacto do urbanismo da era industrial. A Carta refere-se aos conjuntos urbanos históricos como expressão dos valores próprios das civilizações urbanas tradicionais e apresenta-se como complementar à Carta Internacional de Veneza. O texto de Washington define os princípios e objetivos, métodos e os instrumentos considerados apropriados para conservar a qualidade das cidades históricas.

O primeiro grande instrumento orientador de âmbito internacional que dedica particular atenção à salvaguarda do património cultural imaterial é produzido apenas em 1989, na vigésima quinta sessão da UNESCO, na cidade de Paris. Trata-se da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, que reconhece a extrema fragilidade e alguns aspetos relevantes das tradições orais. Nesta Recomendação, a cultura tradicional e popular é entendida como “o conjunto das criações baseadas na tradição, que emanam de uma comunidade cultural e que são exprimidas por um grupo ou por indivíduos, apresentando normas e valores que se transmitem oralmente ou de outra forma, que compreendem a língua, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes” (Recomendação da UNESCO, Paris 1989).

Entre as várias medidas de conservação da cultura tradicional e popular recomendadas neste instrumento orientador, realce para a criação de serviços nacionais de arquivo, museus ou seções de cultura tradicional e popular assim como o ênfase dado as formas de apresentação das culturas tradicionais e populares que realcem os testemunhos vivos, locais, modos de vida e saberes materiais e imateriais.

O entendimento eurocêntrico do património cultural e os seus instrumentos de conservação e valorização levou ao questionamento de outras sensibilidades do mundo sobre os critérios de avaliação que foram sendo adotados, descontextualizados das

diferentes formas de expressão cultural, tangível e intangível, com evidentes riscos de eliminação das culturas minoritárias. Com este pensamento, imbuídos do espírito de alteridade e do respeito pela diversidade de culturas, as autoridades japonesas proporcionaram um encontro em Nara (Japão) com as principais instituições internacionais ligadas ao património cultural, nomeadamente, a UNESCO, o ICCROM¹⁵ e o ICOMOS.

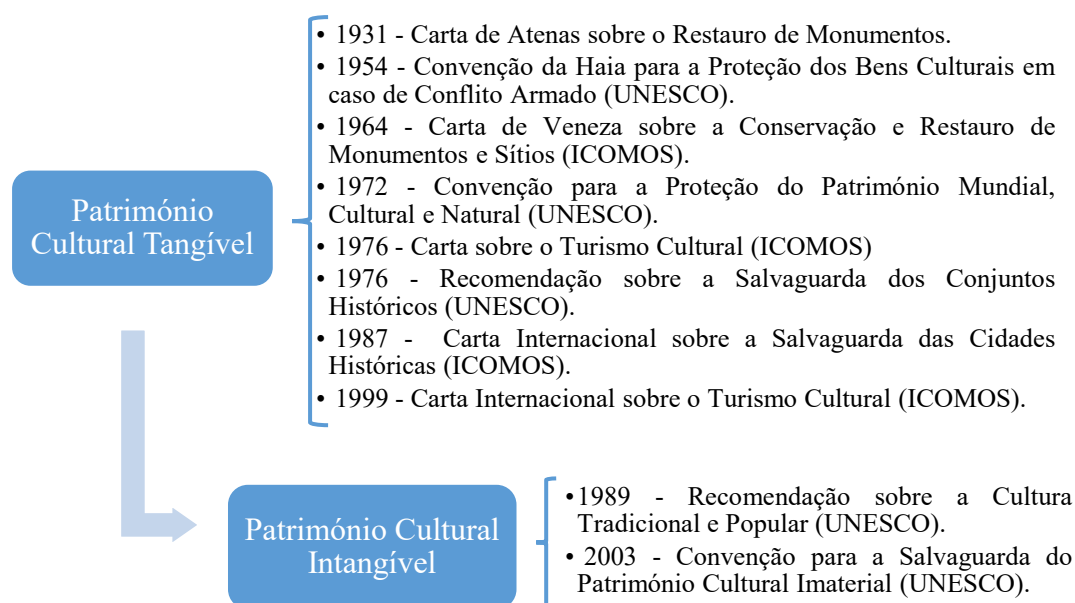
A reunião do Japão questiona o pensamento convencional em matéria de salvaguarda do património cultural, debate as formas e os meios de alargar horizontes na perspetiva de assegurar um maior respeito pela diversidade das culturas e do património na prática de conservação. O documento de Nara sobre a Autenticidade do Património Cultural, de 1994, é um importante instrumento de defesa das particularidades culturais de cada comunidade e uma expressão de não imposição de métodos homogeneizados de definição e avaliação do património. Cameron (2016) considera mesmo como a mudança mais significativa do entendimento da autenticidade e da sua aplicação aos lugares património mundial, representando uma mudança de paradigma na teoria de conservação, na medida em que a interpretação passou a ser considerada no contexto de cada cultura. Por isso, o encontro de Nara foi visto como uma reivindicação para que a comunidade internacional absorvesse a reflexão endógena que cada comunidade possui do seu próprio património, sem prejuízo da aceitação dos princípios éticos e responsabilidades decorrentes da adesão as cartas e convenções internacionais relativos ao património cultural.

Em 1999, na Cidade do México, é produzido outro documento orientador sobre o turismo cultural. O turismo, considerado como um setor privilegiado de interação com o património cultural, fundamentalmente devido a sua dimensão social e o intercâmbio cultural que gera entre os povos, possui uma relação íntima e, muitas vezes, controversa com o património natural e cultural, recursos que constituem a base da oferta turística primária. Por outro lado, a atividade turística que proporciona, amiúde, conflitos de valores resultante da interação entre as expectativas dos visitantes e o modo de vida dos residentes, é suscetível de constituir-se numa ameaça à salvaguarda do património, podendo mesmo conduzir a degradação dos espaços naturais e culturais das comunidades de acolhimento. Com vista a gestão de um turismo que respeita e valoriza o património e

¹⁵*The International Centre for the Study of Preservation and Restoration of Cultural Property* (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais).

as culturas vivas das comunidades, o ICOMOS elaborou assim, a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, com seis princípios de atuação, assentes na reciprocidade de vantagens e na exploração de oportunidades que beneficiem, sobretudo, a conservação do património e a comunidade de acolhimento.

Finalmente, ao constatar não existir até à data nem um instrumento multilateral com carácter vinculativo destinado à salvaguarda do património cultural imaterial e considerando o papel inestimável desse património, a UNESCO adotou a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial na cidade de Paris, em outubro de 2003. A figura abaixo, apresenta a cronologia dos principais documentos analisados nesta temática.



Fonte: Elaboração própria, baseado em Vecco (2010)

Figura 2: Principais documentos orientadores de salvaguarda do património cultural

A abrangência do imaterial no conceito de património cultural apresentada nos documentos normativos internacionais há década e meia consolidou definitivamente a legitimidade de novos discursos sobre a herança do passado, alicerçada no culto, na

espiritualidade e na expressividade dos povos, ao contrário do paradigma da monumentalidade e dos critérios da sua conservação. Na visão de Vecco (2010: 324), “o alargamento do conceito de património cultural à imaterialidade é o resultado do processo cultural pensado e conduzido numa base global, enriquecido com abordagens e vivências diferentes das convencionalmente reconhecidas na Europa”.

1.4.2. Angola e o contexto Africano

Após a independência de Angola, a 11 de novembro de 1975, praticamente toda a política pública de preservação e valorização do património cultural do país estava, para além dos discursos políticos, absorvida no Decreto 80/76 de 3 de setembro, que enfatizava as ações de preservação e de proteção do património, assim como a devolução da riqueza patrimonial ilicitamente subtraída ao povo angolano no período colonial e o combate ao tráfico ilícito de bens culturais (Domingos, 2013). A preocupação pela manutenção da soberania alcançada num processo de instabilidade social e conflito militar, a guerra civil que se seguiu durante 27 anos e a herança comunista monopartidária de omnipresença estatal, contribuíram para que este Decreto permanecesse vigente até 2005, altura em que foi aprovada a Lei do Património Cultural.

Atualmente, nos instrumentos jurídico-legais vigentes, destaca-se naturalmente a Constituição da República de Angola, em vigor desde janeiro de 2010. O seu preâmbulo invoca a memória dos antepassados e apela à sabedoria das lições de história comum dos angolanos, das suas raízes seculares e das culturas que enriquecem a unidade do país. O documento magno assume inspirar-se nas melhores lições da tradição africana enquanto substrato fundamental da cultura e da identidade angolanas, reconhecendo a validade e a força jurídica do costume dos povos.

A Constituição angolana, enquanto o texto jurídico fundamental do país, subscreve um conjunto de artigos (art. 7º, 12º, 21º, 74º, 87º, 95º, 223º) que encerra um compromisso claro de conquista da cidadania e da identidade coletiva com base no reforço da identidade africana e no fortalecimento da ação dos Estados africanos em favor da salvaguarda do património cultural dos povos africanos. O documento estabelece como tarefa do Estado angolano, promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado, em todo o território nacional, do património histórico, cultural e artístico, assim como proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como línguas de identidade nacional e de comunicação.

Enquanto garante dos direitos fundamentais, a Constituição consagra o respeito, valorização e preservação de uma identidade cultural, linguística e artística dos cidadãos e das comunidades angolanas. De igual forma, define os monumentos e imóveis de interesse nacional como bens de domínio público, ao mesmo tempo que reconhece o estatuto, o papel das instituições do poder tradicional em Angola.

Por outro lado, a lei de base da cultura do país ou, como é oficialmente denominado, a Política Cultural da República de Angola, expressa no Decreto Presidencial nº 15/11, com uma vigência de dez anos, é um instrumento legal que define as balizas para toda a ação de índole cultural do país, de acordo com o preceituado na Constituição. Por esta razão, o Decreto reitera que a cultura angolana é africana e exprime-se nos seus valores materiais e imateriais que constituem o património cultural do povo angolano. Os sistemas de valores profundamente enraizados na alma das diversas comunidades que constituem o povo angolano, manifestam-se no dia-a-dia através das tradições, crenças, artes e sobretudo nas suas línguas, que representam o essencial da sua identidade.

Nessa perspetiva, a política cultural de Angola assenta em três princípios estruturantes fundamentais:

- A preservação da diversidade cultural;
- Igualdade no tratamento das diversas culturas a preservar;
- Reconhecimento de pertença de diversas culturas a uma comunidade comum e a um destino comum, o da nação angolana.

São vários os extratos nos textos neste instrumento legal relacionados com o turismo, bem como a ênfase que dá na importância da salvaguarda e ativação dos bens culturais. São assinaladas recorrentes referências de desenvolvimento de projetos de turismo cultural para contribuir na viabilização económica de projetos de conservação, valorização e fruição de bens culturais, para além do facto do turismo poder transformar-se num veículo privilegiado de intercâmbio cultural nacional e internacional, melhorando a compreensão entre os povos e reduzindo os preconceitos associados às diferenças identitárias.

No essencial, o Decreto Presidencial nº 15/11 define a cultura como um pluralismo de expressões que deve constituir o alicerce sobre o qual se ergue a nação angolana. Apresenta a noção de angolanidade, forjada ao longo de gerações, que pela sua unidade

na diversidade, representa um conjunto de memórias partilhadas e transmite um sentido de identidade coletiva e de continuidade.

Contudo, o principal instrumento legal normativo e orientador de salvaguarda do património cultural angolano é a Lei nº 14/05 de 7 de outubro, Lei do Património Cultural, porque é o instrumento jurídico que permite ao Estado angolano agir em concreto nos aspetos da classificação, desclassificação, demolições, proteção e valorização do património cultural. Este diploma é composto por seis capítulos, sendo o primeiro reservado aos princípios fundamentais da lei. O segundo capítulo representa o principal corpo do instrumento jurídico, uma vez que estabelece o regime geral de proteção do património cultural, com base na abordagem de duas seções principais; a seção dos bens materiais e a seção dos bens imateriais. O terceiro capítulo da Lei é reservado ao fomento da conservação e valorização do património cultural, por via de apoio financeiro, promoção de ações educativas e regime fiscal adequado. O quarto capítulo faz referência aos benefícios e incentivos fiscais relativos aos expedientes de proteção e valorização do património, enquanto o quinto faz menção às sanções administrativas e penais relativas às infrações contra o património cultural. Finalmente, o capítulo seis estabelece às disposições finais e transitórias em termos de regulamentação, dúvidas e omissões.

A Lei do Património Cultural considera a salvaguarda e valorização do património cultural como responsabilidade primeira do Estado e das suas dependências administrativas centrais e locais, sem prejuízo da assunção das mesmas responsabilidades por outras entidades individuais e coletivas, instituições culturais, religiosas, militares ou de outro tipo. Desta feita, estabelece no seu artigo 11º que o objetivo da proteção e valorização do património cultural visa:

- a) Incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural;
- b) Vivificar a identidade comum do povo angolano e fortalecer a consciência e a participação histórica do povo angolano em realidades culturais de âmbito regional e internacional;
- c) Promover o bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local;
- d) Defender a qualidade ambiental e paisagística.

Por uma questão de enquadramento e identidade conceitual, a Lei do Património Cultural define património cultural no seu artigo 2º como “todos os bens materiais e imateriais,

que pelo seu reconhecido valor devem ser objeto de tutela do direito. Constituem, ainda, património cultural angolano quaisquer outros bens que, sejam considerados como tais, pelos usos e costumes e pelas convenções internacionais, que vinculam o estado angolano” (Decreto-Lei 14/05, de 7 de outubro).

Assim, no nº 1 do artigo 3º, “são reconhecidos e valorizados como bens de interesse cultural relevante as línguas nacionais, os testemunhos históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitetónicos, artísticos, etnográficos, biológicos, industriais, técnicos e todos os documentos gráficos, fotográficos, discográficos, filmicos, fonográficos, bibliográficos, refletindo valores da memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, exemplaridade, singularidade e outros bens culturais que pela sua natureza mereçam a tutela do estado angolano” (Decreto-Lei 14/05, de 7 de outubro).

Por sua vez, o artigo 45º apresenta um conceito de património cultural imaterial endógeno e abrangente, considerando como o conjunto de manifestações culturais tradicionais e populares que são criações coletivas emanadas de uma comunidade, fundadas na tradição e transmitidas fundamentalmente por métodos orais ou através de gestos e se vão modificando com o tempo por um processo de recriação coletivo. O conceito estende-se a totalidade das expressões que constituem as culturas atuais que não se confinam só ao passado. Fazem parte desse conjunto; as tradições orais, usos e costumes, as línguas, a música, a dança, os rituais, as festividades, os conhecimentos da medicina e farmacopeia tradicional, as artes, as habilidades e sistemas de pensamento.

O Decreto Presidencial nº 53/13, de 6 de junho, aprova o Regulamento do Património Cultural Imóvel. É um regulamento suportado na Lei 14/05, estabelecendo normas e procedimentos de proteção, preservação e valorização do património cultural imóvel. Este regulamento é também aplicável à Convenção sobre o Património Mundial da UNESCO de 1972, e define como património cultural imóvel os monumentos, conjuntos, zonas históricas, paisagem urbana histórica e sítios. O Decreto 53/13 é particularmente efetivo na definição de ações concretas de conservação, qualificação, classificação e desclassificação dos bens culturais imóveis. Estabelece um regime de conservação e valorização dos bens culturais classificados, considerando aspetos como o restauro, demolições, alienações e transmissões.

Entre outras abordagens, considera-se oportuno particularizar o artigo 36º sobre os componentes do regime de valorização e revitalização do património cultural que devem

ser considerados obrigatórios no ordenamento do território e na planificação¹⁶ a nível das diversas escalas nacionais. Para o efeito, são considerados componentes de valorização:

- a) Conservação preventiva e programada;
- b) Pesquisa e investigação;
- c) O acesso e fruição;
- d) Formação e informação;
- e) Uso, gestão e rentabilização;
- f) Programas culturais;
- g) Programas de voluntariado;
- h) Programas de educação patrimonial.

Com a apresentação do quadro legal de Angola conclui-se que o país possui os instrumentos legais mínimos para desenvolver as políticas definidas de conservação, salvaguarda e valorização do seu património cultural, devendo para o efeito suprir rapidamente as brechas de regulamento para melhor monitorar o processo. Nesse sentido, a semelhança do Decreto Presidencial nº 53/13 que regula o Património Cultural Imóvel, urge proceder a regulamentação de outras matérias presentes na Lei 14/05, mormente o património cultural imaterial. Além disso, o grande problema das realidades africanas, e Angola não é exceção, tem sido a falta de aplicabilidade da legislação criada na gestão do património cultural e em outros setores, limitando dessa forma a efetividade dos objetivos preconizados. São quatro as situações que estão na origem da ineficácia da legislação produzida sobre o património cultural nos países da África austral (Said, 1999 *apud*. Imalwa, 2012):

- Excessiva centralização do sistema herdado do regime colonial;
- Fraca coordenação entre as diferentes instituições ligadas ao património cultural;
- Não envolvimento da comunidade local;
- Ausência de planeamento estratégico no campo do património cultural.

¹⁶ No entanto, os componentes do regime de valorização e revitalização do património são apresentados apenas em linhas gerais e sem a especificidade, em regulamento próprio, das responsabilidades que cabe a cada uma das escalas territoriais (nacional, provincial e municipal).

A tutela e gestão do património em Angola é atribuída ao Ministério da Cultura (MINCULT), sendo o órgão do governo a quem compete conceber e dirigir a política cultural de Angola em ordem ao desenvolvimento, promovendo e garantindo a ação dos distintos agentes culturais. Para além dos gabinetes de apoio e dos serviços executivos centrais (com realce para as direções nacionais de Ação Cultural e a dos Museus), existe um conjunto de órgãos tutelados, com alguma autonomia de funções, que garantem a execução das políticas culturais traçadas, onde se destaca os institutos nacionais do património cultural, de línguas nacionais, assuntos religiosos e o arquivo nacional.

A nível da região Austral de África, inserida na organização política regional da SADC¹⁷, existe a Associação dos Museus e Monumentos da organização, a SADCAMM, congregando especialistas de gestão do património dos Estados membros que desenvolvem programas conjuntos de formação, exposição, conservação e restauração do património cultural. A SADCAMM subordina-se aos objetivos da AFRICOM, organização não-governamental pan-africana, filial do Conselho Internacional dos Museus (ICOM). A AFRICOM procura contribuir no desenvolvimento positivo das sociedades africanas, encorajando o papel dos museus como geradores de cultura e agentes de coesão cultural, promovendo o desenvolvimento de museus e a relação institucional entre os museus de África.

Outras organizações africanas relacionadas com o património cultural são: o CDHA¹⁸, organização não-governamental dedicada a preservação, gestão e promoção do património cultural, imóvel, móvel e imaterial em África, através de programas de formação e serviços de apoio ao desenvolvimento. A EPA¹⁹ é uma instituição universitária de pós-graduação sediada no Beni, especializada na preservação e promoção do património cultural tangível e intangível. Desde a sua criação, em 1998, a EPA já formou mais de 1200 profissionais da África subsariana. Por fim, está a AWHF²⁰,

¹⁷ *Southern African Development Community* (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral). Foi criada em 1992, com o objetivo de incentivar as relações comerciais, plataformas políticas e promoção de esforços para estabelecer a paz e a segurança entre os países da região Austral de África. Os seus membros têm debatido incessantemente a criação de um mercado comum, conforme o modelo seguido pela União Europeia. A SADC é composta por 14 países membros: África do Sul, Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Ilhas Seychelles, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

¹⁸ *African Development Heritage Center* (Centro de Desenvolvimento do Património em África).

¹⁹ *Ecole du Patrimoine Africain* (Escola do Património Africano).

²⁰ *African World Heritage Fund* (Fundo para o Património Mundial Africano). A criação desta organização não-governamental, foi uma iniciativa dos estados membros africanos da UNESCO e da União Africana,

que tem como missão dar suporte financeiro para a efetiva conservação e proteção do património natural e cultural com valor excecional universal em África.

A problemática da conservação e gestão do património cultural em África apresenta desafios enormes. A julgar pelos recursos que são alocados, a gestão do património em muitos países africanos é geralmente considerado como um luxo inútil, que só pode ser contemplada após a satisfação das necessidades primárias e outras questões de maior impacto na sociedade (saúde pública, segurança alimentar, estabilidade política, desenvolvimento económico e tecnológico) (Mabulla, 2000). Embora variando de país a país, a autora apresenta outros obstáculos na proteção e conservação do património cultural que persistem atualmente: fatores naturais e culturais tais como clima, erosão, vandalismo, pilhagem; falta de proteção, de programas de gestão e legislação, falta de capacidades humanas, agitação política, falta de fundos, falta de investigação em técnicas e métodos de preservação, falta de consciência do valor dos recursos do património cultural, falta de equipamentos adequados.

A “falsificação” ou a superficialidade do produto cultural é outro aspeto a considerar. Por exemplo, Kagibanga (2010:100) alerta para o equívoco de leitura simbólica da estatueta comumente designada de “O Pensador” (apresentada na figura 3), originária do espaço sociocultural Lunda, Cokwe e Luba, em Angola. Segundo o autor, o imaginário sociocultural e a carga simbólica que os Lunda e Tucôkwe (pertencente à etnia Cokwe) atribuem à estatueta, considerada símbolo da cultura nacional, não correspondem à dimensão semântica e ao simbolismo do “Pensador” do artista francês Rodin, a quem o Ministério da Cultura de Angola foi buscar essa designação. Os próprios Lunda e Tucôkwe chamam à estatueta Samanyonga (ou Kuku). Trata-se de uma peça que aparece, normalmente, no cesto dos adivinhadores Tucôkwe e que tem como função simbólica a evocação dos espíritos dos antepassados.

com o objetivo de desenvolver estratégias para lidar com os desafios de muitos países africanos encontram na implementação da Convenção do Património Mundial de 1972.



Fonte: http://www.nova-acropole.pt/a_arte_africana.html [01/12/2015].

Figura 3: Samanyonga ou Kuku, estatueta dos povos Lunda-Cokwe

A indiferença ou atitude negativa de certas comunidades para com o património é também uma dificuldade, que no entendimento de Pwiti e Ngoro (1999: 144), “é uma questão a ser analisada dentro da estrutura política e vista como um dos últimos legados do colonialismo” no contexto das políticas de reterritorialização que alienou as comunidades do seu *habitat* natural. Os autores afirmam que esta questão é particularmente evidente na África do Sul, com resquícios da política segregacionista do *Apartheid*, e no Zimbabwe, na medida em que a população colonizadora “herdou” as melhores terras para o cultivo, em detrimento dos autóctones, desterritorializados do seu território, do seu património e da sua identidade.

Esse argumento de indiferença é sustentado com exemplo da falta de interesse das comunidades locais no processo de conservação dos edifícios de pedra²¹ (figura 4), particularmente porque constitui o mais espetacular e importante património do sudoeste africano. Com efeito, pensar que as comunidades próximas de sítios que representam um património ou um bem cultural importante estariam suficientemente interessadas na sua gestão e conservação, é irrealista (Chirikure *et al.*, 2010: 39), precipitado e inconsequente, se o envolvimento dessas comunidades não for analisado de forma ontológica.

²¹Conhecido como a Grande Zimbabwe, é um complexo de amuralhados de pedra em ruínas situado na região leste do Zimbabwe, perto da fronteira com Moçambique. É considerado um monumento nacional, foi inscrito pela UNESCO como património mundial em 1986. Pensa-se que este complexo constituiu a capital de um Estado, conhecido como o primeiro do Zimbabwe, que floresceu no planalto central daquela região entre 1250 e 1450 https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Zimbabwe [23/11/2015].



Fonte: <http://www.erikastravels.com> [23/11/2015]

Figura 4: Edifícios de pedra da Grande Zimbabwe, Património Mundial da UNESCO

Assim, enquanto a discussão global de linhas estratégicas de intervenção no património, como a sensibilização para os seus desafios e potencialidades (não obstante as divergências conceptuais e simbólicas) caminha para a sua consolidação no contexto ocidental, numa grande parte dos países em desenvolvimento encontra-se ainda em fase embrionária (Fernandes, Fernandes e Póvoas, 2011). Por exemplo, Techera (2011: 331) assegura que existe uma significativa fragmentação administrativa entre as organizações e os departamentos governamentais envolvidos na gestão do património em Fiji. No Botswana, as políticas sobre a gestão dos recursos do património cultural são limitadas, a política cultural nacional foi adotada não antes de 2001 (Keitumetse, 2011: 53). Em Angola, como se viu, a política cultural foi produzida apenas há uma década, e não existe ainda regulamento efetivo sobre o património imaterial.

As dificuldades relacionadas com a prossecução dos objetivos de conservação e salvaguarda do património cultural, particularmente o imaterial, apresentam desafios gigantescos, precisamente aos países que exaltam e exultam a sua idiossincrasia mais no fundamento da imaterialidade e das performances culturais. Na visão de Campillo (2008), a sociedade heterogénea e multicultural em que vivemos, nos obriga a acometer os trabalhos realizados sobre o património imaterial de um modo holístico, aberto e

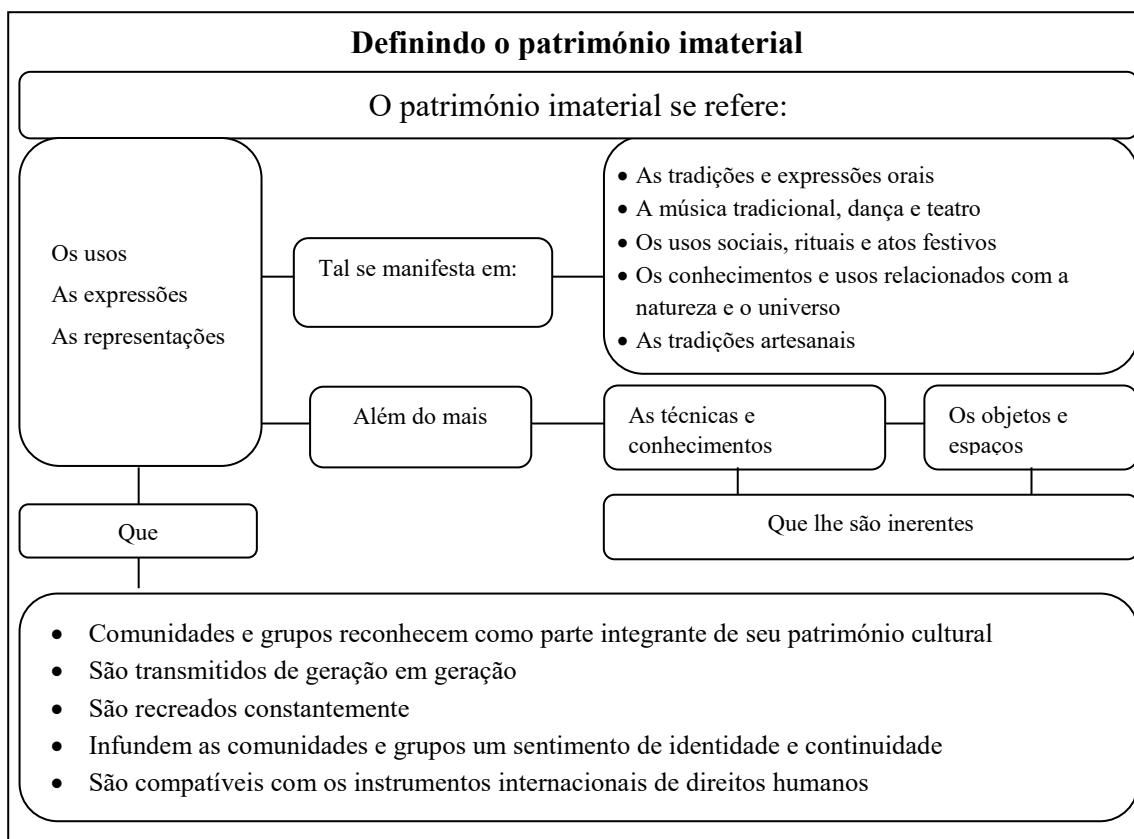
compreensivo, no entanto, os estudos nessa matéria e a forma como é levada a cabo a sua gestão, devem incluir as manifestações de grupos minoritários e deve abstrair-se das interpretações folcloristas e tradicionalistas próprias de outras épocas, sem cabimento no mundo atual.

1.5. Relevância da dimensão imaterial

O processo evolutivo da identidade conceptual do património cultural ganha expressão com as manifestações culturais intangíveis, como a música, as festividades, as tradições orais e os saberes-fazer, ao mesmo tempo que “emergem preocupações que configuram novos desafios vinculados ao território e a comunidade” (Carvalho e Fernandes, 2012: 37). De acordo com Pereiro (2009: 152) essa mudança começou a ocorrer «após a Segunda Guerra Mundial, quando passou-se a valorizar, não apenas as criações estéticas extraordinárias e idolatradas pelas elites, mas de igual modo, o “culto”, o “popular”, o património dos grupos subalternos».

O documento produzido na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, aprovada sem um único voto de rejeição na trigésima segunda sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 2003 (Aikawa-Faure, 2009), subscrito e adotado em tempo *record* pelos Estados membros, foi uma demonstração evidente do reconhecimento da intangibilidade enquanto património mundial, a par da cultura material e do património natural. Assim, o património imaterial, que se transmite de geração em geração, “é associado aos usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe são inerentes, é recriado constantemente por comunidades e grupos em função da sua envolvente, sua interação com a natureza e sua história, infundindo-lhes um sentimento de identidade, continuidade e contribuindo assim para a promoção do respeito pela diversidade cultural e criatividade humana” (Conferência Geral da UNESCO, Paris 2003).

A memória e as atividades imediatas são vividas nas complexidades do tempo (Crough, 2009), representam o significado dos lugares e artefactos que vão para além das narrativas construídas



Fonte: Hugues (2008: 26)

Figura 5: Esquema de definição do património imaterial

Na visão de Cruz (2012: 96), a característica definidora do património cultural imaterial reside na sua espontaneidade, que representa heranças que as sociedades inventam, reinventam e destituem aos sabores dos seus interesses, tal como as danças, músicas, festas, reuniões, rituais, “artes de fazer” e uma infinidade de práticas culturais. Santos e Cabeça (2010) corroboram, acrescentando que estas práticas são formações simbólicas de natureza invisível que representam a maneira de pensar, dizer e fazer, materializadas em manifestações efémeras (performances) que estão estritamente dependentes da existência de agentes capazes de as realizar, de públicos capazes de as entender e de situações sociais adequadas à sua – sempre efémera – produção. *“The product or the consequences of heritage activities are the emotions, experiences, and memories of them that they create, and while these then work to facilitate a sense of identity and belonging it is not all they do”* (Smith, 2006: 83).

Como referem Smith e Campbell (2016: 455), *“Traditional studies of heritage, museums, and history tend to privilege a modernist view of the rational subject, and as a*

consequence have either neglected or viewed issues associated with affect and emotion with suspicion. A recent focus in the social sciences on emotion presents us with an array of studies and arguments about the nature, significance, and consequences of emotions. What we draw from this is that not only is a focused analysis on emotional issues important, but also that they need integration into the discursive practices we use to understand and engage with heritage and museums. (...) heritage (...) is a political resource used in conflicts over the understanding of the past and its relevance for the present”.

São muitos os autores que sustentam a tese de que todas as manifestações culturais, denominadas património imaterial, produzem bens materiais e se encontram associadas aos mesmos (Smith, 2006; Campillo, 2008; Smith e Waterton, 2009). Quer dizer, os bens imateriais não são expressões abstratas, possuem alguma materialização na medida em que representam a base pela qual os conhecimentos e expressões simbólicas do tempo são transmitidos para dar origem aos bens materiais móveis e imóveis, que carregam sempre uma forte componente imaterial (Campillo, 2008). Para esta autora a classificação do património cultural, em material e imaterial, não é mais que um instrumento de sua gestão.

Os elementos de identidade cultural comum que exprimem a consciência de sociedade dos cidadãos são os que constituem a base para a formação de novas coletividades identitárias. É assim que o denominador comum cultural, tal como “a religião e a língua, funcionam como os instrumentos que unificam os cidadãos, fornecem plataformas necessárias para a formação de grupos que protegem uma identidade cultural comum” (Margari, 2008: 93). Desse modo, as performances do património não são apenas experiências físicas do “fazer” mas também as experiências emocionais do “ser”, que além de transmitir e manter os valores e significados sociais, invoca e requisita atos de consciência emocional, lembranças e produção de memória (Smith, 2006: 71). Por essa razão, supõe-se, Blake (2009) olha para o património imaterial como recurso social básico para o alcance de formas de desenvolvimento sustentável e práticas ambientais.

Na perspetiva de Rosón (2008: 215), os “sujeitos sociais” se tornam cada vez mais visíveis, facilitando e reinterpretando, tanto processos de recuperação de memória histórica, como processos de territorialização e de ocupação de território, avivando e redefinindo constantemente a identidade do lugar e, conseqüentemente, a do grupo. Para o autor, esse aspecto que caracteriza as novas sociedades, bairros e centros históricos das

distintas cidades, conflui na ideia de mostrar as diversas consciências identitárias. Essa dinâmica de exercício cultural permanente é uma continuidade que se dilui no tempo mas a sua constante transformação, todavia imperceptível, constitui o alicerce e o sentido da trajetória dos sujeitos. Assim, as culturas orais não têm um ponto único e preciso de origem, uma vez que, qualquer que seja o tipo de manifestação cultural, encontrará sempre similitudes com práticas anteriores que precederam as formas atuais (Santos e Cabeça, 2010).

No contexto africano, a custódia dos direitos tradicionais foi destruída pela colonização, um processo que desde então tem excluído a comunidade local, não apenas do não uso do seu passado, mas da determinação do seu significado, uso e futuro (Chirikure *et al.*, 2010: 32). A percepção de Costa (2009) é que foi graças à oralidade e suas formas de cultura, quer nos seus territórios como em espaços alheios, que os povos africanos conseguiram sobreviver em cenários de subordinação social, como indivíduos e como coletividade. É preciso, todavia, realçar que o património material, sobretudo o relacionado com bens imóveis, é de limitada importância nas culturas africanas.

Mas do que a estrutura física, são superiormente valorizadas as manifestações culturais no seu interior e os simbolismos daí resultantes. Em muitos casos, as instalações físicas são reconstruídas regularmente, sendo importante não a dimensão e grandiosidade da obra mas o seu contributo na plenitude do ato popular ou cerimónia sagrada. As práticas culturais importantes, como as cerimónias das chuvas, a reverência aos ancestrais e outras práticas da cultura tradicional, não são realizadas em monumentos vistosos mas sim, em sítios arqueológicos de identidade sagrada, baseadas nas suas grandiosidades e mistérios (Pwiti e Nodoro, 1999). Nesse sentido, a imaterialidade, preferencialmente expressa em cenários naturais sem “profanação” humana, constitui o substrato da significação cultural africana.

Do mesmo modo, a cultura oriental não sustenta um vínculo profundo com a perenidade das estruturas físicas. Por exemplo, a cultura japonesa não está interessada no material do monumento, preferindo a cultura do saber associado a criação (Vecco, 2010; Domingos, 2011). Vecco afirma que o templo japonês da religião *Shinto*²² (figura 6) é feito de

²² Shinto ou Xinto, são templos japoneses onde se manifestam o *Xintoísmo*, crença religiosa panteísta (acredita-se em vários deuses) do Japão formada por uma série de lendas e mitos que explicam a origem do mundo, da vida e da família imperial japonesa. É uma religião que terá surgido primeiro que o Budismo e

madeira e tem completamente preservado todas as suas perpetuidades, graças a um processo identitário e integral de renovação. “O templo permanece o mesmo, utilizando o mesmo tipo de madeira mas continuamente renovado sem sofrer uma alteração no seu material ou uma mudança espiritual. A cada vinte anos, os templos são completamente reestruturados, uma prática que tem origem há mais de doze séculos, geração após geração” (Vecco, 2010: 324).

Esta abordagem, continua Vecco, depende da visão cíclica da história, das características da civilização oriental, que admite uma espécie de reversibilidade do tempo. Enquanto a filosofia ocidental aborda como realce o manifesto da conservação em si mesmo, no seio da preservação histórica do monumento, a oriental procura usar os monumentos para preservar precisamente o espírito que representa. “O imaterial, que tem dificuldade em tornar-se parte do conceito de património do ocidente, é contudo, o núcleo da definição de identidade de algumas sociedades como a japonesa, onde a legislação de proteção abrange os bens individuais antigos” (Vecco, 2010: 324).



Fonte: <http://jornadakamoi.com/um-dia-em-nara/>[17/11/2015]

Figura 6: Templo Shinto em Nara (Japão)

baseada no respeito e culto da natureza. A relação homem-natureza é o ponto central do *xintoísmo*. <http://www.significados.com.br/xintoismo/> [17/11/2015].

O património não é o sítio em si, mas o ato de passagem de conhecimentos culturalmente corretos ou em tempos e contextos apropriados (Smith, 2006), é algo que é feito em sítios e lugares, em performances e eventos intangíveis, sendo importante considerar que o fundamento no processo da conservação e de gestão são os valores e as narrativas culturais e sociais (Smith e Waterton, 2009). Portanto, nesse ponto de vista, Galindo e Sabaté (2009: 27) defendem que “quando desaparecem os vestígios de outros tempos, a memória coletiva, o património compartilhado e as tradições culturais que atesoura uma determinada comunidade, acabam por ser tão importantes, ou inclusive mais importantes que os monumentos”. Convém, pois, prestar especial atenção as memórias associadas aos recursos e evitar que se percam, sendo fundamental recompilar histórias e documentar, antes que desapareçam os vestígios.

Smith (2006) ao considerar que o real propósito da preservação e do processo de gestão do património é o valor e significado, afirma que todo o património é “intangível”, quer estes valores e significados sejam simbolizados por lugares, paisagens ou outras representações físicas, quer sejam representadas pelas performances da língua, dança, histórias orais ou outras formas de património intangível. As estruturas físicas do património imóvel tornam-se ruínas inúteis e remetidas aos períodos recônditos da história se não forem investidos de “vida”, isto é, se não forem palcos de performances culturais e toda a vitalidade produzida pela imaterialidade. Um espetáculo ou qualquer acontecimento associado à sua história, ou não, exposições, concertos, peças teatrais ou representações dramáticas, desfiles ou feiras tradicionais, proporcionam valores e significados a um espaço inerte.

Rosón (2008) no seu estudo sobre a cultura oral e o património imaterial, apresenta um cenário de distanciamento dos sujeitos sociais aos “museus”, para serem, eles mesmos, protagonistas indispensáveis no objeto patrimonial, introduzindo suas práticas sociais e tradições nos contextos reais de suas vidas diárias, distanciando-se da instrumentalização do legado cultural das velhas regiões e nações europeias. Na verdade, Pwiti e Ndoro (1999) consideram que o conceito de museu no estilo ocidente, com a disposição de artefactos do passado num recinto fechado, tem sido questionado em alguns países africanos. Destacam como exemplo o caso do Botswana, onde foram ensaiados projetos de museus móveis com serviço em áreas rurais (embora sem os resultados esperados devido a manutenção dispendiosa da empreitada). Todavia, a aproximação das

comunidades aos cenários que melhor os identifica podia ser extensível a parques com temáticas culturais diferentes, feiras artesanais em recintos abertos, reuniões tradicionais debaixo de árvores emblemáticas ou nos *jangos*²³ (figura 7), ao estilo clássico da socialização africana.



Fonte: <http://quintalvieira.blogspot.com/2015/07/jango.html> [19/11/2015]

Figura 7: Jango de aldeias africanas

Domingos (2011) é de opinião que as relações entre os museus e as populações locais tendem a modificar-se na medida em que estes têm apresentado a sua discordância pela forma em que são abordadas, manifestadas e representadas as suas culturas. Acrescenta, afirmando que as populações locais, enquanto sujeitos detentores de um saber, reclamam o direito de se autorrepresentarem, de serem chamados pelos nomes que se autodenominam (e não outros fixados anteriormente por gente de fora) e querem participar ativamente de processos de musealização das coleções etnográficas ou de patrimonialização.

²³ Espaço de encontro ou reuniões típico das aldeias africanas para discussão de assuntos de interesse à comunidade, dirimir conflitos, celebração ou realização de algum ato digno de realce, geralmente conduzidos pelos anciãos. Serve igualmente para conto de histórias e transmissão de saberes ancestrais identitários, muitas vezes, na base de provérbios e adivinhas.

Se o património imaterial é a essência do quotidiano dos grupos, transportadas pelas transformações lentas da história através das emoções, sentimentos e interação permanente com os outros e com o meio, resulta complexa e vulnerável a sua preservação e o processo de conservação. Mais ainda, quando a problemática de manter vivas as práticas antigas se apresentam num contexto atual de mudanças aceleradas das sociedades, que afetam de forma brusca o modo de ser e estar dos indivíduos. Observa-se, por conseguinte, uma destruição das formas sociais de organização e das formas culturais produzidas nas sociedades, fundamentalmente aldeias e modo de vida agrícola, pondo em evidência o trágico desajustamento entre a conceção herdadas de gerações anteriores e as necessidades do presente (Santos e Cabeça, 2010).

Na ótica destes autores, são os mecanismos de regulação que permitem que uma determinada forma cultural imaterial (a língua por exemplo) seja distintiva, visto que, ao agir no tempo, mantém as mudanças num ritmo suficientemente lento, recusando a hibridação. As formas de proteção dos bens culturais assentam na classificação e na inventariação, a primeira entendida como o ato final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que determinado bem possui um inestimável valor cultural (Carvalho e Fernandes, 2012), abordagem corroborada por Iniesta (2008a), que é de opinião que a salvaguarda do património imaterial deve passar em primeiro lugar pela sua catalogação (elaboração de uma base de dados). De igual modo, defende a importância da utilização económica, turística e educativa das manifestações dos bens imateriais e a elaboração de modelos flexíveis de desenvolvimento local baseados nas potencialidades dos bens integrantes do património imaterial.

“Se os indivíduos são portadores de uma cultura e a sociedade e o território detentores de um património cultural, esse património, em harmonia com o progresso económico, é a melhor base para o desenvolvimento social e individual dos cidadãos, um desenvolvimento realmente sustentável” (Iniesta, 2008a: 54). Dessa forma, uma política de salvaguarda do património cultural imaterial necessita alinhar-se com os principais objetivos estratégicos de desenvolvimento da sociedade e do território, nomeadamente os turísticos, ambientais, educativos, político-culturais, socioculturais, requalificação urbana, desenvolvimento rural, etc. (Carvalho, 2008). O património cultural imaterial, enquanto fonte de identidade cultural de comunidades e nações, deve estar em conexão direta com os desígnios de desenvolvimento e *empowerment* local, numa abordagem

bottom-up de salvaguarda desse mesmo património (Blake, 2009). De facto, é inteligível que sejam os portadores do acervo cultural que se pretende salvaguardar os protagonistas desse desiderato.

Embora com dificuldades de ordem diversa no processo de salvaguarda do património imaterial, interessa para esta abordagem, à guisa de exemplo, trazer relatos dos esforços empreendidos em diversas regiões do mundo. Assim, o projeto MEDINS²⁴ tem trabalhado na articulação de vias para a participação dos cidadãos dos distintos territórios implicados na salvaguarda do património imaterial, através do desenho de um observatório do património imaterial e etnográfico como ferramenta de participação do cidadão, em que se põe em contato os indivíduos e as instituições implicadas em conhecimento, proteção, valorização e gestão do património cultural” (Iniesta, 2008b).

De acordo com Techera (2011:330), Fiji tem estado ativo no estabelecimento de programas e projetos para a proteção do património cultural intangível. “Informações foram coletadas e incorporadas numa base de dados: registos escritos e orais estão na língua vernacular (com acréscimos de vídeos e imagens) e são somente acessíveis para custódia tradicional ou mediante sua anuência. A coleta de informação cobre diferentes aspetos da cultura intangível, incluindo a medicina tradicional e saberes ecológicos, crenças e práticas costumeiras, lendas e estórias, informação genealógica, línguas e significados, trabalho e habilidade artesanal, desempenho das artes e outras expressões culturais, incluindo o tratamento do cabelo e costumes tradicionais (...). Um programa de produção de um dicionário de Fijan-English foi igualmente contemplado”.

O desenvolvimento de sítios arqueológicos em África tem sido um recurso de educação cultural e visto como solução efetiva para resgatar e reavivar a sua cultura. Sendo o berço da humanidade e, conseqüentemente, o espaço onde se encontram os traços mais antigos de ocupação e produções humanas (Domingos, 2012), o continente africano representa a principal fonte de pesquisa para o encontro do homem com o seu passado mais recôndito,

²⁴*Mediterranean Intangible Space. Identity is Future.* É um projeto que tem como objetivo pôr em prática ações dirigidas ao conhecimento, valorização e salvaguarda do património cultural imaterial da região do mediterrâneo e de regiões dos sócios (conta com sócios de Itália, Portugal, Grécia, Espanha, Marrocos, Egito, Líbano, Tunísia e Argélia), gerando modelos de boas práticas a nível local e transnacional que sirvam de suporte as iniciativas da UNESCO (Iniesta e Garcia, 2008).

na busca de mais subsídios que possam sustentar a origem da sua existência, o mecanismo da sua trajetória e as vicissitudes do seu percurso.

Entretanto, importa referir que grande parte da população africana foi desterritorializada no período colonial, resultando automaticamente numa rutura na continuidade da sua cultura com o seu passado, o que interrompeu práticas culturais importantes como as cerimónias das chuvas, a reverência aos ancestrais e outras componentes da cultura tradicional (Pwiti e Ndoro, 1999). Cerimónias normalmente realizadas em sítios sagrados, carregados de sentidos e significados. Os povos perderam o contacto com os sítios arqueológicos onde tinham anteriormente estabelecido uma identidade sagrada.

1.6. Diversidade e valor da cultura Angolana

O território atual de Angola, à semelhança de quase a totalidade dos países africanos, é produto das decisões saídas da Conferência de Berlim²⁵, realizada em 1884-1885 (Canal de História, 2013), que alterou profundamente as relações socioculturais das diferentes etnias e tribos, contribuindo para os diferentes focos de instabilidade e conflitos internos e transnacionais que assistimos a partir da década de 1960, com a independência generalizada dos países africanos, uma vez que, as fronteiras político-administrativas definidas separaram tribos e famílias e colidem até hoje com o percurso histórico das comunidades.

Nesse contexto, Angola, sendo também “herdeira” dessa divisão territorial imperialista, é composta por áreas ou espaços socioculturais diversos que são caracterizados de acordo com as similitudes mais relevantes quanto aos costumes, língua e religião. Os principais espaços socioculturais definidos, segundo estudos de alguns autores, são representados pelos povos Bantus, os pré-Bantus ou Vátwa e os San²⁶ (Marques, 1964; Altuna, 2005; Kajibanga, 2011; Maria, 2015), que por sua vez, são responsáveis pela origem de dezenas

²⁵ A Conferência de Berlim, promovida pelo Chanceler alemão Otto von Bismarck, apesar de se debruçar sobre vários assuntos, teve como objetivo principal organizar a ocupação e mecanismos pacíficos de partilha do vasto território do continente africano, ignorando completamente a história e as relações étnicas e tribais dos seus povos. Participaram os principais países europeus de então, incluindo Portugal, com destaque para a Grã-Bretanha e a França, as principais potências coloniais no território e os principais beneficiários de sua partilha. Para além dos países europeus, participaram também o Império Otomano e os Estados Unidos da América (Canal de História, 2013).

²⁶ Considerada a primeira comunidade a habitar no território angolano. A comunidade San é uma minoria étnica cuja característica principal é o nomadismo, encontram-se habitualmente nas províncias da Huíla, Cunene, Moxico e Cuando-Cubango, assim como na Namíbia, Botswana e África do Sul. Em Angola têm sido erroneamente designados de Khoisan. Na verdade, a designação Khoisan é junção de dois povos com cultura e modo de vida diferentes, os Khoikhoi que praticam a pastorícia e os San, habitualmente caçadores e recolectores (Maria, 2015).

de grupos étnicos e tribos existentes no país. Todavia, Angola é preenchida quase na sua totalidade pela cultura social Bantu, povos originários do centro-oeste de África que, devido a sua explosão demográfica, organização e técnica no uso do ferro, procederam a processos migratórios para regiões mais ao sul do continente no final do I milénio a. C., subjugando e confinando à terras menos favorecidas, os povos que encontravam, como foi o caso dos San (Marques, 1964; Alcuna, 2005; Keita, 2009).

“O território que hoje se chama Angola situa-se numa encruzilhada de civilizações e culturas milenares” (Kajibanga, 2010: 99). Os povos de origem Bantu representam cerca de 90 % dos angolanos, cujas etnias mais expressivas são os Ovimbundu, Ambundu, Bakongo e Lunda-Cokwe. O conjunto de etnias e sub-etnias representam a diversidade e a riqueza da cultura angolana e o principal suporte do seu património cultural material e imaterial. Assim, o património cultural do país precisa ser constituído pelo conjunto das expressões e representações, não apenas dos povos Bantu, mas de todos os espaços socioculturais que o compõem.

A cultura angolana está arraigada na língua portuguesa e nas edificações antigas herdada do regime colonial português; nas estações de arte rupestres e sítios arqueológicos espalhados pelo país; na gastronomia – enquanto legado cultural valorizador do “espírito de lugar” e marca de autenticidade (Santos e Henriques, 2015: 145); e nos diversos artefactos da cultura popular, simbolizados nos pouquíssimos espaços museológicos existentes. Naturalmente que a vitalidade dessa cultura sustenta-se sobretudo na oralidade e na palavra, o instrumento maior do pensamento, da emotividade e da ação na cultura Bantu (Alcuna; 2014) traduzida nas línguas nacionais, narrativas e memórias coletivas, religião, músicas, danças, cantos, provérbios, adivinhas, rituais, mitos e outras performances culturais que representam o fundamento da afirmação e identidade do país.

Um dos principais desafios do governo de Angola, empreendido pelo Ministério da Cultura (MINCULT), é a inscrição da cidade de Mbanza Kongo a património mundial da UNESCO, cujo *dossier* de candidatura está em fase de revisão e correção. O desenvolvimento desse projeto ingente começou em 2009 com o Instituto Nacional do Património Cultural (INPC). Com o mesmo objetivo, subsiste também a pretensão de inscrição das pinturas rupestres de Tchitundu-Hulu e do Corredor do Kwanza a longo prazo. A materialização desse projeto deverá favorecer o resgate de uma parte da memória nacional, a consciencialização da sua riqueza cultural e a valorização de um património

imaterial pouco acessível a muitos angolanos (Castro e Carvalho, 2014). Desta forma, Mbanza Kongo, Tchitundu-Hulu e Corredor do Kwanza se tornam já, por inerência, os *ex-libris* do património cultural de Angola.

Porém é necessário acrescentar que o património cultural tangível do país (edificações antigas) está minimamente catalogado e classificado em todas as províncias. Esse trabalho, iniciado ainda no período colonial, teve o importante contributo do arquiteto português Fernando Batalha²⁷ que, a par do exercício profissional exercido em Luanda e em Benguela, dedicou-se ao estudo da história, planeamento e edificação de Angola. A sua ação foi determinante para a realização do inventário do património arquitectónico de Angola após a independência do país em 1975.

A rede museológica nacional alberga os artefactos, símbolos, documentos e outros objetos etnográficos, apesar de ser pouco representativa para algumas etnias e tribos. Dados recolhidos no *site* do MINCULT apontam para um total de 204 edificações e zonas históricas classificadas em todo o território nacional, com destaque para a província de Luanda, com 45 % do total. Essa preponderância deve-se, obviamente, ao facto de Luanda, pela sua localização geográfica, ter sido o epicentro das ações de penetração, exploração e ocupação de Angola pelo regime colonial português, acolhendo sempre mais investimentos, concentração urbana e densidade populacional. Por outro lado, o conflito armado que se seguiu a independência nacional arruinou grande parte das edificações patrimonializáveis das restantes províncias.

As províncias que secundam Luanda no que concerne ao património cultural imóvel são Benguela, no litoral-centro do país, com 30 edificações classificadas, e Uíge, no norte, com 12. A província do Cuanza-Norte, no centro norte do país, onde está localizada a cidade histórica do Dondo (objeto da nossa investigação) possui 10 edificações e zonas históricas classificadas, sendo a destacar a Fortaleza de Massangano, a Zona Histórica da cidade do Dondo, as Ruínas da Fábrica de Ferro de Nova Oeiras e a Fortaleza de Cambambe. A seguir, são observadas edificações antigas e zonas históricas classificadas como património cultural angolano:

²⁷Arquiteto português, nascido em 1908. Realizou vários projetos de arquitetura em Angola a partir de 1935, destacando-se a participação no desenho do pavilhão principal da Exposição-Feira de Angola e o Palácio do Comércio, em 1938. Exerceu vários cargos e dedicou-se ao estudo e divulgação do património urbanístico de Angola, refletidas em várias obras, sendo última publicada em 2006, com o título *Angola. Arquitetura e História*. Faleceu em 2012 aos 104 anos de idade.

- Palácio de Ferro (século XIX), em Luanda, classificado em 1975 (figura 8);
- Edifício sede do Banco Nacional de Angola, situado na marginal de Luanda, classificado em 1995 (figura 9);
- *Kulumbimbi* (Ruínas da antiga Catedral São Salvador): situada na cidade de Mbanza-Kongo, é a primeira igreja construída em África a sul do Sahara (século XV-XVI). Foi classificada em 1957 (figura 10).
- Zona histórica de Mbanza Kongo, ex-capital do Reino do Kongo e atual capital da província do Zaíre, é composta de construções antigas do século XVI, sepulturas e vestígios. Classificada em 2013 (figura 11);
- A Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Muxima (século VII), situada em Luanda, na margem direita do Rio Kwanza, classificada em 1924 (figura 12);
- Zona histórica do Dondo, classificada em 2013, no âmbito da revitalização cultural da cidade histórica do Dondo e da valorização de todo o Corredor do Kwanza empreendido pelo MINCULT (figura 13);
- Museu de História Militar, ex-Fortaleza de São Miguel (Século (XVI-XVII), situada à entrada da Ilha de Luanda, classificada em 1938 (figura 1, pag. 37).



Fonte: Fonte: <http://www.angolabelazebelo.com> [30/09/2016]

Figura 8: Palácio de Ferro

Figura 9: Edifício do Banco Nacional



Figura 10: Kulumbimbi



Figura 11: Vista parcial da cidade de Mbanza Congo

Fonte: <http://www.angolabelazebelo.com> [30/09/2016]



Fonte: <http://www.welcometoangola.co.ao> [13/062017]



Fonte: <http://www.google.co.ao> [30/09/2016]

Figura 12: Igreja Nª Sra. da Muxima

Figura 13: Vista parcial da cidade do Dondo

No que se refere aos museus, assinalar a existência de poucos espaços de âmbito nacional no país, embora se manifestam alguns equipamentos museológicos municipais. São cerca de oito os museus nacionais, um número bastante reduzido considerando a dimensão territorial, a diversidade cultural e os séculos de percurso histórico de Angola. Os museus mais referenciados são os seguintes:

- Museu Nacional de História Militar: instalado na antiga fortaleza de São Miguel, é a herdeira do antigo museu central das forças armadas, fundado em 1978. Remodelado e aberto ao público em abril de 2013, estão hoje expostas viaturas militares de várias origens utilizadas nos conflitos entre as forças dos movimentos de libertação nacional, do regime do *Apartheid* da República da

África do Sul, peças de artilharia portuguesas e outros artefactos bélicos do período colonial e exposição fotográfica da trajetória político-militar do país.

- Museu Nacional da Escravatura: foi criado em 1977, com o objetivo de dar a conhecer a história da escravatura em Angola. Tem a sua sede num antigo templo do século XVII, onde os escravos capturados no interior do país eram batizados antes de embarcarem nos navios negreiros em direção ao continente americano.
- Museu Nacional de Antropologia: foi criado em 1976, com o objetivo de ajudar na reafirmação e revalorização da identidade cultural dos angolanos. As suas coleções comportam maioritariamente objetos etnográficos dos diferentes grupos etnolinguísticos do país. As temáticas das suas exposições descrevem as principais atividades do povo angolano: pastorícia, agricultura, metalurgia, pesca e caça, cerâmica, instrumentos musicais, crenças religiosas, poder tradicional, entre outras.
- Museu Nacional de Arqueologia de Benguela: está localizado na cidade de Benguela, onde existe uma concentração significativa de sítios arqueológicos e vestígios da pré-história. A estrutura foi erguida nos finais do século XVII e a sua construção terminou no início do século XVIII, servindo para concentrar escravos no período do tráfico transatlântico. O museu tem por objeto assegurar a inventariação, preservação, investigação, valorização e divulgação da produção científica e cultural do património cultural e natural do país.
- Museu Regional do Dundo: é a primeira e a maior instituição museológica de Angola. Foi criado em 1936 pela então Companhia de Diamantes de Angola. O museu reabriu em agosto de 2014, depois de sete anos de encerramento para obras de reabilitação e modernização. Com a abertura, passa a ter uma exposição de longa duração que compreende várias salas: sala síntese, pré-história e arqueologia, organização social, sala de artes e atividades lúdicas, intermédia, religião, iniciação masculina e medicina tradicional, colonização e resistência contra a ocupação colonial, etc. A principal vocação é a etnografia e antropologia dos povos do leste de Angola, mas também do seu pendor artístico.

Como se constata, a representatividade cultural nos museus, enquanto espaços de trocas simbólicas, rituais, partilha de saber e costumes da memória coletiva, precisa ser reforçada e redimensionada. A coleção de manifestações culturais e tradições

representativas da rede museológica do país não deve hierarquizar as culturas, ofuscando manifestações culturais que parecem “indignas” de representar a nação angolana (Domingos, 2011). Por outro lado, esforços permanentes de identificação e mitigação das carências de documentação etnográfica/museográfica devem ser empreendidos para “evitar contradições na leitura dos objetos etnográficos enquanto património de um povo” (Fernando, 2001:121) e, em consequência, a “falsificação dos símbolos” (Kajibanga, 2010: 100).

Outra vertente do vasto acervo cultural angolano que tem sensibilizado as autoridades nacionais para a inventariação e registos são os sítios arqueológicos e os locais de arte rupestres. O continente africano, enquanto berço da humanidade, representa uma fonte de pesquisa inesgotável ao encontro do homem. Pwiti e N’doro (1999: 144) consideram que “o desenvolvimento de sítios arqueológicos como recurso (...) cultural é visto como solução efetiva para reavivar a cultura e a sua preservação, negligenciada e desprezada pelos próprios africanos com a criação de novos símbolos e a criação de novos valores”.

Nessa perspetiva, Angola, cuja história atual repousa praticamente nos factos identificados no segundo milénio da nossa era, tem alargado significativamente a sua historicidade e redimensionando os achados arqueológicos no seu espaço geográfico com trabalhos sistemáticos de investigadores nacionais e estrangeiros, cujos resultados são os numerosos vestígios arqueológicos e locais com material lítico, que se estendem desde o paleolítico antigo até aos períodos mais recentes, para além das 40 estações de arte rupestres espalhadas pelo país (Gutierrez, 2009).

É o caso dos achados de artefactos líticos no sudoeste de Angola, “desde jazidas mais a norte da província do Namibe, grutas da Leba, na região da Huíla e para além do Cunene, materiais que se distinguem das eras mais recuadas (olduvaiense²⁸) até a LSA²⁹ (mesolítico regional) e passagem para a Idade de Ferro africana (chegada dos bantus e posteriormente dos europeus)” (Campos, 2013: 37). De igual modo, assinala-se a existência de peças líticas na região de Benguela (Baía-Farta) descoberta desde os anos de 1950, no complexo arqueológico do Dungo, cuja presença de restos ósseos em

²⁸ É o termo usado em arqueologia para se referir às primeiras indústrias líticas dos homínídeos durante o período do paleolítico inferior em África (período mais antigo da pré-história do homem). A denominação faz referência ao sítio arqueológico mais importante de tais indústrias: a Garganta de Olduvai, na Tanzânia (Campos, 2013).

²⁹ *Later Stone Age*: Idade da Pedra Tardia. Época em que as ferramentas de pedra eram elaboradas com mais complexidade. Os arqueólogos estimam que terá iniciado há 50.000 anos.

quantidades importantes de uma baleia encalhada num paleo-lago, assim como fauna marinha do mesmo nível, permitiu efetuar uma datação mínima de 350.000 anos (Gutierrez, 2015). Outro exemplo é o estudo etno-arqueológico desenvolvido no concheiro da zona do Benfica I, Cabo Lombo, a sul de Luanda, onde foram analisados materiais recolhidos como o carvão e ferro (em processo de datação) para aferir a cronologia do concheiro (Domingos, 2015).

Com os relatos apresentados, constata-se que a génese das ocupações humanas no território angolano nos remete para centenas de milhares de anos atrás, o que torna bastante valioso e enriquecedor o seu acervo arqueológico suscetível de patrimonialização. Para tanto, precisa-se que seja feito um consistente trabalho de investigação, pesquisa, registo e inventariação deste acervo para a sua classificação, preservação e valorização.

Em relação à cultura imaterial, não obstante a riqueza das performances dos diferentes grupos etnolinguístico, há todo um trabalho a realizar de legislação, inventariação e classificação para a salvaguarda dessa riqueza nacional. Preocupado com essa temática, Domingos (2011: 155) reflete sobre algumas questões bastante pertinentes: “como salvar as culturas tradicionais? Como munir seus produtores de mecanismos de proteção contra a apropriação de seus acervos de “conhecimentos tradicionais” por parte de um mercado que se globaliza? Num mundo organizado por patentes, como regular direitos sobre a propriedade intelectual de criações coletivas ou de autoria desconhecida expressa em músicas, rituais, folguedos e manifestações culturais diversas? Como regular juridicamente os direitos relativos aos conhecimentos tradicionais, uma vez que não há legislação sobre direitos coletivos?”

Nesse quadro de apreensão, pensa-se que o reforço do exercício do poder tradicional revela-se fundamental para garantir a perenidade das manifestações culturais nos vários domínios da vida das comunidades. Observa-se alguns exemplos: “os curandeiros ou médicos tradicionais atuam no campo da gestão da cura, são apaziguadores do sofrimento da população, restituem o indivíduo e a comunidade a um equilíbrio vital” (Veigas, 2010: 118); “as comunidades possuem regras de atuação e normas para punição de infrações que não estão tipificadas nos códigos civis e penais” (Carvalho, 2010: 113); “o tribunal tradicional «Lumbu», na província do Zaire, ajuda as comunidades a resolver conflitos

que as instâncias da estrutura da justiça provincial ligada ao Governo não conseguem resolver (...), uma prática que merece ser estudada e preservada” (Domingos, 2011: 157).

Da mesma forma que a garantia do exercício do poder tradicional, em conformidade com a tradição e os costumes, contribui para o reforço dos direitos dos cidadãos e coesão nacional (Carvalho, 2010: 112), todos os saberes tradicionais: manipulação de ervas medicinais, músicas folclóricas, danças tradicionais, gastronomia local e toda memória ancestral salutar ao bem-estar das comunidades; devem ser catalogados e incentivados a sua prática, no sentido de robustecer os caminhos para uma identidade angolana e uma cultura nacional assente na sua diversidade.

Consolidado a temática da diversidade cultural em Angola, interessa voltar a enaltecer a riqueza móvel e intangível dos seus povos, não obstante a dimensão igualmente relevante do legado deixado pela potência colonizadora, independentemente da carga negativa associada. Constatou-se que essa dimensão genuína necessita de outra abordagem e apoio, fundamentada no saber científico para dar melhor forma e estrutura aos discursos e conteúdos, criando para o feito amostras relevantes. Dir-se-ia que Angola tem muita cultura e pouco património, na medida em que os instrumentos de salvaguarda e valorização que, vão muito para além da produção legislativa, estão ainda bastantes fragilizados. A preocupação apresentada pelos diferentes autores nacionais no sentido de incorporar e realçar a intangibilidade das comunidades apresenta-se como a base de (re)construção e identidades e do sentido de pertença, elementos basilares para a constituição de um acervo que seja, pela sua exemplaridade, singularidade ou expressividade, um património cultural autêntico a disponibilizar aos visitantes e as gerações futuras.

Para a conclusão deste capítulo sobre o património cultural interessa passar em revista as principais ideias discutidas, embora a temática da cidade histórica enquanto lugar de patrimónios e de desenvolvimento do turismo cultural, no capítulo seguinte, venha contribuir para aprofundar e direcionar a reflexão para aspectos concretos que servem as sociedades, as pessoas e as atividades produzidas.

O conceito de património é uma construção iniciada com a instituição da república em França, fundamentada na necessidade de preservar os espólios da monarquia e da Igreja Católica viram retirados os seus direitos “divinos” por uma classe (povo) que acabara de

conquistar o direito de definir o seu destino. Curiosamente, é no seio do catolicismo onde são registadas as iniciativas primárias de preservação dos bens tangíveis através de instrumentos legais reguladores e sancionatórios, anteriores à Revolução Francesa. O conceito de património alargado para uma semântica de herança histórica coletiva a preservar, se dissemina para os demais países da Europa e estimula o surgimento de instituições e documentos normativos em vários países, inclusive alguns fora do circuito ocidental.

No entanto, a visão eurocêntrica de património cultural (inicialmente histórico) de culto aos monumentos e as obras de arte antiga não tinha espaço para absorver outras formas ontológicas de herança coletiva. Assim, para além da evolução do conceito histórico dos edifícios e do alargamento para a visão de conjunto do edificado das cidades, a reivindicação legítima de outras regiões em acomodar nos documentos reguladores internacionais as suas especificidades alargou o conceito para a imaterialidade, culminando com a ratificação pela UNESCO na sua Convenção de 2003, realizada em Paris.

Os instrumentos legais que ao longo da história da salvaguarda do património cultural, tanto material como imaterial, tem permitido preservar a cultura dos povos têm sido fundamentais para conformar a heterogeneidade interpretativa da vivência do passado. De igual modo, as instituições de gestão do património cultural, como a UNESCO e a ICOMOS, facilitam o envolvimento e a interação de organizações, setores de atividades e povos com diferentes visões metafísicas, o encontro de consensos dentro do espírito de alteridade e relativismo cultural, reclamados em amiúde pelos países do sul, agastados com o protagonismo e imposição cultural do ocidente.

No contexto africano e particularmente em Angola, a cultura imaterial é bastante substantiva e representa o fundamento da memória coletiva que dá sentido a todo o resto, transformado em matéria. Mais do que preservar os monumentos, muitos deles alheios aos simbolismos endógenos, os povos africanos clamam pela preservação das narrativas, recompilação das histórias e reconstrução de vestígios dispersos de um passado extenso que sustenta e carrega os símbolos e os significados dos produtos culturais tangíveis. A cultura intangível é, por esta ordem, a memória que está associada aos recursos e possui uma relevância que explica a própria essência da vida dos povos.

Se o turismo pretende utilizar da melhor forma o património cultural, então precisa dar dimensão ajustada às manifestações culturais dos povos. Neste particular, as cidades e lugares históricos, pelo conjunto de edificações, vivências e experiências, seriam os palcos por excelência para estudar, estruturar e sentir o modo de ser dos povos; porque a partir do património construído que as compõem nascem sonhos, crenças, pensamentos e um conjunto de valores intangíveis que explicam o seu mundo.

II. Capítulo: A cidade histórica, a reabilitação urbana e o turismo

“As cidades, além de ligadas à história, são elas próprias história” (Chueca, 1982: 33)

2.1. A urbanização e o fazer cidade: contextos e desafios

Criada no âmbito do assentamento e envolvimento ativo com a natureza, a cidade é uma invenção do homem à medida que foi consolidando a sua sedentarização nos períodos subsequentes à revolução agrícola ou neolítica. O processo de aproveitamento dos recursos naturais, sobretudo de terras férteis, do sol e das chuvas para o cultivo, amainou o nomadismo, fixou o homem no lugar, territorializou espaços, concentrou pessoas, fomentou o coletivismo, criou hierarquias e racionalizou tarefas, levando ao surgimento de centros, estruturas administrativas e de culto das divindades, para uma melhor gestão da vida em comunidade.

Essa dinâmica profunda da relação do homem com o território para superação das suas necessidades, proporcionou a transformação espaço selvagem e de pequena agricultura. “As cidades, independentemente da sua dimensão, são simultaneamente realidades territoriais e fenómenos sociais; mais que aglomerações de pessoas e de funções diferenciadas ou de apropriação e uso do espaço disponível” (Fadigas, 2015: 46). Do ponto de vista formal, e no seu percurso histórico, a cidade traduz o distanciamento do meio rural (Neto, 2015), de atitude passiva com a natureza, para uma atitude mais ativa de transformação deste meio em espaços urbanos, ou seja, com organização espacial, funções, ritmos e estilo de vida diferente. “A urbanização corresponde a um processo de concentração populacional em espaços reduzidos, provenientes em grande parte de territórios rurais, e da sua progressiva adaptação a novas atividades e modos de organização social e económica” (Fadigas, 2015: 46).

É, pois, entendível, que os vestígios mais antigos de organização de espaços urbanos se tenham encontrado nas civilizações mais antigas, como a do Egito, Mesopotâmia, Tigre e Eufrates, conforme os conhecimentos adquiridos da arqueologia e outras ciências afins. Chueca (1982: 41) afirma que “a cidade de Illahun (atual Kahun), no Egito, onde se encontram restos de um grupo de habitações para alojar trabalhadores que haviam de erguer a pirâmide de Sesóstris II (1897-1879 a.C.), é talvez o exemplo mais antigo que se

conhece de organização habitacional”. São numerosos os restos de grandes construções religiosas nestas paragens, precursoras das grandes composições urbanas, “verdadeiras cidades-templos, com avenidas, praças e salas hipostilas imensas, testemunho da vida dos reis, nobres e sacerdotes”. Henriques (1998) advoga que as cidades africanas são, até ao final do século XIX, caracterizadas sobretudo pela conjugação estreita entre os interesses políticos e os religiosos, isto é, são cidades político-religiosas na sua essência.

2.1.1. Nota histórica

A história do crescimento e desenvolvimento das cidades é um processo complexo, prolongado no tempo, criado pelas sociedades e seus habitantes, refletindo nos seus conjuntos urbanos processos sociais e culturais de memória e identidade (Monteiro, 2012). Acrescido ao exemplo pioneiro de urbanização em África de cidades-templos, são numerosos os resquícios de construções urbanas ao longo dos principais estágios temporais da história humana. São-nos, a *polis* grega, com as suas acrópoles e ágoras, que marca profundamente a civilização ocidental e influencia o surgimento das *civitas* do Império Romano. De igual modo, há que assinalar as cidades amuralhadas e fortificadas da época medieval como um marco importante de transformação urbana entre a antiguidade tardia e a cidade industrial, sem deixar de referir às medinas muçulmanas ou as cidades de arranha-céus norte americanas do século XX.

A composição das cidades ao longo dos tempos até antes da revolução industrial, independentemente da região ou da civilização protagonista, era geralmente criada de forma espontânea, fruto da manifestação dos recursos culturais dos povos expressos no desenvolvimento do território. “A cultura constitui-se em elemento de geração de identidade” (Noguera *et al.* 2012: 383) que observamos nos núcleos urbanos históricos. As concentrações urbanas fechadas em torno das mesquitas nas cidades islâmicas sagradas; a ágora e a praça pública aberta para a reunião dos cidadãos peculiar nas cidades ocidentais; as habitações à volta da realeza das sociedades africanas e da época medieval; têm como característica comum a produção de um território partilhado a partir de um núcleo indutor (o centro histórico) que produz espaços, funções e vitalidade com vista a melhoria da vida em comunidade.

Como é sabido, após a queda de Roma, a desconcentração e dispersão das populações facilitou o surgimento da organização feudal e agrária na Europa, originando novas formas de relação com o território, onde, para além do cultivo da terra, as populações

tinham como prioridade a segurança e proteção, tendo em conta a ausência da ordem até então estabelecida pelo Império. Dessa forma, o crescimento da cidade é originado principalmente pelo desenvolvimento de grupos específicos, do tipo mercantil e artesão que encontram guarida nas muralhas e fortificações de defesa erguidas pela realeza, surgindo assim a sociedade burguesa, como o principal estímulo da cidade medieval. A cidade atrai, porventura, um número cada vez maior de pessoas do meio rural que encontram ali um ofício e uma ocupação que, em muitos casos, os liberta da servidão do campo (Chueca, 1982).

No continente africano, além das cidades do Egito, realce também para as cidades da antiguidade da vizinha Núbia, com destaque para a Napata e Meroé no atual Sudão, inscritas como Património Mundial da UNESCO desde 2003. Ao longo da costa oriental e ocidental existem igualmente concentrações urbanas antigas, construídas maioritariamente no primeiro milénio da nossa era, com traços característicos da cultura africana, que foram absorvendo influência externa, sobretudo islâmica, como é o caso da cidade de Lamu, no Quénia, também património da humanidade. Mais a sul está a Cidade de Pedras do Zimbabwe (já referida no segundo capítulo), muito semelhante aos recintos amuralhados da Europa medieval. Na parte ocidental de África, Ghana e Mali são nomes de impérios prósperos que produziram autênticas metrópoles na idade média. Tombuctu e a sua famosa universidade, igualmente património mundial, é um exemplo vivo de prosperidade e do florescimento urbano, à época, nesta região.

Já na era do comércio atlântico, Monroe (2011: 402) sustenta que “os portugueses, enquanto pioneiros na dinamização do comércio e contacto da Europa com o oeste africano, depararam-se com reinos com mais de 200.000 habitantes, como a Allada, cuja capital, Grand Ardra possuía uma população à volta dos 30.000 habitantes”. Silva (2000) confirma a urbanidade antiga e os aglomerados populacionais ao longo do Corredor do Kwanza, entre o sul de Luanda e a região do Dondo. Paulo Dias de Novais, procurando estabelecer bases para a exploração das supostas minas de pratas, em Cambambe, no interior do Reino do Ndongo (atual Angola), teve o privilégio de conhecer a capital do reino do soberano Ngola. Pela descrição na obra de Brásio (1960) é perceptível a grandiosidade do conjunto arquitetónico, muito peculiar e de grande cumplicidade com a natureza.

Citada por Coelho (2010a: 89), eis a descrição da antiga capital: “(...) *al qual primeiro que lleguásemos passamos diez o doze porterias; todas tiené sus porteros com llaves; es esta suibdad toda cercada de arboles y palmeras que le serve de muros y estan muy juntas unas com otras y texida com paga muy gruessa y com lãs mismas palmas, de manera que no pueda entrar ninguno dentro de sus muros sino por las puertas; a la primeira portaria que llegamos está um páte omuy grande y tiene muchas arboles muy grandes y tiene dos porteros, uno a la entrada de la puerta otro a la salida, por que tiene dos puertas; y salidos desta porterya fuimos por una calle dentro, la qual uá em bueltas hasta llegarmos a outra porteria y assi las passamos todas y fuimos a outro páteo muy grãde adonde El Rey tenía uma casa a manera de alpendre, era muy grande y toda llena de columnas de palos muy gruessos y horrada toda com hesteras pintadas, y por baxo arguamasa da é la qual casa estava (...)*”.

Portanto, a forma de “fazer cidade” está intimamente ligada à idiosincrasia dos povos, e a utilização de matérias-primas locais foi sempre um processo de evolução natural, sem aceleração do tempo, de diálogo permanente com a natureza. Essa forma de urbanização paulatina sofre uma profunda transformação com o advento da revolução industrial e com as transformações económicas que tiveram lugar no mundo ocidental ao longo do século XX. As formas culturais no traçado e na edificação ocasionou que muitas cidades, incapazes de assumir as mudanças com êxito no modelo económico que se impôs, tivessem um declínio funcional e um progressivo vazio demográfico que originou o desaparecimento de atividades tradicionais e o abandono e deterioração do património edificado (Brandis e Del Rio, 1998).

Com o advento da revolução industrial, as necessidades urbanas deixam de estar ancoradas num espaço de construção cultural e de símbolos para se transformar, conforme atesta Harvey (2011), num importante negócio do sistema capitalista. A produção do espaço em geral e da urbanização em particular “tornou-se num importante negócio porque o processo de desenvolvimento urbano passou a mobilizar grandes montantes de capitais (...) associados a empréstimos de médio ou longo prazo” (Harvey, 2011:183). No dizer de Krippendorff (2009: 120), a estrutura das cidades adaptou-se às necessidades da economia e às exigências da produção industrial, rompendo com um paradigma de harmonia entre as habitações, praças, ruas e domínios semiprivados e públicos. Ou seja, “a cidade sanciona a ditadura total da moeda” (Baudrillard, 2011: 73).

Como refere Krippendorf (2009: 120), “Antigamente a cidade era um verdadeiro espaço de vida. Havia um equilíbrio entre o ser humano e a arquitetura. A cidade constituía uma unidade que conservava uma dimensão humana dentro do quadro escolhido, que permitia uma expansão contínua, utilizando os materiais de construção tradicionais e respeitando os usos locais (...). [Atualmente] concentram-se os empregos no coração da cidade. É onde estão os melhores pontos comerciais. Lá se instalam os bancos, as companhias seguradoras, as empresas comerciais internacionais, os grandes distribuidores e um bom número de empresas poderosas”.

Continuando a sua descrição sobre a desestruturação das cidades Krippendorf (2009: 121) acrescenta: “empreende-se então a luta em torno dos imóveis, em relação ao centro da cidade. Os preços dos terrenos e os alugueres atingem patamares vertiginosos. Os habitantes do centro, salvo os ricos, não podem mais ficar, são expulsos, banidos do seu próprio bairro, desenraizado e transplantados para outro local. São obrigados a procurar uma nova moradia num subúrbio mais ou menos próximo. Seus antigos domicílios são transformados em apartamentos de luxo, em escritórios, ou dão origem a novos imóveis comerciais. O centro da cidade espalha-se. O mesmo processo repete-se perpetuamente (...). A cidade torna-se um imenso centro comercial onde correm pessoas apressadas que não reconheceriam a si mesmas. Quando as lojas fecham as portas, o centro esvazia-se mais e mais, pois os antigos moradores já tomaram as autoestradas ou os comboios superlotados para voltar às cidades-dormitórios anónimas”.

Na opinião de Chueca (1982) estas cidades estão desprovidas de alma, são apenas grandes aglomerações com volume e densidade populacional, mas não existe a praça, nem a catedral, nem o castelo, nem o palácio, nem sequer o mercado, como elementos significativos e que elevam o papel da cidade a um plano espiritual, a vida de comunidade que a cidade representa(va). Por sua vez, Kunstler (2006: 309) reforça a ideia de ausência de espiritualidade ao falar das cidades americanas, que “constituíram sempre um problema, principalmente para os não ricos: tipos de habitações monótonas, disposição espacial pesada, ruas mal desenhadas, rendição abjeta às necessidades dos automóveis, submissão às atividades industriais e à comercialização; escalas de cidades sem precedentes na história, à semelhança do industrialismo também sem precedentes”.

Harvey (2011) defende que a transformação urbana implica repetidos surtos de reestruturação através de um processo que denominou de “destruição criativa”, isto é:

regenerar, renovar, reabilitar ou mesmo destruir para que seja possível absorver o excedente de capital e de mão-de-obra que as economias baseadas no mercado geram de forma cíclica. Na sua perspetiva, esse processo possui uma dimensão classista, na medida em que são habitualmente os pobres, os desfavorecidos e os marginalizados do poder político que mais sofre com a sua aplicação. Harvey denuncia que para criar uma nova geografia urbana a partir dos destroços da velha é muitas vezes necessário recorrer à violência, expropriação e destruição de bairros antigos e velhos, em nome de suposto benefício público, de melhoramentos cívicos, restauração ambiental e renovação urbana.

A cidade moderna se transforma então num conglomerado desintegrado, em que perduram velhas estruturas históricas e antigas formas de vida, juntamente com as novas do capitalismo e da técnica. Já não é uma cidade pública à maneira clássica, tão pouco uma cidade camponesa e doméstica, ou uma cidade integrada por força espiritual. “É uma cidade fragmentária, caótica, dispersa, constituída por áreas congestionadas e zonas diluídas pelo campo circundante” (Chueca, 1982: 20-21). A cidade de outrora, centrada no ser humano é agora uma cidade centrada no trânsito que procura sistematicamente adaptar as instalações e os equipamentos ao automóvel, assim como o redimensionamento ou multiplicação das ruas, estacionamento, garagens e pontes (Krippendorf, 2009). A terra urbana, na visão da DW³⁰ (2005), é hoje um recurso limitado, com valor proibitivo para a população de baixa renda, pelo que a expansão das zonas periféricas de baixa densidade e o aumento e densidades incontroláveis dentro da cidade torna-se inevitável.

2.1.2. Conceitos urbanos

A abordagem conceitual sobre a cidade nos remete para um conjunto de definições que variam entre o critério numérico e da densidade populacional e o da espacialização dos diferentes componentes urbanos e funcionalidades que alberga. Tendo em conta as diferentes motivações culturais que deram origem à cidade, na base de necessidades mais ou menos similares, Chueca (1982) apresenta diferentes perspetivas no percurso histórico da urbanização em diferentes regiões. A cidade representa um certo número de cidadãos: lugar encerrado por muralhas (cidade medieval), originada através da fixação de um

³⁰*Development Workshop*. É uma Organização Não-Governamental que se fixou em Angola, trabalhando na melhoria das condições de vida das comunidades desfavorecidas, no fortalecimento das capacidades das comunidades e de organizações comunitárias para que estas pudessem agir de acordo com as oportunidades e os problemas de desenvolvimento. O seu trabalho era focalizado nos setores de abrigo, provisão de água e saneamento, construção de paz, governação, micro-finanças, apoio às micro-empresas e alívio ou mitigação de catástrofes ou desastres.

príncipe ou senhor; concebida por meio da praça pública (cidade clássica mediterrânea ou a cidade política); as já referenciadas *polis* e *civitas* com a praça ou ágora para conversa, eloquência e política; assim como a cidade islâmica, com um pátio da mesquita para a função religiosa, baseada na vida privada e no sentido religioso da existência.

Com o propósito, supõe-se, de abarcar diferentes matrizes culturais fomentadoras de concentração urbana, o autor considera que “a cidade é uma aglomeração humana fundada num solo convertido em pátria, cujas estruturas internas e externas se constituem e desenvolvem por obra da história, para satisfazer e exprimir as aspirações da vida coletiva” (Chueca, 1982: 39). Ao se tornar das mais completas criações culturais da humanidade (Aguiar *et al.* 2011), “uma cidade é um espaço de usos múltiplos, um conjunto de sinais e símbolos” (Tavares; 2008:16). Símbolos de poder (político, administrativo, militar ou religioso), símbolos culturais (monumentos, sinais, marcas, teatros, cinemas, ruas e praças), símbolos ocultos e de rituais perdidos. Por conseguinte, a cidade é “o agrupamento e o relacionamento entre as pessoas na base de determinados interesses, que podem estar relacionados com questões diversas (religiosas, étnicas, culturais, desportivos, etc.), dando origem a diferentes grupos sociais [que precisam e têm direito] a espaços públicos” (Vale, 2009: 45).

O conceito mais comum de cidade encontra, geralmente, na expressão numérica de concentração e respetivos equipamentos urbanos a sua maior divulgação. De facto, têm sido considerados na maioria dos casos os critérios estatísticos de definição das cidades, tendo como disposição obrigatória o agrupamento mínimo de pessoas numa superfície limitada. Obviamente, conforme analisa Monteiro (2012), a aplicação do critério do número mínimo de residentes num espaço urbano para ser cidade é de difícil aplicação em todos os países e regiões, devido a densidade populacional desigual. Por outro lado, seguindo esse critério, o autor alerta para o risco de classificar um local de características puramente agrícolas como cidade, ou grandes bairros de habitação ou de edificação industrializada sem características urbanas.

Peter Hall (2003) *apud*. Gomes (2012: 61), propõe uma classificação da hierarquia urbana baseada em fluxos de pessoas e de informação, mas também em índices de concentração de negócios. Essa tipologia compreende cidades globais (com mais de 5 milhões de habitantes), cidades sub-globais (entre 1 e 5 milhões), cidades regionais (entre 250.000 a 1 milhão) e cidades provinciais (entre 100.000 e 250.000 habitantes). Peter Hall é de

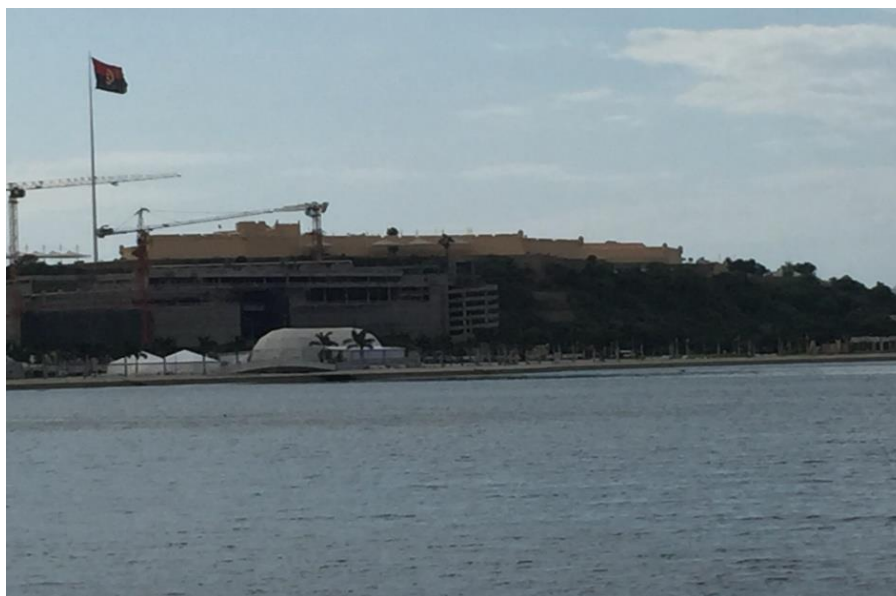
opinião que as cidades que estejam abaixo deste patamar não desempenham um papel significativo enquanto lugares centrais no mundo globalizado.

Convém asseverar, entretanto, que esta visão não deve ser encarada de forma líquida ou terminante, uma vez que, tal como afirma Gomes (2012: 68-69), o simbolismo do lugar, sobretudo na hierarquia das cidades culturais, representa igualmente uma grandeza de afirmação relevante das cidades no mundo globalizado. Cidades pequenas ou médias, com uma posição marginal nos fluxos económicos globais, dependendo da criatividade dos seus promotores e das construções discursivas inerentes, podem tornar-se, por exemplo, no caso de Portugal, o principal centro religioso [Fátima], a sede da universidade mais antiga do país [Coimbra] (Gomes, 2012) ou, transportando a abordagem para o universo angolano: a antiga capital pré-colonial do centro-oeste africano (Mbanza Kongo), ou ainda, o principal empório comercial do antigo Reino do Ndongo (Dondo).

As cidades tradicionais apresentam hoje características tão díspares e ao mesmo tempo bastante semelhantes. A disparidade é resultante dos processos endógenos de urbanização desenvolvidos e das influências externas sofridas ao longo dos séculos, enquanto a semelhança das cidades estará indubitavelmente ligada à modernidade, à produção em massa, ao crescimento económico e à industrialização, e no seu estágio mais avançado, à transformação do mundo numa “aldeia global”. Neste sentido, se as cidades lutam para se afirmar como palcos de relevo económico e atrativas para captar investimentos e fixar negócios, procuram por outro lado conservar, resgatar ou reinventar a autenticidade, que apenas o seu percurso histórico e o património cultural resultante são capazes de as proporcionar. Essa dicotomia de reabilitação *versus* conservação, aparentemente antagónica e com partidários de argumentos válidos para cada uma das causas, tem complexificado a intervenção urbana e descaracterizado a sua índole e a sua matriz.

O discurso saudosista e a falência funcional dos centros urbanos remete o debate para a crise das cidades atuais que decorre, sobretudo, da extinção dos espaços públicos congregantes das áreas urbanas e da diversidade de serviços. Retira-se-lhe, precisamente o seu fundamento, porque, por definição a cidade só faz sentido como espaço de encontro do outro, de convívio com o diferente, de espaço de aprendizagem (Alves, 2012: 77). Essa situação encontra paralelo no processo atual de (re) urbanização de Angola,

principalmente da sua capital Luanda, convertida em “canteiro de obras”³¹, depois do fim da guerra civil em 2002. Desde então, a primazia tem sido dada à concentração de betão na urbe, em detrimento da construção arejada e da beleza cénica das cidades antigas.



Fonte: (Autor, 2016)

Figura 14: Construção de um equipamento comercial na encosta do Museu de História Militar em Luanda

Luanda, uma das cidades mais antigas da costa atlântica africana, conserva os traços de um projeto colonial português de exploração de terras além-mar, baseada na lógica de fixação e construção da territorialidade, mas também onde se pode identificar processos de transição de ocupação comercial para uma integração de desenvolvimento territorial. Por outro lado, a cidade parece atravessar uma crise existencial, tal é a expansão periférica de subúrbios e a transformação urbana para edifícios em altura, qual Dubai, com realce para o revolucionar da sua baía e a ilha contígua, ameaçando inclusive o seu símbolo maior de identidade, a Fortaleza (atual Museu de História Militar). Porque, encrostado nas paredes do monte deste importante património, na fachada para baía, está em

³¹ Mote lançado pelo Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, sensibilizando o país para o início do processo de reconstrução nacional a partir de 2002, após o término da guerra civil de 27 anos, entre as forças armadas do governo angolano e o movimento armado da UNITA (União para a Independência Total de Angola), atualmente, o principal partido político na oposição.

acabamento um futuro centro comercial. Parafraseando Harvey (2011), podemos afirmar que Luanda tem estado num processo de destruição criativa de absorção do excedente de capital gerado pelos milhões de barris de petróleo, acumulados pelo país nos últimos anos. A figura 14 é demonstrativa desta constatação.

Senabre (2012) é perentório ao defender que qualquer cidade que não seja pensada para reforçar as identidades locais em grau em que estas necessitam, representa no seu ponto de vista, um fracasso de planificação urbana e territorial e uma postura mais distante do que se pode considerar de sustentabilidade urbana. “Sem conteúdos, que são as pessoas, o betão não vale nada. E as cidades sem pessoas morrem. É neste aspeto que os atores e as políticas continuam a falhar” (Alves, 2012: 81).

Acredita-se que terão sido as posturas e ações puramente economicistas de não vinculação das necessidades locais, que despoletaram a crise das cidades na década de 1970 (Jacinto, 2012) que induziram mudanças e colocaram os espaços urbanos sobre pressão, segregando bairros e periferias, esvaziamento dos centros históricos e adoção de medidas dos Estados para enfrentarem as tensões urbanas. As cidades foram obrigadas a enfrentar transformações de grande magnitude, motivadas pelos fenómenos de reconversão industrial de vários setores (principalmente o siderúrgico e o naval) e pela globalização da economia, provocando o declínio das cidades que não se adaptaram (Jordão *et al.*, 2008).

As economias urbanas passaram assim por um período de transição, com “políticas dirigidas à revitalização urbana, criação de emprego a médio e longo prazo, reforço da posição competitiva, exploração de oportunidades de crescimento local, participação dos grupos desfavorecidos e minoritários na economia, com um duplo objetivo: contribuir para a qualidade de vida nas zonas urbanas e criar um ambiente adequado para os negócios” (Jacinto, 2012: 10-11). Neste quadro, as cidades foram-se tornando lugares mais marcados pelas lógicas do mercado e do consumo: as artes, a cultura, o património, a atividade criativa, o lazer e o turismo são hoje ingredientes essenciais da vida urbana, a cuja influência as cidades não podem, nem devem escapar (Ferreira e Gomes, 2012). Mas com isso, as assimetrias urbanas são acentuadas, privilegiando alguns, muitas vezes em detrimento da classe média e setores importantes da economia.

2.1.3. A cidade atual: dilemas e novo(s) paradigma(s)

Segundo Winter (2016), atualmente mais de metade da população mundial vive em cidades que consomem 80% da energia global produzida; cidades essas que contribuem com cerca de 60% de emissão de gases e produzem cerca de três quartos de desperdícios. A tendência global de urbanização parece continuar, mas as cidades nas diferentes regiões do mundo encaram dramaticamente futuros diferentes. Na Europa, América do Norte e América Latina, mais de 70% da população reside em cidades. Como resultado, muitas cidades no mundo desenvolvido experimentam atualmente um declínio gradual da população, mas em contraste, nas próximas quatro décadas, os países em vias de desenvolvimento deverão atingir um crescimento da população urbana em torno dos 95%.

“Enquanto a globalização progride e se agudiza a crise urbana, os territórios fragmentam-se, a sociedade arquipelágica, expande-se, é caracterizada por uma circulação generalizada, o urbano e o rural tornam-se cada vez mais abstratos” (Jacinto, 2012: 11-12). O capital move-se para onde a margem de lucro é máxima e as possibilidades de reprodução do investimento são mais elevadas, procura áreas urbanas ou em desenvolvimento que garantam rapidamente o retorno e a remuneração dos investimentos, enquanto isso, outras áreas vão sendo marginalizadas (Mendes, 2014). “Redesenham-se desigualdades e renovam-se segmentações espaciais, sociais e simbólicas. Hierarquizam-se continuamente os lugares, regenerando-se uns e abandonando-se outros. Redefinem-se hegemônias e exclusões” (Ferreira e Gomes, 2012: 42).

A conflitualidade da expansão resultante do dilema de manutenção da cidade antiga ou da transformação e crescimento urbano baseado nos instrumentos e técnicas de construção modernas levou Giovannoni a propor décadas atrás um modelo de preservação na continuidade. Citado por Gonçalves (2013), Gustavo Giovannoni defendia que os processos de expansão urbana deviam processar-se segundo dois modelos de desenvolvimento: o modelo de extensão contígua e o modelo de crescimento periférico. Para ambos os casos, defendia os seguintes princípios:

- a) Que as extensões urbanas, os novos núcleos periféricos e todo o sistema viário, deviam ser integrados em planos regionais e em planos detalhados, dedicados à expansão urbana;

- b) Que tanto as extensões urbanas, como os novos núcleos periféricos deviam ter a sua própria centralidade e conformar-se com uma identidade morfológica clara;
- c) Por fim, que se devia evitar a intensificação dos movimentos centrípetos sobre a cidade velha e que, por sua vez, esta devia ser protegida do tráfego de atravessamento.

O modelo objetiva uma cidade policentrada, atendendo à multiplicidade de relações entre os comércios tradicionais e as novas formas comerciais associadas a outros lugares urbanos com centralidades complementares que contribuem para uma outra organização de cidade (Santos e Azevedo, 2013). Mas o fenómeno da globalização, assente na força do capital que “tanto produz a concentração como perpetua e aprofunda os vazios” (Jacinto, 2012: 12), condiciona muitas vezes as vontades e boas intenções. Nesse sentido, há cada vez mais incapacidade dos Estados levarem a cabo, por si mesmos, projetos públicos com fundos públicos, torna-se inevitável o protagonismo de grandes organizações e instituições financeiras que privilegiam, acima de tudo, a remuneração do capital. Conforme afirma Alves (2012: 81), “renovar as cidades através da construção de novos edifícios, recuperando o património arquitetónico, criando novos equipamentos e infraestruturas parece ser o mais fácil, o problema vem depois, como será possível atrair as pessoas se as habitações (renovadas ou novas) têm preços muito elevados?”.

A lógica a vigorar em muitos países, sobretudo naqueles em via de desenvolvimento, é a renovação dos centros urbanos para afugentar residentes e favorecer a concentração de escritórios e negócios, assim como promover centralidades periféricas valorizadas por megaestruturas de suporte económico (aeroportos por exemplo) que rapidamente atraem negócios e finanças para o local, exponenciando o valor do metro quadrado do solo. Por outro lado, “a cidade se renova como território motivador de muitas experiências e participações [incluindo] turísticas, através da criação de modos de consumo que se ajustem a um conjunto de características dominantes como são: o aumento do poder de compra, a mobilidade acrescida, a maior informação” (Santos e Azevedo, 2013: 10). A cidade atual, inserida incontornavelmente no mundo global competitivo, tem de ser cosmopolita e recetora de várias vontades, muitas vezes divergentes entre si. “Tem de ser atrativa para os seus residentes, para os investidores e empresas, para os visitantes, valorizando os seus recursos e ativos” (Jordão *et al.*, 2008: 320).

No início do século XXI, com a multiplicidade de culturas urbanas emergentes resulta fundamental questionar sobre que cidades teremos no futuro (Vale, 2009). “As cidades pequenas, por exemplo, localizadas entre a grandeza cosmopolita das metrópoles que controlam os fluxos globais de capital, cultura e pessoas e o rural localista, enfrentam um problema de definição, presas entre a possibilidade de crescimento e a preservação da sua pequenez” (Gomes, 2012: 60).

Enquanto sistema, Vaz (2012: 98) sugere o fortalecimento de uma visão integrada dos componentes da cidade, tangíveis (infraestruturas) e intangíveis (criatividade das pessoas e organizações), para se obter a inovação e competitividade. Mourão (2008) advoga a ligação em rede das cidades, tendo em conta a acessibilidade das instituições e das pessoas à informação e pela divisão e otimização das atividades. Duarte (2012) corrobora, defendendo o alcance da competitividade das cidades ligadas em rede com a complementaridade de tarefas e implementação de redes urbanas de banda larga em cada uma delas, interligando edifícios que prestam serviços públicos.

Por sua vez, Gama (2012: 148) afirma que “a cidade inteligente é encarada como uma nova estratégia de desenvolvimento em que existe um forte incremento da competitividade entre os espaços urbanos (...). As novas tecnologias de informação e comunicação terão de funcionar como plataformas de apoio ao desenvolvimento assente nas estruturas físicas de educação, ensino, investigação, inovação, governo local, regional e nacional, cultura e comércio”.

Associadas à esses desafios estão as formas digitais de consumo cultural. Economou (2016: 215) entende que *“in an increasingly globalized world, our understanding and attitude towards cultural heritage is shaping our sense of place and context more than ever before. Over the last few years, the use of new technologies has grown exponentially, permeating every aspect of our lives (...) People are increasingly encountering sites and monuments and learning about the past through digital media, in the form of virtual reconstructions, digital representation of artifacts, online videos, and so on (...). The expansion of Web 2.0, the increasing use of smartphones, and the demand for almost constant access to the internet also mean that social interaction with other visitors or staff at heritage sites, as well as the face-to-face discussions about heritage, are increasingly transferred to the digital sphere, whether in the form of discussion forums,*

computer gaming, or the sharing of photos, videos, experiences, and opinions via social networks”.

O conceito de inovação vem sendo utilizado nos últimos anos para referir-se ao processo de adaptação a uma nova sociedade que está surgindo em que estão associados os conceitos de “cidade”, “empresa”, “desenvolvimento” e “tecnologia avançada” (López, 2012: 291). Segundo Vaz (2012: 100), a viabilidade da cidade vai depender da sua capacidade para atrair a “nova classe criativa”, possuidora de elevada mobilidade, que advém da diversidade cultural, afabilidade do local, “tolerância” para as pessoas não convencionais, entre outros fatores. Para o autor, são elementos essenciais das cidades criativas os seguintes:

- Possibilidade de desenvolvimento das capacidades criativas dos cidadãos;
- Universidades, escolas, institutos e outras organizações formativas, enquanto estruturas de suporte a criatividade;
- A preservação da herança cultural e ambiente, com vista a melhoria da qualidade de vida e fomento da sensibilidade e criatividade dos cidadãos;
- Necessidade de uma base económica sustentável para suportar uma região criativa, ao nível do rendimento e acessibilidade aos bens artísticos e culturais.

Em certa medida, compreende-se que a cidade hoje, inserida num ambiente de várias sensibilidades urbanas e dinâmicas intensas proporcionadas pela competitividade baseada no conhecimento e na inovação, acumula desafios enormes de posicionamento e afirmação. Em cenários cada vez mais democráticos, mercados desregulados e flexíveis, capacidade interventiva da sociedade civil e exercício pleno da cidadania dos residentes, a cidade é um laboratório de debates e de confrontações de vontades. Ela precisa acompanhar a velocidade proporcionada pelas tecnologias de informação, adequando a sua malha urbana de épocas anteriores aos processos e técnicas inovadoras atuais, sem comprometer a articulação das suas múltiplas funções.

Mas a produção e realização da cidade não deve ignorar o vínculo com o cidadão, antes deve procurar resgatar sempre na sua ação a humanidade que lhe deu origem. A cidade precisa cultivar a imaterialidade produzida pelas pessoas na composição física do seu território, criando conteúdos alinhados no tempo e alimentando concomitantemente a sua alma. O seu sentido existencial não pode estar dissociado da sua trajetória no tempo, do

seu património cultural, da sua identidade observada no centro urbano histórico e da vida que lhe é dada pelos valores etnográficos de sua gente.

2.1.4. A produção de cidade em Angola

Os principais aglomerados populacionais em África no período pré-colonial raramente se situavam ao longo das costas marítimas. A natureza da atividade baseada na agricultura, na caça e na produção artesanal de artefactos diversos, privilegiava uma relação dos africanos com o espaço mais para o interior, onde o caudal dos rios, a abundância dos animais e a densidade e diversidade de recursos florestais facilitam a construção de territorialidades estáveis e o desenvolvimento tranquilo das comunidades. No entanto, não deixavam de controlar os territórios costeiros. A fixação da Fortaleza de São Miguel, por exemplo, que representou o ato simbólico de fundação da cidade de Luanda, careceu de autorização do soberano do Reino do Ndongo.

Os portugueses e espanhóis, pelo contrário, apostados na conquista dos “mares nunca dantes navegados”³² em busca de novos mercados na Ásia e nas Américas, investiram em portos marítimos e foram consolidando as posições ao longo das costas atlânticas, com o objetivo de canalizar recursos e dinamizar o comércio de produtos diversos, incluindo escravos. “É assim que Portugal, depois dos contatos e intercâmbios comerciais com o Reino do Kongo, funda a aldeia de Luanda em 1576 (rapidamente se eleva a categoria de cidade em 1605) e Benguela em 1584 (reconstruída em 1617)” (Amado *et al.*, 1992: 58).

A formação urbana das povoações antigas não foi meramente casual, pois a análise retrospectiva das suas origens detona a existência de poderosas determinantes de origem geográfica, económica e política a condicionar a escolha do local ou a criação do aglomerado urbano (Batalha, 1950; Silva, 2012)

Como advoga Silva (2012:176-177), “Um dos aspetos que caracteriza as ocupações de origem portuguesa é o fato de se verificarem em quase todas as cidades, características decorrentes da adaptação às condições locais, assim como de necessidades económicas, militares e de defesa. No caso das ilhas atlânticas, em cidades como o Funchal (na Ilha da Madeira), Angra do Heroísmo (no arquipélago dos Açores), ou a Cidade Velha (em Cabo Verde), ou cidades do continente africano, como Luanda (em Angola), Maputo e Beira (em Moçambique), (...) podemos verificar que as condições físicas do território

³²Alusão ao verso que se encontra na obra “Os Lusíadas” do poeta português Luís Vaz de Camões.

originaram escolha cujos objetivos já estavam preestabelecidos: boas condições para a implantação de um porto, acessibilidade para o interior do território, facilidade de plantar culturas rentáveis, defesa da cidade e abastecimento de água à população foram, como para as outras cidades costeiras do continente português, fatores determinantes para a escolha da localização”.

O sistema urbano de Angola do modelo europeu acelera na sequência de importantes esforços administrativos orientados ao desenvolvimento económico, com as culturas de exportação e de consumo local no final do século XIX (Amado *et al.*, 1992), apoiando-se nas redes comerciais estruturadas pelas sociedades africanas (Henriques, 1998). No início do século XX, Angola possuía apenas as cidades costeiras de Luanda e Benguela (Amado *et al.*, 1992; Fontes, 2007, Milheiro, 2012). Data de 1843 o estabelecimento dos primeiros princípios para a conceção de cidades e sua arquitetura em território angolano, mais precisamente aquando da construção do Lobito, que se propunha ser a criação de uma verdadeira cidade colonial com a solução dos “problemas fundamentais”³³ (Batalha, 1950; Fontes, 2007). “É no contexto do fim da monarquia e na transição para a primeira república em Portugal que emerge o centro gerador do urbanismo colonial português moderno” (Milheiro, 2012: 218).

O grande impulso do processo de urbanização de Angola é dado, portanto, com a exploração da borracha e, sobretudo, com os avanços na construção dos caminhos-de-ferro no início da Primeira Guerra Mundial (Amado *et al.*, 1992: 59), a saber:

- O caminho-de-ferro de Benguela; de Benguela a Luena e ainda mais para o leste, até o sul do Zaire;
- O caminho-de-ferro de Malanje; de Luanda a Malanje, pressupondo a conexão com o caminho-de-ferro de Benguela na fronteira;
- O caminho-de-ferro de Moçâmedes; de Menongue a Lubango e Namibe, no sul.

Com o objetivo de reforçar a ideia de um império sólido e dar aos territórios coloniais uma imagem global única, impelidas pelas resoluções da Conferência de Berlim, são

³³ Batalha faz referência da idealização de um plano da cidade que prevê a solução dos problemas fundamentais que interessam à vida de uma povoação colonial: a defesa contra a pirataria e o gentio; a separação em zonas da parte comercial e portuária, da parte administrativa e residencial de europeus e da parte destinada às habitações dos indígenas; o aprovisionamento de águas e de géneros; o saneamento urbano e ventilação das construções; a salubridade das edificações; a proteção da restinga e do porto. Portanto, era a preparação de uma cidade na base de postulados científicos.

promovidos eventos nacionais e internacionais importantes. Fontes (2007) destaca algumas exposições que visaram dar conhecimento das colónias aos portugueses o trabalho que vinha sendo realizado, como estratégia de consolidação do império com a inclusão das colónias, designadas entretanto de provinciais ultramarinas: exposição provincial de Luanda (1922) e Nova Lisboa (1935), exposição colonial no Porto (1934), exposição feira de Angola (1938), a exposição colonial e internacional de Paris (1931); onde é realizado o primeiro “congresso de urbanismo colonial e países tropicais” para tratar de assuntos estritamente coloniais, incluindo debates em torno da salvaguarda do património das velhas povoações indígenas das colónias.

A cidade, definida na viragem do século XIX para o século XX como sendo a população residente em aglomerados de 2.000 ou mais habitantes no casco urbano, tem em Angola no início da década de 1940, apenas oito exemplares: Nova Lisboa, Silva Porto, Lobito, Moçâmedes, Malanje, Sá da Bandeira, Benguela e Luanda (Amado *et al.*, 1992: 62). “Tendo mantido praticamente intato o seu império colonial, Portugal precisa repensar a sua estratégia colonial, tendo em conta o novo quadro político internacional com o fim da Segunda Guerra Mundial” (Fontes, 2007: 105).

De acordo com Fontes (2005:105), “Em África, a partir da segunda metade da década de 1940, novos modelos de desenvolvimento significam refazer a rede existente de cidades. O objectivo é chegar às regiões interiores, menos urbanizadas, cuja presença colonial é mais esbatida. Incentiva-se a migração de colonos europeus e promove-se uma rede assistencial de saúde e educação às populações locais. Os modelos de desenvolvimento apoiam-se em planos urbanos, acompanhados por um conjunto de equipamentos básicos. Dependendo da escala, compreendem escolas, postos sanitários (pequenos hospitais, eventualmente equipados com maternidade e apoio à primeira infância), estações de correios, parque infantil, administração, casa do governador e estruturas religiosas filiadas na fé católica, etc. Num segundo momento, assiste-se à implantação de novos bairros para funcionários e de instalações desportivas (clubes e piscinas). A maioria desses projectos depende da produção urbanística e arquitetónica de agências governamentais ligadas ao Ministério das Colónias (mais tarde Ministério do Ultramar) sediado em Lisboa ou aos Governos provinciais (...)”.

Assim, em 1944 é criado o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) com sede em Lisboa, uma estrutura oficial de projetos de arquitectura e de engenharia com o objectivo

de conduzir e executar a política urbana para as colónias portuguesas (Fontes, 2007; Ramos e Matos, 2008; Milheiro, 2012). Na produção de cidade nas ex-colónias portuguesas em territórios de baixa densidade, tem associado os planos urbanos à tradição anglo-saxónica da “cidade jardim”, que se dissemina por todo o mundo ocidentalizado a partir da década de 1930 (Matos e Ramos, 2008; Milheiro, 2012). O programa seguido alicerça-se num forte impulso de urbanização que se reflete na consolidação das estruturas urbanas herdadas da primeira república (1910-1926) e na padronização dos edifícios públicos que representam a presença colonial portuguesa desde o continente africano até a Índia, Timor e Macau (Milheiro, 2012).

No essencial, o programa procurava refundar as cidades, fazer passar aglomerados diminutos e monofuncionais para o estatuto de cidades com variedade e funções, distinção de centro e periferia e disponibilidade para uma construção ordenada (Matos e Ramos, 2008). Nessa perspetiva, com o ciclo do café no auge em Angola, o processo de urbanização é acelerado e a população urbana no país duplica durante os anos cinquenta, passando de 248.000 habitantes para 512.543; sendo determinante o fluxo de colonos brancos saídos da metrópole, cujo número se eleva de 78.826 em 1959, para 172.529 em 1960 (Amado *et al.*, 1992: 60 *apud*. Amaral, 1978).

A cidade-jardim era a forma mais atraente de disputar a presença de novos colonos e suas famílias, amenizando o clima tropical, fornecendo sombras, contínuos de verdura e frescura, numa terra estranha e agrestemente quente (Matos e Ramos, 2008). Observando as cidades angolanas projetadas e desenvolvidas ao longo do século XX identifica-se a predominância da arborização em paralelo com as ruas e avenidas (figura 15), suficientemente largas. Conforme descreve Matos e Ramos abaixo, são por exemplo, protótipos de cidades-jardins: Saurimo, Luena, Kuito, Gabela, Malanje, Uíge, Ndalatando, Dondo e tantas outras cidades, projetadas e/ou desenvolvidas ao longo do século.

Como referem Matos e Ramos (2008: pp.), nas “(...) zonas de baixa densidade onde predomina a habitação unifamiliar, o traçado é informal e orgânico; os arruamentos são sinuosos e/ou em impasse e utilizam a rotunda como meio de articulação. É frequente a combinação da curva regular com o meandro irregular. As ruas são arborizadas e ajardinadas os interiores dos lotes; é corrente a inclusão na malha de jardins públicos e de campos desportivos. Os alinhamentos de árvores assumem uma função estruturadora no

traçado urbano, tanto ou mais do que o posicionamento dos edifícios notáveis (...). A arborização era certamente uma das formas mais seguras, imediatas e acessíveis de promover o controlo climático do meio urbano”.



Fonte: Autor (2013).

Figura 15: Antiga rua da Kapacala na cidade do Dondo

Entretanto, importa considerar que o processo de urbanização esteve sempre eivado de pretensões segregacionistas e raciais, ao espírito da natureza do regime colonial (Batalha, 1950; Neto, 2015), isto é, movido fundamentalmente pelo interesse de manter a ordem e o poder estabelecimento e não propriamente para minorar as condições de vida difíceis dos autóctones. O crescimento económico e urbano registado nos anos posteriores ao término da Segunda Guerra Mundial desterritorializou camponeses, afastou residentes locais dos centros para periferia; privilegiou o crescimento do litoral e áreas industriais em detrimento do interior, desertificou várias localidades e fomentou a migração da população rural para a periferia das cidades, facilitando a formação de subúrbios e *musseques*³⁴. Agravadas pela guerra de libertação nacional, as migrações tornaram-se um fenómeno comum em Angola (Amado *et al.*, 1992; DW, 2005), “a população

³⁴ Significa areia na língua nacional *Kimbundu*, é dessa forma que eram denominados os bairros indígenas, principalmente na periferia da cidade de Luanda. Bairros geralmente incaracterísticos e desordenados, sem as condições mínimas de salubridade, saneamento básico, energia elétrica ou fornecimento de água canalizada. É o mesmo que gueto ou favela.

transplantada das áreas rurais para o anonimato das cidades teve de se ajustar às condições da vida moderna, internalizando valores, normas e modos de comportamento característicos de padrões de sociedade e de cultura ocidentais” (Amado *et al.*, 1992: 64).

“Por altura da independência, apenas 18% da população vivia em áreas urbanas” (Amado *et al.*, 1992: 90). Atualmente, 67,7% dos 25,8 milhões de residentes vivem em áreas urbanas (INE, 2016). Com a guerra civil no pós-independência, a produção de cidade em Angola é praticamente interrompida até 2002, pelo contrário, quase todas as cidades do país são afetadas nos seus tecidos urbanos. O êxodo dos campos para as áreas urbanas incrementa diante da incapacidade de resposta governativa, consolidando e ampliando os *musseques* urbanos.

Como refere (Silva, 2012: 184-187), “As cidades desenvolvem-se de forma dual: por um lado, encontramos o centro urbano consolidado, construído no período colonial; por outro, temos as zonas periurbanas nas margens do centro urbano com construções precárias, feitas de materiais naturais, com cobertura de chapa de zinco, (...). As estruturas urbanas são constituídas por espaços e edifícios com indícios de suburbanidade, com zonas de ocupação bastante precária. A situação de precariedade resulta, em grande parte, da ausência de planeamento e controlo do uso do solo, resultando daí grandes extensões habitacionais sem acesso adequado a infraestruturas básicas e equipamentos sociais (...), na maioria, constituída por construções precárias e muito deficitária em termos de salubridade e higiene”.

A cidade atual angolana, em todas as suas latitudes, caracteriza-se, pois, por ilhas urbanas bastante degradadas, resultante da densidade, incúria e do já referido conflito civil. A requalificação que se impõe, tem sido feita desde 2002, principalmente em Luanda, mais no sentido da verticalização de edifícios e substituição de vivendas tradicionais da urbe por edifícios com dezenas de andares, sobretudo para escritórios e serviços, muitas vezes em desrespeito ao plano de massas estabelecido. Além disso, as vias de acesso, as estradas, as redes técnicas e toda a estrutura de esgoto são as mesmas do período colonial.

Na periferia das principais cidades do país têm surgido as chamadas “novas centralidades” desde 2012 que, de certo modo, desafogou um pouco a grave crise habitacional e a especulação imobiliária que gravitava no país, sendo a cidade do Kilamba o exemplo maior (figura 17). As novas centralidades são projetos urbanos importados, maioritariamente da República da China, constituídos por edifícios com quatro ou mais

pisos, com o propósito de dar alguma dignidade à emergente classe média. Todavia, a ausência de equipamentos sociais assim como estruturas lúdicas e de serventia urbana diversa, transformam as centralidades em dormitórios urbanos, muito dependentes dos centros das cidades tradicionais. Por outro lado, a edificação em andares, opondo-se ao tipo de vida do nativo e do seu conceito de casa e família (Redinha, 1964), fomenta constrangimentos de ordem sociocultural, psicológico e ambiental.



Fonte: <https://lifehacker.ru> [13/06/2017]

Figura 16: Entrada de um condomínio

Figura 17: Edifícios da cidade do Kilamba

A cidade angolana é caracterizada também pela existência de nichos de habitação amuralhados, isolados, separados do mundo exterior, vulgarmente designados por “condomínios” (figura 16). Políticas sociais pouco conseguidas, excessiva densidade nas cidades, a elitização social, gestão sofrível dos fundos públicos, serviços urbanos deficientes e o fomento da delinquência, entre outras, são razões invocadas para o surgimento desses bairros cercados nas principais cidades do país. No entanto, a espaços ou em continuidade, entre os centros históricos, “os condomínios” e as “novas centralidades”, abundam bairros precários, informais se quisermos, a fazerem vista inclusive às fachadas mais sublimes de hotéis e outros edifícios do novo mundo. A vontade das famílias possuírem uma casa própria e fugir do pagamento das elevadas rendas, as dificuldades de acessibilidade a terrenos para construção em locais já urbanizados e mais seguros, devido ao elevado custo e burocracia nos serviços municipais

(Monteiro *et al.*, 2011) dificulta naturalmente, os intentos de requalificação destes bairros e a promoção de uma malha urbana contígua e sustentável.

Não obstante os vários instrumentos jurídicos de gestão fundiária para nortear a requalificação urbana em Angola (Lei do ordenamento do território e do urbanismo; planos territoriais, urbanísticos e rurais; Lei de bases do ambiente; Lei de terras; Lei de bases do fomento habitacional) (Quinquino, 2008), os resultados não têm sido satisfatórios. Os planos e a implementação, envolvidos na corrupção endémica e na falta de transparência, acabam por agravar os constrangimentos existentes, e os *musseques*, estes vão se multiplicando à medida do crescimento da população urbana e da contínua migração de sentido único: campo-cidade. Dessa forma, os pequenos *flashes* de modernidade do país são retratados apenas como um legado europeu (Brito-Henriques, 2013: 204), de forma injusta.

2.2. A reabilitação urbana na cidade histórica

De acordo com Steinberg (1996: 465), “até aos anos de 1940 poucos eram os países no mundo que valorizavam a antiguidade de suas cidades”. A abordagem feita no segundo capítulo revela que a conservação era o produto de uma ação individual, por vezes isolada, limitando-se aos edifícios de características especiais e de importância histórica, como as igrejas, os palácios, os castelos, etc. O despertar da sensibilidade pela conservação do património, particularmente das cidades antigas, foi estimulada pela máquina destruidora da Segunda Guerra Mundial que ao tornar as cidades em escombros (São Petersburgo, Kiev, Berlim, Dresden, Hiroshima, Nagasaki, etc.), contribui rapidamente para a concertação das nações com vista a evitar episódios similares. O Tratado de Haia de 1954, sobre a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado aparece nessa perspetiva.

Depois do despertar conjunto das nações seguiu-se a um período de conservação das cidades, em particular na Europa – enquanto epicentro dos confrontos bélicos – com resultados marcados essencialmente pela sacralização de todo o tecido antigo e/ou pela sua “turistificação”, ignorando muitas vezes a decadência dos miolos (centros históricos) e as condições de vida dos residentes (Fernandes, 2004). “O desenvolvimento urbano caracterizou-se, desde o início da segunda metade do século XX, pela conjugação de dois processos que promoveram o afastamento das áreas urbanas antigas, que assim se foi espelhando na progressiva degradação física do seu edificado e na sua fragilização económica e social” (Gonçalves, 2011: 68). Em alguns casos, conforme afirma Monteiro

(2012), assistiu-se a uma composição de cidade resultante de processos de junção de partes a um núcleo original, sem um controlo posterior do traçado da sua morfologia.

A seguir à guerra, com a paz e estabilidade no mundo ocidental e com a materialização plena dos avanços científicos e tecnológicos experimentados anteriormente, assistiu-se a um crescimento económico que promoveu o aparecimento descomunal de prestações económicas, o estímulo das necessidades, aumento da gama de serviços, assim como o aumento exponencial do consumo dos governos e das famílias. Este cenário de excedentes que se estendeu até à crise do petróleo de 1973 (Kunstler, 2006), coincide com a duplicação da população mundial e configurou-se apropriado ao estímulo e promoção da urbanização, dessincronizada do núcleo urbano. A urbanização nesse período recuperou a produção em massa da cidade industrial que privilegiava a expansão urbana para além dos seus antigos limites e espaços funcionais, a despeito da indução de investimentos para a valorização dos centros históricos (Carvalho, 2011).

O conceito de centro histórico definido como o “núcleo da cidade” construído antes da época industrial, onde se reconhece maioritariamente a concentração do património monumental e edificado (Ferreira, 2003), não deve, pois, “ser visto como uma unidade estanque independente do resto da cidade, sendo, pelo contrário, um organismo vivo indissociável do resto da estrutura urbana pela qual se prolonga, quer em termos físicos, quer em termos sociais” (Tavares, 2008: 17). Por conseguinte, esse núcleo urbano apresenta-se atualmente exposto a desafios múltiplos: resistência à constante pressão dos ciclos económicos, turistificação dos seus ativos culturais, encargos elevados de manutenção face à inadequação dos conteúdos urbanos demandados atualmente, ou ainda a patrimonialização leviana em busca da autenticidade induzida pela globalização.

Qualquer que seja a resposta a dar aos desafios postulados, o centro histórico tende “obrigatoriamente” a possuir um posicionamento dual e ambivalente, num contexto abrangente e intenso de aproximação das culturas que se consubstancia no núcleo indutor de salvaguarda do património cultural da cidade e no principal recurso para práticas turísticas culturais urbanas, que se pretendem sustentáveis.

2.2.1. O processo de reabilitação

A análise a partir dos contributos de diferentes autores permite inferir que a reabilitação urbana é uma ação multifacetada numa determinada cidade que envolve um conjunto de intervenções de índole urbanística, política, cultural, social, económica e ambiental

(Steinberg, 1996; Tavares, 2008; Silva e Carvalho: 2011; Monteiro 2012; Santos e Azevedo, 2013; Mendes, 2014). Trata-se de uma ação integrada de salvaguarda a partir do centro histórico, enquanto eixo vertebrador de políticas urbanas, no sentido de adaptar a cidade às pessoas, preservar a identidade e as memórias inscritas na paisagem urbana como elementos multifuncionais (Santos e Azevedo, 2013). Um dos princípios da Carta de Washington do ICOMOS (1987) enfatiza, precisamente, a preservação dos valores históricos da cidade e conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem, em particular:

- a) A forma urbana, definida pela trama e suas parcelas;
- b) As relações entre os diferentes espaços urbanos: construídos, livres, plantados;
- c) A forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior);
- d) As relações da cidade com o seu enquadramento natural ou criado pelo homem;
- e) As vocações diversas da cidade, adquiridas no decurso da sua história.

Nessa perspetiva, o processo de reabilitação urbana implica não só intervir no edificado urbano e nos espaços públicos mas também nos problemas específicos de grupos que são socioespacialmente marginalizados e segregados, e em ações mais abrangentes de revitalização social e económica (Mendes, 2014). Para Steinberg (1996: 466), significa criar uso e reutilizar antigos quarteirões da cidade no seu conjunto, *“where possible, old buildings are repaired and modernised, to facilitate their continued use, especially as housing. This often includes upgrading of infrastructure services (water, sewerage, drainage, roads, etc.)”*, com o propósito de melhorar a vida da comunidade do ponto de vista urbano e social, adaptando-a às novas condições.

Na opinião de Tavares (2008: 11-12), “as operações de reabilitação têm um duplo objetivo: restaurar o património urbano e melhorar a qualidade de vida mantendo a população residente, procurando travar o processo de despovoamento das áreas centrais das cidades e revitalizá-las; preservando os elementos de identificação urbana, o tecido físico e social, e a memória da cidade”. Monteiro (2012) subscreve, considerando como objetivos principais o desenvolvimento do tecido social e urbano, através da intervenção no ordenamento do território e meio ambiente, nos diversos espaços públicos, desenvolvimento das infraestruturas técnicas e culturais e de todo património edificado. A requalificação urbana como processo estratégico “envolve a articulação e integração

de componentes como a habitação, a cultura, a coesão social, o espaço público, a mobilidade e reflete a tendência para a reutilização das infraestruturas e equipamentos existentes” (Silva e Carvalho, 2011: 259).

Através de operações de reabilitação procura-se preservar ou recuperar a memória dos lugares, intervindo não só sobre estruturas físicas, mas também sobre os mecanismos de desenvolvimento social e económico que permitam, num processo que se pretende sustentável, devolver qualidade urbana à cidade (Tavares, 2008). Esta tendência de intervenção urbana permite diferenciar os sistemas urbanos, bem como contribuir para o surgimento de novas áreas de sociabilidade e estímulo pelo sentido de pertença, de filiação e de vínculo ao território, por parte da população (Silva e Carvalho, 2011). Por outras palavras, a reabilitação visa fortalecer a identidade da cidade, o compromisso coletivo, reforço e exercício da cidadania, por via da afirmação cultural dos residentes e da participação dos mesmos em todos os estágios do processo, com vista à requalificação integral.

Do ponto de vista da intervenção urbana, a reabilitação é um processo que pretende acima de tudo recuperar ou reconverter edifícios e espaços para novos usos (Tavares, 2008; Silva e Carvalho, 2011; Mendes, 2014), isto é, requalificar o tecido urbano. Mas, conforme alguns autores citados, a intervenção na paisagem urbana, no sentido da sua requalificação, congrega a renovação (demolição e substituição dos elementos preexistentes) e a revitalização (a dinamização da vivência do local). Portanto, a reabilitação, que pressupõe a reutilização de elementos preexistentes, pode contemplar a renovação urbana, se for inevitável um processo pontual, ou não, de demolição e reconstrução de estruturas. Por outro lado, a revitalização será sempre um escopo a perseguir tanto na renovação como na reabilitação dos elementos urbanos.

Sem pretender desviar o foco da abordagem sobre a reabilitação urbana, interessa introduzir levemente o conceito de regeneração, apresentado por alguns autores como sendo mais abrangente que o conceito de reabilitação, pelas *nuances* apresentadas (Sousa, 2006; Vale: 2009; Ferreira e Gomes: 2012). Por exemplo, Sousa (2006: 12) defende que “a regeneração urbana oferece uma visão e um conjunto de ações integradas com vista à resolução dos problemas urbanos de áreas em crise, de uma forma pluridisciplinar e duradoura, sendo por isso um conceito mais abrangente e ambicioso, integrando o conceito de conservação, renovação, recuperação, reabilitação ou revitalização”. Vale

(2009: 56) é de opinião que a regeneração visa uma maior visibilidade e afirmação da cidade, a nível nacional e/ou internacional, por via da melhoria dos espaços, vitalização económica, valorização do setor imobiliário e atração turística. Por sua vez, Ferreira e Gomes (2012) sustentam que os processos de regeneração urbana promovem reordenamentos simbólicos que, ao mesmo tempo que renovam imagens das cidades e seus modos de auto e hetero-identificação, são passíveis de gerar novos efeitos de segmentação social.

Atendendo os objetivos apresentados para esta investigação e o local de estudo escolhido, o conceito de reabilitação urbana parece o mais ajustado com os desígnios de conservação e salvaguarda do património cultural. Aliás, a consolidação dos postulados sobre a salvaguarda e preservação das cidades históricas (abordados no capítulo anterior), reforçam os processos de intervenção urbana baseados na recuperação e reconversão dos espaços, recomendando excecionalmente a demolição do edificado para efeitos de requalificação. O espírito dos princípios e objetivos 5 e 10 da Carta de Washington, vão neste sentido:

“O planeamento da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedido de estudos pluridisciplinares (...) deverá definir uma articulação harmoniosa dos bairros históricos no conjunto da cidade. O plano de salvaguarda deve determinar quais os edifícios ou grupos de edifícios a serem especialmente protegidos, a conservar em certas condições e, em circunstâncias excecionais, a serem demolidos. O estado em que se encontram os sítios antes de qualquer intervenção será rigorosamente documentado. O plano deveria beneficiar da adesão dos habitantes” (Carta sobre as Cidades Históricas do ICOMOS, Washington 1987).

“No caso de ser necessário efectuar transformações nos edifícios ou construir edifícios novos, qualquer operação deverá respeitar a organização espacial existente, nomeadamente a sua rede viária e escala, como o impõem a qualidade e o carácter geral decorrente da qualidade e do valor do conjunto das construções existentes. A introdução de elementos de carácter contemporâneo, desde que não perturbem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento” (Carta sobre as Cidades Históricas do ICOMOS, Washington 1987).

Atualmente “procura-se com a reabilitação dos centros históricos o aparecimento de indústrias culturais e criativas, os percursos de usos da modernidade, a criação de pontos

focais importantes: cafés, museus, mercados, igrejas, praças, a valorização das paisagens e dos percursos” (Monteiro, 2012: 27). O autor acrescenta que intervir nos espaços construídos ao longo dos séculos permite que a sociedade humana continua ligado ao meio natural a que pertence, como seres vivos, numa relação com a sua natureza para uma existência física e espiritual e que a protege da sociedade moderna que evolui, mas que ao mesmo tempo, perde a raízes da sua verdadeira natureza. Ferreira (2003) destaca as vantagens da reabilitação urbana na preservação do património arquitetónico urbano; no controlo da expansão periférica; na inversão do processo de obsolescência física, funcional, imagética e local; na melhoria do ambiente urbano para os residentes, visitantes e investidores; em suma, no elo entre o passado e o futuro.

Em definitivo, a reabilitação urbana representa uma ação de salvaguarda e preservação, mas ao mesmo tempo uma atualização e adequação dos espaços urbanos e sua envolvente às transformações sociais na cidade. Visa essencialmente alterar o existente no tecido urbano, por via da utilização de mecanismos de requalificação do *corpus* material da cidade, assim como a revitalização do tecido social e cultural com vista melhorar a imagem da cidade e a qualidade de vida dos cidadãos. De facto, com a reabilitação, o centro histórico e conseqüentemente a cidade, transformam-se para a atualidade, sem perder a sua identidade. Procura-se fazer um *upgrading* que vá ao encontro das expetativas dos diferentes atores, melhorando a sua condição de habitabilidade para os residentes e de atratividade para os visitantes.

2.2.2. O centro histórico como núcleo urbano

Tradicionalmente, as cidades são produto da cultura dos povos, manifestação dos saberes acumulados ao longo do percurso histórico materializado na urbanização. O homem, com sonhos, pensamentos e trabalho foi transformando o meio natural em paisagem de cultura durante séculos, sendo as cidades históricas o melhor exemplo de paisagem cultural, que concentra boa parte do património urbanístico e arquitetónico monumental (Troitiño Vinuesa, 1998). A envolvente de uma cidade faz parte da sua herança histórica e forma com esta uma unidade indissociável que se põe de manifesto através dos olhares que mutuamente estabelecem (Brandis e Del Rio, 1998). Foi quase sempre a envolvente, através das frentes de água, terras ou montanhas que fundamentaram a origem, localização e o desenvolvimento das cidades.

“A cidade histórica representa o conjunto de uma extraordinária singularidade, donde se imbricam dimensões diversas: arquitetónicas, urbanísticas, culturais, sociais e simbólicas” (Troitiño Vinuesa, 1998: 209). A riqueza cultural da cidade histórica é determinada tanto por elementos tangíveis (os grandes monumentos, o tecido residencial, os espaços públicos, etc.) como por intangíveis (ritmos diários da cidade, os estilos de vida dos seus habitantes, as manifestações lúdicas e festivas) (La Calle e García, 1998).

Para La Calle e Garcia (1998:250), “A cidade histórica, depositária de um rico património (urbanístico, arquitetónico, social, documental, etc.) constitui uma ilustração excepcional de uma noção de “ecossistema cultural”, (...) um conjunto localizado de elementos variados em situação interdependente e um campo de forças de atores múltiplos (habitantes, grupos locais, administrações públicas, etc.), com estratégias diversificadas com respeito a esse “bem coletivo patrimonial”. A cidade como património apresenta duas dimensões: uma cultural como legado histórico, base da identidade e o acervo coletivo de uma comunidade, e outra económica, em relação com a visão emergente do património e da cultura, considerada em sentido amplo, como motores de desenvolvimento”.

Todas as cidades possuem de forma mais ou menos significativa um centro histórico, uma origem, pois foi essa a sua primeira geração. Em muitos casos a imagem transmitida pelos “centros históricos representa os princípios, as culturas e as razões da fundação da cidade” (Monteiro, 2012: 49). “O centro histórico será o núcleo central de um conjunto urbano formado ao longo de um horizonte temporal alargado, que pode ou não manter vestígios dessas várias épocas, e que foi isolado pela expansão acelerada da época industrial e pós-industrial” (Tavares, 2008: 18). “Trata-se de um território com morfologia raramente homogénea, delimitada em muitos casos pelo circuito da muralha medieval e resultante de um longo processo de crescimento “espontâneo” de intervenções individuais, mas também de ações de planeamento que foram adicionando e substituindo elementos (edifícios, ruas, praças, jardins), na construção de um todo heterogéneo” (Fernandes, 2004: 214).

“O centro histórico de uma cidade é, simultaneamente, campo de proteção de uma população que tem nele o seu espaço de vida, porém, é símbolo público de capacidade imagética, expressando manifestações de grandiosidade e motivações de atração para com a população forasteira” (Santos e Azevedo, 2013: 7). “No entanto, a noção de centro

histórico não deve implicar a concentração no seu perímetro do valor histórico da cidade e considerá-lo à margem do resto em termos urbanísticos” (Gonçalves, 2011: 51). Para o autor, as cidades são constituídas por sistemas de continuidades: i) históricas, na medida em que o espaço urbano é, todo ele, contemporâneo; ii) continuidade morfológica, na medida em que o sistema de espaços públicos de uma cidade não é fragmentável; iii) continuidade funcional dos sistemas urbanos, na medida em que as redes infraestruturais constituem uma rede de interdependências; iv) continuidade das relações entre os usos do solo, na medida em que a economia das cidades não tem vínculos absolutos e definitivos com os seus tecidos urbanos (Gonçalves, 2013). O principal valor das cidades históricas não são os elementos considerados de forma isolada, mas sim o carácter de cada cidade materializado num sentido de lugar, único e irrepetível (La Calle e García, 1998).

No contexto europeu, o centro histórico corresponde, em regra, a um espaço densamente construído e de elevada compacidade, com alguns imóveis proeminentes pelo seu volume e importância, onde as ruas e as praças têm um passado extenso de vários séculos, sobrepondo-se ou justapondo-se a uma centralidade administrativa e económica (Fernandes, 2004). Por sua vez, na maioria das cidades históricas africanas de origem portuguesa existe atualmente uma dualidade “indesejável” no seu crescimento que condiciona os sistemas de continuidades, especialmente a morfológica e a funcional. Por um lado, existe a cidade histórica construída no período colonial, por outro, a cidade do subúrbio construída nas margens do centro urbano (Silva, 2012), situação já abordada na temática sobre a produção de cidade em Angola.

No dizer de Aguiar *et al.* (2011), a própria noção de património histórico está em mudança como resultado de uma certa crise de identidade de cidades territorialmente extensas, indiferenciadas e deficitárias de elementos de identidade nos seus ícones arquitetónicos. Segundo os autores, assiste-se hoje a uma valorização de outras memórias urbanas e de novos símbolos materiais, tais como: a arquitetura típica da industrialização do século XIX, as fachadas portuárias e edifícios obsoletos de infraestruturas urbanas, recuperados e adaptados principalmente ao uso turístico.

Conforme defende o ICOMOS (1987), a salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser tomada em conta nos planos de ordenamento e de urbanização, a todos os níveis. Este princípio é defendido por Tavares (2008: 20), ao advogar que “as

preocupações de salvaguarda e a reabilitação dos centros históricos têm de ser articuladas com um conjunto de programas de reabilitação e melhoria dos espaços e áreas habitacionais, locais de percurso e recreio de quem vive e procura a cidade, onde os valores patrimoniais, os símbolos e as memórias são mais que edifícios, ruas, largos e praças”.

A reabilitação urbana, como se vê a seguir, para além de adaptar e garantir o sistema de continuidades do conjunto heterogéneo que representa a cidade, deve atualizar a sociedade para às mudanças perpetradas pelo mundo da informação e da tecnologia. “Os estilos de vida alteram-se e a organização da cidade tem de fazer face a essas mudanças, sob o risco de tornar a vida das pessoas insuportável” (Alves, 2012: 75). Por esta razão, abordar as incidências da reabilitação urbana na cidade histórica afigura-se fundamental, na medida em que a sua prossecução, subentende a intervenção nas suas múltiplas funções das diferentes disciplinas associadas à vida das pessoas.

2.2.3. Gentrificação ou enobrecimento do centro histórico

Uma das principais dificuldades que as cidades enfrentam no processo de reabilitação e valorização dos bairros e centros históricos é a “excitação” do setor imobiliário e a apreciação económica adquirida pelos imóveis. O processo em si estimula as variáveis económicas e agita o mercado local, por força dos investimentos realizados, edifícios refuncionalizados, aumento e diversificação dos serviços, turistificação de espaços, aumento do consumo de bens e serviços, empregos gerados e, naturalmente, afluxo de pessoas e automóveis. A revitalização provocada pela requalificação do espaço e a dinâmica económica gerada seduz novos habitantes e instituições a fixarem-se no local. O que se observa é o enobrecimento do lugar, a carestia dos bens e serviços e a fixação de habitantes e escritórios com maior capacidade económica, em detrimento dos moradores e comerciantes tradicionais.

Este processo de recomposição e (substituição) social que é verificado no espaço urbano é definido por gentrificação (também designado de enobrecimento, emburguesamento, ou ainda elitização) que se consubstancia no movimento de chegada de grupos de estatuto socioeconómico mais elevado, geralmente jovens e de classe média, a áreas da cidade que se tornam social, económica e ambientalmente valorizadas (Mendes, 2014). É um processo de mudança socio espacial, prossegue o autor, no qual a reabilitação de imóveis nos bairros pobres e de classe trabalhadora na cidade centro são requalificados com a

entrada de fluxos de capital privado e de proprietários e inquilinos da classe média e média-alta. Para Ferreira e Gomes (2012) o pendor economicista desses processos privilegia os interesses e as expectativas dos investidores, dos segmentos mais abastados e mais qualificados das populações urbanas e dos turistas, e incentiva a reorganização do espaço público urbano que concorrem para a sua privatização, mercantilização e turistificação.

Geralmente, o discurso comum nas propostas de enobrecimento de centros históricos é de se almejar a recuperação de uma vida pública que no momento não ocorre, contudo, “tal concepção ignora as classes renegadas pelas camadas sociais de classe média e alta da cidade, que muitas vezes habitam esses espaços, seja como forma de moradia, trabalho, lazer, ou outras atividades rotineiras” (Vasconcelos e Araújo, 2014: 412). Deste modo, os bairros adotam uma conotação diferente (positiva), “o que implica a expulsão dos residentes pobres, o desalojamento e segregação residencial e a divisão social do espaço urbano” (Mendes, 2014: 489).

Do ponto de vista económico, a gentrificação é encarada como um processo resultante da relação de flutuação entre os investimentos de capital e a produção de espaços urbanos (Wilson e Tallon, 2012 *apud*. Smith, 1996). Segundo Ferreira (2003: 188) “a gentrificação ou enobrecimento, como fenómeno de dimensões apreciáveis, resulta da conjugação da suburbanização moderna e da desindustrialização pós-moderna que teve como corolário a formação de largas manchas de edifícios abandonados e a consequente necessidade de os reocupar”. Na verdade, assistiu-se a uma desilusão com os elementos do moderno (Urry, 2001), porque “as coletividades têm necessidade de pensar, simultaneamente, a identidade e a relação no espaço” (Augé, 2012: 48). Esta identidade e relação, supõe-se, foram negadas devido a “concentração urbana e a eclosão ilimitada de necessidades” (Baudrillard, 2011: 73).

Segundo Wilson e Tallon (2012: 104), esse fenómeno tem origem na Inglaterra e nos Estados Unidos, “*gentrification was first identified in the 1950s in New York and London, where the movement of middle-class households into working-class neighbourhoods was occurring – albeit on a relatively modest scale (...) A first wave of sporadic gentrification took place prior to the early 1970s when the process was confined to small residential neighbourhoods in the US and Western Europe*”. O conceito de gentrificação deriva do termo inglês “*gentry*” que designava a pequena nobreza rural europeia conotadas como

pessoas de boa família, de um grupo particular. Por isso, a gentrificação (*gentrification*) está associada, não apenas a requalificação dos espaços, mas também a transformação do tecido social, na medida em que a recuperação, reconversão e criação de espaços públicos implica ou a expulsão (in)direta dos moradores tradicionais ou o seu enquadramento social nas novas funções urbanas, no caso de uma abordagem mais social e menos economicista. É um processo que resulta das mudanças nos comportamentos, nos valores e nas atitudes, abrindo por isso novas perspectivas para a requalificação de espaços nos centros das cidades e bairros mais tradicionais (Alves, 2012).

Nesse quadro, socorrendo-se de Fernandes (2004), uma política para o centro histórico deverá ser abordada necessariamente na base do equilíbrio instável entre a conservação e modernização, tendo em atenção a resposta à necessidade de transportar para o futuro a cidade que herdamos, o que apela para as potencialidades da reutilização das formas, com a potenciação da heterogeneidade dos conteúdos (residências, estabelecimentos económicos, equipamentos públicos), marcados por vários tempos e as mais diversas características sociais e económicas.

2.2.4. A reabilitação e a participação do residente

Pelo facto de haver microsociedades nas cidades históricas com estilos de vida diferentes, resulta muitas vezes conflitual a utilização dos espaços públicos e outros elementos urbanos de utilização comum. Vale (2009: 41) sugere que “a interação de grupos sociais e de diferentes culturas urbanas depende muito da forma como cada um se apropria do espaço, da capacidade do indivíduo de se relacionar com a diferença e do grau de abertura da própria cultura em relação a outras formas de estar”. Nessa perspectiva, a participação e a implicação de todos os habitantes são indispensáveis para o sucesso dos instrumentos de salvaguarda da cidade (ICOMOS, 1987), na medida em que serão os próprios detentores de habitação em centros e bairros históricos os mais interessados na sua preservação e gestão.

A esse respeito, Krippendorf (2009) argumenta sobre a necessidade de participação ativa do cidadão na gestão do local em que reside: “uma cidade, um bairro, uma rua, uma casa ou um apartamento, constituem uma moradia acolhedora quando oferecem ao indivíduo a possibilidade de se expandir, de encontrar outros seres humanos, de colocar em prática suas ideias e de conferir ao meio ambiente a sua marca pessoal. Por esta razão, prossegue, a moradia torna-se acolhedora quando os habitantes lhe dão uma contribuição pessoal.

Contudo, não se pode recriar a habitabilidade de outrora nas cidades, do mesmo modo como uma civilização não pode retroceder”.

Assim, “a manutenção da função residencial constitui um elemento fundamental da preservação da diversidade social no centro histórico e representa um fator de sucesso da reabilitação urbana” (Ferreira, 2003: 186), porque o valor máximo do património reside na sua capacidade de representação simbólica; porque, mais do que as realidades tangíveis que o integram, destacam os valores intangíveis que lhe dão expressão (La Calle e García, 1998). “Tornar os espaços mais abertos, mais animados e mais virados para o transeunte é fundamental para conseguir atribuir valor ao centro histórico” (Santos e Azevedo, 2013: 20). Voltando a Ferreira (2003), dir-se-ia que a função residencial assegura a permanência de valores culturais vivos, expressos nas escolhas e no estilo de vida dos moradores, sendo necessário, entretanto, impedir uma mudança brusca da composição social dos habitantes para não beliscar a autenticidade das performances culturais.

Se em alguns locais históricos assiste-se a uma requalificação de pendor economista a dinamizar os negócios e a afluir pessoas, contribuindo para a saturação e sobrecarga urbana, em outros são observados cenários opostos, associados a concorrência de bairros ou localidades vizinhas, acarretando o despovoamento dessas áreas. Como consequência, se vivencia o desaparecimento de atividades tradicionais, serviços pessoais e comércio básico, desarticulação do tecido social, aparição de focos de marginalidade em espaços urbanos centrais que antes conformavam áreas nevrálgicas da cidade, assim como a deterioração da paisagem urbana e a degradação de numerosos edifícios que com o devir histórico deixaram de cumprir funções produtivas ou residenciais (Martín, 1998).

Compreende-se, pois, que localidades assim, com massa crítica insuficiente para garantir um consumo mínimo das prestações económicas e sociais, possam estar associadas em rede, visando um esforço coordenado de complementaridade das atividades e funções. De acordo com Carvalho (2011: 13), “as redes pretendem associar territórios e espaços com afinidades (naturais e/ou culturais), por vezes no contexto de políticas, programas e iniciativas públicas no sentido de atrair investimentos e fixar ativos, de acordo com preocupações de desenvolvimento local e regional”. Experiências do género têm sido implementadas mais a nível da Europa e América do Sul, com algum sucesso, sendo o turismo, amiúde, utilizado como o principal catalisador desta empreitada sinérgica.

O turismo ao se transformar numa grande indústria mundial, induz a maioria dos países a “mergulhar” numa onda turística que explora quase todos os espaços, histórias e atividades sociais que podem ser material e simbolicamente, “refeitas para o olhar do turista” (Urry, 2001: 208). A revalorização da história e a mitificação do passado, por via da requalificação do centro histórico, enquanto memória coletiva da sociedade, converte a cidade em atrativo turístico que importa controlar com responsabilidade (Troitiño Vinuesa, 1998). O perigo de converter a cidade histórica em cenário de celebrações, festivais e demais acontecimentos para atrair um número maior de visitantes, traduz-se na vulgarização e descaracterização da sua paisagem urbana que, por ser sensível, deve ser ponderada a sua exposição.

“Os estrangeiros não se incomodam em fotografar onde é proibido, subir nos altares, nos túmulos e monumentos e escrever nas estátuas” (Krippendorf, 2009: 106). Este depoimento não sendo tão generalizável atualmente, pela cada vez maior consciencialização, educação e cultura turística do visitante, denota ainda assim, a previsível banalização dos espaços históricos e locais sagrados, quando se envereda por uma política indiferenciada de atração de turistas, excedendo a sobrecarga dos destinos.

Em conclusão, dizer que o enfoque do processo de reabilitação do centro histórico tem de estar virado, em primeira instância, ao residente. A imprescindibilidade da participação do residente assenta fundamentalmente no facto de ser ele a razão da existência do lugar, que acaba por ser o reflexo da transformação das suas necessidades em produtos tangíveis e intangíveis ao longo do tempo. O turista urbano moderno, na sua maioria dos casos, é o próprio residente, pois é ele quem consome em primeiro lugar a sua cidade, quando se desloca aos locais turísticos (Aguiar *et al.* 2011). O centro histórico e cidade devem ser um projeto inclusivo permanente de reforço da qualidade de vida do residente. Enquanto território heterogéneo de múltiplas vozes, complementadas com a materialidade urbana e a pluralidade de funções: acessibilidades, segurança, rede viária, transporte coletivo, sistemas de comunicação e informação, tem de congregar os diferentes modos vida, criando uma cultura urbana reconhecida por cada residente.

2.2.5. Opções estratégicas de política urbana

Em certa medida, as questões relacionadas com a intervenção urbana no mundo ocidental e regiões de influência (as ex-colónias por exemplo) visavam a adequação dos tecidos urbanos antigos com o urbanismo intenso da arquitetura moderna do século passado.

Fernandes (2004), referindo-se à cidade histórica dual Porto-Gaia, considera que a dualidade entre o tecido antigo – de velhas casas anónimas e ruas estreitas e pequenas – e os imóveis notáveis, orientavam muito do urbanismo europeu, em consonância com os princípios aprovados na reunião dos arquitetos de Atenas, inspirados por Le Corbusier³⁵, que via o tecido antigo um estorvo à modernidade. Prolongava-se e racionalizava-se assim, com a Carta de Atenas, um quadro teórico-técnico que modernizava e acrescentava preocupações sociais ao higienismo oitocentista.

Para Senabre (2012: 173), “uma das características mais negativas nos planos urbanísticos das cidades ocidentais hoje é o alheamento entre a planificação urbana e a cidadania”. A ideia, a imagem e as necessidades da cidade não correspondem aos anseios dos habitantes; os cálculos sobre a população, sobretudo nas áreas urbanas distantes do centro, são constantemente desajustados face à estrutura demográfica. Para o autor, uma das principais razões para o fracasso dos planos é olhar o território a partir da cidade. No seu entender, olhar a cidade de dentro dificulta o entendimento da função estruturante das paisagens extraurbanas e torna-se difícil implementar propostas meio ambientais adequadas à sustentabilidade da cidade. “São os territórios naturais circundantes e suas paisagens quem explicam a identidade urbana e não o contrário” (Senabre, 2012: 175).

Entender os processos de intervenções urbanas para a valorização do património histórico e cultural “exige o estudo dos conflitos gerados entre os novos e antigos usos, bem como a relação entre os usuários e o espaço” (Alves, 2012: 70). A intervenção deve procurar compatibilizar e complementar as novas estruturas e escalas do planeamento urbano para que o centro histórico se constitua num espaço útil e vivido no quotidiano da cidade, em vez da tendência para a sua cosmética urbana ou encenação museológica (Carvalho, 2011). A estratégia para a prossecução das políticas e planos urbanos passaria assim pela criação de um instrumento de gestão territorial do centro histórico para equacionar toda a sua problemática na especialidade (Sousa, 2006: 89).

Na conceção de planos e programas urbanos para a gestão territorial das cidades e centros históricos, deduz-se ser importante uma abordagem circunscrita, conforme referido anteriormente, no dilema entre a preservação e modernização, assim como na adaptação

³⁵ Pseudónimo profissional de Charles-Edouard Jeanneret-Gris. Nascido na Suíça, foi um proeminente arquiteto francês e, provavelmente, o maior protagonista da corrente arquitetónica moderna desenvolvida ao longo do século XX, assente numa nova planificação urbana que correspondesse aos avanços da industrialização.

morfológica do território às dinâmicas económicas e de comunicação. Na opinião de Santos e Azevedo (2013: 8), a estratégia para a elaboração e aplicação dos planos urbanos deve compreender critérios associados a quatro características principais: o estilo de vida urbano, a presença de equipamentos urbanos para a satisfação da maior parte das necessidades da população, os contatos e relações pessoais e as comunidades locais significativas.

Sendo o residente o principal ator pelo qual o ónus dos constrangimentos de falta de competitividade das cidades históricas é recaído, nomeadamente a nível da supressão de atividades económicas tradicionais, dificuldade de emprego e má qualidade de vida, os planos de intervenção obrigam a que seja considerado nos eixos estruturantes, objetivos que visam inverter este quadro de precariedade.

Considerando a vulnerabilidade social a que estão expostos os centros históricos, recomenda-se a adoção de planos de intervenção que enfatize a abordagem social e a condução de programas e projetos de execução sob alçada do setor público, preferencialmente. Ferreira (2003) concorda com o pressuposto ao constatar que os estudos realizados a nível da Europa e dos Estados Unidos nos anos 80 e 90 do século passado, demonstraram ser pouco realista a aposta na iniciativa privada para solucionar os problemas sociais dos centros urbanos, na medida em que foram equacionadas as operações de reabilitação física, mas os problemas da reabilitação económica e social foram esquecidos. A falta de recursos financeiros do setor público implica a recorrência frequente em fundos privados para solucionar os desafios da reconversão do tecido urbano antigo, contudo, uma solução duradoura deve perspetivar uma abordagem integrada que desarticule eventuais processos de elitização e discriminação socioespacial.

A reflexão feita por Vasconcelos e Araújo, sobre a revitalização do bairro histórico de Jaraguá, Brasil, é um exemplo elucidativo para essa questão. Os autores consideram que o processo de revitalização deste bairro foi realizado sem uma valorização identitária do ‘lugar’, isolado da sua imagem, da realidade social e das potencialidades culturais e históricas. A artificialidade da paisagem e a atual ausência da população local na dinâmica social, económica e cultural do quotidiano do lazer de Jaraguá destituíram o carácter de um lugar revitalizado. A existência de uma periferia social, incrustada no centro histórico provoca tensão na utilização de espaços, muitas vezes resolvida com policiamento. A segregação está presente na falta de educação, saúde, participação política e outras

condições para se viver com mínimo de dignidade humana. Os moradores observam a beleza e a imponência dos prédios restaurados que contrastam com a visão das dificuldades diárias de quem vive num ‘lugar periférico’: uma paisagem antagónica. (Vasconcelos e Araújo, 2014).

Para Mourão (2008: 420) “a cidade é, de forma sistémica, um agente de reprodução da desigualdade, sendo fundamental a cooperação entre os fatores inovadores visando potencializar os meios de integração dos excluídos”. Nalguns casos, apontados por Brandis e Del Rio (1998), para preservar a cidade histórica, e por falta de terreno no seu interior, os novos usos se instalam à sua volta. Assim aparecem serviços, equipamentos, e dotações que ocupam grandes superfícies, como bombas de gasolina, centros comerciais, instalações de acampamento, hotéis, restaurantes e áreas para estacionamento de veículos e autocarros, que torna a envolvente um problema acrescido para os intentos de conservação e recuperação das cidades.

De modo a recriar o ambiente urbano desejável, as intervenções urbanas devem incidir na criatividade e inovação dos recursos humanos dos atores locais, a fim de operacionalizar os projetos no tecido físico e social das cidades e assegurar o progresso, a competitividade e a preservação dos elementos identitários, em torno dos quais se geram as condições de convivência quotidiana (Silva e Carvalho, 2011). Para um resultado satisfatório, a abordagem tem de ser global e entender a cidade histórica e sua envolvente como partes de uma mesma realidade histórica, cultural e meio ambiental.

Como a cidade deve ser pensada como um todo, numa linguagem de integração entre a sua envolvente natural e o centro histórico, afigura-se gigantesca a operacionalização plena dos planos, fundamentalmente com a necessária inclusão dos subúrbios e vazios urbanos. O crescimento acelerado e desordenado de bairros espontâneos à volta de cidades históricas é um problema de grande complexidade para as autoridades políticas e administrativas, uma vez que é bastante difícil estar munido de instrumentos e recursos suficientes para impedir a expansão periférica. Esta situação é particularmente gravosa nas cidades angolanas que, como se referiu, observaram um processo de crescimento dual, com a cidade tradicional colonial envolvida em aglomerados suburbanos densificados, comprometendo as políticas de ordenamento do território e de extensão harmoniosa das funcionalidades urbanas.

A requalificação urbanística com vista à criação de espaços de lazer e espaços verdes em cidades é das principais dimensões a considerar. Santos e Azevedo (2013) fornecem o exemplo do Programa *POLIS*³⁶ de requalificação de uma área de aproximadamente 80 hectares na cidade de Coimbra, tendo o rio como elemento central. A aproximação efetiva das duas margens foi a premissa que permitiu criar um parque verde urbano multifuncional vocacionado para a animação, recreio, educação e desporto com um enquadramento paisagístico ambiental e patrimonial de qualidade: o Parque Verde do Mondego. Outro exemplo de relativo sucesso são as Docas de Lisboa, os antigos armazéns portuários que foram reconvertidos em espaços de restauração ou dedicados a atividades de recreio e lazer, como bares, discotecas, ginásios, centros de desportos náuticos, comércio, mas também serviços públicos e atividades ligadas a formação profissional (Alves, 2012). A esse propósito, mencionar o exemplo de reconversão mais emblemático dos espaços ociosos e degradados em Portugal, o sobejamente conhecido Parque das Nações de Lisboa.

Em Angola, a reconversão urbanística da baía e a ampliação da Marginal de Luanda é o exemplo maior para colher lições sobre as opções de intervenção urbana e as dimensões percorridas. Atualmente, a baía é um local para encontros, desporto, aulas de dança, concertos de música, festas, e outros eventos socioculturais. Finalizada a primeira fase de redimensionamento da rede viária e adequação das infraestruturas básicas, o projeto pretende numa fase posterior constituir uma área imobiliária *premium*, que integra edifícios de escritórios, habitação e hotéis. Entre o Porto e Ilha de Luanda, passando pela Fortaleza e estendendo-se pela nova marginal, será aproveitada a frente marinha para requalificar e estetizar uma área abrangente, com espaços para restauração, comércio, habitação e serviços, convertendo a baía num distrito financeiro, uma "*Wall Street* de Luanda" (figura 18).

³⁶ Programa de intervenção urbana na cidade de Coimbra (2001 – 2009) que visou, entre outros objetivos, centrar a cidade ao rio Mondego, aproveitamento das suas condições naturais e paisagísticas e aproximação da baixa da cidade à alta universitária.



Fonte: <http://www.icex.es> [13/06/2017]

Figura 18: Vista parcial da Marginal de Luanda

Na análise feita ao exemplo concreto de Luanda, se pode identificar um processo de reprodução de desigualdades, muito semelhante ao exemplo de Jaraguá. Isto é, vislumbra-se o aprofundar das assimetrias entre o centro histórico e as periferias, a descontinuidade funcional dos territórios, a construção de dois mundos “antagónicos”. De acordo com Mendes (2014: 493), “as intervenções públicas que provocam valorização da cidade “gentrificada” desencadeiam mecanismos contraditórios de expulsão e de reapropriação” porque, se por um lado assiste-se a melhoria da imagem da cidade tornando-a mais criativa e atrativa num quadro e cenário estratégicos de competitividade interurbana global, por outro, observa-se a expulsão de habitantes de menor estatuto socioeconómico, condenando-os a uma marginalidade socioespacial em áreas periféricas.

Outra preocupação do processo de Luanda é a opção pela renovação integral da baía e, como consequência, a perda da identidade do lugar, por força da verticalização da maioria dos edifícios. “Ainda que os processos de revitalização e reabilitação tenham como objetivo impor novos valores e usos na construção de uma imagem positiva, é necessário que os projetos (re)ativem o sentimento de pertença da cidade e a sua valorização cultural, histórica, social e económica” (Pinheiro e Santos, 2012: 291). Não fosse, as características do seu meio físico que tornam, quase inalterável a morfologia da baía, estar-se-ia a produzir um não-lugar, com multiplicações de modalidades luxuosas e ocupações de grandes superfícies (Augé, 2012).

Lopez (2012) alerta que as novas dinâmicas urbanas ao se situarem entre as políticas de crescimento urbano e os projetos de eventos, que podem trazer consigo efeitos positivos como emprego e investimentos, também acarretam riscos e efeitos negativos para a cidade e sua imagem. Por outro lado, “os processos de intervenção urbana na busca da transformação dos antigos espaços centrais, exige a readequação destes às suas novas funcionalidades, entre elas o uso turístico, que gera uma concorrência com os usos já existentes, havendo assim uma gama de conflitos que se pretende inserir-se no mesmo espaço” (Pinheiro e Santos, 2012: 280). Privilegiar áreas extensas para uso turístico e dedicar reduzida atenção aos residentes e utilizadores locais contribui de modo inevitável para o aparecimento de tensões no território (Cifelli e Peixoto, 2013).

Portanto, a estratégica de intervenção urbana a adotar na cidade histórica pode seguir a perspectiva da expansão e do favorecimento do policentrismo ou a concentração e diversificação do centro (Santos e Azevedo, 2013), ou ainda, conjugar de forma harmoniosa as duas. O desafio assenta em valorizar o passado mas sem cair na sua mitificação, assegurar sua transmissão as gerações futuras convertendo em ferramenta de desenvolvimento no presente, superando também as abordagens exclusivamente protecionistas e conservacionistas, incorporando critérios de valorização funcional do património (La Calle e García, 1998). Será sempre importante lembrar que “a preservação do tecido edificado congela, de certo modo, os centros históricos no tempo, de maneira que a sua não adequação aos novos modos de vida, padrões de qualidade e divulgação, provoca a sua decadência” (Sousa, 2006: 91).

Como assinala Carvalho (2011: 14), “a integração de objetivos económicos, sociais e patrimoniais na estruturação e implementação de programas de apoio; a criação de novas marcas e produtos; a produção de conhecimento e a divulgação de lugares; a articulação, a cooperação e as parcerias entre territórios e agentes, a requalificação de bens, conjuntos e sítios de elevado valor patrimonial; os incentivos orientados para novas atividades económicas vinculadas aos recursos endógenos, a capacitação de novos residentes e agentes económicos, e a criação de atores institucionais; a melhoria de condições de habitabilidade dos imóveis particulares; as novas possibilidades de utilização e fruição das paisagens, por via de equipamentos e infraestruturas para atividades ao ar livre (...) configuram dimensões relevantes no contexto de intervenções que valorizam as especificidades dos territórios e a mobilização e organização de atores”.

Para Vaz (2012), uma estratégia de política de cidade orientada para a afirmação de competitividade urbana como *habitats* de inovação, terá que passar necessariamente pela análise de diversos princípios, como o projeto da cidade, a integração territorial na região, o princípio de sustentabilidade, marketing territorial, etc. Independentemente dos princípios orientadores, a revisão bibliográfica que efetuada direciona para uma opção estratégia que deverá estar sempre subordinada à vontade dos residentes, avaliados os elementos, históricos, culturais, patrimoniais, arquitetónicos, económicos e ambientais, sempre na perspectiva da continuidade funcional e da mitigação da exclusão. No entanto, qualquer que seja a opção terá de acomodar convenientemente nos seus instrumentos de intervenção a atividade turística, na medida em que a reabilitação e a requalificação urbana será sempre um chamariz de visitantes.

2.3. A dimensão turística da cidade histórica

O centro histórico, enquanto núcleo incipiente de crescimento urbano, representa em termos potenciais a principal amostra do património cultural da cidade, acumulado no devir dos tempos por infindáveis gerações humanos. O centro em particular, e a cidade no sentido mais amplo são, como se constatou, produtos da cultura dos povos que, ao construir os seus territórios em espaços geomorfologicamente satisfatórios, materializam os seus sonhos, pensamentos e saberes em componentes materiais do património. Mas é, sobretudo, por via das manifestações culturais imateriais que a cidade constrói uma identidade e por via disso, produz os bens materiais móveis e imóveis.

“O espaço urbano é produzido histórica e socialmente, na medida em que é uma componente da produção social em geral e revela igualmente uma lógica resultante das relações entre os diferentes grupos sociais num determinado momento histórico” (Mendes, 2014: 493). O desenvolvimento da cidade será então uma função da cultura, composta por coletividades diversas que não obstante as similitudes culturais que sustentam um corpo identitário, apresentam variações endógenas naturais resultantes das transformações demográficas e influências externas.

Neste sentido, uma vez que parte relevante da cultura precisa ser patrimonializada para a sua melhor salvaguarda e valorização, torna-se fundamental o exercício da diversidade e valorização inclusiva dos recursos culturais existentes. Nesse contexto, um dos principais desafios na planificação da cultura para o território, enquanto estratégia fundamental de desenvolvimento territorial, é identificar e avaliar a relevância dos bens materiais e

imateriais inerentes (Noguera *et al.* 2012), porque “o património é uma construção contemporânea em constante estado de criação e recriação em que diferentes grupos e indivíduos interagem” (Pichler e Ashworth, 2011: 116).

A cultura e o património como recursos estratégicos das sociedades são capazes de gerar riqueza e acumular conhecimentos, prover diferentes manifestações e produtos artísticos que constituem, objetivamente, recursos turísticos (La Calle e García, 1998). Em consequência, a cultura nas suas diferentes manifestações constitui o recurso turístico por excelência das cidades históricas. A adequação da cidade histórica a atividade turística se inscreve num marco de atuações de recuperação integral do casco urbano, cujos objetivos se centram em aumentar a qualidade de vida dos residentes e visitantes, evitar a degradação das cidades, recuperar o património edificado e facilitar o desenvolvimento de um turismo que contribua para revitalizar outros setores de atividade com o mínimo de efeitos negativos (La Calle e García, 1998).

Enquanto processo geográfico e uma cadeia de serviços, o turismo tem ampliado as suas fronteiras espaciais, sociais e funcionais. Estendeu-se para lugares remotos, alargou-se a consumidores mais heterogêneos e diversificou-se em termos de atividades e ocupação dos tempos livres (Fernandes, 2013). Para lá dos processos de ampliação e alargamento, a atividade vai se reconfigurando e os diferentes atores produzem, refletem, consomem ou modificam as suas práticas à medida que são evidenciadas até à exaustão as externalidades positivas e negativas. Urry (2001: 204) considera que “o turismo contemporâneo vem assumindo, em parte, as características do *Grand Tour* porque as componentes educação e instrução são cada vez mais presentes, para além de uma maior popularidade pelos museus, fascínio pelo modo de vida do outro ou a popularidade alcançada pelas recriações históricas”.

Apesar da crescente apetência de viagens por motivações culturais em busca de autenticidade, a variável fluxo de visitantes apresenta-se como um elemento de análise primordial na turistificação das cidades históricas. “A diferença em conhecimentos, contextos, compromissos e outras atribuições dos visitantes deve levar à reflexão o tipo de património a disponibilizar” (Pichler e Ashworth, 2011: 115). “O turista personifica a busca da autenticidade, uma versão moderna da preocupação humana universal com o sagrado. O turista é uma espécie de peregrino contemporâneo, procurando autenticidade em outras “épocas” e em outros “lugares” (Urry, 2001: 24). O certo é que essa busca seja

encorajada para ajudar a preservar a autenticidade e manter a oferta, essencialmente original. Porque a dimensão turística da cidade histórica é isso mesmo, por definição é baseada na originalidade e na autenticidade. A sua oferta está alicerçada nos fundamentos dos estilos de vida e costumes das coletividades e nas construções urbanas, quase sempre desenvolvidas numa interação cénica com o natural que constituem um todo de plena cumplicidade.

2.3.1. Externalidades positivas do turismo

As características do turismo de catalisador de desenvolvimento e de impulsionador da económica apelam ao setor público e decisores políticos a alinhar, cada vez mais, as políticas de desenvolvimento local nesta atividade. Nas cidades históricas, habitualmente a braços com problemas múltiplos (falta de competitividade económica, vulnerabilidade social, êxodo demográfico ou degradação do tecido urbano), essa valência do turismo costuma ser razão suficiente para a aposta, porque a atividade ajuda a valorizar o património cultural oferece oportunidades novas para a recuperação, reutilização e conservação do património arquitetónico; aporta recursos para melhorar a paisagem urbana; e também gera oportunidades para melhorar a rede e as infraestruturas urbanas (Troitiño Vinuesa, 1998).

As cidades de pequena e média dimensão que enfrentam oportunidades económicas limitadas têm hoje no turismo, no quadro de estratégias de desenvolvimento local, uma alavanca para a retoma e revalorização das economias locais, com a maximização do potencial dos seus ativos culturais e patrimoniais (Ferreira e Gomes, 2012; Fortuna e Gomes, 2013). Na Europa, as cidades médias britânicas foram pioneiras na integração do turismo em processos de requalificação urbana e recuperação de espaços industriais obsoletos: Glasgow, Manchester, Birmingham, Hull, etc. (Le Calle e García, 1998; Urry, 2001; Ferreira 2003; Harvey, 2012; Köhler, 2014). O desenvolvimento de grandes equipamentos (palácios de congressos, museus, teatros, salas de concerto e instalações desportivas) impulsionou eventos desportivos e culturais e incentivou inclusive a vida noturna, transformando as antigas cidades industriais em espaços de consumo cultural (La Calle e García, 1998).

O impacto do turismo em relação à inserção no espaço construído, meios de transportes, património cultural, equipamentos, realidade social, funções urbanas ou na articulação do espaço comercial, são ingredientes bastante para transformar positivamente a vida dos

centros históricos, quando mensurados adequadamente as suas externalidades (Troitiño Vinuesa, 1998). De acordo com o autor, “o desenvolvimento do turismo pode significar a revitalização económica das cidades históricas, na medida em que requer equipamentos e infraestruturas que têm que ser construídos, para o qual os promotores ou empresários privados têm que pagar licenças de obras e abertura de estabelecimentos e impostos de atividade económica. Também há que ter presente a extensão da sua influência às cidades ou municípios da envolvente, comportando-se como fator dinamizador da economia regional. Toda esta efervescência de (re)surgimento económico se traduz no incremento da demanda de alimentos e bens industriais, gerando dinamismo no setor agrário e na indústria” (Troitiño Vinuesa, 1998: 218).

A chegada de visitantes pressupõe uma importante injeção de renda na economia local (Martín, 1998; Troitiño Vinuesa, 1998). Implica o incremento de oportunidades de trabalho a partir do desenvolvimento setorial e intersetorial, favorece a revitalização funcional de áreas em decadência, dinamiza atividades económicas em crise, promove o desenvolvimento do tecido cultural e potencia iniciativas orientadas à conservação do património (Martín, 1998). Mais, ainda, a chegada de turistas com costumes e culturas diferentes aos da população residente, implica formas específicas de utilização do espaço urbano, porque enquanto consumidor de bens e serviços diversos, a sua presença dinamiza os diversos setores de atividade económica, gera riqueza, emprego e introduz novos hábitos e formas de vida (Troitiño Vinuesa, 1998).

Todavia, é oportuno realçar que as cidades históricas africanas de origem portuguesa não apresentam grandes monumentalidades pelas razões já invocadas, sendo de reiterar o seu processo tardio de urbanização. Por exemplo, a cidade do Dondo possui uma malha urbana bastante diminuta, com edifícios de um e dois pisos. Por outro lado, com as independências, as prioridades dos novos países não se compadecia com uma valorização dos edifícios, monumentos ou sítios que pudessem recordar uma situação de domínio recente, pelo contrário, apostava-se no ímpeto desenvolvimentista subsequente às guerras civis com uma urbanização que não concorresse com os edifícios antigos (Matos e Ramos, 2008).

Nesta perspetiva, parece conveniente que o aproveitamento da atividade turística para requalificar o património cultural da cidade histórica não deva apenas impulsionar a

reabilitação do tecido urbano, mas que tenha forte incidência na valorização do “ser” das pessoas.

2.3.2. Externalidades negativas do turismo

A enorme capacidade da atividade turística de agitar a economia local e revitalizar territórios amorfos tem geralmente o “verso da medalha”. O turismo pode acarretar efeitos colaterais nefastos nas cidades e nas pessoas, a médio e longo prazo, se não forem devidamente acautelados, através de um planeamento endógeno inclusivo e comprometido, medidas que satisfaçam todos os atores do lugar. O desenvolvimento da localidade que muitas vezes se apregoa, acaba por agravar na maioria dos casos, principalmente nos países em via de desenvolvimento, a situação económica, social e ambiental da cidade, tornando os locais mais pobres material e espiritualmente.

Os responsáveis públicos devem estar conscientes de que converter as cidades históricas num mero “produto turístico”, mesmo quando esta função seja muito importante na economia da cidade, implica assumir graves riscos, porque um dos grandes desafios económicos e sociais que essas cidades enfrentam é o turismo cultural de massas, pela fruição cada vez maior do património cultural. As limitações desse património são, naturalmente, uma variável fundamental a ter em conta para estabelecer a capacidade de acolhimento ou de carga dos destinos turísticos culturais (Troitiño Vinuesa, 1998). Por exemplo, “os processos de intervenções urbanísticas nos centros históricos das cidades, objetivando transformá-los em atrativos turísticos culturais através da valorização do património histórico e da dinâmica social desses lugares, geram uma série de conflitos entre os usos já existentes e os novos usos” (Pinheiro e Santos, 2012: 281), muitas vezes virados “exclusivamente” para o turista.

Para Fernandes (2013a), muitos dos fatores de vulnerabilidade das comunidades locais por efeito direto ou indireto do turismo apresentam uma componente geográfica, sobretudo porque o turismo será sempre um processo de apropriação de usos e lugares. O turismo incorre no risco de desterritorialização, em especial pelo efeito (combinado ou isolado) de quatro fatores:

- a) A perda do espaço público devido ao aumento da insegurança (por questões como a criminalidade);

- b) A redução das acessibilidades (pela construção de barreiras, pela privatização dos espaços coletivos, pelo aumento das densidades de uso, pela patrimonialização e gentrificação de espaços até então centrais na territorialidade de grupos vulneráveis);
- c) A degradação dos recursos naturais (como por exemplo a água);
- d) A organização de redes precárias de recursos humanos (*dumping* social).

Ainda em relação à esfera física, Troitiño Vinuesa (1998) destaca os problemas relacionados com a contaminação, agressão do meio, aumento do tráfego, concentração e congestionamento das atividades de lazer e turismo, ameaça a conservação da identidade, perda de valores e qualidade de vida; um sem fim de situações suscetíveis de afetar negativamente a capacidade de adaptabilidade das estruturas físicas, a morfologia urbana e o património cultural.

No âmbito da performance económica dos países mais vulneráveis, incorre-se no risco do aumento das importações caso não se associe o turismo à produção local (Fernandes, 2013a). Martín (1998), citando diferentes autores, apresenta ainda como preocupação o incremento da dependência da economia local a uma atividade caracterizada por um comportamento estreitamente vinculado ao ciclo económico, a degradação de recursos que recebem visitas massivas, a museificação de partes da cidade transformados em puros cenários urbanos, a intensificação da contaminação acústica e visual pelo crescimento incontrolado das atividades servidoras do turismo, entre outras externalidades negativas.

Segundo Troitiño Vinuesa (1998: 218), “a inflação é outro dos impactos associados ao turismo. Este fenómeno acaba contagiando a todos os setores de atividade económica, surge quando se crê nas expectativas de enriquecimento ante a situação de forte incremento da demanda e afeta fundamentalmente os recursos renováveis ou escassos, como o solo e a mão-de-obra. A expectativa de desenvolvimento turístico pode gerar a aparição de mentalidades especulativas. A curto prazo, a espiral inflacionista alimentada pela especulação resulta benéfica para a população residente: sobem os salários, aumentam os benefícios empresariais, e pequenos proprietários obtêm melhores rendas com a venda de casas e locais comerciais. Mas ao longo prazo, a subida de preços prejudica o conjunto da população e em particular os coletivos mais desfavorecidos: sobem os preços das casas, dos produtos de consumo quotidiano e os serviços que cobrem as necessidades da população residente”.

A oportunidade da pergunta “para quem é o desenvolvimento resultante da atividade turística”, formulada de forma implícita por diferentes autores consultados (Troitiño Vinuesa, 1998; Urry, 2001; Ferreira, 2003; Krippendorf, 2009; Aguiar *et al.*, 2011; Pinheiro e Santos, 2012), é assinalável no momento de projetar o turismo na cidade histórica, e não só. Sem um controlo e uma gestão local dos recursos é muito difícil operacionalizar o desenvolvimento sustentável, porque os benefícios que o turismo proporciona nem sempre redundam a favor das comunidades locais, dado que frequentemente as empresas mais poderosas da indústria turística, os *Tour Operators*, têm sua sede no centro emissor (Troitiño Vinuesa, 1998). “Nos países em desenvolvimento, muitos investimentos que resultaram do turismo (aeroportos, campo de golfe, hotéis de luxo, etc.) beneficiarão muito pouco a massa da população nativa, do mesmo modo a riqueza nativa gerada é distribuída de forma extremamente desigual, com poucos benefícios para a maior parte da população” (Urry, 2001: 93-94).

Conforme assinala (Krippendorf, 2009: 84-85), “(...) os turistas vêm pessoalmente com o seu próprio comportamento e o seu poder de influência. Eles exigem produtos que não existem no local e têm de ser importados. Eles se instalam onde bem entendem. Surgem por todos os lados novas necessidades que exigem que se prossiga com o “desenvolvimento”. É preciso mais dinheiro para financiar o aumento da infraestrutura. Mas só pode pagar quem ganha mais e, para ganhar mais, é preciso que o número de turistas aumente. É assim que chegam novas empresas, que atraem novos turistas. Logo o número de turistas ultrapassa o número de autóctones. A mão-de-obra local deixa de ser suficiente, exigindo reforços. O número de novos residentes e de trabalhadores sazonais cresce permanentemente. Alguns turistas ou comerciantes estrangeiros ficam, porque o local os agrada especialmente ou porque se dão conta de que ali é possível realizar bons negócios (...) Como são pessoas capazes e instruídas, ocupam bons cargos. Abertos a tudo, interessam-se também pela política (...) Assim, não têm de esperar muito até que lhes seja confiado um mandato político e que opinem nas principais questões. De forma lenta, quase impercetível, a direção terá saído das mãos dos autóctones. A invasão é perfeita: do exterior pelos turistas, e do interior pelos novos residentes e mão-de-obra estrangeira (...) E quer nos agrade ou não, é assim que o turista moderno denota traços colonialistas”.

Socorrendo-se de alguns autores, Brito-Henriques (2013), manifesta a sua concordância neocolonizadora, económica e cultural, do turismo moderno ao olhar para a representação imagética dos destinos dos países em desenvolvimento nas empresas de viagens e turismo. A cada momento, afirma o autor, o terceiro mundo é retratado como exótico, primitivo, servil e dependente do discurso do turista, enquanto o ocidente é apresentado com poder e riqueza, sendo confirmada como um indispensável poder de modernização e progresso daquelas regiões e sociedades.

O quadro retratado do turismo moderno, caracterizado pela massificação dos fluxos de visitantes, apresenta o lado obscuro de uma atividade que, por ingenuidade, ignorância ou oportunismo, entusiasma toda uma comunidade no curto prazo, mas que pode trazer consigo prejuízos incalculáveis para a sustentabilidade da localidade. Esse turismo, que no dizer de Krippendorf (2009), se desenvolve em condições que não favorece o desabrochar de atitudes de um interesse humano, do respeito ao próximo e do anseio a compreensão mútua, não interessa aos centros e às cidades históricas. Para o efeito, o turismo cultural, pensado numa base duradoura e de territorialização das mais-valias *in situ*, afigura-se como a tipologia capaz de desenvolver uma atividade altruísta. Nessa perspetiva, os responsáveis públicos e as autoridades locais precisam ser “patriotas”, organizar a atividade baseada na posse local da propriedade, resistindo a interesses eleitoralistas imediatos e ao enriquecimento sem causa.

2.3.3. Para uma gestão responsável das externalidades

Os impactes do turismo e a sua gestão afetam a competitividade do lugar e o respetivo posicionamento estratégico. “Se se conhecerem e tiverem em conta as externalidades e os riscos que o turismo implica, a sua atividade será sempre um fator que alarga as opções individuais e coletivas e um instrumento de desenvolvimento do território e das populações” (Fernandes, 2013a: 130). Por isso, a natureza multifacetada e transversal do turismo como atividade que afeta a totalidade da realidade urbana determina que em sua gestão se encontram implicados boa parte dos órgãos de gestão do território (urbanismo, cultura, promoção económica, obras, meio ambiente, tráfego, etc.), para uma coordenação administrativa profícua em matéria do património, turismo e desenvolvimento urbano (La Calle e García, 1998).

Harmonizar o desenvolvimento turístico pressupõe, antes de tudo, que os residentes tenham o controlo dos terrenos e grande parte da propriedade (Troitiño Vinuesa, 1998;

Urry, 2001; Krippendorf, 2009; Fernandes, 2013). Do contrário, um cenário bem conhecido se repetirá uma vez mais: um começo aparentemente inofensivo... degenerará em colonização turística insaciável, que nada mais poderá deter (Krippendorf, 2009). O autor prossegue, recomendando que os poderes públicos, principalmente nos países em desenvolvimento, deverão agir com cautelas no arsenal de medidas que elaboram destinadas a atração do capital estrangeiro: isenções fiscais e alfandegárias, subvenções, incentivos aos investimentos, reduções dos preços dos terrenos a construir, caução dos créditos, garantias contra o *deficit*, construção de infraestruturas sem obrigação de reembolso, etc.; são instrumentos que, a certa medida, poderiam ser percebidas como uma subvenção às férias das classes privilegiadas da Europa e América do Norte pelas camadas sociais mais desfavorecidas que não sentem positivamente estas medidas.

“Quando as cidades são organizadas com o propósito de assegurar que os residentes sejam beneficiados e não tanto para atrair visitantes, o património e o desenvolvimento territorial podem reforçar-se mutuamente uma da outra” (Cifelli e Peixoto, 2013: 354). O enfoque para solucionar os problemas urbanos das cidades históricas deve estar virado neste sentido. “A cidade se constrói e, ao mesmo tempo, se destrói dia-a-dia; é precisamente na maneira de articular esta dupla operação de construção-destruição que reside a possibilidade de as cidades se desenvolverem harmoniosamente, visto que o ideal é que a construção se faça com o mínimo de destruição possível e, sobretudo, que essa destruição não seja senão uma readaptação inteligente às novas exigências e uma conciliação das velhas e as novas estruturas” (Chueca, 1982: 205)

É nesta perspectiva que deve ser entendida a cidade, observando os processos que lesam o ambiente, intervencionando de modo a tornar os seus impactes compagináveis com o propósito da qualidade de vida e da sua sustentabilidade (Santos, 2012). A cidade histórica precisa, pois, encontrar soluções inovadoras e adequadas que levem: em termos físicos, à eficiência e reutilização das infraestruturas e dos equipamentos em vez de construção nova; em termos técnicos, à maximização das oportunidades que as novas tecnologias oferecem; e em termos sociais e organizacionais, à capacitação das comunidades e ao desenvolvimento de novas dinâmicas associativas e de novas formas de parceria público-privada (Vaz, 2012).

O conhecimento e a inovação debitadas pelos territórios são capacidades que se apresentam como vetores-chave na utilização e criação de novos recursos para o

desenvolvimento económico e para a criação de vantagens competitivas dinâmicas (Gama, 2012). As cidades são terrenos férteis para a aplicação das políticas e mecanismos para a criatividade e as “indústrias criativas” contribuem para a sua regeneração económica e social, e para a reconstrução das identidades. A atração de talento tem um impacto positivo no rejuvenescimento da cidade, na requalificação urbana, na valorização do património, entre outros, e contribui ainda para uma maior competitividade e atração das cidades (Vaz, 2012).

Estas capacidades precisam ser exploradas para que o turismo esteja direcionado no desenvolvimento das populações, equacionando, como sugere Fernandes (2013), questões essenciais que promovam as mais-valias no território, garantam uma perenidade da atividade, contribuam para a gestão das externalidades (paisagísticas, ambientais, sociais, políticas, económicas e sociais) e seja um verdadeiro vetor de coesão social.

Concluído o segundo capítulo, sobressai a ideia de que a cidade histórica é, por si só, um potencial recurso para o desenvolvimento do turismo cultural, porque representa acima de tudo o cenário de convergência das manifestações culturais tangíveis e intangíveis. Como assinalaram La Calle e García (1998), a cidade histórica é uma ilustração de um ecossistema cultural. Criados de forma espontânea e disforme a partir de um núcleo indutor, são produtos da cultura dos povos e por esta via detentores por inerência de patrimónios que servem modalidades turísticas específicas.

Por vezes limitada na morfologia urbana e nas suas funções, tendo em conta a inadaptação aos modelos dos “novos mundos”, a cidade histórica é também autenticidade, sociabilidade e um conjunto de símbolos e significados que explicam a história e a vida. O valor da sua expressão equivale aos ímpetus de renovação ou reabilitação urbana que a dinâmica das atividades atuais exige, cujos propósitos, também eles legítimos, visam adaptar o seu tecido urbano, munir de novas funcionalidades e criar um sistema de continuidades entre os diferentes lugares da cidade que permitam revitalizar o seu tecido social e económico. Este é, pois, o grande dilema das “cidades património” e a sua necessária atualização, por via de processos de reabilitação ou regeneração. Por um lado está a necessidade de preservar a origem e a história que explicam o que existe, mas por outro há toda a urgência de transformar a sua malha urbana para evitar a ruína e a contínua desvitalização de suas atividades e das suas gentes.

Em Angola praticamente já não existem amostras dessas cidades. À limitação observada no processo urbano que foi imposto pelo regime colonial, construindo apenas duas cidades no país em quatro séculos, acresce a destruição intensiva do edificado que emergiu até ao terceiro quartel do século XX, no pós-independência. Mbanza Kongo e Dondo, e porventura Moçâmedes e Catumbela são as cidades do país que guardam ainda alguma relação com o passado (não muito distante) e possibilitam viagens no tempo, que continuam a cultivar o diferente e buscar alguma confiança para enfrentar um futuro bastante instável. Foi em nome desse futuro que a baixa de Luanda (zona histórica) vai sendo descaracterizada, transformando-se cada vez mais num “não lugar”.

Analisadas as suas particularidades, dimensões, virtudes e “pecados”, a cidade histórica lutando pela sua própria sobrevivência encontra no turismo um dos seus principais aliados para que as suas gentes não vivam apenas do passado mas encarem o amanhã com outra determinação. O turismo sendo uma atividade que estimula a economia e o desenvolvimento local é por esta via o principal instrumento de revitalização das cidades e dos territórios deprimidos, desde que sejam devidamente equacionados os seus benefícios e malefícios. Neste sentido, o turismo, com inesgotáveis propostas para desenvolver produtos alternativos ao que é convencional, afigura-se como uma opção natural de desenvolvimento das cidades históricas. Assim, para melhor compressão da dimensão cultural do turismo, propõe-se no capítulo seguinte a abordagem do turismo cultural e das modalidades alternativas à massificação.

III. Capítulo: O turismo cultural e as modalidades alternativas à massificação

“All tourism is ‘cultural’ in this sense. As tourists, and as people, in a globalising world we are increasingly in contact with ‘other’ cultures, able to experience the uniqueness of each and the commonalities of all” (Robinson e Smith, 2006: 10).

3.1. Abordagem conceptual

A cidade histórica e o seu património associado e heterogeneamente distribuído é o “laboratório” por excelência para a prática do turismo cultural. Com todas as suas dimensões, a cultura tem sido fator essencial na construção de produtos turísticos atraentes para os locais, através dos seus bens tangíveis e intangíveis, auxiliando no resgate da tradição e da memória (Aragão e Macedo, 2011; Marujo, 2015), pois que a cultura se traduz na interação das pessoas e nos resultados de aprendizagem que são assimilados, acumulados e passados de geração em geração, por meio do relacionamento social, artefactos materiais, construções humanas e manifestações intangíveis diversas (Burns e Novelli, 2006).

Durante a maior parte do século XX o turismo e a cultura foram considerados como dois componentes dos destinos turísticos largamente separados um do outro (Richards, 2005; OCDE, 2009). A aliança torna-se visível com a inversão do processo de declínio de algumas cidades europeias na década de 1970, como consequência da desindustrialização e dos problemas de deterioração das condições de vida e do ambiente urbano (Henriques, 2003). “A sociedade da competição industrial não foi mais capaz de dar sentido à vida e às práticas quotidianas dos indivíduos e proporcionou o esgotamento das crenças de um homem *sem qualidade*, assim como à mudança de hábitos, à recuperação de raízes, à procura do sentido de sua existência. [Consequentemente] (...), a necessidade de ter um património cultural ou um sítio simbólico de referência exprime a necessidade de *bússolas sociais* dos indivíduos e grupos sociais” (Zaoual, 2009: 69-70).

Por exemplo, Teye (2009) refere a expansão do segmento do turismo patrimonial na África subsaariana desde os anos 70 do século passado associado a diversas atividades. Segundo o autor, a diáspora africana, desde a América do Sul, Caraíbas, América Central, Estados Unidos, passando pela Europa, especialmente Reino Unido e França, têm demonstrado um interesse particular no património negro, incluindo as manifestações

culturais como a língua, música, dança, arte, manufatura, filmes, livros e gastronomia. Visitar a “terra mãe, permite fazer a conexão espiritual, emocional e psicológica como peregrinos, isto é, experimentar um processo de (re)descoberta e busca pela origem depois de séculos e gerações passadas³⁷. *“African Americans and British, particularly those who have descended from the slave trade, are especially ardent travelers to Africa. For these tourists, the journey is particularly profound but complicated, often wreaking havoc on their emotions and identities as black Americans or British”* (Timothy e Nyaupane, 2009: 9).

Richards e Wilson (2006) defendem que a ideia de uma economia da cultura é suportada a partir de três situações de base: a natureza da mudança do pós-industrial, capitalismo consumidor, e políticas de desenvolvimento económico e crescimento do regionalismo como um fenómeno global. Assim, a cultura tornou-se um recurso crucial na economia pós-industrial, como reflexo do uso do património cultural nas estratégias de desenvolvimento dos países (Richards e Wilson, 2006; OCDE, 2009). De acordo com Richards (2010: 9), *“Culture and tourism were two of the major growth industries of the 20th century, and towards the end of the century the combination of these two sectors into ‘cultural tourism’ had become one of the most desirable development options for countries and regions around the world”*.

Utilizar a cultura no turismo pode ser compreendida na perspetiva de Gastal (2006), quando afirma que fazer cultura é buscar soluções criativas repleta de imaginários para os novos problemas, ou buscar novas soluções criativas para problemas antigos, ou ainda resgatar soluções antigas para novos problemas. Nesse espírito, um dos principais problemas que os bens culturais procuram resolver na sua relação paradoxal com o turismo está relacionado com a assunção de uma postura de combate ao turismo massivo e degradante, com o propósito de evitar a produção de mais desigualdade social e pobreza nas comunidades (Aragão e Macedo, 2011).

³⁷ Segundo o autor, citando Appiah e Gates (1999), o contato entre África e a Europa, baseado no comércio transatlântico de escravos, principalmente entre a África Ocidental, as Américas e a Europa, permitiu a venda entre 11 a 12 milhões de homens, mulheres e crianças africanas, desde a década de 1520 a 1860, para além dos cerca de 6 milhões de escravos comercializados através do Sahara e do Mar Vermelho. Nesse período de aproximadamente 350 anos, estima-se que entre 9 a 10 milhões de africanos terão sobrevivido e gerado os descendentes dispersos pelo mundo, que representam a diáspora que pretende cada vez mais conhecer o património africano (Teye, 2009).

Os países, sobretudo os menos desenvolvidos, encaram muitas vezes o turismo como a atividade indutora para o desenvolvimento económico (Coriolano, 2009; Muñoz, 2012) independentemente das suas particularidades culturais, o que resulta em muitos casos, nos constrangimentos relatados no parágrafo anterior. De facto, o turismo deve estar suportado em atividades sólidas que permitam gerar o ansiado desenvolvimento, por via da criação de emprego, geração de receitas ou fomento do investimento público e privado. Para isso, a atividade turística enquanto instrumento para o desenvolvimento, deve reger-se por políticas públicas coerentes e ajustadas ao contexto (Muñoz *et al.*, 2012).

O desenvolvimento, acrescenta Muñoz (2012: 445), “é um processo de transformação social que supõe uma acumulação e interação de capital humano, institucional e físico”. Este processo realça a capacidade humana de adaptação ao contexto e à participação equitativa dos cidadãos em configurar suas sociedades. Assim, a cultura, que permite a diferenciação dos lugares, tem de ser uma componente importante do produto turístico que por sua vez, deve funcionar como um potente veículo de valorização da cultura e obtenção de renda, contribuindo para manter e desenvolver o património cultural, a produção cultural e a criatividade (OCDE, 2009).

A atividade turística, que é cada vez mais consumidora da cultura, é considerada a maior indústria à escala mundial, com uma dinâmica de crescimento, novas atividades, novos destinos, novas tecnologias, novos mercados e rápidas mudanças. “O turismo é uma indústria que se traduz nos processos, atividades e resultados decorrente do relacionamento e interação entre turistas, fornecedores, governos locais, comunidades anfitriãs e ambientes circundantes que são envolvidas na atratividade e hospitalidade dos visitantes” (Goeldner e Ritchie, 2006:5). Para efeitos de estatística e uniformização da atividade entre os países, a OMT (1991) considera que o turismo compreende as atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros.

A dimensão, especificidade, transversalidade, complexidade, entre outros fatores, não facilitam a elaboração de uma definição consensual sobre o turismo. Sem a pretensão de esmiuçar as razões da falta de consenso na delimitação desse setor, importa considerar as alegações de McKercher e Du Cros (2002), ao sublinharem que existem tantas definições como tipos de turistas, e atribuem a ausência de consenso à pouca tradição do setor e a

diversidade dos produtos existentes. Pattison, porém, justifica que a falha na conceptualização do turismo deve-se fundamentalmente à complexidade do espaço turístico e experiências: “*Tourism studies have, however, been critiqued for failing to conceptualize in any great depth the complexity of tourism spaces and experiences. A lack of meaningful engagement with the agency of the subaltern 'host' and their position in the postcolonial global moment has resulted in a simplistic binary of the host-guest relation that overlooks the paradoxes, parallels and micro-controversies inherent in tourism encounters*” (Pattison, 2012: 216).

Entretanto, independentemente das diferentes abordagens, existe uma relativa convergência de considerar o turismo, sob determinadas condições, como uma atividade promotora do desenvolvimento de atividades económicas com vista a criação de produtos, comercializados em articulação com os aspectos etnográficos e as atividades turísticas, contribuindo assim para a coesão territorial e cultural na construção de um “futuro” para as comunidades (Barros, 2013).

Essa atividade, que se tornou na mais relevante à escala global, movimentando acima de “mil milhões de pessoas e mais de um bilhão de dólares americanos”³⁸, está cada vez mais alinhada com atividades que satisfaçam as necessidades emotivas dos consumidores de experiências e de busca de referências, num contexto de hibridação cultural. Ou, como referia Zaoual (2009: 69), “o turismo cultural deriva da emergência de um *turismo de profundidade* baseado em novas relações com a cultura dos sítios e com o meio ambiente natural”.

Na base deste enunciado, perspectiva-se para este capítulo uma compreensão da prática turística cultural: sua história, oferta, modalidades e comportamentos, sem deixar de olhar para a perspectiva angolana sobre o assunto. De igual modo, são analisadas as modalidades turísticas de matriz cultural que podem ser aplicadas e desenvolvidas em territórios de baixa densidade populacional.

“A sustentabilidade cultural de um povo está relacionada com a sua capacidade de se adaptar e de reter os elementos distintivos que o faz diferenciar de outros povos” (Mowfort e Munt, 2009: 104). “Seja por motivos sociais, lazer, negócios, repouso, desporto ou natureza, os fatores culturais estão sempre em evidência nos canais em que

³⁸ Dados recentes da UNWTO apontam para um total de 1.186 milhões de chegadas internacionais e uma receita global de 1.260 bilhões de dólares americanos (UNWTO, 2016).

os países se apresentam a si mesmo aos visitantes, como o entretenimento, a comida, a bebida, a hospitalidade, a arquitetura, o artesanato e todas as demais características de seu estilo de vida” (McIntosh *et. al.* 2002: 213). Por isso, o turismo e o lazer são componentes da cultura. “*Leisure and tourism, are matters of human engagement, mediated and memory-related contexts; of practices, doing, thinking and feeling; of values, attitudes and meaning*” (Crough, 2013: 22).

O primeiro princípio da Carta Internacional do Turismo Cultural do ICOMOS (1999) considera o turismo nacional e internacional como um dos veículos do intercâmbio cultural. A abordagem de Richards (2005) vai nesse sentido, ao considerar que o turismo tem sido um importante instrumento de incremento do consumo cultural nas sociedades contemporâneas. Para Henriques (2003: 39), “o turismo [cultural] beneficia de vários fatores combinados tais como o movimento de revitalização dos centros históricos das cidades, o alargamento e diversificação das práticas culturais, do interesse marcado dos consumidores pelo património e urbanismo, a procura de animação e oportunidades de fazer compras, entre outros aspetos”.

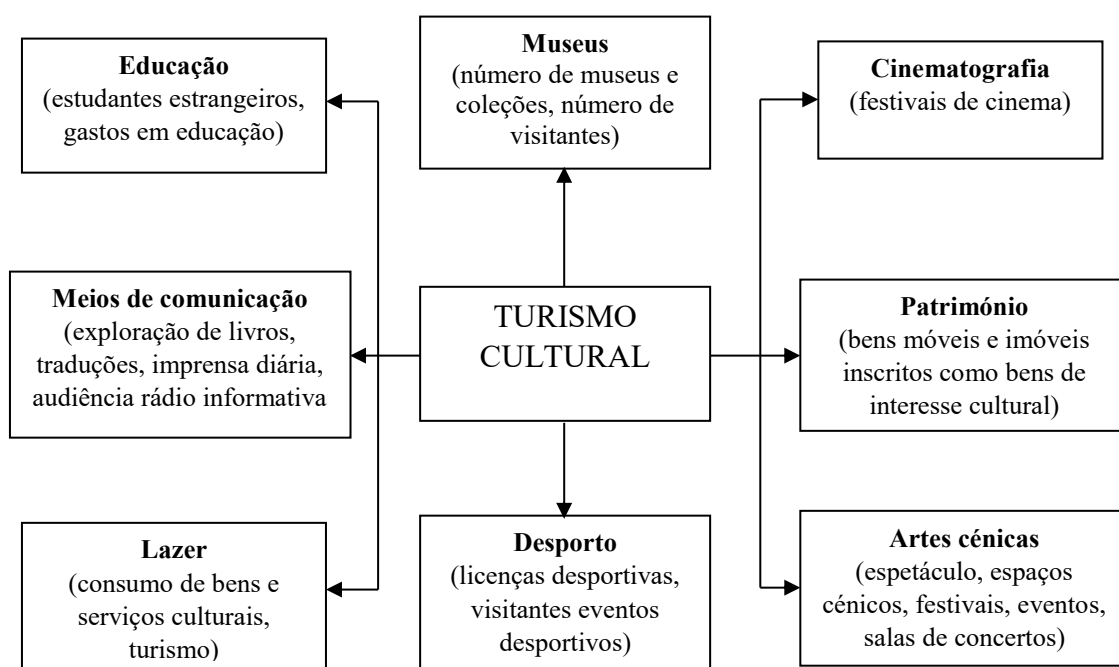
O desenvolvimento do turismo cultural deve-se fundamentalmente ao aumento da formação e educação das pessoas, aumento do rendimento disponível, tecnologias de informação e comunicação, crescente papel da mulher na economia e a uma maior consciência do fenómeno da globalização (Richards, 2007 *apud.* Marujo, 2013). É uma tipologia de turismo entendida como um segmento menos problemático que o turismo de sol e praia, uma vez que valoriza a identidade e memória cultural, além da preservação e conservação do património material e imaterial do destino (Santos *et al.*, 2012). Na visão destes autores, o turismo cultural baseia-se na restrição do fluxo turístico, de forma a minimizar os impactes ao ambiente.

Se a definição de turismo tem sido acompanhada, como se observa, com divergências e falta de consenso, definir o turismo cultural torna-se ainda mais difícil. O que é turismo cultural para uns poderá ser lazer para outros (concerto de rock por exemplo). A noção de autenticidade, por exemplo, é subjetiva, está dependente da posição e valor adotado tanto pelo destino como pelo turista (Mallor *et al.* 2013). Na opinião dos autores, tanto o turismo como a cultura são conceitos cujas definições dependem da perspetiva de estudo ou do tema de investigação. O principal problema da medição do turismo cultural acrescentam, provém da falta de consenso na conceitualização e medição da cultura

através de estudos quantitativos, devido à diversidade de definições e a heterogeneidade de conceitos. Esta posição é corroborada pela UNWTO, ao defender que a dificuldade na definição do turismo cultural é acrescida devido à complexidade da noção de “cultura”.

Como assinalam a OMT e CET (2005: 3), “*Selon les définitions qui en sont données, cette notion englobe non seulement la culture traditionnelle, comme la visite de musées, les arts de la scène, les galeries ou le patrimoine culturel, mais aussi le mode de vie de la population locale, y compris des aspects tels que la langue, les croyances, la cuisine, l'habillement ou les coutumes, et les produits qui en résultent (comme l'architecture, l'artisanat et l'atmosphère générale)*”.

Independentemente das dificuldades de formulação de definições e conceitos, Mallor *et al.* (2013), no estudo realizado sobre o turismo cultural espanhol, consideram a educação, os meios de comunicação, o lazer, os museus, o desporto, a cinematografia, as artes cénicas, entre outras, como as principais dimensões para a sua medição, elucidadas no esquema da figura 19.



Fonte: Mallor *et al.* (2013: 275)

Figura 19: Dimensões da medição do turismo cultural

Para a OMT (2005), o conceito do turismo cultural deve fazer referência não apenas aos turistas mas também às comunidades anfitriãs. O turismo cultural é definido como um processo e como um produto. É um processo na medida em que os turistas interagem com a comunidade recetora com níveis de intensidades diferentes, conforme os serviços prestados ou os espaços visitados. Tanto os turistas como os anfitriões experimentam um processo de interação com benefícios mútuos. A comunidade adquire emprego, renda e autoestima; os turistas enriquecem conhecimentos, compreendem culturas diferentes e vivem experiências únicas envolvendo-se em atividades na comunidade.

O turismo cultural como produto faz referência à combinação do turismo com elementos culturais, nomeadamente os bens e os serviços com ingredientes culturais. Portanto, os produtos referidos são a hospedagem, a comida e a cozinha local, o artesanato e *souvenirs*, os serviços de *SPA* tradicional, o agroturismo, entre outros exemplos (OMT, 2005).

Na visão de Henriques (2003: 50), “turismo cultural compreende todas as visitas motivadas no todo ou em parte por interesse na oferta histórica, artística, científica (sentido estrito), mas também no modo de vida de uma comunidade, região, religião, grupo ou instituição (sentido lato)”. Por sua vez Fresno e Lobo (2014) consideram que o turismo cultural baseia-se na gestão e exploração dos bens catalogados como património cultural. Os autores particularizam o património intangível pela sua capacidade de criar e potenciar o valor de identidade, uma vez que produz uma relação de participação não apenas em manifestações culturais festivas, mas também na influência que possui de fomentar visitas a lugares e de redefinir os itinerários culturais.

Porém, assinalar que na abordagem do conceito de turismo cultural é quase que “obrigatório” fazer menção às definições, conceptual e técnica, resultantes das pesquisas que têm sido desenvolvidas pela ATLAS³⁹, no âmbito do crescimento e evolução desta modalidade turística a nível da Europa e do mundo. A definição conceptual no meio urbano estabelece que “o turismo cultural representa o movimento de pessoas para atrações culturais fora do seu lugar habitual de residência, com o propósito de obterem informações e experiências novas com vista a satisfação das suas necessidades culturais”. Já a definição técnica entende “o turismo cultural como o movimento de pessoas fora do local habitual de residência para atrações culturais específicas, tais como lugares com

³⁹ *Association for Tourism and Leisure Education*. Uma associação europeia que promove, essencialmente, a investigação e o desenvolvimento do turismo cultural.

património, manifestações culturais, artes e drama” (Richards: 2005: 24). Richards defende que a principal diferença entre as duas definições propostas é que a última considera a motivação dos turistas como o aspeto central.

Ao oferecer um saber através de uma experiência, o turismo cultural tem uma dimensão criativa, uma vez que as formas mais contemporâneas procuram a interatividade com o público (Mallor *et al.*, 2013). A fruição lúdica e cultural de antigas áreas industriais e de equipamentos obsoletos (prisões, quartéis, hospitais, centrais termoelétricas, estações de caminhos de ferro) resultante da turistificação das cidades (Henriques, 2003); as visitas a lugares sagrados, cerimónias de iniciação, eventos tradicionais, aprendizagem sobre crenças de outras culturas, etc. (Anderson, 2015); ou a socialização pelo desporto ou o intercâmbio educativo (Mallor *et al.* 2013), representam dimensões para experiência cultural enquanto se realiza uma viagem.

Diversas são as formas que assume o turismo cultural: turismo histórico-cultural, urbano, patrimonial, arqueológico, artístico-literário, académico ou científico, musical, festivo, religioso, idiomático, gastronómico, artesanato popular, genealógico, de rotas, industrial, entre outros (Ayala, 2010). Todavia, conforme enfatiza o autor, é necessário a existência das seguintes condições: i) uma procura especificamente cultural; ii) uma oferta que satisfaça as necessidades manifestadas por essa demanda e, iii) uma intermediação (agências diversas, pessoas, documentos, suportes eletrónicos e outros) que crie valor, proporcione, comercialize e vende ao cliente, facilitando a aquisição do produto turístico.

Em resumo, a abordagem dos diferentes autores sobre o conceito encerra um conjunto de dimensões e espaços de análise, divergentes em alguns aspetos, convergentes e complementares em outros. Constata-se que a principal dificuldade ao consenso conceitual está subjacente à hibridação e transversalidade dos conceitos tanto da cultura como do turismo, considerando, entretanto, que a própria atividade turística é uma manifestação da cultura dos povos. Nesta perspetiva, o turismo cultural representa a manifestação de uma necessidade cultural das pessoas, explícita ou latente, materializada na viagem e nas facilidades criadas no destino. Serão essas manifestações culturais dos povos traduzidas em deslocações e viagens ao longo da história humana que criaram o turismo, formatado para os tempos atuais a partir do *Grand Tour*.

3.2. O turismo cultural e o turista

Conforme referido, o incremento do consumo cultural paralelamente ao crescimento da classe média e da prática do turismo produziu uma aliança inelutável para a consolidação do turismo cultural, originando infindáveis produtos tanto quanto as manifestações tangíveis e intangíveis das localidades. Essas manifestações traduzidas em produtos turísticos, na visão de Prats e Cànoves (2012) vão, em linhas gerais, desde visitas aos museus, cidades e conjuntos históricos, monumentos, edifícios singulares, mosteiros e igrejas, sítios arqueológicos, gastronomia, enologia, feiras, artesanato ou festivais musicais. Em suma, qualquer sinal de identidade cultural de um determinado território é um potencial ingrediente para a conceção de um produto turístico cultural.

De acordo com Moreira (2012: 78), “a reestruturação económica e produtiva, que marcou a passagem de uma sociedade industrial valorizadora do trabalho físico para uma sociedade centrada nos serviços valorizadores do trabalho intelectual, levou a que emergissem novas tendências de consumo e a sua individualização”. As forças combinadas do crescimento do individualismo, fortalecidas pelas experiências de férias e viagens e pela saturação cultural, induziram à procura de experiências de viagem que fossem simultaneamente personalizadas e percebidas como autênticas (Gonçalves, 2008).

No que respeita à fruição do património cultural por exemplo, Fresneda e Lobo (2014: 188) sustentam que, “tradicionalmente, o papel fundamental que o turista representa nesse processo foi durante algum tempo ignorado”. “Hoje é, cada vez mais, a procura que condiciona a oferta turística, que não se circunscreve apenas na hotelaria, restauração ou animação mas naquilo que o novo turista tende a valorizar como descoberta e usufruto no destino” (Sardo e Estevão, 2012: 456). Segundo Zaoual (2009: 62), “os visitantes não parecem mais procurar, exclusivamente, a mudança de hábitos, mas também as diferenças culturais locais ignoradas, ou ainda redescobrir o que lhes parece ser as suas próprias raízes (...). [Essas necessidades são sentidas pelas coletividades locais] que reorientam os seus esforços em direção à proteção da variedade dos patrimónios locais”.

O turista está cada vez mais motivado para consumir diferenças culturais que se encontram no património tangível e intangível de um país ou região. Este facto tem impulsionado as entidades locais a aproveitar melhor os recursos culturais existentes para a atração de visitantes (Marujo, 2015). Os visitantes estão mais informados e exigentes, e valorizam a sua experiência turística realizando uma análise custo-benefício (Fresneda

e Lobo, 2014). “A procura está cada vez mais segmentada, informada, sofisticada, exigente, independente, experiente e culta, valorizando o conhecimento e a descoberta e aceitando o perigo controlado, o risco calculado, revelando uma preocupação em ter contacto próximo com a natureza e pela proteção da mesma” (Moreira, 2012: 80).

Após conhecer as motivações que levam à realização da viagem bem como as preferências dos visitantes, torna-se possível oferecer o produto adequado que consequentemente será de fácil comercialização (Santos *et al.*, 2012). Por isso, defendem Fresneda e Lobo (2014), ao considerar as motivações de viagem, os gestores devem direcionar a sua tarefa no sentido de adaptar a demanda através de uma aproximação entre o património e o turista, explicando-lhes as características particulares do património tangível e intangível, desde uma perspectiva suave, simples, atrativa e cómoda. Porque “a procura turística anseia interagir com as sociedades, sua oferta turística e suas paisagens, no sentido de disponibilizar experiências marcantes com forte carga emocional” (Sardo e Estevão, 2012: 456).

Para a OMT (2005:101), *“Different type of tourists will need a different kind of product and will create a different way of cultural interaction with the host community. The purposeful cultural tourists will need a well-planned product ready to serve the purpose of the tourists; the serendipitous tourists need an original traditional daily life, both in selected communities. The sightseeing cultural tourists need famous or popular product”*.

Na perspectiva de Weiermair e Peter (2002) *apud*. Gonçalves (2008), os grandes determinantes do comportamento do novo consumidor estão relacionados com os seguintes elementos:

- Multiculturalização: aceitação e consumo de outras culturas conduzindo a alterações na “cultura quotidiana”, incluindo a absorção de outras dimensões culturais sobre a forma de aculturação.
- Introdução das novas tecnologias de comunicação e informação em muitas esferas das nossas vidas, incluindo a apresentação e interpretação da cultura nas suas diferentes formas de expressão.
- Generalização de um comportamento internacional oposto à solidariedade, que se baseia num maior individualismo, com os indivíduos a desejar exercer maior controlo sobre as decisões que lhes dizem respeito.

- Combinação do aumento de experiência de viagem com o aumento da idade, o que implica que o público que hoje viaja tem uma maior consciência dos padrões de qualidade e desejam em simultâneo ter opções de escolha e/ou combinações entre “novo” e “velho”, tradicional e moderno, ativo e passivo, produtos e serviços autênticos, mas também derivados.
- Maior número de “escapes” (mais frequentes e mais diversos) à rotina diária. Redução do período de estadia, o que implica que a intensidade de viagem tende a aumentar, os locais culturais e patrimoniais têm que ser visitados mais rapidamente e de forma mais eficiente.

Gonçalves (2008) acrescenta, com frequência também acontece que o mesmo visitante combina experiências mais intensas de viagem com experiências mais repousadas, regra geral associadas com atividades relacionadas com a saúde (*wellness*). Em muitos destinos as relações formais e informais entre os governantes locais e a indústria possuem um efeito considerável sobre a capacidade de atração e de inovação do destino. Nessa conformidade, a autora entende que a cultura, o património e o turismo assumiram-se neste repensar das estruturas sociais e económicas como instrumentos preponderantes da regeneração e revitalização de centros urbanos mas também do meio rural, e emergem de forma crescente como fatores de desenvolvimento económico e social.

Por isso, “os programas e as atividades desenvolvidas para os turistas tendem a enfatizar a aprendizagem da cultura local, gastronomia e outras manifestações como parte integral da oferta no destino” (Belaj, 2015: 301). O dinamismo do turista, que o converte num ser cambiante e de tendências diversas segundo diferentes parâmetros de ordem histórico-social, busca novas alternativas para o desfrute baseado em contacto com a natureza, aproximação à população local, à história e às tradições de pequenos povos que ainda conservam a essência suave das pequenas aldeias simples (González, 2012). Assim, importa olhar para essas necessidades com mais acuidade, observar as pequenas localidades de atmosfera familiar, de carácter rural ou comunitário, com traços identitários sólidos que transmitem valores de pertença, redescoberta e maior sentido existencial.

Mas há que atender ao facto que muitos consumidores do património cultural e dos pacotes culturais em geral não têm as visitas a atrativos culturais como primeira opção, os chamados clientes indiretos do turismo cultural (fomentadores do turismo de massa nos destinos culturais), que utilizam o sistema turístico simplesmente para relaxar,

desfrutar do clima, descansar ou simplesmente mudar o ritmo de vida imposto pelo cotidiano (Santana, 2008). Para o autor, esses visitantes, excursionistas na maioria dos casos, costumam ser os mais numerosos; usufruem do património, muitas vezes de forma acidental ou por prestígio social, ao visitarem bens de valor sociocultural reconhecidos; têm na visita uma oferta complementar da viagem, uma oportunidade de contemplação de monumentos, compra de *souvenirs* culturais; para além de cumprirem com o ritual da pose fotográfica como demonstração final das suas visitas.

Por sua vez, os turistas mais desejados, por apresentarem um interesse especial pela fruição dos bens culturais no destino, “caracterizam-se por pertencer a uma classe média ou alta; com um capital escolar e cultural elevado; gostam de valorizar na sua viagem os aspetos educativos em detrimento dos lúdicos; viajam com grande frequência; permanecem mais tempo; disponibilizam-se a participar em mais atividades, sendo dos turistas que mais dinheiro despendem nos destinos” (Aguiar *et al.* 2011, 175).

McKercher e du Cros (2002) consideram que existem cinco tipos diferentes de turistas culturais, nomeadamente:

- Turistas com propósitos, motivações culturais e com profunda experiência cultural;
- Turistas culturais com alta motivação mas com uma experiência superficial;
- Turistas casuais com outras experiências turísticas mas com fraca motivação cultural;
- Turistas casuais com fraca motivação e experiência turística superficial;
- Turistas acidentais que aproveitam a ocasião para participar numa atividade cultural.

Para a OMT (2005), os turistas relacionados com a prática do turismo cultural podem ser caracterizados nos seguintes grupos:

- Turistas culturalmente ricos;
- Turistas culturalmente pobres;
- Turistas cultos e desejosos de desenvolver seu entendimento sobre outras culturas;

- Turistas interessados apenas nos acessórios da cultura dos países visitados, como parte dos seus propósitos de diversão e recreação.

Como refere Lourenço (2013: 225) “no turismo cultural, o cliente procura tanto um *status* de herdeiro de uma tradição, como o de criador de um futuro, onde o indivíduo e a criatividade são os motores de uma sociedade de lazer que permitem abordagens atuais, nas quais se procura tornar o turista feliz e inteligente”. O público-alvo do turismo cultural foi-se generalizando, comporta hoje grupos e idades, poder aquisitivo e motivações diversas. Desde indivíduos de maior idade com renda e tempo disponível para viajar em qualquer época do ano a jovens que procuram a aventura e o inédito; homens e mulheres de negócios com recursos elevados que procuram um produto turístico de qualidade; uma clientela familiar que participa da vida cultural da envolvente; ou clientes eruditos que normalmente viajam só e procuram um elevado nível de qualidade (Spielberg, 1995 *apud*. Prats e Cànoves; 2012).

Considerando o facto de qualquer viagem estar inerente à fruição e consumo de bens culturais pelo contacto que se tem com outra realidade, é mister concluir que, praticamente, todos os visitantes têm a possibilidade de estar associados a modalidades turísticas culturais desenvolvidas nos destinos, quer como propósito firme de suas viagens quer como consumidores fortuitos de cultura. Todavia, a preocupação para evitar a sobrecarga e saturação dos destinos com oferta especificamente cultural, tendo em conta a sua fragilidade, obriga a que os países estudem criteriosamente os mercados e estejam preocupados em atrair visitantes que ajudem a valorizar a cultura e o património local. Porém, é preciso assinalar que esse grupo de visitantes nem sempre constitui massa crítica para garantir a viabilidade económica esperada pela conceção dos produtos turísticos culturais.

3.3. O turismo cultural e os lugares de destino

Na abordagem feita sobre as cidades, particularmente as históricas, foi possível aferir a sua condição atual de principais atrativos para a prática do turismo cultural. Para o efeito, foi determinante o processo de requalificação e refuncionalização das cidades europeias na sequência da decadência urbana verificada com a crise industrial da década de 70 do século XX, com os primeiros exemplos a começarem no Reino Unido. Desde então, as cidades se foram transformando em destinos prediletos do turismo cultural por via de uma reorientação económica, redimensionamento e adaptabilidade das suas infraestruturas,

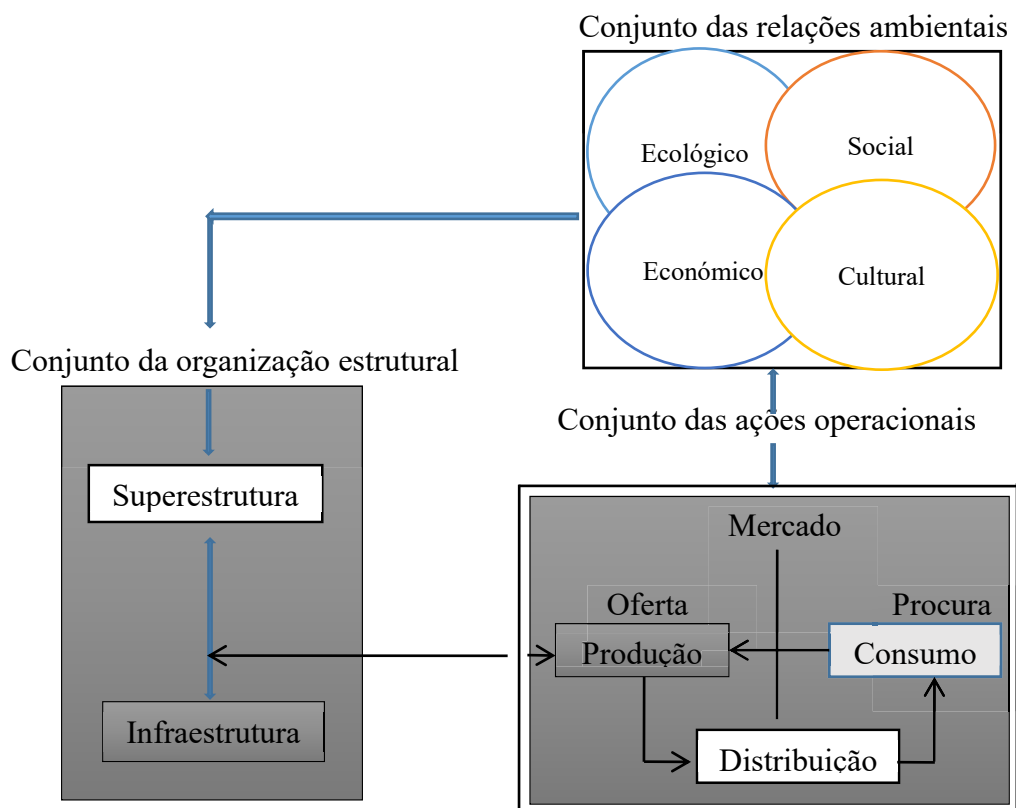
integração de novos equipamentos arquitetónicos em articulação com os monumentos e edifícios históricos, reaproximação do cidadão residente com a sua urbe, promoção por via de manifestações culturais e desportivas, entre outras estratégias.

Os modelos que estiveram subjacentes à construção de muitas cidades foram, de acordo com Gonçalves (2008), centrados nos aspetos económicos e arquitetónicos em detrimento da dimensão cultural, conduzindo-as a densidades de construção muito elevadas e bastante populosas, com inevitáveis problemas de sustentabilidade: desordenamento territorial, poluição, exclusão social, etc. A sobrevivência da cidade passava, assim, por uma aposta na qualidade ambiental, receptividade dos seus habitantes, organização do seu espaço urbano, preservação do património, cuidado com a arborização existente no espaço público, sinalização clara e objetiva e outros fatores. Só deste modo é possível transformá-la num atrativo e num fator fundamental para o pleno desenvolvimento da atividade turística (Figueira e Dias, 2011). No essencial, as cidades procuram converter-se em destinos turísticos competitivos, em lugares facultadores de experiências singulares para os visitantes.

Os lugares vão se destacando pelas experiências que proporcionam a mercados turísticos que procuram envolvimento em múltiplas atividades. Essa aposta integra-se “na tendência geral de (re)valorização da imagem dos lugares e regiões que, articulados com um vasto conjunto de valores patrimoniais (re)descobertos, como a história e a cultura, se entregam num jogo competitivo de escalas geográficas articuladas” (Borges e Fernandes, 2015: 241). As cidades e os lugares, ou seja, os destinos turísticos, precisam responder “às exigências de uma demanda variada e variável que procura *verdadeiros sítios*, combina a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar, se foca cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente” (Zaoual, 2009: 57).

Embora possam ser criadas outras atrações turísticas que permitem determinadas localidades habilitarem-se à atividade turística, a vocação turística de uma localidade resulta, fundamentalmente, da existência de recursos atrativos de ordem natural e cultural. Cunha (2013) defende que um destino turístico é um centro de atração turística suscetível de garantir uma atividade económica consistente, sendo por isso necessário infraestruturas e todo um conjunto de equipamentos, serviços e organização que atraiam

e proporcionam aos visitantes condições de permanência e de satisfação das suas necessidades. Por isso, a necessidade de encarar o turismo como um sistema, ou seja, um conjunto de elementos que estabelecem conexões interdependentes entre si de carácter funcional e espacial, tal como o esquema referencial que Beni (2007) propõe (figura 20).



Fonte: Beni (2007: 50)

Figura 20: Esquema de Sistema Turístico Operacional

Se do lado da procura, a OCDE (2009) considera que a ligação da cultura e do turismo é cada vez mais estreita pelos fatores ligados ao reforço da identidade e de diferenciação, capital cultural e aumento do nível de educação, hábitos de consumos pós-modernos e experiências reais, importância crescente da cultura imaterial, acesso fácil a outras culturas e envelhecimento das populações nas regiões desenvolvidas. Do ponto de vista da oferta, este organismo sustenta que a ligação é reforçada pelos seguintes fatores:

- A importância do turismo cultural no fortalecimento do emprego e da renda local;
- A condição crescente e a característica qualitativa dessa prática turística;

- O fornecimento de uma oferta cultural alinhada com o desenvolvimento da região;
- A disponibilidade abundante de informação sobre a cultura e o turismo através das novas tecnologias.
- A emergência de novos países e regiões com foco na constituição de uma identidade;
- O desejo de projeção da imagem das regiões e dos países ao exterior.
- O financiamento das atividades culturais ligados ao aumento da oferta cultural.

Numa tendência global de manutenção do crescimento da procura turística, fruto dos desejos próprios dos consumidores e da eficácia das estratégias de marketing e acolhimento da oferta, “os resultados menos felizes de alguns destinos significam a abertura de oportunidades para as concorrências” (Umbelino, 2013: 43). A atratividade turística tem na diversidade do lugar um dos seus suportes competitivos, porque a procura turística da pós-modernidade é influenciada pelo caráter singular e autêntico do lugar (Espírito Santo e Cravidão, 2015). Os lugares são, por isso, “recursos valiosos que englobam a propriedade, produtos e imagens realçado pelo saber-fazer das pessoas (...), são espaços sociais com diferentes significados de convergência e dessimilaridades” (Santos e Mendes, 2015: 31).

Nesse contexto, as estratégias de desenvolvimento do lugar para destino turístico deve passar necessariamente pela valorização da localidade, por via do fortalecimento do talento dos seus residentes e das suas instituições públicas e privadas. Isto implica pensar numa política de desenvolvimento do turismo integrada e mais ampla, com foco para a inclusão social, por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania (Bursztyn *et al.*, 2009). Como referem os autores, as atividades turísticas como promotoras do desenvolvimento dos lugares onde se estabelecem, requer a conceção de modelos que busquem a superação das privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida afetados pela implantação dessas novas práticas. Nesta aceção, há que considerar, conforme alerta Cruz (2009), que a maior parte do turismo que se faz no mundo se dá em espaços ou lugares previamente ocupados pelas populações que historicamente se estabeleceram e nos quais vivem suas vidas quotidianas.

Nos países em via de desenvolvimento, sobretudo nos países africanos, são bastante visíveis as controvérsias que acontecem nos lugares de destino. Segundo Pattison (2012), na reflexão que faz sobre algumas localidades turísticas da Gâmbia, essas controvérsias se subscrevem na exclusão social, afastamento dos nativos das zonas de produção turística, assim como políticas e práticas do governo de marginalização e alienação de setores da população a favor da noção ocidental de progresso e desenvolvimento, resultando numa negociação de identidades e criação de oportunidades de sustento do anfitrião na interação com o turista. Numa perspectiva semelhante, Fortanier e Van Wijk (2010), analisando a sustentabilidade da atividade turística na Etiópia, Moçambique e Tanzânia concluíram que, por serem países com regimes comunistas até início da década de 1990, não sendo permitida até então os negócios e o investimento privado, existe nestes países a ausência de um sistema educacional orientada ao mercado no setor do turismo.

A este propósito, Kolo (2014), refletindo sobre a fragmentação e desarticulação das estratégias de desenvolvimento turístico nos países de África a sul do Sahara, na qual Angola não está alheia, considera o seguinte:

- O turismo não é prioritário nesses países, comparando com outros setores prioritários como o desenvolvimento de infraestruturas, educação ou saúde;
- Existe uma visão errada de que o turismo é uma atividade lucrativa orientada exclusivamente para as empresas e para o setor privado;
- Não existe suficiente experiência turística, profissionais e capacidade tecnológica.

A vulnerabilidade social que se assiste em muitos desses países, com problemas elementares para resolver a nível de infraestruturas e saneamento básico e com um protagonismo excessivo da economia informal, condiciona obviamente os planos e estratégias de desenvolvimento turístico. Esta atividade para funcionar na sua plenitude precisa de organização, articulação, parceria, segurança, confiança e fluidez nos seus processos. Os seus atores têm de estar inseridos num sistema equilibrado que dê garantias e viabilize os processos administrativos, negociais e operacionais segundo os ditames de uma verdadeira economia de mercado com vista à participação dos cidadãos e a conseqüente atração de investimentos e de visitantes. Sem essa abordagem sistémica e de protagonismo dos seus componentes torna-se difícil a conceção de produtos turísticos que satisfaça o mercado:

Como sublinha Rogerson (2013: 13), *“For any locality to become successful with tourism as the lead sector for development, certain fundamentals must be in place. First, is the need for a tourism asset base which is a necessary requirement as localities must develop a total tourism product or portfolio of products to attract visitors. The competitive position of a tourism destination is determined to a significant extent by the diversity and quality of its resources and services. In particular, considerable emphasis is given to the importance of quality of assets as a factor in impacting upon the competitiveness of tourism spaces. Such assets can be around natural beauty (mountain, beach), heritage resources, unique wildlife or socio-cultural resources (including festivals, sports events). (...) A second critical requirement for success is appropriate and effective planning and management of tourism at destinations. The need for visitor management planning stems from the fact that whilst the private sector driven tourism industry may be successful at attracting visitors to destinations, it is often less successful at protecting destinations from the negative effects that arise from tourism development(...). Tourism-driven economic development must be linked with issues of local social development and environmental conservation”*.

Na abordagem que os destinos fazem ao turismo atual está sempre vincada a preocupação com os erros do passado do turismo massificado, que limita a participação dos atores locais a favor de cadeias hoteleiras e grandes operadoras internacionais, muitas vezes em associação com as elites governamentais locais. Os destinos procuram desenhar um turismo que evite a marginalização económica e social dos atores locais, a destruição cultural de sua identidade e o esgotamento da qualidade ecológica dos sítios envolvidos (Zaoual, 2009); ao invés, na simbiose turismo e cultura, procura-se relevar a população como ator principal na conservação e sustentabilidade dos recursos culturais e atrativos turísticos (Baños e Matute, 2012).

Para qualquer comunidade, os espaços públicos e os próprios membros da comunidade (a sua vida quotidiana, os seus rituais, hábitos, costumes e festas) integram o produto global que é oferecido ao mercado turístico, logo, é natural que queiram estabelecer e definir por si mesmos a forma de participação na atividade turística e na aplicação dos benefícios gerados (Figueira e Dias, 2011). Na visão dos autores, a participação da população local é um princípio de democracia e de descentralização da tomada de decisões que permite a abertura de canais de expressão para lideranças e representantes da comunidade, que

podem ser por via de conselhos municipais do turismo, património cultural, meio ambiente e outros relacionados com os recursos locais. *“As a service industry tourism is highly dependent on the good will and cooperation of host communities (...). Support and pride in tourism development are especially the case in cultural tourism where the community is part of the product”* (Cole, 2006:94).

Prats (2011) considera que existem três situações pelas quais os recursos patrimoniais são, em princípio, viáveis turisticamente numa determinada localidade:

- a) Quando se trata de recursos imponentes, capazes de atrair por si mesmo uma quantidade suficiente de visitantes para justificar o investimento de infraestruturas e equipamentos turísticos no local;
- b) Recursos com capacidade de atração menor mas que se encontram dentro ou próximo de centros metropolitanos que dispõem de uma massa crítica suficiente de residentes;
- c) Os recursos patrimoniais situados em destinos turísticos consolidados, independentemente de sua atração turística, que registam por si mesmo fluxos turísticos suficientes para sustentar a estrutura turística, assim como integrar os recursos patrimoniais com êxito na oferta turística do local.

De acordo com o autor, se um local não dispõe de recursos patrimoniais de extraordinária atração ou de uma população residente ou turística suficiente, são muito escassas as possibilidades de ativação economicamente sustentável dos recursos e quase nulas as possibilidades de que se possam converter em incentivo do desenvolvimento local por via do turismo cultural. Para tal é necessário considerar três premissas fundamentais:

- A necessidade: implica um envolvimento maior da população. Se a população não depender do património para viver ou melhorar a sua condição de vida, ou para reafirmar e reconstruir a sua identidade, poderá não estar interessada;
- A escala: número de visitantes suficientes para garantir a viabilidade turística de um recurso patrimonial. A relação entre o potencial dos recursos, a densidade populacional e a dinâmica dos potenciais centros emissores, assim como a disponibilidade de tempo livre e renda, deve ser avaliada com prudência e precaução e não com euforia e excesso de confiança;

- Concorrência: os recursos patrimoniais não competem unicamente entre si, mas também com outros tipos de atrações dentro de uma oferta de lazer num mesmo destino.

Como refere Prats (2003: 136), “o património mais importante a nível local é o capital humano (...), portanto, é preferível optar pela conservação estrita e uma museografia imaginativa e renovável, simples, de baixo custo económico, ao invés da criação ou modificação de infraestruturas que requerem custos mais elevados e manutenção ativa”. O turismo cultural, ao acarretar desafios, contradições e dificuldades, é o fator que mais influencia para o seu aperfeiçoamento e alcance de resultados satisfatórios é a estreita colaboração entre os setores da cultura e do turismo e no adequado equilíbrio entre a conservação e proteção dos recursos culturais e seu uso turístico (Ayala, 2010). A esse propósito, é preciso considerar as características específicas da atividade turística, “os aspetos relacionados com o planeamento dos sistemas de acolhimento e o cálculo da capacidade de carga dos destinos e dos recursos patrimoniais, para além das estratégias de promoção e comercialização” (Sardo e Estevão, 2012: 445).

Na opinião de Figueira e Dias (2011), as condições que tornam possível uma contribuição da atividade turística no desenvolvimento local se traduzem na observância dos fatores que possibilitem o atendimento das necessidades dos residentes num contexto de um sistema produtivo local: a formação de uma estrutura produtiva setorial concentrada com um número significativo de micro, pequenas e médias empresas locais; a elevada capacidade de inovação do território; o elevado nível de cooperação e organização; a existência de instituições representativas, capital social e um sistema de governação local. Por sua vez, numa abordagem específica sobre o turismo cultural, Ayala (2010: 6) considera benéfica esta modalidade nos destinos em função do seguinte:

“El previsible crecimiento de la demanda y los beneficios que se le pueden atribuir a esta modalidad son imanes para los destinos receptores: puesta en valor de recursos existentes que no siempre requieren grandes gastos, mayor rentabilidad que el turismo convencional, diversificación de la oferta turística, influencia positiva en la estacionalidad, favorecimiento a una mejor distribución territorial del turismo, uso menos intensivo de los recursos naturales, mayor posibilidad de repitencia de los que ya conocen el destino, un elemento trascendente de diferenciación de la imagen, oportunidades para incorporar atractivos culturales de nuevas localidades, beneficio de

su aporte a la conservación y desarrollo de la cultura y de reforzamiento de la identidad cultural. Un factor adicional se refiere a las mayores oportunidades que tiene el turismo cultural en comparación con otras modalidades para ofrecer una experiencia única, distinta, vivencial y participativa, tal y como se considera que es el deseo del turista actual, además de relacionarse con los elevados conceptos de promoción de actividades cognitivas y de autosuperación”.

Os elementos culturais materiais e imateriais de um país ou região são constantemente mencionados como criadores de lugares turísticos dando, deste modo, origem a novas identidades (Marujo e Cravidão, 2013). A abordagem de Fernandes (2013b) sobre o turismo topobiográfico e a conceção de produtos na base de narrativas de figuras iconizadas do destino vai nesse sentido, realçando o sofisma ou mimetização mais ou menos pronunciada associada a essas narrativas e que se apropriam de um destino que é, necessariamente, mais amplo. Os lugares turísticos devem proporcionar experiências de memória impregnadas de sentidos, percebidos em sua arquitetura, ritmos e danças populares, gastronomia, manifestações religiosas, transmissão de saberes e experiências da coletividade (Aragão e Macedo, 2011).

“A complexa construção da imagem dos lugares depende não apenas de campanhas formais, mas também da forma como, a jusante, o território é percebido por meio das diferentes representações que afetam os olhares, as decisões e os comportamentos de turistas, investidores e potenciais novos residentes” (Fernandes, 2005: 214). Neste sentido, acrescenta o autor, as indústrias culturais, entendidas enquanto atividades que produzem, reproduzem e divulgam material criativo, são agentes determinantes nas trajetórias de desenvolvimento local. “Na ânsia de atraírem mais visitantes os promotores do turismo constroem e “vendem” destinos com epítetos distintivos como «a cidade da cultura», «a capital do artesanato», entre outros, veiculando representações para contemplação dos turistas pela mídia” (Marujo e Cravidão, 2013: 289), cinema ou publicidade.

Para Fernandes (2005) estas representações ganham relevo porque se associam, quase sempre, a meios de difusão mais poderosos e com maior capacidade para atingir públicos alargados. Na verdade, “são os signos e as representações de um lugar que são cada vez mais consumidas” (Marujo e Cravidão, 2012: 283). Com essa linha de pensamento, Brea e Cardoso (2011) alertam para a importância da compreensão do *branding* de um destino

turístico e sobretudo da sua imagem, porque é de acordo com essa imagem que os turistas fazem as suas escolhas. A nosso ver, a reflexão destes autores é sustentada pelo facto do destino turístico, enquanto uma configuração que compreende atividades económicas, culturais e sociais, deve ser entendido como um todo, como um produto integral e não como fragmentos da oferta.

A difusão de imagens estereotipadas do destino são dos principais efeitos negativos produzidos pelo turismo (Ayala, 2010). O cinema, por exemplo, considerando discurso de Fernandes (2012), pela sua componente visual, é forte condicionador do imaginário coletivo sobre determinados espaços geográficos, representando múltiplas paisagens, dando visibilidade e construindo imagens positivas e atrativas de determinados territórios com exemplos de filmes que colocaram os lugares em rotas turísticas⁴⁰, mas também no sentido contrário, isto é na difusão de estereótipos negativos e repulsivos, como o caso dos países da África subsaariana, quase sempre vinculados a conflitos étnicos, insegurança, refugiados, doenças e pobreza (Fernandes, 2012).

A análise derradeira sobre essa temática dos lugares de destinos ou as cidades históricas, é reforçada pelos subsídios de Zaoual (2009), ao considerar que os destinos devem entender que é na diversidade que a nova procura turística esgota suas motivações profundas, num mundo atormentado pela perda de referências, necessidade de pertença e de intercâmbio intercultural; um mundo que exprime também o desejo de uma procura de sentidos da parte dos atores, que tendem a participar de uma renovação económica e social dos destinos sem renegar as suas tradições, raízes e novas crenças. Os destinos turísticos de base cultural almejam afirmar-se como lugares com qualidade, relações e sentido, em oposição ao velho paradigma capitalista de acumulação de capital a qualquer preço, consumo dos bens materiais e destruição da natureza sem limite.

Neste sentido, o entendimento é que o “caderno de encargo” dos destinos deve estar alinhado com as deliberações do *Fórum Ulisses*⁴¹ do Algarve e compreender a sua realidade social, económica e institucional junto com a aplicação de instrumentos standardizados para implantação de políticas turísticas. De igual modo, socorrendo-se da redação de Muñoz *et al.* (2012) sobre o Fórum, os destinos devem procurar gerar uma

⁴⁰ O autor apresenta, entre outros exemplos, a versão a saga Harry Porter que aumentou em 120% o número de visitantes a locais como o Castelo de Alnwick, em Northumberland.

⁴¹ O Fórum Ulisses foi realizado sobre a égide da UNWTO em 2011 no Algarve, com a temática *Tourism and science: bridging theory and practices*.

rede de conhecimentos que permite aos agentes públicos e privados partilhem métodos e experiências bem-sucedidas, para além da constituição de um sistema estatístico competente e a necessidade de contemplar nos planos de políticas do turismo programas de áreas importantes como a gestão do conhecimento, a inovação, a qualidade, a sustentabilidade e governança, a comunicação e a promoção.

3.4. Rotas e itinerários turísticos e culturais

As cidades e os lugares estão indissoluvelmente ligados aos sentimentos de identidade, “na medida em que conservam em sua paisagem sinais que são valorizados e, no seu conjunto coalescente, constituem territórios” (Claval, 2002: 36). A construção da cidade com lugares e significados abrange um conjunto de elementos constituídos pelos recursos naturais e por todo um conjunto de realizações humanas cujas manifestações, tangíveis e intangíveis, são testemunhadas, quer através da idiossincrasia dos povos, da sua arte, crenças, saberes e emoções, como por meio das diversas construções humanas realizadas ao longo do seu percurso no globo terrestre.

Os bens livremente disponíveis na natureza e o conjunto de realizações que os territórios apresentam, que foram constituídas para a satisfação de necessidades vitais e básicas dos seus habitantes ao longo da história são considerados os componentes fundamentais da oferta turística, que Cunha (2013) resume no seguinte:

- Recursos naturais: a primeira componente da oferta turística, constituída por elementos da natureza suscetíveis de satisfazer as necessidades humanas;
- Acolhimento: a hospitalidade, nível de organização e políticas institucionais.

Por sua vez, Baptista (2003) considera esse conjunto de elementos como a oferta turística básica, primária ou original que, em termos gerais, constituem a razão fundamental para a identificação da vocação turística de uma localidade. Assim, a oferta turística primária é constituída por:

- Recursos naturais: fundamentalmente os elementos da biodiversidade e geodiversidade;
- Património histórico, arquitetónico e cultural: as realizações no devir da história (monumentos históricos e culturais, manifestações artísticas e culturais, acontecimentos culturais e sociais).

- Infraestruturas e transportes: o conjunto das infraestruturas básicas, como as redes técnicas, telecomunicações, rede de estradas e caminhos-de-ferro, portos e aeroportos, etc.; e outros serviços estruturais.

Assim, entende-se por oferta turística não apenas ao conjunto dos elementos mencionados mas a totalidade dos bens e serviços disponíveis num determinado destino, quer sejam característicos⁴² ou não da atividade turística. O conceito apresentado pelos diferentes autores converge nesse sentido. A oferta turística “é a quantidade de bens e serviços que os produtores desejam vender por um preço num dado período de tempo” (Lage e Milone, 2000: 27); “é o conjunto de estabelecimentos, bens e serviços locais, alimentícios, artísticos, culturais, sociais e outros, capazes de captar e assentar uma população com origem externa numa determinada região por um certo tempo” (Fernandes e Coelho, 2002: 122); “o conjunto da oferta primária, oferta derivada, as infraestruturas e serviços de natureza económica e social, destinados a servir visitantes e residentes” (Baptista, 2003: 39); “o conjunto de equipamentos bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer (...), a par dos atrativos naturais da região” (Beni, 2007: 177); “o conjunto dos recursos naturais e artificiais, equipamentos, bens e serviços que provoquem a deslocação de visitantes, satisfaçam as suas necessidades resultantes da deslocação e de permanência e sejam exigidos por estas necessidades” (Cunha, 2013: 177).

Como se verifica, a componente cultural da oferta é determinante para os destinos turísticos, pela infinidade de bens e serviços disponibilizados que abrange horizontes temporais de há milhões de anos, mas também pela amostra de um futuro que se aproxima de acordo com a leitura do presente, nos mais diversos lugares. Essa componente cultural abrangente, de forma explícita ou latente, por via da curiosidade humana ou das motivações económicas e sociais ampara o grosso das viagens turísticas. Essa componente, revela-se pelo património construído, hábitos e costumes, crenças, mitos, rituais, saberes populares e locais sagrados, dança, música e gastronomia, artesanato, em suma, pela forma de viver dos povos.

Atualmente as cidades e regiões procuram desenvolver um turismo diferenciador na base de uma estratégia assente em construções urbanas iconizadas, as chamadas *flagship*

⁴² Considera-se bens e serviços característicos ou eminentemente turísticos aqueles que estão relacionados com a especificidade da atividade que se resume na prestação e comercialização do transporte, alojamento, alimentos e bebidas, animação e outros bens e serviços conexos e derivados.

atrattions (Köhler, 2014), para se transformem em símbolos da cidade (Museu Guggenheim em Bilbau, Casa da Ópera em Sidney, à semelhança da Torre Eiffel em Paris). De igual modo, perspectiva-se a realização de eventos internos ou megaeventos desportivos ou culturais como o mundial de futebol ou os jogos olímpicos. Por outro lado se reforça a ênfase no património cultural através da revitalização das cidades e regiões; a ligação à envolvente natural e a sustentabilidade; ou a via do desenvolvimento de uma temalização cultural específica (Richards e Wilson: 2006).

Em relação à temalização por exemplo, Filipe (2013) apresenta um estudo sobre o festival internacional de danças populares de “Andanças”, em Portugal, com várias opções de diversão e convívio, oficinas de danças para aprendizagem, bailes de noite, fogueira de histórias, aulas de meditação, entre outros. “Produções criativas sustentáveis caracterizadas pela diversidade de atores que permitem contextualizar as danças e a música numa lógica de descentralização cultural e aproximação ao meio sociocultural da sua origem popular, em contato com a natureza, possibilitando um reencontro com o campo, valorizando o património natural, humano, histórico e arqueológico da região” (Filipe, 2013: 184).

Numa época de uniformização dos produtos, “as atrações culturais devem ser apresentadas de uma maneira inteligente e criativa” (Goeldner e Ritchie: 2006: 265). Para estes autores, os fatores culturais no turismo têm a função dominante, sobretudo, em atividades que visam favorecer a transmissão ou a participação de conhecimentos e ideias, como: bibliotecas, museus e exposições; espetáculos musicais, dramáticos ou cinematográficos; programas de rádio e televisão; estudos ou cursos de curta duração e investigações mais prolongadas; expedições científicas e arqueológicas; conferências, congressos ou seminários.

Na opinião de Ashworth (1995), citado por Henriques (2003), a relação entre o turismo e cultura pode materializar-se de três grandes formas:

- a) Entre o turismo e a arte: evoca a capacidade de uma elite erudita e sensível compreender e apreciar as grandes obras artísticas civilizacionais: museus, galerias de arte, teatro, música clássica, dança, entre outros.
- b) Entre o turismo e o património monumental: a cultura assume uma dimensão mais ampla, incorporando para além das atividades artísticas o património construído.

- c) Entre o turismo e um lugar específico: a atração turística é entendida como o lugar no seu todo, associado ao sentido de lugar (atmosfera, gastronomia, folclore, exotismo, etc.).

Compreende-se nessa acepção que a imensidão das práticas turísticas comportadas pelo destino pode ser segmentada em função da sua natureza e do interesse que suscita a diferentes públicos. Se pode observar que nas três formas a cultura especializa os destinos pela maneira como se apresenta ao turismo. É dessa forma que temos cidades muito propensas para o público erudito, apreciador e frequentador das artes, museus ou teatros, como uma boa parte das tradicionais cidades e capitais europeias; mas por outro lado, existem cidades que valem-se, sobretudo, pela monumentalidade que apresentam aos visitantes em si. O lugar no seu todo como atração turística, se por um lado apresenta melhores opções para os destinos sem edifícios históricos imponentes e mais virado para a cultura popular, por outro, nas últimas décadas, essa visão de conjunto tem sido a forma mais assertiva de salvaguardar o património cultural onde, naturalmente, se inclui a arte e o património construído.

Para o desenvolvimento sustentável de uma atividade turística baseada nos bens patrimoniais de cariz cultural, Sardo e Estevão (2012) defendem que os organismos competentes, que se limitam muitas vezes a publicitar as suas regiões sem qualquer critério objetivo, devem assumir a sua função estratégica, através de um planeamento continuado e integrado que privilegie os recursos endógenos, apostando na melhoria de fatores, tais como:

- Adequado acondicionamento dos recursos à atividade turística;
- Criação de marcas de valor acrescentado, privilegiando sinergias;
- Aperfeiçoamento das condições de acolhimento;
- Incremento/desenvolvimento da animação turística;
- Aperfeiçoamento dos serviços de transportes turísticos e guias especializados;
- Desenvolvimento da capacidade de elaboração de produtos turísticos competitivos;
- Investimento em sistemas de comercialização e promoção eletrónicos.

De acordo com Carvalho (2011:28), “A vinculação da dimensão patrimonial às políticas de desenvolvimento local e de valorização dos territórios está relacionada com a ideia de que estes são recursos importantes para a criação de imagens renovadas dos territórios, de estímulo ao investimento e à elevação da autoestima das populações, e elementos essenciais do bem-estar individual e social e da qualidade de vida das populações”.

Pelo impacto negativo que muitas vezes o turismo provoca aos destinos, com tendências de banalização e adulteração da cultura e o enfoque exclusivo no lucro comercial, mostrar a verdadeira identidade que o destino possui e suas localidades é uma forma de consolidar e preservar a própria cultura e fortalecer a autoestima e o sentimento de orgulho – especialmente em momentos em que a cultura neoliberal tende a sufocar as culturas nacionais e locais – essa amostra é um valor em si mesmo, uma oportunidade e um direito que os povos possuem e que se maneja sobre princípios de sustentabilidade, resultando em ganhos económicos e apoio ao desenvolvimento local (Ayala, 2010).

Com a indústria cultural cada vez mais próspera, existe a necessidade cada vez mais de conceber produtos para alimentar um mercado ávido. “O presente deixa de ser um insumo suficiente e se busca no passado outras inspirações e possibilidades para novos produtos comerciais” (Gastal, 2006: 280). Desenvolver um projeto de turismo cultural numa cidade, supõe a realização de vários objetivos, como sejam: transformar os recursos patrimoniais em produtos e potenciar os atuais integrando as empresas; conectar o produto com o mercado para estabelecer as bases de uma maior competitividade; identificar bens patrimoniais turísticos para priorizar atuações singulares e facilitar o investimento privado e a sua coordenação com o investimento público; adequar o desenvolvimento turístico à capacidade de acolhimento e à sustentabilidade do património (Franch, 2006).

Fresneda e Lobo (2014) alertam para a confusão que se observa ao se considerar os bens culturais como sinónimos de produtos culturais, pois que, o património em si mesmo não é um equipamento cultural, nem um serviço, nem um agente, nem uma oferta; é antes um recurso suscetível de ser transformado num produto para o consumo final. Para que o turismo cultural se desenvolva não basta que exista património, cultura própria e atividades, ou que se promova o destino (Ayala, 2010). Os atrativos precisam ser estruturados e convertidos num produto cultural para possibilitar o uso e desfrute, defende Ayala (2010). É necessário facultar uma acessibilidade real, temporal, espacial e

económica para que o público os possa consumir e por eles se constitui numa oferta cultural. O autor prossegue afirmando que só após essa estruturação é viável a intervenção do setor turístico, por via da conformação dos produtos turísticos, propostas de viagens e visitas vinculadas a esses produtos, agregando para isso, os serviços de transporte, receção, alojamento e outros.

Voltando ao estudo elaborado por Fresneda e Lobo (2014) sobre bens patrimoniais, os autores consideram para a sua gestão os principais fatores chave de êxito:

- 1) Gestão integral da qualidade, como base para os processos de melhoria contínua e da satisfação do turista;
- 2) Controlo económico-financeiro, que permita a planificação das atividades e um controlo eficiente dos custos;
- 3) Segmentação dos visitantes, para conhecer melhor as características do público de cada um dos bens para uma melhor adaptação dos serviços oferecidos;
- 4) Natureza pública dos órgãos gestores para poder reduzir os problemas derivados de visão de curto prazo e conhecer melhor os diferentes mecanismos de financiamento;
- 5) Competência para poder realizar práticas de *benchmarking*;
- 6) Situação económica em geral para poder valorizar o impacte que a envolvente tem sobre a organização.

Como sublinha Carvalho (2009: 38), “A definição e a promoção de uma imagem territorial de individualidade e especificidade, alicerçada em características únicas e exclusivas, em muito centrada nas identidades e recursos simbólicos de cada lugar, é um dos caminhos de revalorização dos territórios”. Entretanto, Prats (2003) alerta para a tendência de sobrevalorização do património local, imaginando-se um contingente inesgotável de turistas, sem uma ideia clara do produto turístico nem do posicionamento do mercado, onde o património é tratado como uma oferta turística independente. Aconselha por isso, uma reflexão a partir do local: se estamos diante de um destino turístico consolidado turisticamente ou se estamos num vazio turístico onde é preciso antes criar o destino e concomitantemente o(s) produto(s). O autor assevera que os problemas mais importantes na gestão do património quanto à sua viabilidade têm a ver com a sua manutenção ativa, pois, são muitos os exemplos de casos de sustentabilidade

parasitária do património à custa do erário público. Por exemplo, manter um museu aberto de modo permanente, geralmente, não é rentável (Prats, 2003: 130).

Ainda segundo Prats (2003: 135), “Turismo e património necessitam um do outro, para isso é necessário que se produza uma simbiose frutífera no plano local. O turismo pode representar para o património receita, vitalidade e relevância política, mas não à custa de um mercantilismo abusivo e mal-entendido que produza uma trivialização dos discursos. Por sua vez, o património pode ocupar lugares diversos em relação aos produtos turísticos: enriquecer a oferta, criar imagem, reorientar o posicionamento, minimizar a sazonalidade, mas para isto deve entender e aceitar a sua dimensão lúdica e trabalhar ativamente”.

A oferta cultural disponível num produto para oferecer aos visitantes deve, portanto, corresponder “às realizações históricas, sociais e culturais da localidade e da população: uma aldeia típica, uma tradição agrícola peculiar, um conhecimento local (...), ou seja, o respeito e a adequação entre a escala dos territórios e as capacidades (...), com a preocupação da sustentabilidade e do diálogo intercultural” (Lourenço, 2013: 225).

Assim, para satisfazer a procura e acrescentar prestígio aos lugares de destino, “a oferta requer, em primeiro lugar, autenticidade (conservação dos usos e costumes vivos e em contato com a população real existente) e qualidade (cuidado e beleza das atividades culturais) sem que se descuidem os serviços complementares” (Ayala, 2010: 7). Para além disso, acrescenta o autor, é necessário uma acessibilidade adequada de carácter cultural, adaptada ao perfil do cliente para que a compreenda corretamente; acessibilidade física para chegar facilmente aos locais, com sinalizações, publicações explicativas, etc.; acessibilidade temporal, com horários apropriados; e acessibilidade económica, com preços competitivos em função do público-alvo.

A necessidade do destino estruturar a sua oferta em produtos com vista à disponibilização no mercado encontra na elaboração dos itinerários turísticos um dos seus principais instrumentos. Os produtos e os eventos culturais e a sua associação aos itinerários possibilita uma interligação e convergência de objetivos entre os setores do turismo e da cultura do local, que se traduz numa melhoria da imagem e numa melhor distribuição e circulação dos visitantes pelo território (OCDE, 2009).

As características da atividade turística associadas à curiosidade, ao desconhecido, ao lúdico e à visitação, impulsionou desde a sua conceção moderna os itinerários como

forma de organizar melhor os serviços a prestar, orientar e distribuir temporal e espacialmente os visitantes para satisfazê-los da melhor forma. A viagem aristocrática e elitista dos jovens ingleses desde cedo tinha o suporte de um guia turístico com a descrição pormenorizada dos lugares. Na viagem, além dos itinerários a percorrer, sugeria-se os meios de transporte e de alojamento. O primeiro exemplar de guia utilizado no *Grand Tour* – um autêntico itinerário turístico-cultural – foi escrito em 1743, em Londres, por Thomas Nugent (Richards, 2005; Sardo e Estevão, 2012).

Olhando para a transcendência de escala das cidades, regiões ou países, “as rotas e os itinerários caracterizam-se por facilitar a vinculação cultural entre os diferentes povos e contribuir para o tratamento integral dos diversos elementos patrimoniais” (Pardellas, 2013: 161), aproximando as diferentes latitudes, não apenas no ponto de vista cultural mas, também na necessidade de revitalização e desenvolvimento económico e social. Neste sentido, os países e as regiões, fundamentalmente na Europa e América do Sul, têm procurado operacionalizar essa vinculação por via de redes municipais ou regionais, potenciando a convergência de competências. Para Carvalho (2011: 13), “As redes visam associar territórios com afinidades (naturais e/ou culturais), no sentido de atrair investimentos e fixar ativos, de acordo com as preocupações de desenvolvimento local e regional”. Os programas e os projetos a desabrochar dos planos de intervenção devem perseguir objetivos que garantam a melhoria da qualidade de vida dos residentes, criar novas atividades económicas, fomentar a oferta local de emprego e fixar a população (Carvalho, 2012).

As atividades turísticas culturais relacionadas com a fruição dos elementos significativos do património histórico e cultural e dos eventos culturais (Santos *et al.*, 2012) são atrativos indispensáveis para a estruturação do destino turístico, porque “concorrem para alavancar as economias de escala local e regional tendo, obviamente, um impacto económico nacional” (Ferreira, 2013: 38). Neste particular, a cultura imaterial tem adquirido uma relevância cada vez maior nos atrativos a considerar nos itinerários e produtos turísticos, tendo em conta a sua característica de dinamismo e vitalidade que transmite aos visitantes sobre o território e suas gentes. A multiplicação de festivais e de manifestações culturais é um exemplo claro, muitas vezes com a liderança e investimento centrado no setor público, percorrendo objetivos de marketing e de incremento dos fluxos turísticos (OCDE, 2009).

De forma mais detalhada, a OCDE (2009), considera os itinerários bastante importantes para uma região, em virtude de:

- Apresentar o que é excepcional numa região;
- Identificar e caracterizar uma região, por via das suas tradições, costumes, atividades quotidianas e lugares;
- Refletir a cultura tradicional e oferecer aos visitantes uma ocasião de fazer parte da experiência;
- Elaborar-se na base dos produtos e serviços da região;
- Compreender não somente a tradição e o passado da região, mas também a sua imagem contemporânea, a sua transformação e carácter;
- Permitir criar a imagem desejada da região.

O ICOMOS (2008) considera o itinerário cultural a conceção contemporânea dos valores do património cultural para a sociedade enquanto recurso para o desenvolvimento social e económico sustentável. Para este importante organismo internacional, um itinerário cultural é uma via de comunicação materialmente determinada, com uma dinâmica e funções históricas próprias ao serviço de um objetivo concreto e determinado, com o propósito de:

- a) Construir um testemunho de movimentos interativos de pessoas e intercâmbios multidimensionais contínuos e recíprocos em períodos significativos entre povos;
- b) Contribuir para a valorização mútua das culturas envolvidas;
- c) Integrar num sistema dinâmico laços históricos e culturais associados à sua existência.

Os conceitos de rota e itinerário podem apresentar dificuldades de compreensão e são muitas vezes entendidos como sinónimos, pelo que importa refletir sobre eles. Para Ferreira (2013), o itinerário é a descrição de uma viagem, caracterizando-se por representar um percurso⁴³ descrito, unindo pontos de interesse turístico de um caminho sustentado

⁴³ Um itinerário tem vários percursos. Quando o itinerário possui um percurso único adquire esta designação. Por exemplo os percursos realizados geralmente em pedestrianismo ou BTT (bicicleta de todo-terreno) são considerados pequenos itinerários (Varela e Ferreira, 2011).

por atividades relacionadas com os conteúdos a descobrir, e composto por oferta de bens e serviços. O autor acrescenta que o itinerário é sinónimo de roteiro⁴⁴, que é o repositório que aloja, processa e disponibiliza as informações necessárias para a conceção de rotas, cujo processo de criação está centrado na lógica de constituição dos percursos turísticos, de acordo às necessidades de planeamento das atividades, uso técnico e organização de visitas ao território. “As rotas, dada a sua natureza de, simultaneamente, serem ferramentas e produtos, transformam os recursos em atrativos” (Ferreira, 2013: 39).

Na visão de Aguiar *et al.*, (2011: 17) “a rota é a descrição do itinerário, especificando os lugares de visita, sempre propondo uma série de atividades ou serviços, contribuindo dessa forma para o enriquecimento cultural do turista”. Ferreira (2013) considera a rota um tipo específico de percurso percorrida num determinado espaço de tempo, organizada com uma geografia objetiva e desenvolvida com base em atrativos e atividades que a enriquecem como produto turístico singular. Em relação ao itinerário, o autor complementa, afirmando que é uma linha que, ao ligar pontos de interesse turístico (circuitos)⁴⁵, constitui-se como um ou mais ramos de uma rota. Neste sentido, os itinerários e circuitos podem funcionar como percursos autónomos ou integrados em rotas.

Para Sarmiento (2013:210-211), “As rotas são geometrias espaciais, e podem variar desde pequenos trilhos pedestres ou bicicleta na cidade, para itinerários motorizados mais longos em espaço rural ou em viagens intercontinentais (...). O que existe de comum entre elas é o consumo cultural ao longo do percurso, associado com a permanente reprodução do lugar e cultura, com uma inspiração desenhada por via da nostalgia, memória e tradição. As rotas conectam diferentes atrações que reforçam as potencialidades de cada lugar do que se tivessem de apresentar-se de forma independente e reforçam o fascínio dos visitantes, impelindo-os a gastar mais tempo e dinheiro”.

⁴⁴ Do ponto de vista turístico, as informações contidas no roteiro abordam o contexto territorial do destino, incluindo: todos os pontos possíveis de interesse turístico-cultural; localizações, atividades e horários de instituições públicas e privadas situadas ao longo da rota de interesse para o produto turístico, tais como alojamento, unidades de saúde, instituições financeiras, de segurança, casas comerciais e outros prestadores de bens e serviços (Ferreira, 2013).

⁴⁵ Circuito é uma viagem combinada num determinado percurso que pode, em conjunto com outros circuitos, originar um itinerário. É desenhada de modo a que o ponto de partida seja coincidente com o ponto de chegada, com curta ou média duração, podendo ser percorrido a pé ou usando diversos tipos de transporte (Ferreira, 2013).

De acordo com Carvalho (2011), as rotas decorrem de temáticas com capacidade para construir narrativas sócio-espaciais, induzir organização e fomentar princípios de articulação, cooperação e parceria entre diferentes entidades, e retratam realidades materiais e imateriais do património.

Os destinos em estado incipiente ou com poucos recursos têm, portanto, na organização do seu território, por via dos itinerários turísticos, a solução para a criação de uma oferta inovadora e diferenciadora (Varela e Ferreira, 2011). Alves e Gomes (2013: 232) consideram mesmo que “oferta de roteiros [enquanto sinónimo de itinerários turísticos] em cidades históricas devem ser concebidos como eixos estratégicos para ação de fortalecimento do turismo como indutor do desenvolvimento e inclusão social”. No roteiro os “consumidores de cidades históricas” buscam os aspetos singulares, inéditos e únicos que a localidade apresenta, ou seja, os consumidores são motivados a conhecer as crenças, valores e tradições dos habitantes destes lugares (Santos *et al.*, 2012).

O roteiro ou itinerário turístico, pensado como valor de conjunto de todas as suas componentes para a projeção da imagem do destino, é o principal instrumento ao serviço do turismo cultural (Varela e Ferreira, 2011). Permite construir uma oferta estruturada, inovadora e assente em temáticas variadas, capazes de satisfazer diversas motivações turísticas: museus, monumentos, locais históricos, *workshops*, atividades artísticas ou culturais (Aguiar *et al.*, 2011); “permite participar na congregação e/ou segregação da linguagem alimentar” (Lavrador, 2015: 226); permite promover viagens em busca do passado, como as recriações históricas, “numa tentativa de satisfazer desejos nostálgicos através do autêntico e do tradicional” (Reis, 2013: 298). “O itinerário é um suporte físico e mental, estruturador da viagem e da experiência que se lhe associa, bem como da narrativa e da fusão entre o leitor e o turista, representa tendências turísticas e reflete as modificações do território” (Alves e Gomes, 2013: 249-250).

Segundo Pardellas (2013:161), “O itinerário cultural constitui um bem adaptado às diversas culturas nas quais se assenta, e que transcendem como um valor de conjunto ao oferecer uma série substantiva de características e escalas de valores partilhados. Dentro da sua identidade global, o valor das suas partes reside no seu interesse comum, plural e participativo, contribuindo para alcançar uma identidade mais completa e enriquecedora”.

As vias de comunicação tradicional, por exemplo, merecem uma atenção particular enquanto itinerários pedestres que valorizam o lazer, a educação e o turismo, porque são

acessibilidades estratégicas de ligação dos territórios, encontro entre urbano e rural, de união dos povos, culturas, dimensões sociais de interesse natural, cultural, tradicional, etnográfico e paisagístico que contribuem para a produção de interação geracionais que se mantêm no futuro (Tapia *et al.*, 2012). “A generalidade da oferta de produtos turísticos que têm por base o passeio pedestre levam os seus participantes a conhecer áreas de paisagens de elevada qualidade, costumes e tradições das regiões visitadas, oferecendo serviços especializados e com alguma exclusividade” (Tovar e Carvalho, 2013: 419).

O pedestrianismo⁴⁶ – a prática de andar a pé em trilhos sinalizados – é cada vez mais popular nas sociedades desenvolvidas, defendem os autores, caracterizando-se como uma atividade de baixo custo para o praticante e pouco exigente em termos de forma física, sendo praticado por todas as camadas sociais e faixas etárias: mulheres, crianças e idosos. É uma atividade com elevadas perspectivas de crescimento, associada a um estilo de vida saudável. O passeio pedestre tem assumido uma importância ao nível da revitalização dos espaços rurais, naturais e de montanha, onde novos produtos turísticos se apresentam como alternativa de desenvolvimento, face ao declínio das atividades e/ou ofertas tradicionais (Tovar e Carvalho, 2013). Os parques naturais, são dos cenários prediletos para os percursos pedestres, preparados e marcados com diferentes graus de dificuldade, destinados a público diverso que permitem, tanto a leitura e a fruição de paisagens, como o contato direto com a natureza (Cunha e Jacinto, 2013).

Outra prática que tem contribuído para resgatar lugares e elementos da paisagem, segundo Fernandes (2011), é o *geocaching*⁴⁷, convidando os visitantes à paragem e a observação mais atenta, nas cidades e fora delas, nos centros históricos e nas periferias urbanas, áreas de montanha, margens dos rios e/ou espaços rurais. Esta prática apresenta um “potencial de marketing territorial não negligenciável, dá-se visibilidade a topónimos e espaços geográficos até então com escassa visibilidade, é uma prática com potencial pedagógico, sobretudo em campos científicos de expressão territorial e áreas associadas ao turismo e ao património” (Fernandes, 2011: 178).

⁴⁶ É uma atividade que consiste em caminhar pelo puro prazer de caminhar, para explorar, por razões de saúde e bem-estar físico e espiritual, pelo convívio, para conhecer os próprios limites, para contemplar paisagens, para observar a natureza, como forma de escapar à vida de todos os dias utilizando caminhos e trilhos existentes (Tovar e Carvalho, 2013).

⁴⁷ “O *geocaching* é um locative game que consiste na busca de um objeto georreferenciado (*cache*) dissimulado em diferentes contextos espaciais (...). Essa procura faz-se usando um sistema tecnológico de localização (GPS), a partir dos dados (georreferenciação) publicados num *site* (...) e recolhidos pelos utilizadores-jogadores, os denominados *geocachers*” (Fernandes, 2011: 172).

A sua relevância crescente deriva também do facto de que algumas *caches* se decalcam de rotas turísticas já reconhecidas, enquanto outras apontam para trajetos alternativos e à descoberta de pormenores, conduzindo o *geocacher* por outros caminhos, microterritórios e lugares pouco habituais (Fernandes, 2011). O *geocaching* orienta visitantes a lugares que já não fazem parte da territorialidade das populações, muitos com valor patrimonial desconhecido. “É uma prática de socialização, é uma atividade de tempos livres e turismo que sustenta-se numa rede de contatos que ocorre ao mesmo tempo em ambiente *Web* e no terreno” (Fernandes, 2011: 172).

Tanto o pedestrianismo como o *geocaching* são práticas associadas a rotas e itinerários turísticos que ajudam bastante na dispersão geográfica da demanda e na divulgação da autenticidade dos territórios, ao invés de hierarquizá-los, como consideram Alves e Gomes (2013), em caminhos dos turistas e os caminhos dos outros. Para estes autores, o itinerário assume-se muitas vezes como parte fundamental de uma representação artificial da realidade, uma vez que assenta tendencialmente em pressupostos turísticos, ignorando parte dos espaços em que são produzidas viagens, privilegiando a capital ou o litoral em detrimento do interior. “O itinerário é um marcador essencial dos ritmos e rotas da viagem, representa o elo entre o real observado, o narrado e o revisitado” (Alves e Gomes, 2013: 250).

Com essa abordagem se depreende que o objetivo de revitalização das cidades e das regiões e a associação sinérgica de competências e recursos das localidades colide muitas vezes com a realidade prática do itinerário. Conceber um itinerário cultural como produto turístico não é uma tarefa fácil, afirmam Santos *et al.* (2012), uma vez que requer uma série de medidas funcionais como, (re)ordenamento territorial, trabalho integrado entre agentes e municípios envolvidos e a cooperação entre os entes públicos e privados, sem deixar de considerar a necessidade de uma política de estado assertiva como eixo fundamental para o planeamento e desenvolvimento de ações seguras. A dimensão do território, o tipo de recursos, a sua possibilidade de fruição, o planeamento da visita, o interesse para o visitante e a experiência daí resultante são aspetos centrais a ter presentes na elaboração de itinerários (Varela e Ferreira, 2011).

Trabalhar os itinerários com cuidado e seriedade é fundamental. Se, por um lado, para a sua conceção é necessário o conhecimento e a escolha dos territórios potenciais, a averiguação do estado de atração, infraestrutura, acessibilidade, sinalética, segurança e

visitabilidade para a inventariação, planificação e organização (Varela e Ferreira, 2011); por outro, “os itinerários convertem-se num possível ponto de reencontro com uma história e uma geografia, nalguns casos debilitados nos seus conteúdos, assim como com uma recuperação do tempo e o espaço próprios de cada cultura (...). Oferecem a oportunidade de voltar a partilhar um espaço cultural comum e vincular o território com o património intangível de grande valor para a vida tradicional das comunidades implicadas no seu trajeto” (Pardellas, 2013: 162).

Portanto, as rotas e itinerários turísticos são fundamentais no processo de consolidação dos destinos turísticos, contribuindo para a diversificação da oferta turística, surgimento de produtos complementares e ampliação da procura (Santos *et al.*, 2012). O êxito da conceção, no dizer dos autores, depende muito da capacidade e competência de todos os setores envolvidos no processo, dos planeadores e formuladores de políticas e da iniciativa privada, responsável pela comercialização do produto, atendendo o que a procura deseja, independentemente do que se procura.

Em definitivo, a realização de itinerários culturais através de diferentes territórios, para além de promover o equilíbrio entre a oferta e a procura turística, estimula à salvaguarda da memória coletiva da humanidade (Varela e Ferreira, 2011), uma vez que, a integração do património em cadeias de valor e a necessidade de encontrar escala para viabilizar investimentos em equipamentos e infraestruturas, fazem das rotas, roteiros e redes, opções de interesse e visibilidade crescente em diferentes contextos geográficos (Carvalho, 2011).

3.5. Modalidades turísticas de base cultural

Com a relativa paz política e social no mundo ao longo da segunda metade do século XX, o turismo cresceu exponencialmente, acompanhando o progresso científico e tecnológico. O período que medeia o fim da Segunda Grande Guerra e a crise energética é, provavelmente, a expressão mais significativa do lazer da época de ouro da civilização industrial, onde se assiste ao incremento substancial da atividade turística, refreada apenas com o bloqueio do petróleo pelos países da OPEP⁴⁸ em 1973. Nessa altura, foi possível maximizar a produção industrial e atingir taxas recordes de crescimento económico à custa da exploração intensiva dos combustíveis fósseis, um recurso não

⁴⁸ Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

renovável que, segundo Kunstler (2006), deu forma ao modelo de sociedade do nosso tempo.

O ambiente favorável proporcionado na época traduziu-se num êxodo de pessoas das suas regiões de origem, isto é, dos países mais industrializados e desenvolvidos, para destinos indiferenciados de várias regiões do mundo, sendo boa parte destes, países frágeis, população pobre, com debilidades económicas e vulnerabilidades sociais. Dessa forma, o turismo de massa como produto da civilização industrial, rapidamente foi mobilizando o crescimento de outros setores económicos ao mesmo tempo que contribuía para que as atividades económicas tradicionais e locais perdessem importância. O rápido crescimento do turismo transformou-o numa atividade globalizada de lazer das populações, sem que tivessem sido acauteladas em muitos países as externalidades negativas resultante da sua ramificação.

O paradigma da atividade no passado permitiu que durante décadas os seus promotores, a despeito das vantagens económicas produzidas, ignorassem as preocupações e necessidades das comunidades visitadas, que acabavam por arcar mais tarde com o ónus dessas externalidades. O forte crescimento da atividade turística, consubstanciada numa dinâmica económica inédita nos destinos e na satisfação inicial das populações residentes em acolherem visitantes com outra mentalidade e cultura, facilitou a acumulação de impactos negativos. A conquista de territórios e campos de cultivo pelo poder político e económico para servir as necessidades de expansão geográfica do turismo, em detrimento dos autóctones⁴⁹; o abandono das atividades tradicionais e aposta em empregos precários do setor turístico; a intensidade do tráfego e o congestionamento das vias; a delapidação da flora para construção de infraestruturas e equipamentos de suporte a atividade; a saturação dos lugares e a produção descomunal de resíduos; são alguns exemplos desses impactos.

⁴⁹ Coriolano por exemplo, apresenta relatos, não tão distantes, da decadência e do desaparecimento de muitas atividades económicas tradicionais nas comunidades do litoral do nordeste do Brasil, como a pesca, agricultura e artesanato, substituídas por atividades hoteleiras e restauração. A concorrência promovida pela pesca industrial, e pela perda das terras com a aquisição de terrenos e expulsão dos pescadores e suas famílias da orla marítima foi realizada por atividades imobiliárias especulativas, ligadas ao lazer e ao turismo para alocação de empreendimentos hoteleiros, *resorts*, parques aquáticos, restaurantes, lojas, dentre outros empreendimentos. Ocorreu assim uma desestruturação de economias locais, aliada ao processo de mudança no uso e ocupação das orlas marítimas.

Além disso, é preciso não negligenciar as transformações ocorridas no tecido social das comunidades, como a adoção de modos de vida alheios pela população local, inapropriados para a sua realidade cultural; o despovoamento e alteração da estrutura familiar, valores e padrões de vida, a perda de identidade e do património imaterial, muitas vezes, perpetuado apenas na memória dos mais idosos (Pissarra *et al.*, 2012). “O turismo massificado reproduz em diversos destinos o *stress* que os turistas procuram eliminar durante as férias, como a frequência de lugares superlotados com programas pré-definidos ou o consumo dos mesmos produtos e serviços indiferenciados indicados nos folhetos publicitários” (Bursztyn *et al.*, 2009: 85).

Em muitos núcleos recetores de turismo convencional os residentes continuam a trabalhar exaustivamente em condições precárias, inclusive jovens e crianças, onde há espaço também para abusos e exploração sexual, índice crescente de exploração humana e segregação espacial (Coriolano, 2009: 282-284). Noutros núcleos, os autóctones ou residentes são marginais no seu próprio território. “São excluídos por via do isolamento policial para não ferirem a imagem de paraíso que se pretende transmitir aos visitantes” (Pattison, 2012: 221).

Os constrangimentos assinalados contribuem para a diminuição da atratividade dos destinos e, conseqüentemente, o desvio dos fluxos turísticos para destinos emergentes, deixando nos locais anteriormente privilegiados pelas visitas, uma herança pesada aos residentes e um labor gigantesco para as autoridades. A busca de soluções para garantir os empregos perdidos com o decréscimo da atividade, o ordenamento urbano e o relançamento das atividades económicas até então marginalizadas, representam alguns exemplos desta herança negativa do turismo, que acabam por ser convertidas em planos de emergência e ações urgentes de reconstrução do tecido económico, sociocultural e ambiental do território.

O turismo globalizado ou de massas é um modelo turístico homogeneizante que torna escassos ou nulos os espaços para afirmação de singularidades e enraizamento comunitário (Bursztyn *et al.*, 2009). Na visão dos autores, o turismo alternativo procura contrapor o massificado, requer uma densidade menor de infraestrutura e serviços, valoriza uma vinculação *situada* nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Muitos consumidores, cansados de encontrarem um conjunto de reprodução da cultura em

diferentes destinos, vão procurando práticas que realçam a identidade, o capital cultural e a criatividade como alternativa ao turismo convencional (Richards e Wilson, 2006).

O legado insustentável que o turismo de massas pode deixar para as localidades impulsiona o debate sobre as mais-valias que gera, muito virado para os ganhos económicos em desfavor das modalidades turísticas de cultivo de valores e enriquecimento pessoal. O próprio visitante globalizado alimenta hoje a oferta diferenciada, sedento cada vez mais de conhecimento e informação. São prementes nas sociedades contemporâneas o desejo do visitante em férias de aprender cada vez mais um novo desporto, adquirir aptidões para arte, sentir-se atraído por locais sombrios e de má memória ou por parques industriais e centros de produções descontinuados.

Ao alerta dos prejuízos, visíveis em muitos destinos, infere-se que a atividade turística só é sustentável se o seu crescimento se alinhar aos desígnios de desenvolvimento dos núcleos recetores e das suas populações. Da prática pouco sustentável, se tem passado para a promoção cada vez mais de produtos turísticos que ajudam a conservar o meio, a fixar os benefícios gerados no destino e a respeitar a história e a cultura dos autóctones (Timothy, 2002; UNESCO, 2012; Lopez e Arroyo, 2012). Particular ênfase tem sido dada à cultura que, como sustenta Urry (2001), passou a ocupar uma posição mais destacada na organização das sociedades atuais da pós-modernidade, envolvendo uma dissolução das fronteiras entre diferentes formas culturais, tais como o turismo, a arte, a educação, a fotografia, a televisão, a música, o desporto ou a arquitetura.

Assim, as cidades e os lugares históricos, ao privilegiarem práticas turísticas que contribuem para a conservação, valorização e monitorização do seu património cultural, e pelo facto de propiciarem uma interação mais profunda dos visitantes com as formas de vida local, têm sido instrumentos válidos para consciencialização de um desenvolvimento local integral, por via do turismo, ao mesmo tempo que se apresentam como alternativas ao “insensível” turismo de massa. Por esta via, têm sido desenvolvidas práticas turísticas de valorização dos territórios visitados, alinhadas com as preocupações de sustentabilidade, como o uso racional dos recursos da bio e geodiversidade.

Pensar o turismo hoje nos destinos ou potenciais destinos implica olhar para o território e para as comunidades, implica sobretudo, pensar em modalidades turísticas que sejam alternativas saudáveis ao turismo convencional, implica olhar para a idiosincrasia dos povos e para as diferentes modalidades de turismo cultural. São vários os programas e

projetos de desenvolvimento local baseados no turismo um pouco pelo mundo que percorrem estes objetivos. Alguns bem-sucedidos outros nem por isso, o facto é que a abordagem se cinge cada vez mais no desenvolvimento local em primeira instância para valer a pena a sua prossecução.

Meyer e Meyer (2015), por exemplo, efetuaram um estudo recente em duas localidades sul-africanas que foram bem-sucedidas utilizando a atividade turista como indutor do crescimento e da diversificação da economia. Os autores chegaram à conclusão que muitas questões sociais em *Emfuleni* e *Metsimaholo*, como a pobreza, o desemprego e a falta de formação, melhoraram com o crescimento do setor do turismo na região, gerando um efeito multiplicador para as economias locais. Estes exemplos podem inspirar outras comunidades africanas a projetarem o seu desenvolvimento, utilizando o turismo como meio de congregar setores, criar sinergias entre as diversas atividades e atrair consumidores para o consumo da produção local. Não se trata, pois, de replicar os que os outros vão fazendo, trata-se de olhar para os recursos endógenos, especificidades e competências humanas locais e encarar o turismo como uma via e uma alternativa, e não como um fim ou como a salvação de todos os passivos económicos.

Entretanto, mais que retórica, os países que encaram o turismo como um atividade estratégica para ajudar a desenvolver as comunidades e aliviar a pobreza das populações, precisam criar *inputs* necessários para munir as autoridades locais e os *stakeholders* de condições que permitam materializar planos e programas afins. Porque como refere Irving (2009:108), “O fenómeno turístico e o processo de globalização são irreversíveis, e o desafio para um horizonte desejável não mais se traduz na discussão de incompatibilidades e riscos, mas na conceção e desenvolvimento de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planeamento”.

A OMT (2005) defende a consideração de algumas dimensões nas políticas públicas necessárias para uma direção correta do turismo local:

- Existência de uma política de turismo cultural assente no desenvolvimento local;
- Definição do que se pretende;
- Existência de diferentes *players* para o desenvolvimento do turismo cultural;

- Observação de decisões e práticas que possam aliviar a pobreza das populações ao invés de agravá-la;
- Consideração dos *outputs* que possam servir de indicadores para medir a influência da atividade turística na comunidade.

Jugmohan e Steyn (2015: 1070) consideram que “desenvolver a atividade turística baseada na comunidade obedece a uma estrutura de abordagem *“bottom-up”* que evite a supremacia de posições, onde todas as partes envolvidas tenham os seus interesses salvaguardados”. Neste sentido, uma entidade de planeamento e monitorização integrando as partes deve conduzir o processo, concebendo as condições de sua gestão arraigadas em premissas como a identificação dos membros da comunidade e facilitadores externos com o projeto turístico, bem como analisar as oportunidades e desafios que cada situação pode oferecer à comunidade, de modo que esta seja considerada um *shareholder* e não apenas uma *stakeholder* (OMT, 2005).

No espírito dessa abordagem, os promotores do turismo devem esforçar-se em integrar a atividade dentro de uma estrutura hierárquica de valores que inspira as teorias de desenvolvimento local. Assim, há que evidenciar a indispensável gestão dos espaços para a salvaguarda das modalidades turísticas alternativas, tendo em conta a posição central que o território ocupa no processo de interação entre os componentes da procura e da oferta turística. Há que encarar “o território como uma construção histórica e social” (Haesbaert e Limonad, 2007: 42), acautelando não apenas a interferência no elemento material dos espaços, mas sobretudo, os efeitos negativos, quase sempre impercetíveis, que as práticas turísticas egoístas provocam na dimensão imaterial das territorialidades construídas, desvinculando os autóctones da sua narrativa com o lugar.

Segundo Cruz (2009: 101), “o desenvolvimento local não envolve, necessariamente, crescimento económico, mas sim o alcance de melhores condições de vida pelos meios disponíveis a uma determinada comunidade e num dado lugar”. É um processo socializante, prossegue a autora, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemonzados. “*Enhancement of human freedom is both the main object in the primary means of development. The objective of development relates to the valuation of the actual freedoms enjoyed by the people involved*” (Sen, 2001: 53). Nesta conformidade, os governos locais precisam criar um ambiente favorável para pequenos negócios e promover o empreendedorismo (Meyer e

Meyer, 2015), evitando, sempre que possível, “a abordagem neoliberal *“top-down”* baseada em valores culturais ocidentais que alheiam as comunidades do controlo e utilização dos seus recursos” (Giampiccoli, 2015: 681).

Por fim, pensamos que a cultura dos povos e sua autenticidade é, por si só, um instrumento valioso nos países em via de desenvolvimento, particularmente num país como Angola, com atividade turística residual e com possibilidades de fazer correções evitando os erros dos outros. O turismo baseado na cultura dos povos apresenta-se em condições de gerar mais benefícios às comunidades que o pensamento turístico baseado no sol e mar e na vida selvagem, muito dependentes da exploração dos recursos naturais. As modalidades turísticas de base cultural encorajam a comunidade a assumir o controlo e a utilização dos seus recursos em função das necessidades coletivas. É com essa perspetiva que, olhando para as potencialidades e necessidades dos angolanos, decidimos refletir em torno de práticas turísticas criativas em ambientes rurais, comunitários e sítios arqueológicos.

3.5.1. O turismo de base comunitária

As externalidades negativas provocadas pelo turismo convencional nos destinos de muitos países, adicionadas ao facto da atividade não proporcionar mais-valias económicas e sociais que melhorem as condições de vida das populações, impulsionou a emergência de modalidades turísticas alternativas de matriz cultural local, fundamentadas nos recursos e nas atividades endógenas. Uma das modalidades que tem adquirido cada vez mais notoriedade, pelos resultados positivos que vem alcançando, é precisamente o turismo de base comunitária, turismo comunitário ou, simplesmente, turismo local.

O carácter predador de espaços e territórios do turismo de massa, quer seja em áreas do litoral, no ambiente natural ou em cidades e lugares históricos, se tornou numa ameaça constante para a sobrevivência de comunidades e de suas atividades. O turismo comunitário surge, assim, como “contraposição à aquisição de vastos territórios no local para grandes empreendimentos, como forma de evitar o domínio e a especulação imobiliária da comunidade por empreendedores externos, em nome do turismo” (Coriolano, 2009: 279). O turismo comunitário apresenta-se como alternativa de turismo alicerçada em dimensões de sustentabilidade como requisitos para a estruturação da oferta turística, procurando contrapor os impactes negativos da atividade ao mesmo tempo que aproveita os seus benefícios, tendo como suporte diversas iniciativas diferenciadas, por meio da mobilização e organização da sociedade civil (Silva *et al*, 2009).

Diferente da forma do turismo global, que tantas vezes explora a força de trabalho de homens e mulheres mal remunerados, e com jornadas de trabalho pesadas para atender turistas que brincam, passeiam, comem e bebem sem se preocupar com a hora, o objetivo do turismo comunitário é desenvolver projetos que garantam a melhoria das condições de vida local, além de preparar condições para receber visitantes e turistas de uma forma mais digna (Coriolano, 2009). Procura estabelecer uma relação interativa entre visitantes e visitados, em que nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista (Bursztyn *et al.* 2009). Tem como foco a melhoria da atividade económica local e a criação de oportunidades para o lugar, garantindo um envolvimento participativo na base de uma gestão integrada, que possa ser um contrapeso às pressões de crescimento económico assentes no consumismo e na exploração imobiliária.

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica socioambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo (Irving, 2009). Assim, “o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controlo efetivo das terras e das atividades económicas associadas à exploração do turismo” (Silva *et al.*, 2009: 362). Este tipo de oferta do produto turístico, defendem os autores, possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando a obtenção dos benefícios gerados com o desenvolvimento do setor.

Embora frequentemente atores externos funcionem como “indutores”, o turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação quotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. Assim, “não é possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária resultante de intervenção exógena à realidade e aos modos de vida locais” (Irving, 2009: 112). Para o autor, o protagonismo social resulta do sentimento de pertença e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento.

Enraizado num processo local de desenvolvimento, o turismo comunitário é uma modalidade de turismo sustentável cujo foco é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade recetora, levando o turista a interagir com o lugar e com as famílias residentes (Bursztyn *et al.*; 2009). “Respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las, através de uma forte componente de afirmação identitária baseada em sítios simbólicos de pertença, que se efetiva, resistindo a outras formas de desenvolvimento do turismo” (Bursztyn *et al.*, 2009: 112). Neste sentido, uma das primeiras ações que a comunidade realiza é a elaboração de um pacto interno com os próprios residentes em defesa de suas propriedades e de ações externas por vezes criminosa⁵⁰.

Segundo Coriolano (2009:284), “As atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo mais sustentável. Prioriza a geração de trabalho para os residentes, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos (...). Assegura a participação de pessoas das comunidades com o planejamento descentralizado e associativo, luta pela regulamentação fundiária das terras (...), pela garantia da posse da terra de populações indígenas, (...). Busca a regulamentação de unidades de conservação, assim como organizar comitês para cuidar da gestão ambiental de seus espaços, com planos de manejo e de conservação compatíveis com o turismo”.

Para Bursztyn *et al.* (2009), o protagonismo das comunidades locais pode se efetivar sob uma grande variedade de formas, por cooperativas, associações, *joint ventures*, empreendimentos comunitários ou micro, pequenos e médios empresários locais, que materializam localmente estruturas e objetivos, contextos e valores culturais. Tais empreendimentos não estão isentos de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse. O que se destaca, afirmam os autores, é o seu significado

⁵⁰ Cruz (2009) ajuda-nos a perceber melhor essa aceção, relatando a pressão sofrida pela comunidade de Prainha do Canto Verde, Nordeste do Brasil. Embora vivendo por gerações essa comunidade de pescadores não dispunha de documentação de posse de terras onde residia. Aproveitando-se dessa fragilidade, os agentes imobiliários, ávidos pela exploração das qualidades ambientais e paisagísticas do lugar, exerceram uma pressão feroz à comunidade, chegando ao extremo de ações criminosas como o incêndio provocado na casa de um pescador, enquanto toda a sua família dormia, entretanto, sem perdas humanas. Incidentes como este, dada a sua gravidade, reforça na comunidade local o sentimento de união em torno de uma causa comum: a propriedade legal do solo.

comunitário para a democracia e a qualidade de vida, quer as comunidades estejam ou não reunidas em cooperativas, microempresas, sindicatos ou outras formas de livre associação; e quer existam ou não redes solidárias com organizações não-governamentais internacionais ou apenas nacionais.

A questão decisiva, prosseguem os autores, não diz respeito às formas de seus eventuais veículos e meios, mas sim à efetivação de sua finalidade: a ampliação das liberdades substantivas de comunidades afetadas, como agentes e beneficiários da implementação de determinadas práticas turísticas. A visão que possuem se sustenta na convicção de que, dar sentido à coordenação e à atuação dos atores da sociedade civil requer afirmar seus vínculos com espaços vividos, onde a racionalidade se constrói *in situ*, tendo por horizonte a constituição de novos saberes e formas de ação que considerem as contingências qualitativas de cada meio.

De acordo com Sen (2001: 33), *“Seeing development in terms of the substantive freedoms of the people has far-reaching implications for our understanding of the process of development and also for the ways and means of promoting it. On the evaluative side, this involves the needs to assess the requirements of development in terms of remarking the unfreedoms from which the members of the society may suffer. The process of development, in this view, is not essentially different from the history of overcoming these unfreedoms, while this history is not by any means unrelated to the process of economic growth and accumulation of physical and human capital its reach and coverage go much beyond these variables”*.

“É uma modalidade turística que representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização” (Irving, 2009: 111). Por isso mesmo, apoiando-se em Coriolano (2009), a sua oferta é na base de serviços, passeios e entretenimentos associados aos valores dos residentes e às atividades que dizem respeito à sustentabilidade socioespacial, privilegiando o rústico e não o luxo, descobrindo formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo com produtos diferenciados.

Nesta perspectiva, “a oferta no turismo comunitário é estruturada na base de atividades, como as redes de comércio justo no turismo, as ações ligadas ao *pro-poor tourism* e ao turismo responsável, ações de desenvolvimento local endógeno e o fomento a práticas de economia solidária na cadeia produtiva do turismo” (Silva *et al.* 2009: 362). Todavia,

para que tal ocorra é necessário algum nível de bem-estar económico e social da comunidade. As boas intenções não são suficientes para garantir a implementação do turismo local, uma vez que, estando inerente a rendibilidade económica nos projetos turísticos, torna-se irrealista pensar-se que uma comunidade com um nível de pobreza acentuado seja capaz de conduzir e desenvolver o turismo localmente sem que sejam acautelados aspetos básicos fundamentais na vida das pessoas.

A pobreza é vista como as condições sofríveis em que se encontram as populações do ponto de vista económico, social e cultural. Uma família ou comunidade economicamente pobre pode não prover as condições mínimas de educação e cuidados de saúde para com os seus filhos e, por conseguinte, não estaria em condições de ter o controlo das suas performances culturais e a gestão das suas atividades tradicionais (OMT, 2005). Neste caso, o turismo de base comunitária, procura ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertença (Irving, 2009). “É um turismo com uma visão própria de lugar, de lazer e turismo, não voltado apenas ao consumo, mas à troca de experiências, fortalecimento de laços de amizade e valorização cultural” (Coriolano, 2009: 282), sendo por isso determinante o protagonismo e a iniciativa endógena, de acordo com as necessidades do seu desenvolvimento.

A partir do uso de técnicas de planeamento participativo, a comunidade é estimulada a pensar criticamente o uso de seu território e o desenvolvimento do turismo (Cruz, 2009). Para sustentar a sua afirmação, a autora apresenta dois exemplos concretos de utilização do turismo como instrumento do desenvolvimento local no estado brasileiro de Ceará. O primeiro é da comunidade de Silves, em Amazonas, onde a necessidade de pôr cobro à exploração descontrolada dos recursos hídricos da região originou a criação de uma associação de prevenção ambiental e cultural que, por via dum apoio financeiro construiu um “hotel de selva”. No entanto, o turismo na comunidade de Silves é utilizado pela população como alternativa à pesca comercial e predatória, em atividades relacionadas ao hotel e aos passeios oferecidos aos visitantes. O turismo gera renda no lugar, além de possibilitar a preservação de um de seus mais importantes recursos naturais, que provê o peixe, que está na base da alimentação dessa população.

O segundo exemplo na abordagem de Cruz (2009) é o da comunidade de Prainha do Canto Verde, que experimentava dificuldades de sobrevivência somente com a pesca artesanal. O empreendedorismo social de um executivo estrangeiro com afinidades ao território direcionou a comunidade para o desenvolvimento de um turismo com base comunitária. As casas dos pescadores foram adaptadas para receber turistas, com a construção de apartamentos independentes. A comunidade, articulada, tem conseguido impedir a entrada de especuladores, ao construir uma espécie de “pacto social”, pelo qual todas as famílias se comprometem a não vender seus imóveis a pessoas estranhas ao lugar. A pesca continua a ser a principal atividade económica da comunidade e o turismo uma atividade complementar. A renda gerada pelo turismo dinamiza a economia local e fortalece os laços sociais entre os membros da comunidade.

No essencial, para consolidar a nossa reflexão sobre essa modalidade turística, é fundamental considerar no planeamento de projetos turísticos comunitários indicadores de avaliação dos benefícios que possam ser utilizados localmente, não apenas para avaliar as iniciativas em curso, mas também para assegurar a transparência do processo e os ajustes necessários de percurso (Irving, 2009). Como a geração de benefícios diretos à população local representa efetivamente um dos pré-requisitos para o turismo de base comunitária, para Irving, mais do que o discurso, iniciativas para esta modalidade turística têm que assegurar dispositivos e mecanismos para que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida, a partir das demandas locais e de alcance coletivo. De igual modo, medidas devem ser colocadas em prática, no sentido de se evitar a concentração de benefícios para apenas uma parcela dos grupos envolvidos, como ocorre frequentemente em projetos comunitários.

3.5.2. Turismo no espaço rural

O turismo no espaço rural é uma consequência do crescimento económico exponencial do terceiro quartel do século XX. O fomento da industrialização na Europa após a Segunda Guerra Mundial conduziu ao êxodo da população do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida. Nessa altura, “a industrialização começava a invadir os campos agrícolas, verificando-se na Europa a passagem de uma agricultura produtivista, onde o espaço agrícola se confunde com o espaço rural, para uma situação de multifuncionalidade, onde a agricultura perde o seu papel hegemónico e começa a distanciar-se das economias e das populações rurais” (Simões, 2013: 297).

A intensa industrialização da sociedade moderna retirou protagonismo ao campo, de maneira que a população rural deixou de ter a agricultura como a sua base ocupacional e económica, passando a desenvolver atividades não agrícolas em grande escala para o seu sustento (Simões, 2013), transformando profundamente a paisagem e o mundo rural. Na opinião de Carvalho (2011: 11) “os fatores de transformação estão associados à urbanização, acessibilidades, despovoamento, declínio das práticas agrícolas, pastoris e silvícolas, abandono dos espaços e estruturas produtivas, entre outros, que representam processos que deixam marcas incontornáveis no mundo rural, a nível do ordenamento do território e do património”.

Volvidos sensivelmente duas décadas, a desvitalização do espaço rural com o abandono de casas e propriedades, em conjugação com a concentração urbana e a vida agitada da cidade facilitou a redefinição das políticas de desenvolvimento, agora voltadas para a revalorização do meio rural. Nessa perspetiva, “o turismo em áreas rurais surge como forma de diversificação da oferta turística dirigidos a segmentos de turistas particulares” (Silvano e Kastenholz, 2008: 104), alargando o seu âmbito de atuação ao percorrer objetivos estratégicos de desenvolvimento económico e fixação de populações nas zonas rurais, ao mesmo tempo que impulsiona a recuperação e preservação da arquitetura tradicional e o desenvolvimento de novos produtos que a nova relação cidade-campo procura.

Assim, com a necessidade de encontrar alternativas para o desenvolvimento de comunidades periféricas, resulta imperioso para os governos centrais e municipais descentralizar as políticas públicas para que o efeito da sua execução abranja essas comunidades de forma incisiva e direta. A associação dos trabalhadores rurais, sobretudo em cooperativas, tem sido um dos principais instrumentos levado a cabo para atender às necessidades das famílias rurais. “Promover o surgimento de associações entre os agricultores e empresas privadas para facilitar o acesso ao capital e desenvolver alianças estratégicas entre o turismo e a agricultura, propicia vínculos entre a produção agrícola local e o turismo” (Jiménez e Cavazos, 2012: 460). Para isso, como defende Blanco (2009), as iniciativas do poder público apoiando atividades voltadas para o desenvolvimento local devem diminuir a presença de instituições e organismos mediadores.

A aposta no associativismo de agricultores rurais é fundamental para a diminuição ou inflexão da tendência geral de muitas sociedades atuais, consubstanciada nos fluxos migratórios do campo para a cidade. Angola, por exemplo, devido ao período de conflito armado e ao desinvestimento nas zonas rurais, possui a maioria da população concentrada em cinco principais cidades do país⁵¹.

O aproveitamento da força de trabalho rural em atividades do campo, complementadas com as atividades relacionadas com o turismo no espaço rural deve ser uma via para a reprodução económica das formas tradicionais de produção familiar. “Encarar as propriedades agrícolas familiares como sistemas produtivos e agregadas em novas atividades, interligadas e integradas numa proposta concreta de sustentabilidade local, são pressupostos que, bem coligidos, arregimentam benefícios reais no campo” (Blanco, 2009: 350).

O turismo no espaço rural é, essencialmente, uma modalidade turística associada ao turismo cultural, que não precisa de muito investimento financeiro, na medida em que a população é, na maioria dos casos, detentora de poucos recursos e com pouca instrução escolar. No entanto, o turismo rural ao ser desenvolvido em pequena escala, tem condições para se constituir num instrumento valioso de combate à fome e à pobreza no espaço rural, porque está associado a atividades locais, como eventos culturais, produtos típicos e artesanato que garantem um rendimento direto à comunidade, sendo que, a sua prossecução não requer, necessariamente, uma formação universitária (Anderson, 2015). O fundamental é encontrar parcerias no campo entre os produtores rurais e outros atores, promover formas inovadoras de comercialização a partir da criação de microcooperativas, criação de feiras locais e criação de eventos socioculturais que divulguem e valorizem a produção local.

Com a diferença de se reger em áreas rurais, as particularidades do turismo rural nos seus diferentes aspetos são bastante semelhantes ao turismo de base comunitária, já que é de carácter tradicional. “Desenvolve-se em pequena escala, proporciona um tratamento personalizado de modo a que os visitantes tenham oportunidade de participar nas atividades, vivencia o modo de vida rural, os costumes, o contacto com o rural e com a

⁵¹ Mais de 60% da população residente, 15.575.621, concentra-se em apenas cinco províncias de Angola. Cinco dessas províncias possuem as cidades mais populosas do país, nomeadamente Luanda, Lubango, Huambo, Benguela e Lobito. Portanto, 67,7% da população vive nos centros urbanos (INE, 2016).

natureza” (Silvano e Kastenholz, 2008: 104). Na realidade, é no mundo rural onde se encontram as comunidades mais sólidas e com traços distintivos mais facilmente identificáveis, pelo que não seria de todo imprudente considerar o turismo nesse espaço como uma forma de turismo comunitário praticado no meio rural.

No espaço rural, são variados os recursos que podem ser introduzidos num produto turístico, incluindo produtos agrícolas, recursos paisagísticos, parques naturais e áreas protegidas, fauna, flora, rios e lagos, montanhas e vales, rochas e minerais, águas medicinais, património cultural rural (Rodrigues *et al.*, 2009). O contacto do visitante com a oferta rural cria uma relação de proximidade com as famílias, importante para a autoestima e valorização da sua cultura. O turista rural vai à procura de tranquilidade, paisagem bonita, uma boa gastronomia e uma certa autenticidade com os *standards* de conforto que se associam as estadas tranquilas (Prats 2011).

Contrariamente às cidades, “a deslocação de curta duração, boas relações de vizinhança, qualidade ambiental, baixos preços, segurança e tranquilidade, são fatores de atratividade territorial no espaço rural que, inclusive, atraem novos residentes para o campo, invertendo em muitos casos a tendência migratória” (Castro, 2011: 212). “Em cada ponto visitado, o turista vivencia e compartilha o modo de vida e de produção familiar, tendo contacto com os hábitos e costumes regionais, ao mesmo tempo que contribui para o reforço e manutenção dos laços socioculturais locais” (Blanco, 2009: 349).

Para este autor, no meio rural podem ser desenvolvidas atividades turísticas diversas, múltiplos eventos com circuitos e rotas turísticas adequadas as tradições culturais e as condições naturais das regiões. Várias modalidades do turismo, como o turismo alternativo, ecológico, agroturismo, com possibilidades de serem desenvolvidas no ambiente rural, são suscetíveis de atrair os residentes das cidades para o campo. O turismo no espaço rural engloba todas essas formas de turismo e se associa aos agricultores familiares de maneira inovadora, valorizando e preservando o património rural. O produtor rural passa a ser um empreendedor e prestador de serviços turísticos, trabalhando diretamente na conservação do património ambiental e cultural de sua região.

Segundo Blanco (2009: 349-350), “ao apresentar os modos tradicionais e artesanais da agricultura familiar como produto turístico, o turismo rural amplia suas possibilidades, consolidando o modo de vida rural como um atrativo aos moradores das metrópoles. O estilo de vida, os costumes e o modo de produção das famílias rurais, ou seja, a cultura

do campo, passa a despertar o interesse não só dos grandes centros urbanos, mas também dos municípios vizinhos (...). O turista convive e se relaciona diretamente com as rotinas diárias das famílias rurais, aprendendo, na prática, suas tradições, hábitos e costumes. Conseqüentemente, há o resgate da autoestima do homem do campo, pois a valorização da identidade cultural rural é incentivada pela presença dos turistas urbanos, estimulando a produção e o desenvolvimento local. Nesse sentido, as atividades não-agrícolas assumem um papel relevante na composição da renda total das famílias rurais, podendo ser consideradas atividades altamente estratégicas para o crescimento socioeconómico local”.

Projetos *Pro-por-tourism*, por exemplo, possibilitam as pessoas a assumir a responsabilidade social nas suas comunidades, para além de melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias (Jiménez e Cavazos, 2012). Na Gâmbia, relatam os autores, um projeto do género concebido pela autoridade de turismo do país em conjunto com as microempresas do setor informal, associação de hotéis, associação de controladores de terra, equipas de aluguer, etc., pretendeu melhorar o acesso para o setor informal do turismo. A estratégia visou desenvolver códigos de conduta, credenciamento, criação de novos produtos e serviços turísticos. Entretanto, sem a plenitude dos objetivos desejados, a inserção do setor informal no sistema e sua contribuição no crescimento económico do país reforçou o pensamento de integração e de não marginalização de camadas da população na vida das sociedades.

Jiménez e Cavazos (2012) na sua abordagem apresentam outros exemplos de inserção das comunidades pobres e rurais nas atividades turísticas e nas mais-valias capazes de gerar. Os autores dão conta que, no Nepal, foram criadas rotas turísticas em zonas remotas e pobres para excursionistas de aventura, com o propósito de beneficiar os pequenos comerciantes, produtores de artesanato, agricultores, vendedores de mel, aves e gado. Por outro lado, na República Checa se projetou a diversificação de produtos e a ampliação dos benefícios nas zonas rurais, tendo sido necessário incrementar a capacidade institucional com a criação de associações, desenvolvendo produtos turísticos e rotas em torno do património.

Por sua vez, o estudo desenvolvido por Anderson (2015) no Quénia, mais concretamente na zona rural de Kilimanjaro, dá conta que desde a introdução do turismo cultural há 10 anos na localidade, nota-se um assinalável progresso social na população, resultante da

obtenção de diferentes formas de rendimento que permitiu o acesso à educação e a melhores serviços de saúde. O número de turistas domésticos e internacionais continua a crescer e reforçou a convicção de que, se o turismo for desenvolvido e gerido de forma sustentável, pode ter uma contribuição significativa no alívio da pobreza em espaço rural, onde a maioria dos pobres vive, com várias opções de desenvolvimento. O autor defende que algumas políticas precisam estar alinhadas de forma efetiva com a utilização do turismo cultural de maneira que os seus benefícios contribuem, de facto, para desenvolver o meio rural.

De um modo geral, destacam Jiménez e Cavazos (2012), os resultados obtidos em projetos do género apresentam desafios e obstáculos, principalmente de índole social, assim como a falta de seguimento do Estado, escassa cooperação dos atores do turismo, escassos recursos económicos e insuficiente infraestrutura e serviços turísticos. Os objetivos económicos deste tipo de projeto não costumam ser de curto prazo e o acesso ao financiamento costuma ser complexo. Quando os projetos alcançam a etapa da consolidação, assiste-se a melhorias na renda familiar e na qualidade de vida. Neste tipo de projeto, o transcendental para a sua evolução é incrementar o nível educativo das zonas turísticas e desenvolver mais e melhores programas de capacitação para o trabalho, concluem os autores.

Importa, porém, relevar o alerta de muitos autores sobre a sobrevalorização dos efeitos positivos da inserção do turismo no meio rural. “O mito existente à volta do papel do turismo enquanto alavanca de desenvolvimento, principalmente quando estão esgotadas todas as possibilidades de recuperar uma área rural frágil, tem dado lugar à privatização dos dividendos, onde a atividade torna muitas vezes num negócio para alguns, em que os principais beneficiados costumam ser os seus promotores” (Silvano e Kastenholz, 2008: 114). Em muitos lugares, os influxos de pessoas e capitais entre a cidade e o campo não se têm mostrado capazes de gerar dinâmicas locais de desenvolvimento, porque “o rural é ainda um espaço utilitário para os rurais, o lugar onde vivem e produzem, enquanto se vem tornando um espaço estético e de consumo para os urbanos como um lugar de lazer e de reserva natural, cultural e social” (Simões, 2013: 297). Por esta razão, a produção quantitativa no campo está aquém, na maioria dos casos, do consumismo exacerbado dos cidadãos.

Neste sentido, é relevante salvaguardar a realidade distintiva, o ambiente e a produção familiar, assim como o estilo, os costumes e as tradições do meio rural, para dar lugar a um turismo mais pessoal e acolhedor, contrariamente ao turismo convencional, homogeneizante e massificado. “O campo não pode ser o simulacro da cidade, no sentido de que o turismo rural em áreas de agricultura familiar passe a reproduzir e oferecer ao turista os requintes industriais dos produtos e as facilidades de serviços da cidade” (Blanco, 2009: 354). O turismo deve ser visto como uma atividade complementar em áreas rurais desfavorecidas visando, acima de tudo ajudar os agricultores e as famílias. Por esta razão, o turismo não deve ser pensado separadamente do setor agrícola (Silvano e Kastenholz, 2009).

Com efeito, a existência de diversas atividades no campo é um fator relevante para o desenvolvimento económico e social das comunidades rurais. A tendência crescente de correntes turísticas cidade-campo é um reconhecimento da possibilidade dessas atividades, onde o turismo deve ser encarado como mais uma solução, ao contrário da abordagem equivocada de considerá-la muitas vezes como a atividade redentora de territórios em decadência, independentemente das particularidades e das opções de desenvolvimento destes mesmos territórios. Portanto, a relevância do espaço rural e o seu protagonismo na relação com a cidade tende a tomar outras proporções e a suavizar os fluxos migratórios, em função dos valores civilizacionais atuais, bastante alicerçados na descentralização de políticas e no desenvolvimento local sustentável, com as suas dimensões culturais, económicas, sociais e ambientais.

3.5.3. O turismo arqueológico ou arqueoturismo

Da análise feita aos trabalhos dos diferentes autores, constatamos que a arqueologia transmite conhecimentos e saberes convertíveis em património e suscetíveis de ajudar a romper paradigmas perpetuados no tempo, contribuindo de forma significativa na redefinição de “verdades” antes estabelecidas e no preenchimento de trajetórias descontínuas do tempo e do espaço. Por vezes semelhante à solução de um *puzzle*, é uma ciência que permite dar sentido ao presente das coisas por um lado, mas por outro, acaba por apresentar constantes e permanentes desafios para percursos posteriores (Domingos e Castro, 2016). Enquanto ciência social, a arqueologia toma como objeto de investigação a cultura material produzida pelos indivíduos num espaço e período de tempo, no sentido

de revelar a complexa estrutura das relações sociais e possibilitar a compreensão das transformações pelas quais passam as sociedades ao longo do tempo (Carvalho, 2010).

Na visão de Jorge (1990), a arqueologia completa a história que é feita através dos documentos escritos, nomeadamente onde estes costumam ser mais omissos ou transmitidos oralmente, sobretudo, no que concerne a história local, cujos feitos não foram dignos de figurar nos anais que o passado legou. Essa situação é particularmente interessante no contexto africano, onde as fontes orais são veículos determinantes para a compreensão da sua historiografia. Conforme sugere Lane (2011), o desenvolvimento da arqueologia, ao longo da interligação do passado através da tradição orais e históricas, é visto como um importante caminho para desconstruir o discurso colonial de que o continente africano não tinha história antes da chegada dos europeus.

Um dos períodos mais marcantes da história da humanidade, pela desumanidade e indigência produzida, é sem dúvida o comércio de escravos transatlântico desenvolvido entre os séculos XVI e XVIII da nossa era. A análise deste fenómeno, ao socorrer-se da arqueologia, estudando os costumes e os sistemas sociais estabelecidos pelos escravos deportados, sobretudo nas Américas, tem permitido apreender saberes através de práticas culturais tangíveis e imateriais de resistência e sobrevivência, cujos sinais são observáveis hoje, na dança e na música, na gastronomia e nos artefactos, na língua e na forma de culto. Manifestações culturais que se “cosmopolizam” cada vez mais com a atividade turística.

Os vestígios materializados das práticas quotidianas dos escravos, muitas vezes mantidas ocultas pelos segmentos dominantes, apresentam um enorme potencial no fornecimento de informação sobre os padrões de vida material, economia, dinâmica social, cosmologias, religiosidade, construção e reconstrução de identidades (Symanski e Gomes, 2012). Como a finalidade da arqueologia é perceber a intenção com que, no passado, alguém concebeu determinado material, assumindo um mínimo de elementos de continuidade para que o fio de inteligibilidade se estabeleça entre esse passado e presente, na leitura desse material se recuperam intenções e se identifica a dinâmica das ações individuais e coletivas que está para além da estática do material (Jorge, 1990). *“The archaeological heritage and the knowledge produced through its study may be the key component in the process of sociocultural and economic development for communities, representing also the starting point for intercultural and inter-religious peaceful relationships”* (Carbone et al., 2013: 286).

Sendo o berço da humanidade e, conseqüentemente, o espaço onde se encontram os traços mais antigos de ocupação e produções humanas (Domingos, 2012), o continente africano representa a principal fonte de pesquisa para o encontro do homem com o seu passado mais recôndito, na busca de mais subsídios que possam sustentar a origem da sua existência, o mecanismo da sua trajetória de sobrevivência e as vicissitudes do seu percurso pela procura de *habitats* seguros.

A atividade turística pelas suas particularidades intrínsecas de busca da diferenciação, do exótico e do inédito, deverá ser uma aliada privilegiada da preservação, valorização e divulgação do património arqueológico africano, orientando os mercados para produtos alternativos aos exaustivos produtos da fauna selvagem, evidenciadas nos parques e reservas naturais da África Oriental e Austral que, no entanto, carecem de sinais visíveis de territorialização das mais-valias no local. Em Angola, o alargamento e redimensionado da sua historicidade através do estudo dos vestígios arqueológicos e pinturas rupestres no seu espaço geográfico foram já abordados no segundo capítulo (Gutierrez, 2009; Campos, 2013; Domingos, 2015; Gutierrez, 2015). Recordar-se o conjunto denominado Complexo Arqueológico do Dungo (figura 21), que através do material lítico e restos ósseos de uma baleia permitiu apurar uma data de ocupação humana de centenas de milhares de anos.



Fonte: (Gutierrez, 2014)

Figura 21: Sítio Arqueológico de Dungo IV

As descobertas arqueológicas realizadas no território angolano representam uma riqueza cultural importante para o país, que fornece uma possibilidade do homem angolano pensar à margem dos imperativos estabelecidos, de conferir ao mundo uma lógica e uma finalidade imanentes (Costa, 2012). Angola deve encarar esse processo de conhecimento arqueológico como uma luta constante pelo alcance de abrangências mais poderosas, buscando um nível de abstração maior, totalidades mais amplas (Jorge, 1990), onde a atividade turística tem, naturalmente, o seu espaço.

Se por um lado, as deslocções por motivações culturais ou religiosos contribuíram bastante para desenvolver o turismo atual, “*we verified that there was an ancestral alliance between cultural heritage and tourism, based on the traditional motivation of travel: knowledge and self-knowledge (...)*” (Carbone *et al.*, 2013: 287), por outro, revelar o passado útil considerando o modelo epistemológico indígena implicado num conjunto de conhecimentos contextualizados, em contraste com os saberes generalizados do Ocidente (Lane, 2011), representa um atrativo potencial para captar segmentos de mercado diferenciados, que vê nas viagens uma forma agradável de aprendizagem.

A ideia das relações de autenticidade que subjaz na operacionalização do turismo ligado ao património cultural, encaixa perfeitamente, como diria Encarnação (1995), na maneira como a arqueologia compreende a cultura material, estando alinhada com o fundamento da natureza humana, que é o de conhecimento das suas raízes, a sua perspetiva perante os outros, a dinâmica do seu existir. Nesta perspetiva, o turismo arqueológico ou o arqueoturismo ajuda a oferecer uma experiência mais completa e satisfatória ao visitante, ao tratar de aspetos sobre as origens do território de visita, assim como diferenciar-se e posicionar-se melhor no mercado turístico, contribuindo para o desenvolvimento local (Leira *et al.*, 2014).

Para Domingos (2012), cada sítio arqueológico possui informações essenciais que permitem completar os conhecimentos sobre a história e as culturas antigas. Algumas dessas fontes são únicas e o seu desaparecimento representaria uma perda inestimável para as sociedades. Esses sítios merecem uma melhor proteção, conservação, valorização e gestão. Por outro lado, Carvalho (2010) afirma que as áreas patrimoniais que abrigam importantes sítios históricos se traduzem em locais de apreciação e vivência de importantes traços da cultura, tanto para os membros de uma comunidade em geral quanto para os visitantes, além de estimular ações de preservação dos bens culturais.

Tanto o património cultural em geral, como o património arqueológico em particular, têm um potencial suficiente para poder atrair um maior fluxo de visitantes através de uma correta gestão e planificação dos recursos, tendo sempre em conta a capacidade de carga dos mesmos, a fim de evitar a deterioração dos recursos devido a um número excessivo de visitantes (Leira *et al.*, 2014). Ao promover a divulgação do património, sua identificação, valorização e reconhecimento, a atividade turística ajuda a consciencializar os autóctones e os visitantes para a necessidade de sua preservação (Alfonso, 2012). Nesse diapasão, o autor realça o facto de o turismo necessitar de testemunhos da cultura para a formatação de roteiros e produtos, isso é, para a configuração de um produto competitivo no mercado de consumo, subordinado a um vínculo estreito entre o património cultural, turismo e arqueologia.

Considerando que o arqueoturismo é a vivência dos turistas em áreas de importância arqueológica com significado espiritual e simbólico para a comunidade local (Carvalho, 2010), pensamos que Angola apresenta-se numa posição satisfatória para desenvolver práticas turísticas associadas a observação ou a atividades de escavação parciais, tendo em conta o património arqueológico apresentando. Para um país com uma atividade turística residual, com oferta pouco consolidada e com bastante elasticidade para gerir a sobrecarga dos destinos, o seu potencial arqueoturístico acaba por estar reforçado, na medida em que tem oportunidade para estruturar e dimensionar a atividade de forma sustentável.

Carvalho (2010: 59) é de opinião que os “museus, centros culturais e demais locais de salvaguarda e exposição do património cultural podem ampliar o seu potencial de atratividade ao intensificarem o seu interesse pelos objetos e artefactos resultantes da investigação arqueológica. Exposições museológicas diversificadas que ressaltam a pluriétnica e as diferentes representações da cultura local tendem a ampliar o papel do turismo e da arqueologia na preservação do património, ao tempo em que reforçam o direito à memória e a cidadania cultural”.

O movimento turístico de Angola é baseado fundamentalmente nas viagens por motivos profissionais. Todavia, movidos pela necessidade de conceção e diversificação de produtos turísticos consentâneos com a sua grandeza e diversidade, o governo angolano, tem elaborado um plano estratégico de desenvolvimento do turismo onde considera o turismo cultural como uma tipologia estratégica, destacando, entre outros, o produto

turístico “Rota de Escravos” (MINHOTUR, 2013). A perspectiva de conceber produtos associados às rotas de comercialização de escravos no passado encontra, necessariamente, nas pesquisas arqueológicas um fator determinante para a sua efetivação e sucesso. Um maior envolvimento da população universitária do país em atividades desta natureza, resultaria benéfica para educação e interpretação patrimonial dos sítios arqueológicos, ao mesmo tempo que impulsionaria a emergência de um mercado interno virado para um turismo mais erudito, suscetível de contribuir para o enriquecimento da história do país, sua apreensão e fruição pelos seus cidadãos.

3.5.4. Turismo criativo

“A criatividade é apontada como um elemento estratégico para a competitividade e criação de valor das empresas e regiões e como alternativa para a reprodução em série de modelos de desenvolvimento turístico-culturais” (Filipe, 2013: 180). A necessidade das cidades e das regiões de serem criativas pelo desenvolvimento de novos produtos esteve na origem de novas estratégias de regeneração e de dinamização do seu tecido económico e social. Foi no decurso desta abordagem que se desenvolveu o conceito de turismo criativo, com vista a cobrir as necessidades de uma sociedade contemporânea mais instruída, mais exigente, mais experiente, mais independente (Gonçalves, 2008). Pelas suas características de intangibilidade e de proporcionar sonhos e experiências, “o turismo é um motor criativo em atualização contínua, numa permanente tentativa de satisfazer as necessidades dos visitantes, e concentrado na criação de novas ofertas” (Nadais, 2013: 199).

“Ao contrário do modelo clássico de turismo cultural que envolve grupos de turistas viajando com um guia *expert* que interpreta a cultura do destino diante da observação passiva dos turistas, o turismo criativo implica uma interação reflexiva da parte dos turistas” (Richards e Wilson, 2006: 1218). Oferece aos visitantes a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo através da participação ativa em experiências de aprendizagem de acordo com as especificidades dos destinos visitados. De acordo com Gonçalves (2008), a viagem emerge como uma oportunidade para desenvolver experiências pessoais, de autoaprendizagem a partir de uma descoberta do mundo. Assim, o turismo criativo tem por base a criação de experiências que pressupõem uma participação ativa e o envolvimento do consumidor na sua produção.

Face às mudanças na natureza de produção e de consumo turístico, os destinos que persistem em oferecer os mesmos produtos culturais massificados indistintamente correm cada vez mais riscos de perderem parte considerável do mercado (Richards, 2010), ávido por uma relação de interação profunda com as comunidades e os locais visitados, em que o valor da experiência e a sua perpetuidade na memória são requisitos fundamentais a considerar nos produtos. Neste sentido, “na economia [atual] de experiências, o consumo passivo dos serviços culturais tenderá a modificar-se e a assumir-se de forma crescente como um tipo de consumo mais participativo, envolvendo interação, aprendizagem e execução” (Gonçalves, 2008: 12).

Na opinião de Fernandes (2013 b), o excesso e a repetitiva patrimonialização de valores culturais mimetizados nos destinos turísticos reclamam abordagens inovadoras que coloquem o turista não numa redutora atitude de consumo mas numa mais envolvente prática criativa de produção de conteúdos originais em áreas como a música, a fotografia ou as artes performativas. O *ónus* dessa modalidade turística, que reprova o simulacro a favor de experiências turísticas autênticas, únicas e individualizadas, está sobre os próprios turistas que, de forma ativa se predispõem a apreender e aprender sobre o que está a sua volta no destino e aplicam estes conhecimentos de forma a desenvolver as suas habilidades (Richards e Wilson, 2006).

Portanto, a rejeição do turismo cultural massificado, assim como a “fabricação” e encenação de produtos e manifestações culturais com propósitos mercantilistas deu lugar a uma postura mais ativa do turista que fartou-se de ser “enganado”. A abordagem conceitual do turismo criativo assenta na oportunidade que é dada ao turista de desenvolver o seu potencial criativo no lugar visitado, contribuindo para melhorar as condições de vida das populações locais, não apenas do ponto de vista do aumento da renda mas também do intercâmbio cultural que se estabelece. Assim, o turismo criativo é definido como: “*tourism which offers visitors the opportunity to develop their creative potential through active participation in courses and learning experiences which are characteristic of the holiday destination where they are undertaken*” (Richards, 2000 *apud*. Richards, 2010: 12).

Na visão do autor, a definição apresentada deve ter em conta uma série de considerações importantes:

- Potencial criativo: o turista está munido de ferramentas para desenvolver por si mesmo o seu potencial criativo e obter algo mais que uma lembrança para casa;
- Envolvimento ativo: o consumidor está ativamente envolvido no processo criativo que permite criar um ambiente favorável de interação genuína e engajamento com a população e a cultura local;
- Experiências características: a criatividade acontece em qualquer lugar, mas o mais importante é a ligação do processo criativo com o destino e ancorá-lo na criatividade, identidade e cultura local. Isto requer uma atitude criativa tanto do turista como do destino.
- Co-criação: o conceito de turismo criativo implica um nível de co-criação entre os visitantes e os destinos. Isto abrange um conjunto de conhecimento sobre de que modo os produtos, serviços e experiências são feitos conjuntamente entre produtores e consumidores. Em termos práticos, este conceito implica a utilização dos conhecimentos dos consumidores sobre o produto no sentido da sua melhoria e proporcionar uma maior aproximação com as suas necessidades.

Com base nestas considerações, prossegue o autor, o desenvolvimento do turismo criativo assenta num conjunto de princípios-chave. Ter noção das capacidades e potencialidades reais do lugar, realçando os recursos tangíveis e os intangíveis que o possam tornar diferente dos demais, é fundamental para o desenvolvimento do turismo criativo. Assim, é importante basear esta modalidade turística naqueles aspetos que são característicos do lugar, a importação de ideias ou habilidades são frequentemente contraproducentes para o desenvolvimento do turismo criativo, embora o *know-how* e algum aporte técnico a ser implementado possa ter suporte externo.

Na perspetiva de Richards (2010), é preciso construir o produto em função do que existe. Para desenvolver o turismo criativo não há necessidade de engajamento em grandes construções e novas facilidades, o segredo está na identificação e utilização daqueles recursos que oferecem para desenvolver o potencial criativo do lugar. Um bem turístico inserido numa gruta ou uma fábrica obsoleta refuncionalizada ou um *ice hotel* costuma ser mais interessante que um novo hotel de cinco estrelas.

Por outro lado, o autor defende que é necessário desenvolver qualidades e não superficialidades. Embora a criatividade depende frequentemente da espontaneidade,

risco e surpresa, a sua utilização não deve estar ancorada na artificialidade ou no seguimento das tendências da moda. Para o turismo criativo é mais importante lidar com a qualidade e a autenticidade, ou reinterpretando ou inovando a tradição. Por fim, sentencia o autor, é necessário utilizar os recursos criativos endógenos como catalisadores para o desenvolvimento da prática turística criativa. O uso de trabalhos manuais locais como base para a experiência do turismo deve fornecer uma via para inovar a produção de *souvenirs*. “Enquanto a estratégica básica do turismo cultural se fixa na reprodução da cultura em quantidades industriais de produtos estáticos para os turistas, o turismo criativo deve ser visto como um processo que pode estimular outras alternativas” (Richards, 2010: 14).

Na sequência dos princípios apresentados por Richards que, no nosso ponto de vista, reforçam a identidade conceptual do turismo criativo, importa também apresentar o conjunto de vantagens potenciais que esta modalidade turística apresenta, comparativamente ao tradicional turismo cultural (Richards e Wilson: 2006):

1. A criatividade no turismo adiciona valor mais facilmente devido à sua raridade, na medida em que a criatividade é, supõe-se, um atributo reservado a um número reduzido de povos;
2. Permite aos destinos inovar novos produtos relativamente rápidos, dando-lhes vantagens competitivas, entre outras situações;
3. Por ser um processo, os recursos criativos são geralmente mais sustentáveis que os produtos culturais tangíveis. Enquanto os recursos culturais físicos como os museus e monumentos podem estar desatualizados e degradados, os recursos criativos costumam ser infinitamente renováveis;
4. A criatividade é geralmente mais móvel que os produtos culturais tangíveis, onde o consumo cultural é dependente da concentração dos recursos culturais. A criatividade pode tornar extremamente móvel as *performances* nas artes sem necessidade de grandes infraestruturas;
5. A criatividade envolve não só a criação de valor mas também a criação de valores.

Por força das alterações do mercado e da competitividade dos lugares, o paradigma da criatividade tem sido abraçado pelos lugares turísticos, tanto em ambientes urbanos ou

comunidades rurais, como em destinos consolidados ou emergentes. Essa ideia é reforçada por Gonçalves (2008: 11) ao considerar que “a cultura e as indústrias criativas têm sido determinantes para a (re)produção e (re)criação dos espaços urbanos”, afirmando que alguns locais foram reconstruídos ou até concebidos propositadamente para o turismo e para o lazer. Ao apresentar o exemplo da EXPO 98 realizada em Lisboa, a autora considera ser uma prática dos países assentar as estratégias de regeneração na construção de novos espaços temáticos ou no (re)desenvolvimento de antigos locais.

Por conseguinte, a diferenciação já não se consegue apenas pela cultura e pelo património cultural que se detém, afirma a autora. Quase todas as cidades europeias, por exemplo, possuem monumentos e museus; reconhecem que o seu património cultural deve ser conservado e preservado e apostaram em estratégias de regeneração urbana dos bairros históricos e culturais, muitas vezes, associados ao património turístico, como motores principais de desenvolvimento local (Gonçalves, 2008). No entanto, a *performance* de cada uma dessas cidades e dos destinos associados é bastante variável, fundamentalmente devido ao potencial criativo que cada uma apresenta aos turistas.

Voltando a Richards e Wilson (2006: 1216), apresentamos em síntese os principais predicados que sustentam à aposta numa prática turística cultural criativa:

- O turista criativo é capaz de produzir suas experiências criativas individualmente com matérias-primas fornecidas no local;
- Existe a possibilidade real de redução dos custos e incremento da flexibilidade do destino com ênfase nos recursos intangíveis;
- O turismo baseado na criatividade é flexível e não é tão dependente da acumulação de capital;
- Não é determinante a existência significativa de património construído nem de estruturas caras que exigem custos elevados de manutenção e conservação.

Todavia, os autores alertam que não é tarefa fácil desenvolver o turismo criativo numa determinada localidade. Em primeiro lugar, a falta de estruturas físicas significa que um certo número do material tem de ser criado não apenas pelos produtores, mas também pelos turistas. Em segundo lugar, a utilização de recursos criativos não implica, naturalmente, o estímulo do processo e da produção criativa no destino, questão-chave para “travar” os processos de reprodução frequentemente associados com os modelos

tradicionais do desenvolvimento do turismo cultural. O envolvimento do turista e a sua interação reflexiva no lugar é determinante para uma utilização otimizada desses recursos e conseqüentemente o estímulo da produção criativa.

As pesquisas de Richards (2006) e Richards e Wilson (2010) são sustentadas com exemplos de várias experiências de sucesso de desenvolvimento do turismo criativo nos *quatro cantos* do mundo. Na Namíbia, o projeto *Workshop de Opuwo*, conduzido por um *designer* finlandês, levou as mulheres locais a ensinar e a trabalhar em conjunto com os turistas nas habilidades necessárias para a feitura de objetos tradicionais e apreensão do significado da cultura local ao invés de servirem os turistas em restaurantes e bares, ou vendendo-lhes bugigangas no mercado (Richards (2010). O autor apresenta outro exemplo, citando Raymond (2007), que considera a cidade de Nelson, na Nova Zelândia, a maior rede de produtos criativos. É uma rede de negócios criativos que se sustenta através da oferta de uma gama variada de experiências: escultura óssea, lições do idioma local, tecelagem, feltragem, marcenaria e gastronomia neozelandesa. O foco da oferta está bastante virado para as experiências de aprendizagem, com variedade de oficinas manuais dirigidas por tutores locais.

“As atrações culturais vão reorientando a sua oferta para *novos públicos*, ou para novas motivações e comportamentos, oferecendo oportunidades de lazer associadas à escrita criativa, à produção de artesanato local, aos *workshops* de música, aos ateliers pedagógicos, etc.” (Gonçalves, 2008: 12). Outros exemplos de desenvolvimento do turismo em diferentes contextos criativos, predominantemente em ambientes rurais ou periféricos, onde as oportunidades para o turismo cultural tradicional são mais limitadas, podemos encontrar em Richards e Wilson (2006), a saber:

- Em Limoges, França, uma das atividades desenvolvidas no turismo criativo está relacionada com *workshop de cerâmica*, em Vallauris, com experiências em pinturas de porcelana.
- Em Ontário, Canadá, são desenvolvidas atividades criativas assentes na arte de floresta, tais como pintura, desenho, escultura e fotografia.
- No México, é incentivado o encontro de duas tradições: ‘*Calentana*’ *Mexican folk music*, um evento que visa a aprendizagem da música e cultura mexicana.

- No Alto Minho, Portugal, os itinerários culturais associados aos artefactos e as rotas de arte e do vinho no Minho promovem a interação entre o destino e os turistas.
- Em Barcelona, Espanha, as atividades criativas potenciam a gastronomia e cozinha através de cursos de culinária e gastronomia catalã.

Ao possuir capacidades para apresentar uma abordagem diferente e valorizadora sobre os destinos, com investimentos reduzidos, o turismo criativo torna-se por isso bastante apelativo, podendo mesmo conduzir as autoridades a desenharem produtos turísticos de forma precipitada e efémera, sem que sejam identificados os recursos verdadeiramente criativos, criados em ambiente propício para a interação entre os visitantes e os residentes. Se por um lado o turismo criativo é capaz de minorar os prejuízos resultantes do turismo cultural contemporâneo cada vez mais massificado, por outro, não se deve esquecer o facto de ser uma modalidade turística recente que apela bastante ao espírito empreendedor, criativo e inovador.

Como refere Wilson (2012: 130), “(...) *it should be remembered that ‘endogenous’ creativity requires much more translation and interpretation, because it must be made readable for external audiences*”. Assim, particular atenção deve ser prestada a programas de sensibilização das comunidades para educar o público acerca dos benefícios do turismo, da sua participação, e sua responsabilidade como recetores (Gonçalves, 2008), e cocriadores das melhores práticas para o sucesso da atividade e satisfação dos visitantes. Para que o turismo criativo seja uma realidade no destino, independentemente da utilização dos recursos comunitários, rurais, arqueológicos, ou outros, é fundamental a convergência de esforços dos diferentes atores, que deve ser alicerçada num mecanismo institucional de interação entre a sociedade civil e as autoridades que permita conceber, organizar e desenvolver a atividade na base de interesses múltiplos com prioridade para o desenvolvimento do local e de suas populações.

A atividade turística moderna tem o seu fundamento nas deslocações e viagens de índole cultural. Esta é uma das aceções a retirar da abordagem desenvolvida neste capítulo, que procura demonstrar a importância do turismo cultural para a salvaguarda e valorização do património dos lugares ou cidades históricas. Sendo uma atividade de “encontros”, modos

de vida e âmbitos diferentes, o turismo está ligado desde sempre à cultura de modo incontornável, constituindo-se no instrumento privilegiado para a sua ativação e divulgação. Porque as pessoas procuram, atualmente, mais referências e testemunhos sólidos sobre a construção de um “novo” mundo, o turismo tem a pretensão de satisfazer essa procura incorporando nos seus produtos o património cultural.

É o entendimento do outro, a curiosidade e a produção humana ao longo da história que impulsionou a aristocracia inglesa a enviar os seus filhos para uma viagem como etapa importante do seu processo de formação/educação, que se transformou na atividade de maior relevância socioeconómica do mundo. Antes, porém, a sobrevivência, as condições de vida e o desconhecido preencheram sempre o imaginário dos diferentes povos e determinaram ao longo dos séculos deslocações fora dos locais de residência. Deslocações sempre na base de motivações culturais. Portanto, nada mais lógico considerar que o turismo é uma manifestação da cultura dos povos que absorve valores, desde o paleolítico, civilizações antigas, antiguidade tardia, renascimento e descobrimentos. Esse cariz essencialmente cultural das deslocações e viagens atinge outra dimensão com o advento da revolução industrial e precipita o desenvolvimento dos transportes, a emergência da classe operária e o surgimento do turismo massificado.

A uma maior abertura e democratização da atividade turística, tendo como protagonista a numerosa classe média originada do processo de industrialização das cidades, estendem-se opções de fruição nos lugares ou cidades para necessidades marcadamente lúdicas, de veraneio, para além das tradicionais motivações de educação e religião, saúde ou termas. Mas o conhecimento, o desconhecido e a descoberta estiveram sempre presente, e agora mais do que nunca, face à uma procura mais instruída, mais informada, mais exigente. A máxima que «todo o turismo é por inerência turismo cultural» encontra conforto nessa trajetória e encerra um conjunto de dimensões e espaços de análises que se manifesta nas infindáveis necessidades das pessoas, materializadas nas viagens e nas facilidades criadas pelos destinos.

O turismo cultural está capaz de proporcionar experiências em múltiplas atividades, em lugares que autovalorizam-se, permitindo pensar em políticas de desenvolvimento integrado por meio da afirmação da identidade cultural. Políticas de desenvolvimento que integram eixos estruturantes de sustentabilidade, configurando dimensões relevantes no contexto da valorização dos recursos das cidades e interação proativa dos seus diferentes

atores. A riqueza patrimonial das cidades e as performances culturais dos povos são atrativos intensamente procurados pelo novo turista, que levanta de forma recorrente o espectro da massificação, porventura, o grande desafio que enfrentam as cidades históricas, considerando os seus objetivos de salvaguarda do edificado e de todo o conjunto de bens culturais patrimonializados e patrimonializáveis.

Para isso, é fundamental que os destinos de cultura, principalmente os incipientes, organizem a sua oferta e o seu território por via dos itinerários e rotas turísticas com vista a aproximar diferentes latitudes e alavancar as economias de escala, independentemente das geografias, vinculando vários territórios com afinidades culturais. Essa forma de pensar e fazer turismo constitui uma indiscutível alternativa para reorientar a procura, estruturar melhor a oferta e revitalizar territórios deprimidos. Permite integrar os patrimónios numa cadeia de valor que mobiliza investimentos em diferentes contextos geográficos. Essa forma de pensar e fazer turismo encontra respaldo nas propostas de turismo local referidas neste capítulo.

Abordadas em função da realidade angolana, as modalidades turísticas de base comunitária, espaço rural, sítios arqueológicos ou em ambientes criativos são variantes de turismo cultural que têm na sua gênese, substância para desenvolver localmente os territórios e transformarem-se em atividades económicas complementares das tradicionais, evitando o seu declínio ou desaparecimento. Por serem modalidades que não exigem recursos significativos e desenvolvidas na base das manifestações intangíveis dos povos, permitem projetar soluções válidas para o desenvolvimento local. Por isso se reafirma que, o turismo cultural nas suas versões localizadas constitui a tipologia de eleição para valorizar o património cultural e as cidades históricas.

Terminada a abordagem teórica da tese “Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo”, visou nesta primeira parte analisar o contributo do património cultural nas cidades históricas para o desenvolvimento do turismo. Foram definidos dois grandes objetivos e seis objetivos específicos, bem como duas perguntas de partida e seis hipóteses de estudo para sustentar a investigação.

Os detalhes conclusivos sobre as principais dimensões estudadas nesta primeira parte “património cultural, cidade histórica e turismo, são remetidos para o final da tese, onde é avaliada a correspondência dos instrumentos de investigação introdutórios suportados na abordagem teórica fundamentalmente com pesquisa bibliográfica e instrumentos legais e documentos normativos. De forma muito sintética considera-se que foram cumpridos os dois primeiros objetivos específicos e, conseqüentemente, o primeiro objetivo geral. Do mesmo modo, considera-se a primeira pergunta de partida, uma vez que a abordagem teórica apresentada permite afirmar que o património cultural, por ser o fundamento da existência das cidades históricas, deve ser sempre o elemento principal a considerar na elaboração e prossecução dos planos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico.

Desse modo, a hipótese avançada que “o património cultural é o principal ativo na elaboração dos planos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico das cidades históricas” é confirmada, porque a investigação realizada não identificou abordagens alternativas que sustentassem a mesma função centralizadora de desenvolvimento do património cultural. De igual modo, com a abordagem teórica conclui-se que os centros históricos representam um “ecossistema” cultural e, por inerência, os locais onde se apresentam as amostras mais representativas da cultura e do património. Os centros históricos ao olharem para o turismo como a atividade de maior capacidade revitalizadora do seu tecido económico e social, confirmada a segunda hipótese, ao considerar que “a reabilitação dos centros históricos deve ter como eixo vertebrador de desenvolvimento o turismo e a conversão do seu património cultural em componente da oferta turística”.

Para a segunda parte da tese, que corresponde ao estudo de caso “*Estratégia de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico da cidade histórica do Dondo*”, para além da abordagem genérica que é feita em torno do incipiente turismo angolano, onde procura-se identificar os instrumentos e as iniciativas de índole cultural, é dominada pelo

desenvolvimento do trabalho empírico através da participação de diferentes atores. Antes, porém, é apresentada a comunidade em estudo, onde se destacam o seu percurso histórico, as suas potencialidades económicas e os principais atrativos turísticos, culturais e naturais.

Conforme avançado inicialmente, o estudo de caso vai ao encontro dos restantes instrumentos metodológicos não verificáveis na primeira parte, nomeadamente o objetivo geral e os específicos definidos. Portanto, o turismo em Angola, a caracterização da cidade do Dondo as opções metodológicas definidas para a tese, a análise e tratamento dos dados e a discussão dos resultados, assim como a proposta de desenvolvimento turístico para a cidade são as temáticas abordadas na segunda parte.

**SEGUNDA PARTE: ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA E DE
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA CIDADE HISTÓRICA DO DONDO**

IV. Capítulo. Turismo em Angola. Abordagem genérica

Angola é um país com variadíssimos recursos suscetíveis de constituir matéria-prima para a atividade turística nas suas diversas tipologias, tendo por isso uma base bastante alargada para a conceção de produtos que satisfaçam os anseios de uma procura diversificada e em crescendo. A riqueza do seu solo, quer do ponto de vista da beleza cénica como dos recursos para a sustentabilidade económica, assim como a territorialidade e os lugares construídos pelas ocupações humanas ao longo de sua história – também ela em construção – representam elementos de base para uma oferta original substantiva ao longo das suas fronteiras, para produtos arraigados em tipologias turísticas de natureza, negócio e cultura.

Exemplos dessa oferta original ou primária se observam, obviamente, na natureza, constituída pelos recursos hídricos com numerosos rápidos e cataratas; deserto na faixa costeira do extremo meridional onde pontifica a emblemática *Welwitschia Mirabilis*; a flora e a fauna abundante, com realce para a Palanca Negra Gigante e os *Big Five*⁵²; o clima com temperaturas médias anuais entre 17°C e 25°C; a costa atlântica de 1650 quilómetros de rochas e praias extensas; o relevo e a geomorfologia com estética excecional. Além disso, o país é detentor de abundante terra fértil para a prática agrícola e criação de gado, florestas densas, hidrocarbonetos e recursos mineirais como o petróleo, diamante, ferro e outros, com grande potencial para catalizar negócios, provocar investimentos, diversificar a economia e ajudar o turismo no seu desenvolvimento.

Do ponto de vista cultural, não obstante Angola possuir uma monumentalidade e um património histórico construído residual, é de assinalar uma multiculturalidade e pluriétnica ao longo do seu território, composto com bens materiais móveis e bens intangíveis muito próprios dos saberes endógenos das comunidades, assentes na sacralização dos lugares e culto aos ancestrais, manifestações populares e artísticas, cerimónias, rituais, manufatura, artesanato e artefatos diversos. A imaterialidade da cultura angolana expressa nas mais diversas manifestações e na materialidade dos bens móveis e imóveis, está, pois, alinhada com novos paradigmas de produção turística, conformada para um visitante culto que busca o desconhecido, o autêntico e o diferente.

⁵² Referência aos cinco animais comuns e imponentes das florestas africanas: leão, elefante, búfalo, rinoceronte e leopardo.

Contudo, o percurso histórico do país e os acontecimentos turbulentos das últimas décadas funcionam a desfavor desta atividade que, como sabemos, é bastante transversal e muito dependente das políticas e estratégias que outros setores definem e implementam. A escassez de infraestruturas e equipamentos diversos, a montante e a jusante, para o desenvolvimento da atividade turística, apresentam-se como os principais constrangimentos no objetivo de transformar os recursos naturais e culturais referidos em produtos e atrações de visitação organizada e sistémica.

Por necessitar de todo um conjunto de atividades e serviços dos diferentes setores, o campo de abordagem do turismo é bastante vasto, complexo e com especificidades próprias. A sua ação no país ainda não é visível nas mais diversas esferas da sociedade, como é sua característica, pelo que o seu crescimento tem sido tímido e muito ancorado no subsector hoteleiro em detrimento dos intermediários e organizadores de viagens, os conhecedores do mercado e dos seus intervenientes. Portanto, o turismo em Angola carece ainda de uma identidade própria para se afirmar como setor de atividade relevante.

É nessa perspetiva de dificuldades que o país encara a atividade no plano estratégico definido em 2011, mas sobretudo, tendo a plena perceção do seu potencial e das suas valências manifestadas nos produtos estratégicos propostos neste plano, nomeadamente no turismo de sol e mar, cultural e natureza. Porém, para compreender melhor a dinâmica do turismo em Angola, importa fazer uma breve apreciação histórica da atividade, analisar os indicadores atuais, a forma como a atividade está organizada assim como detalhar os principais obstáculos, sem deixar de perspetivar ações de futuro.

4.1. Evolução e breve resenha histórica

O interesse e adoção da atividade turística em Angola deve ser enquadrada na evolução da atividade em Portugal, pelo facto deste país ter sido a potência colonizadora até 11 de novembro de 1975. De acordo com o MINHOTUR (1996) o turismo em Angola registou um extraordinário crescimento nos últimos anos da década de 1950, situação verificada também nas outras colónias ultramarinas de Portugal, como reflexo de medidas legislativas adequadas de orientação e controlo do regime colonial português. Na qualidade de província de ultramar com maiores recursos e potencialidades económicas da altura, o crescimento do turismo no país foi tão-somente o reflexo do incremento dos movimentos turísticos que se assistia no sul da Europa, particularmente, na península Ibérica.

Não obstante o vasto movimento turístico que se observava nos restantes países europeus da orla mediterrânea, com importantes ganhos para as suas economias, “Portugal teve um interesse tardio nessa atividade devido a conceção política do regime ditatorial, que era avessa a mudanças, aliada ao atraso dos meios de transporte e das vias de comunicação e a inexistência de uma iniciativa privada informada e esclarecida” (Cunha, 2013: 58). Terá sido, pois, a relevância económica adquirida pelo turismo na Europa que convenceu o regime colonial em promover essa atividade nas suas colónias, no quadro de uma mudança de gestão desses territórios, forçada pelas movimentações políticas independentistas de nativos nos países africanos.

Como resultado do movimento de visitantes e do crescimento económico gerado pelo setor do turismo, foram criadas as primeiras instituições públicas e iniciou-se a recolha sistemática de elementos estatísticos – embora com pouco rigor – primeiro em Portugal e posteriormente em Angola e nas outras províncias ultramarinas, refletindo assim o interesse do Estado colonial em orientar e controlar esse emergente setor da economia (MINHOTUR, 1996; Cunha, 2013). A Repartição do Turismo em Portugal, afirma Cunha (2013: 59), “surge em 1911, integrada no Ministério do Fomento, na sequência da realização em Lisboa do Congresso Internacional de Turismo, organizado pela Federação Franco-Hispano-Portuguesa dos Sindicatos de Iniciativa e Propaganda”.

Apesar da institucionalização do setor no início do século XX, segundo o autor, o período que medeia as duas guerras mundiais, assim como a guerra civil em Espanha, tiveram efeitos altamente nefastos para o turismo português e suas ramificações nas colónias, limitando profundamente as correntes turísticas internacionais com consequências a nível económico, político e social. Depois de passar pelo Ministério do Interior, entre 1944 e 1968 os serviços de turismo em Portugal passam para a dependência do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), adstrito ao Conselho de Ministros (Cunha, 2013).

No que concerne a Angola e as restantes colónias, apenas em 1959, através do Decreto-Lei n.º 42194 de 27 de março, que cria nesses territórios os Centros de Informação e Turismo, foi institucionalizado o primeiro órgão do setor, o Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA), o mais antigo antecessor do atual Ministério da Hotelaria e Turismo de Angola. O CITA, foi o órgão público ao qual lhe estavam adstritas as atribuições e competências no domínio do turismo, de promover e favorecer a sua

expansão mediante a elaboração de planos gerais e que coordenava a conjugação dos esforços das entidades públicas e privadas locais bem como de toda a atividade diretamente relacionada com o turismo, até no limiar da independência de Angola (MINHOTUR, 1996).

A Lei nº 2073 de utilidade turística publicada em 1954 em Portugal e extensiva a Angola, por Portaria nº 17673, publicada a 4 de maio de 1960 no Boletim Oficial, representou um dos primeiros instrumentos jurídicos no país sobre o exercício da atividade, legislando sobre um conjunto de isenções fiscais e créditos destinados a empresas hoteleiras e ao fomento de toda a indústria turística. Neste capítulo da legislação, realce também para o Decreto nº 66/75, publicado a 25 de janeiro, um regulamento suportado pelo Decreto-Lei nº 49399, de 24 de novembro de 1969 que permite orientar, disciplinar e fiscalizar a indústria hoteleira e similar em Angola até ao ano de 2016.

Lamentavelmente, o setor do turismo em Angola experimentou um acentuado retrocesso com o alcance da independência nacional em 1975, sobretudo porque a elite dominante que assumiu o destino do país optou pela linha ideológica socialista-comunista, tal como a maioria dos países africanos emergentes, de economia centralizada e proibição da iniciativa privada. A lei da nacionalização e confisco, Lei nº 3/76, de 3 março do Conselho de Revolução limita qualquer iniciativa privada até 1990, pelo que todos os empreendimentos turísticos: hotéis, pensões, restaurantes, bares e botequins tornam-se propriedade do Estado. A opção socialista consubstanciou-se na edificação de um sistema de direção económica central e planificada no quadro de um sistema político de partido único, com a convicção de que a construção de uma sociedade mais justa só seria possível se a economia fosse controlada pelo Estado.

Naquele período, o abandono precipitado dos proprietários, gestores e profissionais portugueses, com alguma formação e experiência, levou a ruína de parte considerável do tecido hoteleiro e similar do país que, repentinamente, passou para o comando de nacionais sem qualificações e competências para o efeito. Por outro lado, por desinteligência político-ideológica, a guerra civil entre os movimentos de libertação nacional durante e após a proclamação da independência (terminou apenas em 2002) depauperou a pouca oferta que existia no país, quer por destruição das suas estruturas e instalações quer por abandono e degradação compulsiva dos empreendimentos, transformando uma parte neles em abrigos e moradias até aos dias atuais.

A evolução do setor, fundamentalmente a nível institucional é até certo ponto o reflexo do histórico apresentado pelo Ministério da Hotelaria e Turismo aquando da sua constituição, em 1996. Segundo este órgão, na sequência da independência de Angola e sua constituição em República Popular no ano de 1975, é constituído o primeiro governo do Estado Angolano, no qual é instituído a Secretaria de Estado do Comércio e Turismo (SECT), como o órgão de tutela da atividade turística no país. A situação de abandono por parte dos antigos proprietários de mais de 90% das unidades hoteleiras e similares, encontrou no Decreto n.º128/75 uma solução de intervenção, tendo-se criado paralelamente o Centro de Controlo e Gestão dos Estabelecimentos de Hotelaria, Restaurantes e similares da província de Luanda.

Na verdade, não sendo o turismo um bem de primeira necessidade, a ação da SECT estava mais virada para a atividade comercial, fundamentalmente na reorganização e reestruturação do setor do comércio que se encontrava completamente desarticulado, praticamente inexistente, sem operadores oficiais para atender às carências da população em bens alimentares e outros bens essenciais. Assiste-se assim, nos dois anos subsequentes à independência nacional, a uma utilização irracional e a consequente degradação dos equipamentos hoteleiros e similares.

Na perspetiva de por cobro a tal situação foi criado o Ministério do Comércio Interno, no qual é criada a Direção Nacional do Turismo (DINATUR). Com esse órgão inicia-se o processo de criação de empresas hoteleiras de âmbito provincial, denominadas Emprotel. Pela sua especificidade e por ser o principal parque hoteleiro do país, em Luanda foi criada a Anghotel-U.E.E que alargou posteriormente o âmbito da sua competência de empresa local para empresa nacional, tendo-lhe sido atribuída a tutela dos principais hotéis confiscados. Esse processo, iniciado em 1978 estendeu-se por mais de uma década e permitiu atenuar alguma das muitas fragilidades apresentadas pelo setor. Praticamente não houve investimento público ou privado significativo no setor até a abertura do país ao multipartidarismo em 1992, situação que se estendeu até 2002, com o fim do conflito armado pós-eleitoral. Basta olhar para o facto de que o primeiro grande hotel inaugurado

em Angola independente é o Hotel Alvalade⁵³, precisamente no último trimestre deste ano.

De acordo com Ferreira (2002), os anos entre 1986 e 1991 irão ser férteis em acontecimentos e mutações nos planos económico e político em Angola. A ocorrência de diversos acontecimentos a nível internacional, com a derrocada do sistema socialista; a nível regional, com os acordos tendentes à independência da Namíbia em 1990; e a nível interno, com o agravamento da situação militar, consciencializou o governo angolano da necessidade de elaborar reformas estruturais que pudessem debelar a persistente crise económica e social e o esgotamento do sistema económico e político prevalecente desde a independência. A reformulação do sistema económico se impunha, materializados em programas económicos reformadores, sendo de destacar o programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF) de 1987 e o Programa de Ação do Governo (PAG) de 1990, entretanto, sem grandes sucessos, uma vez que prevalecia o sistema centralizado e planificado da economia e controlo da iniciativa privada, apesar da vontade política expressa em discursos.

Os acontecimentos resultantes com a criação em 1988 da primeira empresa angolana de turismo, ANGOTUR Lda., e a negociação com o Bureau do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com vista a integrar a República de Angola no Projeto Regional sobre o Desenvolvimento do Turismo na África Austral e Oriental, assim como o processo de adesão de Angola à Organização Mundial do Turismo (OMT) se constituíram na prova de uma nova dinâmica encetada para o setor (MINHOTUR, 1996; Fernando, 2015). No nosso entender, essa dinâmica foi igualmente favorecida com o impulso das reformas legislativas provocadas pelo SEF, nomeadamente a Lei das Atividades Económicas (Lei 10/88), onde se reconhece a iniciativa privada.

Com o SEF veio também a necessária abordagem do processo de privatizações e a criação do Gabinete de Redimensionamento do Setor Estatal (GARE), em julho de 1989. O setor privado era assim chamado para contribuir no aumento da capacidade produtiva nacional e do emprego e na satisfação das necessidades da população (Ferreira, 2002). A abertura económica parcial da propriedade privada permitiu ao Estado libertar-se, numa primeira

⁵³ É um hotel com a categoria de quatro estrelas, com 202 unidades de alojamento, incluindo 14 *suites* juniores. Possui serviços diversos de restauração e bebidas, instalações desportivas e de animação para hóspedes. Pertencente à cadeia hoteleira portuguesa TD Hotels.

fase das pequenas unidades comerciais e hoteleiras e concentrar-se nas grandes unidades económicas. Por outro lado, o órgão de tutela da atividade turística ao necessitar orientar a sua ação de definição de políticas e planos para uma melhor coordenação do setor, fomenta a adesão de Angola na OMT em 1989, na sua 8ª Assembleia.

O benefício imediato dessa adesão foi a implementação do projeto “Reforço Institucional do Estado Angolano no domínio do Turismo”, financiado pelo PNUD⁵⁴, executado pela OMT, e consubstanciado na reestruturação da Direção Nacional do Turismo; criação de um sistema de recolha, tratamento, análise e publicação de estatística do turismo; criação de um serviço estatístico informatizado na DINATUR e elaboração de propostas de legislação turística e capacitação dos recursos humanos. Essa fase de organização, estruturação e afirmação da administração turística nacional culmina com a criação do Ministério da Hotelaria e Turismo, em Julho de 1996 (MINHOTUR, 1996; Fernando, 2015).

Segundo este órgão, a necessidade de dar cumprimento aos ditames da Política Nacional do Turismo e da Estratégia Setorial da Hotelaria e Turismo, aprovadas pelas Resoluções números 7/97 e 9/97, no âmbito da constituição do ministério, e ainda a necessidade de melhor implementar esses dois instrumentos no domínio do fomento e desenvolvimento do turismo, foi criado o Instituto de Fomento do Turismo (INFOTUR), que iniciou a sua atividade em 2002. Portanto, o Ministério da Hotelaria e Turismo coordena a atividade turística do país e tem como organismo tutelado o INFOTUR, criado com o objetivo de executar as políticas do setor nos vários domínios e atuar como representante do Estado em participações empresariais e *joint-ventures*. Tal como o INFOTUR, o Fundo de Fomento do Turismo, criado em 2008, seria outro órgão público tutelado pelo Ministério da Hotelaria e Turismo com autonomia administrativa, financeira e patrimonial mas que até ao momento não iniciou as suas funções.

Em relação à organização do setor privado, devemos considerar que o país possui um associativismo limitado do ponto de vista da sua ação, com organismos pouco representativos a nível nacional e dos interesses legítimos dos associados, e sem a força de intervenção suficiente para influenciar as decisões políticas a favor do setor. Destaque neste quesito para a Associação dos Hotéis, Restaurantes e Similares de Angola (AHORESIA), a Associação das Agências de Viagens e Operadores Turísticos de Angola

⁵⁴ PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

(AAVOTA) e a Associação dos Guias e Intérpretes Turísticos de Angola (AGUITA). No decorrer de 2016, foi criada uma nova comunidade associativa, a Associação dos Hotéis e Resorts de Angola (AHRA), constituída sobretudo por empresários e proprietários de empreendimentos hoteleiros que pretende ser um contrapeso, mas também um parceiro e interlocutor válido do setor público nas questões que constroem o turismo nacional.

A nível internacional, Angola é hoje membro da UNWTO, da RETOSA⁵⁵ e da ATA⁵⁶, e integrante igualmente o projeto transfronteiriço de conservação da biodiversidade Okavango-Zambeze em parceria com mais quatro países da região austral de África. De igual modo, tem desenvolvido vários esforços de cooperação bilateral e multilateral a nível regional e internacional para a dinamização do turismo do país, com destaque para o aporte técnico e a formação de ativos proporcionados por Portugal e Brasil, assim como a histórica participação do Reino dos Marrocos na formação de quadros para o setor.

Em síntese, podemos afirmar que o turismo de Angola foi bastante condicionado em função dos seguintes fatores:

- Despertar tardio do regime colonial português para essa atividade;
- Turbulência vivida na véspera da independência nacional e o período de conflito armado que se seguiu após a autonomia do país;
- Opção política-ideológica que reprimia a iniciativa privada.
- Confisco e abandono dos empreendimentos hoteleiros pelos antigos proprietários;
- Falta de profissionais qualificados e competências de gestão no setor;
- O recrudescer da guerra civil após as eleições gerais entre 1992 e 2002.

Todavia, não obstante a paz alcançada em 2002, o turismo no país depara-se com problemas sérios para “explodir” por força da gritante falta de infraestruturas que a guerra ajudou a escassear ainda mais, mas também pela questionável política de reconstrução nacional e deficiente aproveitamento dos recursos gerados pelo produto estrela (petróleo)

⁵⁵ RETOSA – *Regional Tourism Organisation of Southern Africa* (Organização Regional de Turismo da África Austral). Composta pelos países da África Austral que constituem a SADC, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Para além dos 14 países da região faz também parte a República da Tanzânia.

⁵⁶ ATA – African Travel Association. Associação dos Transportadores Aéreos de África. A representante da IATA (Associação Internacional das Transportadoras Aéreas) a nível do continente.

para diversificar os setores da economia, onde a emergência do turismo acabaria por ser uma consequência natural. Atualmente, importa olhar com humildade para os indicadores residuais da atividade, mas também para as potencialidades e sobretudo para as limitações do país, nomeadamente humanas, e projetar uma atividade assente de facto no desenvolvimento das localidades e na melhoria das condições de vida das populações.

4.2. Principais indicadores

Para perceber a relevância económica e social do setor do turismo é fundamental fazer a sua avaliação em relação às movimentações que origina e a riqueza que produz. As taxas de crescimento anuais do turismo, tanto em termos de chegadas internacionais e deslocações domésticas como em termos de receitas arrecadadas, ou ainda em relação às dormidas contabilizadas nos meios de alojamentos, transformam essa atividade numa das mais produtivas do mundo, sendo mesmo a principal fonte de receita para um número significativo de países membros da UNWTO.

Para elucidar este facto importa assinalar o seguinte: em 1950 a atividade turística registou um total de 25,3 milhões de chegadas internacionais, cifra que quase triplicou em apenas dez anos, para 69,3 milhões em 1960. Dados atuais da UNWTO dão conta de um total de 1.186 milhões de chegadas internacionais e 6.000 milhões de movimentações domésticas em 2015, representando para os países uma receita acumulada de 1.260 bilhões de dólares americanos. Ou seja, em seis décadas o turismo se converteu na atividade socioeconómica mais relevante do mundo, promovendo a movimentação de pessoas, bens e capitais melhor que qualquer outra atividade. As projeções deste organismo das Nações Unidas apontam para o alcance de 1.800 milhões de visitantes internacionais em 2030 (UNWTO, 2016).

Observando o contexto local, Angola é um país com grande vocação para o desenvolvimento e prática do turismo, em virtude de abundarem no seu território diversificados recursos naturais e socioculturais de interesse para a atividade, estando numa posição privilegiada para constituir potenciais destinos turísticos e *clusters* capazes de rivalizarem com os principais destinos da região e servir de alternativa aos tradicionais destinos da vida selvagem. No entanto, a realidade do turismo nacional configura ainda uma árdua tarefa que deve ser consubstanciada numa multiplicidade de estratégias, planos, programas e ações que possam viabilizar a afirmação do setor como atividade socioeconómica relevante no país.

Apesar da existência de correntes turísticas entre as províncias de Angola, motivadas sobretudo por razões relacionadas com viagens institucionais e de serviço, visita a familiares e amigos, assim como as viagens associadas aos negócios particulares e comércio geral; o certo é que o turismo no país carece fundamentalmente de infraestruturas, equipamentos hoteleiros e similares, agentes, profissionais competentes, estudiosos, empresas e organizadores de viagens, oferta complementar e outras atividades de suporte.

A história recente não ajuda muito, deduz-se que a principal dificuldade da não potenciação da atividade turística reside no fato de não se encarar o turismo como um setor económico estratégico e de não ser dada a atenção devida a outros setores da economia, muito a favor do petróleo, para atender as necessidades do país. Ademais, não se privilegiou uma abordagem horizontal dos diferentes setores da economia nem se aproveitou suficientemente as mais-valias geradas pela monocultura do produto estrela. Só desta forma compreende-se, por exemplo, a diferença com Moçambique que, tendo vivido os mesmos problemas do passado e com instabilidade política e conflito armado em pequena escala para resolver, apresentou-se em 2015 como o segundo destino em termos de chegadas internacionais na África Negra, logo a seguir a África do Sul.

Com uma população acima dos vinte e cinco milhões de habitantes, Angola apresenta um Índice de Saturação Turística⁵⁷ inferior a 0,025, bastante insignificante se atendermos a sua vocação turística e a sua dimensão política e económica em África, particularmente na região austral. A par desta situação, outro indicador confrangedor da atividade turística nacional prende-se com a residual Taxa de Função Turística⁵⁸ que, a julgar pelo número de camas apresentado pelo órgão de tutela, corresponde a pouco mais de 0,092%.

Na opinião de Cunha (2013), estes indicadores permitem avaliar a importância relativa do turismo em cada país e a sua capacidade para suportar acréscimos da procura turística, perceber suas potencialidades e/ou o esgotamento dos recursos, servindo de orientação aos órgãos de decisão para canalização e distribuição espacial de investimentos, para além da adequada promoção turística. Se por um lado esta situação configura uma margem e

⁵⁷ Representa a relação entre o número de turistas que visita um país ou um destino e a respetiva população (número de turistas/população total) (Cunha, 2013).

⁵⁸ Também designada por taxa de função hoteleira, é dada pela relação entre o número de camas existentes nos meios de alojamento de um determinado país ou região e a população deste local (número total de camas/população total) (Cunha, 2013).

uma oportunidade extraordinária de estruturar uma atividade duradoura, aproveitando falhas alheias para construir virtudes próprias, por outro, com uma base tão baixa para o exercício da atividade, o país está em clara desvantagem face a concorrência e se “disponibiliza” para cometer erros com “agendas urgentes” que são próprias do mundo atual do imediatismo.

Os últimos indicadores lançados pelo MINHOTUR (2016) relacionados com a atividade turística no país podem ser observados no quadro seguinte, onde destaca-se o número de turistas recebidos em 2015. A situação de crise económica e financeira que o país vive desde finais de 2014 provocou um decréscimo de 57.538 turistas nos dois últimos anos, se atendermos para o facto de em 2013 o país ter alcançado o seu pico, atingindo um total de 650.033 de chegadas internacionais. A conta do turismo na balança de pagamentos também teve um decréscimo face ao ano anterior, mas ainda assim registou um *superavit* assinalável de 909.500.000 USD. Aliás, segundo o Banco Nacional de Angola, o saldo positivo do turismo esteve acima de mil milhões de dólares nos dois anos anteriores.

Quadro 1: Principais indicadores do turismo de Angola

Principais indicadores	2015	2014
Entradas de visitantes	592.495	594.998
Número de hóspedes	1.271.172	1.141.187
Dormidas em alojamento hoteleiro	3.582.314	3.578.476
Receitas de viagens	1.162.700.000 USD	1.589.030.000 USD
Despesas de viagens	253,200.000 USD	113.070.000 USD
Permanência média	2,8 Noites	3 Noites
Capacidade de alojamento em quarto	23.973	22.115
Capacidade de alojamento em cama	32.158	30.275
Taxa de ocupação quarto	88,3%	85,8%
Taxa de ocupação quarto	80,9%	78,7%
Emprego no setor turístico	219.349	202.766

Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico 2016

Porém, alguns dados apresentados sobre o desempenho do turismo de Angola levantam inquietações, sendo mesmo contrários a lógica dos conceitos que permitem a sua aferição. O Anuário de Estatística do Ministério de Hotelaria não explica por exemplo como é possível ter havido um aumento das taxas de ocupação de 2014 para 2015 num contexto de crise económica, com evidente perda de poder de compra dos cidadãos e diminuição de afluxos aos estabelecimentos.

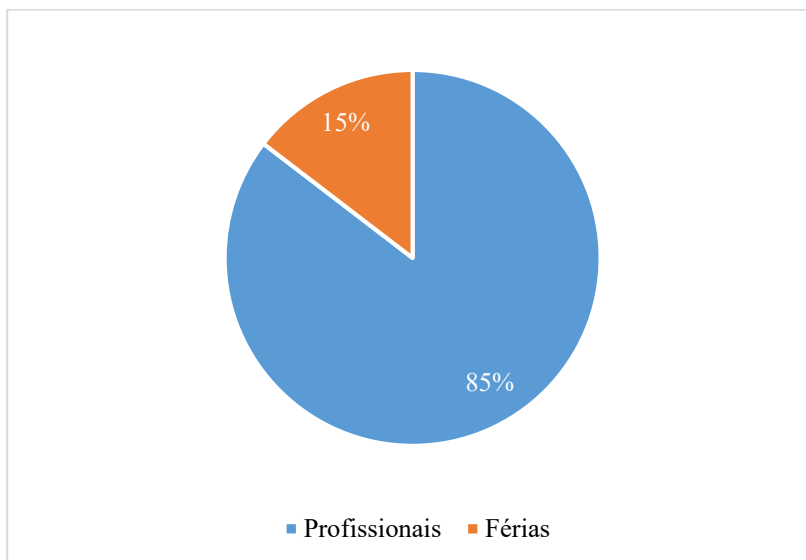
Por outro lado, como explicar o aumento de 16.583 empregos no setor se o país criou apenas 1.858 quartos de um ano para outro? Mesmo considerando que em 2015 não houvesse despedimentos (o que não corresponde à verdade), pelos números apresentados cada quarto teria de gerar perto de 9 empregos, situação completamente irrealista. Este acréscimo de emprego também não pode ser explicado, obviamente, pelo acréscimo de mais 28 agências de viagens, já que em relação aos similares de hotelaria registou-se inclusive uma diminuição de 49 estabelecimentos.

De igual modo, os conceitos de capacidade de alojamento em cama precisam ser revistos com urgência pelo organismo de tutela. Atualmente, salvo raras exceções do passado, os hotéis e outros estabelecimentos de alojamento possuem quartos para ocupação dupla, isto significa que todos os quartos podem ser ocupados por duas pessoas no mínimo. Portanto, a cama casal corresponde a duas camas porque para a UNWTO cada lugar de dormida numa unidade hoteleira representa uma cama. Assim, é bastante questionável que 23.973 quartos correspondam apenas a 32.158 camas. Do mesmo modo, à luz dessa reflexão, é difícil compreender que a diferença entre a taxa de ocupação quarto e a taxa de ocupação cama seja apenas de 7,4%, tendo em conta o número de hóspedes e o número de dormidas apresentados.

4.2.1. Análise da procura turística no país

Passando a análise para os visitantes de Angola, constata-se que o principal motivo de viagem são as profissionais, sendo por isso o turismo de negócio o mais evidente no país. Os mercados emissores que mais se destacam são aqueles cujos governos e organismos afins possuem acordos de cooperação e relações comerciais privilegiadas com Angola, dando origem a correntes turísticas de negócios e atividades conexas. Destacamos neste particular, Portugal, China, Brasil, Namíbia e África do Sul. Se atendermos a outras práticas turísticas que não vinculam a atividade profissional, constatamos que apenas 15% das entradas correspondem a férias, onde se pode enquadrar o lazer e o descanso. Estas

correntes de negócios estão sobretudo alinhadas com as atividades da indústria petrolífera e da construção civil, no âmbito dos programas de reconstrução nacional.

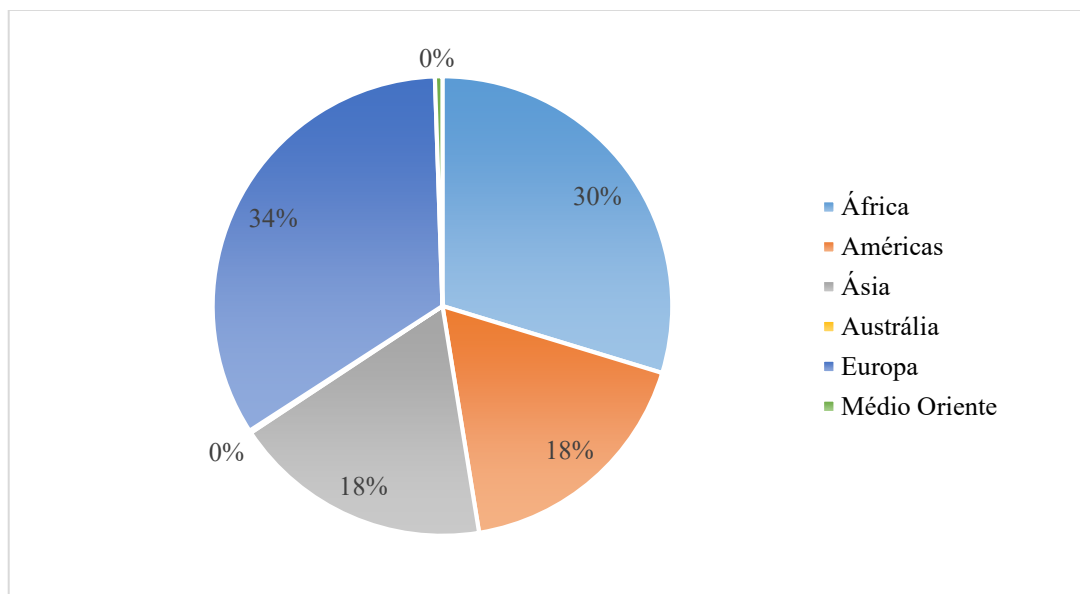


Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico 2016

Figura 22: Motivos de viagens para Angola em 2015

Salientar, porém, que não havendo destinos devidamente estruturados no país com produtos e roteiros turísticos acessíveis e comercializáveis, as férias referidas fazem alusão às relações socioeconómicas de proximidade, nomeadamente a questão da África do Sul e da Namíbia, mas fundamentalmente a proximidade cultural que se circunscreve nas visitas a amigos e familiares que os cidadãos estrangeiros e a diáspora angolana efetua com alguma regularidade no país, tendo em conta os aspetos ligados a afetividade, ancestralidade e experiências passadas.

Considerando as visitas por regiões, 34% das visitas a Angola são efetuados por cidadãos europeus, tendo em conta as relações de negócios apresentadas, seguido da África com 30% e Ásia com 18%. De realçar que nos anos anteriores a preponderância da Europa nas viagens de Angola era bastante superior, situação alterada precisamente devido à redução do crescimento económico e dos negócios.

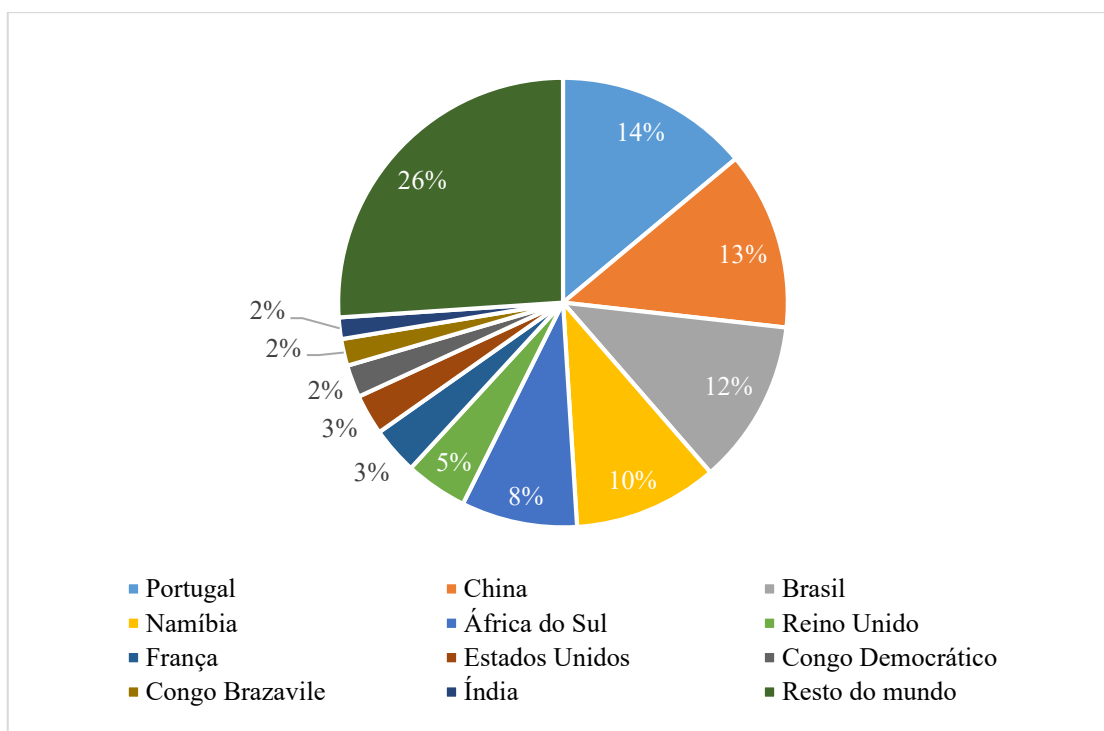


Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico 2016

Figura 23: Visitantes em Angola, por regiões de proveniência, no ano de 2015

Pelas razões históricas e culturais, Portugal é o principal mercado emissor de turistas para Angola desde sempre. Em 2015 foram contabilizados 82.629 turistas provenientes deste país, representando uma quota aproximada de 14% do total de visitantes. Outros mercados de destaque são a China, com cerca de 13% e o Brasil com aproximadamente 12% de turistas. Em África, os principais mercados emissores em 2015 foram precisamente a Namíbia com 61.505 e a África do Sul com 49.424 visitantes, representando quotas de mercado acima de 10% e 8% respetivamente.

No último quinquénio, Angola começou por registar um crescimento sólido a nível de chegadas internacionais, número de hóspedes e dormidas nas unidades de hoteleiras. Esse impulso crescente foi potenciado, sobretudo, com a multiplicação da oferta decorrente do envolvimento do país na realização do CAN 2010 (campeonato africano de futebol de 2010). A realização desse evento nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla e Cabinda marcou definitivamente a hotelaria nacional, uma vez que o número de empreendimentos quase que duplicou. Antes disso, no período em que se seguiu ao final do conflito armado (2002 – 2009), o desequilíbrio entre a oferta e a procura era enorme devido à escassez de unidades hoteleiras e o crescente número de visitantes, derivado da efervescência económica no país.



Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico 2016

Figura 24: Visitantes em Angola, por país de origem, no ano de 2015

Os estabelecimentos hoteleiros estavam frequentemente a 100% de ocupação com reservas há seis meses ou mais, não havia muita preocupação pela qualidade de serviço ou pela formação profissional, as agências de viagens eram quase que ignoradas pelos produtores de serviços turísticos. O anúncio da realização da competição de futebol aumentou substancialmente os investimentos com a expectativa do aumento de visitantes e a consolidação definitiva da atividade turística no país. Lamentavelmente esse cenário não se verificou, pois que, erradamente apostou-se em demasia na construção de hotéis em detrimento de estabelecimentos mais humildes que correspondessem melhor ao poder aquisitivo do adepto de futebol.

Ainda assim, ancorado no ambiente de negócios e de crescimento económico do país sustentado pela atividade petrolífera, o turismo angolano foi registando um crescimento nos seus indicadores mas sem a devida abordagem sistemática na sua ação. Ou seja, não se considerava prioritário, a criação de verdadeiros destinos com oferta e produtos

turísticos por via da interligação dos diferentes atores do sistema turístico. Nos últimos dois anos a situação inverteu-se e se assiste a um decréscimo na entrada de visitantes, não obstante a estabilidade que se verificava em relação as chegadas de hóspedes aos estabelecimentos e as dormidas por eles efetuadas (quadro 2 e figura 25).

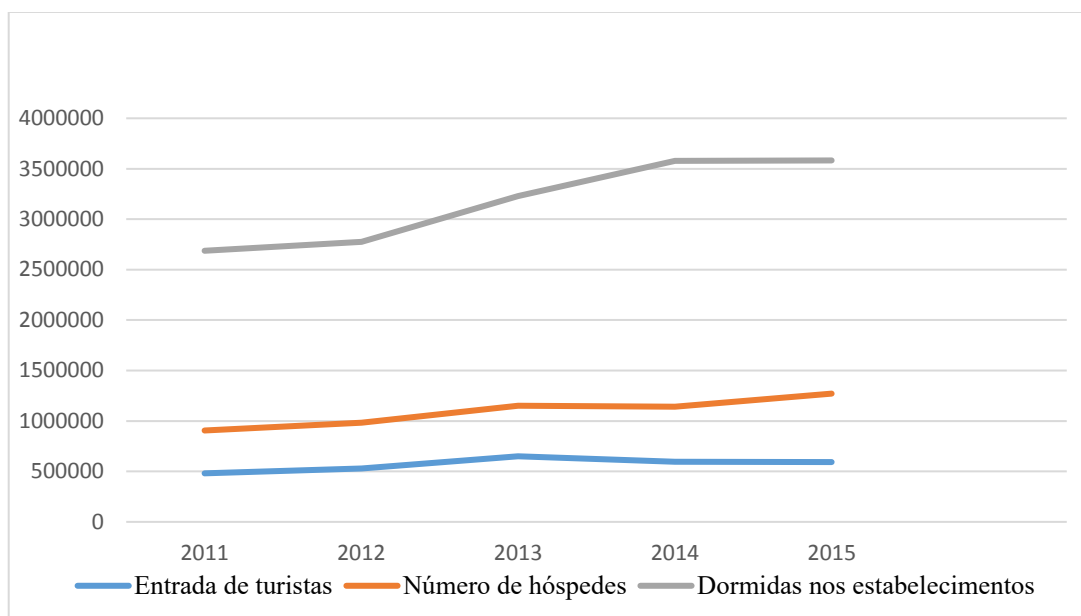
Quadro 2: Evolução dos indicadores turísticos de Angola no quinquénio 2011-2015

Indicadores turísticos	2011	2012	2013	2014	2015
Entrada de visitantes	481.168	528.133	650.033	594.998	592.495
Número de hóspedes	905.693	981.970	1.152.532	1.141.187	1.271.172
Dormidas	2.687.245	2.775.909	3.230.149	3.578.468	3.582.314
Permanência média	2,97	2,83	2,80	3,14	2,82

Fonte: Elaboração própria com base em anuários e boletins estatísticos oficiais

O registo da permanência média dos hóspedes em torno de três noites é um indicador que não deve ser negligenciado. Compreende-se que as unidades hoteleiras do país servem para os visitantes efetuarem um par de dormidas enquanto desenvolvem as suas atividades profissionais. Portanto, servem para acudir as deslocações rápidas de negócio ou de fins-de-semana que não obriga a estadas longas. Neste ponto de vista, subtende-se que há uma maior rotação de ocupação nos estabelecimentos, um maior desgaste da estrutura, equipamento, roupa e material diverso e alguma incapacidade para reter os hóspedes e aumentar as receitas.

Em relação à manutenção do crescimento dos indicadores de hóspedes e dormidas nos meios de alojamento, é sintomático verificar que 55% do número de hóspedes e 57% do número de dormidas registados em 2015 são atribuídos a angolanos residentes no país, sendo que a parcela restante corresponde a angolanos não residentes e a estrangeiros. Denota-se assim alguma habituação do cidadão nacional residente, com algum poder aquisitivo, em utilizar os serviços hoteleiros em detrimento do tradicional costume de se hospedar em casa de familiares e amigos nas deslocações domésticas.



Fonte: Elaboração própria com base em anuários e boletins estatísticos oficiais

Figura 25: Evolução dos indicadores turísticos em Angola no quinquénio 2011-2015

Outra situação que concorre favoravelmente para esta situação é o facto de um número crescente de angolanos residentes utilizar os fins de semana para alteração de rotinas, usufruindo de momentos lúdicos fora do ambiente familiar, incluindo muitas vezes dormidas em estabelecimentos hoteleiros. De igual modo, os fins de semana prolongados têm ajudado a consolidar os registos dos hóspedes e as dormidas nas unidades hoteleiras, tendo em conta o elevado fluxo turístico que se gera entre as diferentes províncias nas estradas do país. Contudo, não devemos descurar que as viagens a trabalho ao longo do ano, dos funcionários públicos, instituições não-governamentais e organizações privadas têm também contribuído significativamente para o crescimento desses indicadores.

Na verdade, pelas vicissitudes de Angola desde a independência, só faz sentido falar de turismo no país, na sua verdadeira essência, a partir de 2002 com o alcance da paz e com o lançamento do programa de reconstrução nacional, traduzida em termos gerais na desminagem, reabilitação e aumento da rede de estradas e caminhos de ferro, assim como o provimento de outras infraestruturas, equipamentos e serviços para o exercício de diversas atividades. Antes disso, como pudemos constatar, não foi possível desenvolver a atividade na época do monopartidarismo e muito menos no período de conflito armado

pós-eleitoral, entre 1992 e 2002. Nos quadros seguintes, observa-se a entrada de visitantes nesses períodos.

Quadro 3: Chegadas de turistas internacionais a Angola, entre 1990 e 2002

Chegadas de turistas internacionais a Angola				
1990	1995	2000	2001	2002
67.000	9.000	51.000	67.000	91.000

Fonte: MINHOTUR (2003)

Quadro 4: Chegadas de turistas internacionais a Angola, no quinquénio 2001-2005

Chegadas internacionais de turistas a Angola				
2001	2002	2003	2004	2005
67.300	90.500	106.600	94.300	209.900

Fonte: UNWTO (2007)

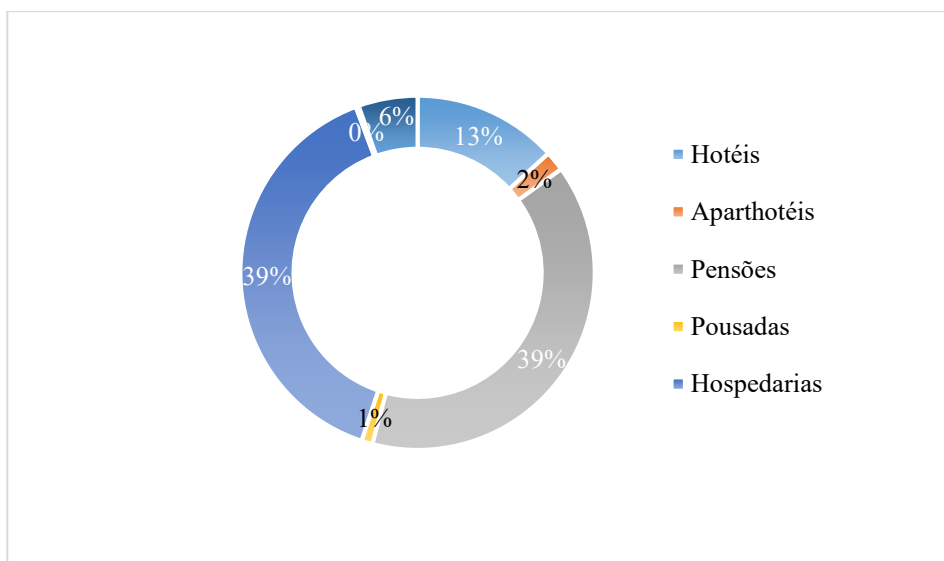
Portando, só a partir do ano de 2002 é que o discurso sobre a atividade turística começa a ganhar corpo e a fazer parte do quotidiano dos angolanos. Foi a partir desta altura que se começa a construção de novos empreendimentos hoteleiros de referência após a independência, a multiplicação de agências de viagens e a entrada em funcionamento do INFOTUR.

No que concerne aos indicadores da oferta, a ênfase tem sido dada à promoção e construção de empreendimentos hoteleiros e estabelecimentos de restauração, sem grandes preocupações para outros componentes da oferta que são fundamentais para garantir um maior grau de satisfação e ocupação dos tempos do visitante que permita aumentar a permanência no destino. Fala-se naturalmente de diferentes estruturas de animação que não existem ou existem sem qualquer significância: parques temáticos, jardim zoológicos, centros de desportivos e de animação, piscinas municipais, recintos culturais, entre outros. Acrescido a este facto está precisamente a não existência de

atividade turística estruturada, assente na oferta de produtos consolidados e roteiros turísticos concretos que orientem o turista sem que tenha um familiar ou um amigo como guia turístico.

4.2.2. A oferta hoteleira e a situação de outros subsectores

Em relação à oferta hoteleira (figura 26), não obstante as hospedarias e pensões representarem 78% dos 1.206 estabelecimentos contabilizados em 2015 – estruturas de pequena dimensão que permitem acolher fluxos massivos de turistas da classe média e de estratos da sociedade com menor poder aquisitivo – o certo é que, para além da desvalorização e epítetos pejorativos que são alvos, a capacidade de alojamento que este grupo de estabelecimentos oferece é mais reduzida. Por outro lado, o discurso das autoridades tem sido de apelo, até à exaustão, de construção de hotéis de categorias superiores, como se fosse possível garantir acesso a estes estabelecimentos à maioria dos cidadãos residentes, que não têm sequer recursos suficientes para as necessidades primárias.

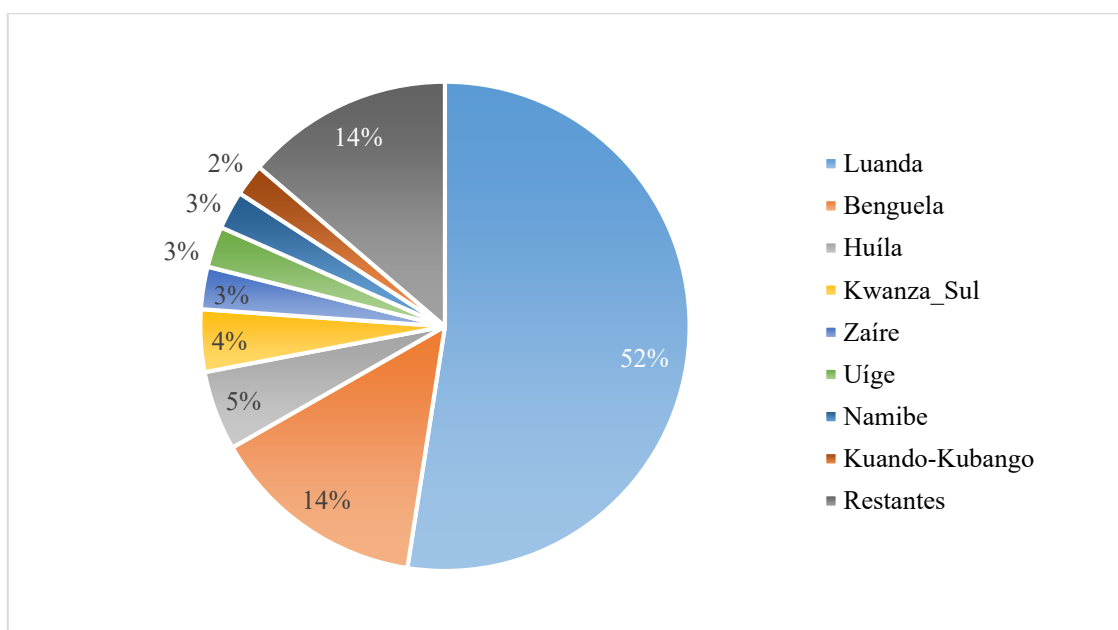


Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico 2016

Figura 26: Empreendimentos hoteleiros em Angola em 2015

A estrutura hoteleira está concentrada no litoral do país, onde os principais polos são Luanda e Benguela, que representam, respetivamente, 47% e 17% de todos os estabelecimentos hoteleiros e meios complementares de alojamento do país. Todavia,

como a capacidade hoteleira é melhor percebida em número de quartos ou de camas, constatamos que quase metade (46,6%) dos 23.973 quartos é disponibilizada em hotéis, que vão de uma a cinco estrelas. O peso da oferta dos hotéis, com estruturas de custos mais elevadas inibe, como é óbvio, as correntes turísticas mais humildes economicamente e condicionando de certo modo o turismo interno. Por outro lado, a assimetria de capacidade entre Luanda e as demais províncias é abismal. Mais de 52 % dos quartos estão concentrados na capital do país, como demonstra a figura 27. Outras províncias com alguma expressividade são Benguela e meia dúzia de províncias do litoral e das zonas fronteiriças do país, exceção a Huíla, que é uma placa giratória importante do ponto de vista geográfico e económico do sul de Angola.



Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico 2016

Figura 27: Capacidade de alojamento em quartos, por província, em 2015

Observando os restantes subsectores do turismo em Angola, verificamos que a nível dos organizadores de viagens e estruturas intermediárias existe também um grande défice de serviços. O país não possui um único operador turístico nacional com poder financeiro e com capacidade para negociar com os fornecedores de serviço e produzir viagens que satisfaçam as necessidades de viagens internas, principalmente. As agências de viagens existentes, com pouco poder de influência nos estabelecimentos hoteleiros, estão mais

propensas a comercializar bilhetes de passagem aéreas e pacotes turísticos externos em troca da respetiva contrapartida comissionária. O Anuário Estatístico de 2016 aponta para um total de 160 agências de viagens no país das quais, 155 estão sedeadas em Luanda.

O subsetor dos similares de hotelaria tem sido o mais afetado pela crise que o país vive, basta para isso realçar que é o único ramo do setor que viu reduzido o número de estabelecimentos de 2014 para 2015 em 48 unidades. Se por um lado continua haver a necessidade de deslocação e de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, a afluência aos restaurantes, bares e outros serviços de animação e lazer tem sido afetada pela contenção de gastos que as famílias vão aprendendo a observar no contexto atual de recessão. Portanto, o comer fora de casa sem absoluta necessidade é das despesas que os residentes mais limitam nos seus orçamentos.

Em 2015 foram contabilizados 4.736 estabelecimentos similares, sendo que 33% deste número está concentrado em Luanda e 27% em Benguela. Com o agravar da situação, por via de despedimentos em massa e encerramento de muitos restaurantes e bares por falta de clientes, presume-se que os números para 2016 venham a ser anda menos satisfatórios.

4.3. Fatores de inibição da atividade. Constrangimentos e dificuldades

De acordo com os indicadores apresentados, a realidade do turismo em Angola configura ainda uma árdua tarefa para colocar o país na rota do turismo internacional. Apesar das chegadas internacionais de visitantes e da existência de correntes turísticas entre as províncias, o país carece de condições básicas para crescer e desenvolver a atividade. No conjunto de constrangimentos e dificuldades que condicionam um maior protagonismo do setor destacamos os seguintes:

- **Carência e fragilidade das principais infraestruturas:** a par dos recursos naturais e culturais, as infraestruturas representam uma oferta turística primária para qualquer atividade, visto que sem as quais, não é possível produzir, circular e comunicar de forma competitiva. A rede limitada e a precariedade das estradas de Angola são um obstáculo para a dinamização de vários setores de atividade, entre eles o turismo. Os principais eixos rodoviários estruturantes foram reabilitados com o fim da guerra mas já estão quase todos em péssimas condições de circulação. Estes ligam a capital do país a Benguela em 600 km ao longo do litoral; ao Huambo, no centro-interior (passando pelo Dondo), em mais de 600 km; a Saurimo no leste (passando por Malanje), em mais de 700 km; e ao Uíge, no norte, em pouco mais de 300 km.

Além da rede de estradas, importa mencionar outros problemas infraestruturais que têm condicionado bastante a atividade, entre tantos que afetam negativamente o bom desempenho do turismo. Faz-se referência concretamente da deficiência do provimento de serviços a nível das redes técnicas, saneamento básico, serviços de comunicação, internet, fornecimento de água e energia elétrica. Situação de falta que obriga os produtores de bens e serviços turísticos e não turísticos a se socorrerem de fontes alternativas, tornando o produto ao consumidor bastante mais oneroso.

- **Escassez de equipamentos hoteleiros e similares de qualidade:** não obstante haver nas principais cidades do país um número assinalável de hotéis e outros estabelecimentos hoteleiros, verifica-se que a promoção desses estabelecimentos tem sido feita sem o rigor técnico a nível do ordenamento do território e dos projetos de arquitetura, originando no primeiro caso, a produção de equipamentos situados em lugares com problemas de acessibilidade, segurança, enquadramento paisagístico, harmonização da rede hoteleira, etc.; e no segundo caso, dificuldades várias a nível da operação e fluxo operacional, como problemas de ligação funcional entre os espaços, acabamentos arquitetónicos rudimentares, mobiliário e material vulgar e outros aspetos que deslustram a qualidade dos empreendimentos e sua gestão.

Por outro lado, há que concentrar a atenção na diversificação da oferta turística, promovendo empreendimentos de alojamento mais económicos, como hospedarias, albergues, parques de campismos, entre outros, que possam cobrir as necessidades da população jovem, por sinal a camada mais representativa da sociedade angolana. A nível dos similares da hotelaria precisa-se também de uma diversificação que, tal como no alojamento, não ignore a necessária dispersão espacial e a proporcional distribuição geográfica dos equipamentos de restauração e diversão, tendo em conta a heterogeneidade do público quanto ao poder aquisitivo e outras características sociobiográficas.

O turismo só é fomentado com a democratização do consumo, através da criação de condições que permitam a circulação das pessoas e do capital, assim como a interligação horizontal e vertical dos serviços. Nesse sentido, o combate à escassez de oferta e da sua qualidade passa, igualmente, pela requalificação da oferta e inibição da proliferação de equipamentos hoteleiros e similares marginais, a designada hotelaria informal, sem o mínimo de condições higiénicas e sanitárias,

exercendo a atividade de forma ilegal e com prejuízos para o Estado a nível da massa tributária.

- **Deficiente informação estatística:** os dados e a informação estatística sobre o turismo de Angola têm sido apresentados pelo Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do MINHOTUR, socorrendo-se da informação produzida pelos Serviços de Migração e Estrangeiros, Banco Nacional de Angola e operadores privados do setor. Existem algumas interrogações sobre os indicadores da procura e da oferta que são publicados anualmente. Muitos deles, não só não explicam certas inquietações, como ajudam a levantar outras dúvidas. São exemplos, o caso já referido da oferta hoteleira em cama e da respetiva taxa de ocupação, a diferenciação do turista e do não-turista, a contabilização das entradas dos visitantes para além das fronteiras aéreas, ou ainda, a não inclusão dos excursionistas que atracam periodicamente em cruzeiros nos portos de Luanda e Lobito.

Essa informação estatística carece de análise mais profunda antes de ser disponibilizada para o consumo público. De igual modo, precisa-se de mais abrangência, congregando na sua análise a procura turística dos residentes do país, as despesas que efetuam no interior e no exterior do país, o número de vezes que viajam ou as motivações que originam suas deslocações. No entanto, há que reconhecer o esforço que tem sido feito porque as condições técnicas e humanas para esse exercício são muito limitadas a nível do ministério de tutela.

- **Falta de formação e produção de conhecimento:** é outra dificuldade que o turismo do país enfrenta. Pensamos que uma das principais premissas para o desenvolvimento de qualquer atividade passa pela prioridade na formação de competências, tanto a nível de gestão como a nível das mais diversificadas atividades operacionais nos diferentes subsetores. Por mais que os discursos sejam direcionados para uma vontade de alavancagem do setor, constantemente esbarram em ações inconsistentes, frequentemente desalinhados com a prática. Não é fácil estar convencido da existência de um pensamento sério para o setor, quando não há uma política e um plano concreto de formação dos seus ativos, nos mais diversos níveis.

A falta de formação profissional de base é por demais evidente. As escolas existentes, em número ínfimo, não respondem às necessidades do mercado. Por outro lado, está a questão do custo da formação que não é suportável para o público habilitado a

ocupar as áreas operacionais na hotelaria e na restauração. A formação de qualidade nesses ramos é bastante onerosa porque os produtos alimentares, bebidas e consumíveis são a determinada altura usados como material didático sem a devida compensação a nível económico. Então como atribuir essa responsabilidade ao setor privado que tem como objeto primeiro o lucro e o retorno do capital investido? Como esperar que o custo da formação seja baixo quando o pensamento do Estado é exonerar-se dessas responsabilidades formativas?

Há a salientar também o surgimento de instituições do ensino médio e do ensino superior, ministrando cursos a nível do turismo e da hotelaria. Neste momento, existem cinco instituições com cursos superiores em Luanda, uma em Benguela, outra no Cuando Cubango, e provavelmente uma em Malanje. No entanto, levanta-se aqui o problema das condições das próprias instituições de ensino para ministrar cursos do género, da preparação básica dos alunos, dos planos curriculares e corpo docente para as matérias específicas, das aulas práticas e dos estágios profissionais, da adequação dos cursos às necessidades das empresas e outros promotores de emprego ou ainda do acompanhamento e fiscalização do ministério de tutela e outros organismos implicados.

- **Falta de transportes para servir a atividade:** o movimento doméstico com motivações marcadamente turísticas é feito na base do transporte aéreo, suportado por duas companhias aéreas nacionais. Se é um facto que a distância entre os destinos e a permanência média no local de visita obriga a que os viajantes prefiram tendencialmente o avião, não é menos verdade que a oferta a nível do transporte rodoviário ou ferroviário no país para servir o turismo é inexistente. Os comboios e os autocarros possuem ligações interprovinciais, quase sempre a partir de Luanda, para um residente que viaja no âmbito das suas preocupações económicas e socioculturais. Raramente a viagem é associada apenas à ideia do passeio, está quase sempre subjacente a visita a pessoas próximas ou negócios. Exceção feita às deslocações em grupos, ligadas às instituições de ensino, igrejas e outras.

O não residente que, chegado a Angola, pretenda percorrer o país por terra, não encontra nas empresas de transporte um serviço digno. A clientela é heterogénea, as carruagens ou os autocarros executivos são escassos e não vão para além do conforto dos assentos, os terminais de transportes e as estações ao longo da via são lastimáveis

do ponto de vista do acolhimento e das condições de higiene. As paragens para aliviar os passageiros das suas necessidades fisiológicas ou para restaurar energias por via da alimentação são em mercados informais, com produção de comida a céu aberto e servida em barracas.

- **Reduzido poder de compra do angolano:** o cidadão angolano médio é fundamentalmente pobre⁵⁹, com dificuldades para suprir as necessidades elementares de habitação, saúde e alimentação ao longo do mês. A maioria da população vive do setor informal. Segundo o INE (2016), a taxa de emprego nacional é de apenas 40%, sendo que a maioria é funcionário público, pertencente à carreira não técnica, auferindo ordenados base abaixo dos quarenta e cinco mil Kwanzas⁶⁰ (Decreto Presidencial, 126/14). Mesmo antes da deterioração das contas do país o poder de compra do angolano comum não tinha condição de impactar o setor do turismo.

Neste particular, existe uma dupla dificuldade no país que afeta a atividade turística. Há a questão da insignificância do valor nominal do rendimento do trabalhador e, em associação, o custo elevadíssimo das mercadorias, matérias-primas e produtos diversos, que têm sido considerados dos mais altos do mundo. Na verdade, tudo em Angola e particularmente em Luanda é muito caro, quer seja a nível dos produtos alimentares, comunicação ou materiais de construção, os preços são sempre três a quatro vezes mais elevados que a média da região da SADC. Naturalmente, estando no final da cadeia de valores, o setor do turismo e os serviços conexos absorvem todo o valor acrescentado nos seus custos de produção, que é transferível ao turista no processo de venda.

- **Pouca produção interna:** o custo de vida elevado nas principais cidades de Angola e a carestia dos preços de muitos produtos essenciais está bastante relacionado com a pouca produção interna. Segundo informação que tem sido veiculada por alguns governantes do setor produtivo, a produção no país cobre apenas 15% das suas necessidades. É por esta razão que temos uma situação de crise agudizada porque a

⁵⁹ Os números do PNUD (2015) apontam para 37 % de pobres em Angola.

⁶⁰ A situação atual de crise económica depreciou a moeda nacional em quase 70% no mercado formal, estando a cotação situada em 166 Kwanzas por cada dólar americano. O fato é que o poder do compra do cidadão é perceptível em função das aquisições que faz, cujos preços são afixados tendo como referência o mercado informal. Cada dólar americano está a ser cambiado aproximadamente com 350 Kwanzas.

produção interna não cobre as necessidades de importação que têm sido bastante dificultadas devido a escassez de divisas.

A falta de produção interna está associada a fatores estruturais, como o já aludido problema das infraestruturas, que não viabiliza o escoamento e a distribuição dos produtos, o fornecimento de matérias-primas às poucas indústrias ou o fornecimento de energia elétrica e água regular para produzir a custos competitivos. Mais uma vez, o setor do turismo e, particularmente a hotelaria, que necessita de um sem fim de produtos para satisfazer a necessidade de um mercado bastante heterogéneo, é obrigado a importar todas as mercadorias e matérias-primas imagináveis, com implicações óbvias no preço de venda que é apresentado ao consumidor.

- **Imagem negativa do país:** o fator guerra e todos os males associados limitaram muitas ações a nível da governação e propiciaram o fomento de outros males como a corrupção generalizada no país, explorada até à exaustão pela imprensa ocidental, muitas vezes avessa a olhares que refletem boas práticas no “terceiro mundismo”. Portanto, essa é uma imagem exterior que se perpetua nos centros emissores de turismo, uma estigmatização permanente que limita a capacidade dos não residentes, potenciais investidores e visitantes, de olharem para as reais opções que o país oferece.

Todavia, a avaliação negativa do país tem sido potenciada pelas ações menos conseguidas dos próprios angolanos. O país é visto como tendo um regime fechado, pouco democrático, com burocracia excessiva nos serviços consulares para conceção de vistos aos interessados em visitar. Está muito mal cotado em relação a alguns *ratings* internacionais que medem a qualidade de vida dos países, boa governação, desempenho económico, etc. Para citar alguns exemplos, Angola é considerada dos piores países do mundo em termos de índice de desenvolvimento humano⁶¹, é dos países mais corruptos do mundo e dos piores em termos de transparência e ambiente favorável para realizar negócios⁶². Portanto, um currículo muito pouco apelativo para o turista e o potencial visitante.

⁶¹ IDH igual a 0,532. Posição 149 entre 188 países do mundo (PNUD, 2015)

⁶² Segundo a Transparency International (2015), Angola situa-se na posição 163 entre 167 países no índice de perceção de corrupção.

- **Inexistência de produtos, roteiros e pacotes internos:** não obstante as suas especificidades, o turismo só se desenvolve na base de oferta concreta, estruturada, organizada e comercializada como em qualquer mercado. Por outras palavras, é necessário que o turismo em Angola seja operacionalizado numa perspetiva integrada, concebendo produtos competitivos com os seus diferentes componentes (infraestruturas, equipamentos diversos, acessibilidades, entretenimento, serviços conexos, atrativos naturais e culturais).

Na verdade, o país ainda não possui localidades que se podem considerar destinos turísticos na aceção da palavra, que garantam fluxos turísticos regulares com viagens baseada nas férias e no lazer. Ao visitante não lhe é disponibilizado um roteiro turístico, a não ser que seja feito isoladamente para acudir necessidades específicas. Nas cidades e locais de atração não existem postos de informação turística, brochuras, mapas e desdobráveis para orientar o visitante durante a sua estadia. De igual modo, por não ser viável devido aos custos de produção, praticamente não existe oferta de pacotes turísticos internos, não obstante a baixa ocupação dos meios de alojamento.

- **Dependência do turismo de negócio e de fim-de-semana:** conforme vimos, o turismo praticado em Angola é essencialmente de negócio por força da própria efervescência económica que o país viveu no pós-conflito armado. Assiste-se a um crescimento desequilibrado do turismo, onde a primazia tem recaído na construção de hotéis para sustentar a forte presença do turismo de negócio. Os organizadores de viagens, as companhias e agências de transporte e outras organizações e serviços complementares parecem funcionar à margem de um turismo inclinado para o não residente, apesar de existirem correntes turísticas internas com alguma relevância, intensificadas nos fins de semana prolongados, principalmente a partir da Luanda saturada e congestionada.

Para terminar, independentemente dos constrangimentos apresentados, importa que se reflita em pequenas ações para fomentar uma cultura de viagem e educação turística no país com vista a debelar paulatinamente as dificuldades. E nesse particular, a materialização da proposta avançada pelos órgãos de turismo de constituição duma operadora nacional é fundamental. Mas para isso é preciso dotá-la de capacidades e autonomia para negociar junto dos produtores de serviço, gerindo, distribuindo e

ajustando melhor a oferta e a procura. Esse operador deve conceber pacotes e organizar viagens económicas para satisfazer as necessidades de um público jovem, aberto a experiências novas, que precisa conhecer melhor os atrativos naturais e a diversidade cultural do seu país. Uma operadora que seja de facto o trampolim para o fomento do turismo interno no país, ajudando a criar produtos e roteiros, segmentando mercados, potenciando serviços, ao mesmo tempo que vai aliviando as contas dos prestadores de serviços, bastante críticas no momento por falta de clientes.

4.4. Planos e projetos. Desafios e perspetivas

Com a aprovação de uma nova constituição em 2010, o governo de angolano pretendeu iniciar um novo ciclo para o desenvolvimento do país definindo uma estratégia que visa o aumento da qualidade de vida dos cidadãos até 2015. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 seria o instrumento inicial de suportado para a diversificação da estrutura económica nacional com vista a sua materialização. Para o setor do turismo o PND definiu como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável, valorizando o património histórico e arquitetónico, os recursos naturais, culturais, e contribuindo para a geração de rendimentos e emprego. O cumprimento dos programas⁶³ e das medidas de políticas definidas para desenvolver nos quatro anos da vigência do plano não têm sido satisfatório, conforme se verá adiante.

Somente nos meados de 2015 é que o turismo de Angola passou a contar com uma lei de base, como suporte à conceção estratégica, organização e desenvolvimento das atividades turísticas no país. Para o desenvolvimento do setor, a Lei do Turismo 9/15 de 15 de junho, define a política nacional do turismo em três eixos fundamentais: plano estratégico de desenvolvimento do turismo, estratégia intersetorial para a consolidação do turismo e plano nacional do turismo. Neste sentido, os objetivos definidos para a política nacional do turismo são os seguintes:

- a) Permitir a redução das assimetrias e disparidades sociais e económicas de ordem nacional e local, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho;

⁶³ O plano definiu quatro programas específicos para o setor: capacitação institucional, formação de profissionais, divulgação e promoção do potencial turístico e apoio e desenvolvimento da atividade turística.

- b) Apostar na valorização turística da identidade cultural e das tradições das comunidades e populações locais, conservando o património histórico, cultural e a biodiversidade;
- c) Promover e descentralizar as práticas do turismo, critérios de sustentabilidade económica, social, ambiental e que de forma segura, desenvolvam a atividades turísticas assegurando um equilíbrio entre esta e o bem-estar das populações locais (...);
- d) Estimular e envolver o setor privado na prossecução de políticas e programas de desenvolvimento do turismo;
- e) Criar mecanismos de incentivo e fomento da atividade (...) que se traduzam em benefícios para os operadores bem como para as populações locais;
- f) Estabelecer o alinhamento dos programas de ação com outras áreas e setores complementares, tais como, a cultura, o ambiente, a agricultura, o comércio, a administração do território, os transportes, o planeamento, (...).
- g) Estabelecer metas e métricas quantitativas e qualitativas que permitam a avaliação e monitorização da evolução das políticas estabelecidas.

Paradoxalmente, à formulação inicial do plano nacional definido na política nacional do turismo, o plano estratégico (a primeira medida de política do PND 2013-2017), foi elaborado cinco anos antes da aprovação da Lei do Turismo, comportando uma agenda de dez anos. A agenda 2011-2020 para o desenvolvimento do setor foi publicada em 2013 e perspetiva ações que visam alcançar os seguintes objetivos quantitativos: alcançar a cifra de 4,6 milhões de chegadas internacionais; criar mais de um milhão de postos de trabalho no setor; atingir uma receita anual de 4.700 milhões de dólares americanos; obter uma representatividade no PIB superior a 3% (MINHOTUR, 2013). Na altura da conceção da agenda, o país registou 481.168 chegadas internacionais, produziu 145.564 postos de trabalho diretos e realizou um volume de negócios de aproximadamente 700 milhões de dólares americanos, representando pouco mais de 0,7% do PIB (MINHOTUR, 2012).

Como se constata, os objetivos de crescimento do turismo definidos neste plano, designado de Plano Diretor do Turismo (PDT) são bastante ambiciosos. Pretende-se que o turismo se transforme numa das principais atividades do país com o propósito de

minorar a dependência na economia mineral, nomeadamente no petróleo, apostando em setores com reconhecido potencial estratégico para gerar capacidades e acrescentar valor à economia nacional. Para a dinamização da atividade a estratégia assenta no aproveitamento do vasto e riquíssimo património natural e na valorização dos ativos histórico-culturais.

O PDT é o principal instrumento orientador do turismo nacional, com um conjunto de diretrizes, metas, linhas de ação e matriz estratégica de produtos, destinos e mercados com a vigência mínima de dez anos. Este plano sugere o posicionamento de Angola como um destino de diversão e animação em África, alavancando o seu património cultural, natural, de praias e desportivo, com o mote: “Angola, país jovem, onde a diversão acontece”, pois que, 65% da população tem menos de 25 anos (INE, 2016). Esta visão foi fundamentada nos fatores de diferenciação do país que, segundo o documento estratégico, se caracteriza em quatro elementos distintos:

- História, cultura e tradição: com a promoção do passado histórico, da cultura dos povos, a música, a dança e atividades complementares.
- Juventude, diversão, desporto e dinamismo: baseado no facto de ser um país jovem e dinâmico, com população alegre e festiva e com tradição em alguns desportos de grande projeção internacional.
- Clima e luz: baseado na temperatura média anual amena, no elevado número de dias de sol e horas de luz, assim como na diversidade de climas ao longo do território.
- Natureza: devido ao exotismo das paisagens, diversidade da fauna e da flora.

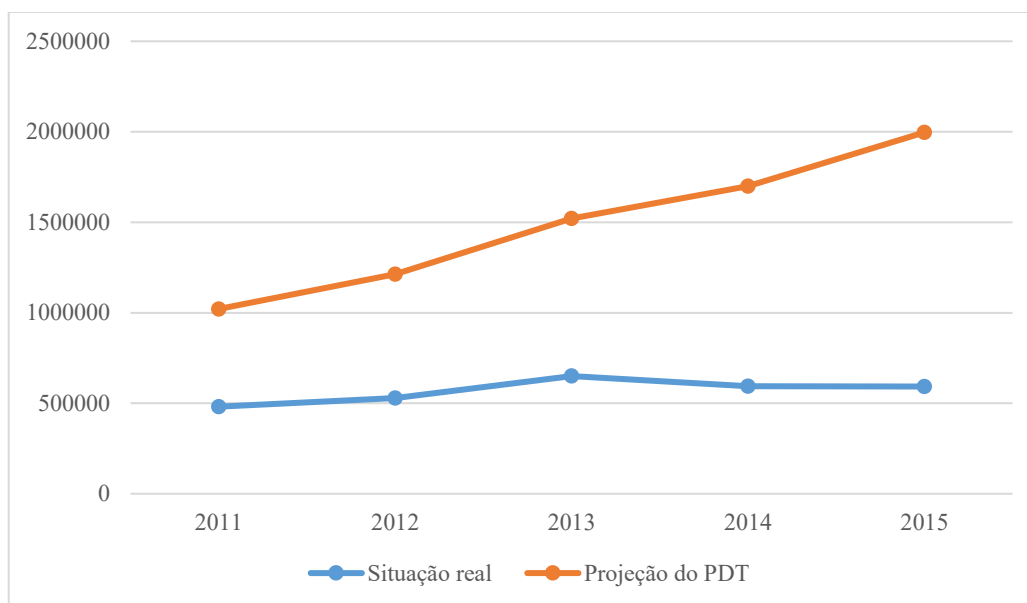
Foi com base nessas premissas que foram definidos como produtos estratégicos a desenvolver no país o turismo de sol e mar, cultural e natureza, perspetivando a dinamização do turismo doméstico nos primeiros dois anos e, posteriormente por via de um maior investimento e promoção, priorizar o turismo regional com os países de proximidade, para num estágio mais avançado apostar no aumento da competitividade global do setor.

Com o produto sol e mar pretende-se desenvolver práticas turísticas suportadas, obviamente, pelas praias do país, atividades náuticas, observação de cetáceos, *surf* e *windsurf*. Em relação ao turismo cultural, uma vez que o país não é detentor de grande

monumentalidade, a aposta está centrada na expressão imaterial dos povos: festivais de música, festividades regionais, eventos e locais religiosos, competições desportivas, gastronomia e rota de escravos. Já para o turismo de natureza, o objetivo é aproveitar a vasta fauna e flora com passeios de natureza, *safaris*, observação de vida animal e descida de rios.

Passado mais de metade do horizonte temporal definido na agenda do turismo o balanço é manifestamente negativo, não porque tornou-se impossível atingir as metas com o surgimento da crise económica e financeira, mas porque o plano foi elaborado numa base pouco realista, sem ter em conta fatores determinantes para a sua materialização, nomeadamente, o valor estratégico do setor para o poder político; o envolvimento e compromisso de outros setores, como a cultura e o ambiente; a capacidade institucional do setor e a qualificação dos seus ativos, entre outros. Tanto é assim que o PDT foi elaborado em 2011 mas a sua aprovação e publicação aconteceu dois anos depois, num período em que era suposto fazer-se a avaliação da primeira fase, a da dinamização do turismo doméstico.

Observando as chegadas de turistas internacionais (vide quadro nº 2), verifica-se uma evolução aquém da taxa de crescimento que se pretendia para o alcance de 4,6 milhões em 2020. Para compreender que o fracasso nas metas não está essencialmente relacionado com a crise económica, basta verificar que o número de visitantes cresceu 13,24% em 2011, 9,8% em 2012 e 23,1% em 2013, quando o ideal, conforme proposta do plano, era crescer a uma taxa mínima acima dos 27%. Isto significa que, se o país recebeu 424.919 turistas em 2010, teria de registar aproximadamente 540 mil turistas em 2011 e 685 mil em 2012. O gráfico seguinte (figura 28) demonstra o crescimento real, até 2015, comparativamente ao crescimento idealista do plano.



Fonte: Elaboração própria com base nos anuários e boletins estatísticos oficiais

Figura 28: Evolução das chegadas internacionais em Angola. Situação real e projeção apresentada no PDT

Com o fraco desempenho económico do país no final de 2014 e a afetação óbvia das suas externalidades ao setor do turismo, o governo de Angola instou os diferentes setores a procurarem alternativas para minimizar os efeitos da crise. Assim, o Ministério da Hotelaria e Turismo elaborou o Plano Operativo do Turismo (POT) para a diversificação da economia para o biénio 2016/2017 com um conjunto de ações e programas (sem qualquer orçamento), para serem executados no período de junho de 2016 a setembro de 2017. No conjunto das 21 ações definidas destacam-se 10, sendo que as demais, consideram-se irrealizáveis para o período proposto, inconsequentes pela falta de suporte justificativo, ou redundantes por se tratarem de ações sequenciais, de causa-efeito.

Eis as ações que mereceram a apreciação crítica:

- **Criação da comissão intersetorial do turismo:** é uma ação fundamental para a necessária abordagem sistemática e horizontal do setor. Porque o desenvolvimento do turismo é, acima de tudo, consequência do desenvolvimento dos outros setores. Essa intersectorialidade é já definida na Lei 9/15 como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento na política nacional do turismo.

- **Criação do Fundo do Turismo:** deverá ser um órgão tutelado para ajudar os operadores do setor, sobretudo em projetos de investimentos, formação profissional e outras necessidades objetivas. Não nos parece que seja exequível esta ação no curto prazo, considerando as dificuldades orçamentais para sustentar um órgão que necessita ter instalações, património e recursos humanos. Por outro, o Fundo de Turismo é um órgão que já tinha sido pelo Conselho de Ministros mas Ministros mas que nunca entrou em funcionamento.
- **Formação de quadros qualificados para o setor:** não havendo escolas públicas, orçamento e formadores suficientes para ações de formação de base, torna-se irrealista pensar-se na prossecução desta ação no curto prazo, mesmo pensando apenas numa simples atualização de competências dos ativos do setor. Em relação ao ensino superior, conforme o foco da ação que se apresenta no plano, pensamos ser uma atuação pouco impactante para a melhoria dos serviços;
- **Criação da empresa nacional da hotelaria e turismo (Tour Operator):** consideramos uma ação importante para a dinamização do turismo interno e para educação turística do cidadão nacional. Todavia, pelo tempo disponível, dificuldades orçamentais e pessoal técnico, torna-se praticamente inexecutável essa ação.
- **Criação de postos de informação turística:** é uma ação que se impõe, justificável em determinadas localidades com fluxos turísticos permanentes. Mesmo com a falta de verbas é possível implementar essa ação, potenciando e otimizando determinados funcionários do aparelho do Estado com formação no ramo, em ociosidade permanente nos seus gabinetes;
- **Criação do Observatório do Turismo:** a fraca representatividade associativa no setor, o reduzido apoio que as associações recebem do Estado e a gestão pouco participativa, faz com que o Ministério da Hotelaria e Turismo estabeleça quase todas as linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo nacional de forma isolada, para além de realizar tarefas operacionais que não deveriam ser de sua alçada. Pensamos que um Observatório do Turismo independente poderá ser um instrumento importante para contrapor e ajudar o organismo de tutela a decidir melhor sobre determinadas políticas, planos e estratégias.

Contudo, ao exigir recursos financeiros e humanos, torna-se inviável a sua prossecução no curto prazo.

- **Facilitação de vistos de turismo:** é uma ação óbvia para qualquer país que pretenda apostar no turismo como um setor estratégico para a economia. As razões da política restritiva de vistos se compreendem no quadro das fragilidades e controlo das fronteiras nacionais, acrescidas da instabilidade política da região e o facto do país estar circunscrito por países vizinhos “indesejáveis”. Assim, sendo incontornável a redefinição da política de vistos, é igualmente imperioso ações concomitantes de salvaguarda da soberania nacional;
- **Desenvolvimento de parcerias público-privadas:** uma ação, a iniciar agora, tem de ser obviamente permanente pelas responsabilidades comuns e complementares entre o Estado e os operadores do setor. Pensamos que existe bastante espaço para o concerto de algumas ações não obstante a crise. A criação de postos de informação é uma delas;
- **Desenvolvimento do Ecoturismo:** existem iniciativas isoladas de agentes privados na realização de práticas turísticas de natureza. Aqui, a parceria público-privada pode igualmente encontrar um caminho para a sua materialização, com pequenas iniciativas e a conceção de produtos e roteiros turísticos económicos, próprios dessa tipologia de turismo.
- **Desenvolvimento do turismo interno:** pensamos que essa ação é, sobretudo, o fim último da convergência e execução satisfatória das demais ações. Na verdade, qualquer uma das 21 ações definidas tem como objetivo intrínseco o desenvolvimento do turismo interno.

A par dos planos definidos para o turismo em Angola, importa mencionar também os projetos de desenvolvimento turísticos, criados sob respaldo de decretos presidenciais em 2011. Refere-se concretamente aos polos de desenvolvimento turístico, nomeadamente: o Polo de Okavango, situado na província do Cuando-Cubango, no sudeste de Angola, talhado para desenvolver o ecoturismo e a vida selvagem; o Polo de Cabo Ledo, situado a sul de Luanda, virado para o turismo de sol e mar; e o Polo de Calandula, situado na província de Malanje, centro-norte do país, inclinado para desenvolver, entre outras práticas, o turismo de natureza e o de aventura, tendo como foco a sua contribuição na preservação da espécie animal única no mundo, a Palanca Negra Gigante.

Adicionado a estes, está o Polo Turístico do Futungo de Belas e Mussulo, na cidade de Luanda, definido já em 2004, comportando na altura apenas a zona do Futungo de Belas. Posteriormente, decidiu-se incorporar ao polo a Ilha do Mussulo. Este polo estará inclinado para o turismo de sol e mar e, desportos náuticos, bem como para o turismo de negócios, tendo em conta a sua localização urbana.

A definição dos polos turísticos configuram um cenário de descentralização e desconcentração da atividade, para além de concorrer para a diversificação das práticas turísticas com a emergência de produtos turísticos ajustados as potencialidades do país e as necessidades dos visitantes nacionais e estrangeiros.

Objetivamente, os polos turísticos devem constituir-se em verdadeiros destinos turísticos, ainda inexistentes em Angola, com infraestruturas, equipamentos e facilidades de acolhimento direcionados para o consumidor visitante. No entanto, o processo ainda é bastante embrionário, de criação de infraestruturas e ordenamento do território e captação dos primeiros investimentos. O caso do Futungo de Belas e Mussulo é mais complexo, visto que o seu perímetro está totalmente ocupado por residências desordenadas, devendo necessitar de um aturado processo de desterritorialização e gentrificação do lugar.

O projeto transfronteiriço Okavango Zambeze é outro projeto importante a desenvolver no país, que consiste no estabelecimento de uma área transfronteiriça de conservação da biodiversidade e destino turístico de nível internacional. É uma iniciativa de cinco países da África Austral com interesses nas bacias hidrográficas dos rios Kubango e Zambeze de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. O projeto abrange uma área de 444.466,21 km², no qual Angola fornece uma importante parcela de seu território, 90.000 km² e 302.288 habitantes, integrando cinco municípios da província do Cuando Cubango (Cazalma *et al.*, 2014: 492).

De igual modo, considera-se como constituintes da oferta turística potencial e veículo importante para o desenvolvimento do turismo cultural em Angola, os bens culturais que o Ministério da Cultura pretende elevar a património mundial – já referidos – nomeadamente, a cidade de Mbanza Congo (com a candidatura já entregue à UNESCO), as pinturas rupestres de Tchitundu-Hulu e o Corredor do Kwanza.

Outros elementos para desenvolver a oferta turística no país são, indubitavelmente, as sete maravilhas naturais eleitas em 2014. Com o intuito de valorizar o património natural, promover a qualidade ambiental e a existência de locais de rara beleza, foram eleitas pela

população angolana sete “monumentos naturais”, num concurso organizado pela *National 7 Wonders*, entidade licenciada oficialmente pela Fundação *New7Wonders*, num conjunto de 201 bens naturais nas 18 províncias do país. O concurso foi organizado na base de quatro categorias distintas: rios e lagoas, quedas de água, áreas protegidas e grandes relevos.

No final, os setes bens naturais mais votados, independentemente da categoria em que estavam inseridas foram: Floresta do Maiombe da província de Cabinda; Grutas do Nzenzu no Uíge, Quedas de Calandula em Malanje, Lagoa de Karumbo na Lunda-Norte, Quedas do Rio Chiumbe na Lunda-Sul, Morro do Moco no Huambo e Fendas da Tundavala na Huíla. A iniciativa promovida pelo executivo angolano permitiu descobrir e divulgar muitos recursos naturais capazes de serem suportes para a definição de produtos turísticos de excelência, contribuindo assim para uma melhor inventariação dos atrativos turísticos do país.

Como se pode constatar, os objetivos de crescimento e desenvolvimento da atividade turística em Angola são bastante ambiciosos. Pretende-se que o turismo seja uma das principais atividades do país com o propósito de minorar a dependência na economia mineral, apostando em setores com reconhecido potencial estratégico. Ao serem definidos produtos turísticos âncoras ligados a natureza e a cultura, o turismo angolano pretende aproveitar o seu riquíssimo património para consolidar a atividade a longo prazo, pois, ficou claro que os indicadores avançados na agenda 2011 – 2020 são, de todo, irrealistas.

Neste particular, parece pertinente recomendar que os objetivos de longo prazo não devam ser definidos apenas para aumentar o número de visitantes e arrecadar mais dinheiro, mas sim, devem ser harmonizados com a sustentabilidade dos destinos. Por isso, urge incorporar no processo de desenvolvimento as ramificações dos produtos turísticos eleitos que possam revitalizar as localidades e explorar a capacidade de resiliência das comunidades para territorializar *in situ* as mais-valias geradas.

V. Capítulo. A cidade do Dondo. Território, população e desenvolvimento local

A cidade do Dondo é o resultado de um aglomerado urbano constituída pelas populações do antigo Reino do Ndongo. Situada na margem direita do Rio Kwanza⁶⁴, possui um território baixo, quase ao nível do mar e envolta de montanhas, que marca a separação da faixa litoral para zonas de maior altitude. A cidade está situada numa zona de transição geomorfológica, perceptível pelo percurso praticamente plano e retilíneo que é feito a partir do litoral. Essa geomorfologia pouco acidentada até ao mar torna o Kwanza inteiramente navegável a jusante, num percurso curvilíneo de 258 km.



Fonte: (AMC, 2013)

Figura 29: Mapa simplificado de localização do Dondo

⁶⁴ É o maior rio inteiramente angolano (nasce e desagua em Angola), com uma extensão aproximada de 960 km. Dá o seu nome à moeda nacional. O Rio Kwanza foi a mais importante via de comunicação e de circulação de mercadorias e pessoas do Reino do Ndongo e posteriormente constituiu-se também no mais importante meio de penetração da conquista portuguesa iniciada por volta de 1579-1580 (Coelho, 2010a).

A zona de transição é paralela à costa, e caracteriza-se por apresentar escalas crescentes em altitude à medida que se prossegue no percurso para o interior do país, atingindo o nível das zonas montanhosas e planálticas. As escalas ou os patamares crescentes em altitude para o interior são interrompidos ou cortados com frequência por rios, que correm diretamente para o oceano Atlântico.

A história da cidade remonta para lá dos primeiros contatos estabelecidos entre as autoridades coloniais portuguesas e as autoridades nativas, na primeira metade do século XVI. O assentamento populacional nessa localidade, favorecido pelo fator rio, terá ocorrido muito antes da chegada dos portugueses, visto que, relatos históricos informam que a ocupação dos territórios do sul de África começou a ser feita pelos migrantes Bantu saídos da região central do continente no primeiro milénio da nossa era.

A posição geográfica fortalecida pela frente fluvial navegável e facilidade de ligação entre o litoral e o interior permitiu ao Dondo experimentar estágios de desenvolvimento que a transformaram em importante polo industrial e empório comercial do país. Não é, porventura, surpreendente que a localidade tenha sido privilegiada em termos de urbanização devido ao movimento comercial que gerava. Inicialmente, estabelecendo o interface no comércio de escravos transatlântico entre os lugares de captura e de embarque, posteriormente, representado semelhante papel na circulação de pessoas e mercadorias entre interior e o litoral até à chegada do transporte ferroviário ao país no início do século XX.

Para uma informação mais detalhada sobre a cidade, desenvolve-se neste capítulo temas sobre a sua história, potencial económico, património cultural, recursos e atrações turísticas e as perspectivas de desenvolvimento da localidade.

5.1. História e desenvolvimento do território

O documento da Administração Municipal de Cambambe revela que a bacia do Rio Kwanza, nas proximidades da cidade do Dondo, engloba as formações rochosas e cristalinas do “maciço antigo”. A maioria destas formações rochosas caracteriza-se pelo elevado grau de metamorfismo, com materiais rochosos diversos e exposição à superfície da terra formada pela erosão do solo. Estas exposições das rochas ou afloramentos são visíveis e apreciadas nas duas margens do rio, possibilitando inclusive a coleta de amostras para estudos geológicos, que permitiriam conhecer em detalhe as características destas rochas, quanto a idade, composição mineralógica ou extensão. É neste aprazível

lugar entre o rio os afloramentos que o Dondo emergiu numa extensão urbana retilínea, em obediência aos condicionalismos impostos pela natureza.

A história do Dondo poderia ser escrita com mais profundidade se os arquivos sobre a cidade deixados pela administração colonial não fossem maltratados e destruídos inconscientemente. Sem merecer a devida atenção, os arquivos acabaram expostos ao sol e à chuva, sobretudo ao longo da década de 1990, ficando grande parte dele sem possibilidade de recuperação (Silvestre, 2014a). No entanto, o autor acredita que, apesar da história da cidade estar reportada em fontes escritas a partir da chegada dos portugueses em Angola, o assentamento populacional no Dondo existe há mais de um milénio. A localidade faz parte dos primeiros aglomerados humanos pertencentes à etnia Ambundu do espaço sociocultural Bantu que se estabeleceram entre as bacias hidrográficas do Kwanza e Bengo, cuja língua nacional predominante é o Kimbundu.

Dondo e os seus bairros periféricos situam-se aproximadamente a 180 km de Luanda, capital de Angola, tendo uma população estimada em 60.000 habitantes. A sua população atual é descendente da aldeia do Soba Kambambi (atual vila de Cambambe), mas também dos municípios fronteiriços do Libolo, província do Cuanza-Sul, e de Quiçama, atualmente pertencente à província de Luanda (AMC, 2009). Face à diversidade cultural dos primeiros habitantes e segundo fonte da administração municipal, acredita-se que a cidade do Dondo conheceu no início da sua criação uma subdivisão territorial que compreendia o bairro “Cabaza” reservado aos portugueses, no centro da cidade; “Cafuma” destinado aos povos oriundos do município da Quiçama; “Cerâmica” para os oriundos do Libolo, e “Cacesse”; reservado aos seguidores do Soba Kambambi, o soberano cujo nome foi adotado para o município de Cambambe

Descendentes de um rei ferreiro, os povos Mbundus ou Ambundus são provenientes da migração Bantu da África Central desde o tempo da idade ferro, no início do primeiro milénio da nossa era. O conjunto dessas povoações com os seus sobados, sendo Dondo parte integrante, constituiu posteriormente o Reino do Ndongo. De acordo com Coelho (2010b), o soberano deste reino recebia o título de Ngola, a origem da designação atual do país. Foi um reino que ofereceu forte resistência à política colonial de ocupação. Os povos Mbundus viviam em pequenas aldeias, controladas pelos membros masculinos de um único parentesco. Praticavam a agricultura para a subsistência, vendendo o seu excedente em feiras ou *Kitandas* (pequenos mercados constituídos para troca de produtos

entre os povos de diversas localidades), eram caçadores, pescadores, artesãos e exímios marinheiros e comerciantes (AHN, 2009).

“A história do Município de Kambambe data do sec. XIV. Consta que o Município que hoje é denominado Kambambe é terras pertencentes ao então chamado Reino do Ndongo, formado a partir do sec. XIV por migrações de povos negros oriundos do Centro de África, chefiadas pelo Rei Ngola a Nzinga, que avançou para o Kwanza e conquistou todas as terras até ao mar, e entregou-a ao seu filho Ngola Mbandi ou Ngola Inene. Teve como sua Capital Mbanza Kabaza, região situada na actual cidade do Dondo, no perímetro que fica entre o Registo Civil e a casa Bentes” (AMC, 2009: 8).

A designação da cidade, segundo Silvestre (2014a), está associada a uma lenda transmitida pelos mais velhos, segundo a qual, era abundante na localidade a existência de uma espécie de rato com este nome. Outra possibilidade, prossegue, remete para a designação de uma planta medicinal, muito utilizada para a cura da tuberculose, e que era facilmente encontrada nas imediações do aglomerado. No entanto, uma terceira alternativa está relacionada com facto da designação poder ser a derivação do chefe do clã que fundou a povoação. Portanto, julga-se que o nome Dondo tenha surgido de uma “M’Banza” denominada “Kabaza” (M’Banza Kabaza⁶⁵) e que era dirigida pelo Soba N’Dondu, cujo nome deu origem (Silvestre, 2014b). Essa última versão parece mais fiável na medida em que é recorrente na história de Angola as localidades herdarem a designação dos seus regedores ou sobas. São vários os exemplos que vão nessa direção, tais como a designação de Cambambe, proveniente do Soba Kambambi, ou mesmo a designação atual do país que representa uma derivação da palavra Ngola, o título dado ao soberano do Reino do Ndongo.

Após o estabelecimento de relações com o Reino do Kongo nos finais do século XV, a extensão de relações comerciais ao sul do Congo e o estabelecimento de contatos com as terras de Ngola pareceu sempre uma prioridade aos portugueses. Data de 1520 a primeira tentativa de estabelecimento de relações oficiais diretas de Portugal com o Reino do Ndongo. Quando em 1519 o soberano Ngola solicita padres portugueses por intermédio

⁶⁵ Kábásà, era a denominação dada a capital do Reino do Ndongo onde residia o soberano Ngola (Heintze, 2007; Coelho, 2010a; Coelho, 2010b; Silvestre, 2014b). A localidade habitual situava-se algures nas proximidades da região de Ambaca (município de Cuanza-Norte) com o Pungo Andongo (província de Malanje), principalmente com a chegada dos portugueses. Os historiadores defendem que a capital do reino era móvel, razão pela qual existe a convicção de que o atual Dondo terá sido em determinados períodos a capital do reino.

de D. Afonso, Rei do Kongo, dá-se lugar a uma missão que D. Manuel, Rei de Portugal, confia a Manuel Pacheco e Baltasar de Castro, encarregando-os a viajarem até à corte do Rei Ngola. Foi a partir desta missão que se espalhou a informação da existência de minas de prata no reino, particularmente em Cambambe, apesar do desmentido de Baltasar de Castro que, retido no reino durante seis anos, percorreu os seus territórios sem que tivesse percebido tal vestígio (Felner, 1933: 97). Essa informação, que continuou por mais de um século, motivou a conquista do reino por Paulo Dias de Novais na esperança do seu descobrimento, tendo ele sido também prisioneiro de Ngola por cinco anos na sua primeira viagem efetuada ao Ndongo (1560 – 1565).

Depois de ser libertado, e em posse de importantes informações sobre o Ndongo, Paulo Dias de Novais regressa a Angola com uma doação (Donataria) concedida pelo Rei de Portugal, encetando com os seus homens a sua marcha pelo Rio Kwanza após a fundação de Luanda. Este rio desempenhou sempre um papel determinante como meio de comunicação desde os inícios dos assentamentos humanos, destacando-se o seu potencial para a navegação e fator principal para a manutenção das feiras que permitiam as transações de vários produtos (INPC, 2014; ANA, 2015). A atividade económica nas localidades ao longo do Corredor do Kwanza revelam que os principais produtores agrícolas, mercadores, artesãos, marinheiros, caçadores e pescadores desenvolveram uma intensa rede comercial com a organização regular das feiras.

Esse ambiente comercial ao longo do Rio Kwanza passa a ser interrompido com alguma frequência, com a entrada em cena dos portugueses com o intuito de atingirem as supostas minas de prata de Cambambe. Por isso, após a fundação de Luanda, as primeiras povoações que se “criam” situam-se na margem do rio, cada vez mais para montante, até ao limite da sua parte navegável. Vão surgindo, assim, em rápida sucessão: Calumbo, Muxima, Massangano e Cambambe (Batalha, 1950). Sempre encontrando resistência nativa, Paulo Dias de Novais avança até à confluência entre o Rio Kwanza e o seu afluente, Lucala. Após intensos combates com as tropas do Rei Ngola Kiluanji acaba por vencer temporariamente e fixar-se na povoação de Massangano em 1583, onde, em função da vitória alcançada orienta a construção da Igreja de Nossa Senhora da Vitória.

Após a morte de Novais, em 1589, Portugal conseguiu estabelecer a sua soberania ao vencer as forças do soba Kambambi e construir a fortaleza nesta localidade em 1604. O avanço dos pombeiros e funantes em direção às feiras africanas permitiram a fixação da

população europeia e a criação de presídios ao longo do Kwanza, Massangano (1583), Cambambe (1604), Dondo (1583), Muxima (1589) (Dias, 1944; Batalha, 1950; Silva, 2000; Freudenthal *et al.*, 2010; INPC, 2014). Com a entrada dos parceiros europeus após a ocupação e a construção da Fortaleza de Cambambe em 1604, as feiras ganham outra vitalidade, orientando-se no sentido do oceano atlântico, alimentando o tráfico de escravos.

“Os presídios construídos pelos portugueses são o prolongamento da história das localidades e não o seu início”. A interferência dos portugueses no circuito comercial do Ndongo (...) viria a demonstrar mais tarde que a sua adaptação na sociedade africana, ainda que sob o estigma da submissão dos donos da terra, passava necessariamente pela aplicação dos mecanismos locais vigentes através da ocupação dos antigos espaços de comércio (...) e os mecanismos de controlo até então empregue pelos africanos” (ANA, 2011: 6).

De acordo com Silva (2000), nas localidades ao longo do Kwanza reúnem-se os requisitos de uma urbanidade comercial, não apenas em relação aos produtos agrícolas, cujos excedentes estimularam um intenso movimento comercial, oferecia-se igualmente o ferro, marfim e outros. Essa organização espacial das povoações nativa é aproveitada pelo regime colonial português para dar seguimento à rede de comércio indígena, potenciando as feiras, cujo epicentro era precisamente a localidade do Dondo. Através do canal fluvial ao longo de quatro séculos exportaram-se pessoas, recursos mineirais e produtos agrícolas diversos para a metrópole e outras localidades de interesse.

Entretanto, importa referir que a resistência do Ndongo à ocupação do seu território não terminou com a tomada de Cambambe. Desde o regresso de Novais em 1575 até ao fim da resistência dos povos ao longo do Corredor do Kwanza durou mais de um século, quer de forma isolada ou através de coligações com os reinos da Matamba e de Kassanji⁶⁶. Somente com a morte de Francisco Guterres Ngola Kanini é que os portugueses assumiram definitivamente o controlo das terras a norte do Rio Kwanza, submetendo um

⁶⁶ Matamba e Kassanji foram dois reinos muito próximos do Reino do Ndongo que destacaram-se mais com o enfraquecimento deste. Situados ao longo do Rio Kwanza a montante, para lá de Malanje e Baixa de Cassanje, próximo das terras Lundas, formaram com o Ndongo grandes coligações que infringiram pesadas baixas às tropas coloniais. Na verdade, Matamba era um reino que se confundia com o Ndongo, tanto é assim que a Rainha Njinga Mbandi a Ngola Kiluanji (Rainha Njinga) inicia o seu mandato de quarenta anos em 1623 como soberana da Matamba (Parreira, 2003: 54).

tratado de vassalagem a irmã de Kanini⁶⁷. Neste período de resistência emergiram como líderes destemidos em prol da causa dos povos, Ngola Kiluanji e os seus filhos, Ngola Mbandi e Njinga Mbande (também conhecida por Dona Ana de Sousa a partir do momento que foi batizada).

5.1.1. A Feira do Dondo e o início da urbanização local

A localização estratégica do Dondo, devido à sua ligação entre o interior e o litoral, tornou-o desde os primeiros assentamentos populacionais no principal eixo do comércio utilizado pelos produtores do sertão para escoarem os seus produtos até aos territórios à beira-mar e além oceano, tendo sido por isso um dos principais centros de relações socioeconómicas do passado, albergando a principal feira comercial até à chegada do transporte ferroviário no final do século XIX.

Dondo, enquanto espaço de comércio antigo, tornou-se num verdadeiro porto fluvial do qual escoavam as mercadorias que, depois de atravessar o Corredor do Kwanza até à foz, encaminhava-se para o Loango e Mpinda. Com a entrada em cena dos portugueses na sequência das ações militares desencadeadas para ocupação das terras de Ngola, essa localidade assume o mesmo papel de placa giratória dos produtos que agora se enviam para Luanda. No recinto comercial do Dondo, recebia-se produtos das mais variadas proveniências, mais próximas e mais distantes (Libolo, Muxima, Quiçama, Kassanje, Bailundo, Bié, Pungo a Ndongo, Lunda) (ANA, 2015). O Dondo era o ponto de convergência de todo o comércio das terras circunvizinhas e dos sertões distantes (Batalha, 2006).

Em 1625, o governador Fernão de Sousa impulsiona a reabertura das feiras antigas e abertura de novas, oficializando a Feira do Dondo, pois devido às lutas constantes pela ocupação do território a guerra dominou o quotidiano das populações com o fecho da maior parte das feiras (Freudenthal *et al.*, 2010; ANA, 2015). A partir deste período e aproximadamente quatro séculos, o Dondo passa a representar um importante local da história de Angola. A localidade “é o expoente daquele período embrionário em que a sua

⁶⁷ A “Dinastia” Kanini na Matamba começa com João Guterres Ngola Kanini em 1669, que derrota Jinga Amona, esposo da Rainha Kambu, que herda o trono após a morte de sua irmã Njinga Mbandi em 1663. Pouco tempo depois, com a morte do pai, sobe ao trono Francisco Guterres Ngola Kanini que termina morto pelas autoridades de Luanda. Com a ascensão de sua irmã Verónica Guterres é assinado um acordo de paz que limita substancialmente a resistência nativa num Ndongo e na Matamba (Parreira, 2003: 103-104).

economia pulsava ainda em débil e lenta gestão, no qual o Rio Kwanza constituía o cordão umbilical a ligar o comércio dos sertões com o mundo civilizado” (Batalha, 2006: 106).

“Chegados ao século XIX, a Feira do Dondo continua ser um empreendimento económico vital para a colónia de Angola cujos ditames do comércio conjugam o negócio de tráfico negreiro, já com sinais de decadência com o crescendo dos produtos locais também reclamados no mercado internacional, nomeadamente, a cera, o marfim, panos, a takula, cobre, ferro, o sal, peixe seco, algodão, artefactos, a borracha, configuram um novo contexto económico” (ANA; 2015: 11).

Não obstante se identificarem desde o início pretensões claras de ocupação de Angola, confirmada com a donataria de Novais, as características essenciais da ocupação, no entender de Dias (1944), só foram nitidamente definidas pelo governador António de Vasconcelos no terceiro quartel do século XVIII. Essa perspetiva de ocupação efetiva e desenvolvimento do território era um pressuposto da metrópole, através do governo de Marquês de Pombal, então primeiro-ministro de Portugal, cujos reflexos se fizeram sentir em Angola a partir deste período. No seu governo, entre 1758 e 1764, Vasconcelos considerava que Angola era muito mais que uma simples feitoria, rejeitando dar o mesmo tratamento que outras potenciais colonizadoras davam às terras de África, ao mesmo tempo que foi demonstrando que havia um plano concreto e estruturado de ocupação.

Conhecido como o período de penetração e fixação dos portugueses no território angolano, e com o tráfico de escravos a florescer, são ensaiadas contra todas as expectativas locais outras formas de governação. Francisco de Sousa Coutinho, que sucede a António de Vasconcelos, aplica os princípios pombalinos no seu governo e sonha com a industrialização de Angola a partir da transformação do minério de ferro, propondo a adoção de um salário ao trabalho executado pelos nativos nas minas e concessão de liberdade às populações a residir nas proximidades, defendendo que os recursos naturais da colónia deveriam ser transformados na própria colónia e só depois exportados (ANA, 2015).

Assim, propõe-se a construção de duas fábricas à beira rios e junto às zonas de floresta de densa vegetação, a de “ferro de terra” numa localidade designada de Nova Belém e a de “ferro da pedra” designada de Nova Oeiras, nas terras de Cambambe, a 45 km do Dondo. Apenas a fábrica de Nova Oeiras foi materializada, tornando-se na primeira fábrica de fundição de ferro na África ao sul do Sahara. As obras tiveram início em 1765

e dois anos depois exportava já ferro para Lisboa, Índia e Brasil, embora tenha sido concluída em 1772, marcando o início da industrialização na região, não obstante ter tido uma atividade efémera com o termo do mandato de Sousa Coutinho (ANA, 2015).

Essa mudança de paradigma vai obviamente refletir-se em maior importância económica da povoação do Dondo e nas transformações do seu tecido urbano e na sua conversão em vila, um século mais tarde. A primeira intervenção urbanística respondeu ao crescimento operado ao longo do século XVIII quando a intensidade do tráfico de escravos na feira do Dondo criava problemas na vida de homens livres e escravos. Num primeiro momento foi promovido o saneamento urbano através do aterro de pântanos, do abastecimento de água em fontanários e da construção de alguns edifícios públicos (Freudenthal *et al.*, 2010).

Nas primeiras décadas do século XIX (1825) com o desenvolvimento do comércio que chegava ao Dondo, nesta altura com cerca de 2000 habitantes, entre eles algumas centenas de europeus. Inicia-se outra dinâmica e ocorrem alterações no domínio da organização do espaço. Nesse sentido, Cambambe perde relevância e a sua decadência impele a transferência do Concelho para o Dondo em 1857, e transformação em Vila em 1870. Intensificam-se a construção de infraestruturas e equipamentos modernos para a sua urbanização. Num segundo momento, a expansão urbana ocorrida nas décadas de 1870-1880 exigiu a construção de novas estruturas como os Paços do Concelho, o hospital, o mercado e o açougue; o passeio público foi arborizado e instalado o coreto para a banda de música. Ampliou-se os espaços verdes, os largos e arruamentos foram sombreados com acácias rubras. A vila passou por uma transformação radical no aspeto sanitário e urbanístico. Foi a primeira em Angola a ver instalada a iluminação pública (Freudenthal *et al.*, 2010).

Com o fim da escravatura, o comércio virou-se para os produtos de terra, desenvolveu-se a agricultura e passou-se a aproveitar melhor os recursos naturais (Batalha, 2006). O seu porto fluvial, outrora um dos principais lugares de embarcação de escravos capturados no interior de Angola, tornou-se numa nova via para a embarcações a vapor de pessoas e bens até ao sul de Luanda. O comércio prosperava velozmente mercê da ajuda natural do Rio Kwanza que servia de meio de escoamento rápido de produtos, originando um gradual crescimento da densidade populacional da área. As exigências do mercado do Dondo dão oportunidade ao comerciante Archer Silva para a inaugurar a Companhia de

Navegação do Kwanza com algumas embarcações movidas a vapor (Boletim Oficial nº 52, de 29 de dezembro de 1866)⁶⁸.

O crescente aumento de negócios e de tráfego de mercadorias originou também o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das vias de comunicação terrestres. Foram abertas estradas até aos limites dos concelhos de Pungo a Ndongo e Kassange e é inaugurada em 1887 a ponte sobre o Rio Lucala, denominada Pinheiro Chagas, que liga o Concelho de Cambambe à região de Cazengo (Ndalatando) e de todas as terras para o Leste (Batalha, 2006). O progresso e desenvolvimento da localidade leva o regime colonial a ponderar seriamente a alteração da divisão administrativa de Angola, com a introdução da província do Kwanza Centro cuja capital seria, claro está, a histórica cidade do Dondo, compreendendo para além do Concelho de Cambambe, os de Quibala, Calulo e Quiçama (Silvestre, 2014a). Entre os principais eixos da economia de Angola pós-escravatura, Dondo era um protagonista que promovia o desenvolvimento e a reprodução dos territórios do interior que necessitam de uma representação forte para minorar as assimetrias regionais.

Durante as décadas do século XIX o Dondo esteve embalado pelo seu crescimento económico e transformação urbana acelerada, onde dominavam as mais de 50 Casas comerciais e filiais, enfileiradas na antiga rua da Kapacala (figura 2), paralela ao rio. O fluxo de produtos provenientes da feira do Dondo atinge números exponenciais para a exportação na Alfândega de Luanda, próximos ou superiores ao total de produtos provenientes de outras localidades. Contudo, o surgimento do transporte ferroviário e as necessidades crescentes de escoamento de produtos que não podiam ser respondidas cabalmente pela limitação do transporte fluvial, provoca ao Dondo um período de desaceleração económica e declínio. Uma situação que, curiosamente, ajudou bastante na manutenção quase intata do traçado urbano e do seu património construído até à presente data.

A 31 de outubro de 1886 foram inaugurados os trabalhos de caminho de ferro de Ambaca para Luanda que serviria para transportar as mercadorias do sertão, sobretudo da região dos Dembos, até o ponto de embarque para a Europa. Deste modo, facilitava-se o aumento do tráfego de mercadorias com ligação da linha férrea à navegação fluvial nos rios Kwanza e Lucala. O comércio no Dondo entra em decadência com a operacionalização

⁶⁸ Citado por Cruz (2000); ANA (2011); Silvestre (2014a); ANA (2015).

do caminho de ferro, agravando a situação depois do grave acidente da empresa de navegação do Kwanza, com perdas avultadas de bens materiais e humanos. Evidencia-se assim a necessidade de construção de um ramal de caminho-de-ferro para o Dondo, uma vez que o Kwanza já não estava capaz de satisfazer as exigências do comércio (ANA, 2015; Freudenthal *et al.*, 2010; Batalha, 2006).

É neste período que o poderio comercial do Dondo é profundamente afetado. De acordo com Batalha (2006: 105) “Para bem se avaliar as consequências que teve para o Dondo a construção do caminho-de-ferro, bastará comparar a tonelagem transportada por esta via num período de 29 anos. De 561 toneladas em 1889 passou para 29.972 em 1918, um acréscimo progressivo que se verificou na linha férrea que deve corresponder em proporção inversa, a redução equivalente no tráfego fluvial do Kwanza”.

A vila do Dondo recupera alguma áurea da sua efervescência económica com a construção do ramal do caminho de ferro Luanda-Malanje na primeira metade da década de 1920 (Silvestre, 2014a), mas não tanto como os períodos precedentes ao comboio, pois, a localidade era apenas um recetáculo da produção originária dos sertões do norte, centro e leste do país. Era um empório comercial sem bases próprias de produção, servindo fundamentalmente como um mercado para encontro de produtos entre o litoral e o interior, tendo como via de comunicação o Rio Kwanza.

Outro impulso na recuperação económica do Dondo foi dado com a construção da Barragem Hidroelétrica de Cambambe iniciada em 1958. Este empreendimento abriu caminho para a emigração caboverdiana e aumentou a número de famílias de emigrantes portugueses na localidade (Silvestre, 2014a). Com a construção da ponte sobre o Rio Kwanza em 1960, ligando Luanda ao Sul, o trânsito de mercadorias e passageiros por camionagem voltou a reanimar a vila do Dondo. A entrada em funcionamento da barragem deu início a um plano de industrialização que autorizou a instalação de fábricas de prensagem de algodão, desfibramento de sisal, de óleo de palma, serrações de madeira, fábrica de cerveja e fábrica de tecidos estampados de algodão, mobilizando muita mão-de-obra (Freudenthal *et al.*, 2010).

5.1.2. A configuração urbana da cidade do Dondo

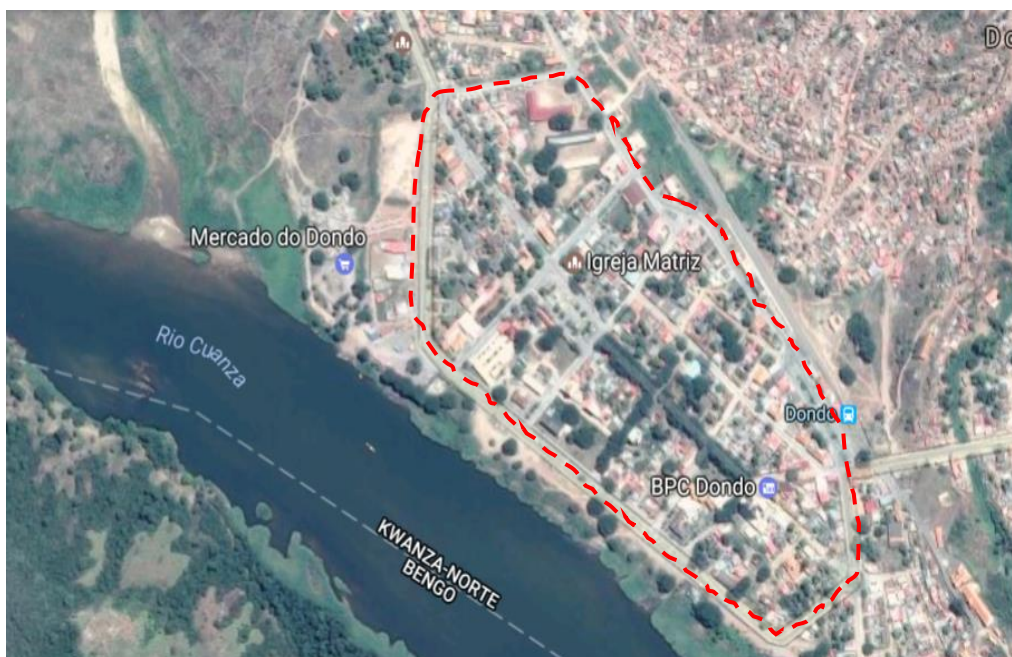
Em 29 de maio de 1973 a Vila do Dondo é promovida à categoria de cidade. O aumento do tráfego rodoviário de mercadorias e a constituição do parque industrial com o Complexo Hidroelétrico de Cambambe recupera a importância económica da localidade.

A urbe moderniza-se a toda velocidade com o surgimento de novos equipamentos urbanos. São construídos estabelecimentos de ensino, equipamentos hoteleiros e estabelecimentos de restauração e bebidas. Aos dois hotéis já existentes (Hotel Kwanza⁶⁹ e Hotel Marginal) junta-se um terceiro, todos com vista para o rio. Complexos desportivos e recreativos, novos prédios de arquitetura moderna em substituição do velho casario são projetados e a territorialidade é estendida para lá dos cinco quilómetros, com o surgimento do Alto Dondo, por força da construção da fábrica de cerveja EKA (Silvestre, 2014a).

A multiplicação das indústrias e da atividade comercial na cidade traz consigo uma pressão imobiliária e a consolidação da ideia de requalificação e substituição do património edificado por equipamentos urbanos mais ajustados às necessidades da época. Foi nesta altura que surgiu uma das grandes polémicas da época na sede do concelho. Decorria o ano de 1974, quando o então Presidente da Câmara Henriques Torres opôs-se veementemente da intenção das estruturas superiores de substituir as velhas e históricas habitações por novos edifícios, movendo inclusive a imprensa. Na altura afirmara categoricamente: «No Dondo ninguém toca. O Dondo representa a cultura. É uma cidade museu. Deixem-no como está...» (Silvestre, 2014a: 33).

Batalha (1950) defende que a configuração da cidade do Dondo é um paradigma urbano do império colonial do período setecentista liderado pelo Marquês de Pombal. Dondo é caracterizado por um traçado ortogonal de arruamentos; as vias principais são longitudinais ou paralelas ao rio, os traçados transversais ao rio têm importância secundária e em número mais numeroso (figura 30). O núcleo embrionário em quadra, a partir do qual foi implantado o traçado ortogonal apresenta muitos pontos de contato e afinidades com a urbanização desenvolvida por Portugal nos vários territórios do império, modelo característico do governo pombalino.

⁶⁹ Hoje em ruínas, o Hotel Kwanza foi o primeiro estabelecimento hoteleiro a ser construído na cidade do Dondo, no período áureo do seu crescimento económico. “Edifício de expressão oitocentista, de tipo vernáculo, com torreão de quatro águas. Um volume de proporção sensivelmente quadrangular com dois pisos, apresentado o térreo, duas portas de arco redondo, e o superior duas janelas sacada de cada lado” (Freudenthal *et al.*, 2010).



Fonte: www.google.com/maps [15/06/2017]

Figura 30: Núcleo urbano da cidade do Dondo (zona histórica classificada)

Para o Dondo foi também transportado o pormenor do passeio público no qual se construiu o clássico coreto para a música. De igual modo, nas cidades marítimas ou fluviais da metrópole e do Brasil, é também característico a praça de desembarque, isto é, a praça nobre de receção da cidade, o atual largo 4 de Fevereiro. Tal como o é o Terreiro do Paço em Portugal (Batalha, 1950). A cidade possui um traçado de feição retilínea, com casas térreas e sobrados, paredes fortes, com telhados de cerâmica portuguesa (algumas substituídas atualmente com chapas de zinco) construídas essencialmente de pedra, barro e cal. Os passeios foram feitos de laje, as ruas e praças iluminadas por candeeiros de cobre de belos efeitos escultóricos (INPC, 2014).

Como refere Batalha (2006: 106), “As velhas casas térreas e sobrados são desprovidos de ornatos e têm proporções comedidas, (...) mas possuem um toque de força viril e um equilíbrio de linhas que lhes dão um encanto singular. Dentro da sua modéstia tem arte, e através da sua sobriedade há distinção. No seu conjunto, têm um caráter intrínseco, possuem uma unidade estética e constituem um estilo definido, que lhes são próprios e exprimem um particularismo regional, já sem exemplo similar em Angola (...) O Dondo é um caso típico, com particularidade de apresentar uma estrutura urbana ordenada, pouco vulgar na época em que a vila se formou e se desenvolveu. Possui ainda um notável cunho

tradicional, acentuado pela afinidade geral de sua arquitetura, cheia de caráter, robusta e forte, como a vontade dos homens que a ergueram, afrontando o desconforto de um clima duro. Pela sua conformação e pelo seu caráter específico é um caso único em Angola, um modelo vivo da arte urbanística e arquitetural dos séculos passados, com estilo próprio e feição regional”.

“Quem vai ao Dondo tem a sensação de viajar no tempo. Todo o ambiente local nos faz retroceder o espírito às eras passadas, como se, por estranho sortilégio da fantasia, estivéssemos vivendo no século XVIII ou XIX, alheados da época frenética hordienda, com suas velocidades supersónicas e suas incursões nos espaços siderais (...). Seria atentatório dos interesses locais e nacionais destruir as típicas construções, o caráter urbano e o ambiente histórico do Dondo, ou desvirtuá-los com inovações inadequadas, quebrando a unidade estética e urbanística herdada do passado. A renovação e o progresso são fatores meritórios e desejáveis para a vida das povoações, os quais devem ser favorecidos e estimulados, mas quando outros valores estão em jogo, torna-se necessário orientá-los e condicioná-los num sentido de maior valorização de todo um património coletivo. «*O seu passado interessa ao seu futuro*»” (Batalha, 2006: 106-109).



Fonte: Autor (2013)

Figura 31: Largo do Lazer. Centro urbano da cidade do Dondo

Entretanto, o acervo cultural do Dondo na década de 1990, no reacender do conflito armado após as primeiras eleições em Angola, deixou de ser preocupação das autoridades, passando mesmo a ser alvo de desocupados e malfeitores. “Objetos de expressivo valor como canhões, estatuetas, quadros, brasões, bustos em bronze, etc., foram tomando descaminhos sem deixar rastros” (Silvestre, 2014a: 59). O largo do centro onde convergem todas as ruas, atual Largo do Lazer (figura 31), foi totalmente descaracterizado na tentativa da sua reabilitação após o alcance da paz.

Um desencanto que pode ser aferido nas palavras de Silvestre (2014b): “era um lugar aprazível, acabou-se com o repuxo iluminado, o piso ladrilhado, bancos públicos de ferro fundido trabalhado, arbustos, trepadeiras e jardins frondosos; foram substituídos por quiosques para atividade comercial, totalmente descaracterizado do contexto”. Um despropósito que rompe com a história num dos largos mais antigos de Angola.

5.2. Caracterização geral da cidade

O Dondo cresceu consideravelmente nas duas últimas décadas, ao longo das direções paralelas à estrada nacional 230, uma vez que os picos montanhosas de um lado e a corrente fluvial de outro, não permitem grandes extensões para lá dos bairros periféricos existentes atualmente, mantendo a sua estrutura original retilínea.

Segundo a administração municipal, a maioria da população vive no meio rural, as atividades mais comuns e que constituem as principais fontes de renda das famílias são a agropecuária de subsistência, a caça, a venda ambulante e a exploração de carvão vegetal. O município possui um clima tropical, predominantemente quente e influenciada pela zona equatorial e de baixas pressões. Ao longo do ano são identificadas duas estações: a chuvosa e quente (novembro a abril) e a seca e menos quente (maio a outubro). Existem vários cursos de água no interior do município com muitos rios e lagoas, sendo os mais importantes, o Kwanza e o Lucala. Os solos são sobretudo argilosos e a principal forma de relevo são as montanhas. Quanto à fauna, a região é rica em variadíssimas espécies, onde se destacam as pacaças (da família do búfalo), javalis, veados, nunces e macacos.

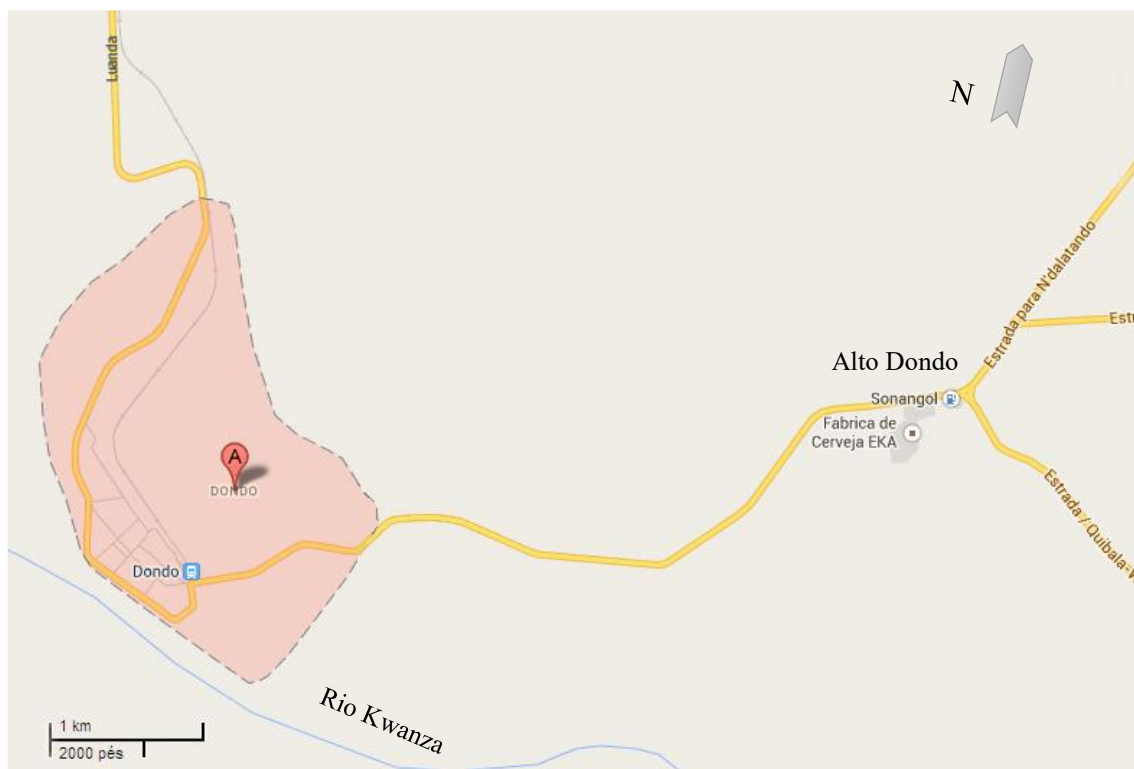
5.2.1. Localização, contexto regional e organização espacial

O território do Dondo possui uma área geográfica de 48 km², é a comuna sede do município de Cambambe (figura 32), localizada na província do Cuanza-Norte, uma das 18 províncias de Angola que conta no total com 10 municípios (Cazengo, Cambambe,

Lucala, Camabatela, Samba Cajú, Banga, Bolongongo, Quiculungo, Golungo Alto e Ngonguembo). A área territorial do município é de 5212 Km² e é composta por cinco comunas e perto de meia de centena de aldeias.

O município de Cambambe possui como limites territoriais:

- A norte o município do Lucala: localidade rica em recursos agrícolas e minerais;
- A sul o Rio Kwanza: o elemento natural que separa as províncias do Cuanza-Norte e Cuanza-Sul;
- A leste o município do Lucala e a província de Malanje: existe nesta zona importantes recursos agrícolas e minerais;
- A oeste o município do Golungo Alto e a província do Bengo: zona abundante em recursos florestais e minerais.



Fonte: www.google.pt/maps [15/12/2015]

Figura 32: Mapa e malha urbana da cidade do Dondo

O município de Cambambe, composto por cinco comunas tinha no início desta década uma população total de 83.996 habitantes, dos quais 68% vivia na comuna sede, isto é,

na cidade do Dondo (quadro 5). Nesta altura, em que tinham sido produzidos dados mais atuais através do estudo do perfil do município para a elaboração do plano diretor, a esperança de vida da população estava no intervalo entre os 45 e os 60 anos.

Quadro 5: Divisão administrativa do município de Cambambe

Comunas	Superfície	População	Densidade (hab./km²)
Dondo (sede)	48 Km ²	57.344	1.194,7
Massangano	1.776 Km ²	13.900	7,83
Zenza do Itombe	1.186 Km ²	6.950	5,86
São Pedro da Quilemba	1.203 Km ²	3.498	2,90
Dange ya Menha	999 Km ²	1.904	1,90
TOTAL	5.212 Km²	83.996	16,12

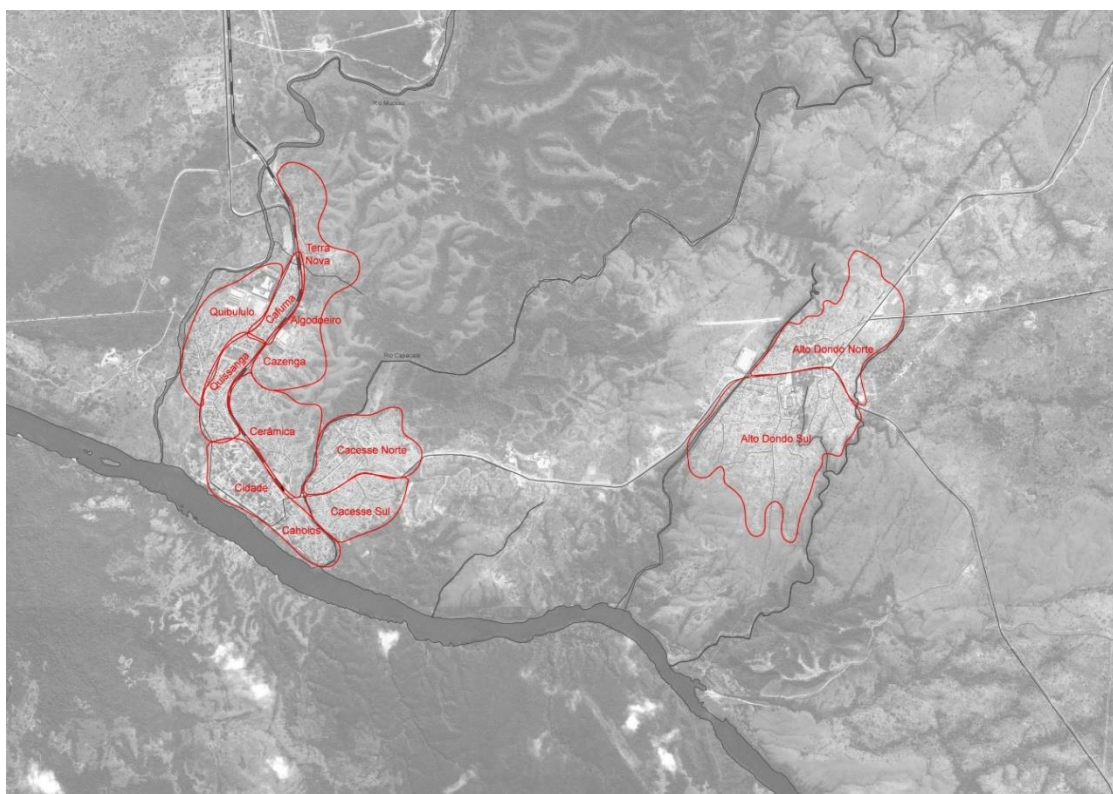
Fonte: (AMC, 2009)

O território do Dondo é composto por dois aglomerados populacionais separados por cinco quilómetros, nomeadamente a cidade do Dondo e o Alto Dondo, situado numa quota mais elevada, onde existe a divisão rodoviária para os destinos do sul e leste do país. Este aglomerado surge na sequência da construção da fábrica de cerveja e das moradias para os seus trabalhadores nos finais de 1960. Por sua vez, a cidade do Dondo possui como eixos estruturantes a estrada nacional 230 e o Rio Kwanza. Congrega também no seu interior dois rios intermitentes, Kapacala e Mucoso.

A cidade é constituída por cinco grandes bairros que acompanham a estrada nacional longitudinalmente devido à limitação imposta pela frente fluvial de um lado e conjunto de montanhas do outro. O percurso entre Luanda e Dondo é plano e quase sempre retilíneo a um nível próximo do mar, mas à saída da cidade a configuração geomorfológica altera-se, o relevo torna-se irregular a partir do morro do “S”, marcando o início da altitude em direção às zonas planálticas do país. Devido ao relevo acidentado, a contiguidade entre os aglomerados populacionais do Dondo e Alto Dondo tarda a acontecer.

Antes de se chegar ao núcleo urbano histórico, conhecido como o bairro da Cidade, o viajante saído de Luanda passa pela ponte sobre o rio Mucoso e passa pelo interior dos bairros Cafuma e Quissanga. Entre o Kwanza e a urbe, para lá do caminho de ferro, localiza-se o bairro da Cerâmica, com edificações precárias escaladas nas encostas até perto dos seus limites. À saída do núcleo urbano, a estrada nacional conta com uma segunda ponte, sobre o rio Kapacala, e rompe a meio os bairros Cacesse 1 e 2, experimentando novas altitudes em direção a outras latitudes.

Os estudos encomendados⁷⁰ em 2013 pelas autoridades locais para o Plano Diretor Municipal permite distinguir melhor os bairros do Dondo, conforme a imagem abaixo.



Fonte (AMC, 2013)

Figura 33: Bairros da cidade do Dondo

⁷⁰ Os estudos em referência foram realizados por uma empresa de consultoria, designada de Central Projetos, em associação com a GSE (Gestão de Serviços de Engenharia), em dezembro de 2013. Os estudos resultaram num relatório de caracterização do município de Cambambe e enquadrou-se no âmbito da elaboração do Plano Diretor Municipal.

- **A Cidade.** Possui um traçado colonial, constituída por uma malha regular, situada entre o Rio Kwanza e o caminho de ferro, paralela a ambos. Corresponde ao centro da cidade e a sua população ronda os 4600 habitantes. Imediatamente a sul encontra-se Cahaios. Uma pequena “península” do bairro urbano constituída pelo encontro da ribeira de Kapacala com o Kwanza. Integrou inicialmente um bairro social que se pretendia ser a continuidade da cidade. Em fase mais recente ocorreu uma ocupação mais desordenada com edifícios de pequeno porte. A sua população ronda os 800 habitantes.
- **Quissanga.** Pode ser considerado como a extensão da cidade a norte até ao cemitério oitocentista. É um bairro habitacional, constituído por um número significativo de vivendas construídas para os trabalhadores da fábrica de têxtil. Portanto, surgiu de forma planeada, com ruas de largura adequada. Conta com uma população à volta de 3600 habitantes.
- **Cafuma.** Localizada entre a estrada e o caminho de ferro, apresenta uma malha relativamente regular, apesar de grande parte das suas habitações serem modestas e possuírem um carácter tradicional. No prolongamento dessas habitações, atravessando a estrada localiza-se a zona industrial e dois equipamentos sociais (escola e centro de saúde). Um recente aglomerado populacional designado de Quibululo, com uma malha ainda perceptível, mas com dinâmicas de construção que se aproximam do rio Mucoso e dos inerentes riscos de inundação. Os dois aglomerados possuem no total cerca de 3000 residentes. Há a registar ainda nesta zona norte uma ocupação muito desordenada, com difícil acesso, desde logo com atravessamentos informais do caminho de ferro e sem malhas internas que garantam a necessária acessibilidade, com as designações de Terra Nova, Algodoeira e Cazenga. Consideram-se estes aglomerados como pequenos bairros de extensão à Cafuma que constituem no total cerca de 4400 residentes.
- **Cerâmica.** O bairro expande-se pelas encostas para lá do caminho de ferro, a nordeste do centro histórico, tendo como referencial o rio e a estrada nacional. Estende-se até à ribeira da Kapacala, confronta-se com uma topografia complicada e apresenta acessos muito deficitários, de impossível solução. É o bairro com maior número de habitantes, num total de 17000 aproximadamente.

- **Cacesse.** É um bairro de ocupação desordenada com a construção tradicional a dominar todo o seu espaço territorial. A estrada nacional 230 divide o bairro em norte e sul ou, como os residentes denominam, em zona 1 e zona 2. Na sua parte nascente ocupa topografias que originam acessibilidades muito difíceis. É composto por mais de 11500 residentes
- **Alto Dondo.** Tal como o bairro Cacesse, o Alto Dondo também é dividido em dois pela estrada nacional. A parte norte é marginada pelo percurso rodoviário que se prolonga para o leste e norte, passando pela capital da província e a parte sul é “rasgada” ao meio pela estrada que busca às terras do centro e sul do país, com uma forte dinâmica edificatória. Ambos gravitam à volta da fábrica da EKA, correspondem a uma ocupação desordenada e de construção tradicional. Os dois aglomerados compreendem no total 18000 habitantes.

Com base no levantamento efetuado para o Plano Diretor Municipal, a empresa consultora apresentou um conjunto de ideias programáticas sobre os bairros do Dondo, que necessitaria de uma administração urbanística mais atuante, conduzindo efetivamente o processo de crescimento urbano e iniciando ações de qualificação e/ou reabilitação do existente.

Para o bairro da cidade, face à qualidade urbanística elevada sugere-se a manutenção da volumetria do edificado e da estrutura dos espaços públicos, face à sua condição de património, reabilitando e utilizando os edifícios degradados através do reforço das suas funções terciárias. Em relação a Quissanga, o bairro a norte da cidade, as preocupações cingem-se na manutenção do seu carácter volumétrico e tipológico. Para Cafuma, Quibululo e Cahaios justificam processos de reabilitação, com melhoria da sua estrutura interna e legalização das situações fundiárias. Já em relação aos restantes bairros a Consultora defende a necessidade de encetar processos progressivos de reabilitação profunda, de estruturação, infraestruturização e legalização fundiária. A edificação precária até quase ao extremo das encostas obrigará a perspetivar o realojamento dos residentes noutros locais.

5.2.2. Infraestruturas e equipamentos diversos

A limitação de crescimento da cidade do Dondo condiciona o desenvolvimento de uma rede viária alargada, havendo apenas vias transversais à estrada nacional no núcleo urbano. A entrada do centro histórico existe uma rotunda que orienta os viajantes em três

ramificações longitudinais (uma pela marginal, uma num interior do centro e uma junto à linha férrea, todas elas paralelas ao rio), que se reúnem novamente num único percurso à saída do centro. Portanto, nos bairros do Dondo e do Alto Dondo não existe um segundo nível viário, com a função de distribuição de tráfego entre as diversas partes da Cidade. No centro as estradas transversais estão esburacadas e muitas delas quase sem asfalto. Nos bairros periféricos, as poucas estradas que possibilitam a circulação de automóveis não estão asfaltadas. Os acessos por carro são difíceis, principalmente na Cerâmica e em Cacesse que integram malhas pouco regulares. No tempo chuvoso a situação complica-se até para os acessos pedonais por serem zonas com terra argilosa. Neste sentido, as condições de segurança em caso de sinistro são bastante precárias e atrapalha bastante as operações de resgate e salvamento, tal como aconteceu anos atrás com as cheias e transbordo dos rios Kwanza e Kapacala.

Sobre os transportes, o município de Cambambe está ligado à estrada nacional 330 (EN 330) que se interliga com a estrada nacional 230 (EN 230) com ligações às províncias do sul: Cuanza-Sul, Huambo, Benguela e Bié; do norte e leste: Uíge, Malanje, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico. O percurso entre a sede municipal e a cidade de Ndalatando, sede da província, é de 75 Km. Existem carreiras diárias de transporte rodoviário proporcionadas por empresas privadas, assim como transportes particulares. A linha férrea que liga o Dondo à capital do país tem uma carreira de duas viagens por semana. No que tange às comunicações importa assinalar a existência de jornais, sinais de várias rádios e da televisão pública, serviços de correios, serviços de telefonia móvel e fixa e acesso a Internet. Embora estes últimos serviços funcionem com muita deficiência, principalmente no período de chuva quando há trovões e ventos fortes.

Em relação ao saneamento básico a situação é ainda mais calamitosa devido à incapacidade de recolha e tratamento dos dejetos e águas residuais pelas autoridades públicas. Grande parte das residências não possuem instalações sanitárias adequadas, de maneira que a população recorre ao ar livre para fazer as suas necessidades fisiológicas. Os resíduos são depositados a céu aberto e alguns deles mesmo à beira do Kwanza ou nas margens da Kapacala e do Mucoso. Devido à falta de sistema de esgotos integrado, desenvolveu-se o uso de latrinas com fossas sépticas. Não existindo condições para a remoção de resíduos do solo existe o risco constante de transbordo com graves problemas sanitários. Por outro lado, há também o perigo de contaminação das águas subterrâneas

que fluem para ribeiros ou rios, constituindo num perigo de saúde pública. Apesar de existir um sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, garantido por uma empresa particular, não existem aterros sanitários, pelo que o lixo é depositado em lixeiras. Os poucos pontos de recolha de lixo leva a população a constituir lixeiras públicas, muitas vezes em locais de comércio ou outras atividades humanas.

Em relação ao abastecimento de água, a maioria da população socorre-se dos fontanários que estão distribuídos pelos bairros. O sistema de captação e tratamento não tem capacidade para satisfazer o consumo de uma população que cresce ano após ano. A rede de distribuição de água que existe desde década de 1950 serve apenas o núcleo urbano e as zonas adjacentes da Quissanga e parte de Cafuma que possuem uma malha urbana regular. É uma rede que está em avançado estado de degradação com várias roturas, funcionando com muita deficiência. Por isso, algumas populações se abastecem diretamente do rio ou dos furos comunitários ou privados (Cacimbas). A administração municipal adotou também um sistema alternativo para minorar a situação, através da captação direta da água do Kwanza e o abastecimento à população por meio de girafas construídas na marginal da cidade. A água é distribuída pelos bairros através de recipientes com cerca de 1550 litros com ajuda de motociclos de três rodas, dirigidos geralmente por jovens que encontram nesta atividade o sustento de suas famílias.

No que concerne a energia elétrica, era de supor o fornecimento de um serviço mais regular e satisfatório pelo facto de no perímetro da comuna se situar a barragem de Cambambe, a poucos quilómetros da sede. Todavia, o abastecimento e a distribuição elétrica tem experimentado igualmente muitos constrangimentos, ao ponto de alguns bairros beneficiarem de energia já nesta década, apesar do complexo hidroelétrico entrar em funcionamento em 1963. Algumas ações foram desenvolvidas no sentido de construção e reforço de redes elétricas de média e baixa tensão, assim como a melhoria da iluminação pública. Porém, importa referir que o abastecimento de energia elétrica nos bairros periféricos é dificultado também pelas condições de acesso e edificações desordenadas, com malhas urbanas bastante irregulares.

A constatação no local e as informações recolhidas junto da Administração Municipal permitiu fazer o levantamento de um conjunto de equipamentos nos bairros do Dondo e Alto Dondo, muitos deles construídos no século XIX e classificados como património nacional.

- Estação do caminho de ferro. Para além da estação antiga que está inoperante, foi construída uma nova estação, no âmbito do programa de reconstrução nacional através do acordo de financiamento com o governo chinês.
- Mercado municipal. Reabilitado em 2010 é um equipamento que faz parte do conjunto histórico da cidade, construído em 1887. Para além deste mercado existem outros mercados informações nos bairros periféricos, sendo os mais movimentados o de Cacesse e o da Cidade, à marginal, adjacente ao largo 4 de Fevereiro.
- Equipamentos sociais. Existe um hospital municipal no centro da cidade e alguns centros de saúde nas periferias. O primeiro hospital municipal, construído no século XIX, não está operacional. As obras de reabilitação estão suspensas devido à falta de verbas financeiras para dar continuidade. Em relação ao ensino, há a assinalar a existência de escolas do ensino primário em todos os bairros e as do I e II ciclo mais concentradas no casco urbano. O Alto Dondo possui também uma escola de formação profissional.
- Equipamentos culturais. O Dondo não possui praticamente nenhum equipamento cultural. O antigo cinema que congregava no seu seio a biblioteca nacional foi convertido em estabelecimento hoteleiro, num processo de adjudicação pouco transparente. Aguardam-se novas instalações ou ativação de edifícios históricos para a constituição de uma biblioteca e um museu.
- Igrejas. Os principais equipamentos religiosos situam-se no conjunto histórico do centro, nomeadamente a Igreja Católica de Nossa Senhora do Rosário, transferida da vila de Cambambe e a Igreja Metodista Unida do Dondo, fundada em 1885.
- Cemitério municipal. Situado em Cafuma, no limite com o bairro Quissanga é um equipamento património nacional que esteve encerrado durante uma década. Os serviços fúnebres são realizados sobretudo nos cemitérios pouco convencionais da periferia de Cafuma e do Alto Dondo.
- Equipamentos hoteleiros e similares. Os três hotéis da marginal encontram-se inoperantes há vários anos. O Hotel Kwanza transformou-se em ruínas, sem possibilidade de reabilitação. O Hotel Marginal, com 20 unidades de alojamento precisa ser reabilitado, mas com condicionamentos que a exploração atual rejeita; não possui casas de banho privativas. O Hotel Delta era um residencial cujas unidades de alojamento foram transformadas em moradias com inquilinos do Estado. Os

equipamentos que funcionam atualmente são algumas pensões precárias no Dondo e Alto Dondo, três hospedarias e um hotel entre as duas localidades, para além de uma pousada existente na vila de Cambambe, que não é aberta ao público em geral. Em breve deverá ser inaugurado um hotel de cinco pisos com mais de 50 unidades de alojamento, lamentavelmente construído no perímetro do centro histórico.

5.2.3. Parque industrial e outras atividades económicas

O Rio Kwanza, para além de ter sido uma via de comunicação importante no passado, transformando-se no elemento vertebrador de florescimento de várias atividades económicas na historicidade do Dondo, é também ele o principal responsável pela constituição do parque industrial. Silvestre (2014a: 44-49), faz uma resenha sobre a constituição de todas as indústrias na cidade, por sinal o maior referencial do município de Cambambe, viabilizando o crescimento abrupto da cidade do Dondo desde 1960 até ao 25 de abril de 1974. Tudo começa com o início das obras de construção civil do Complexo Hidroelétrico de Cambambe em 1958 e a sua entrada em atividade cinco anos mais tarde. A existência da barragem propiciou a elaboração de um plano de industrialização do Dondo e de outras localidades do município, sobretudo aquelas privilegiadas pela presença de rios.

A Sociedade Angolana de Tecidos Estampados (SATEC) foi das primeiras unidades fabris a ser construída no Dondo, tendo a sua inauguração acontecido em 1966. Por falta de matéria-prima e assistência técnica especializada foi reduzindo paulatinamente a sua produção até paralisar definitivamente.

A VINELO é uma unidade fabril direcionada para o fabrico de derivados de frutos diversos, bebidas fermentadas, como o vinho, assim como sumos, compotas e outros enlatados. Iniciou a sua atividade no princípio da década de 1970. Hoje o seu equipamento encontra-se obsoleto e com poucas possibilidades de recuperação.

A Empresa Cervejeira de Angola (EKA) foi inaugurada em 1973 e continua em pleno funcionamento até à presente data, sendo a par do complexo hidroelétrico, o principal empregador da população residente.

Outras unidades fabris foram constituídas neste período que, infelizmente, tiveram um tempo de funcionamento efêmero face a mudança de regime após independência e a turbulência que se seguiu. A PREBLOC, fábrica de derivados de cimento, foi vítima das

circunstâncias derivadas do conflito pós-eleitoral, servindo inclusive como centro de recolha de deslocados, atualmente reduzida a escombros.

A Fazenda do MUCOSO, propriedade inicial de um alemão, começou por produzir óleo de palma e algodão, passando para a produção de banana que atingiu níveis de produção para exportação até finais de 1974. De igual modo, possuía extensões de terreno com outras plantações: laranjeiras, tangerineiras, mangueiras e hortícolas diversas que abasteciam as unidades hoteleiras e restaurantes da cidade e arredores. O aparecimento da indústria BANANGOL foi uma consequência óbvia da exploração agrícola exitosa do Mucoso, tendo sido construída com objetivo de transformar a banana produzida em produtos industriais derivados. O empreendimento chegou a ser testado mas com as mudanças políticas acabou por ser abandonada e desativada. Compunham também o parque industrial do Dondo a Algodoeira e a fábrica de Serrações de Madeira, cujas instalações estão desativadas há bastante tempo e utilizadas para outros fins.

Nos últimos vinte anos o setor industrial decresceu substancialmente, contudo, de acordo com os esforços empreendidos no âmbito do plano de reconstrução nacional, o governo central pretende restabelecer o polo industrial na cidade e no município. Face às boas condições hidrográficas e a situação geográfica privilegiada do Dondo, a perspetiva governamental é de construção de mais de quarenta indústrias e polos comerciais no município de Cambambe. Para além dos esforços de redimensionamento do parque industrial, foi implementado um projeto piscícola nas lagoas da comuna de Massangano para a produção de peixe. Pretende-se igualmente a captação de investimentos para o desenvolvimento agropecuário nas aldeias de São Pedro da Quilemba, e estão perspetivadas ações a nível do município que visam responder às necessidades de fornecimento de energia e água, requalificação urbana e processos incipientes de exploração de recursos minerais. Pois, são fortes os indícios da existência minerais diversos, tais como diamante, ferro, manganês, cobre, mármore e cal. Atualmente são explorados apenas alguma madeira e os inertes para construção.

O atual parque industrial é composto pelo Complexo Têxtil da SATEC, reabilitado há mais de dois anos mas com dificuldades de obtenção de matérias-primas para funcionar (prevê-se a sua reabertura ainda este ano). A fábrica de vinho e derivados VINELO, apesar de ter sido entregue à exploração privada continua inoperante e sem perspetivas de recuperação. As indústrias em pleno funcionamento são as já referidas, EKA e o

Complexo Hidroelétrico de Cambambe. A estas duas juntou-se há meia dúzia de anos a fábrica de água purificada Santa Isabel, cuja captação da água é feita a partir do Rio Kwanza.

A **atividade agrícola** sofreu muito com o conflito armado. Desde o seu término em 2002 se tem registado melhorias substanciais com o regresso das famílias camponesas nas áreas de origem, embora a falta de equipamentos e fornecimento de serviços elementares desencoraje a manutenção da população jovem nas zonas rurais. Em muitos casos, a produção agrícola deixou de ser de subsistência e passou a uma produção de rendimento, com as famílias a comercializar os excedentes, geralmente à beira da estrada face ao défice de estruturas intermédias de escoamento dos produtos. Por isso, é preciso incentivar a organização dos camponeses, constituindo empresas agrícolas familiares, associações de camponeses e cooperativas agrícolas para os esforços de distribuição dos produtos. Estes, em quantidades comerciáveis costumam ser a mandioca, batata-doce, milho, feijão, ginguba (amendoim), banana, hortofrutícolas e citrinos.

Em relação à **pecuária**, salientar que o gado é criado maioritariamente pela população, com a exceção do gado bovino. As comunas do município têm alguma tradição na criação de caprinos, suínos, ovinos e aves. Dados recolhidos pela administração municipal em 2008 apontavam para um número de cabeças de gado diverso superior a 86.000, com destaque para os caprinos e suínos, e aproximadamente 64.000 aves, maioritariamente galinha.

A **atividade comercial** exercida pelos agentes económicos do município apresenta grandes debilidades em termos de prestação de bens e serviços. Os poucos agentes grossistas da cidade do Dondo têm grandes dificuldades para satisfazer com regularidade as necessidades de produtos básicos e mercadoria diversa. Os comerciantes retalhistas são muitas vezes obrigados a se deslocar a Luanda (180 km) em busca de produtos para manter a atividade, cujos custos são obviamente refletidos ao consumidor. Quanto à **banca** e aos serviços financeiros, há assinalar a implantação de mais de cinco entidades bancárias com vários produtos para os clientes, onde pontificam o crédito jovem e o microcrédito. No entanto, o expediente para a obtenção destes produtos é bastante burocrático, oneroso e intemporal. A gestão local tem uma autonomia bastante limitada nos processos de conceção de créditos. Por outro lado, com a crise atual os bancos tornaram-se ainda mais cautelosos na venda nestes produtos.

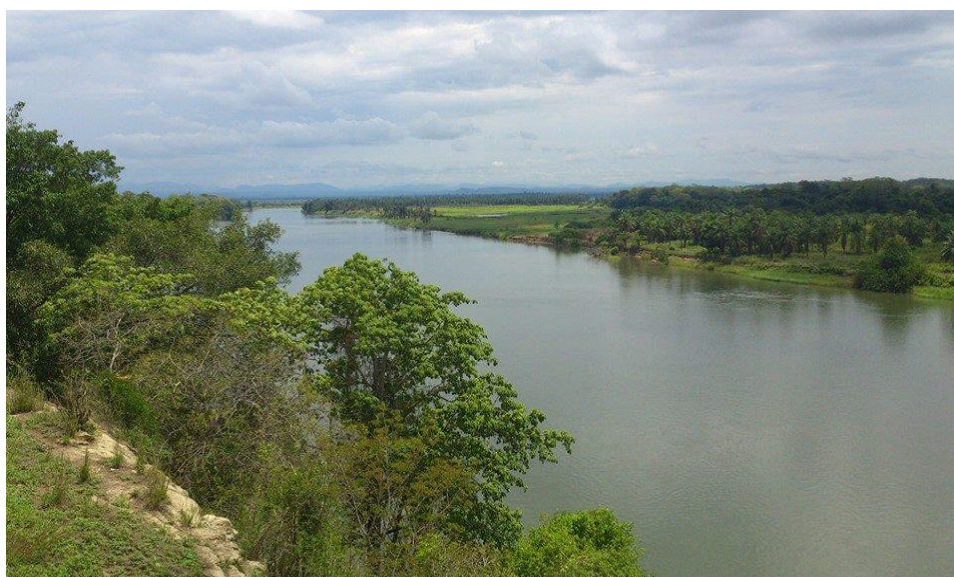
5.3. Atividade turística e os seus recursos

O município de Cambambe possui um grande potencial turístico, tanto do ponto de vista natural como cultural. Não obstante haver mais detalhes sobre o assunto nos capítulos seguintes, importa de forma sumária apresentar os seus principais pontos ou atrações turísticas.

Atrações turísticas naturais

- **Rio Kwanza:** a sua importância estratégica para o desenvolvimento do país é imensa, uma vez que estão construídas no seu percurso as três maiores barragens hidroelétricas do país, estando em perspectiva a construção da quarta. Além disso, possui no seu leito, para além do peixe abundante, inúmeros minerais que serve as populações ao longo do seu percurso. Do ponto de vista turístico, proporciona paisagens de grande beleza, passeios, atividades recreativas e desportivas, principalmente entre as localidades do Dondo e Massangano.
- **Marginal do Dondo:** é a zona de maior atividade turística do Dondo, não fosse o local onde foram construídos os três hotéis da cidade no período colonial, infelizmente inoperantes. Na marginal os visitantes são “forçados” a interromper a viagem para contemplarem o majestoso Kwanza, as montanhas da margem oposta e toda a paisagem circundante.
- **Albufeira da Barragem de Cambambe:** apresenta uma beleza cénica peculiar, com um perímetro verde circundante. Possui todas as condições para acolher equipamentos e serviços para desenvolver a atividade turística.
- **Praia Fluvial de Kiamafulo:** extensão de terra na margem direita do Rio Kwanza, metros antes da albufeira e da barragem de Cambambe, é um dos principais locais para lazer dos residentes, recebendo igualmente excursionistas de localidades vizinhas.
- **Montanhas e geossítios:** As encostas íngremes ao longo do rio apresentam valências estéticas, suscetíveis de serem aproveitadas turisticamente, com lugares praticamente virgens. Particularmente na margem oposta, pode se apreciar a beleza de montanhas “gemelares” que combinam afloramentos vistosos com coberturas verdejantes, banhadas em permanência pelo rio.

- **Lagoas e ilhas:** na comuna de São Pedro da Quilemba, particularmente na região do Bungo, o Rio Kwanza (figura 34) se desdobra em braços, obedecendo o relevo acidentado, para formar ilhas com palmares e outros componentes da flora local, para além dos rápidos e cataratas que representam um autêntico regalo da natureza. De igual modo, na comuna de Massangano, o Rio Kwanza e o seu afluente Lucala, têm uma zona de confluência que deu origem a lagoas com abundante peixe e mamíferos fluviais (Cazanga e Ngolome), sendo também elementos de atração da fauna local.



Fonte: Autor (2013)

Figura 34: Vista parcial do Rio Kwanza em Massangano

A dimensão dos atrativos naturais proporcionam ao Dondo e às comunas do município condições para o desenvolvimento do turismo. Com a estruturação da oferta é possível a exploração e usufruto das paisagens para além dos usos existentes atualmente. Facilidades de travessia do rio, acessos pedestres e seguros, infraestruturas mínimas de apoio a algumas práticas turísticas de aventura, de natureza ou de desportos radicais podem ser criadas para servir o turismo. A condição navegável do rio e a sua envolvência com os bens culturais deve permitir o surgimento de produtos turísticos assente em circuitos fluviais e *touring* cultural.

Atrações turísticas culturais

- **Conjunto histórico do Dondo:** antiga câmara municipal, Casa Leão (completamente em ruínas), mercado municipal e todo o conjunto de edificações urbanas que possibilitaram a elevação do Dondo a vila e posteriormente a cidade. O cemitério (1884) e o mercado municipal (1887) por exemplo, são locais com história, por onde passava a vida e a morte de grande parte dos habitantes da cidade e dos seus bairros suburbanos.
- **Largo 4 de Fevereiro:** situada na marginal, era o largo de desembarque da cidade. Neste espaço localizava-se a feira de comercialização de produtos diversos e de escravos, sendo um palco para resgate de parte da memória nacional. Hoje, para além da realização da feira do artesanato no espaço contíguo, estão concentradas diariamente as barracas de chapas de zinco que fornecem alimentação e bebidas aos viajantes, assim como quiosques com artigos diversos e *souvenirs*.
- **Ruínas de Massangano:** são referenciados edifícios como a fortaleza, a Igreja Nossa Senhora de Vitória, a sepultura de Paulo Dias de Novais, a fábrica de fundição de ferro de Nova Oeiras, antiga Câmara Municipal e a Casa da Reclusão. Edificações que serviram para a transferência do poder da província ultramarina para Massangano, aquando da ocupação de Luanda pela armada holandesa entre 1641 e 1648.
- **Fortaleza e as Ruínas de Cambambe:** a vila de Cambambe foi sede do concelho com o mesmo nome até a sua transferência para o Dondo em 1857. Parte do edificado administrativo da antiga sede está completamente em ruínas, restando apenas paredes isoladas e incompletas sem qualquer possibilidade de recuperação. Deste conjunto mantêm-se em bom estado de conservação a fortaleza e a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário, restauradas recentemente pela empresa brasileira Odebrecht, no âmbito de uma parceria com o governo angolano.
- **Pedra de Laúca, Túmulo dos Caçadores e Ponte de Santa Filomena:** são atrativos culturais situados na comuna de São Pedro da Quilemba, na fronteira com a província de Malanje. A Pedra de Laúca é um achado arqueológico recente, aquando dos trabalhos de construção da barragem de Laúca. A ponte de Santa Filomena é uma das primeiras pontes rodoviárias construídas no território angolano. Já o túmulo dos

caçadores representa um local sagrado, exclusivo e de grande veneração para os autóctones, tendo em conta a importância dessas figuras no seio das comunidades.

Naturalmente que a herança cultural do Dondo e comunas não se esgota nos bens materiais, antes pelo contrário. Do ponto de vista das manifestações intangíveis importa tecer algumas considerações, cujas particularidades interessarão igualmente ao turismo.

Os diferentes povos do município possuem hábitos e costumes assentes no valor da família em sentido lato, tal como todo o universo Bantu. A organização social é evidente na constituição do clã. A dança tradicional tem uma componente recreativa e condição de veículo de comunicação religiosa, curativa, ritual e até de intervenção social. O talento musical é expresso nas rodas noturnas dançantes de luz lunar ou em marimbas, batuques e outros instrumentos musicais. Os momentos de alegria à volta da fogueira, em cerimónias de casamento, iniciação dos jovens à puberdade, entronização dos soberanos, ou igualmente nos momentos de infortúnio são caraterísticos de muitas povoações do município.

Um dos aspetos marcantes nos hábitos e costumes dos povos é a celebração da união de duas famílias – o casamento tradicional. É uma das marcas da cultura, que só se considera consumado com entrega completa do dote acordado previamente entre as famílias (alembamento: compensação matrimonial em bens, dinheiro e animais, que a família do noivo oferece a família da noiva). Para esses povos, os casamentos civis e religiosos são apenas formalidades com pouco valor simbólico, enquanto não for cumprida as obrigações tradicionais.

Outra dimensão interessante na vida costumeira dos povos Mbundus são os símbolos e os significados dados enquanto os filhos forem nascendo. Segundo Coelho (2010b) cada nascimento é colocado um signo de um espírito. O nome dado a uma criança visa a sua inserção no grupo e representa o processo de personificação. Para afugentar os espíritos, a criança que é nascida depois de muitas que não sobrevivem tem um nome específico; a criança que é única no ventre de sua mãe tem um nome específico; a criança que nasce depois de gémeos tem um nome específico. Os próprios gémeos têm nomes específicos independentemente do sexo, conforme seja o primeiro a nascer, Kákùlù, ou o segundo, Kábàsà.

Constata-se assim um conjunto de procedimentos que representam modos e estilos de vida e representam matéria-prima para produtos turísticos. A respeito da pouca monumentalidade e do significado que representam, os diversos componentes da idiossincrasia dos povos, associados aos eventos e acontecimentos como as cerimónias, rituais, etc., são na verdade os principais ingredientes para a prática turística cultural nesta localidade.

Em relação à oferta hoteleira e similar, dados recolhidos da Secção Municipal de Turismo dão conta da existência dos seguintes empreendimentos em operação: 1 hotel, 6 pensões e 4 hospedarias, perfazendo um total de 230 quartos. São também identificados alguns similares de hotelaria: 10 restaurantes e bares, 5 discotecas e mais de uma dezena de pequenos bares. Os empreendimentos turísticos são humildes sem as mínimas condições para a prestação de um serviço de qualidade. Enquanto o turismo não acontece de facto, o Dondo vive com alguma atividade hoteleira e pequenos serviços de restauração.

Com a conclusão da abordagem sobre a cidade histórica do Dondo, os próximos capítulos são reservados a apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos no trabalho empírico, cujos resultados facilitaram a elaboração de uma proposta de desenvolvimento turístico para a localidade no último capítulo da tese.

VI. Capítulo. Processo metodológico da investigação

Para dar resposta aos objetivos da investigação pensou-se numa metodologia que implicasse o estudo, a compreensão e explicação da situação atual de uma localidade concreta, na circunstância, a cidade histórica do Dondo. Embora a proposta de investigação configurar um estudo de caso, o processo de investigação caracterizou-se por uma ação descritiva, com observância de diferentes etapas (Carmo e Ferreira, 1998), tais como a definição dos objetivos de estudo, definição de questões da investigação, a revisão da literatura, elaboração do estado da arte, trabalho de campo e análise e discussão dos resultados. Pretendia-se com isso fazer-se uma análise dos dados com espírito crítico e basear a investigação num sistema de pensamento aberto (Phillips e Pugh, 1998).

Conforme defendem Dredge e Hales (2012), a pesquisa é dominada por um estudo de caso empírico, num contexto dependente do contributo dos membros da comunidade na estrutura da investigação adotada e das conclusões obtidas pelo autor. Neste sentido, apoiando-se na abordagem dos autores, o estudo reveste-se das seguintes características:

- Procurou descrever, explorar e explicar determinados aspetos relacionados com o património e o turismo dentro do contexto social de uma determinada comunidade.
- Foi desenvolvido *in situ*, explorando uma dimensão particular do turismo, no caso o turismo cultural.
- Foi desenvolvida de forma longitudinal, não obedecendo à delimitação rigorosa de um período de tempo.
- O estudo foi delineado a partir de diferentes fontes de dados e empregue múltiplas técnicas e métodos, assim como a aplicação do processo de triangulação.
- A pesquisa focalizou a relação direta ou indireta dos atores com o turismo ou afetados por esta atividade.
- Refletiu em certa medida a aprendizagem e as reflexões do autor de acordo com a sua formação e experiência profissional no setor do turismo.

Como se constatou, a primeira parte da tese é caracterizada pela fundamentação teórica das principais dimensões extraídas do tema, suportada acima de tudo pela pesquisa

bibliográfica e análise documental. A segunda parte da tese é estruturada em função do estudo empírico realizado, tendo em conta os indivíduos inquiridos e as técnicas de recolha de dados utilizadas. A metodologia utilizada originou a recolha de dados de natureza quantitativa e qualitativa. Foi definida uma população para os residentes e uma população para os visitantes da cidade do Dondo, às quais foram administradas inquéritos por questionário, depois de dimensionada a amostra e selecionadas as técnicas de amostragem.

Como complemento aos questionários foram realizadas entrevistas semiestruturadas às autoridades públicas em diferentes escalas. O desenho inicial previa a realização de entrevistas a entidades coletivas da sociedade civil, associações ou organizações que estivessem ligadas as questões do património cultural e do turismo, assim como entrevistas aos proprietários ou gestores ligados aos diferentes subsectores do turismo. No entanto, para o primeiro caso, verificou-se não existir organizações profissionais ou associações formalmente institucionalizadas que pudessem contribuir para o estudo. No segundo caso, verificou-se a inexistência atividades turísticas para além da prestação de serviços de alojamento e alimentação, quase sempre em estabelecimentos rudimentares e barracas, sem o mínimo de condições de higiene e salubridade.

Em síntese, seguindo a estrutura de Carvalho (2009), as principais técnicas de recolha de dados que permitiram a elaboração da tese são as seguintes:

- Pesquisa bibliográfica e análise documental das publicações em livros e revistas, textos, artigos de opinião e documentos diversos, em formato impresso e formato digital. Foram consultados vários documentos de foro jurídico, a nível nacional e internacional, relacionados com o setor do turismo e da cultura.
- Inquéritos por questionário efetuado aos residentes e aos visitantes adultos da cidade do Dondo de ambos os sexos.
- Entrevista aos agentes públicos locais, provinciais e nacionais do setor do turismo e do setor da cultura.
- Análise de instrumentos de gestão do território a diversas escalas. Essencialmente foram analisados com detalhe o Plano Diretor de Turismo de Angola, Plano Operativo do Turismo, Plano Operativo Provincial do Turismo,

proposta de Plano Diretor Municipal de Cambambe, Lei do Património Cultural, Política Cultural, entre outros instrumentos.

6.1. As opções metodológicas e técnicas de pesquisa utilizadas na investigação

Tendo em conta os objetivos definidos para a tese, a metodologia seguida na investigação foi a abordagem mista ou eclética, a que permite combinar o método quantitativo com o método qualitativo. Com esta abordagem procurou-se obter os elementos positivos de cada um dos métodos tradicionais e simultaneamente colmatar a limitação que cada um deles apresenta. A abordagem mista na investigação remete por um lado para o apuramento e quantificação de determinados dados, como a identificação de unidades patrimoniais ou a medição da expectativa dos diferentes atores realizada na presente tese, e por outro, a recorrência à análise crítica e à avaliação em diferentes perspetivas da multifacetada atividade turística.

O método de investigação quantitativo é um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis. É baseado na observação de factos objetivos, acontecimentos e fenómenos, reflete um processo complexo que conduz a resultados que devem conter o menor enviesamento possível, tendo por finalidade contribuir para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos e para predição e controlo dos acontecimentos (Fortin, 1999). O objetivo deste método é a generalização dos resultados da pesquisa a uma determinada população em estudo a partir da amostra, o estabelecimento de relações causa-efeito e previsão de fenómenos. Do mesmo modo, procura encontrar relações entre variáveis, fazer descrições recorrendo ao tratamento estatístico de dados recolhidos, testar teorias (Carmo e Ferreira, 1998).

Por sua vez, o método de investigação qualitativo, defendem os autores, tem a característica de ser indutiva, holística e naturalista, tendo em conta a sua preocupação de compreensão dos fenómenos, abrangência do estudo e interação com os sujeitos ou situações de estudo. No essencial, “a preocupação central não é a de saber se os resultados são suscetíveis de generalização, mas sim, a de que outros contextos e sujeitos a eles possam ser generalizados (Carmo e Ferreira, 1998 *apud*. Bogdan e Biklen, 1994). Fortin (1999) acrescenta que este método é utilizado para o desenvolvimento do conhecimento, procura a compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. Observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno com o objetivo de buscar melhor entendimento.

Embora a investigação em turismo tende a procurar a exatidão e o rigor metodológico generalizada na quantificação, a complexidade do fenómeno turístico ultrapassa a simples interação quantificável entre as populações hospedeiras, os turistas e o ambiente, exigindo por conseguinte o recurso a análises qualitativas que avaliem os impactos do seu desenvolvimento (Brito, 2012). Segundo a autora, a abordagem mista, assente na complementaridade entre as abordagens quantitativa e qualitativa surge como uma via para alcançar uma maior e mais profunda compreensão dos fenómenos em estudo, motivando estudiosos no campo do turismo a considerarem o recurso a uma ampla variedade de estratégias de investigação, complementando as ferramentas estatísticas com as técnicas qualitativas.

De acordo com Stepchenkova (2012. 449), *“Tourism marketing and management involves communication of ideas and images; thus, studies on destination image, tourism promotion, and, most recently, customer experiences and satisfaction with tourism and hospitality services are areas of applicability of the content analysis technique in tourism-related contexts. Tourism researchers employ sorting and categorization techniques to identify the frequencies of certain concepts, words, or people in textual and pictorial materials and treat the most frequent ones as variables, or dimensions, of the theoretical construct under study (...)”*.

A metodologia mista se expressa no sentido de utilizar características associadas a cada um dos métodos (Morais e Neves, 2006). As autoras defendem que “a orientação metodológica tem uma base fundamentalmente racionalista, característico das abordagens quantitativas que permite explorar hipóteses na base de uma teoria orientadora, contudo, também possui um carácter naturalista das abordagens qualitativas quando, por exemplo, os indicadores e os descritivos utilizados nos instrumentos são obtidos a partir da observação direta dos contextos em estudo” (Morais e Neves, 2006: 79). Mais acrescentam, no que respeita a recolha de dados, têm-se também usado procedimentos metodológicos associados às duas formas de inquérito, os questionários de tipo fechado, característico das abordagens quantitativas e submetidos a tratamento estatístico, e modos de questionamento mais abertos, como as entrevistas e observações, próprias das abordagens qualitativas, que implica análises interpretativas de conteúdo.

O propósito da presente investigação de desenvolver um estudo detalhado sobre uma realidade urbana (Sousa e Baptista, 2013) alicerçada no seu centro histórico, que precisa

ser reabilitada para garantir sustentabilidade à sua herança cultural, é um desafio multidimensional que necessita de conjugar métodos de investigação para atingir a plenitude dos objetivos preconizados. Por esta razão, procurou-se aproveitar o método quantitativo no sentido de assegurar a objetividade possível mediante o apuramento de resultados de inquéritos. Todavia, a necessária interpretação do conteúdo, as lacunas e limitações próprias dos resultados obtidos por via do questionamento direto e fechado, obriga a utilização de uma outra abordagem que complemente a objetividade pretendida ao estudo. Desta forma, a abordagem qualitativa fornece dados que representam a complexidade dos sistemas urbanos, cultural e turístico no conhecimento existente, desempenhando um papel de relevo e de complementaridade às informações recolhidas a partir do método quantitativo.

Portanto, a expectativa da investigação foi de privilegiar o método quantitativo para inferir sobre determinados dados biográficos das populações em análise, seus pontos de vistas, necessidades e aspirações, mediante um guião de perguntas objetivas, cuidadosamente elaborado. Por essa via, pretendeu-se encontrar elementos de diagnóstico e caracterização contextual da localidade de estudo. Em contraponto, com a abordagem qualitativa procurou-se abrir o âmbito das necessidades e aspirações dos inquiridos, com a introdução de perguntas abertas nos questionários, bem como o complemento dado com os resultados das entrevistas semi-estruturadas aos atores públicos do sistema urbano, turístico e cultural. Os aspetos de estudo alinhados com a definição de estratégias multissetoriais, avaliação do estado de conservação do património, projetos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turísticos, entre outros, foram os abordados nos inquéritos por entrevista.

6.1.1. Ameaças à validade da investigação

Uma das preocupações na elaboração do pré-projeto de pesquisa foi de sustentar a tese com uma dimensão teórica de rigor conceitual, com vista a garantir uma validade interna importante para a investigação. De igual modo, procurou-se garantir a consistência entre os objetivos definidos e os dados recolhidos, e a vigilância da credibilidade destes mesmos dados mediante o processo de triangulação⁷¹. Conforme defende Tukman (2000),

⁷¹ “É o processo cujo objetivo é procurar recolher e analisar dados obtidos de diferentes origens, para os estudar e comparar entre si” (Sousa, 2005: 173).

pretendeu-se regular e controlar as circunstâncias do processo de investigação com o propósito de aumentar a probabilidade do estudo produzir os resultados esperados.

Na preparação dos instrumentos para a recolha dos dados procurou-se controlar as ameaças à validade interna mediante a presença do inquiridor que em muitos casos, era o próprio a registar as respostas do inquirido. Dessa forma, pretendeu-se limitar influências externas que pudessem afetar o modo de pensar dos sujeitos. No entanto, reconheça-se que em relação aos inquéritos administrados aos residentes, não foi sempre possível acompanhar o preenchimento dos questionários devido à dispersão geográfica da amostra selecionada face aos cinco inquiridores recrutados. Também é de todo provável que se tenha inquerido mais de um indivíduo pertencente a um mesmo agregado, situação que se definiu *a priori* como excludente. Os pré-questionários foram testados a indivíduos perfeitamente identificados para evitar o risco de submissão a um sujeito já testado, o que poderia diminuir a validade pelo efeito aprendizagem. Por fim, apesar de não ter sido possível a seleção aleatória com base nos procedimentos tradicionais de amostragem que se conhece, procedeu-se a uma seleção diferencial, evitando o direcionamento dos questionários a sujeitos com facilidade de acesso.

Em relação à validade externa da pesquisa, conforme diversos atores assinalam (Fortin, 1999; Tuckman, 2000; Sousa, 2005; Morais e Neves, 2006), se refere à capacidade de se poder generalizar os resultados obtidos com a amostra à população em geral, isto é, a possibilidade de transferir os resultados obtidos para outros contextos. Neste sentido, na presente investigação por ser tratar de um caso, na circunstância o turismo cultural na cidade histórica do Dondo, procurou-se a profundidade da análise e o diagnóstico do sistema turístico local para encontrar uma alternativa de desenvolvimento turístico, independentemente dos instrumentos quantitativos utilizados. Entretanto, existe a consciência de ameaças à validade externa devido a eventuais falhas na descrição dos procedimentos da investigação, a escolha de uma representatividade da amostra que minimizasse o erro e efeitos motivados por fatores estranhos não controlados que, eventualmente, poderiam interferir nos sujeitos aquando dos inquéritos.

Quanto à validade teórica – que estabelece a correspondência entre o enunciado teórico e a sequência de acontecimentos observáveis ou dos resultados obtidos – o autor procurou elaborar uma fundamentação teórica ou estado da arte com enunciados em estreito alinhamento com o objeto do estudo. Na mesma senda, conforme referido, procedeu-se à

observância das várias técnicas de recolha de dados e das regras de análise, tratamento e interpretação dos dados para garantir maior valor teórico ao estudo.

No que concerne à validade estatística, a recolha dos dados através de dois questionários testados e seu tratamento através do *software* estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) proporcionou maior rigor de análise e apuramento dos resultados quantitativos, evitando assim a violação das técnicas utilizadas.

6.2. Justificação de utilização da técnica de pesquisa documental

Ao efetuar-se uma investigação para abordar o património e o turismo, duas dimensões de estudos permanentes de inúmeros autores, pensou-se recorrer à pesquisa documental adequada que estabelecesse as bases para desenvolver um estudo teórico consentâneo com os objetivos de enquadramento das diferentes temáticas da investigação e do necessário encadeamento entre a componente teórica e o estudo prático sobre o local.

A recolha de documentos apresenta-se como uma importante fase da pesquisa documental. Ao recolher os documentos de forma criteriosa o investigador gere melhor o tempo e a relevância do material recolhido, criando assim oportunidade para efetuar uma análise prévia da documentação e orientar-se para a recolha de novos documentos ou novas informações. Todavia, averiguar a veracidade e credibilidade dos documentos recolhidos é fundamental para a validade do estudo.

Para respeitar o princípio de economia de tempo (Carmo e Ferreira, 1998), procedeu-se a uma seleção prévia dos centros de documentação e foram identificados sítios de Internet e publicações digitais que abordam o turismo e o património. Neste particular, importa relevar a informação e documentação recolhida na Administração Municipal de Cambambe, mais concretamente na sua comuna sede ou capital do município, a cidade do Dondo. Destaca-se particularmente a informação compilada numa monografia, elaborada em 2009, mas sem publicação até à presente data.

O Ministério da Hotelaria e Turismo, particularmente o Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística foi o principal centro de documentação e informação onde as matérias ligadas ao turismo de Angola foram consultadas. O plano estratégico nacional, denominado Plano Diretor do Turismo e o Plano Operativo do Turismo são dois instrumentos orientadores que bastante contribuíram para as análises e diagnósticos que são apresentados na tese. Não menos importante foram as publicações anuais disponibilizadas que permitiram

avaliar a evolução da procura turística externa no país, assim como o crescimento da oferta e a própria estruturação do sistema turístico nacional.

Em relação aos documentos e instrumentos legais de índole cultural, destacam-se as valiosas publicações sobre o património cultural, história de Angola, boletins oficiais do regime colonial e outros documentos do Arquivo Nacional de Angola. Salienta-se, entretanto, o estado de degradação de uma parte significativa das publicações e documentos antigos objeto de análise, dificultando em muitas ocasiões as pesquisas e a obtenção da informação pretendida.

A nível da documentação digital, contou-se com o suporte de sítios de Internet, muitos deles recomendados previamente pelos professores que ministraram os módulos do curso de doutoramento. Todavia, a plataforma informática *b-on* da Universidade de Coimbra foi a principal fonte de informação digital. Através da *b-on* foi possível obter centenas de obras e títulos digitais de diferentes autores e organismos, permitindo uma consulta e uma abordagem transversal em termos de conceitos, leis, normas ou instrumentos internacionais de regulação dos setores de atividade que constituíram o âmbito do presente estudo.

A natureza do estudo aconselhou a pesquisar documentos utilizando dois critérios fundamentais: i) por assunto: para facilitar o cruzamento de informação similar e relacionada; ii) por data: para facilitar a identificação cronológica dos acontecimentos, principalmente nos aspetos da tese relacionados com a parte teórica, onde houve sempre necessidade de se proceder ao enquadramento e a evolução histórica em cada uma das dimensões estudadas. Em relação à segunda parte da tese, foi igualmente importante proceder-se à identificação cronológica dos acontecimentos relacionados com a evolução da cidade e da edificação do seu património construído.

A exploração da documentação recolhida obedeceu a aspetos particulares relacionadas com os títulos, onde a atenção inicial foi, quase sempre, observar a pertinência do conteúdo através da análise do índice e leituras prévias da introdução e das conclusões. Após a exploração dos diferentes títulos e autores, e com o objetivo de situar e organizar a documentação, considerou-se imprescindível a criação de instrumentos úteis de recolha de dados que pudessem facilitar por um lado, a identificação imediata do documento que se buscava, utilizando fichas bibliográficas, e por outro lado o acesso rápido do sumário da informação que se pretendia no momento, utilizando fichas de leituras.

6.3. Seleção e justificação da técnica de amostragem

No desenvolvimento da investigação contou-se com a contribuição de um conjunto de atores que, pela natureza do estudo, tornam-se parte interessada dos resultados e das recomendações da pesquisa. Fazemos referência aos visitantes e aos residentes dos seis grandes bairros tradicionais do Dondo e periferia. A princípio, projetou-se auscultar apenas os residentes dos edifícios antigos classificados como património, um estrato da população composto por descendentes de proprietários do século XIX e respetivos inquilinos, para além do grupo de inquilinos dos edifícios pertencentes ao Estado. Contudo, ao alargar o âmbito da abordagem para todo o património cultural reconsiderou-se a posição inicial.

6.3.1. Amostragem para os residentes

Para inquirir os residentes do Dondo, a técnica de amostragem que se achou recomendável é a probabilística estratificada por quotas iguais. Definiu-se como sujeitos habilitados para a população, residentes adultos de ambos os sexos na cidade e arredores do Dondo desde que não pertencessem ao mesmo agregado familiar, em outras palavras, todo o residente com 18 anos ou mais era um potencial inquerido. A técnica de amostragem estratificada envolve a divisão da população em grupos homogéneos, contendo cada grupo características semelhantes, construindo-se a amostra com a mesma estratificação e sorteando os sujeitos de cada grupo com a mesma taxa percentual que tem na população (Carmo e Ferreira, 1998; Sousa, 2005; Sousa e Baptista, 2013). Portanto, a justificação na escolha da técnica de amostragem, resultou da necessidade de envolver os residentes de todos os bairros do Dondo a fim de garantir uma maior e melhor representatividade na amostra (Hill e Hill, 2002).

Importa, porém, salientar que estratificação não foi rigorosamente realizada para que todos os residentes pudessem ter probabilidades idênticas de serem inquiridos. O principal obstáculo a esta situação é a indefinição do número de habitantes na cidade do Dondo. O censo geral da população realizado em 2014 registou um total de 90.766 residentes no município de Cambambe (INE, 2016), distribuídos nas cinco comunas e cerca de cinquenta aldeias que compõem o município, incluindo a comuna sede, a cidade do Dondo. Os dados do censo não fazem referência ao número de habitantes por cada uma das comunas, bairros ou aldeias.

De qualquer forma, socorrendo-se dos dados de 2009 da administração municipal, o número de residentes na cidade e arredores naquele ano era de 57.344, equivalente a 68,27% dos residentes do município, que era de 83.996 munícipes. Utilizando o mesmo valor percentual, não obstante o possível enviesamento pela não consideração da taxa de crescimento população da localidade, estima-se para 2014 perto de 61.966 e para 2017 aproximadamente 64.740 residentes no Dondo. Portanto, um crescimento populacional de 12,9% em oito anos, à razão de 1,6% ao ano.

Apesar do exercício anterior afigurar-se viável para identificar a população e selecionar a amostra, do ponto de vista da operação resultaria sempre complexo, mesmo que se conhecesse o número de residentes por cada um dos bairros identificados. Seria necessário fazer uma estratificação demográfica que identificasse o número de adultos de ambos os sexos em cada bairro e proporcionalmente selecionar os indivíduos de acordo com a técnica de amostragem escolhida. Ter uma população alvo de dezenas de milhares de indivíduos e a quase impossibilidade de os identificar a todos e catalogá-los para puderem ter as mesmas probabilidades, isto é, serem escolhidos de forma aleatória, é outro obstáculo que limitou a utilização da técnica de amostragem probabilística estratificada na sua plenitude.

Ainda assim, não obstante as dificuldades avançadas e limitações encontradas, procedeu-se no sentido de encontrar uma amostra representativa. De acordo com o exposto no parágrafo anterior, não foi possível definir a população alvo. Não sabendo o número exato de residentes adultos, o cálculo da amostra foi feito com base na tabela de relação da população com a amostra apresenta por Abreu (2006: 103). Seguindo a tabela, para uma população indefinida ou acima dos vinte mil habitantes a amostra é de 96 inquéritos, para um erro de 0,2 e um nível de confiança de 95%. Assim, os 96 inquéritos definidos como amostra foram distribuídos uniformemente pelos seis grandes bairros da cidade do Dondo, identificados com as seguintes designações: Cacesse, Cerâmica, Cidade (o bairro urbano onde se encontra o centro histórico), Quissanga, Cafuma e Alto Dondo.

6.3.2. Amostragem para os visitantes

O propósito da investigação passou igualmente por aferir a expectativa dos visitantes em relação a várias questões alinhadas com as necessidades dos turistas num determinado destino de cultura e história. Era fundamental para o estudo ter a perceção dos visitantes sobre a utilização do património cultural como âncora do desenvolvimento turístico da

cidade do Dondo, perceber as reais motivações que os impele a visitar a cidade, grau de conhecimento que possuem em relação a cultura local, o património construído, a história e outros atrativos suscetíveis de serem constituídos em produtos turísticos.

Atendendo ao facto de não ser possível identificar toda a população visitante, tornou inviável de antemão a aplicação de uma técnica de amostragem probabilística para obter a contribuição desses atores. O desenho inicial pensado para essa população indefinida foi de utilizar uma amostragem não probabilística em bola de neve. Esta técnica, segundo vários autores, é útil quando se estudam determinadas populações cuja listagem completa é impossível de obter, sendo por isso necessário inquerir elementos da população já conhecidos e, a partir destes, ir identificando outros elementos até que a amostra atinja um número significativo (Carmo e Ferreira, 1998; Sousa, 2005; Abreu, 2006). Apesar de haver pouca probabilidade da amostra ser representativa, conforme sustenta Sousa (2005), acredita-se ser vantajosa a utilização desta técnica devido a rapidez de procedimento em populações indefinidas e de grandes dimensões.

Para esta investigação a técnica aplicada podia ser considerada de amostragem por conveniência que ocorre quando a participação é voluntária ou os elementos da amostra são escolhidos por uma questão de conveniência (Carmo e Ferreira, 1998, Sousa, 2005; Abreu, 2006; Sousa e Baptista, 2013). No entanto, a participação foi obtida de forma acidental e não propriamente uma escolha dos inqueridos. A recolha de dados foi feita no principal (praticamente único) local de paragem e concentração dos visitantes, uma praça de alimentação junto ao Rio Kwanza onde estão perfiladas uma quantidade significativa de barracas que funcionam como restaurantes informais. Os inquiridores abordavam os comensais assim que fizessem o pedido da comida e da bebida, assegurando-se da sua condição de visitante da cidade, e se disponibilizavam a preencher o questionário enquanto esperavam pela refeição.

As características básicas para definir a população de visitante foram as mesmas que a dos residentes, adultos de ambos os sexos, preferencialmente não fazendo parte do mesmo agregado familiar. Para a amostra procedeu-se também da mesma forma que no processo anterior. Sendo uma população infinita, o número de visitantes a inquirir foi calculada na base da tabela de relação da população com a amostra (Abreu, 2006). Seguindo a tabela, para uma população do género a amostra sugere igualmente a realização de 96 inquéritos, para um erro de 0,2 e um nível de confiança de 95%. Assim, para o cumprimento dos

objetivos, os visitantes foram inquiridos ao longo de quatro semanas até atingir o número pretendido.

6.4. Razões da recolha de informação não disponível

Por mais exaustiva que seja a pesquisa bibliográfica e documental, será sempre insuficiente o conhecimento necessário a produzir para sustentar os objetivos do estudo, se não for complementado com a recolha de informação não disponível relacionada com os principais atores do local objeto de estudo. Como se sabe, dos atores em causa constam a população residente, os visitantes da cidade e as autoridades públicas do país em diferentes escalas territoriais. Considera-se que o inquérito por questionário e as entrevistas são técnicas que se adequam aos objetivos do estudo porque permitem obter dados e informação sobre o perfil dos atores, suas perceções e motivações, assim como o entendimento de quem dirige sobre as principais políticas e os planos estratégicos e operacionais de desenvolvimento para o território. De igual modo, importava ter a perceção coletiva por via de organizações profissionais locais, intento impossível de realizar por não haver uma sociedade civil organizada para o efeito.

6.4.1. Informação recolhida através do inquérito por questionário

Em relação aos questionários, a sua relevância no estudo é justificada pela objetividade na recolha de dados para tratamento estatístico e o fornecimento de variáveis mensuráveis que enriquecem o trabalho e as suas conclusões (Hill e Hill, 2000). A técnica de inquérito por questionário foi escolhida para recolher informação sobre os residentes e os visitantes da cidade histórica do Dondo, cujo alcance visou:

- Caraterizar o perfil da procura e da oferta turística na cidade;
- Identificar recursos, atrativos e outras informações não disponíveis nas outras fontes;
- Perceber o grau de conhecimento que os visitantes têm sobre a cultura local e sobre a atividade turística;
- Aferir a sensibilidade dos residentes face a atividade turística;
- Perspetivar o desenvolvimento do turismo na cidade com base na opinião dos visitantes e dos residentes.

A aplicação do inquérito por questionário à população residente e visitantes da cidade do Dondo, permitiu obter contribuições para compreender melhor o património do ponto de vista da oferta e da procura, a avaliação da cidade e opiniões sobre o seu desenvolvimento turístico. Portanto, de acordo com Sousa (2005), o objetivo foi procurar estudar opiniões, atitudes e pensamentos destas populações. Os questionários, quer para o residente quer para o visitante, foram do tipo misto, isto é, apresentam questões com opções de respostas fechadas e abertas (Sousa e Baptista, 2013). Os questionários foram divididos em duas partes principais e compostos por 23 perguntas no caso dos residentes e 25 perguntas no caso dos visitantes, com a inclusão no final em ambos questionários de quatro perguntas abertas. A primeira parte do questionário visou a recolha de dados biográficos para a caracterização do perfil dos inquiridos, com opções de repostas simples (excludentes) e múltiplas, enquanto a segunda parte esteve relacionada com a recolha de dados sobre a cultura e o turismo na cidade, com opções de respostas excludentes, múltiplas e escalares (respostas classificadas em escalas), para além das perguntas abertas.

De acordo com a avaliação prévia feita ao local e com o pré-teste realizado, considerou-se desnecessária a realização de inquéritos em outros idiomas por não se verificar a frequência de visitantes estrangeiros que tivessem dificuldades em falar o português. Caso fosse necessário, a situação seria resolvida através da aplicação do questionário por um dos inquiridores falantes da língua inglesa ou pelo autor (dos quatro inquiridores que participaram na recolha dos dados, dois falam fluentemente o inglês). De igual, foi acautelada a possibilidade de encontrar algum inquerido, sobretudo entre os residentes, que falasse exclusivamente a língua nacional *Kimbundu* (o idioma predominante no local para além do português), mediante o recrutamento de dois inquiridores falantes deste idioma.

Os dados do pré-teste foram recolhidos nos dias 30 de setembro, 1 e 2 de outubro de 2016 a um conjunto de dez visitantes e dez residentes devidamente identificados. As principais ilações verificadas no pré-teste foi a dificuldade de preenchimento dos inqueridos nas perguntas fechadas com respostas escalares, em muitos casos, devido ao limitado grau de compreensão. Foi por esta razão que pretendeu-se ao máximo acompanhar os inqueridos aquando do preenchimento dos respetivos questionários.

A aplicação definitiva dos questionários foi feita a 192 indivíduos, 96 residentes e 96 visitantes, no período entre 18 de novembro e 18 de dezembro de 2016, tendo sido

produzida a informação através da introdução dos dados no *software* estatístico *SPSS*. De recordar que à população residente foi aplicada a amostra probabilística estratificada, não obstante as dificuldades apresentadas, enquanto à população visitante foi aplicada a amostra não probabilística, mediante a sua presença accidental no local escolhido para a recolha dos dados.

6.4.2. Informação recolhida através do inquérito por entrevista

Carmo e Ferreira (1998) defendem o recurso à entrevista quando o investigador tem questões relevantes, cuja resposta não encontra na documentação disponível. Nesta perspetiva, o recurso a entrevista justifica-se pela capacidade que esta técnica tem de permitir análises mais profundas e abordagens mais abrangentes, visto que os entrevistados tendem a fornecer informação sem as barreiras dos inquéritos estruturados em questionário, podendo inclusive contribuir para a recolha de informação não esperada e enriquecer mais o estudo.

A entrevista é uma técnica de recolha de informações que consiste numa conversa com uma ou mais pessoas devidamente selecionadas de acordo com os propósitos da investigação, podendo ser dividida em entrevistas não-estruturadas (sem nenhum guião a partida), semi-estruturada (com um guião ou tópicos) e estruturada (com questões previamente determinadas) (Fortin, 1999; Sousa, 2005; Sousa e Baptista, 2013). A entrevista semi-estruturada, a que foi aplicada para este estudo, possui um guião com um conjunto de tópicos a abordar na entrevista, salvaguardando a necessária liberdade ao entrevistado, sem que no entanto acarrete o desvio do tema em análise (Sousa e Baptista, 2013).

No início da investigação foram pensadas entrevistas aos responsáveis da administração pública, aos empreendedores e as organizações locais socioprofissionais dos setores do turismo e da cultura. No entanto, as observações preliminares e as consultas no local de estudo aconselharam a realizar as entrevistas apenas ao setor público, uma vez que se constatou não existir no seio da sociedade civil profissionais organizados em associação para a defesa dos seus interesses como se supunha inicialmente, sobretudo a nível de cooperativas agrícolas, organização de pescadores ou artesãos.

Em relação a protagonistas da atividade turística a situação não foi diferente. Na prática, o turismo convencional como é conhecido nas várias latitudes não existe na cidade do

Dondo. Existe sim uma hotelaria rudimentar cuja função exclusiva é a venda de sítios de dormidas com condições precárias de higiene, cujos proprietários e gestores auscultados reconheceram ter muitas limitações no contributo a dar à investigação. Os três restaurantes que a cidade possui, enquanto similares independentes dos estabelecimentos hoteleiros, funcionam com muitas dificuldades, tal é a escassez de clientes a favor das barracas de comes e bebes dispostas na margem direita do Kwanza. Sobre agências de viagens, guias turísticos, rent-a-car e outros serviços turísticos e de intermediação, não existe quaisquer indícios e muito menos a noção da sua funcionalidade e importância.

Por estes considerandos, tendo em conta a economia de esforço e de custos, considerou-se mais adequado proceder apenas às entrevistas aos responsáveis do Estado nas diferentes escalas territoriais: nacional, provincial e municipal. A intenção principal foi aferir junto do setor público as estratégias, planos, programas, projetos, etc., em curso ou em perspectiva, centrados na atividade turística ou no património cultural da cidade histórica do Dondo. Neste sentido, foram realizadas duas entrevistas semi-estruturadas a nível local, uma entrevista estruturada e uma semi-estruturada a nível provincial e três entrevistas semi-estruturadas a nível nacional ou central. Neste último caso, todas elas realizadas apenas aos responsáveis do Ministério da Hotelaria e Turismo devido à indisponibilidade dos órgãos da cultura.

Considerou-se prescindível a caracterização e definição do perfil dos entrevistados por formas a protegê-los de eventuais complicações laborais. Na verdade, não se identificaram vantagens objetivas em proceder à identificação dos entrevistados, uma vez que a preocupação fundamental do estudo assentava na análise dos documentos elaborados pelos diferentes órgãos, enquanto entes coletivos, e não na opinião exclusiva de pessoas individuais.

As entrevistas aos responsáveis dos órgãos centrais do setor ou direções nacionais visaram analisar a influência destes órgãos na conceção e materialização de políticas e instrumentos de aplicação, tendo em conta as atribuições estatutárias. Por outro lado, procurou-se identificar projetos conjuntos entre os setores da cultura e do turismo com vista a promover o turismo cultural ao longo do Corredor do Kwanza e particularmente na cidade do Dondo, tendo em consideração o potencial turístico deste percurso fluvial e dos locais adjacentes, reforçada com a intenção do Ministério da Cultura de apresentar a sua candidatura como património mundial na categoria de paisagens culturais.

As entrevistas aos órgãos do Estado perspetivaram também aprofundar questões sobre orientações estratégicas emanadas pelas direções nacionais aos órgãos de subordinação e a correspondente operacionalização dessas orientações no terreno. Não existindo ainda um poder local ancorado em eleições autárquicas e havendo um esvaziamento de competências dos municípios até para serviços camarários básicos, considerou-se relevante aferir o grau de articulação dos três níveis de hierarquia no sentido de compreender a forma como o turismo e a cultura têm sido abordados localmente, nessa estrutura de total dependência. Importava, no essencial, perceber o grau de intervenção de cada estrutura na localidade, de acordo com os documentos estratégicos existentes.

Finalmente, a nível local, com as entrevistas perspetivou-se fazer um diagnóstico mais assertivo sobre os aspetos gerais da vida do município, atualização dos principais recursos turísticos e culturais locais, avaliação do estado atual do património histórico construído e outros bens culturais, os principais componentes da oferta turística, assim como a capacidade de alojamento local. De igual modo, considerou-se importante identificar ações locais de iniciativa pública ou privada no âmbito das ações e indústrias culturais suscetíveis de aproveitamento turístico, tendo em conta a dimensão cultural da cidade, bem como obter detalhes sobre a feira do artesanato, um dos principais eventos culturais do país.

As entrevistas semi-estruturadas foram pensadas para recolher informação não disponível relacionada com as estratégias e planeamento da atividade turística a nível geral e a nível local, razão pela qual foram definidos como atores as instituições locais, provinciais e nacionais do setor do turismo e da cultura. A nível local foram entrevistados presencialmente o Administrador Municipal e o Chefe da Seção Municipal da Cultura que, cumulativamente respondia pela seção do turismo por falta de provimento deste lugar no momento.

A nível provincial foi realizada uma entrevista semi-estruturada à Diretora Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo da Província do Cuanza-Norte, de forma presencial na cidade capital, Ndalatando, no dia 23 de setembro de 2016, e completada com informações sobre o setor. À Direção Provincial da Cultura não foi possível efetuar uma entrevista presencial devido a sobreposição de tarefas do seu responsável máximo. Para solucionar a situação foi feita uma entrevista estruturada não presencial, através do

enviado de um guião de perguntas, respondidas pelo Chefe de Departamento do Património Histórico-Cultural no dia 07 de outubro de 2016.

Em relação às estruturas centrais, de acordo com os objetivos do estudo e as hipóteses levantadas, as entrevistas foram projetadas para três direções do Ministério da Hotelaria e Turismo, às quais foram enviadas cartas de solicitação, a saber: Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), Direção Nacional de Desenvolvimento Turístico (DNNDT) e Direção Nacional de Atividades Turísticas (DNAT). Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas entre os dias 31 de outubro e 09 de novembro de 2016, acrescidas de informação complementar fornecida pelos responsáveis máximos dos respetivos órgãos.

No caso do Ministério da Cultura, foram enviadas cartas de solicitação entre os dias 09 e 14 de janeiro de 2017, com tópicos indicativos a discutir na entrevista aos seguintes órgãos: Instituto Nacional do Património Cultural (INPC), Instituto Nacional de Indústrias Culturais (INIC), Direção Nacional de Ação Cultural (DNAC), Gabinete de Intercâmbio Internacional (GII) e Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE). Por razões burocráticas que ultrapassam o autor, não foi possível realizar as entrevistas pretendidas, salvo contatos informais realizados com funcionários do GII e do INIC.

A dificuldade na recolha de informação aos órgãos do Ministério da Cultura foi colmatada através de contatos informais com elementos de outros organismos deste ministério pertencentes à rede de conhecimentos do autor, que proporcionaram informação privilegiada para a consecução dos objetivos da investigação. A presença do autor na Feira Nacional do Artesanato da Cidade do Dondo nas três últimas edições (tem sido realizada anualmente), assim como a participação em colóquios e outros eventos culturais, foi igualmente importante para recolher informação não disponível e constituir um pequeno acervo sobre a cultura e a história do país e da unidade territorial em estudo. Para concluir, apresenta-se abaixo os objetivos que nortearam a realização das entrevistas no presente estudo.

- Aprofundar conhecimentos sobre a história e o património cultural existente na cidade;

- Identificar recursos, atrativos e outras informações não disponíveis em outras fontes;
- Confrontar informação disponível em livros e documentos com a informação utilizada pelas autoridades públicas;
- Aferir a sensibilidade dos órgãos de decisão sobre a atividade turística e seu grau de envolvimento com a cultura;
- Analisar o desenvolvimento do turismo na cidade com base na opinião dos responsáveis públicos e de eventuais documentos complementares.

6.5. Aspetos éticos

Seguindo a linha de pensamento de Tuckman (2000) sobre algumas exigências éticas do processo de investigação, a convicção definida para esta tese foi evitar ao máximo quaisquer tipos de constrangimento aos inqueridos, tanto os entrevistados como os respondentes dos questionários. Procurou-se não dificultar, prejudicar, perturbar, enganar ou afetar negativamente a vida das pessoas ou instituições que participaram no estudo mediante a observação rigorosa das premissas abaixo.

Todas as pessoas e entidades que colaboraram na investigação receberam um esclarecimento antecipado dos objetivos da tese, tendo sido escrito nas cartas de solicitação das entrevistas e nos guiões de questionário os dizeres seguintes “garantimos que todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para a elaboração da tese, e serão tratados de forma sigilosa para preservar a sua privacidade”.

Para garantir a privacidade das pessoas inqueridas foi necessário ocultar o nome dos entrevistados e não vincular excessivamente os cargos apresentados com as contribuições fornecidas. Para os respondentes dos questionários, os guiões dispensavam o nome do inquerido e nos casos em que, inadvertidamente o inquerido tinha escrito o seu nome, a informação não foi considerada em nenhum momento. Para melhor introdução dos dados e informação recolhida foi preciso codificar as respostas aos questionários e as entrevistas.

Foram feitos alguns relatos e testemunhos de entrevistados que configuravam insatisfação sobre determinados procedimentos afetos aos órgãos públicos. Apesar de alguns desses relatos serem verdadeiros e úteis para ajudar a compreender determinadas questões tratadas na tese, não foram introduzidos no corpo da tese porque o autor conclui não ser

prudente na medida em que poderia causar algum desconforto a esses entrevistados, com eventuais perigos dos seus interesses enquanto servidores públicos. Também não foram incluídos relatos a nível dos questionários de determinados inqueridos, detentores de informação privilegiada sobre algumas questões colocadas, que tomaram a iniciativa de adicionar informação sobre práticas pouco recomendáveis de determinados órgãos, fazendo juízo à margem do solicitado.

Na verdade, os fins não justificam os meios, seguindo esta máxima houve o cuidado de não transgredir os princípios morais das pessoas que prestaram o seu apoio e colaboração ou de terceiros por elas referenciadas nesta investigação.

VII. Capítulo. Caracterização dos inquiridos da cidade histórica do Dondo

Conforme foi referido, para a realização do trabalho de campo foram validados 96 inquéritos por questionário aplicados aos residentes e igual número aplicado aos visitantes da cidade, entre 18 de novembro e 18 de dezembro de 2016. Para o efeito, contou-se com a participação de cinco inquiridores oriundos de Luanda, incluindo o autor, e um inquiridor residente na cidade do Dondo. Os questionários aplicados aos visitantes foram todos realizados pelos inquiridores oriundos de Luanda e pelo autor, sendo que a maioritariamente foi recolhido em dois fins-de-semana intercalares do período assinalado.

Em relação aos questionários efetuados aos residentes, a sua aplicação foi feita em quantidades iguais pelos seis grandes bairros que compõem a localidade. Cada um dos inquiridores posicionou-se em locais de maior circulação de munícipes de cada bairro, ficando com a responsabilidade de inquirir 16 indivíduos adultos de ambos os sexos, residentes na cidade há pelo menos um ano. Salienta-se que este trabalho de campo foi confundido muitas vezes com o processo de atualização de registo eleitoral que se realizava no mesmo período por brigadas de jovens recrutados pela Comissão Nacional Eleitoral. Inicialmente verificaram-se muitas recusas porque os transeuntes alegavam pressa, razão pela qual foi permitido que alguns levassem os questionários para casa a fim de devolverem nos dias seguintes.

Quanto às entrevistas, foram todas realizadas pelo autor, com o auxílio de um gravador de telemóvel. No total foram realizadas oito entrevistas, seis semi-estruturadas e duas estruturadas. As duas entrevistas realizadas no Dondo foram semi-estruturadas, isto é, feitas presencialmente. Em Ndalatando, a capital da província, foi realizada uma entrevista semi-estruturada e uma estruturada, ao passo que em Luanda foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas.

Não obstante algumas recusas, verificou-se no geral uma predisposição dos visitantes e dos residentes em colaborar com a investigação. Grande parte dos visitantes inquiridos mostrou-se particularmente satisfeito com a iniciativa de realização de um estudo sobre o turismo na cidade porque considerou urgente o aproveitamento dos seus recursos do ponto de vista turístico. No essencial, considera-se que o trabalho de campo decorreu sem sobressaltos, exceção a dificuldade de agendamento das entrevistas programadas com os órgãos centrais do Ministério da Cultura.

7.1. Os residentes

Foram inquiridos 16 residentes por cada um dos seis grandes bairros da cidade e arredores do Dondo. Os quadros e gráficos (figuras) seguintes apresentam os dados biográficos dos indivíduos inquiridos ou respondentes, quanto ao sexo, grupo etário, bairro de residência, naturalidade, habilitações académicas, grupo de atividade profissional em que estão inseridos, situação profissional e estado civil. Outro conjunto de quadros e gráficos objetivam a recolha de dados que visaram aferir a afeição do residente para com a cidade e a sua sensibilidade turística, mediante informação sobre a frequência de viagens realizadas no ano e as razões subjacente às mesmas.

Quadro 6: Residentes inquiridos segundo o género e grupo etário

Grupo etário	Mulheres		Homens		Total	
18 – 25 anos	24	61,5%	15	38,5%	39	40,6%
26 – 35 anos	8	23,5%	26	76,5%	34	35,4%
36 – 45 anos	7	50%	7	50%	14	14,6%
46 – 60 anos	5	55,6%	4	44,4%	9	9,4%
Total	44	45,8%	52	54,2%	96	100%

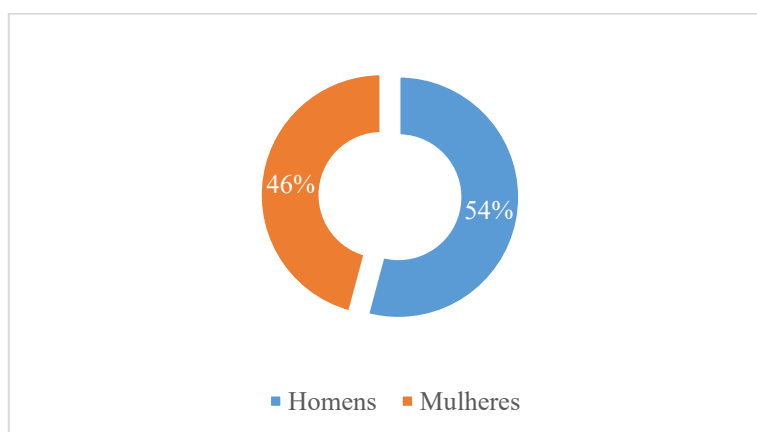


Figura 35: Residentes inquiridos segundo o género

Da estratificação feita em função da idade, conforme espelha a figura 36, verifica-se que o grupo etário com maior percentagem de respondentes é o mais jovem, dos 18 aos 25 anos, contabilizando 39 inquiridos, equivalente a 40,6%, seguido do grupo etário dos 26 aos 35 anos com 34 inquiridos, equivalente a 35,4%. Noutra perspetiva, se afirma que 76% dos respondentes possuem entre 18 e 35 anos de idade, correspondendo ao facto sobejamente conhecido de que a população angolana é bastante jovem. É curioso notar que apenas o grupo etário dos 26 aos 35 anos possui mais respondentes do sexo masculino, sendo de destacar a participação das mulheres dos 18 aos 25 anos, com 61,5% do total. Este elevado nível de participação do sexo feminino pode ser entendido como a crescente consciencialização da mulher no exercício da cidadania, ao contrário da posição de secundarização dos anos anteriores.

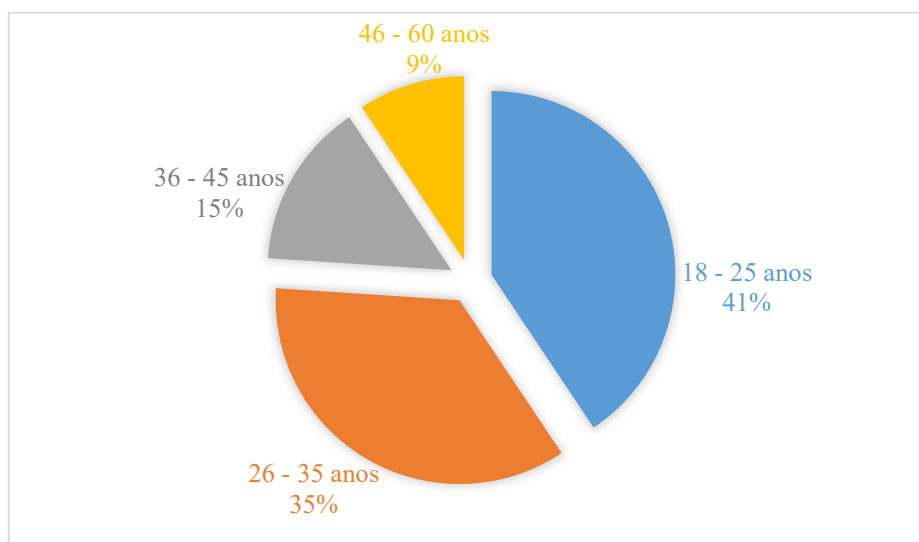


Figura 36: Residentes inquiridos segundo o grupo etário

Fazendo uma análise cruzada entre o género e idade, conforme se apresenta na figura 37, constata-se que existe um ligeiro equilíbrio de participação dos géneros nos grupos etários mais adultos e de meia-idade, contrariamente aos grupos etários mais jovens. Veja-se que nos grupos etários que compreendem as idades entre os 36 e os 45 anos se observa um rigoroso equilíbrio, isto é, 50% de participação para o género feminino e 50% para o género masculino. Outra nota que interessa realçar tem que ver com a não participação de respondentes acima dos 60 anos de idade em ambos os géneros. Essa

constatação pode ser justificada não apenas pela circunstância da maior quota da população ser representada por jovens e crianças, mas também pelo facto da maioria dos residentes de terceira idade na cidade do Dondo passarem grande parte do dia em atividades agrícolas nas suas lavras, que se encontram afastadas das áreas habitacionais.

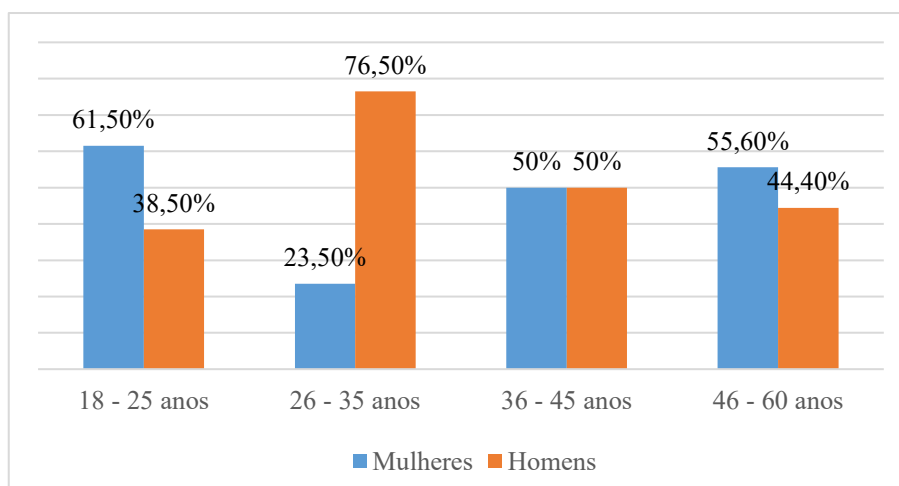


Figura 37: Residentes inquiridos segundo o género e grupo etário

Fazendo uma caracterização dos inquiridos de acordo com o bairro de residência e o sexo (figura 38), observa-se um maior equilíbrio do género, com a exceção dos bairros da Cidade e do Alto Dondo, onde foram registados 6 respondentes do sexo feminino e 10 respondentes do sexo masculino, correspondente a 37,5% e 62,5% respetivamente.

Do mesmo modo, destaca-se o facto de haver mais participação de mulheres em dois bairros, dos seis bairros da localidade, nomeadamente a Cerâmica e a Cafuma, com uma proporção de 9 mulheres para 6 homens em ambos. No sentido de verificar algum padrão de comportamento que pudesse sugerir outras ilações, procurou-se analisar igualmente o local de residência em relação a outras variáveis, como o grupo etário, a naturalidade, o estado civil, entre outras. Contudo, os resultados bastante heterogéneos decorrentes do tratamento desses dados não proporcionaram análises interessantes do ponto de vista do autor.

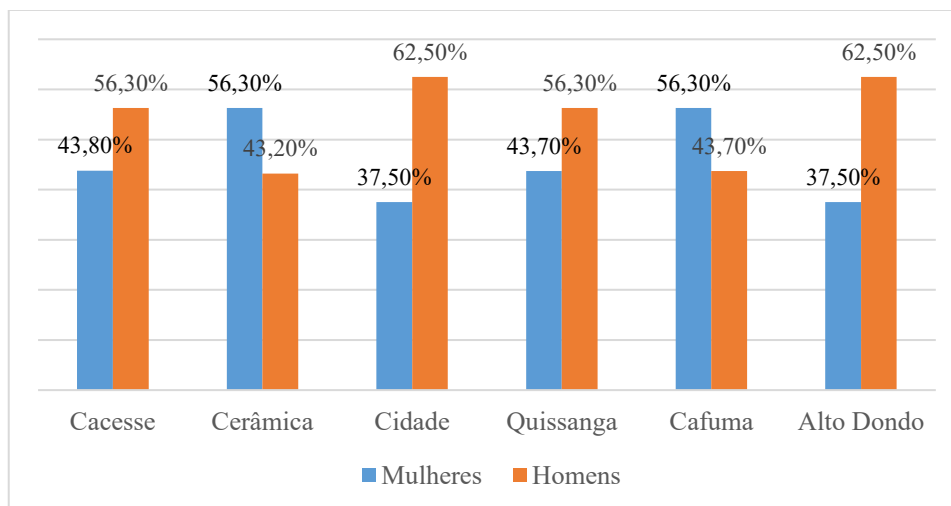


Figura 38: Residentes inquiridos segundo o bairro e género

Considerando a posição central da localidade, em relação à geografia e à sua influência económica no seio da região, considerando também o período de conflito armado verificado no país e na região nos períodos já referidos, era expetável que houvesse uma maior percentagem de residentes não nativos. No entanto, dos 96 residentes inquiridos apenas 16 são naturais de outras localidades, correspondendo a 16,7%, com uma ligeira predominância para a cidade de Ndalatando.

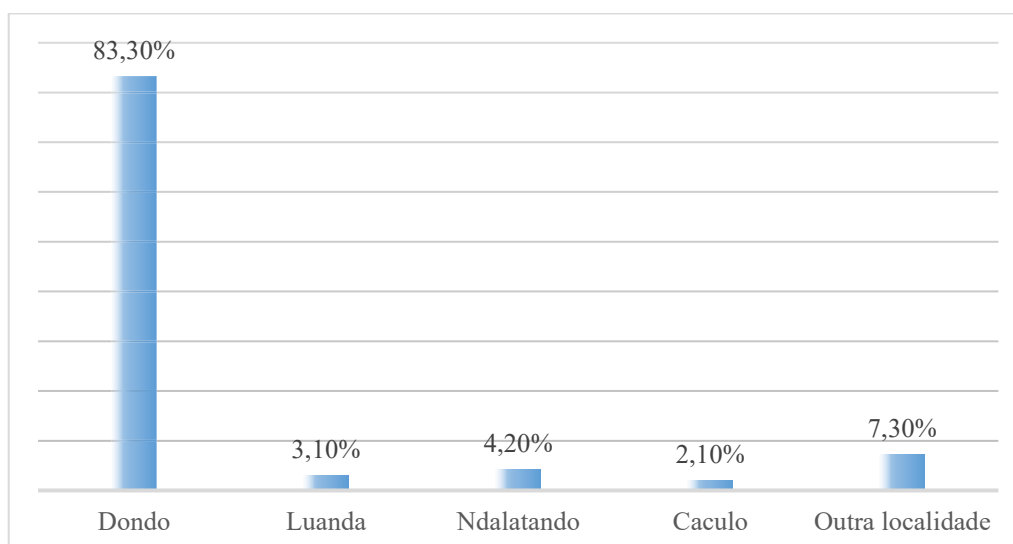


Figura 39: Residentes inquiridos segundo a naturalidade

Graças ao Complexo Hidroelétrico de Cambambe, que abastece de energia elétrica a cidade de Luanda, Dondo teve sempre uma proteção reforçada no período de guerra. Com o eclodir do conflito pós-eleitoral em 1992 a cidade tornou-se a capital da província, pois foi o único local que permaneceu sob controlo das forças governamentais, albergando no seu seio cerca de 43.750 deslocados provenientes das cidades de conflito, sobretudo Ndalatando e Calulo, para além das populações das comunas que compõe o município (Silvestre, 2014a). Todavia, o inquérito indica (figura 39) que após o alcance da paz, em 2002, grande parte dos deslocados de guerra regressou às suas origens.

Em relação ao grau de instrução, a pesquisa revelou que 54,2% dos residentes inquiridos tem como habilitações académicas o segundo ciclo do ensino geral⁷², entre a 10^a e 12^a classe. Assinala-se aqui a razoável percentagem dos inquiridos com bacharelato e licenciatura concluída, 16,7% e 13,5% respetivamente, não obstante a cidade não possuir nenhuma instituição do ensino superior, nem sequer um polo universitário. A ambição de aumentar o grau académico tem levado o residente do Dondo a fazer sacrifícios adicionais, deslocando-se diariamente a Ndalatando ou a Luanda para frequência de um curso superior. Existem casos de fixação temporária de residência na cidade do Huambo, que dista perto de 450 quilómetros, para o cumprimento desse objetivo.

Dos 44 indivíduos do sexo feminino inquiridos (figura 40) apenas 5 possuem ou frequentam o nível superior de ensino. Mais de 84% das mulheres inquiridas declararam possuir habilitações académicas não superior à 12^a classe. Não havendo ensino superior na cidade, é compreensível que as mulheres tenham mais dificuldades de se deslocar com frequência ou fixar residência noutra lugar para prosseguir os estudos. Por outro lado, importa referir que nesta fase de ensino as jovens atingem a idade adulta e acabam por se tornar mães e assumir responsabilidades conjugais, obstaculizando ainda mais uma eventual intenção de prosseguimento dos estudos.

Com os dados biográficos apurados procuraram-se outras inferências, a nível da relação entre as variáveis naturalidade ou idade com o grau académico, uma vez que são duas variáveis que podiam ter uma correlação direta com o nível académico dos residentes, de

⁷² A reforma recente conduzida pelo Ministério da Educação alterou a estrutura antiga de três níveis de ensino no secundário. Ou seja, o sistema de ensino geral começava com o ensino primário da iniciação até à 4^a classe, vinha de seguida I nível, 5^a e 6^a classe; II nível, 7^a e 8^a classe; Ensino Médio 9^a e 12^a. Atualmente a principal alteração reside no ensino primário, que se estendeu até a 6^a classe, e no último nível de ensino que passou da 10^a a 12^a classe ou 13^a em alguns casos.

acordo com as oportunidades vividas na localidade ao longo da sua história recente. No primeiro caso, o facto da maioria dos inquiridos ser natural do Dondo e a distribuição por outras localidades não ser tão dispar tornou essa relação irrelevante. No segundo caso verificou-se uma situação semelhante, na medida em que a condição de população maioritariamente jovem é refletida na elevada percentagem de 76% dos inquiridos, entre os 18 e os 35 anos, não se vislumbrando com isso qualquer relação entre a idade e as habitações académicas. Por outras palavras, analisando os resultados do inquérito se constata que a condição de ser mais velho ou de nascer na cidade do Dondo não influencia o nível académico.

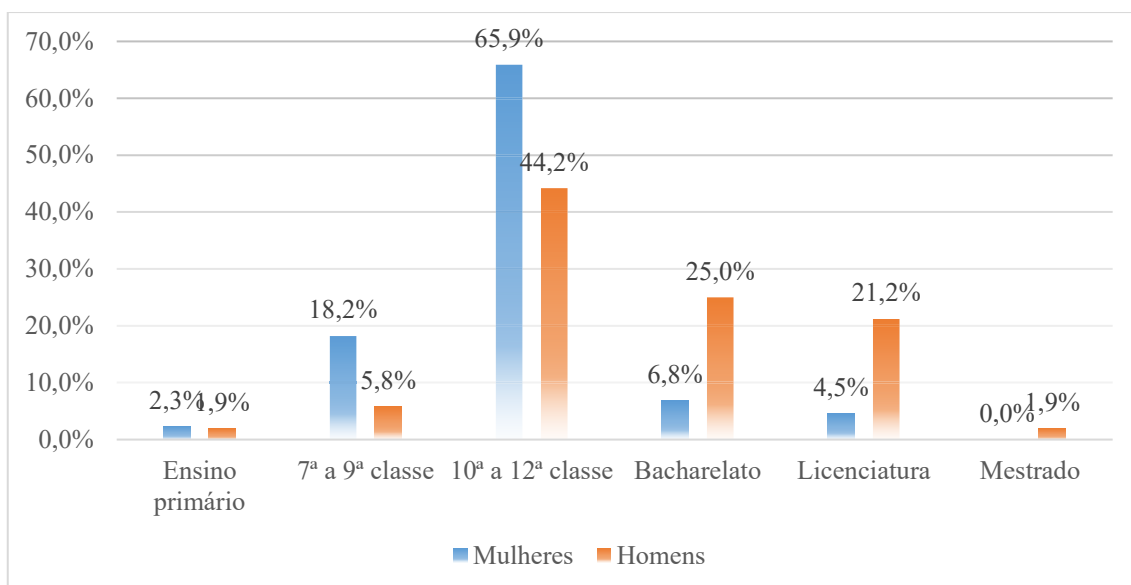


Figura 40: Residentes inquiridos segundo as habilitações académicas e o género

Nota de realce sobre essa questão das habilitações académicas prende-se com o facto de não se registar qualquer indivíduo que não soubesse ler nem escrever. Contudo, segundo se apurou, a recusa de alguns residentes em aceder ao preenchimento dos questionários durante a realização dos inquéritos prendia-se precisamente com o facto de algumas pessoas serem iletradas, embora fossem dadas garantias de apoio pelos inquiridores. Com o grau de iliteracia que graça um pouco por todo país, seria previsível ter nos dados recolhidos indivíduos analfabetos. Basta constatar, por exemplo, que os dados recentes do censo geral da população revelaram que 25,3% da população da província do Cuanza-

Norte com 18 ou mais anos não tem qualquer nível de escolaridade concluído (INE, 2016).

A questão sobre o grupo profissional em que pertenciam os respondentes não foi respondida por mais de 35% dos inquiridos. Apenas 62 residentes responderam a questão, adquirindo uma prevalência de 64,6%. Admite-se a possibilidade de abstenção a essa questão específica estar relacionada com algum preconceito social (desemprego, trabalho humilde). Quase metade dos indivíduos inquiridos trabalha no agrupamento profissional de ensino, investigação, saúde e serviços sociais, sendo a maioria profissionais ligados aos ministérios da educação e da saúde. O ramo das tecnologias de informação é o segundo grupo que absorve mais profissionais, aproximadamente 15%, seguido de três ramos de atividade que acumulam cada 8% do total de respondentes. A figura 41 apresenta a quota correspondente a cada grupo de atividade profissional.

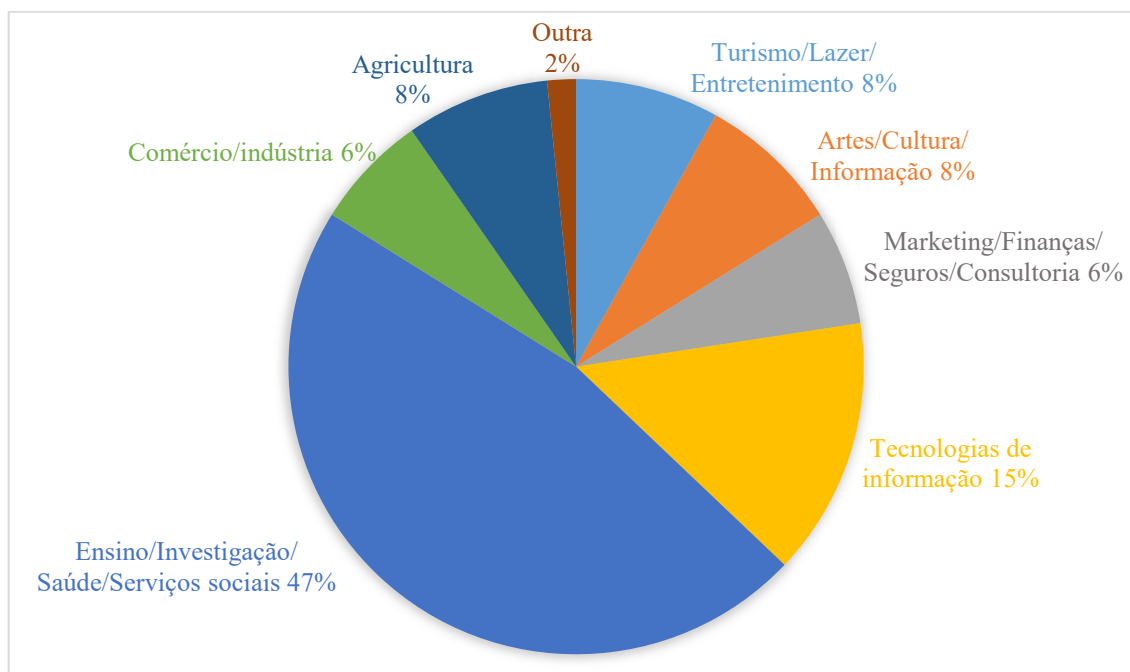


Figura 41: Residentes inquiridos segundo o grupo de atividade profissional

Uma das ilações a retirar com a variável profissional é a relevância da atividade no local. A dimensão turística de uma localidade pode ser avaliada em função do número de empregos que são gerados direta e indiretamente pelo setor. Portanto, observando o grupo de atividade relacionado com o turismo, lazer e entretenimento, verifica-se que apenas 5

residentes afirmaram trabalhar nesta área profissional, correspondendo a pouco mais de 8% do total de respondentes. De facto, é uma realidade facilmente confirmada atendendo ao número ínfimo de empreendimentos hoteleiros e similares, assim como a quase inexistente atividade de lazer e entretenimento.

Uma vez que a maior parte dos respondentes pertencem ao setor da educação e da saúde, resulta natural que o maior empregador dos indivíduos inquiridos na localidade seja o Estado, que detém o monopólio dos serviços nestes domínios (figura 42). Assim, 38% dos respondentes é funcionário público, 33% trabalha por conta própria, enquanto 18% é assalariado por conta de outrem. O número de inquiridos que afirma estar ligado aos serviços religiosos é assinalável, uma situação que ajuda a confirmar o fenómeno atual de proliferação de denominações religiosas em todo o país.

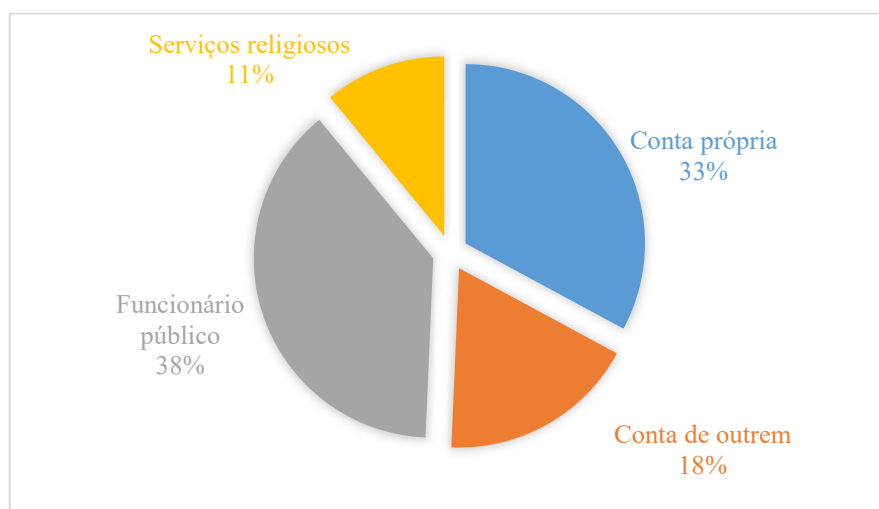


Figura 42: Residentes inquiridos segundo a situação profissional

Analisando a percentagem de inquiridos que trabalha por conta própria, facilmente se depreenderia que os cidadãos residentes no Dondo têm elevada propensão para o empreendedorismo. No entanto, embora se reconheça essa qualidade em muitos habitantes, sobretudo a nível das atividades de comércio geral, o facto é que a maioria que trabalha por conta própria são jovens desempregados. Para garantir o sustento de suas famílias recorrem aos negócios particulares, principalmente de compra e venda de produtos num ambiente informal.

Em relação ao estado civil, representado na figura 43, dos residentes inquiridos, constata-se que 70 dos 95 respondentes são solteiros, correspondendo a 72,9% do total, contra 22 respondentes casados ou vivendo maritalmente, equivalente a 22,9% dos inquiridos. Este dado não encerra em si nenhuma surpresa uma vez que, como tem sido referido, o facto da maioria da população não estar acima dos 25 anos justifica o número elevado de cidadãos sem vida conjugal.

Porém, há que assumir o eventual enviesamento deste dado, na medida em que muitos respondentes pertencentes aos grupos etários 18-25 e 26-35 anos que se declararam solteiros, terão já vivido maritalmente, estando numa situação atual de separação. Também foi possível verificar no controlo das respostas feito pelos inquiridores que determinados indivíduos, vivendo em união de facto, declararam-se como sendo solteiros, não por desonestidade mas sobretudo pelo hábito legal de assunção desse estado quando não se contrai matrimónio de facto (à luz da lei).

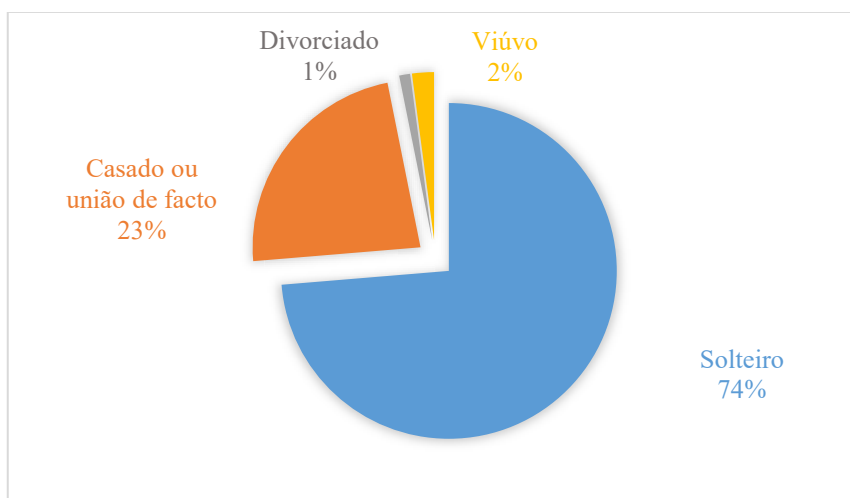


Figura 43: Residentes inquiridos segundo o estado civil

7.1.1. O residente e a cidade. Sua propensão à viagem

A segunda parte do questionário contou inicialmente com um conjunto de quatro perguntas fechadas, uma delas com múltiplas opções de respostas, visando aferir o enraizamento do residente para com a cidade e a sua propensão para viajar. Considerou-se importante trabalhar a informação nesta perspetiva a fim de se perceber o grau de afeição que o residente tem com a cidade e, por esta via, aferir se estará em condições de

contribuir para o enriquecimento da experiência do visitante na sua terra. Por outro lado, ao se questionar sobre a frequência e os motivos de viagem, procurou-se saber a tendência do residente em viajar e tornar-se turista, assim como verificar se as suas motivações de viagem estão em correspondência com as modalidades turísticas de índole cultural, tendo em consideração o objeto de estudo desta investigação.

De acordo com a figura 44, o Rio Kwanza e a paisagem envolvente é o principal elemento de afeição dos residentes com a cidade. Cerca de 48% dos inquiridos, correspondente a uma frequência absoluta de 46 respondentes, considera o rio como o principal recurso de apreciação, seguidos da cultura e a história da cidade em segundo lugar e a forma de ser dos residentes em terceiro, com percentagens respetivas de 32,3% e 10,4%, equivalentes a 31 e 10 respondentes. Na verdade, os resultados apurados sobre essa questão não são surpreendentes visto que a vida de praticamente todo o residente do Dondo, com exceção da população do bairro Alto Dondo, está estruturada em função do Rio Kwanza. O rio representa a fonte de sustento das populações e um recurso basilar de muitas práticas sociais e atividades de recreio, sendo mesmo o principal responsável pelo surgimento da própria cidade, iniciado com aglomerados populacionais muito antes da chegada dos portugueses a Angola.

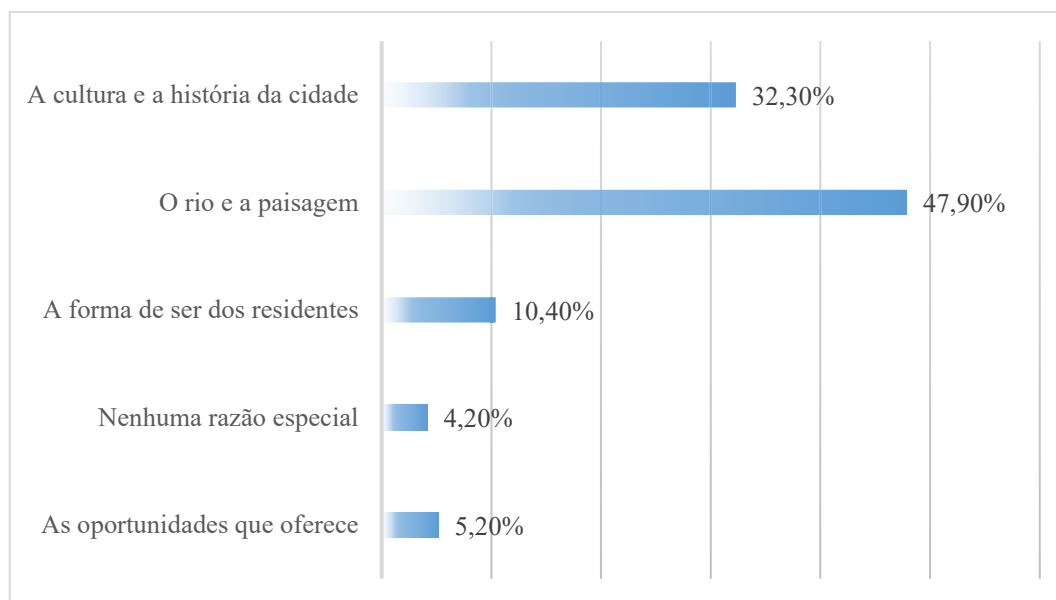


Figura 44: Residentes inquiridos sobre o que mais gostam do Dondo

Olhando para a questão sobre o tempo de residência dos inquiridos, refletida na figura 45 verifica-se que a maioria possui uma vivência longa com a localidade, informação expetável se se atender ao facto da generalidade dos residentes inquiridos serem naturais da cidade, tal como foi apurado anteriormente. Nesse sentido, 52 respondentes afirmam viver no Dondo desde a nascença, 16 afirmam viver há mais de 20 anos e 9 vivem há pelo menos 11 anos na cidade. Valores absolutos que correspondem a 55,3%, 17% e 9,6% respetivamente. Associando as duas primeiras opções de respostas, verifica-se que mais de 72% dos inquiridos, isto é 68 respondentes, vive na cidade do Dondo há pelo menos 18 anos, demonstrando aqui um vínculo forte que os residentes possuem com a sua terra.

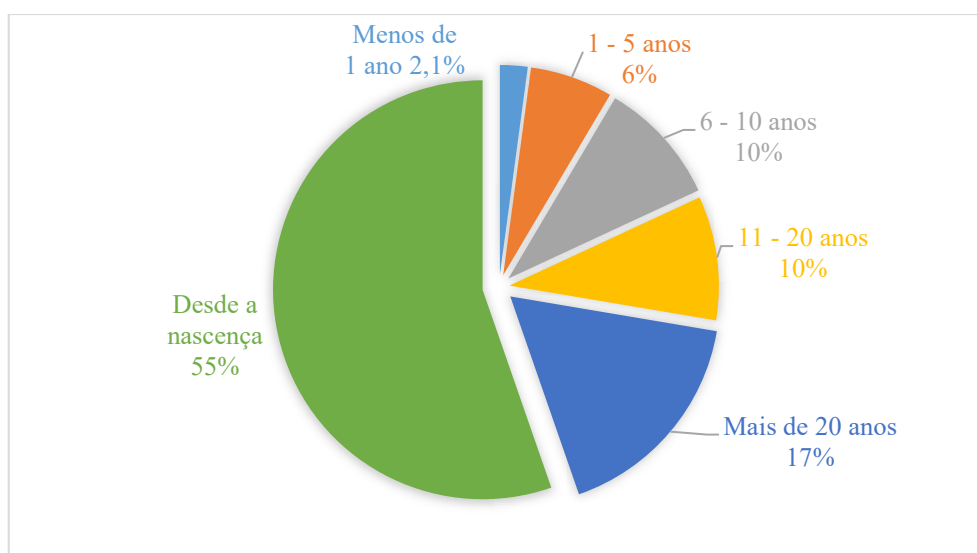


Figura 45: Residentes inquiridos segundo o tempo residência na cidade

O gráfico seguinte apresenta os dados sobre o número de viagens realizadas pelo residente no ano. Um indicador importante para aferir a sua propensão às viagens e para medir a taxa de partida⁷³. Nessa conformidade, 33 dos residentes inquiridos afirmam viajar entre uma a três vezes ao ano, enquanto 21 inquiridos ausentam-se mesmo todos os meses fora da localidade, valores absolutos que correspondem a 36,7% no primeiro caso e a 23,3% no segundo, tendo em conta os 90 respondentes da questão.

⁷³ De acordo com Cunha (2013), esse indicador mede a percentagem da população residente que passa férias fora da sua residência habitual. Representa a relação entre o número de pessoas que passa férias fora da sua residência habitual e a população total.

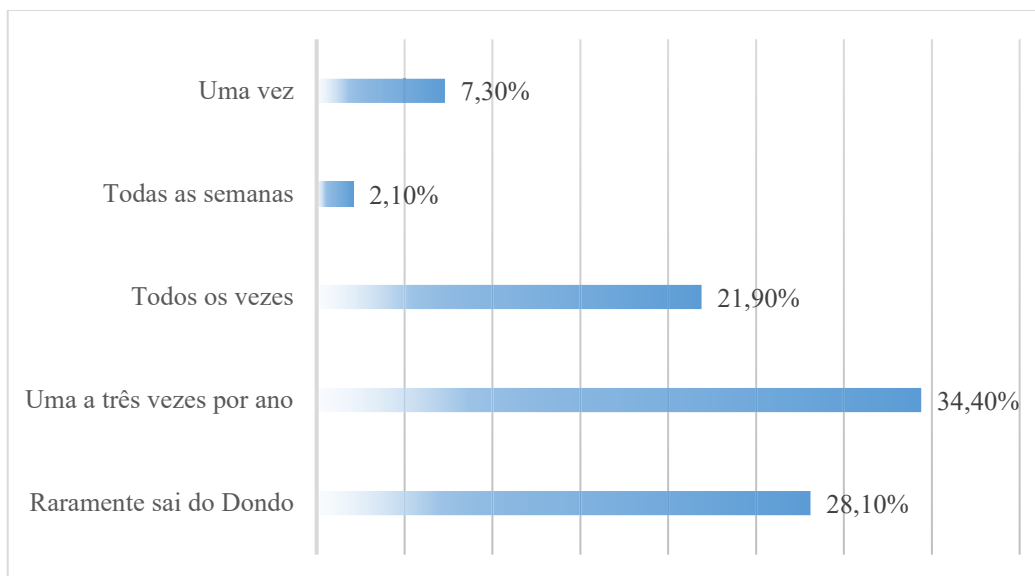


Figura 46: Residentes inquiridos segundo o número de viagens realizadas por ano

Importa sublinhar que essa propensão às viagens não resulta propriamente de uma necessidade turística ou de lazer, mas sim das viagens regulares que grande parte da população inquirida necessita para visitar familiares, para além da situação já referida de fins comerciais de muitos que trabalham por conta própria, por via de fluxos regulares de produtos entre o Dondo e as várias localidades do país. Tanto é assim que a segunda categoria de maior prevalência é a dos residentes que raramente saem do Dondo, 30% dos inquiridos, num total de 27 respondentes, provavelmente porque não têm razões económicas substantivas para o fazer.

Ainda sobre as vezes que o residente viaja ao ano, chama a atenção o facto de 2 dos respondentes afirmarem que se ausentam todas as semanas do Dondo. Deduz-se nesse particular que essas viagens têm como fundamento a necessidade de muitos jovens locais ingressarem o ensino superior, fundamentalmente em Ndalatando, a 75 km, ou em Luanda, a 180 km, que os obriga a deslocações semanais e por vezes diárias.

Sobre as razões ou os motivos que obrigam os residentes do Dondo a viajar (quadro 7), importa esclarecer que o valor de 126 da frequência absoluta, superior ao valor de 96 inquiridos que constitui a amostra, explica-se pela qualidade da pergunta em permitir múltiplas opções de repostas, sendo por isso bastante aceitável que uma pessoa tenha mais de um motivo para decidir por uma viagem.

Quadro 7: Motivos de viagem dos residentes

Que razões o levam a viajar	Frequência	Porcentagem
Visitar familiares e amigos	52	41,3%
Ter contato com outros povos e culturas	22	17,5%
Assistir a eventos culturais/desportivos	11	8,7%
Fazer compras	22	17,5%
Fazer negócios	7	5,6%
Descontrair e usufruir da paisagem	6	4,8%
Nenhuma em especial	6	4,8%
Total	126	100%

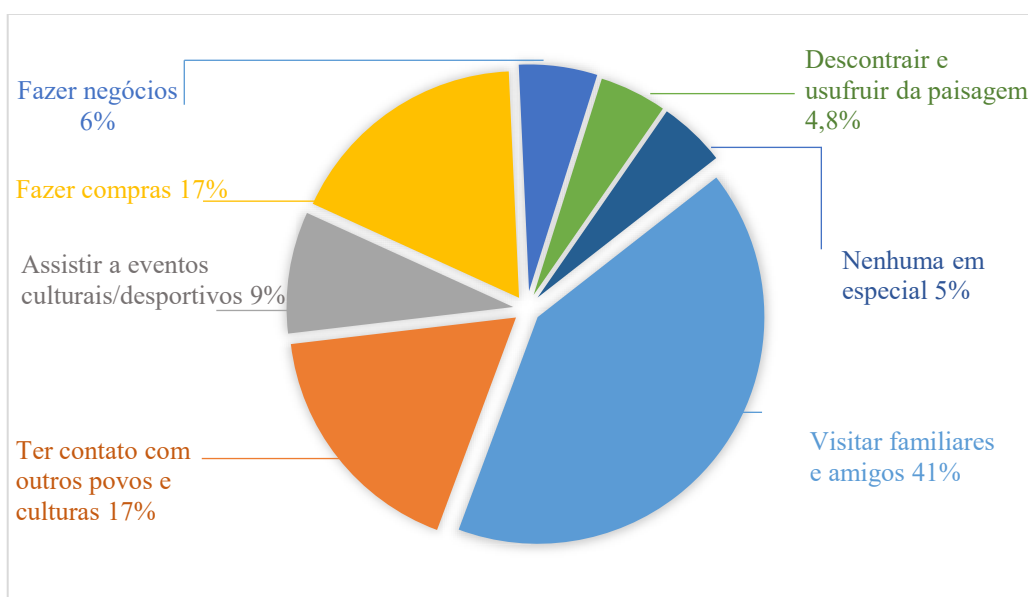


Figura 47: Residentes inquiridos segundo os motivos de viagem

As respostas resultantes desta questão indicam que a principal motivação de viagem dos residentes do Dondo é visitar familiares e amigos, com uma percentagem de 41,3% dos respondentes, seguido da necessidade de fazer compras e de ter contato com outros povos e culturas, ambas com 17,5%. Apenas 4,8% dos respondentes tem na viagem uma opção genuinamente turística de descontrair e usufruir da paisagem. É sintomático verificar que as razões de viagens para compras e negócios representam ao todo mais de 23% do total,

pois, são aquelas que obrigam os residentes a deslocamentos constantes devido às atividades comerciais informais. Portanto, as viagens dos residentes do Dondo são essencialmente motivadas por questões económicas, bem como a necessidade de manutenção e consolidação das relações familiares e de amizade.

7.1.2. Perfil social do residente

Analisando toda a informação obtida na primeira parte do questionário aplicado ao residente da cidade do Dondo, é possível apresentar de forma sintética indicadores que caracterizam o morador desta cidade.

O residente adulto do Dondo caracteriza-se por ser um indivíduo jovem, nascido na própria localidade (83,3%), maioritariamente do grupo etário dos 18 aos 25 anos (40,6%). Pela sua juventude é sobretudo solteiro (72,9%) e com um nível de habilitações que não ultrapassa a 12ª classe, o que em boa parte decorre da ausência no local de oferta formativa para o ensino superior. Geralmente é funcionário público e possui um vínculo de emprego formal com o Estado na saúde ou na educação, havendo de igual modo um número significativo de indivíduos no setor informal da economia, realizando negócios particulares.

O cidadão adulto residente do Dondo vive na cidade desde a nascença (55,3%) e está muito afeiçoado ao rio e sua envolvente, um recurso estruturante da sua vida diária. Tem propensão às viagens, fundamentalmente para consolidar laços familiares e de amizade (41%), mas também para fazer negócios, sendo por isso um cidadão com um certo hábito de deslocação fora do seu enquadramento habitual, ainda que essas deslocações não resultem de motivações turísticas. No entanto, para finalizar, importa relevar que é um indivíduo que tem noção da cultura e da história que carrega a sua cidade (32,3%) e por isso mesmo não se coíbe de viajar em busca de contatos com outros povos e cultura ou ainda assistir a eventos culturais, valências muito próprias da sua terra.

7.2. Os visitantes

Os questionários aplicados aos não residentes ou visitantes foram na sua maioria respondidos no principal local de concentração de visitas da cidade (praticamente o único), o largo 4 de Fevereiro, na margem direita do Rio Kwanza. Neste largo são montados diariamente barracas com fornecimento de comida e bebida para responder às necessidades alimentares dos visitantes, uma espécie de praça alimentar, para além de

outras estruturas móveis e bancadas para venda de artigos diversos. Este local pode ser considerado como a principal referência para a alimentação do visitante do Dondo, assim como de paragem obrigatória para os viajantes em trânsito que pretendam descansar por algumas horas.

Os inquéritos foram realizados durante o dia, entre as 10 e 18 horas, maioritariamente nos finais de semana. Como foi referido, foi determinada uma amostra de 96 indivíduos tendo sido validados igual número de questionários. Os quadros e figuras seguintes apresentam os dados biográficos dos indivíduos inquiridos ou respondentes, quanto ao sexo, grupo etário, local de residência, nacionalidade, habilitações académicas, grupo de atividade profissional, situação profissional e estado civil.

O segundo conjunto de quadros e figuras acrescentam indicadores para a caracterização e o perfil do visitante do Dondo do ponto de vista da sua habituação, ou não, em passar férias fora da localidade de residência, das razões e frequência de viagens, bem como do tempo de permanência na cidade. De igual modo, procura-se completar o perfil do visitante com dados sobre a companhia na visita, o local de hospedagem e os atrativos para fruição no local da visita.

Quadro 8: Visitantes inquiridos segundo o género e grupo etário

Grupo etário	Mulheres		Homens		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
18 – 25 anos	15	42,9%	5	8,2%	20	20,8%
26 – 35 anos	15	42,8%	21	34,4%	36	37,5%
36 – 45 anos	3	8,6%	14	23,0%	17	17,7%
46 – 60 anos	2	5,7%	18	29,5%	20	20,8%
Mais de 60 anos	0	0%	3	4,9%	3	3,1%
Total	35	36,5%	61	63,5%	96	100%

O quadro 8 indica que foram inquiridos 35 visitantes do sexo feminino e 61 do sexo masculino, correspondendo a 36,5% e 63,5% respetivamente. Em relação ao grupo etário, o mais destacável é o grupo com idades compreendidas entre 26 e 35 anos, com

um total de 36 respondentes, equivalente a 37,5%, seguido dos grupos etários dos 18 aos 25 e dos 46 aos 60 anos, ambos com 20,8%, equivalente a 20 respondentes.

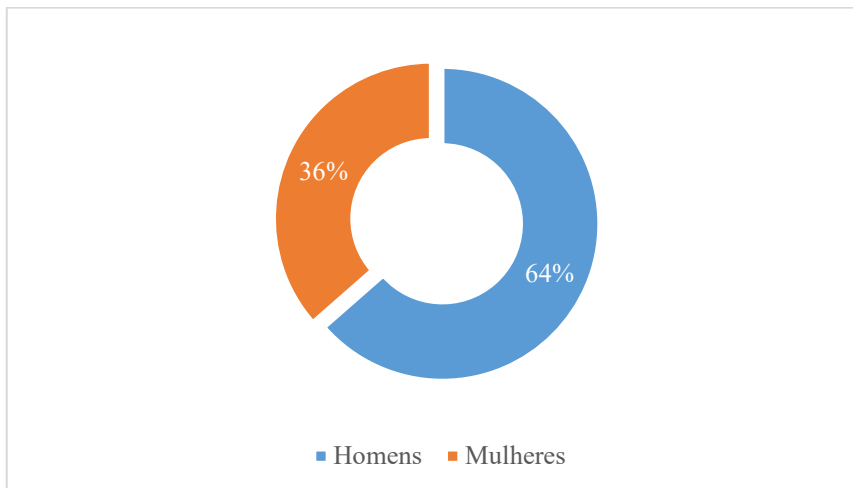


Figura 48: Visitantes inquiridos segundo o gênero

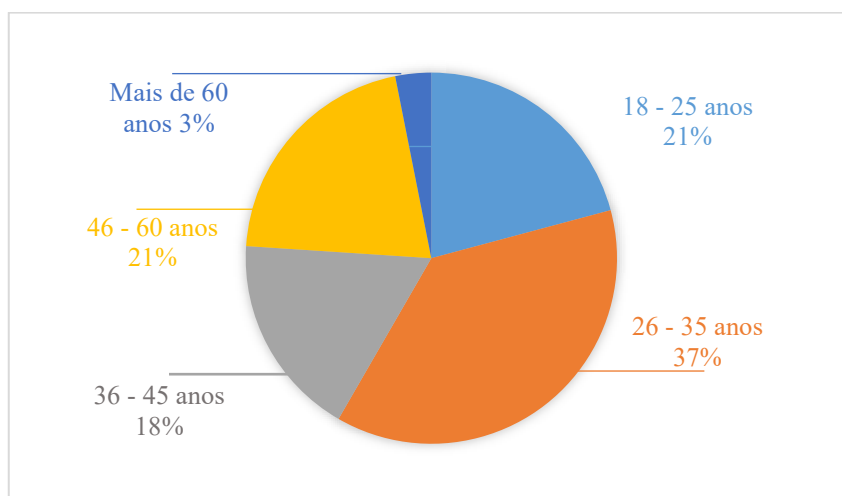


Figura 49: Visitantes inquiridos segundo o grupo etário

Fazendo uma associação entre o sexo e o grupo etário (figura 50), observa-se que no caso das mulheres, 30 das 35 inquiridas, isto é 85,7%, têm no máximo 35 anos de idade, não se registrando mesmo nenhum visitante do sexo feminino com mais de 60 anos. No caso dos homens há um destaque do grupo etário dos 26 aos 35 anos e uma participação residual dos indivíduos da terceira idade. Também é curioso verificar que o grupo

masculino entre os 18 e os 25 anos representa apenas 8,2% dos homens inquiridos, se considerarmos a apetência natural dos jovens para a viagem. A explicação que se pode avançar para este facto está na reduzida capacidade financeira dos homens, ao contrário das mulheres dessa faixa etária, como se verá adiante, viajam mais na condição de acompanhante, sem preocupações com as despesas de viagem. Portanto, observando as cores do gráfico, a esmagadora maioria do visitante masculino do Dondo possui uma idade compreendida entre os 26 e 60 anos.

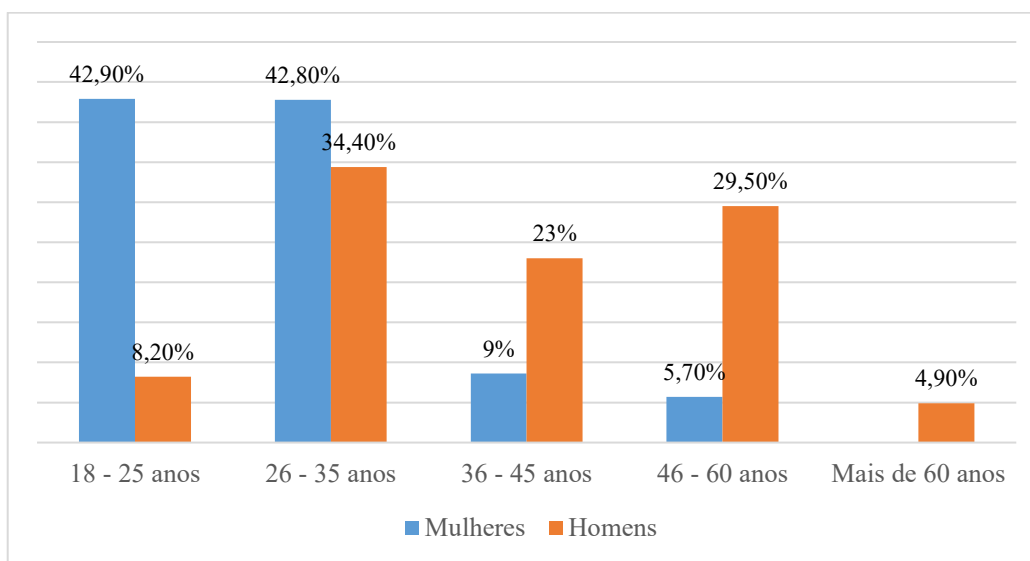


Figura 50: Visitantes inquiridos segundo o género e grupo etário

Em relação ao local de residência dos inquiridos, 44,8% dos visitantes é proveniente de Luanda, 18,8% de Ndalatando e 9,4% da cidade de Malanje, perfazendo um total de respondentes de 43, 18 e 9 respetivamente. A figura 51 indica que aproximadamente 89% das mulheres visitantes são provenientes dessas cidades, ao contrário dos homens, onde se destaca acima de tudo a capital do país. Realce igualmente para a ausência de visitantes femininos provenientes de Cambambe e de Laúca. Estas localidades, habitadas maioritariamente por homens, são sobretudo vilas de trabalhadores, concebidas no âmbito da construção de barragens hidroelétricas sobre o Rio Kwanza.

A vila de Cambambe, a 16 km do Dondo, não obstante existir desde o tempo pré-colonial, ganhou outra notoriedade aquando da entrada em funcionamento da barragem com a mesma designação. Por sua vez, a vila de Laúca foi constituída já nesta década com o

propósito de acudir a necessidade de recursos humanos, a tempo inteiro, para a construção de uma barragem hidroelétrica de maior dimensão, na verdade a maior do país, cuja entrada em funcionamento está prevista para julho de 2017.

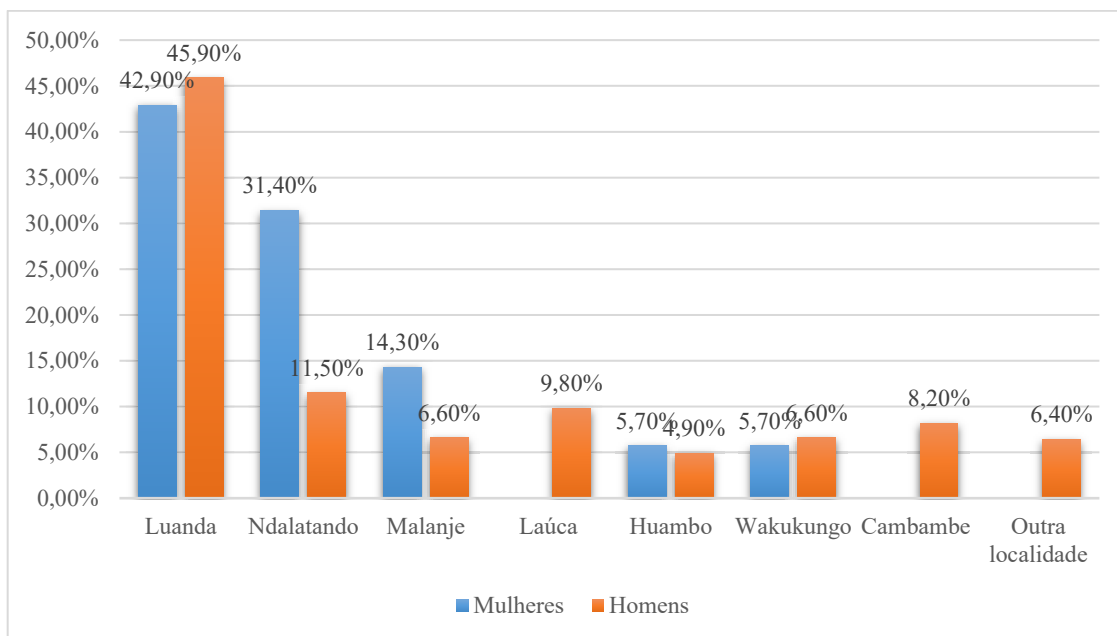


Figura 51: Visitantes inquiridos segundo o local de residência e género

Outra análise que resulta interessante fazer é o posicionamento geográfico das localidades de proveniência, o que possibilita inferir sobre a intenção da visita. Se no caso de Ndalatando, Laúca e Cambambe existe uma relativa proximidade, onde a deslocação mais distante é feita em menos de uma hora; para os visitantes do Waku-kungo e do Huambo que distam para além dos 200 e 400 quilómetros respetivamente, o Dondo representa um local de trânsito, tendo em vista o destino final. Já com os visitantes de Malanje e Luanda, percebe-se uma clara intenção de visitar o Dondo, principalmente os primeiros, que não precisam passar pelo Dondo para visitarem outras localidades importantes do país.

No que respeita à variável nacionalidade (figura 52) a maioria dos visitantes inquiridos são angolanos, num total de 80 respondentes, equivalente a 86%. A segunda nacionalidade com maior frequência é a portuguesa com um total de 8 respondentes, equivalente a 8,6%, seguida da brasileira e da colombiana, ambas com dois respondentes, e por fim a espanhola com 1 apenas. Salienta-se que não foi inquirido nenhum visitante estrangeiro do sexo feminino.

A esse propósito, a precariedade das estradas, as condições humildes de alojamento e restauração possam ser justificativas para a ausência de mulheres de outras nacionalidades a visitarem o Dondo, tendo em conta a sensibilidade feminina em determinadas situações relacionadas com viagens sem grande conforto. Por outro lado, conforme se apurou, os estrangeiros visitantes, com exceção dos que saem propositadamente de Luanda, são colaboradores nos projetos diversos no interior do país, em atividades “tipicamente” masculinas, como os já mencionados complexos hidroelétricos de Cambambe e Laúca, que aproveitam as folgas para visitarem o Dondo.

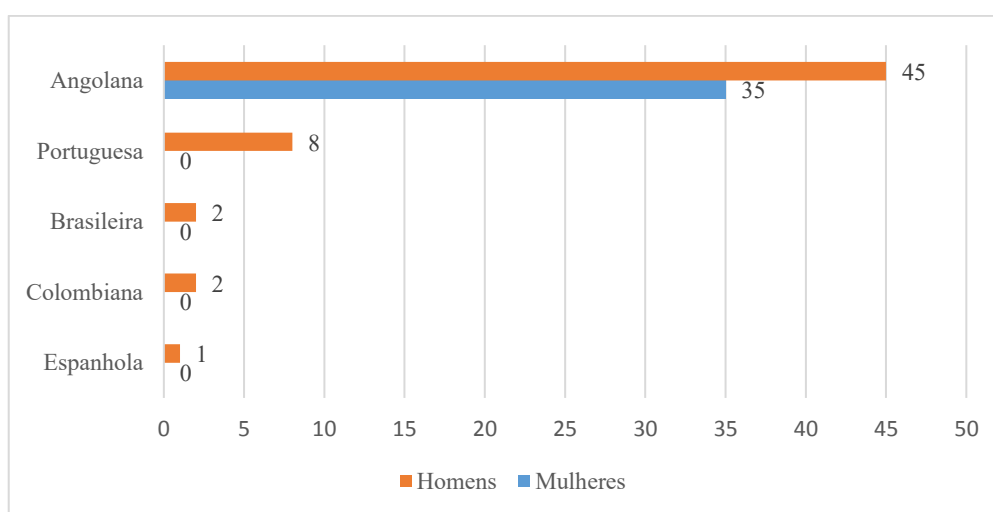


Figura 52: Visitantes inquiridos segundo a nacionalidade e género

Analisando os dados refletidos na figura 53, constata-se que o extrato mais representativo relacionado com a variável habilitações académicas, à semelhança dos dados obtidos com os residentes, é do intervalo 10^a-12^a classe, com 39,1% do total de visitantes inquiridos, equivalente a 36 respondentes. Em segundo e terceiro lugares aparecem os graus de licenciatura e de bacharelato com 25% e 20,7% respetivamente, correspondendo a 23 e 19 respondentes. É de assinalar que 48% dos inquiridos frequenta, frequentou ou concluiu o ensino superior, havendo mesmo dois visitantes com mestrados concluídos.

Outra nota de realce tem que ver com as habilitações académicas dos visitantes estrangeiros. Os dados recolhidos indicam que o grau máximo dos cidadãos estrangeiros é o bacharelato, declarado por um português e um colombiano. Os restantes nunca frequentaram o ensino superior. Isto significa que todos os licenciados, mestres e grande

parte dos bacharéis apurados são de nacionalidade angolana. Essas ilações suscitam naturalmente outros estudos e abordagens para consolidar opiniões que têm sido levantadas no país relacionadas com a questão. Ou seja, é recorrente questionar-se por um lado a contratação de estrangeiros para trabalhos operativos ao alcance dos nacionais, mas por outro lado, também é frequentemente questionada a qualidade da formação e especialização do cidadão nacional para assumir determinadas responsabilidades profissionais.

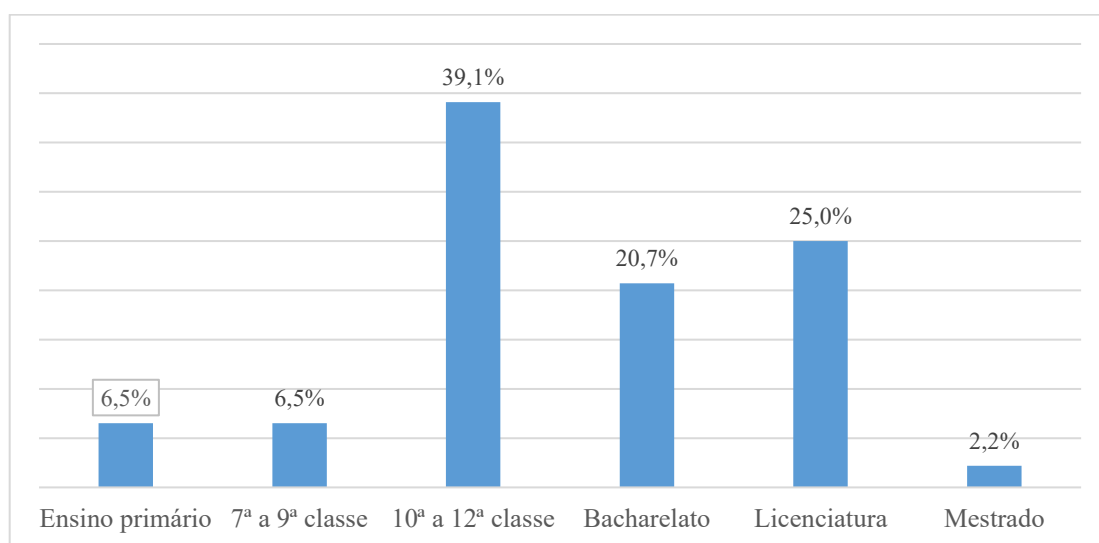


Figura 53: Visitantes inquiridos segundo as habilitações académicas

Em relação à atividade profissional dos visitantes, representada na figura 54, as de maior incidência do total de inquiridos está no grupo que associa a engenharia e serviços técnicos, assim como do ensino e serviços sociais, cada um com 23,8% do total de inquiridos, equivalente a 19 respondentes. Na segunda posição aparece o agrupamento profissional de comércio e indústria com 15% de inquiridos e do turismo, lazer e entretenimento com 12,5%, correspondendo a 12 e 10 respondentes respetivamente.

Associando a variável em referência com a nacionalidade dos inquiridos, constata-se que os visitantes estrangeiros estão inseridos em dois grupos específicos de atividade profissional, nomeadamente o comércio e indústria e o grupo mais técnico: engenharia, mecânica, serviços técnicos e construção. Essa constatação permite deduzir, salvaguardando naturalmente a não pretensão de generalização dos dados, que parte substancial de estrangeiros residentes no país estão vinculados ao comércio e indústria

exercendo atividades de importação de produtos diversos para colmatar o déficit de produção interna, ou estando em posições de destaque em diversas superfícies comerciais de referência. Já em relação aos serviços técnicos, é igualmente entendível a percentagem de estrangeiros contratados para trabalhos de engenharia e manutenção de máquinas e equipamentos, pela escassez de quadros nacionais nesses domínios.

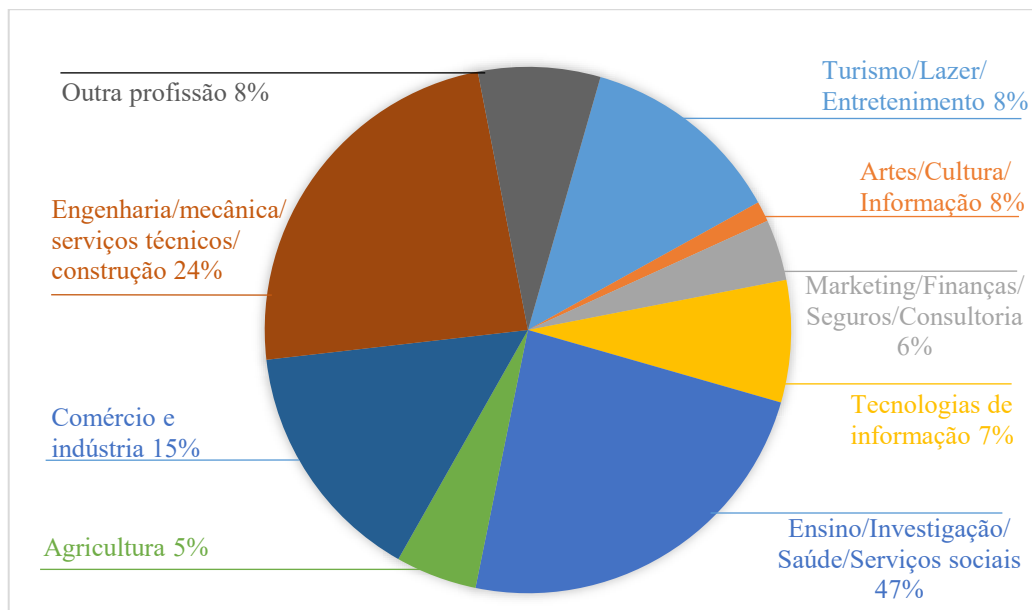


Figura 54: Visitantes inquiridos segundo atividade profissional

Em relação aos angolanos, verifica-se que a maior parte tem a atividade profissional vinculada ao ensino, educação, saúde e serviços sociais, com uma percentagem de 19,8% do total de inqueridos, seguido do grupo composto por engenharia, mecânica, serviços técnicos e construção, com 13,5% e do grupo de turismo, lazer e entretenimento com 9,4%. À semelhança dos residentes, os angolanos visitantes estão sobretudo vinculados aos setores da saúde e da educação.

No que concerne à questão da situação profissional, conforme se pode observar na figura 54, constata-se que 47% dos inquiridos são funcionários públicos vinculados aos setores sociais do Estado. A percentagem de visitantes vinculados ao setor privado ou por conta de outrem ascende a 36%, enquanto os trabalhadores por conta própria representa uma quota de 16%. Realce para o facto de todos estrangeiros inquiridos trabalharem por conta de outrem à exceção de um português que afirma ser funcionário público. Essa

constatação, não obstante o número reduzido de inquiridos e a técnica de amostragem aplicada aos visitantes, afigura-se até certo ponto surpreende tendo em consideração o número de empresários estrangeiros no país.

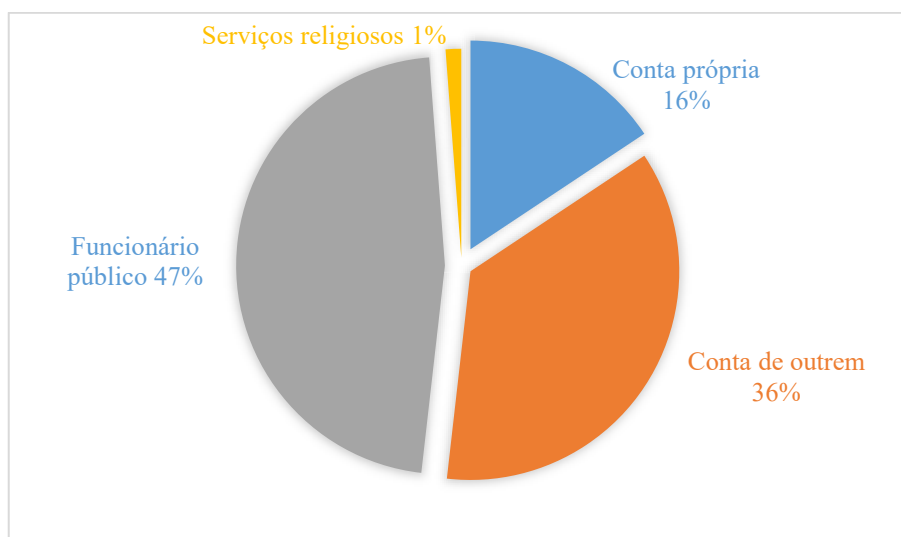


Figura 55: Visitantes inquiridos segundo situação profissional

Em relação ao estado civil, na figura seguinte, cerca de 58% dos visitantes inquiridos são solteiros, representando um total de 55 respondentes, enquanto 41% são casados ou a viver maritalmente, equivalente a 39 respondentes. Apenas 1 visitante afirmou ser divorciado e outro tanto declarou-se viúvo, ambos de nacionalidade angolana. Ainda sobre os nacionais, importa referir que dos restantes 78 respondentes, 50 afirmaram ser solteiros e 28 afirmaram ser casados, correspondendo respetivamente a 52,6% e 29,5% do total de visitantes inquiridos.

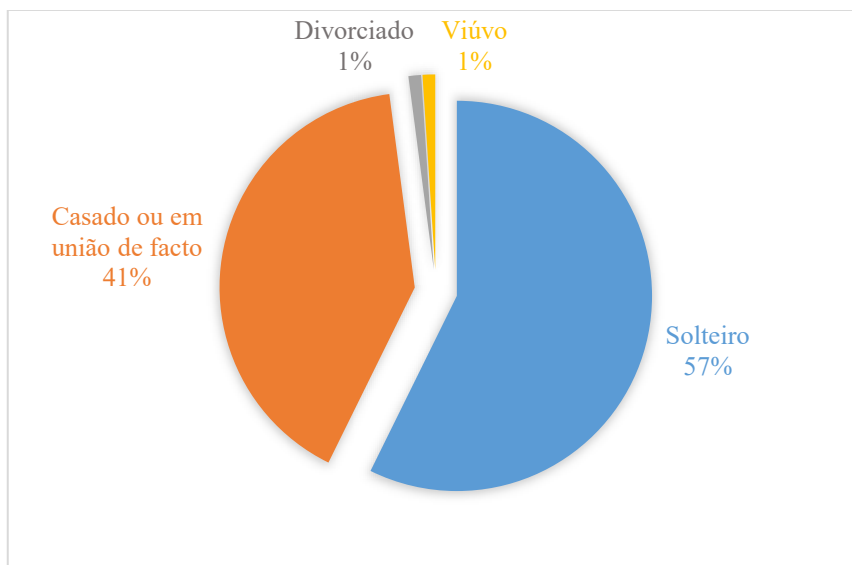


Figura 56: Visitantes inquiridos segundo o estado civil

Tal como a análise sobre o estado civil dos residentes, é provável que um ou outro visitante, vivendo em união de facto, se tenha declarado solteiro, por força do hábito. Na verdade os casais em Angola que viviam em união de facto até a meia dúzia de anos não eram reconhecidos como tal e, portanto, eram considerados solteiros perante a lei. A situação foi alterada com a entrada em vigor de um instrumento jurídico específico que veio salvaguardar os direitos dos cônjuges e filhos resultantes dessas uniões.

7.2.1. Férias e viagens dos visitantes

A figura 57 tem como propósito aferir a disponibilidade para viagens e férias fora da localidade de residência. Considerou-se importante questionar sobre o local ou região habitual de férias dos visitantes, assim como perceber se a cidade do Dondo era vista como um destino para passar férias. Dessa forma, verificou-se que 45,6% dos visitantes inquiridos, equivalente a 41 respondentes, passam férias em Angola, ou seja, fazem habitualmente turismo interno, ao passo que 33,3%, equivalente a 30 respondentes, incluindo 4 portugueses, não se ausenta da localidade onde vive quando está de férias.

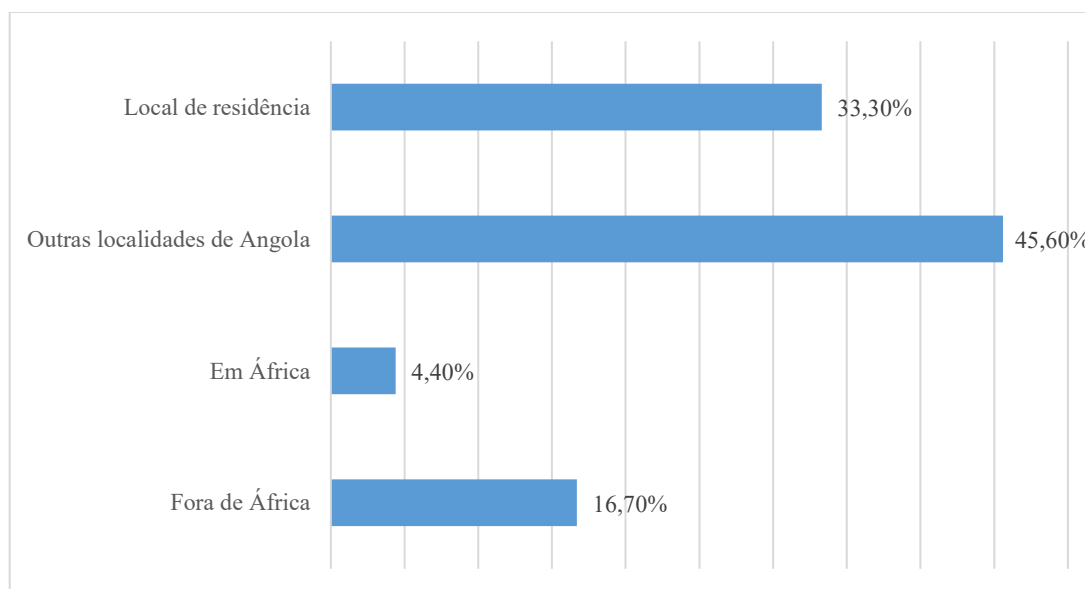


Figura 57: Local de férias dos visitantes

Pouco mais de 20% dos inquiridos passa habitualmente férias no exterior do país, preferencialmente em outras regiões que não o continente africano. Apenas 4 angolanos afirmaram passar regularmente as férias em países da África, nomeadamente a Namíbia e a África do Sul. Realçar que todos os visitantes que afirmaram passar férias em Angola são angolanos, com a exceção de um inquirido de nacionalidade portuguesa.

Acredita-se que a situação atual de crise económica no país tenha um efeito dissuasor para o turismo emissor, principalmente entre os angolanos, visto que a aquisição de divisas para a efetivação da viagem tornou-se bastante restritiva. Por outro lado, a grande prevalência de inquiridos que passam férias no país ou no seu local de residência pode ser justificável pela limitação de circulação aquando do conflito armado, impedidos de circular livremente pelo país durante três décadas. O cidadão angolano com rendimentos suficientes habituou-se a passar férias fora do seu país, situação reforçada até há dois anos por uma política cambial de valorização da moeda nacional, reforçando o poder de compra e estimulando os residentes a viajarem mais para o estrangeiro, sem deixar de considerar o elevado preço do turismo interno. Numa outra perspetiva, pelas características profissionais dos visitantes inquiridos, maioritariamente funcionários públicos ligados ao setor da educação e da saúde, é de supor que sejam cidadãos com rendimentos moderados ou mesmo modestos.

A depreciação atual da moeda nacional obriga a um maior volume de massa monetária para a aquisição de divisas, desencorajando dessa forma as viagens para o exterior do país. Por isso, em condições normais, extrapolando esses dados para uma realidade nacional, ter cerca de 79% dos residentes em férias no país seria bastante positivo para o setor do turismo. No entanto, o que se assiste é uma redução brusca e substancial do poder de compra do residente devido a essa depreciação e a consequente subida dos preços dos bens e serviços, onde os turísticos são considerados não essenciais.

7.2.2. O visitante e o destino “Dondo”

Passando para a avaliação da variável motivo de viagem, a maioria dos visitantes deslocou-se ao Dondo para relaxar, descansar ou mudar de meio, figura 58, representando um total de 30% dos inquiridos e 33 respondentes. A segunda razão é a visita a familiares e amigos, com 23,6% dos inquiridos e 26 respondentes, seguida da deslocação por motivos profissionais e dos viajantes em trânsito com 15,5% e 13,6% inquiridos, equivalentes a 15 e 12 respondentes respetivamente. É interessante verificar que apenas 5 respondentes visitaram o Dondo motivados pela cultura e história da cidade, e somente 2 afirmaram estar em férias.

Não obstante o número reduzido de inquiridos, é motivo de reflexão observar que nenhum estrangeiro visitou o Dondo para conhecer a sua cultura e história. Foi possível perceber, inclusive entre os nacionais, que todo o acervo cultural que a cidade possui, visível no seu património histórico construído, é completamente ignorado durante a estada dos visitantes. Pela ausência de respostas nas questões sobre o património cultural da cidade, se deduz que o visitante não tem muita preocupação em visitar o centro histórico e obter mais informação sobre a sua génese. Limita-se a entrar na cidade pela via da marginal e aceder o largo 4 de Fevereiro para a refeição e o relaxe à beira rio.

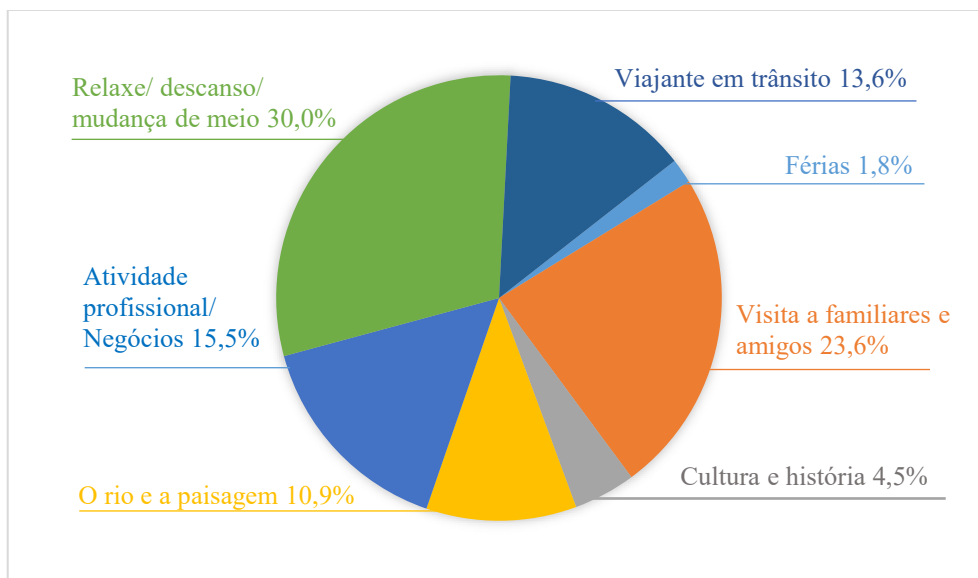


Figura 58: Motivo da visita ao Dondo

Outra ilação a retirar é a associação entre os motivos relacionados com o relaxe / mudança de meio e o encontro com o rio e a paisagem. Para muitos visitantes estas duas razões resumem-se numa só, pois têm interiorizado que é na conexão com o rio que lhes é proporcionado o único momento de relaxe e descanso na cidade. Neste sentido, a pressão sobre um micro território (a marginal), “esvaziando” os demais espaços da cidade, levanta questões sérias de saturação e sobrecarga turística.

Analisando o tempo de permanência dos visitantes por via da figura seguinte, verifica-se que a maioria dos inquiridos passa apenas algumas horas na cidade, sendo por isso excursionistas que visitam propositadamente o local ou viajantes para outros destinos que se detêm por algumas horas no Dondo para restabelecerem as suas energias. Assim, 44,7% dos visitantes inquiridos não pernitoiu no Dondo, traduzindo-se num total de 42 respondentes, enquanto 20,2% afirmou que permaneceu pelo menos uma noite, equivalente a 19 respondentes. Entretanto, a segunda maior frequência é a dos inquiridos que afirmaram permanecer na cidade entre 3 a 7 dias, num total de 26 respondentes, correspondente a 27,7% do universo em análise. Este número significativo de visitantes com uma permanência média superior a 3 noites entra em concordância com a principal motivação de viagem dos respondentes. Ou seja, se depreende que são os visitantes que viajaram ao encontro de familiares e amigos que permaneceram mais tempo na cidade.

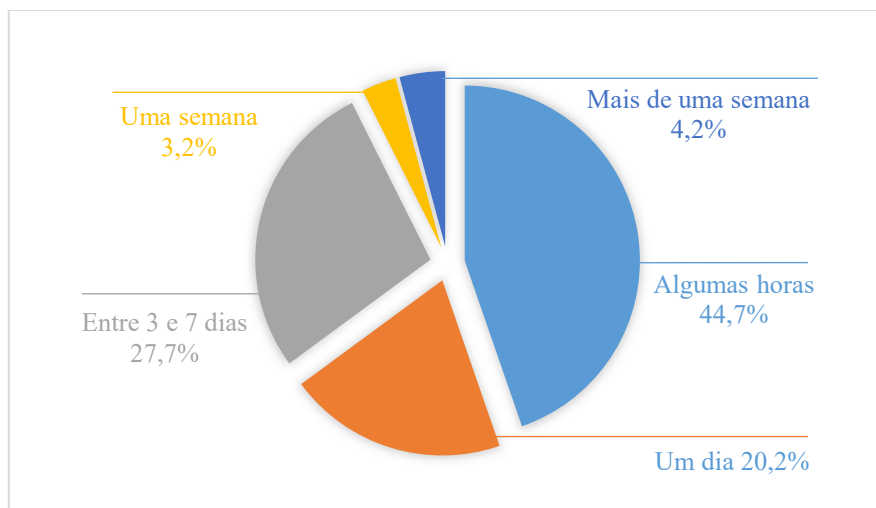


Figura 59: Tempo de permanência na cidade do Dondo

Em relação ao número de vezes que os visitantes viajam para o Dondo no ano, a figura 60 apresenta um maior equilíbrio entre as opções de respostas, apesar de se destacarem aqueles que viajam todos os meses e os que o fazem pelo menos três vezes ao ano. No primeiro caso, foram apurados 23 respondentes para um total de 25,2% de inquiridos e no segundo, 20 respondentes para 22,0% de inquiridos. A terceira opção com maior frequência de respondentes são os que raramente se deslocam ao Dondo e os que estão sempre em trânsito, ambas com 13 inquiridos, correspondente a 14,3%. Os visitantes semanais ou mensais da cidade estão sobretudo ligados às localidades de proximidade, inseridos nos grandes projetos já referenciados, que aproveitam as folgas e os finais de semana. Sobre os visitantes semanais há também os que se deslocam para fins comerciais, sobretudo para compra de produtos. De igual modo, é relevante os 13% de visitantes de primeira vez, metade dos quais com pelo menos uma dormida, o que poderá demonstrar o interesse e a curiosidade dos angolanos pela cidade.

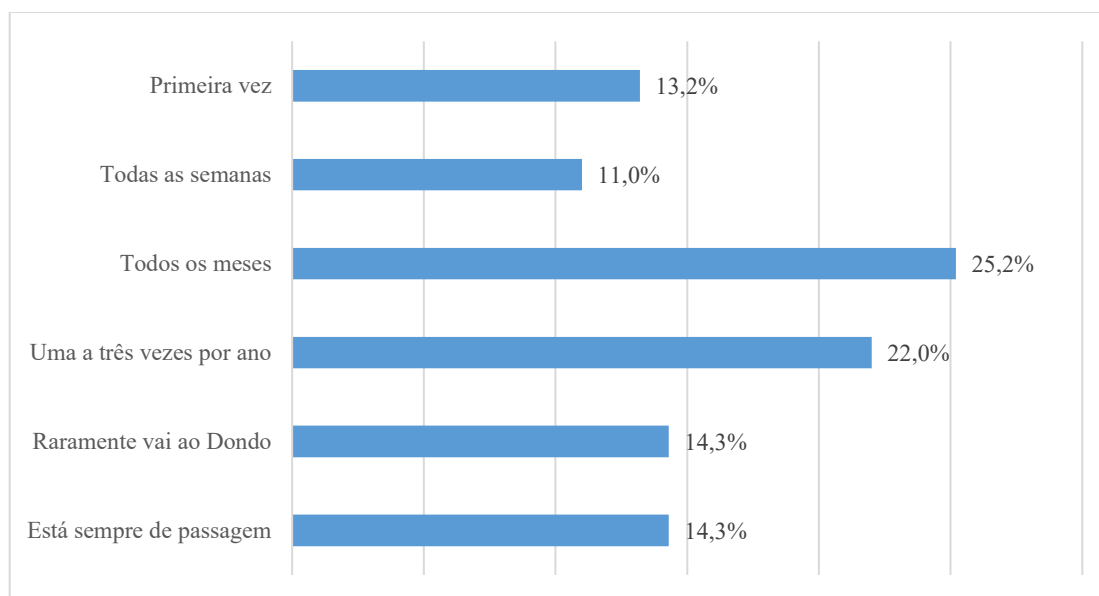


Figura 60: Frequência de viagem ao Dondo

No que respeita ao meio de alojamento utilizado pelos visitantes, representado graficamente na figura seguinte, apurou-se já que uma parte considerável dos visitantes era excursionista, mas para essa questão específica constatou-se que 39% dos inquiridos não passou a noite no Dondo, num total de 35 respondentes, ao passo que 24% esteve hospedado em casa de familiares e amigos, equivalente a 22 respondentes. Portanto, o número de excursionistas encaixa-se perfeitamente com os dados obtidos da permanência no local por algumas horas e a hospedagem em casa de particulares está em sintonia com o principal motivo de viagem, que é a visita de familiares e amigos.

Em relação à hospedagem em estabelecimentos hoteleiros e alojamento local⁷⁴ verifica-se que a maioria dos visitantes esteve hospedada em hospedarias, acima dos 26%, com um total de 24 respondentes, seguido de hotel com 7,7% de inquiridos, equivalente a 7 respondentes. A diferença substancial entre a hospedagem na hospedaria e a hospedagem no hotel, para além do fator preço como é óbvio, se deve também a localização afastada do centro da cidade do único hotel em funcionamento no momento da realização da investigação.

⁷⁴ De acordo com a legislação angolana, é alojamento local todo o estabelecimento que presta serviço de alojamento de forma temporária ou sazonal, mediante remuneração que não reúne os requisitos de estabelecimento hoteleiro, e podem ser: moradia turística, apartamento turístico e hospedaria (Decreto Presidencial nº 36/16 de 1 de fevereiro).

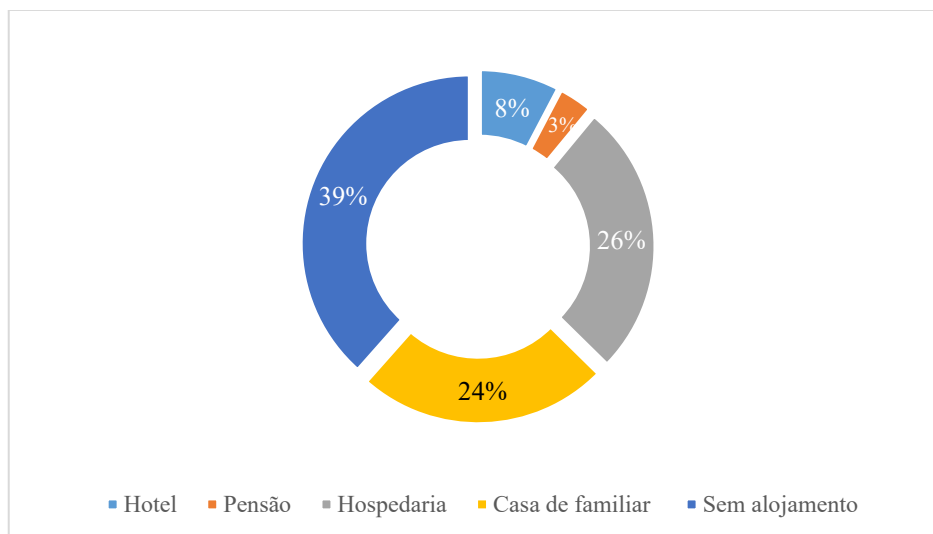


Figura 61: Meio de alojamento utilizado

No que respeita ao acompanhamento na visita (figura 62, a larga maioria dos visitantes prefere viajar com amigos, mais de 51%, percentagem resultante de 48 respondentes. Em alternativa, 18,1% dos visitantes, 17 respondentes no total, prefere a companhia da família e parentes próximos. Outra grandeza de valor relevante na variável acompanhamento na visita é a companhia do namorado ou da namorada, ao registar uma quota aproximada de 15%, resultante de 14 respondentes. As viagens em solitário ou com o cônjuge são as menos apelativas pelos visitantes inquiridos, representando apenas uma prevalência de 8 e 7 respondentes, resultando num valor percentual de 8,5% e 7,4% respetivamente.

A preferência de ter os amigos e amigas como companheiro de viagem é verificável em todos os grupos etários e em ambos os géneros. Verifica-se que 60% dos visitantes do grupo etário dos 26 aos 35 anos viajou com amigos e apenas 5,7% viajou na companhia do cônjuge, ao passo que em relação ao género, 54,3% das mulheres afirmaram que estavam de visita no Dondo com a companhia de amigos, uma percentagem que se reduz ligeiramente para 49,2% na situação dos homens.

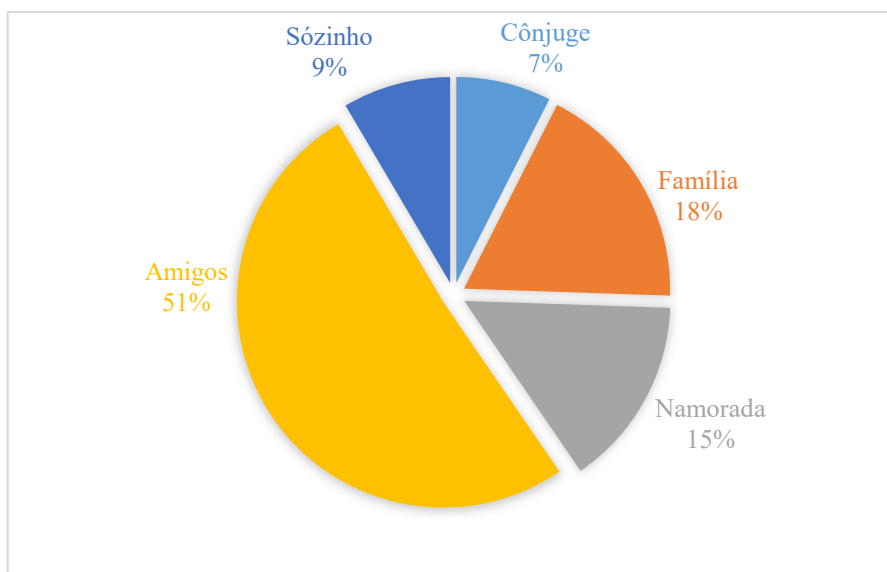


Figura 62: Acompanhamento na visita

Sobre as atividades realizadas na cidade, de acordo com a figura seguinte, há duas opções de respostas que os visitantes destacam, nomeadamente a descontração e o usufruto da paisagem, com uma percentagem de 38,2% resultante de 50 respondentes, e apreciação da gastronomia local com 34,4% (o que equivale a 45 respondentes). Muito mais discreta, aparece em terceiro lugar a opção de fazer compras e em quarto lugar, a utilização do rio, com percentagens aproximadas de 11% e 7% respetivamente. É sintomático verificar que as opções ligadas à fruição cultural, com exceção da apreciação da comida local, são apresentadas como as menos atrativas pelos visitantes, representando pouco mais de 6% de preferência a contemplação do património construído e menos de 4% a assistência a eventos culturais. Neste último caso, a baixa prevalência é justificável pela quase inexistente oferta local, já na questão da fruição do património edificado, a reduzida quota justificasse pelo desconhecimento e falta de comunicação do valor histórico do centro da cidade, conforme a observação anterior feita a respeito dos motivos de viagem.

Todavia, considerando as opções de fruição dos bens turísticos da cidade, é preciso não negligenciar que a maior apetência pela fruição da paisagem e da comida local não estão, necessariamente, dissociadas da opção de utilização do rio. O procedimento comum do visitante do Dondo é apreciar a comida local nas barracas perfiladas no largo 4 de Fevereiro, ao mesmo tempo que vai contemplando a beleza cénica do Kwanza, sendo que os visitantes mais afoitos arriscam mesmo um banho ou um passeio fluvial pelas

águas do rio. Portanto, o comer descontraído, contemplando a paisagem pode ser vista como a utilização do rio no sentido lato.

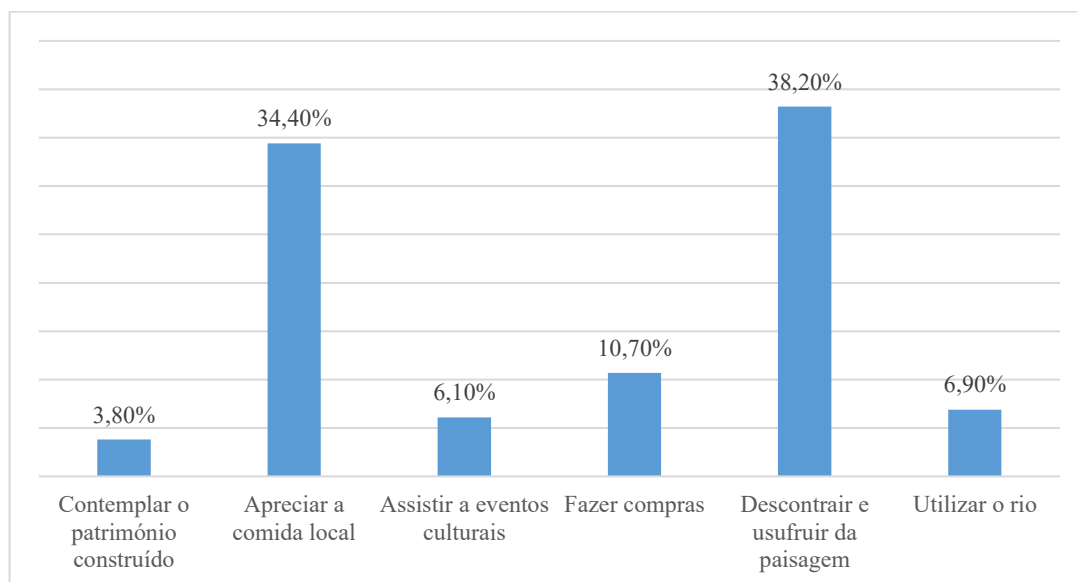


Figura 63: Atividades realizadas na cidade

Por fim, importa também inferir sobre a terceira opção dos inquiridos, que é a das compras. É compreensível que os visitantes se desloquem propositadamente ou aproveitem a estada no Dondo para adquirir produtos locais diversos: hortofrutícolas, tubérculos, carne de caça, peixe fresco e seco, peças de artesanato, etc. Pois, recorde-se que o Dondo é atualmente a capital do artesanato de Angola, possui uma localização geográfica privilegiada que facilita a ligação com várias localidades, possui um elevado potencial hídrico favorável à exploração florestal, agricultura e pesca, razão pela qual foi desde a precolonialidade uma região de ativo comércio.

7.2.3. Perfil social do visitante

As aferições e inferências resultantes do inquérito administrado aos visitantes, não estando sujeitos a generalizações, fornecem ainda assim, importantes indicadores para a definição do perfil e caracterização do visitante da cidade, que deve acima de tudo receber visitas que contribuem para a valorização da sua cultura e história. Nesse sentido, é apresentado de forma resumida nos parágrafos seguintes o visitante tipo da cidade.

O visitante do Dondo é, em esmagadora maioria, cidadão nacional (80%) do sexo masculino, solteiro (58%), maioritariamente entre os 26 e 35 anos de idade, proveniente das cidades de Luanda e Ndalatando e também de localidades próximas do interior, onde existem projetos estruturantes de desenvolvimento económico. Por conseguinte, o visitante estrangeiro que a cidade recebe é sobretudo de meia-idade, proveniente de vilas circunvizinhas onde o trabalho é sobretudo braçal, mais ajustado ao género masculino.

A escolaridade predominante compreende o intervalo entre a 10^a e a 12^a classe (39%), mas na sua globalidade o visitante do Dondo já frequentou, frequenta ou concluiu o ensino superior. A sua área de trabalho é o setor social, educação e saúde, com vínculo estatal, apesar de existir um número significativo de indivíduos do setor privado enquadrados na engenharia, mecânica, serviços técnicos e construção. Talvez por este facto, este visitante não tenha muita propensão para férias fora do país (45,6%), inclusive, prefere muitas vezes gozar as suas férias no local de residência.

A sua fidelidade para com a cidade é assinalável, na medida em que tende a visitá-la todos os meses (25%), geralmente na companhia de amigos e raramente com o cônjuge. Quando se hospeda num empreendimento hoteleiro, o sítio predileto são as hospedarias mas, na verdade, prefere ficar em casa de parentes, provavelmente porque um dos principais motivos que o leva a viajar é precisamente visitar família e amigos, apesar de privilegiar o relaxe, descanso e a mudança de meio (30%).

Lamentavelmente, é um indivíduo que não tem muita apetência para a fruição cultural e interesse pela história da cidade, talvez porque não foram criadas localmente condições para atraí-lo a visitar o centro histórico e, desta forma, dispersar os visitantes que, numa espécie de monocultura de lazer turístico, se concentra totalmente no largo 4 de Fevereiro. Portanto, é sobretudo um visitante de final de semana cujo interesse primeiro é a descontração e o usufruto da paisagem fluvial (38%) na margem direita do Rio Kwanza, enquanto saboreia um prato típico.

A certa medida, compreende-se o pouco interesse pela cultura e história da cidade, entre outras causas estão as limitações endógenas de conformação da cultura em produto consumível pelo cidadão. Por outro lado, existe o rio e a sua envolvente como o principal atrativo da cidade, muito mais a preceito do turismo convencional virado para o lazer e o entretenimento. No entanto, a dimensão cultural do Dondo, robustecida com a zona histórica classificada como património nacional (apenas mais uma cidade do país se pode

orgulhar deste facto), tem de encontrar um visitante que esteja à altura da sua história e valorize esta dimensão cultural.

O capítulo sete visou essencialmente analisar os dados biográficos recolhidos juntos dos residentes e aos visitantes da cidade do Dondo, conforme foi referido anteriormente. Constatou-se que a maioria dos inquiridos são jovens, com menos de 26 anos no primeiro caso, e com menos de 36 anos no segundo. Verificou-se igualmente uma prevalência do género masculino na resposta aos questionários, não obstante considerar-se satisfatória a participação feminina no inquérito.

Outras informações de realce obtidas na primeira parte dos questionários sustentam que a maioria dos inquiridos são funcionários públicos, pertencentes ao setor da educação e saúde, com habilitações académicas entre o bacharelato e a licenciatura. Os visitantes são na sua maioria viajantes de final de semana que aproveita o descanso para deslocar-se à cidade, normalmente casados, mas preferem viajar na companhia de amigos. Os residentes, maioritariamente nativo da cidade, têm alguma propensão a viagem mas são acima de tudo por motivações económicas e sociais e não para a fruição turística.

Para o capítulo oito, o objetivo é trabalhar os dados da segunda parte dos questionários para aferir a perspetiva dos residentes e dos visitantes de desenvolvimento turístico da localidade, assim como a análise feita sobre o pensamento turístico do setor público para o Dondo, tendo em conta as entrevistas efetuadas aos responsáveis da Administração Municipal de Cambambe, do Governo da Província do Cuanza-Norte e do Ministério da Hotelaria e Turismo.

VIII. Capítulo. As perspetivas do setor público, da comunidade e dos visitantes para o desenvolvimento turístico local

De acordo com os sistemas políticos, ideologias dominantes ou grau de desenvolvimento económico e financeiro, a intervenção do Estado em muitos países tem sofrido alterações profundas, não obstante haver domínios em que a sua intervenção é total e incontestável (Cunha, 1997). Segundo o autor, no que respeita ao turismo, a intervenção do Estado em grande parte dos países, limitou-se durante muitos anos à promoção internacional e à criação de estímulos ao seu desenvolvimento por se reconhecer a importância da atividade na ajuda às dificuldades económicas e no financiamento do desenvolvimento industrial.

No caso de Angola, de acordo com a caracterização apresentada no quarto capítulo, podemos distinguir dois momentos, considerando as realidades políticas e ideológicas vividas. Antes da independência o turismo era pouco estimulado pelo regime colonial, razão pela qual não foram construídos muitos estabelecimentos hoteleiros, pois que a intenção era limitar o acesso ao país de um número elevado de visitantes, escondendo assim determinadas práticas opressivas no território. Após a independência nacional, Angola adotou o comunismo como ideologia de desenvolvimento, baseada na centralização e planificação da economia pelo Estado, havendo uma intervenção total deste na gestão do turismo, situação que não ajudou em nada a atividade.

O turismo no país começa a ter alguma relevância com a introdução do multipartidarismo em 1992, e principalmente com o fim da guerra civil, uma década mais tarde. De facto, o turismo na cidade do Dondo numa Angola independente jamais seria pensado antes de 2002. No entanto, passados mais de uma década e meia, os predicados da localidade obrigam a que a atividade seja projetada da melhor forma no sentido de capitalizar os seus recursos para ampliar a sua contribuição no desenvolvimento do país. Para o efeito, importa que se reflita não apenas na perspetiva das autoridades públicas que detêm o poder, quase que absoluto para decidir, mas aferir e perceber os atores diretos do sistema turístico, o residente e o visitante.

Assim, o presente capítulo é uma avaliação crítica do pensamento do setor público, da comunidade e dos visitantes sobre o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo, onde, entre os pontos divergentes e convergentes dos atores, procura-se uma interpretação de equilíbrio arraigada na salvaguarda do património cultural local.

8.1. O setor público e o desenvolvimento turístico local

Embora o mercado advoga a livre iniciativa e a adoção de uma atividade eminentemente privada, a intervenção do setor público enquanto regulador do sistema turístico é fundamental para criar os equilíbrios necessários entre os diferentes interesses dissonantes. Se ao setor privado ou ao empresariado existe a preocupação primeira de remuneração do capital investido, e aos turistas o desfrutar de momentos lúdicos, muitas vezes indiferentes à realidade endógena, caberá naturalmente ao setor público, nos seus vários níveis de escala, articular os diferentes interesses, priorizando o bem-estar das populações que governa, salvaguardando o meio, os recursos económicos e os valores culturais da comunidade. Mas cabe também nas responsabilidades do Estado garantir os direitos dos turistas enquanto consumidores e dos empreendedores enquanto dinamizadores da economia nacional.

Portanto, o setor público é um agente determinante do desenvolvimento do turismo na medida em que é o responsável pelas políticas e estratégias que são definidas para o setor, podendo, entretanto, ser o principal promotor de desequilíbrios de acordo com o excessivo grau de intervenção na atividade ou na falta dele. O fato do turismo se desenvolver sem grande intervenção pública e de se reconhecer o papel fundamental do setor privado, não diminui as responsabilidades do Estado em matérias de planeamento e ordenamento territorial, por exemplo, e em outros domínios de intervenção, consubstanciadas no provimento de infraestruturas, legislação e ambientes de negócios favoráveis para o desenvolvimento da atividade. Desse modo, havendo funções empresariais públicas para colmatar falhas de prestação nos transportes, empreendimentos hoteleiros ou organização de viagens, as mesmas devem ser o estritamente necessário para o benefício de uma livre competição no mercado. Será, porventura, neste quadro de equilíbrio de ação pública que o turismo, nos dias de hoje, tem condições de crescer e desenvolver de forma equilibrada.

8.1.1. Os órgãos centrais do Estado

De acordo com a Lei de Base do Turismo, artigo 3º, alíneas k e l, os valores culturais são considerados recursos suscetíveis de serem transformados em produtos turísticos. Nessa base, foi firmado no último semestre de 2016 um protocolo de cooperação entre o Ministério da Hotelaria e Turismo e o Ministério da Cultura, que define os fundamentos para a implementação conjunta de ações relativas à promoção das atividades artístico-

culturais voltadas para a dinamização do turismo cultural. Este protocolo com ações a desenvolver no biênio 2016 – 2017, assenta em programas com incidências em vários domínios da cultura material móvel e imaterial, como a gastronomia, folclore, carnaval, espetáculos musicais, dança, teatro, recital de poesia, museus, artesanato, moda, pintura e escultura, contemplando igualmente a formação de guias turísticos especializados em cultura nacional.

No essencial, o protocolo percorre os seguintes objetivos:

- Atualização do cadastro dos recursos turísticos históricos e culturais;
- Promoção da cultura e conhecimento da cultura nacional;
- Marketing e promoção do turismo cultural e do turismo religioso;
- Preservação dos valores culturais locais;
- Promoção de feiras de apoio aos cruzeiros turísticos.

De que forma estes objetivos serão alcançados, com que estruturas, recursos e orçamentos, e qual o grau de prioridade em termos de localidade? O protocolo é omissivo. De qualquer modo, à luz dessa cooperação e de outras diretrizes traçadas a nível central, espera-se o devido detalhe em planos operacionais e ações concretas a nível das localidades para a sua materialização, a fim de serem criados produtos turísticos culturais de facto, baseados em referências históricas e culturais das cidades, lugares históricos, religião, artesanato, gastronomia e tradições do povo angolano, conforme estabelece o Plano Diretor do Turismo. O programa número 20 deste plano por exemplo, defende a definição e promoção da imagem das províncias com o propósito de tratar das ações de organização do turismo e da estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região.

O facto é que na prática não é visível o despoletar de correntes turísticas entre as regiões do país decorrente dessa cooperação ou de outras iniciativas conjuntas dos dois pelouros, apesar de existirem pequenos fragmentos de *performances* culturais capazes de associar melhor os setores da cultura e do turismo. É o caso da cidade de Mbanza Kongo, acabada de ser confirmada como património mundial, na reunião de Cracóvia da UNESCO (Julho/2017). O labor atual, quase isolado, do Ministério da Cultura para o reconhecimento internacional desta cidade histórica, não tem sido acompanhada da sua vertente turística, que poderia ser através da comunicação da cidade, pelo menos a nível

doméstico, com vista a gerar maior interesse e visitas. Sobre o Corredor do Kwanza e as pinturas rupestres de *Tchitundu-Hulu*, não obstante serem projetos de candidatura a património mundial de longo prazo, deveriam já merecer uma intervenção mais atuante do Estado, não apenas na proteção e conservação dos bens mas também no conhecimento e sensibilização dos cidadãos com vista a despertar interesse, criar movimento, abrir negócios e consumos.

Os elementos da cultura que têm, por arrasto, estimulado ocasionalmente a atividade turística têm sido as peregrinações religiosas à comuna da *Muxima*⁷⁵, a feira do artesanato realizada anualmente no Dondo e algumas cerimónias populares tradicionais como as festas do mar em regiões litorais do país. Todavia, nestes eventos culturais, o turismo acontece apenas nos poucos dias em que são realizados, seguido de um ano inteiro de total ausência.

Em função da diversidade que o país apresenta, uma série de variantes do turismo cultural é considerada no Plano Diretor do Turismo:

- Visitas aos locais históricos, arqueológicos e museus,
- Festivais musicais e gastronómicos;
- Experiência (vivência das comunidades);
- Artesanato;
- Roteiros culturais;
- Peregrinações e turismo religioso.

Para a Direção de Desenvolvimento Turístico do MINHOTUR, o ideal seria que todo o processo de desenvolvimento do turismo cultural fosse fruto de vários exercícios ao nível do planeamento, pois que, ao existir um instrumento orientador como o PDT, deveria haver condições de continuar o processo da sua implementação através da execução de

⁷⁵ Muxima é uma palavra da língua Kimbundu que significa Coração em português. É uma comuna do município da Quiçama, província de Luanda, que faz parte do Corredor do Kwanza, situada na margem direita do rio. A Igreja Nossa Senhora da Muxima é o símbolo máximo da localidade construída em 1599 pelo regime colonial português. Inicialmente designada de Nossa Senhora da Conceição, esta igreja era um dos lugares onde eram batizados os angolanos antes de embarcarem como escravos. Atualmente é um importante espaço de devoção da população católica do país, pois, é atribuída à Nossa Senhora da Muxima a realização de diversos milagres.

outros elementos do processo como os planos diretores das províncias e dos municípios, ouvindo todos os atores envolvidos, essencialmente as comunidades recetoras.

Portanto, o que se constata ao nível das estruturas centrais é a existência de quadros legais e instrumentos de planificação que permitem orientar as ações dos setores em escalas inferiores de decisão. Se em relação ao setor da cultura existe um pensamento claro de valorizar a cidade do Dondo de acordo com a sua dimensão histórica – materializado na reabertura da feira do artesanato e na patrimonialização do seu centro – este pensamento não existe em relação ao setor do turismo, isto é, a cultura caminha sozinha, definindo diretrizes e metodologias de atuação para a localidade. A intersectorialidade é visível pontualmente nos eventos e efemérides quando é previsível o aumento considerável de visitantes. Para além do protocolo bienal referido, era desejável uma cooperação permanente que pudesse evoluir para observatórios e órgãos de gestão dos potenciais destinos turísticos culturais com forte intervenção na localidade.

A prestação do Ministério da Hotelaria e Turismo se tem cingido em apoiar institucionalmente as atividades turístico-culturais, principalmente o carnaval realizado na cidade de Luanda e a peregrinação católica que é feita anualmente à Muxima. Contudo, perspectiva-se no âmbito do protocolo, o mapeamento dos museus, monumentos, aldeias turísticas, grutas e os seus contos, lagos e os seus contos, escritas e pinturas rupestres, igrejas, santuários, folclore, vestir tradicional, arte tradicional, esculturas, pinturas, artesanato, *modus vivendi*, festejos locais e gastronomia. De igual modo, se perspectiva a criação de roteiros turísticos para os locais históricos e culturais (promoção de visitas de estudantes, grupos de excursões). E ainda estímulo e envolvimento das comunidades locais na preservação dos seus valores culturais.

Analisando a realidade local, pelo número de monumentos históricos existentes no município de Cambambe e particularmente nas localidades do Dondo e Massangano, que testemunham a era colonial e pré-colonial, parece óbvio que o produto turístico estratégico a desenvolver terá de ser o turismo cultural. Uma modalidade focada na história, com a definição de itinerários em volta dos edifícios antigos, sítios históricos sacralizados, grutas e esconderijos, e todo um conjunto de manancial de bens culturais de suporte para o turismo. Estas ideias existem e são sustentadas por políticas, planos, programas e projetos que não saem da esfera de decisão central. Afigura-se necessária uma ação estruturada de vários setores, com destaque para o turismo e cultura, com um

processo realista de transformação das ferramentas de planificação a nível da escala central em ações concretas e conjuntas a nível da escala local.

Aliás, em relação ao Dondo, o Ministério da Hotelaria e Turismo não possui qualquer estratégia e plano de desenvolvimento turístico local, não obstante o turismo cultural ser uma das três tipologias eleitas para alavancar a atividade no país. O próprio instrumento orientador (PDT) ignora a relevância histórica do Dondo e de Massangano como importantes recursos culturais para o suporte dos produtos pretendidos, limitando-se a considerar o turismo religioso na localidade da Muxima, como se referiu, uma localidade integrante do Corredor do Kwanza.

A dimensão geográfica e histórica deste corredor e a riqueza cultural das localidades que o acompanham obriga a que qualquer estratégia de desenvolvimento turístico-cultural seja pensada em rede e não de forma isolada como o plano sugere. Distante também nesse pensamento e da necessária discussão pública e concertação entre os setores, é o projeto de requalificação da marginal do Dondo, sob a égide do Ministério do Urbanismo, apresentado à Administração Municipal de Cambambe em 2013, para que fosse dada a sua contribuição. Sem mais informação sobre este assunto, o projeto perspetivava a criação de uma praia artificial, serviços de restauração, lojas e quiosques, construção de uma ponte cais, com barcos de recreio e navegação até ao *Musseque Kariapuco*, no limite da fronteira de Massangano. Menos mal, é o projeto prever a reabilitação do património construído da cidade, preservando a autenticidade daqueles edifícios recuperáveis do ponto de vista arquitetónico e mantendo as características originais dos restantes, como por exemplo, o edifício da antiga câmara municipal.

A conclusão a retirar dessa abordagem é que não existe a nível central uma estratégia clara de desenvolvimento turístico da cidade do Dondo, a não ser ideias híbridas sem a intersectorialidade que se recomenda, existindo até projetos “silenciosos” sem que tenha havido a contribuição ativa dos residentes e a discussão pública necessária para a sua elaboração e eventual implementação. Porém, existem ações a nível do setor da cultura que devem ter outra rotina e merecer mais intensidade, devendo para isso, serem concertadas e acompanhadas em permanência pelo setor do turismo. Porque, a menos que exista outro setor em situação mais privilegiada, a salvaguarda e valorização do património histórico e de outros bens culturais da cidade precisam indubitavelmente do setor do turismo.

8.1.2. Os órgãos provinciais do Estado

De acordo com a Direção do Comércio, Hotelaria e Turismo, a província do Cuanza-Norte definiu no seu programa operativo de 2016 – 2017 o turismo histórico-cultural como uma das prioridades de desenvolvimento, cujas linhas orientadoras baseiam-se em quatro aspetos fundamentais:

1. Desenvolver o turismo interno: através da criação de condições para o desenvolvimento do turismo social, construção de parques de campismo e caravanismo, realização de excursões e elaboração de campanhas promocionais para estudantes e famílias de baixa renda.
2. Promoção: através da criação da marca turística da província e da elaboração de materiais promocionais capazes de divulgar convenientemente o turismo da província.
3. Captação de receitas para o Estado: através da intensificação da inspeção e fiscalização da atividade turística no seu todo e aplicação de multas sobre os danos, maus tratos, e poluição dos recursos turísticos.
4. Formação: em coordenação com o Ministério da Hotelaria e Turismo, apostar nos profissionais do ramo no ativo, capacitando-os para prestarem melhores serviços.

O plano operativo não apresenta um pensamento orientado sobre a cidade histórica do Dondo nem manifesta a intenção de um trabalho cooperativo e colaborativo com a Direção da Cultura. No entanto, o órgão que dirige o turismo na província entende que o Dondo é uma prioridade do ponto de vista do desenvolvimento turístico. O Governo da província está a trabalhar no sentido da elaboração de planos específicos para alavancar o turismo em todos os municípios, que começará precisamente com o município de Cambambe, tendo em conta os seus recursos turísticos culturais e naturais, particularmente o Dondo e Massangano, cujas ruínas são consideradas como o elemento cultural mais distintivo.

Na visão da Direção Provincial do Turismo, o Dondo pode adquirir no curto prazo outra dimensão turística se existir da parte dos órgãos centrais uma intervenção na cidade com vista à melhoria da sua imagem. O turismo local seria bastante beneficiado se fossem implementadas três medidas fundamentais:

- Requalificação da marginal da cidade;
- Melhoria das condições da praça de alimentação (parte integrante da marginal);
- Asfaltagem e pavimentação das ruas da cidade.

Embora com outro horizonte temporal e sob alçada dos órgãos centrais do Ministério da Cultura, os órgãos provinciais da cultura e do turismo consideram a reabilitação e ampliação do centro histórico do Dondo a solução mais acertada a implementar para servir da melhor forma, tanto a atividade cultural como a atividade turística. É necessário que o centro se converta verdadeiramente num atrativo turístico com componentes diversificadas: novas infraestruturas e equipamentos hoteleiros e sociais, restaurantes, lojas diversas, postos de informação, etc. Para o Dondo, o órgão provincial do turismo entende que deve ser privilegiada a visita de estudantes em grupos organizados para estudo e investigação dos acontecimentos que marcaram a história daquela cidade, que transcendem para a região e para todo o país.

Em relação à Direção Provincial da Cultura, existe a preocupação de tornar mais efetivo o sistema de atividades para a valorização do património material e imaterial, sobretudo através das diversas manifestações culturais nos municípios para permitir o intercâmbio cultural, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Cultural do país (Decreto Presidencial 15/11). Nessas manifestações, o setor do turismo é parte ativa, envolvendo-se em atividades como feiras gastronómicas e visitas a lugares históricos. Assim, para o órgão da cultura, o Dondo tem merecido destaque porque funciona como um centro de informação e fruição cultural. Pelo número de visitantes que a cidade recebe ao longo do ano – investigadores, professores, estudantes, curiosos – a Direção da Cultura considera oportuno equacionar a criação de um sistema público municipal de cultura, que se converta num importante vetor de desenvolvimento do município, aumentando os níveis de produção e consumo cultural.

A ideia de turismo para o Dondo na escala intermédia ou provincial é estimulante e com detalhes que podem ajustar-se perfeitamente às especificidades do território. No entanto, descortina-se algum distanciamento e orfandade para com os órgãos centrais, em particular no direcionamento das atividades nas províncias. A situação da subordinação hierárquica ao Governador da Província e da subordinação tecno-metodológica aos ministérios de tutela faz com que as direções provinciais, para além de responderem de forma permanente a dois “patrões”, sejam esvaziadas das suas já exíguas competências,

limitando naturalmente a sua ação. Neste imbróglio de referências hierárquicas, é sintomático verificar a indefinição entre as verbas a alocar e as decisões a tomar. Para as direções resulta desconfortável em amiúde se situar entre as orientações locais, que se circunscrevem no interior das fronteiras da província, e as orientações centrais de interesse nacional que podem objetivar sinergias de esforços entre as províncias, mas dependentes da execução orçamental provincial.

Seja como for, entre os setores do turismo e da cultura da província é desejável que haja um trabalho conjunto concertado e em permanência para a cidade do Dondo, com a finalidade de encontrar ganhos recíprocos, onde todos sairiam beneficiados: a cidade, os residentes, os visitantes e o país no geral.

8.1.3. As autoridades públicas locais

O pensamento da Administração Municipal de Cambambe para o turismo na cidade não é muito diferente da proposta que lhe foi apresentada pelo setor do urbanismo em 2013. Para o órgão de decisão local, o desenvolvimento turístico do Dondo tem como eixo central a sua frente de água fluvial. Nesse caso, uma vez resolvido o problema atual de assoreamento do rio, mediante a remoção de muitos bancos de areia e detritos ao longo do seu leito, projetar-se-ia uma atividade ancorada no Rio Kwanza, com o epicentro na marginal do Dondo até à sua foz, na zona sul de Luanda. Aproveitar-se-ia todo o corredor fluvial para atividades náuticas, com passeios em barcos e motos aquáticas, circuitos fluviais, etc. Como é natural, o projeto incluiria necessariamente vários hotéis, centros comerciais, salas de conferências, discotecas e outros equipamentos que pudessem atrair os visitantes.

Uma das questões a levantar com a requalificação da marginal para fins turísticos é o que fazer com as senhoras que vendem comida no largo 4 de Fevereiro, e como garantir que os habitantes não percam o acesso normal ao rio para as atividades quotidianas de lavagem de roupa, pesca, banhos – na maioria dos casos atentatórias à saúde pública, é certo. A praça de alimentação e os lugares de banho deverão ser deslocalizados independentemente do incremento da vulnerabilidade social com reterritorializações precárias? Ou interessará gizar planos turísticos inclusivos que permitam, por exemplo, que as senhoras continuem a exercer a sua atividade de restauração com melhores condições higienosanitárias? Se o objetivo primeiro de turistificar a cidade é melhorar as condições de vida dos seus residentes então as questões levantadas devem ser analisadas

com profundidade para que o turismo não tenha efeitos contraproducentes, trazendo consigo mais pobreza.

Ainda sobre esse hipotético projeto, a administração municipal entende que a sua sustentação não deve estar dissociada da reabilitação prévia das vias entre as comunas do município para facilitar a circulação dos turistas, de maneira que tenham contato com os diferentes atrativos culturais e naturais das localidades. Por exemplo, a reabilitação da ponte histórica de Santa Filomena (das primeiras pontes rodoviárias construídas no país) deveria ser uma prioridade, assim como o acesso ao morro *Kassala Kitungo*, um local interessante para a prática de alpinismo. Nestes locais haveria sempre a preocupação de se associar a oferta de lazer e, se possível, criar estruturas apropriadas de acomodação e garantir a segurança necessária nas vias de circulação para o conforto dos visitantes.

A nível da própria cidade do Dondo, o projeto deve contemplar a requalificação geral da cidade e bairros periféricos, macro drenagem, reabilitação das vias secundárias e terciárias para o escoamento dos produtos, entre outros. Para isso é preciso criar condições para um centro de consumo, sendo fundamental apostar na agricultura industrial ou mecanizada para sustentar as fábricas existentes e as que deverão surgir. Das existentes, além da fábrica de cerveja, realce para a já reabilitada fábrica de tecidos, faltando matéria-prima para o seu arranque, sendo por isso urgente um projeto de recuperação da produção algodoeira local. A administração entende como prioritária ainda a construção de um polo universitário, já que existe uma população de 3.000 estudantes com possibilidade de ingressar no ensino superior.

Em relação às ações culturais para estimular o turismo, o órgão local considera essencial a dinamização da feira do artesanato, criando incentivos para desenvolver o espírito criador dos artesãos, músicos e outros agentes culturais locais, que se apresentam atualmente com bastantes dificuldades por falta de apoios. Em relação ao centro histórico, a prioridade seria a abertura de um museu municipal ou regional e uma casa de cultura, equipamentos inexistentes na cidade. A antiga câmara municipal, já mencionada, serviria para essa finalidade. Importa referir que quase todos os edifícios do centro pertencem ao Estado. Entretanto, algumas casas antigas, distribuídas em dois ou três quarteirões e uma área aproximada de três hectares, pertencem aos herdeiros (filhos, netos e bisnetos) de antigos funcionários da câmara municipal do início da urbanização da cidade, com realce para Luís Kikamuanga, o grande impulsionador da sua edificação. Grande parte dessas

casas são habitadas por inquilinos cuja gestão é feita diretamente pelos herdeiros. No entanto, a administração tem agido conforme o preceituado na Lei do Património Cultural Imóvel (Decreto Presidencial nº 53/13), exigindo que qualquer reparação seja informada para que não seja alterada a estrutura original.

A incapacidade financeira dos proprietários atuais afigura-se como um dos principais problemas para a conservação e valorização do centro histórico. É certo que a autoridade pública local ou os órgãos superiores, deverão exigir no devido tempo e dentro das prerrogativas que a lei confere, as necessárias obras de benfeitorias nos edifícios. Conforme a Lei do Património Imóvel, o Estado pode desapropriar com uma indemnização justa os proprietários sem capacidade para a reabilitação, em conformidade com as orientações prescritas para os imóveis classificados. Pelo quadro de competências atuais, deverá ser o governo central a fazer a gestão desse processo, tendo para isso várias possibilidades: assumindo a reabilitação total dos imóveis e gestão das rendas, reabilitando com a participação dos proprietários, negociando parceria com entidades privadas, ou outra solução mais ajustada. Portanto, um conjunto de possibilidades que poderão ser equacionadas no sentido de salvaguardar a história da cidade e os interesses dos particulares.

De qualquer modo, não existe por enquanto nenhum projeto de aproveitamento para fins turísticos dos edifícios que constituem o património histórico-cultural. A recuperação levada a cabo até aqui pelo próprio Estado foi a da antiga Casa Bentes, um edifício projetado para museu regional no passado, reconstruído para servir atualmente de Tribunal Municipal. O Estado abre a possibilidade de venda de alguns edifícios públicos ou o estabelecimento de parcerias com privados que queiram ativar os imóveis no quadro da lei. As ruínas da Casa Leão, uma das primeiras residências a marcar a urbanização do Dondo, é um exemplo dessa abertura. Existe já um acordo com um município que apresentou um projeto de recuperação do imóvel respeitando os seus traços arquitetónicos, contemplando no seu interior uma sala de conferência, biblioteca e serviços de restauração e alojamento. O que se prevê existir na cidade a curto prazo é uma sala de leitura, através de um projeto público da Biblioteca Nacional em colaboração com o setor da cultura local, com cerca de dois mil livros já catalogados.

Independentemente do estado degradado dos edifícios, o Dondo e as demais localidades do município recebem com regularidade visitantes ao longo do ano, em particular de

estudiosos nacionais e estrangeiros para observarem os monumentos classificados, nomeadamente, o centro histórico, as ruínas de Massangano, a fortaleza e igreja de Cambambe e a antiga fábrica de ferro de Nova Oeiras. As seções da cultura e do turismo do município não têm quantificado o número de visitantes, mas recebem em média, sobretudo para fins académicos, três a quatro pessoas por semana no edifício da administração municipal. Até há dois anos eram regulares os comboios culturais com 200 a 300 pessoas, realizados duas vezes ao ano sob a iniciativa do Ministério da Cultura e de agentes de turismo de Luanda.

Em relação aos bens culturais imateriais, o carnaval e a feira do artesanato são os principais atrativos. O desfile de carnaval congrega grupos de todas as comunas com música e danças típicas da região. Nas feiras são rececionados cerca de 500 visitantes, maioritariamente estudantes. Os produtores de artesanato são geralmente mais velhos e alguns jovens que aprenderam com os progenitores. Apesar da feira ajudar a revitalizar esta atividade, o número de jovens produtores é bastante reduzido, podendo comprometer a continuidade do artesanato local. De igual modo, os responsáveis municipais lamentam a falta de passagem de testemunho às novas gerações de narrativas e histórias antigas, provérbios e adivinhas. Os pais atuais têm pouco tempo para transmitir o legado recebido dos seus ascendentes. Os mais velhos detentores destes saberes vão desaparecendo sem poderem transmitir aos mais novos os conhecimentos endógenos, as lendas, os mitos e também os fatos históricos, porque são mais amantes das novas tecnologias, redes sociais e outros meios de socialização.

Em jeito de conclusão, pode-se afirmar que as autoridades do Dondo compreendem de certo modo o valor turístico da cidade e de todo o município de Cambambe, clamando inclusive por iniciativas como palestras e seminários que possam sensibilizar os munícipes da importância da atividade turística e da necessidade de salvaguardar os bens culturais. O que não pareceu claro é a perceção dos malefícios que o turismo pode provocar, particularmente no património cultural. Para a administração municipal o mal principal que poderá vir com a atividade turística é a segurança do território, uma vez que o advento do turismo levará à cidade pessoas de todas as latitudes.

Na verdade, a principal ameaça que o turismo poderá causar na cidade é o seu alinhamento total com a frente fluvial, com destaque para a marginal. De acordo com Troitiño Vinuesa (1998) um dos grandes desafios económicos e sociais das cidades

históricas é o turismo de massas, se os responsáveis e gestores equacionarem o turismo como um mero “produto turístico”, sem acautelar os graves riscos em relação a sobrecarga do local, a vida urbana equilibrada, a deterioração das condições do meio e, inclusive, a destruição do património arquitetónico e cultural. Portanto, pensar num projeto como o idealizado pelas autoridades locais, com concentração de imóveis e equipamentos turísticos e de lazer, transformando acima de tudo as margens do Corredor do Kwanza em centros balneares de lazer, é bastante perigoso para a sobrecarga dos locais e para a sustentabilidade do próprio projeto, para além de poder relegar a componente cultural para um plano secundário.

8.2. A comunidade local perante o desenvolvimento do turismo

No presente é difícil promover um discurso relacionado com qualquer projeto de desenvolvimento numa localidade sem que seja apregoada a imprescindibilidade de auscultação ou mesmo participação da comunidade local, conforme advogam diferentes autores referenciados nesta investigação (Troitiño Vinuesa; 1998; Urry, 2001; Krippendorf, 2009; Aguiar *et al.*, 2011; Carvalho, 2012; Vaz, 2012; Senabre, 2012; Fernandes, 2013). As abordagens exclusivas *top down* do século passado em matérias e projetos que afetem diretamente as pessoas estão ultrapassadas. O que se requer hoje não é, necessariamente, uma abordagem *bottom up* exclusiva, mas a cooperação e colaboração dos diferentes *stakeholders*.

Nessa perspetiva, uma proposta de desenvolvimento, independentemente do setor em questão, tem de merecer a participação ativa da comunidade objeto, na medida em que a razão da sua conceção, planificação e implementação são os residentes dessa comunidade. O cumprimento dos objetivos que, acima de tudo, será sempre o de proporcionar valor à vida das pessoas, só é garantido com o envolvimento direto do residente, por ser ele o agente transformador das políticas e dos planos. Assim, o desenvolvimento turístico da histórica cidade do Dondo tem de ser em grande medida o reflexo das necessidades e vontades dos seus cidadãos, sem deixar de equacionar obviamente, os interesses de outros atores.

É neste quadro que foram administrados na segunda parte dos questionários um conjunto de perguntas fechadas aos residentes, para a perceção e compreensão das suas necessidades, em questões relacionadas com os empreendimentos, equipamentos e atividades em falta na cidade, os benefícios e os malefícios que podem advir com o

desenvolvimento da atividade turística, as modalidades turísticas mais consentâneas com o desenvolvimento local e o percurso seguido pela localidade desde o fim do conflito armado.

Como a dimensão da contribuição dos residentes não poderia se esgotar em opções de respostas restritivas que pudessem limitar o alcance de conhecimentos sobre a cultura e o turismo, o residente teve a oportunidade de apresentar de forma aberta os traços culturais distintivos da sua terra, o significado pessoal ou valor simbólico do centro histórico, as medidas que considera fundamentais para melhorar a vida na cidade, assim como a tradução do seu estado de espírito em palavras face à realidade local.

Os quadros e gráficos apresentados nos subtemas seguintes são, nessa linha de pensamento, uma ilustração da contribuição dos residentes para a proposta de desenvolvimento turístico que se pretende para o Dondo.

8.2.1. Necessidade de equipamentos e atividades

Questionados sobre os equipamentos e atividades em falta (quadro 9 e figura 61), os residentes foram perentórios em afirmar que falta quase tudo na cidade, pelo que consideram absolutamente necessário haver mais estabelecimentos hoteleiros, restaurantes, bares, lojas diversas, assim como eventos culturais, animação e atividades de lazer. O provimento destes equipamentos e atividades é diretamente proporcional a mais atividade económica e mais emprego, uma das principais pretensões da comunidade, de acordo com os resultados apurados.

Mais de 1/3 dos residentes considera indispensável a satisfação das necessidades económicas. Essa aspiração é ainda mais vincada pelo elevado número de inquiridos que se dispôs a responder à questão (um total de 92 residentes), uma frequência de resposta bastante superior às demais questões, que não ultrapassaram os 75 respondentes. Em outras palavras, o maior número de respondentes na primeira opção de resposta apresentada no quadro demonstra que o residente tem como prioridade a garantia de atividade económica e emprego para a localidade.

Em boa verdade, o resultado obtido sobre essa questão não é de todo surpreendente, a julgar pelo cenário que foi apresentado sobre a localidade no quinto capítulo. As necessidades objetivas da cidade são muito mais profundas e estão para além dos empreendimentos turísticos e de lazer. Como foi explicado, há todo um conjunto de

infraestruturas, empreendimentos e serviços de suporte suscetíveis de viabilizar a existência de equipamentos e atividades ansiados pelos habitantes que, até à data, não existem ou têm uma existência pouco substantiva. É de difícil compreensão a não existência de determinados equipamentos culturais numa localidade histórica, como são os casos dos museus ou centros culturais. A história e todos os traços distintivos da cultura local não se conserva, estuda, transmite ou compreende totalmente sem a existência de estruturas que possam organizar o processo histórico e a dimensão da vida local, numa perspetiva inteligível e de cientificidade.

Quadro 9: Equipamentos e atividades em falta na cidade

Escala de classificação: 1 = Indispensável; 2 = Necessário; 3 = Desnecessário

O que faz falta ao residente do Dondo	Nº	Classificação		
		1	2	3
Mais atividade económica e emprego	92	33,7%	55,4%	10,9%
Mais animação e atividades de lazer	75	16,0%	69,3%	14,7%
Eventos culturais	70	34,3%	52,9%	12,9%
Museus	69	29,0%	60,9%	10,1%
Estabelecimentos hoteleiros, restaurantes e bares	73	19,2%	63,0%	17,8%
Centro comercial ou lojas diversas	73	34,2%	54,8%	11,0%

A vocação turística da cidade levou a que os residentes considerassem em maior medida as necessidades de investimento em atividades de animação e lazer, com 69,3%, e em estabelecimentos hoteleiros e similares, com 63%. No entanto, o aumento da atividade económica e a diversidade de lojas e eventualmente de centros comerciais, são os que os residentes consideram indispensáveis em maior cotação. Subentende-se nessa manifestação uma preocupação pela satisfação das necessidades mais prementes, por via do crescimento económico e do emprego, ainda que as atividades turísticas, animação e lazer possam a dada altura serem as catalisadoras desse crescimento.

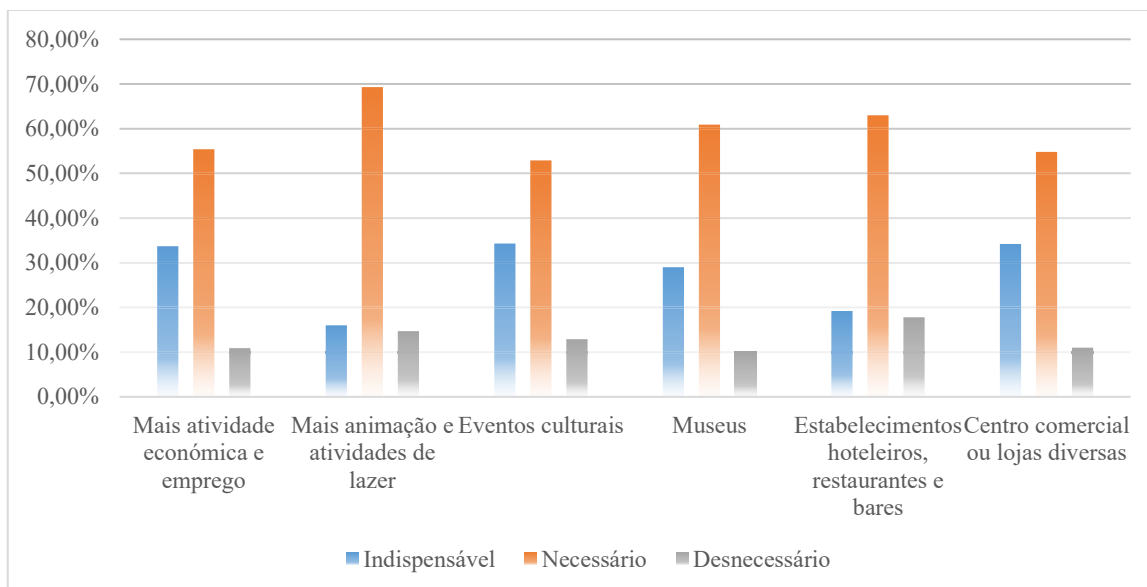


Figura 64: Necessidades do residente do Dondo

8.2.2. Benefícios e malefícios da atividade turística

Sobre a atividade turística em concreto, refletida no quadro e figuras seguintes, foi solicitado aos residentes da cidade do Dondo a indicação dos seus possíveis benefícios. As opções de respostas foram pensadas de acordo com as expectativas do próprio residente de ver mais visitantes na cidade e de criação de mais negócios para o fomento do emprego e, por outro lado, de acordo com a dimensão cultural da cidade e das suas potencialidades agrícolas e industriais.

A maioria dos residentes inquiridos concorda com os benefícios que podem advir do turismo no caso de haver mais visitantes na cidade, pois acreditam que dessa forma haverá condições para criar mais negócios e mais empregos, valorização da cultura local e possibilidade de reabilitação da cidade e do centro. Quanto ao possível aumento da produção agrícola e fomento da indústria, os residentes parecem ter dúvidas que o turismo possa proporcionar tal benefício, havendo mesmo uma percentagem significativa de inquiridos, mais de 31%, que discorda ou discorda totalmente, para além dos 22% que não tem opinião formada sobre o assunto, ao escolher a opção intermédia de não concordância nem discordância.

Quadro 10: Possíveis benefícios da atividade turística no Dondo

Escala de classificação: 1 = Discorda totalmente; 2 = Discorda; 3 = Não concorda nem discorda; 4 = Concorda; 5 = Concorda totalmente

A atividade turística pode ser boa para a cidade do Dondo porque:	Nº	Classificação				
		1	2	3	4	5
Pode trazer muito mais visitantes para a cidade	88	1,1%	6,8%	2,3%	47,7%	42,0%
Cria muitos negócios e empregos para os residentes	82	1,2%	7,3%	9,8%	39,0%	42,7%
Valoriza a cultura	72	1,4%	8,3%	12,5%	43,1%	34,7%
Aumenta a produção agrícola e fomenta a indústria	74	8,1%	23,0%	21,6%	29,7%	17,6%
Contribui para a reabilitação da cidade e do centro	76	3,9%	10,5%	15,8%	38,2%	31,6%

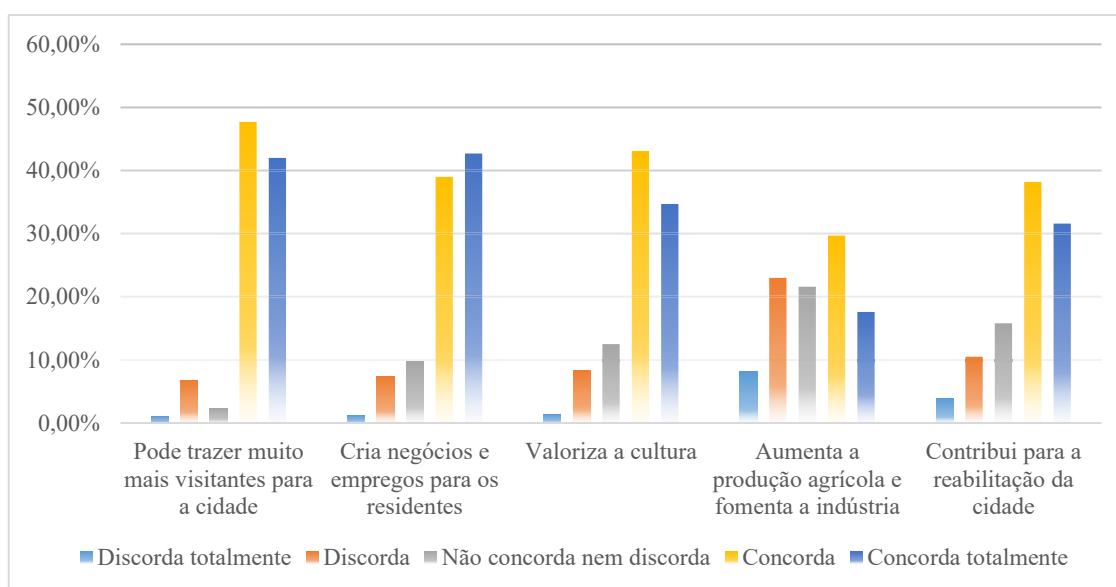


Figura 65: Benefícios da atividade turística no Dondo

Outras opções de respostas que mereceram também discordância digna de registro são os benefícios relacionados com a valorização da cultura local, onde mais de 8% discorda que esta situação possa ocorrer, assim como a contribuição do turismo na reabilitação da cidade e do centro histórico, que mereceu o desacordo de mais de 14% dos inquiridos. Também não é despicienda a percentagem de resposta dos indecisos, que não concordam nem discordam. Aproximadamente 16% dos inqueridos tem dúvidas que o turismo possa

ajudar a reabilitar a cidade, enquanto 13% tem dúvidas sobre a contribuição que o setor do turismo possa fornecer na valorização dos sítios, monumentos, dança, música e artesanato local.

De acordo com a opinião dos residentes em relação aos possíveis benefícios da atividade turística no Dondo, a primeira ilação a considerar é da existência de um amplo consenso de que o turismo é bem-vindo pelo simples facto de trazer consigo mais visitantes para a cidade. Praticamente não há margem para dúvidas sobre esse benefício, apenas 2,3% mostraram-se indecisos, apesar de aproximadamente 7% não concordar com a afirmação. A segunda ilação a fazer tem que ver com as reticências dos residentes em relação aos outros benefícios que possam ser proporcionados através do turismo. Se existe a percepção que o aumento de visitante traz consigo mais negócios e mais emprego, não parece claro em relação ao impulso que o turismo poderá dar à agricultura, ao setor industrial e principalmente à cultura local.

Para um número significativo de residentes inquiridos não é claro o alinhamento que pode ser feito entre o turismo e os vários setores de atividade. Em relação à agricultura por exemplo, a valorização do produtor local na perspetiva do escoamento e de aquisição justa dos seus produtos passa necessariamente pelo aumento do número de consumidores, na circunstância os visitantes da cidade, o mesmo se aplica às pescas, pecuária, indústria ou artesanato. A demanda pelos produtos locais com o aumento de consumidores fornecidos pelo turismo será um facto, sem deixar de mencionar a pressão exercida aos produtores locais pelo provimento de novos produtos, incentivos para a diversificação, inovação e novos investimentos.

Em relação às dúvidas sobre a cultura, importa dizer o seguinte: se o turismo é visto amiúde como instrumento fundamental para a salvaguarda e valorização do património cultural das comunidades, então os residentes do Dondo precisam perceber de que forma é que isso se processa para que as casas antigas do centro e toda a carga histórico-cultural da cidade seja valorizada. Precisam estar convictos do valor da cultura material e imaterial da sua cidade e da necessária patrimonialização e ativação para melhor salvaguardá-la. Os residentes precisam compreender que o turismo é uma das vias para essa salvaguarda.

Quanto às externalidades negativas apresentadas no quadro 11 e na figura 66, verifica-se através dos resultados apurados e do nível de concordância, que os residentes do

Dondo estão desejosos de desenvolver a atividade turística na cidade ou, pelo contrário, à semelhança das ilações feitas sobre os benefícios, possuem um limitado conhecimento dos impactos negativos causados pelo turismo. A maioria discorda que a atividade turística possa provocar como consequência uma cidade suja e congestionada ou aumentar a delinquência. Em relação à primeira afirmação, 43% dos inquiridos discorda totalmente e 23% discorda, para além dos mais de 16% que tem dúvidas que tal possa ocorrer. Apenas 18% considera essa possibilidade. Na segunda afirmação, não obstante haver um número maior de indecisos e outros tantos discordantes, ambos com 21% de inquiridos, o certo é que 77 respondentes que correspondem a 59% do total discorda que o turismo possa contribuir no aumento da delinquência, sendo que mais de metade (34%) está em total discordância com essa possibilidade.

Quadro 11: Possíveis malefícios da atividade turística no Dondo

Escala de classificação: 1 = Discorda totalmente; 2 = Discorda; 3 = Não concorda nem discorda; 4 = Concorda; 5 = Concorda totalmente

A atividade turística pode ser má para a cidade do Dondo porque:	Nº	Classificação				
		1	2	3	4	5
Pode tornar a cidade suja e congestionada	74	43,2%	23,0%	16,2%	16,2%	1,4%
Pode contribuir para aumentar a delinquência	77	33,8%	24,7%	20,8%	20,8%	0,0%
O centro histórico pode degradar-se ainda mais com o aumento de visitantes	71	26,8%	35,2%	26,8%	11,3%	0,0%
Os residentes podem ficar sem as suas propriedades	67	37,3%	32,8%	19,4%	9,0%	1,5%
Os preços dos bens e serviços vão aumentar	70	8,6%	34,3%	20,0%	32,9%	4,3%
Existe o risco de poluição do rio e do meio	74	18,9%	14,9%	14,9%	41,9%	9,5%

Os habitantes do Dondo também não acreditam que o turismo possa degradar o centro histórico ou possibilitar a expropriação das suas propriedades. Nestas opções, registaram-se resultados totalmente discordantes de 27% e 37% respetivamente, acrescidos dos discordantes com 35% e 33%. O nível de concordância destas afirmações é dos mais baixos, em torno dos 11% para ambos os casos. No entanto, não deixa de ser assinalável o número considerável de indecisos, principalmente no que respeita à possibilidade de degradação do centro histórico, com um total aproximado de 27% de inquiridos.

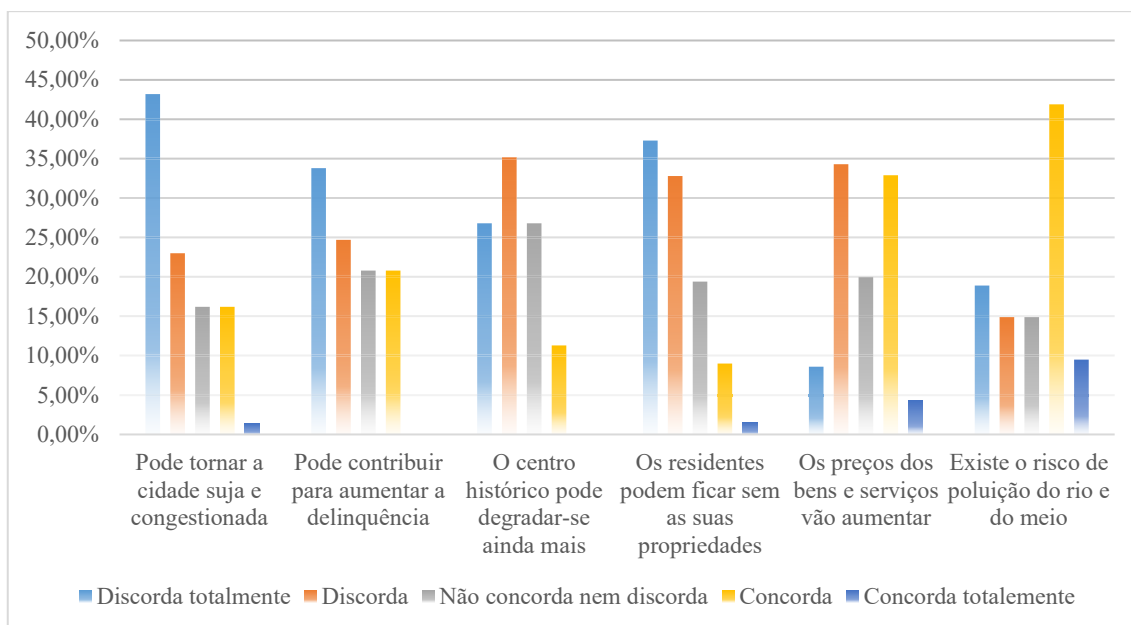


Figura 66: Malefícios da atividade turística no Dondo

Sobre o risco de contaminação do rio e do meio, observa-se uma inflexão dos resultados em relação às afirmações anteriores, com a maioria a concordar com esta possibilidade, mais de 51%, incluindo os 9,5% que concordam totalmente. No entanto, o nível de discordância e de indecisos é também assinalável. Cerca de 19% dos inquiridos discorda totalmente que o turismo possa trazer consigo poluição e contaminação do meio, 15% discorda, ao passo que outros tantos não tem opinião formada sobre o assunto. Outra afirmação que mereceu uma maior concordância, embora em dimensão inferior quando comparada com a anterior, é a possibilidade do desenvolvimento do turismo acarretar consigo inflação, contribuindo para o aumento generalizado dos preços dos bens e serviços. Menos de 38% concorda que tal situação venha a acontecer contra os 43% dos inquiridos que não concorda. Realce também para os 20% que parecem ter dúvidas sobre essa possibilidade.

A abordagem teórica feita na primeira parte desta investigação (Krippendorf, 2009; Troituno Vinuesa, 1999; Ferreira, 2003) considera a possibilidade de ocorrência de todas as externalidades ou malefícios avançados no quadro 11, se o turismo não for pensado de forma responsável e centrado fundamentalmente na resolução dos problemas da comunidade e dos seus residentes. O não reconhecimento pelos residentes das possíveis

externalidades apresentadas no questionário representa uma probabilidade maior de ocorrência, na medida em que os mecanismos endógenos de proteção e salvaguarda dos ativos locais apresentam-se fragilizados, e muitas vezes reforçados pelo entusiasmo inicial e ânsia de crescimento económico impulsionado pela própria atividade turística.

O aumento do número de visitantes tende, obviamente, a fazer mais pressão sobre os serviços comunitários e saneamento básico porque provoca o confinamento de mais pessoas e mais viaturas na cidade, produz mais barulho, liberta mais dióxido de carbono e outros poluentes, produz mais lixo, gasta-se mais água e energia elétrica, enfim, todo um desfile de consumos e desperdícios que tem consequências no congestionamento da circulação rodoviária; na estabilização social de acordo com o nível de inclusão ou de marginalização; na pressão sobre o espaço público e sobre os edifícios, muitos deles em acelerado processo de degradação; na pressão sobre os habitantes do centro e arredores devido à sua reabilitação e aos mais que prováveis processos de desterritorialização e gentrificação, entre outras externalidades.

Pelos resultados obtidos, é perceptível que o Dondista possui uma maior consciência ambiental, tendo noção dos danos que o turismo pode provocar ao meio. Aqui, parece evidente que essa consciencialização é inerente ao fator rio, o elemento pela qual a cidade gravita. Todavia, em relação aos problemas sociais e económicos sugeridos, se infere uma posição dúbia e de alguns equívocos na maioria das situações. Se nos dias de hoje não é totalmente perceptível verificar no local situações como o incremento da delinquência ou o acelerar da degradação do centro histórico, já em relação à sujidade da cidade, à poluição visual e sonora costuma ser frequente nos dias de maior afluência de visitantes, fins de semana e feriados.

A reação dos residentes sobre os efeitos do turismo no património histórico construído demonstra a necessidade de haver uma particular atenção na questão da educação patrimonial da comunidade e dos benefícios sociais, económicos e espirituais a obter com a sua conservação e salvaguarda. A expressão imediata e visível do património cultural da cidade são precisamente as casas antigas que constituem o centro. A sua conservação, para além de implicar restauro e manutenção, passa por dar uso aos ativos para que, por si só, sejam sustentáveis, sendo o turismo uma das principais atividades capaz de facilitar esse objetivo. De que modo isto se deverá processar? Que benefícios efetivamente são retirados da maior utilização? Porquê é necessário garantir uma capacidade de carga

limitada? São questões que devem constituir objeto de aprendizagem e esclarecimento dos residentes.

8.2.3. Modalidades turísticas adequadas para desenvolver a cidade

Questionados sobre as práticas ou modalidades turísticas que gostariam de ver desenvolvidas no Dondo (quadro 12 e figura 67), os residentes consideram válidas todas as modalidades propostas. O nível de concordância é bastante acentuado ao ponto de não haver respondentes que discordassem totalmente, em 4 das 6 opções de respostas apresentadas. Notam-se reservas e discordâncias ligeiras em relação ao turismo de natureza, especificamente na sua vertente cinegética ou de caça. Assinalar de igual modo que o número de respondentes, expresso em número (N°), sofreu uma ligeira diminuição face às questões do quadro anterior, podendo significar um reduzido conhecimento sobre o assunto ou pouco interesse para avaliar as afirmações propostas.

Quadro 12: Práticas turísticas a desenvolver no Dondo

Escala de classificação: 1 = Discorda totalmente; 2 = Discorda; 3 = Não concorda nem discorda; 4 = Concorda; 5 = Concorda totalmente

Que práticas turísticas gostaria de ver desenvolvidas na cidade do Dondo:	N°	Classificação				
		1	2	3	4	5
Atividades baseadas no rio e na paisagem	68	0,0%	13,2%	8,8%	38,2%	39,7%
Práticas que valorizem a história e a cultura local	70	0,0%	4,3%	2,9%	52,2%	40,0%
Atividades de lazer, animação e entretenimento	67	1,5%	4,5%	3,0%	59,7%	31,3%
Atividades com o envolvimento da comunidade local	63	0,0%	9,5%	7,9%	52,4%	30,2%
Turismo de natureza e caça	61	8,2%	16,4%	21,3%	37,7%	16,4%
Descoberta de sítios históricos e vivências antigas	67	0,0%	0,0%	7,5%	49,3%	43,3%

A julgar pelos resultados das propostas apresentadas, os residentes estão bastante receptivos em acolher práticas turísticas que valorizem a história e a cultura local. Mais de 92% dos inquiridos concorda ou concorda totalmente que sejam desenvolvidos produtos turísticos assentes nesse pressuposto. Expressão de concordância igual é constatada na proposta de produtos turísticos que promovam a descoberta de sítios e vivências antigas.

Verifica-se inclusive que esta proposta de prática turística não mereceu nenhuma discordância dos residentes, a não ser os 7,5% dos inquiridos que se mostrou indeciso.

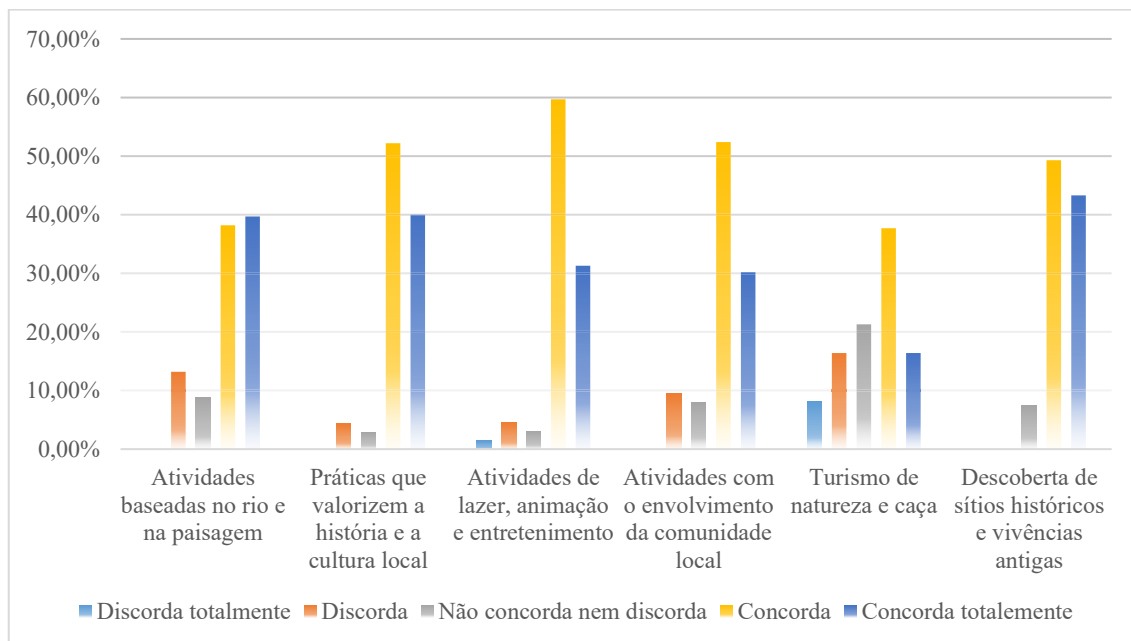


Figura 67: Práticas turísticas a desenvolver no Dondo

As atividades de lazer, animação e entretenimento são também bastante valorizadas pelos residentes, tal como as atividades que promovam o envolvimento da comunidade na produção turística ou, por outras palavras, o turismo de base comunitária. Mais de 90% dos inquiridos vê com “bons olhos” o desenvolvimento do turismo de lazer, contra apenas 6% que discorda dessa possibilidade. Em relação ao turismo comunitário, os residentes apresentam alguma discordância e dúvidas sobre a efetividade desta modalidade. Em todo caso, cerca de 83% concorda com o envolvimento direto da comunidade na produção turística. Como se fez referência, o turismo cinegético parece ser o menos apelativo para os residentes do Dondo, apesar de obter uma aprovação de mais de 54% dos inquiridos. Da mesma forma, embora com um nível de aceitação manifestamente superior, encontra-se a modalidade turística baseada em atividades no rio e na paisagem. Aproximadamente 78% estão em total concordância com o aproveitamento do rio para o turismo, enquanto 13% dos inquiridos discorda e 9% mostra-se indeciso.

Todas as possibilidades apresentadas no questionário como proposta de modalidades turísticas para desenvolver no Dondo parecem adequar-se à realidade local, tendo em

conta as suas mundivalências económicas, recursos naturais e culturais. Por esta razão, os seus residentes não tiveram muitas dúvidas em considerar válidas as propostas apresentadas, conhecedores que são da sua terra. No entanto, embora possa haver uma convergência e complementaridade de práticas turísticas na localidade, a definição de tipologias e produtos turísticos estratégicos saudáveis às pessoas, à natureza e à economia é fundamental para gestão racional desses recursos.

As modalidades turísticas escolhidas com maior aceitação correspondem à sugestão principal deste estudo, que é a de desenvolver o turismo no Dondo tendo como base o seu património cultural. Os residentes inquiridos mostraram-se alinhados com uma proposta de turismo cultural capaz de se ramificar em diversos produtos, tais como as modalidades turísticas que registaram os valores máximos nos resultados apurados, nomeadamente, a de valorização da cultura local e o da descoberta de sítios históricos e vivências antigas. Portanto, quaisquer que sejam as propostas de desenvolvimento turístico para cidade deve basear-se, na ótica dos seus habitantes, nos fundamentos da história e da cultura local, sempre enriquecidas com novas descobertas e com atividades que envolvam diretamente a comunidade.

Os residentes escolheram também, praticamente sem reservas, as atividades de lazer centradas na animação e no entretenimento. A justificativa dessa escolha está provavelmente relacionada com a forma de estar da maioria dos habitantes do Dondo, muito participativos em atividades do género, que são geralmente potenciadas pela fábrica de cerveja EKA, tendo como recinto predileto o largo 4 de Fevereiro. Essa característica alegre e de convívio local pode ser aproveitada para agregar valor aos produtos que venham a ser concebidos, contudo, o guião não deve olvidar os legítimos objetivos do reforço da identidade local, ao invés de superficialidades alheias sem conteúdos. Em concreto, é desejável que o lazer e a animação possam ser estruturados como um ingrediente mais da cultura endógena, de acordo com a vontade expressa dos residentes.

Em relação às modalidades propostas para a exploração do meio e da natureza, se reconhece algumas reservas no seio dos residentes. No questionário particularizou-se o turismo cinegético pelo facto da caça de animais ser uma das atividades comuns nos arredores da cidade, servindo de sustento para muitas famílias, embora possam ser pensadas práticas sustentáveis associadas diretamente à natureza, como o ecoturismo ou

pedestrianismo. Outra atividade muito comum ligada à natureza e de sustento familiar é a produção de carvão, que implica muitas vezes a desflorestação da cintura verde da cidade.

O turismo de natureza, ao ser um produto estratégico definido no Plano Diretor do Turismo, terá sempre alguma relevância nos destinos com vocação para o efeito. No caso do Dondo, a proximidade com o parque nacional da Quiçama, a sul de Luanda, e a sua preponderância geográfica transforma a cidade num importante componente do Corredor do Kwanza, tornando-a numa localidade relevante para o desenvolvimento dessa prática, que precisa de espaço e de articulação em rede. Portanto, o turismo de natureza como uma tipologia complementar a “modalidade estrela” no Dondo será sempre útil para a cidade porque poderá ajudar a sustentar o meio e descobrir sítios históricos que a própria comunidade considera importante.

8.2.4. Aspetos mais importantes da cultura local

O Dondo é das poucas cidades de Angola que do ponto de vista da sua malha urbana, conserva ainda uma estrutura arquitetónica com um perfil muito próprio e característico de uma época. No entanto, ao se tratar de uma das urbanizações mais antigas do interior do país e representar um importante empório comercial desde a era do soberano Ngola, os seus traços culturais não se esgotam na particularidade construída do seu património, mas em todo um conjunto de bens culturais móveis e imóveis que representam atualmente uma das localidades mais expressivas da cultura Ambundu, desenvolvida há pelo menos seis séculos, a partir do antigo Reino do N'dongo.

Para se perceber a dimensão que é dada a cada uma das componentes desse conjunto de bens culturais, os residentes foram questionados sobre os aspetos mais importantes da cultura local, em questões fechadas e abertas, conforme se apresenta nos quadros 13 e 14. Pretendeu-se por um lado aferir como os residentes valorizam os diferentes bens culturais que possuem, por meio de uma análise quantitativa, e por outro fazer um levantamento desses bens culturais, convidando-os a elencar os aspetos conhecidos da cultura local, ao nível dos sítios e dos monumentos históricos, música e dança, gastronomia, artesanato, festas populares, cerimónias e rituais. Para uma melhor identificação os bens culturais mais referenciados nos quadros 14, 15 e 16, nas diferentes categorias, estão destacados com a cor cinza.

Os resultados demonstram que os residentes inquiridos valorizam, não apenas os edifícios e as casas antigas da cidade, mas o centro histórico no seu conjunto. Mais de 78% considera o centro o elemento mais importante da cidade. Mas é de sublinhar que o número de respondentes para essa afirmação é substancialmente reduzida, apenas 60 dos 96 indivíduos que constitui a amostra. O quadro 14, que faz o apuramento das respostas livres sobre as questões abertas, indica inclusive uma participação menor do residente na avaliação a fazer do centro.

O juízo a fazer dessa constatação é de que alguns residentes não estarão suficientemente informados sobre a noção de conjunto histórico do centro, ou que a malha urbana da sua cidade esteja classificada como património nacional, argumento que pode ser reforçado com os cerca de 22% de inquiridos que mostraram dúvidas ou desacordo. Pelo número de respondentes, parece mais claro para os residentes, supõe-se, a avaliação dos edifícios e das casas antigas da cidade de forma isolada, embora haja igualmente um número considerável de residentes discordantes e duvidosos.

Quadro 13: Aspectos mais importantes da cultura local

Escala de classificação: 1 = Discorda totalmente; 2 = Discorda; 3 = Não concorda nem discorda; 4 = Concorda; 5 = Concorda totalmente

Que aspetos da cultura local considera mais importante:	Nº	Classificação				
		1	2	3	4	5
Os edifícios e as casas antigas	71	5,6%	9,9%	9,9%	49,3%	25,4%
O centro histórico no seu conjunto	60	3,3%	5,0%	13,3%	45,0%	33,3%
As cerimónias, rituais e tradições antigas	63	1,6%	11,1%	20,6%	39,7%	27,0%
As músicas populares e as danças	56	1,8%	8,9%	28,6%	42,9%	17,9%
Artesanato e outros trabalhos manuais	63	1,6%	3,2%	17,5%	57,1%	20,6%

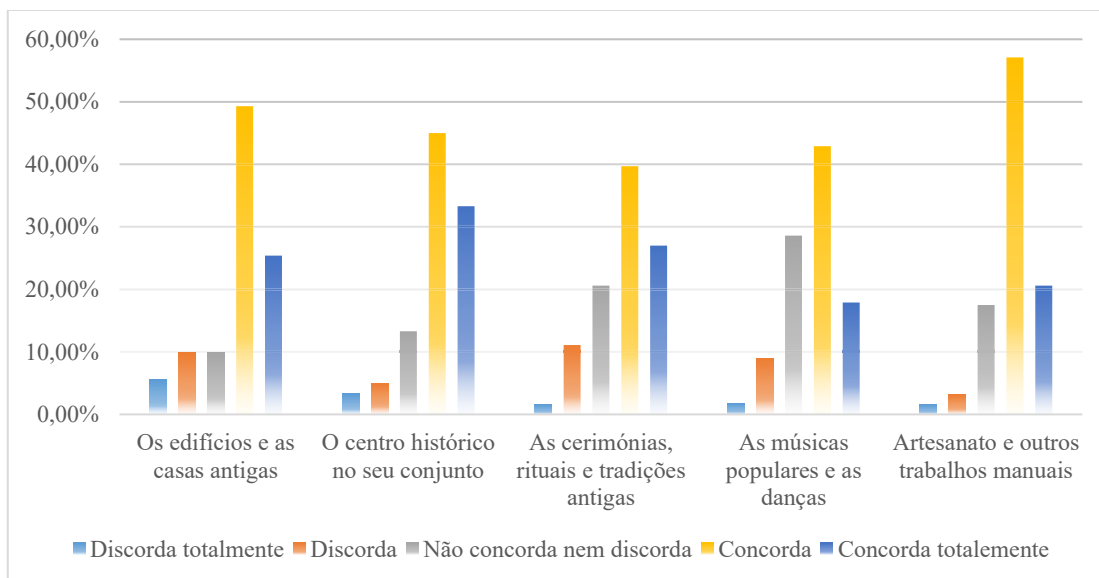


Figura 68: Aspectos mais importantes da cultura local

No apuramento dos resultados, constatou-se que existe no seio dos residentes uma ideia de que o centro histórico remete as pessoas para a vida dos antepassados, ajudando a reviver as suas vidas e a conhecer a sua história. O quadro 14 é, pois, uma ilustração das várias definições que os residentes têm em si mesmo em relação ao centro. Um pequeno número tem interiorizado o seu valor de conjunto e o que ele representa, não apenas para os residentes mas para todos os angolanos e visitantes. Por isso, afirmam que o centro ajuda a refletir sobre a história de Angola, representando uma memória coletiva sobre a origem dos angolanos, isto é, é um acervo histórico e cultural.

Entretanto, não é desprezível a percentagem de residentes que não está minimamente seduzido. Quase 16% dos inquiridos, maioritariamente jovem, não vê qualquer interesse no centro histórico, havendo mesmo afirmações de desprezo e repugnação, sobretudo pelo estado degradante em que se encontra. Situação preocupante que deve constituir um sinal de alarme para que a degradação deste bem cultural não entre numa situação de não retorno com a indiferença crescente dos seus “filhos”. Mais uma vez, a educação patrimonial, museus e casas de cultura precisam-se para inverter esse quadro de indiferença.

Quadro 14: Importância do centro histórico para o residente

Importância do centro histórico para o residente	Frequência absoluta	Frequência relativa
Permite conhecer a vida dos antepassados	16	27,6%
Atrai mais visitantes para a cidade	3	5,2%
Representa a identidade da cidade	4	6,9%
Ajuda a reviver o passado e conhecer a história	14	24,1%
Representa a memória coletiva sobre a nossa origem	3	5,2%
Ajuda a refletir sobre a história de Angola	3	5,2%
Constitui um acervo histórico e cultural	6	10,3%
Não interessa para nada	9	15,5%
Total	58	100%

O artesanato e outros trabalhos manuais são vistos como o segundo elemento mais importante da cultura local, com um nível de concordância praticamente igual ao centro histórico. Deduz-se que para o residente torna-se mais fácil fazer avaliação dos bens culturais materiais, imóveis no primeiro caso, e móveis em relação ao artesanato. São muito poucos os que discordam do seu valor, entretanto, há uma quota considerável de residentes que tem dúvidas (18%) sobre a sua condição de ser o elemento mais importante da cultura local. É preciso recordar que o Dondo acolhe anualmente a Feira Nacional do Artesanato, evento que tem permitido revitalizar a atividade quer através da comercialização das peças produzidas como no surgimento de novos artesãos, facilitando a passagem de algum testemunho para as novas gerações que, no entanto, continua cética devido aos escassos apoios.

Em relação à cultura imaterial, 66% dos inquiridos considera as cerimónias, rituais e tradições antigas como o aspeto mais importante da sua cultura, consubstanciadas no Alambamento⁷⁶, cerimónias de circuncisão e Kombas⁷⁷. As músicas e danças populares

⁷⁶ Casamento tradicional na cultura Bantu.

⁷⁷ Cerimónia de encerramento final do óbito que acontece normalmente um ano após a morte do entequerido. Também é conhecida em português comum como o “Finalismo do Óbito”.

são consideradas como os bens imateriais mais importantes por 61% dos inquiridos, apontando como os mais expressivos, a Marimba, o Semba e a Katutula⁷⁸. No quadro 13 e figura 68, é verificável uma percentagem elevada de cidadãos discordantes e indecisos sobre a maior importância dos bens imateriais. Perto de 29% tem dúvidas que as músicas e as danças populares sejam assim tão importantes, ao passo que esta frequência é reduzida para 21% no caso das cerimónias, rituais e tradições antigas. Supõe-se que a estrutura etária dos inquiridos, o período de turbulência social durante o conflito armado e a consequente migração e miscigenação de povos e culturas tenham contribuído para essa reserva.

Quadro 15: Cultura material local, imóvel e móvel

Conhecimento da cultura material		Frequência absoluta	Frequência relativa	
CATEGORIAS	Sítios e monumentos	Ruínas de Massangano	50	45,9%
		Fortaleza de Cambambe	42	38,5%
		Casa Leão	6	5,5%
		Antiga Câmara municipal	8	7,3%
		Ruínas da fábrica de ferro	3	2,8%
	Artesanato e artefactos	Balaio	22	29,7%
		Missangas	7	9,5%
		Canoas	6	8,1%
		Panelas de barro	3	4,1%
		Esteiras	9	12,2%
		Cestos	12	16,2%
		Pilau	2	2,7%
		Pentes	3	4,1%
		Chinelos	2	2,7%
		Vassouras	7	9,5%
		Anéis de coconote	1	1,4%

⁷⁸ Dança rítmica exibida num óbito, no período entre a morte e o enterro do entequerido. Também pode ser exibida no Komba ou Finalismo.

Quadro 16: Cultura imaterial local

Conhecimento da cultura imaterial		Frequência absoluta	Frequência relativa	
CATEGORIAS	Música e dança	Marimba	8	23,5%
		Katutula (música de óbito)	3	8,8%
		Semba	23	67,6%
	Pratos típicos	Cacusso grelhado	39	40,6%
		Peixe bagre: fumado ou seco	28	29,2%
		Carne de caça	2	2,1%
		Mburi ⁷⁹	6	6,3%
		Kizaca ⁸⁰	14	14,6%
		Mengueleca ⁸¹	7	7,3%
	Cerimónias e rituais	Circuncisão	2	5,1%
		Alembamento	15	38,5%
		Festa da Sereia	13	33,3%
		Komba (encerramento de óbito)	9	23,1%
	Festas populares	Carnaval	38	64,4%
		Feira do Dondo	13	22,0%
		Festas da cidade	6	10,2%
Eventos do partido		2	3,4%	

A gastronomia é outro aspeto importante da cultura imaterial local mencionada, apurada através das perguntas abertas do questionário. Achou-se imprudente solicitar aos residentes uma valorização da gastronomia na comparação direta com outros bens culturais nas perguntas fechadas, devido à sua similitude com outras regiões. Dito de outro modo, os pratos enumerados pelos residentes no quadro nº 16 não são exclusivamente típicos do Dondo. A forma de confeção do peixe cacusso, bagre ou carne de caça e respetivas guarnições são práticas de um espaço cultural mais abrangente que

⁷⁹ Uma variedade de feijão, tal como o Cabulo e Macunde (da família do feijão frade). Geralmente cozido em óleo de palma e servido acompanhado de batata-doce.

⁸⁰ Folhas de mandioqueiras pisadas e refogadas normalmente com óleo de palma. Pode ser iguaria principal, servida com mandioca ou então como guarnição para vários pratos.

⁸¹ Folhas de aboboreiras. Tal como as couves, são cozidas como ingredientes em outros pratos, ou separadamente para servir de guarnição.

pode incluir todo o universo das etnias Bantu⁸², o que resultaria na transmissão de uma ideia errada de exclusividade.

Observando os quadros 15 e 16, e de acordo com a categoria dos bens culturais, os residentes inquiridos consideram como os mais relevantes os seguintes:

- Sítios e monumentos históricos: **Ruínas de Massangano.**

Embora o Dondo tenha vários edifícios históricos que no seu conjunto constituem o centro histórico, os residentes da cidade consideram como a amostra mais representativa do património construído, as Ruínas de Massangano, um conjunto de edificações do século XVI localizado na comuna com o mesmo nome, a 30 km da cidade do Dondo. Estas ruínas são constituídas por estruturas de edifícios públicos antigos do regime colonial português (fortaleza, câmara municipal, tribunal de reclusão), túmulo de Paulo Dias de Novais, praça de escravos e a Igreja de Nossa Senhora de Vitória. Do mesmo modo, a Fortaleza de Cambambe e as ruínas da antiga Igreja do Rosário no seu interior, situadas a 16 km, também é muito mencionada. Os residentes não entendem o património construído reduzido à escala da comuna sede mas a todo o município. Uma visão de conjunto que, provavelmente, é estimulada pela fraca monumentalidade dos edifícios da cidade, que valem mais pelo conjunto.

- Artesanato e artefatos: **Balaio.**

O balaio é uma peça do artesanato local e de várias regiões do universo Ambundu, podendo se distinguir em termos de textura e estética. Assim como o balaio, são considerados outros utensílios tradicionais, tais como: esteiras, cestos, vassouras, pentes, etc. É feito com material saído das palmeiras e serve para guarda e transporte de produtos produzidos no campo.

- Música e dança: **Semba.**

Tal como a maioria das peças de artesanato enumeradas pelos residentes, o Semba e a Marimba são ritmos musicais com danças próprias que se difundem um pouco por toda a região do antigo Reino do Ndongo. Em relação ao Semba, atualmente o universo geográfico é praticamente de todo o território nacional. A Katutula afigura-

⁸² Cf. Kajibanga (2010); Alcuna (2014); Maria (2015).

se mais restrita à localidade, devendo por isso ser melhor explorada apesar do seu cariz fúnebre e melancólico.

- **Gastronomia: Cacusso.**

O Cacusso, um peixe típico da água doce, é um dos principais atrativos da cidade do Dondo, como foi possível verificar no capítulo anterior sobre a caracterização dos residentes e visitantes. Geralmente grelhado, mas muitas vezes fumado ou seco (escalado), é provavelmente a iguaria mais consumida pelos Dondistas e por quem os visita, seguido do peixe bagre. Fresco e acabado de pescar, o Cacusso grelhado é normalmente servido com feijão em óleo de palma, mandioca, banana ou batata-doce cozida. Quando é confeccionado na versão fumado ou escalado, o funje de bombó⁸³ costuma ser uma das guarnições principais. Dizer, entretanto, que este peixe é bastante comum em quase todas as localidades do país com rios, lagos ou lagoas.

- **Cerimónias e rituais: Alembamento.**

É a cerimónia tradicional de casamento que une, mais do que duas pessoas, duas famílias. Consiste na reunião das famílias dos futuros cônjuges, no sentido alargado do termo, onde os protagonistas ou interlocutores são geralmente os tios. Na reunião decisiva, à família da futura mulher é entregue um dote constituído em bebidas, vestuário e outros produtos simbólicos, conforme relação previamente enviada à família do futuro marido. O encontro culmina com uma celebração, após o qual, a mulher está autorizada a deixar o seu lar e se juntar ao esposo.

- **Festas populares: Carnaval.**

O Carnaval é a festa popular mais referenciada pelos inquiridos, com uma quota de 64%, equivalendo a quase o triplo da segunda preferência, na circunstância a mencionada feira do artesanato. Na verdade, o Carnaval tem tradição na cidade do Dondo, junta os povos das demais comunas do município e representa uma verdadeira festa popular e inclusiva. Já a feira e as festas da cidade não são vividas por todos porque muitos estratos e grupos etários da cidade não se revêm ou estão à margem do evento. Nota de realce, o facto de 2 dos inquiridos indicarem os eventos

⁸³ Uma das guarnições mais frequentes nas refeições do universo Bantu de Angola. O funje de bombó é uma pasta resultante da mandioca, que é descascada, posta em água até amolecer e exposta ao solo até secar (transformação da mandioca em bombó), posteriormente o bombó é moído e se transforma em fuba, pronta para ser cozida com água fervente para se transformar no funje.

do “Partido” no conjunto das festas populares elencadas. Esses eventos não são mais do que atos políticos de massa associados ao partido político no poder em Angola, o MPLA⁸⁴ vezes com a presença de músicos nacionais, e bebida abundante com preço económico.

Pensar em modalidades turísticas de base cultural numa localidade implica, necessariamente, um compromisso sério da comunidade com a história e orgulho pelos seus hábitos e costumes. A auscultação feita aos residentes do Dondo denota um conhecimento razoável da sua cultura, mas num nível que precisa ser aprofundado com urgência. As notas recolhidas demonstram que o residente tem uma noção mais clara do património material, tanto dos bens imóveis como dos bens móveis, nomeadamente a nível dos trabalhos manuais e artesanato, ao passo que sobre a cultura imaterial se denotam perdas de referências.

Contudo, é preciso não ignorar que as Ruínas de Massangano e a Fortaleza de Cambambe, construções coloniais situadas fora do Dondo, foram os monumentos mais referenciados como património histórico construído da cidade na categoria de monumentos e sítios. Os edifícios e casas antigas do centro histórico, talvez devido à estrutura mais modesta e à pouca visibilidade que possuem, foram pouco referenciados. A idade dos inquiridos, maioritariamente abaixo dos 35 anos, que cresceram num ambiente de instabilidade e sem oportunidade de receber *inputs* sobre a história da cidade, é dos principais fatores para o pouco conhecimento.

Verificar que nenhum residente inquirido indicou o centro histórico como o elemento cultural mais distintivo é alarmante. Deduz-se que o habitante do Dondo não tem a noção do valor de conjunto dos edifícios da sua cidade, de igual modo, desconhece que o seu centro foi classificado como património histórico-cultural nacional. Conhece o valor histórico de alguns edifícios, como a antiga câmara municipal e a Casa Leão, mas numa perspetiva isolada e sem a dimensão real da sua função do passado e do que pode representar atualmente. Mais preocupante ainda é constatar que muitos residentes não dão qualquer importância ao centro histórico e não têm o mínimo interesse no seu conteúdo. Entende-se que um maior interesse de recuperação dos edifícios do centro deve partir dos

⁸⁴ Movimento Popular de Libertação de Angola. O MPLA é o partido político que governa Angola desde a independência nacional, inicialmente, em regime de partido único até 1992. Tal como a UNITA e a FNLA, foi um movimento de libertação nacional que lutou contra o regime colonial português a partir de 1961.

seus residentes, tendo em conta a conservação do seu próprio passado. Se não existir essa sensibilidade, não há qualquer pressão sobre as instituições de direito no sentido de se incrementarem esforços de reabilitação.

Sobre o artesanato, percebeu-se que existem muitos objetos produzidos localmente e valorizados pelos residentes. A própria atividade de produção de peças artesanais úteis para o uso doméstico foi revitalizada com a feira anual da cidade, onde os artesãos e outros produtores tradicionais têm a possibilidade de expor e comercializar os seus produtos. O impulso que tem sido dado com este evento nacional deve ser melhor capitalizado para o fortalecimento da indústria do artesanato com vista a suprir necessidades locais relacionadas com outras atividades, muitas vezes satisfeitas inconvenientemente com soluções inadequadas encontradas fora da localidade.

Por fim, no que concerne ao património imaterial, parece existir um conhecimento genérico de algumas dimensões da cultura local, embora grande parte deles se estende a todo o universo Ambundu e não só. Os elementos de maior referência apontados nas categorias de gastronomia (pratos típicos), festas populares, cerimónias e rituais são performances culturais que não se esgotam nas fronteiras da comuna do Dondo ou do município de Cambambe. A música e dança Semba, o Alembamento e o Carnaval, são manifestações intangíveis que se assiste hoje em todo espaço sociogeográfico do país, salvaguardando naturalmente as especificidades de cada região. Em relação às cerimónias e rituais, dizer ainda que determinadas práticas, como a circuncisão, foram percebidas pelos residentes como “cultura negativa” que tende naturalmente a desaparecer por não se adequar aos modelos de vida atual e dos riscos de saúde que acarretam.

8.2.5. Condições de vida. Medidas fundamentais e melhoria da cidade

O Dondo é uma localidade que foi bastante pressionada no período do conflito armado (1992 – 2002) devido à presença de dezenas de milhares de refugiados de guerra das regiões vizinhas, inclusive os da capital de província, Ndalatando. Essa situação afetou de modo significativo o seu tecido económico e social, as infraestruturas e os serviços públicos de um modo geral. A partir de 2002, com fim do conflito armado em todo país, algumas ações de recuperação da cidade foram implementadas, pelo que interessava perceber nesta investigação a eficácia das mesmas junto dos residentes. Portanto, a questão sobre as melhorias verificadas na cidade até ao presente, apresentada no quadro 17 e figura 69, é acompanhada de seis afirmações ou opções de resposta que se

consideram importantes para o projeto integrado de desenvolvimento turístico que se propõe neste estudo.

Quadro 17: Melhorias no Dondo após 2002

Escala de classificação: 1 = Discorda totalmente; 2 = Discorda; 3 = Não concorda nem discorda; 4 = Concorda; 5 = Concorda totalmente

Após o alcance da paz em 2002, houve melhorias na cidade ao nível:	Nº	Classificação				
		1	2	3	4	5
Dos hábitos e costumes	66	16,7%	16,7%	18,2%	42,4%	6,1%
Do ordenamento e urbanização	68	14,7%	11,8%	17,6%	39,7%	16,2%
Grau académico dos residentes	84	3,6%	6,0%	9,5%	48,8%	32,1%
Da autoestima, atitude, comportamento dos residentes	68	5,9%	16,2%	25,0%	44,1%	8,8%
Das condições de vida das populações	68	10,3%	11,8%	25,0%	42,6%	10,3%
Do aumento de infraestruturas, indústria e comércio	72	11,1%	11,1%	18,1%	40,3%	19,4%

Como se constata, a maioria dos residentes inquiridos assume ter havido melhorias nos diversos domínios da vida da cidade, não obstante haver percentagens significativas de com dificuldades em assumir tais melhorias e inclusive, outros tantos têm opinião contrária. De qualquer forma, num ambiente pós-guerra e com o crescimento económico verificado no país nos dez anos seguintes, era expectável no mínimo que houvesse intervenção e recuperação das infraestruturas, relançamento de atividades económicas, reparação e redimensionamento da rede escolar entre outras ações.

Através do inquérito, os residentes consideram ser no ensino onde se registaram mais melhorias. 49% concorda que o grau académico dos residentes melhorou, acrescido dos 32% que concorda totalmente com esta afirmação. Apenas 10% não concorda que o ensino tenha melhorado na cidade, e outro tanto mostrou-se indeciso sobre o assunto. Os residentes constatarem também melhorias ao nível das infraestruturas e revitalização económica, assim como em relação ao ordenamento e urbanização. No primeiro caso, assinala-se um nível de concordância de 60% contra 22% de discordância e 18% de indecisos, ao passo que no segundo caso se verifica uma concordância de 56% contra 26% de discordância e 18% sem opinião formada.

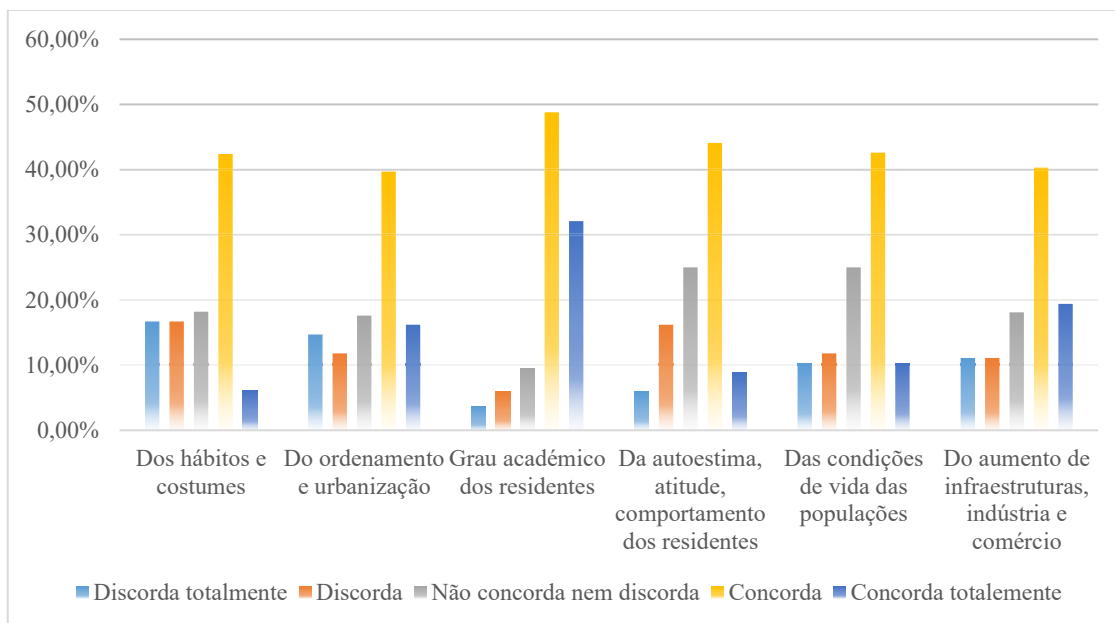


Figura 69: Melhorias no Dondo após 2002

Na verdade, o habitante local tem noção que a cidade de há quinze anos não é a mesma, porque houveram, obviamente, ações a nível das atividades económicas com o surgimento de algumas pequenas indústrias. A própria liberdade de circulação das pessoas subsequentes a abertura das estradas ativou consideravelmente o comércio local e regional. Se reconhece também intervenções a nível das infraestruturas e do ordenamento com a reabilitação da estrada nacional EN 230 no interior da cidade, sobretudo na área que circunscreve a marginal, com pavimentação e iluminação pública. Já em relação ao tecido urbano, não parece haver melhorias, apesar da reabilitação de alguns edifícios públicos, aparecimento de pequenos equipamentos hoteleiros (em completa *desarmonia* com o traço arquitetónico da cidade) e pouco mais. No essencial, as casas e edifícios antigos que constituem a estrutura urbana continuam o seu processo acelerado de degradação.

Em relação aos aspetos mais ligados ao tecido sociocultural, à educação e aos bons costumes, são assinaladas maiores reservas por parte dos residentes, embora a percentagem de inquiridos que consideram haver melhorias ser superior aos que pensam o contrário. Mais de 42% é de opinião que os hábitos e costumes da cidade do Dondo melhoraram, para além dos 6% que não tem qualquer dúvida sobre essa questão. Por oposição, 33% considera que o Dondo está pior em termos de hábitos e costumes,

enquanto 18% não teve opinião formada sobre o assunto. Em relação a opção melhoria da autoestima, atitude e comportamento, aproximadamente 53% dos inquiridos é de opinião que o Dondo progrediu nesse aspeto, contra os 22% que pensa o contrário e os 25% que não concorda nem discorda desta afirmação.

No que diz respeito às condições de vida das populações, a maioria dos inquiridos considerou haver melhorias; 43% concorda e 10% concorda totalmente com esta afirmação, ao passo que 22% é de opinião contrária e 25% está confusa. As respostas a esta última questão são reveladoras de algum desencanto por parte dos residentes, não obstante a maioria considerar ter havido melhorias nas condições de vida das populações. Analisando objetivamente os factos conclui-se com facilidade que as populações sentiram um impacto positivo com o advento da paz, sobretudo no comércio e intervenções a nível das infraestruturas. Todavia, depreende-se que grande parte dos inquiridos, pelo desencanto apresentado, sente que as realizações estão aquém das expectativas criadas.

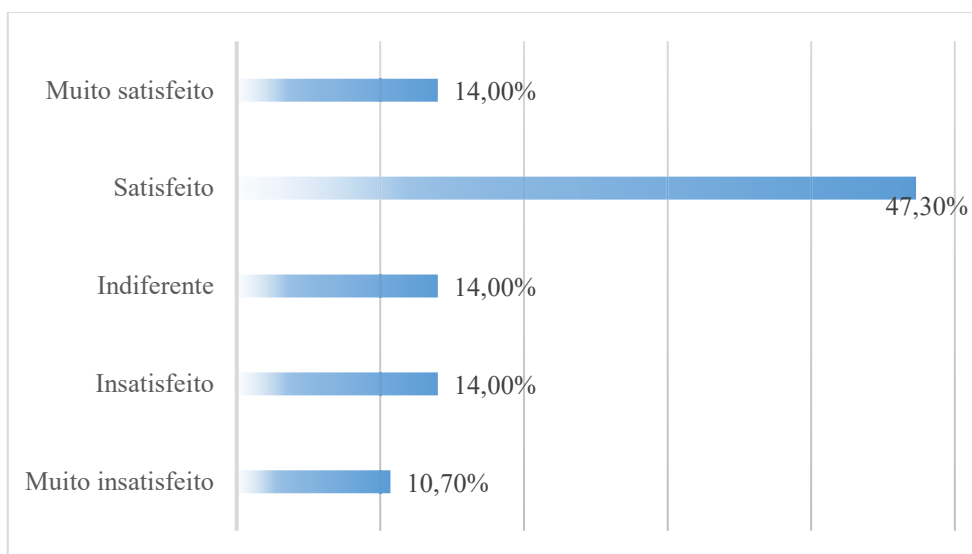


Figura 70: Grau de satisfação do residente com a cidade do Dondo

A este propósito, observando a figura 70 sobre o grau de satisfação do residente para com a cidade, regista-se uma percentagem considerável de inquiridos muito insatisfeitos, insatisfeitos e indiferentes. Ou seja, cerca de 39% dos inquiridos não se sente satisfeito a viver no Dondo, desejando outras condições de vida. São os jovens, mais uma vez, que se sentem pouco confortáveis com a vida que levam na cidade porque as oportunidades

de emprego e o acesso ao ensino superior continuam escassos. Numa fase em que começam a constituir família, os jovens acabam por não ter alternativas e a única solução que vislumbram é mergulhar no mercado informal para satisfazer as necessidades do lar, isto quando não enveredam por ações menos dignas.

A dimensão da insatisfação de um número assinalável de residentes deve ser uma preocupação acrescida para as autoridades e motivo para o desenvolvimento de novas abordagens, que infelizmente não cabem nesta investigação. Esses sinais devem merecer uma reflexão profunda especialmente quando se está a discutir o turismo na cidade. Porque esta atividade, pensada e estruturada de forma errada, propicia localmente a reprodução de desigualdades sociais e o germinar de um estado de animosidade entre anfitriões e visitantes, comprometendo a permanência destes últimos. O projeto de desenvolvimento turístico deve focalizar o estado de espírito do residente como eixo fundamental para a sua materialização.

O índice de insatisfação também é visível quando é solicitado ao residente que descreva a sua cidade numa só palavra, conforme demonstra o quadro 18. Não obstante se registarem epítetos ou adjetivações positivas e manifestações de esperança num futuro promissor, assim como a caracterização da cidade de acordo com as suas particularidades, se observa uma carga de epítetos negativos que são igualmente reveladoras de algum desencanto com a localidade. Os epítetos mais destacáveis, quer positivos como negativos, estão assinalados com a cor cinza.

Quadro 18: Descrição feita pelos residentes da cidade do Dondo numa palavra

Categoria	Descrição da cidade do Dondo numa palavra	Frequência absoluta	Frequência relativa
Esperança no futuro	Melhor sítio para se viver	3	4,5%
	Tem muito para dar	4	6,1%
	Em desenvolvimento	6	9,1%
	Futuro melhor	1	1,5%
Traços distintivos da localidade	Cerveja	1	1,5%
	Cacusso	2	3,0%
	Rio Kwanza	1	1,5%
Cultura	Cultura	1	1,5%
	História	5	7,6%
	Identidade	1	1,5%
Turismo	Turismo	1	1,5%
	Diversão	2	3,0%
	Acolhedora	1	1,5%
Epítetos positivos	Linda	6	9,1%
	Calma	3	4,5%
	Harmonia	2	3,0%
	Orgulho	1	1,5%
Epítetos negativos	Nada	1	1,5%
	Tédio	1	1,5%
	Quente	16	24,2%
	Desordem	2	3,0%
	Desprezada	2	3,0%
	Esquecida	2	3,0%
	Subaproveitada	1	1,5%
Total		66	100%

O Dondo é visto pelos seus habitantes como sendo uma cidade linda e em desenvolvimento, com história, diversão e onde se saboreia um bom Cacusso. Mas

também é adjetivada como desordenada, desprezada, esquecida e, sobretudo, quente. O Dondo regista temperaturas muito altas ao longo do ano, produzindo um clima “abrasador” que é, porventura, uma das suas principais características, incomodando para além das pessoas que o visitam, os próprios residentes. Por esta razão é muitas vezes apelidada de “cidade do inferno”. Mas acredita-se que esta situação pode ser amenizada com um plano de arborização da cidade de acordo com práticas antigas do começo da sua urbanização, uma fórmula encontrada na altura para acolher da melhor forma os colonos portugueses.

Quadro 19: Medidas para a melhoria da cidade segundo os residentes

Medidas para a melhoria da cidade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Requalificação urbana e extensão da cidade	24	11,3%
Investimento na saúde pública	20	9,4%
Investimento na educação e no ensino	47	22,1%
Mais investimento privado para fomentar o emprego	22	10,3%
Investimentos em infraestruturas e serviços públicos	18	8,5%
Investimento na agricultura	4	1,9%
Aposta no saneamento básico	19	8,9%
Criação de espaços verdes, lazer e desporto	26	12,2%
Construção uma ponte entre as margens do rio	3	1,4%
Criação de lavandarias públicas	1	0,5%
Valorização o Dondo enquanto cidade de cultura	18	8,5%
Promoção do diálogo e da compreensão mútua	7	3,3%
Construção de mais hotéis	1	0,5%
Surgimento de lojas comerciais diversas	3	1,4%
Total	213	100%

O índice de insatisfação não está dissociado das medidas que os residentes apresentam como fundamentais para melhoria da cidade. Mais do que a preocupação de receber visitantes e desenvolver a atividade turística, os locais estão acima de tudo preocupados com o seu desenvolvimento humano, que não passa necessariamente pelo turismo. Tanto é assim que, observando o quadro 20, percebe-se que a maioria dos residentes apontou o investimento na educação e ensino como a principal prioridade, quando questionados sobre as três medidas que consideram fundamentais para a melhoria da cidade. A segunda prioridade apontada foi a criação de espaços verdes, lazer e desporto, e a terceira é a medida relacionada com a necessidade de requalificação urbana e extensão da cidade.

As medidas apontadas afiguram-se ajustadas às necessidades da juventude principalmente, que se sente muitas vezes sem perspectiva para continuar com o seu projeto de vida. Essa franja da sociedade local anseia por uma educação melhor e clama por espaços de lazer e prática desportiva para não andar à deriva ao encontro de caminhos não planeados. São preocupações que revelam uma vontade de superação, de cultivo do corpo e da mente. Observando as demais medidas apontadas, como o investimento privado e fomento do emprego, saúde pública, aposta no saneamento básico e investimento em infraestruturas e serviços públicos; é evidente nos habitantes a continuação de uma preocupação pela satisfação das necessidades mais elementares para dignificar as suas vidas. Porque sentem diariamente as dificuldades económicas pela falta de emprego, observam a limitação dos serviços públicos e carência das infraestruturas, principalmente em relação à energia, água e saneamento básico.

É interessante verificar que apenas um habitante considerou a construção de hotéis como uma medida fundamental para melhorar as condições da cidade. De igual modo, não se identifica no quadro qualquer outra medida que possa ser associada diretamente à atividade turística. Esta constatação reforça a ideia dos parágrafos anteriores de que a preocupação dos residentes está orientada para a resolução dos problemas que afetam em particular a sua vida, não considerando por isso o turismo como uma atividade decisiva para esse propósito. Se pode inferir ainda, ao contrário das questões fechadas que foram colocadas aos inquiridos, as questões abertas proporcionam outras leituras das necessidades, vontades e estado de ânimo que ajudam a compreender melhor as dificuldades, proporcionam diagnósticos mais assertivos e, por esta via, podem contribuir para uma melhor solução dos problemas.

A valorização do Dondo enquanto cidade de cultura é um aspeto importante apontado pelos habitantes como medida a emprender. Se o turismo não é encarado em profundidade como uma medida de melhoria fundamental, já em relação à cultura se verifica uma maior preocupação dos Dondistas. Constata-se mais uma vez que os residentes têm consciência do valor cultural da sua cidade e apelam de certa forma à implementação de ações que proporcionem melhores garantias da sua salvaguarda. Aliás, quando questionados sobre as modalidades turísticas ajustadas à cidade, as opções de turismo associadas à descoberta de sítios históricos e as práticas que valorizem a história e a cultura local foram as mais referenciadas. Aqui se subentende que o Dondo está interessado numa maior valorização da sua cultura mas não compreende como o turismo pode ser um dos instrumentos para esse objetivo.

Terminada a abordagem sobre “a comunidade local perante o desenvolvimento turístico”, importa recapitular as principais ilações retiradas do tema.

Em primeiro lugar, se constata que a comunidade local entende a atividade turística não como um fim em si mesmo para a resolução de todos os seus problemas. Reconhece a sua importância e a contribuição que pode emprestar à cidade, principalmente devido ao aumento do número de visitantes, incremento dos negócios e por via de regra, o fomento do emprego para os residentes. Considera indispensável o aumento da atividade económica e a diversidade de lojas para o fornecimento de produtos variados. Mas a comunidade pretende acima de tudo que a cidade esteja munida de um conjunto de infraestruturas e equipamentos sociais para melhoria da sua condição de vida sem, no entanto, deixar de considerar importante o provimento de empreendimentos turísticos e de lazer.

Em segundo lugar, a comunidade reconhece a dimensão cultural da sua cidade e considera necessária a sua valorização. Todavia, foi possível constatar que parte da sua história e cultura não é conhecida, faltando detalhes importantes que impedem a formação de um conhecimento estruturado e seguro. O habitante do Dondo conhece pouco os edifícios da cidade e não tem a noção do valor de conjunto do centro histórico, inclusive, uma boa parte mostra-se indiferente a este património edificado porque nasceu e cresceu num período de instabilidade e não lhe foi dada educação suficiente para despertar o interesse pela história da cidade. É constrangedor verificar que numa localidade como o Dondo não existe nenhum equipamento cultural, como um museu ou um centro cultural, para

além de outros empreendimentos e serviços cuja falta está na base do índice significativo de insatisfação.

Em terceiro lugar, para a comunidade local, o alinhamento que pode ser feito entre o turismo e os vários setores de atividade, incluindo a cultura, parece difuso. Da mesma maneira, não tem clarificada como o turismo pode influenciar a comunidade. Os resultados do inquérito permitiram concluir que o Dondista não vê como a agricultura ou a indústria podem ser fortalecidas com o advento do turismo. Ou ainda, de que forma essa atividade pode prejudicar o património histórico construído da cidade ou diretamente os residentes, com possíveis processos de desterritorialização e gentrificação. Em oposição, a comunidade está mais avisada para os problemas ambientais que o turismo possa provocar, quer através da poluição do rio e da paisagem ou de práticas turísticas de agressão à natureza.

Finalmente, uma última ilação traduz-se num acolhimento favorável da comunidade em associar a cultura com o turismo, na condição de que o setor turístico seja um instrumento que contribua para a sua salvaguarda e valorização, por via de modalidades de turismo estruturadas com base na cultura local e na descoberta de sítios históricos e vivências antigas.

8.3. Avaliação da cidade do Dondo pelos visitantes enquanto potencial destino

Se no passado as cidades eram produtos resultantes das necessidades dos seus residentes, hoje elas são reavaliadas e requalificadas também conforme os anseios de quem as visita. Os visitantes são a razão maior para turistificar uma cidade porque são os sujeitos no sistema e os protagonistas das ações projetadas para que as atividades turísticas, lúdicas e culturais aconteçam com frequência. Nessa conformidade, a transformação de uma localidade em destino turístico e a definição dos produtos âncoras para comercializar não deve ser realizada sem a importante contribuição daqueles para os quais os produtos são dirigidos. Na verdade as motivações e as necessidades do cliente de turismo são determinantes para a otimização dos recursos e para sua conversão em produto.

Se a cidade do Dondo deve estar conforme a vontade dos seus residentes, ao considerarem o turismo como uma atividade de eleição na sua urbe, isto obriga-os a ter em conta a opinião de quem esperam receber no âmbito desta atividade. Nessa perspetiva, foram administrados questionários aos visitantes, com perguntas abertas e fechadas, para obter a opinião do não residente mediante opções de respostas que pudessem aferir as suas

motivações, permanência e necessidades ao visitar a cidade do Dondo. O inquérito culmina com o pedido de contribuição ao visitante sobre o centro histórico, os atrativos e as práticas turísticas mais adequadas para a localidade. De igual modo, é dada a oportunidade do visitante expressar livremente, atrás de perguntas abertas, a sua apreciação sobre os elementos distintivos da cidade e as medidas adequadas para a melhoria dos aspetos desagradáveis.

Apesar dos resultados não serem suscetíveis de generalização pelas razões já invocadas da técnica de amostragem não probabilística aplicada, os quadros e figuras seguintes ilustram a valiosa contribuição dos visitantes sobre a proposta de desenvolvimento turístico que se pretende para o Dondo.

8.3.1. Melhoria da atratividade da cidade

Pelo facto da maioria dos visitantes ter como foco principal da visita a marginal da cidade e o largo 4 de Fevereiro, conforme já referido, o interior da pequena cidade passa ao lado das suas necessidades. Percebe-se, pois, que o número de respondentes sobre as várias questões colocadas seja reduzido, uma vez que conhecem mal a cidade.

Quadro 20: O que faz falta na cidade segundo o visitante do Dondo

Escala de classificação: 1 = Indispensável; 2 = Necessário; 3 = Desnecessário

O que faz falta ao visitante do Dondo	Nº	Classificação		
		1	2	3
Sinalização dos pontos de interesse	57	26,3%	66,7%	7,0%
Painéis explicativos sobre a história da cidade	58	34,5%	55,2%	10,3%
Museus	49	16,3%	75,5%	8,2%
Eventos culturais	44	13,6%	81,8%	4,5%
Animação e movimento na cidade	44	13,6%	65,9%	20,5%
Circuitos de barco pelo rio	47	17,0%	74,5%	8,5%
Estabelecimentos hoteleiros e restaurantes	44	38,6%	59,1%	2,3%
Postos de informação	40	32,5%	62,5%	5,0%
Guias, brochuras e mapas sobre a cidade	43	46,5%	46,5%	7,0%
Centro comercial ou lojas diversas	53	22,6%	64,2%	13,2%

O quadro 20 e a figura 71 são elucidativas quanto a esta situação. Das dez opções de respostas para a questão “o que faz falta na cidade”, metade teve uma frequência de resposta inferior a 50%, recorde-se que 96 é o número total de inquiridos. Analisando em detalhe o quadro referido, verifica-se que os visitantes inquiridos clamam por quase tudo que é empreendimento, equipamento e serviços de interesse turístico e cultural, considerando muitos deles indispensáveis. É o caso do provimento de guias, brochuras e mapas sobre a cidade. Cerca de 47% considera indispensável que a cidade tenha disponível esse tipo de material informativo e igual número considera necessário, apenas 7% acha dispensável. Na mesma senda está a necessidade de postos de informação, painéis explicativos sobre a história da cidade e a sinalização dos pontos de interesse. No primeiro caso, há a registar uma percentagem de 95%, entre os que consideram indispensável e necessário, sendo que apenas 9% acha desnecessário. O mesmo acontece com o segundo e o terceiro casos com percentagens acima dos 90% e 93% respetivamente.

A falta de estabelecimentos e restaurantes por um lado e a inexistência de eventos culturais por outro, foram as opções que mereceram menos desaprovação, com apenas 2,3% e 4,5% de inquiridos respetivamente a achar que são produtos que não fazem falta ao visitante que visita o Dondo. Nessa linha de resposta estão os 38,6% que considera indispensável o provimento de mais empreendimentos hoteleiros na cidade e os 59% que consideram necessário. Confrontando os resultados obtidos nas diferentes opções, infere-se que o alojamento e a restauração são os serviços que mais falta fazem ao visitante, situação lógica, tendo em conta a importância dos mesmos para a prossecução de toda a atividade turística. A questão da necessidade de alojamento e restauração invocada não tem que ver apenas com a falta dos serviços em si, mas também com as condições precárias em que os serviços são prestados nos estabelecimentos hoteleiros e similares em funcionamento na cidade.

As respostas dos visitantes demonstram também algum interesse por bens e serviços de índole cultural. Mesmo não considerando a primeira escala (indispensável), cerca de 82% dos inquiridos entende ser necessário os eventos culturais na cidade, ao passo que em relação aos museus a percentagem atinge os 75,5%. Estas duas opções de resposta mereceram as percentagens mais altas na segunda escala classificativa, um indicador que pode revelar uma vontade dos visitantes por fruição de bens culturais. Outro indicador

interessante a salientar são os 74,5% de respondentes que considera necessário haver circuitos de barcos pelo Rio Kwanza, havendo apenas 8,5% que desaprova essa possibilidade. Por fim, uma nota para a opção associada à animação e ao movimento na cidade. Embora 66% dos inquiridos acha necessária e 13,6% entende mesmo ser indispensável, o facto é que mais de 20% considera desnecessária haver animação na cidade, pressupondo provavelmente que seja suficiente o movimento que encontram.

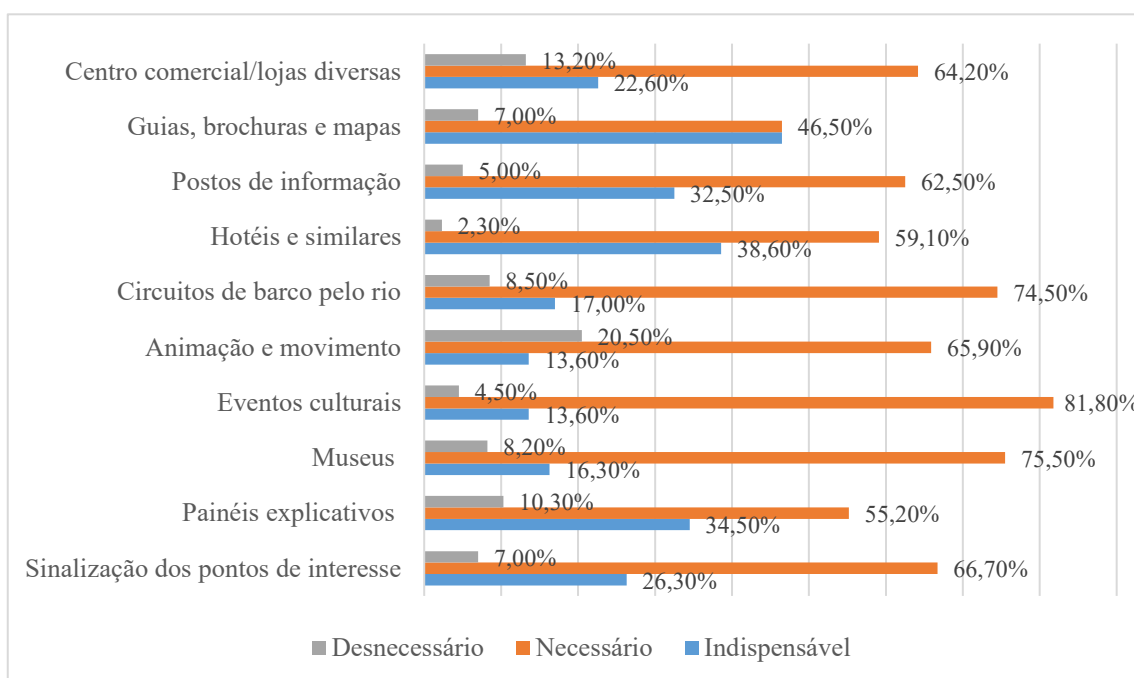


Figura 71: O que faz falta na cidade segundo o visitante do Dondo

Questionados sobre as soluções adequadas a aplicar no centro histórico (quadro 22 e figura 72), a maioria dos visitantes inquiridos teve como ideias genéricas duas propostas: i) reabilitar o centro mantendo a originalidade e autenticidade dos imóveis, isto é, reabilitar sem alterações; ii) aproveitar as casas e edifícios antigos para o turismo e outros serviços. É assim que 80% concorda que o centro histórico deve ser reabilitado sem alterações, incluindo os 33% que concorda totalmente, contra apenas 18% que discorda, incluindo os 7% que discorda totalmente.

Em relação a novos usos das casas e edifícios antigos, mormente os usos turísticos, os resultados não diferem muito. Com percentagens similares entre os que concordam e os que concordam totalmente, o certo é que quase 84% aprova essa solução, estando em outro extremo apenas 16% dos inqueridos, repartidos entre os que discordam e os que

discordam totalmente com a solução. É curioso verificar que para a solução de aproveitamento das casas e edifícios antigos, nenhum visitante mostrou-se indeciso, o que parece haver nessa questão opiniões bastante claras que, acredita-se, poderiam ser sustentadas com vários argumentos caso se envereda-se por uma auscultação mais aprofundada.

Quadro 21: Soluções adequadas para o centro histórico

Escala de classificação: 1 = Discorda totalmente; 2 = Discorda; 3 = Não concorda nem discorda; 4 = Concorda; 5 = Concorda totalmente

Quais das soluções considera adequadas para o centro histórico do Dondo:	Nº	Classificação				
		1	2	3	4	5
Deve ser reabilitado sem alterações	55	7,3%	10,9%	1,8%	47,3%	32,7%
As casas e edifícios antigos devem ser demolidos e construídos novos edifícios	43	23,3%	11,6%	16,3%	37,2%	11,6%
As casas e edifícios antigos abandonados devem ser aproveitados para o turismo e outros serviços	68	8,8%	7,4%	0,0%	42,6%	41,2%
O centro deve manter-se como está	39	28,2%	28,2%	20,5%	15,4%	7,7%

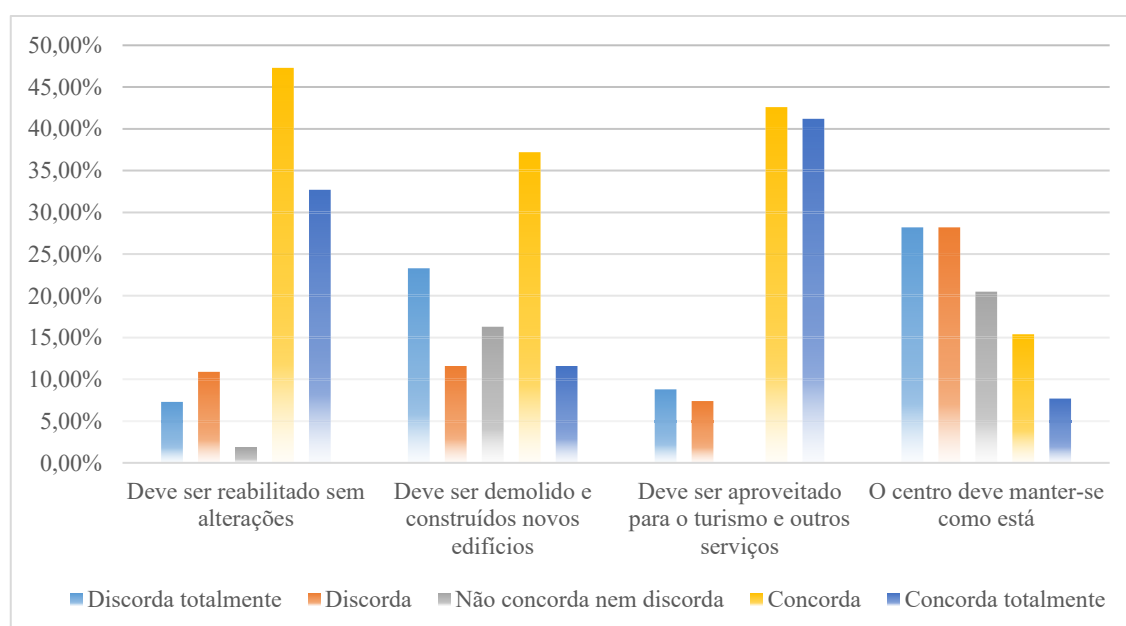


Figura 72: Soluções adequadas para o centro histórico

Não deglenciável são os resultados da opção de demolição do centro para a construção de novos edifícios. Apesar de não ser a maioria, uma percentagem de inquiridos muito próxima dos 50% é de opinião que as casas e os edifícios antigos do centro devem ser demolidos para dar lugar a novos edifícios, como aconteceu recentemente com a substituição da antiga Casa Bentes pelo atual Tribunal Municipal de Cambambe. Para essa solução, realce também para os mais de 16% que não tem opinião formada. Porém, fica claro para a maioria dos visitantes que o centro histórico não deve permanecer como está, não obstante o número de respondentes a esta opção ter sido apenas de 39 indivíduos, nove inquiridos abaixo da metade da amostra. Assim, para essa solução, 28,2% dos visitantes discorda e outros tantos discorda totalmente, resultando num valor global de discordância de 56,2%. As reservas para aplicação da solução de demolição se traduzem também nos mais de 20% que está indecisa ou não tem opinião sobre o assunto.

Em relação à questão sobre a melhoria da atratividade da cidade, representada no quadro 23, a maioria dos inquiridos concordou com as sete propostas de respostas apresentadas. Por outras palavras, os visitantes concordam que a cidade do Dondo precisa ter serviços mais eficientes a nível da limpeza, segurança, fruição cultural, diversão e vida noturna. O elemento de atratividade de maior destaque, atendendo ao reduzido número de discordância e a elevada concordância, são os parques e as zonas de diversão, com 50,8% e 42,6% de inquiridos que concordam e concordam totalmente com a proposta, atingindo um valor global de concordância acima dos 93%. Aproximado aos valores da atratividade por diversão estão as propostas de segurança e o fornecimento de serviços e produtos culturais no centro histórico com percentagens acima dos 91% e 92% respetivamente.

Na mesma senda, com um nível alto de concordância, estão a necessidade de limpeza da cidade e os espetáculos variados (muito associado à diversão e à vida noturna), com percentagens de concordância em torno dos 89%. Portanto, os visitantes têm poucas dúvidas sobre a falta de atratividade do Dondo em matérias relacionadas com os produtos e serviços que lhes são disponibilizados. O elevado índice de concordância para os serviços propostos não significa necessariamente que haja um elevado défice em todos. Se em relação aos serviços de limpeza, zonas de diversão ou vida noturna, se podem considerar inexistentes ou com grande défice, já em relação à segurança, a questão não está propriamente relacionada com alguma instabilidade social, mas provavelmente pelo

facto dos visitantes quererem ter garantido esse serviço, bastante valorizado pelos turistas quando elegem um destino.

Quadro 22: Melhoria da atratividade da cidade

Escala de classificação: 1 = Discorda totalmente; 2 = Discorda; 3 = Não concorda nem discorda; 4 = Concorda; 5 = Concorda totalmente

Para ser mais atrativa a cidade do Dondo precisa de:	Nº	Classificação				
		1	2	3	4	5
Limpeza	65	7,7%	4,6%	0,0%	47,7%	40,0%
Segurança	51	3,9%	2,0%	2,0%	52,9%	39,2%
Centro histórico com serviços e produtos culturais	56	7,1%	0,0%	1,8%	50,0%	41,1%
Espetáculos variados (música, dança, teatro, cinema)	56	5,4%	0,0%	5,4%	53,6%	35,7%
Pessoas acolhedoras e simpáticas	44	4,5%	4,5%	2,3%	45,5%	43,2%
Parques e zonas de diversão	61	1,6%	1,6%	3,3%	50,8%	42,6%
Vida noturna (bares, discotecas)	50	6,0%	2,0%	14,0%	44,0%	34,0%

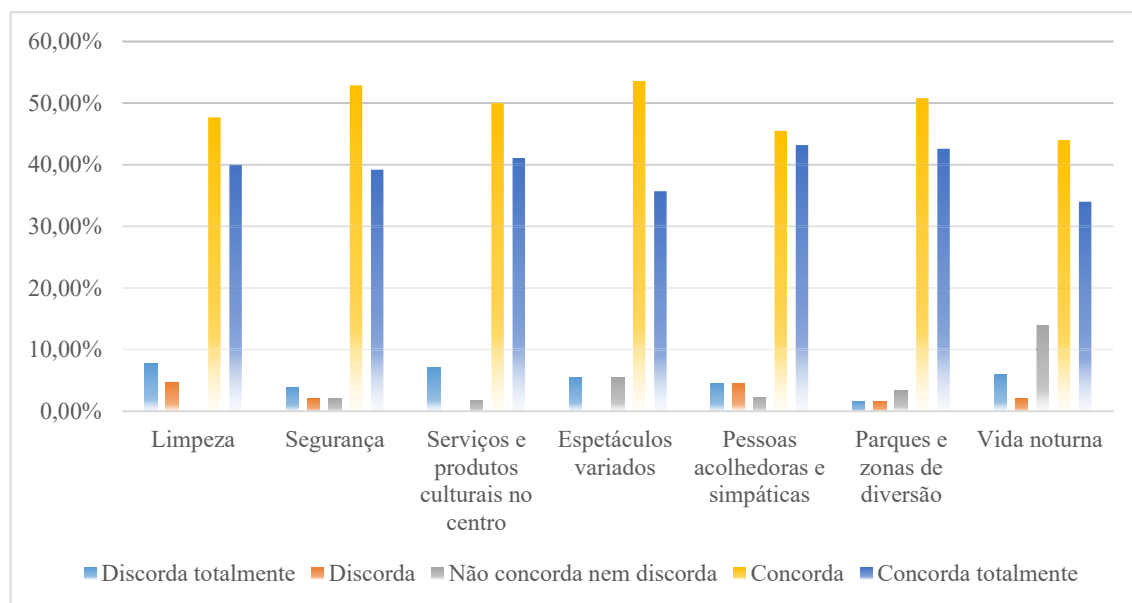


Figura 73: Melhoria da atratividade da cidade

Os atributos naturais e culturais do Dondo e da sua envolvente foram já analisados ao longo desta investigação e representam, obviamente, elementos de atração de turistas e excursionistas. Contudo, a turistificação de uma cidade não pode contar exclusivamente com os bens que a natureza disponibilizou ou com o património que foi acumulado no decorrer dos tempos. Qualquer cidade que se queira tornar num destino turístico deve privilegiar a sua competitividade na inovação de produtos e serviços, ancorados nos recursos primários, com vista à satisfação das necessidades dos visitantes. A história e a cultura, o Kwanza e Cacusso, não são vendáveis por si só ou nas condições que garantam sustentabilidade da localidade, se não forem acompanhados de atributos que complementem o produto.

Quadro 23: Elementos que diferenciam o Dondo de outras cidades

Elementos	Frequência absoluta	Frequência relativa
Paisagem natural	25	22,5%
Cacusso	5	4,5%
Rio Kwanza	22	19,8%
Marginal	7	6,3%
Cubatas na outra margem do rio	1	0,9%
Localização geográfica	1	0,9%
História e cultura	16	14,4%
Gastronomia	2	1,8%
Turismo e lazer	4	3,6%
Comércio	1	0,9%
Acolhimento	19	17,1%
Tranquilidade	4	3,6%
Clima	4	3,6%
Total	111	100%

Observando o quadro 23, verifica-se um conjunto de atrativos que os próprios visitantes consideram diferenciadores do Dondo em relação às demais localidades do país. O destaque dado à paisagem natural, ao Rio Kwanza, a história e cultura e ao acolhimento proporcionado pelos habitantes, representam elementos da oferta primária bastante valiosos que devem ser promovidos para que sejam concebidos produtos turísticos sustentáveis, isto é, alinhados com as dimensões económicas, socioculturais e ambientais. Mais uma vez, percebe-se que a dimensão do potencial turístico do Dondo é valorizada sobretudo em função da paisagem natural que o rio proporciona, complementada com os elementos Marginal e Cacusso, em detrimento da dimensão histórica e cultural.

Portanto, para os visitantes a cidade não é considerada diferente pelos serviços turísticos e de lazer que presta mas pelos recursos naturais e culturais que possui. Quer dizer que a visita resulta da necessidade de descontração e mudança de rotina e não propriamente decorrente da atividade turística em si. Em boa análise, conclui-se que o turismo, tal como se conhece – um sistema integrado de serviços com intermediários para atender uma demanda sequiosa por satisfazer as suas necessidades e desejos – ainda não existe na cidade do Dondo. Porventura, existe um grande potencial que garante uma produção turística policêntrica, onde a história e a cultura da cidade devem merecer especial atenção para que o próprio turismo possa aparecer como um instrumento de salvaguarda e valorização e não como um vilão e atividade predadora.

8.3.2. Modalidades a desenvolver e experiência turística

Os visitantes inquiridos mostraram-se favoráveis à implementação de todas as práticas ou modalidades turísticas apresentadas como opções de respostas no quadro 24 e figura 74, atendendo aos níveis elevados e aproximados de concordância. Ainda assim, o desenvolvimento de atividades turísticas baseadas no rio e na paisagem é a modalidade que mereceu a percentagem mais alta de aceitação, com aproximadamente 92%, repartidos em 49,2% que concordam e 42,4% que concordam totalmente. Com um nível de aceitação praticamente idêntico aparece em segundo lugar a modalidade turística associada ao lazer, animação e convívio e em terceiro lugar a modalidade relacionada com a descoberta de sítios e vivências antigas.

As práticas de turismo de natureza e caça são os valorizados em menor medida pelos visitantes, com 76,5% de concordância, dos quais 19,1% concorda totalmente. O grau de aceitação mais baixo reflete-se num grau maior de reprovação desta modalidade turística

entre as demais propostas, embora sejam percentagens reduzidas. Assim, perto de 11% dos inquiridos não está de acordo que o turismo de natureza e caça sejam práticas válidas para o Dondo, sendo que 4,3% discorda totalmente desta possibilidade. Realce igualmente para os 8,5% que não tem opinião formada sobre o assunto.

Quadro 24: Práticas turísticas mais adequadas para desenvolver no Dondo

Escala de classificação: 1 = Discorda totalmente; 2 = Discorda; 3 = Não concorda nem discorda; 4 = Concorda; 5 = Concorda totalmente

Que prática turística considera mais adequada para desenvolver no Dondo:	N	Classificação				
		1	2	3	4	5
Atividades baseadas no rio e na paisagem	59	3,4%	0,0%	5,1%	49,2%	42,4%
Práticas que aproveitem a história e a cultura local	57	3,5%	5,3%	7,0%	52,6%	31,6%
Lazer animação e convívio	45	0,0%	4,4%	4,4%	57,8%	33,3%
Criação de centros de conferências e feiras para o turismo de negócio	57	5,3%	1,8%	5,3%	45,6%	42,1%
Práticas conjuntas com a população local: na agricultura, pesca e outras atividades	60	10,0%	3,3%	1,7%	53,3%	31,7%
Práticas de turismo de natureza e caça	47	4,3%	10,6%	8,5%	57,4%	19,1%
Descoberta de sítios históricos e vivências antigas	53	3,8%	1,9%	3,8%	47,2%	43,4%

Sobre as modalidades turísticas relacionadas com a cultura, para além da descoberta de sítios e vivências antigas foram propostas também modalidades que possam envolver a população local e as que estejam ligadas à história e à cultura local. Pelo grau de aceitação, denota-se que existe interesse dos visitantes em consumir produtos turísticos suportados por essas modalidades, apesar de estarem mais inclinados para atividades essencialmente lúdicas e de descontração. Na verdade, identifica-se aqui uma relação entre as motivações principais que estão na base da visita e as práticas turísticas eleitas. Recorde-se que o relaxe, o descanso ou a mudança de meio são as principais razões de deslocação dos não residentes ao Dondo, onde na maioria dos casos não pernoitam. Essa situação atual de emergência hedonista, que pode ser alterada, reflete-se naturalmente na escolha do tipo de turismo e nos produtos a usufruir.

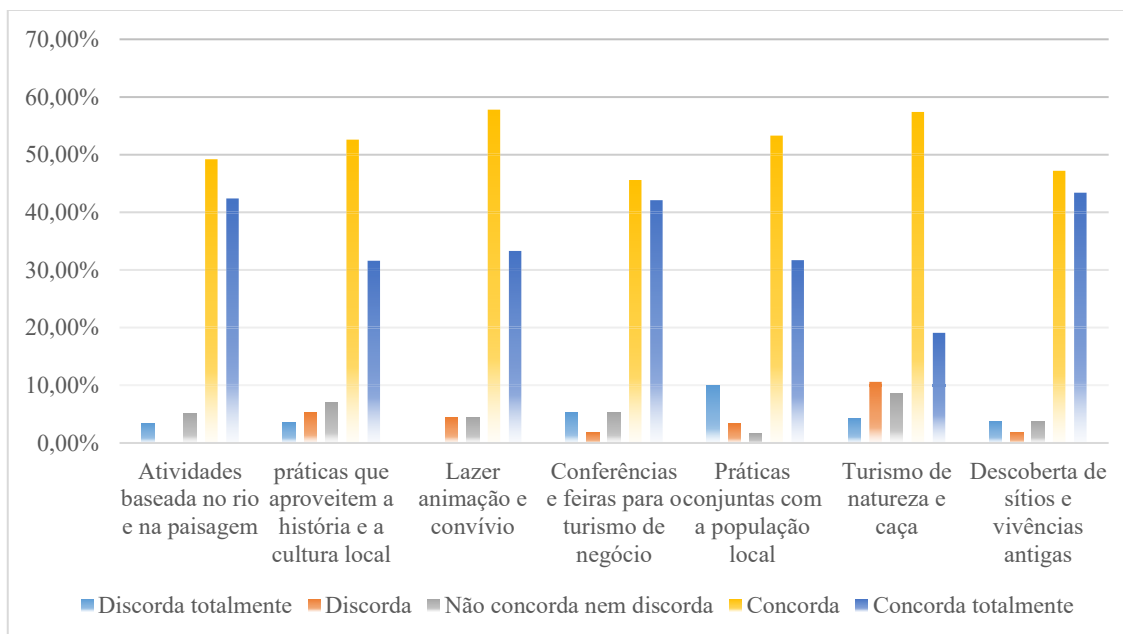


Figura 74: Práticas turísticas mais adequadas para desenvolver no Dondo

Independentemente da pouca atratividade dos equipamentos e serviços, parece que os recursos primários da cidade têm sido suficientes para satisfazer os visitantes. De acordo com o figura 75, nenhum dos inquiridos considerou a sua experiência no Dondo má ou péssima. A paisagem natural em volta do rio e a gastronomia assente no Cacusso grelhado têm sido suficientes para agradar turistas e excursionistas apesar da precariedade das estradas, das condições de higiene ou da inexistência de serviço de qualidade. Contudo, o desejável para um lugar de destino é que a maioria dos visitantes termine a sua estada com boa ou excelente sensação ou que a experiência turística seja mais que razoável, de modo a criar condições para a repetição. Portanto, não deixa de constituir um alerta verificar que metade dos inquiridos considera a experiência como razoável.

De qualquer modo, a satisfação dos visitantes, ainda que relativa, pode ser reforçada pelos resultados da questão refletida na figura 76. Questionados sobre a possibilidade de recomendar a terceiros uma visita à cidade do Dondo, 94% dos inquiridos não teve dúvidas em afirmar que sim, embora haja uma ausência de respostas de 14 indivíduos, que pode indiciar dúvidas quanto a essa recomendação. Presume-se que o pensamento dos visitantes é de não relevar tanto as carências e as dificuldades, muitas delas alheias à vontade local. Inclina-se mais para os elementos positivos que são proporcionados no local com vista o enriquecimento da experiência. Esse pensamento se confirma na análise

dos respondentes que visitaram a cidade pela primeira vez. Os 12 inquiridos nesta condição consideraram boa ou excelente a experiência que viviam no momento, afirmando que não hesitariam a recomendação da visita a outras pessoas.

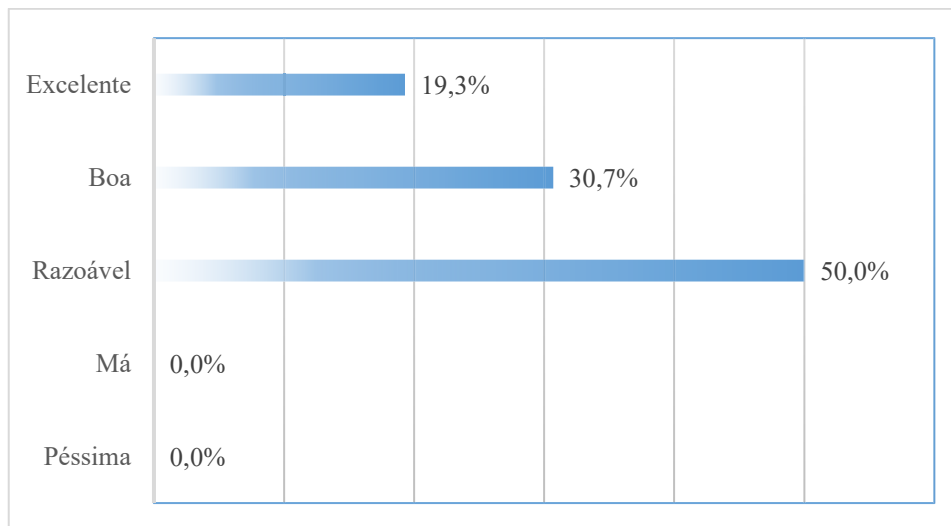


Figura 75: Experiência da visita ao Dondo

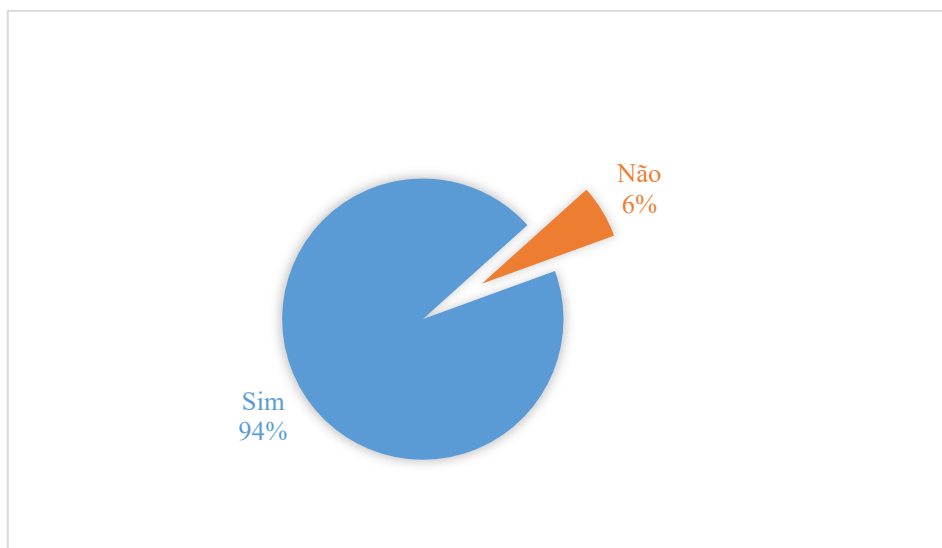


Figura 76: Recomendaria a cidade a terceiros

Quadro 25: Descrição da cidade do Dondo numa palavra

Descrição da cidade do Dondo pelo visitante		Frequência absoluta	Frequência relativa
Gastronomia	Carne de caça	2	2,3%
	Cacusso	15	17,5%
	Cerveja	5	5,8%
Turismo	Turismo e lazer	7	8,2%
	Diversão e convívio	4	4,6%
	Acolhimento	3	3,5%
	Descanso	2	2,3%
Ambiente	Natureza	2	2,3%
	Ambiente	2	2,3%
	Rio Kwanza	9	10,5%
Cultura	Cultura	1	1,2%
	Local histórico	3	3,5%
	Cidade velha	4	4,7%
Valência económica	Em desenvolvimento	3	3,5%
	Parque industrial	1	1,2%
Epítetos positivos	Calma	1	1,2%
	Sonho	1	1,2%
	Linda	5	5,8%
	Regresso	2	2,3%
	Saudade	5	5,8%
	Felicidade	1	1,2%
Epítetos negativos	Carência	1	1,2%
	Calor	3	3,5%
	Saneamento	1	1,2%
	Subaproveitamento	3	3,5%
	Guerra	1	1,2%
Total		86	100%

A experiência turística vivida consubstanciada nos serviços prestados, observação do meio, apreciação da paisagem ou o convívio com outros visitantes, é fundamental para a formação de um pensamento sobre as melhores práticas a adotar em termos turísticos. Porque o visitante projeta o que quer em função do que vê e lhe é oferecido, ou não. Nessa perspectiva, considerou-se importante fazer a associação entre as modalidades turísticas a desenvolver e a experiência turística no local, concluída com o convite ao visitante para a realização de um exercício de abstração dedutiva que culminasse com a descrição da cidade do Dondo numa só palavra. O quadro 26 é o reflexo dessa abstração, onde, definitivamente, se infere mais uma vez a satisfação do visitante com o local, não obstante os epítetos negativos nas últimas linhas.

O visitante é compensado pelo prazer de contemplar o Rio Kwanza ao mesmo tempo que vai saboreando um Cacusso, por sinal, o elemento mais valorizado neste processo de abstração. Ele sente o potencial turístico e as condições naturais que a localidade possui para produzir lazer, mas acha que a cidade é subaproveitada, e nem o facto de ser antiga posicionando-a nos “altares” da cultura nacional, é condição bastante para ser uma prioridade nos projetos de reabilitação urbana. Ainda assim, o visitante considera o Dondo lindo. Identifica nele sinais de desenvolvimento, num misto de sonho e realidade que ajudam a construir um desejo por dias melhores.

8.3.3. Medidas para a melhoria da cidade

A abordagem teórica desenvolvida na primeira parte da investigação consolidou a ideia de que as cidades são, cada vez mais, lugares onde a vontade do visitante é importante para o constante processo de mudança. Numa cidade como o Dondo, com uma malha urbana bastante pequena, essa contribuição exógena torna-se mais necessária em virtude dos permanentes debates de expansão urbana e da relação intersetorial necessária para a harmonização dessa dinâmica. Por outro lado, a própria experiência de vida tem demonstrado que determinados detalhes, que passam muitas vezes ao lado do residente, são acautelados pela observação atenta do visitante, que aparece na condição de observador, curioso, atento. Também é do adágio popular arrumar-se melhor a casa quando se avizinha uma visita ou haver uma maior preocupação em relação às falhas próprias quando manifestadas por desconfortos alheios.

As cidades possuem as suas “virtudes e pecados”, dimensionados nos tempos atuais pelo olhar do turista, porque é o ator da viagem que mais sente o destino. Assim, é de todo

oportuno perceber os elementos da cidade que não são agradáveis aos olhos dos visitantes, e por via disso receber *inputs* para identificar e promover ações de melhoria. O conformismo que muitas vezes envolve o residente pela não resolução dos problemas que constroem as suas vidas costumam merecer das autoridades outra abordagem quando vistas de fora, principalmente quando têm no turismo um “produto estrela”, na medida em que a diminuição do número de visitantes motivadas por constrangimentos provocados no destino pode representar um menor crescimento económico, redução significativa de impostos e dificuldades no investimento público e privado.

Quadro 26: Elementos da cidade do Dondo que mais desagradam o visitante

Elementos	Frequência absoluta	Frequência relativa
Pouca animação	13	7,9%
Pouca população	1	0,6%
Estado degradado das estradas	22	13,4%
Falta de centros comerciais e lojas	9	5,5%
Clima muito quente	18	11,0%
Imoralidade sexual	2	1,2%
Consumo de álcool em excesso	1	0,6%
Casas antigas abandonadas	9	5,5%
Crescimento desordenado da cidade	3	1,8%
Rede hoteleira pobre	11	6,7%
Desemprego nos jovens	6	3,7%
Falta de educação	10	6,1%
Os serviços de saúde	2	1,2%
Falta de limpeza	15	9,1%
Pobreza urbana	2	1,2%
Falta de infraestruturas (água, energia, saneamento)	22	13,4%
Iluminação pública	9	5,5%
Sinalização das ruas	1	0,6%
Subaproveitamento das potencialidades do rio	8	4,9%
Total	164	100%

Neste sentido, a degradação das estradas e a falta de infraestruturas básicas, como a energia, água e saneamento, apontadas pelos visitantes inquiridos como problemas da cidade do Dondo constituem grandes entraves para o desenvolvimento turístico da cidade. Porque, a par dos recursos naturais e culturais que garantem a atratividade básica da localidade, as infraestruturas são o suporte do turismo (Baptista, 2003) e de qualquer atividade económica, ao permitir a circulação, comunicação e prestação de vários serviços demandados. Para além do défice nas infraestruturas, os visitantes identificam um conjunto de constrangimentos (quadro 26) constituídos por 19 itens, que traduzem as dificuldades de quem vive e de quem visita a cidade do Dondo.

Também com grande relevo, são apontados constrangimentos a nível do clima, falta de limpeza, animação, rede hoteleira, educação, iluminação pública, lojas comerciais, casas degradadas, entre outros. A maioria dos constrangimentos apresentados, já identificados pelos residentes, refletem o estado atual da cidade. Os visitantes inquiridos lamentam particularmente o estado das vias, a gestão dos resíduos sólidos e o não aproveitamento turístico do potencial da cidade, que se traduz na deficiente rede hoteleira e serviços conexos a nível do comércio, indústrias e ações culturais.

A referência ao clima quente é uma situação que, em condições normais, seria um elemento de atratividade, na medida em que poderia subentender um estado de tempo favorável a inúmeras práticas turísticas onde os visitantes pudessem estar mais desinibidos. Contudo, a referência a essa característica como um elemento de desagrado revela o desconforto dos visitantes pelas altas temperaturas produzidas pelo sol ardente e inclemente, sobretudo no período de outubro a abril. Isto significa que as políticas de desenvolvimento urbano que venham a ser adotadas para a cidade devem contemplar propostas para suavizar o calor equatorial, muito mais incisivo devido à falta de arborização.

Embora com uma frequência despicienda, parece sintomático verificar o desagrado dos visitantes em relação ao consumo excessivo de álcool pela população local e a imoralidade sexual que terão identificado durante a visita. O alerta é preocupante na medida em que transporta as eventuais ações para um estado de precariedade ou vulnerabilidade social que possa estar associada ao índice de desemprego, particularmente na juventude. Por terem sido os inquiridos do sexo masculino a manifestarem esse desagrado, particularmente na questão da imoralidade sexual,

especula-se que os visitantes poderão ter sido abordados pelas jovens locais para a satisfação de determinada necessidade material, a troco de favores sexuais, ou por extensão de hipóteses, haver aliciamento em sentido contrário, reprovado em ambos os casos por visitantes mais conservadores. Seja como for, essa situação é indiciadora de um problema social que o turismo poderá potenciar, infelizmente, se se enveredar por modalidades turísticas que não salvaguardem a melhoria das condições de vida dos residentes.

Quadro 27: Medidas para a melhoria da cidade do Dondo na ótica do visitante

Medidas para a melhoria da cidade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Apostar nas atividades locais (agricultura e pesca)	7	3,9%
Reabilitar as estradas	22	12,2%
Requalificar a cidade	32	17,7%
Investir nas infraestruturas e serviços pública	33	19,4%
Melhorar a limpeza	10	5,5%
Investir na educação e no ensino superior	17	9,4%
Criar emprego para a juventude	2	1,1%
Promover serviços diversos	3	1,7%
Investir na atividade turística	15	8,3%
Promover centros de diversão e lazer	9	5,0%
Massificar o desporto	6	3,3%
Fomentar o surgimento de lojas comerciais	11	6,1%
Criar bibliotecas	6	3,3%
Criar centros culturais	6	3,3%
Total	181	100%

Na perspetiva dos visitantes, existe um conjunto de medidas a adotar para mitigar os constrangimentos apresentados atrás, sem as quais, a cidade do Dondo terá sérias dificuldades para se afirmar como destino turístico de eleição no país. Pelas medidas apontadas, os inquiridos transmitem a ideia de que o desenvolvimento do turismo é uma

consequência do desenvolvimento de outras atividades e setores, evidenciando a sua dependência e da necessária abordagem horizontal para o seu desenvolvimento (Cunha, 2013). Na verdade, a oferta turística é o conjunto de todos os itens apresentados no quadro 28 como medidas de melhoria para cidade e não apenas o investimento que é suposto fazer a nível dos transportes, hotelaria, restauração e entretenimento. Aliás, o investimento no turismo só é rentabilizado se existir uma série de investimentos a montante, conforme foi defendido.

Portanto, é natural que as principais medidas que foram apontadas pelos visitantes para melhorar as condições de vida local sejam o investimento nas infraestruturas e serviços públicos, requalificação da cidade e reabilitação das estradas. Uma clara mensagem de melhoria dos serviços, mudança da imagem da cidade e da circulação das pessoas.

No que tange às infraestruturas e serviços públicos, os visitantes apontam vários aspetos tais como o transporte, saúde, saneamento, segurança, água e iluminação públicas, inexistentes ou em grande défice na cidade. A esse propósito, a falta de uma rede de esgoto que sirva devidamente a cidade e a não existência de água canalizada na maioria das residências é um dos problemas mais sérios de saúde pública na cidade, agravado pela transferência dessas funcionalidades para às margens do rio que são transformadas em lavandarias e sanitários públicos, mas também em balneários e lugares de pesca.

Em resumo, são muitas as frentes que as autoridades e os habitantes devem considerar para melhorar as condições de vida da cidade e torná-la apta ao turismo. Os visitantes clamam por mais informação e existência de guias e mapas sobre os pontos de interesse da cidade e do município. Almejam que o centro histórico seja reabilitado sem alterações, mantendo a sua autenticidade, mas consideram importante ativar as suas casas e edifícios antigos, proporcionando-lhes novos usos, nomeadamente os turísticos, com produtos e serviços para ajudar a salvaguardar e valorizar aquele importante património nacional. Todavia, os visitantes inquiridos sentem mais necessidade de diversão, ao considerarem mesmo o elemento que poderá emprestar maior atratividade ao Dondo, sobretudo com atividades baseadas no rio e na paisagem. Mas não deixam de estar preocupados com a precariedade das infraestruturas e dos vários serviços, públicos e privados, porque só assim estarão em condições de satisfazer as suas necessidades.

Os resultados apurados na auscultação efetuada aos três atores considerados para esta investigação configuram ideias consensuais em relação ao potencial turístico da cidade

do Dondo, pela sua cultura, recursos naturais e potencial económico. Identificam-se afinidades nas aspirações dos atores de ver a localidade desenvolvida turisticamente de modo a trazer consigo outras valências económicas e sociais para a comunidade local.

A nível do setor público, analisou-se a perspetiva das diferentes escalas de decisão ou atuação, verificando-se uma indefinição de estratégia turística local. O quadro legal e instrumentos orientadores das políticas e planos para o desenvolvimento da atividade turística gizadas no topo da hierarquia afiguram-se bastante genéricos, estáticos e sem os meios e apoios económicos necessários para a materialização em planos diretores específicos que permitiriam a execução do pensamento estratégico no terreno. Por outras palavras, não se identificam ações práticas na cidade do Dondo decorrentes das linhas orientadoras estabelecidas no plano estratégico nacional, vulgo PDT, e no recém-produzido Plano Operativo Nacional do Turismo como antídoto para minimizar os efeitos da crise económico-financeira.

O Ministério da Cultura tem desenvolvido ações para a salvaguarda do património da cidade, onde se destaca a classificação da zona ou centro histórico do Dondo em património histórico-cultural nacional em 2013 e a reabertura da feira do artesanato em 2010, depois do seu encerramento ainda no período colonial. Lamentavelmente, essas ações não têm sido acompanhadas com intervenções sustentadas a nível do turismo que permitissem reforçar os objetivos dessa empreitada. A cooperação e colaboração institucional a nível central é sofrível, ao ponto de cada setor pensar a sua área de forma isolada, recebendo contribuições pontuais que ficam aquém das sinergias necessárias. O protocolo assinado em 2016 entre os órgãos centrais do turismo e da cultura para assunção de ações dinamizadoras conjuntas nas localidades potencialmente turísticas é um passo importante que deve ser alimentado no sentido de evoluir para um pensamento estratégico comum em localidades com predicados culturais reconhecidos como o Dondo.

A nível da escala intermédia do turismo, identificam-se linhas de orientação para desenvolver nos municípios da província que não parecem alinhadas com as estabelecidas a nível central, mas em relação a Cambambe, parece haver um pensamento de turismo suportado no património edificado do Dondo e de Massangano. No entanto, há toda a necessidade de pensar de forma estruturada o turismo naquelas localidades para que sejam produzidas orientações válidas que facilitem o trabalho do município. Se existe a noção do valor turístico do município e do Dondo, o certo é que das autoridades locais, a

compreensão das externalidades negativas que o turismo pode provocar na comunidade é difusa. Transformar a marginal da cidade num conjunto de empreendimentos turísticos e abrir um corredor até Massangano com atividades de diversão centradas no Rio Kwanza, não parece adequado. Portanto, é necessário haver uma relação de retroalimentação entre os níveis de decisão central, provincial e municipal que permita esfriar ímpetos de desenvolvimento turístico massificados, produzindo uma linguagem comum estruturada na cultura local.

Importa, porém, que a nível da municipalidade sejam salvaguardados os mecanismos de auscultação da comunidade, com a emergência de associações setoriais e organismos de apoio às autoridades públicas para uma intervenção que satisfaça o residente. Do inquérito realizado, constatou-se que o Dondista vê o turismo como uma alternativa válida para incremento dos negócios e fomento do emprego entre os residentes, embora tenha a percepção de não ser a solução para todos os problemas. Porque a sua principal preocupação é que as autoridades trabalhem no sentido de dotar a cidade com infraestruturas e equipamentos sociais que proporcionem melhores condições de vida. Os mecanismos de interlocução entre o setor público e a sociedade civil devem ser pensados, fundamentalmente, no sentido de se olhar para a dimensão cultural da localidade, porque essa é a forma que o Dondo é visto de fora. Não ter noção do valor de conjunto do centro histórico ou mostrar-se indiferente ao património edificado da cidade é sintoma de um capital cultural débil do residente, infelizmente reforçada pela falta de equipamentos culturais no local.

A falta de performance cultural numa terra de cultura é uma debilidade que precisa ser corrigida com urgência para evitar que o visitante direcione as suas motivações de visita predominantemente na diversão e no entretenimento, conforme se apurou nos resultados do inquérito. Apesar de ser um pensamento que merece acolhimento das autoridades locais, mas afigura-se contraproducente para a projeção de um turismo que sirva de instrumento de salvaguarda e valorização do património cultural local. Ações de educação patrimonial devem ser desenvolvidas conjuntamente pelos setores do turismo e da cultura com vista a um melhor entendimento da dimensão cultural do município, tanto para o residente como para o visitante.

Todavia, em função do movimento turístico que se regista e da concentração da atividade num lugar específico da cidade, afigura-se urgente conceber um plano estratégico de

desenvolvimento turístico para o município, envolvendo especialmente o corredor Dondo – Massangano – Cambambe, a fim de desencorajar propostas exclusivamente lúdicas e massificadas, perigosas para a sustentabilidade das localidades.

IX. Capítulo. Estratégia de desenvolvimento turístico na cidade histórica do Dondo

O percurso teórico e o trabalho empírico desenvolvido nesta investigação produziram análises diversas sobre as possibilidades turísticas da histórica cidade do Dondo. As condições atuais de debilidade urbana, não obstante as suas potencialidades económicas, recomendam a definição de uma estratégia com planos de longo prazo para a transformação do território de modo a converter-se em verdadeiro destino turístico. Contudo, a cidade não pode esperar pela “turistificação perfeita”, diante dos recursos turísticos que congrega e da visitação periódica e curiosa que origina. Por isso, há que pensar no desenvolvimento da atividade turística de forma faseada, no sentido de corrigir erros atuais e prevenir falhas iminentes, numa localidade que é um verdadeiro lugar, com cargas identitárias bastante fortes a nível da natureza e da cultura.

Nesse contexto, o último capítulo desta investigação procura consolidar a informação e o conhecimento produzido a nível do património cultural e da reabilitação urbana, propondo temáticas que indiciam linhas de orientação estratégica para o desenvolvimento turístico da cidade, com ações que se pretendem integradas a nível urbano e da sua extensão. Observando a cidade atual e uma vez analisada a contribuição dos atores, importa que a transformação do Dondo em destino turístico cultural de referência nacional passe pela intervenção na rede de infraestruturas, destacando a situação sofrível das estradas, energia elétrica, água potável e saneamento básico, pensada em função da intervenção no seu património edificado. De igual modo, resulta imprescindível equacionar outras variáveis de sustentação urbana, baseadas em equipamentos e serviços diversos, descentralização e valorização identitária do lugar, privilegiando um enfoque social da ação em detrimento de um enfoque meramente economicista.

Na segunda e terceira parte deste capítulo é defendida a ideia de que a urgência da intervenção urbana é uma componente essencial da organização da oferta turística local, embora não seja, necessariamente, uma ação sequencial dessa intervenção. Importa que os recursos e atrações do lugar sejam convertidos em produtos turísticos de facto, mas a emergência do turismo na cidade do Dondo não pode esperar totalmente por ações de longo prazo. Portanto, a reabilitação urbana ao longo do seu processo – permanente em certa medida – proporcionará processos de estruturação da oferta, que se pretende policêntrica, autêntica, tematizada e comunicada, de preferência estendida às localidades adjacentes com pergaminhos culturais e naturais.

Assim, o turismo para o Dondo proposto neste capítulo requer um conjunto de intervenções que devem estar inseridas num plano estratégico concreto. Por outro lado, a pressão dos visitantes e as valências da cidade não permitem que a sua turistificação seja projetada inteiramente nos *timings* dos planos, pelo que o capítulo aponta também alguns subsídios para um turismo “imediato”.

9.1. Reabilitação urbana e extensão da cidade

A cidade do Dondo possui uma malha urbana bastante pequena comparada com a dimensão da sua população. Ademais, o lugar urbano compreende praticamente todo o perímetro classificado como património nacional, onde estão concentrados os edifícios e serviços públicos. O território habitado, conforme descrito no capítulo V, possui um núcleo urbano histórico, estruturado a partir da margem direita do rio, intermediado por uma extensão de terra de aproximadamente cinquenta metros, para além da estrada asfaltada (marginal) com duas faixas de rodagem em cada sentido e dividida por um separador pavimentado e relvado. À volta deste núcleo se foram estabelecendo vários bairros periféricos desordenados com habitações precárias, maiores em extensão e população que o centro, rasgando matagais e montanhas. Um alargamento do raio do núcleo que densificou o território, trazendo consigo problemas de desenvolvimento urbano.

O bairro da Cerâmica por exemplo, limitado com o núcleo urbano em grande parte pela linha férrea, irrompeu em construções por montanhas onde foram palcos de acontecimentos históricos do início da era colonial, que poucos angolanos conhecem, inclusive os residentes locais. Restos de material bélico das lutas coloniais pela ocupação do território podem ainda ser encontrados no chamado “Morro da Cerâmica”. Segundo fontes do Instituto do Património Cultural, neste local tiveram lugar intensas batalhas entre os soldados de Paulo Dias de Novais e os guerreiros nativos comandados por Ngola Kiluange na segunda metade do século XVI. Hoje, o lugar está desprovido de significado e transformou-se num território das comunidades, completamente alheios ao simbolismo que o lugar e os obsoletos materiais representam.

A reabilitação urbana é um processo articulado de *habitats* humanos para um melhor ordenamento do território com vista à adequação das necessidades das populações atuais e futuras e melhoria das condições de vida (Fadigas, 2015). Os desafios de reabilitação e extensão da cidade são portanto, gigantescos, e com dificuldades de vários ângulos,

porque a configuração atual do Dondo, a par das demais cidades do país, conforme apelidou Giovannoni (citado por Choay em 2015) é de intenso movimento centrípeto sobre o núcleo urbano, sem qualquer proteção do tráfego de atravessamento e distribuição dos usos urbanos. O alargamento das infraestruturas, serviços públicos, provimento de equipamentos e serviços diversos para os bairros periféricos, ou mesmo o equacionamento de outro(s) centro(s) urbanos administrativos a nível da comuna sede e do município de Cambambe, são opções urbanas válidas e imperiosas para salvaguardar a cidade velha e o seu património edificado, embora o seu traçado retilíneo apresente obstáculos adicionais.

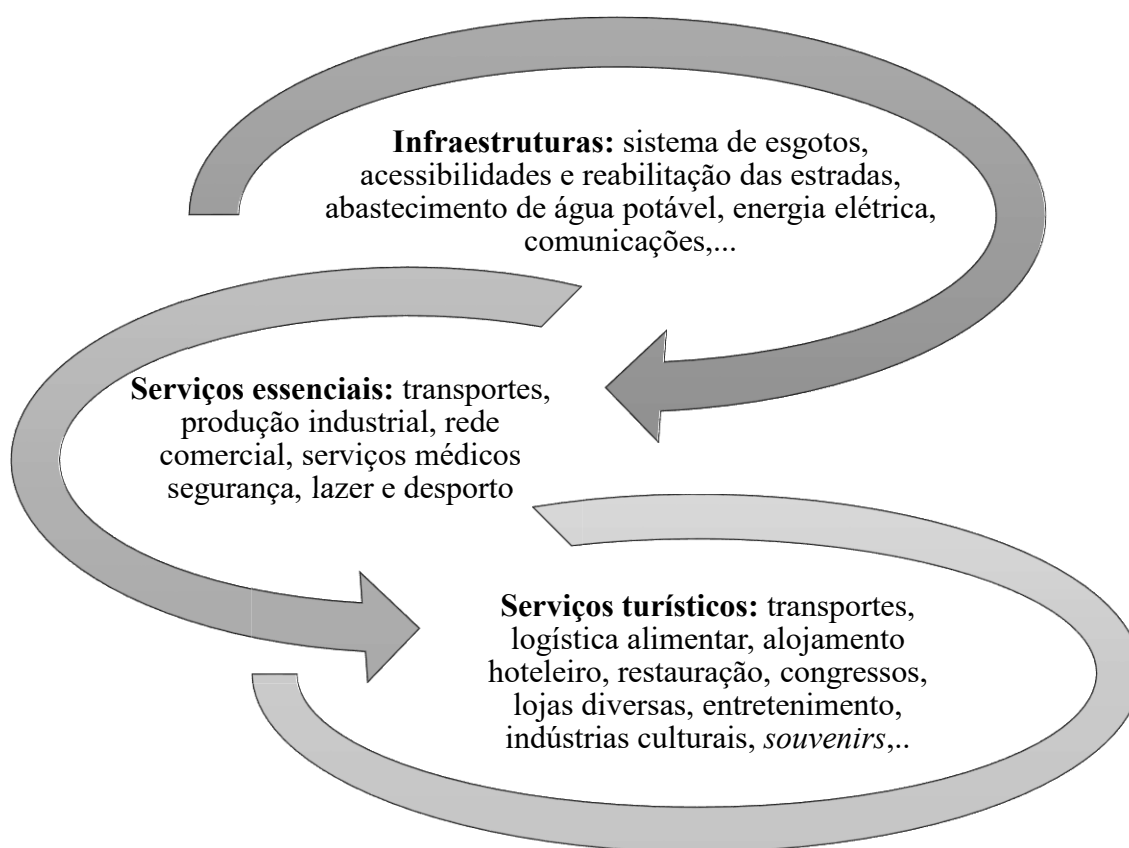
9.1.1. Infraestruturas e serviços públicos

O turismo ao ser catalogado como uma atividade essencialmente privada, tem gerado alguns equívocos de interpretação das autoridades públicas sobre as responsabilidades que cabem ao Estado neste importante setor. Não sendo já o detentor mais importante dos meios de produção numa economia de mercado, o setor público tem no entanto a responsabilidade de fazer acontecer a produção nos mais diversos setores de atividade. É de um cinismo atroz observar uma entidade pública realçar a letargia do setor privado pelo não investimento em sítios com potencial turístico, como que transferindo toda a responsabilidade aos empresários, quando faltam no local acessibilidades, energia elétrica, água canalizada e outras estruturas que devem ser acautelados pelo Estado.

Os inquéritos realizados demonstraram uma realidade infraestrutural confrangedora, embora não surpreendente. Tanto os residentes como os visitantes foram perentórios em apresentar as dificuldades no fornecimento de serviços públicos essenciais como dos principais constrangimentos da cidade do Dondo, que devem ser objeto de atenção prioritária para satisfação das necessidades mais elementares dos contribuintes e dos utentes de um modo geral. A própria Administração Municipal tem presente o pensamento que a reabilitação do Dondo inclui o núcleo urbano e os bairros periféricos e não pode estar dissociada das suas infraestruturas de suporte que viabilizem a circulação, as comunicações e o bem-estar das populações.

Os predicados turísticos culturais e naturais do Dondo têm pouca relevância se não forem garantidas condições de acessibilidade seguras e confortáveis para o consumo dos bens e serviços turísticos; têm pouca relevância se os esgotos e as águas residuais não forem tratadas convenientemente evitando que os dejetos desaguem pelas margens do rio,

ferindo a visão dos visitantes ao mesmo tempo que o odor nauseabundo os invade. Do mesmo modo, não é sério pensar-se numa atividade turística que traga benefícios sociais, ambientais e económicos para a localidade sem o abastecimento permanente de água potável, energia elétrica, rede de comunicações e todo um conjunto de serviços requeridos não apenas pelos turistas; como o tratamento dos resíduos sólidos, serviços médicos adequados, segurança pública, sistemas de transportes ajustados às necessidades, entre outros.



Fonte: Elaboração própria

Figura 77: Infraestruturas básicas e serviços para o Dondo

A intervenção a nível de infraestruturas na cidade do Dondo deve compreender um conjunto de componentes (figura 77) que precisam ser tratadas de forma integrada e numa ótica de complementaridade. São essas componentes das infraestruturas que facilitam o fornecimento e diversificação dos serviços essenciais e turísticos. Para o efeito, os investimentos em infraestruturas rodoviárias afiguram-se determinantes porque, segundo

Fadigas (2015), têm sido os que mais influenciam e determinam a organização e estruturação territorial e as linhas de força da expansão urbana.

A reabilitação e o dimensionamento das infraestruturas na cidade, como estágio inicial do processo de reabilitação urbana e extensão da cidade, congrega na prática uma série de desafios que se assemelham à construção de uma cidade nova. Para além dos serviços essenciais já apresentados, são as infraestruturas que hão de garantir que o património edificado perpetue a sua vitalidade, que os residentes tenham acesso a mais investimento privado e fomento do emprego local, mais investimentos nas atividades tradicionais, como a agricultura e a pesca, e nas facilidades de escoamento e comercialização, criação de espaços verdes e desporto, e todo um conjunto de ações suscetíveis de melhorar a imagem da cidade e a autoestima dos habitantes.

A definição de um conjunto de ações a nível das infraestruturas locais representa uma rutura com a situação atual e tem de constituir numa mudança estrutural na gestão ótima dos recursos da cidade e do município no geral. Reconhece-se que o quadro legal atual de gestão do território limita bastante a intervenção das autoridades locais, na medida em que vários aspetos da vida local que afetam diretamente as populações são da alçada das autoridades centrais. O grosso dos recursos financeiros arrecadados localmente são canalizados para a conta única do tesouro nacional, deixando as autoridades municipais e comunais com ações paliativas que as insignificantes dotações orçamentais proporcionam.

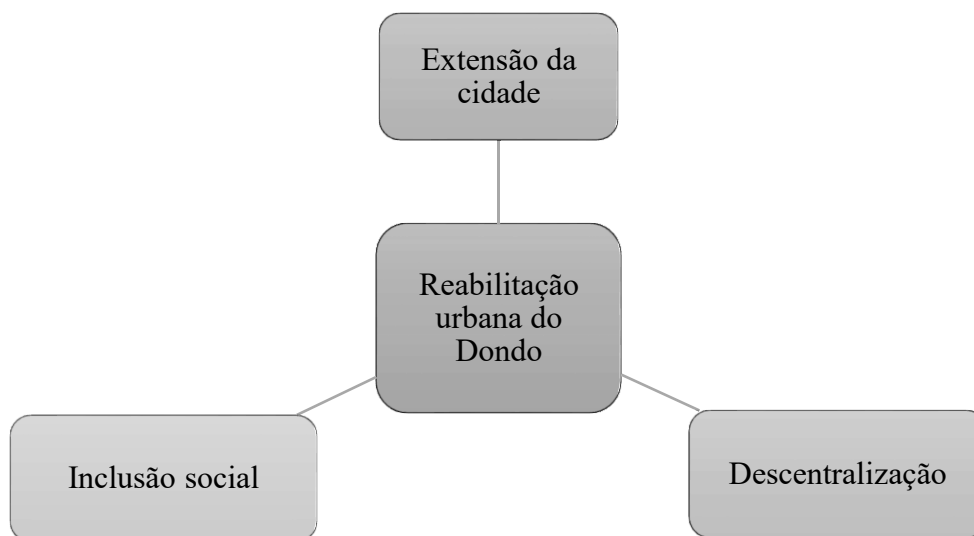
Depois da família, o município representa a segunda instituição onde são construídos os interesses primordiais do homem, onde são concretizados os fins de realização humana, através dos meios disponíveis e indispensáveis (Capitão, 2014). Segundo o autor, as três funções económicas do Estado (política orçamental e afetação, distribuição e estabilização) são mais concretizáveis ao nível do município, pelo que não é crível que um determinado país atinja o tão almejado desenvolvimento socioeconómico em detrimento de uma administração local eficiente na gestão dos recursos e celeridade na prestação dos serviços.

Por conseguinte, a idealização de uma intervenção generalizada para a otimização das redes técnicas da localidade só tem sustentação no quadro de um ambiente autárquico com relativa autonomia da municipalidade, em que a organização e a gestão pública

tenham a devida correspondência entre os planos estratégicos e os planos operacionais, com organismos capazes de reproduzir localmente as políticas definidas.

9.1.2. Património histórico construído e valorização identitária do lugar

Conforme foi referido, o património histórico edificado tem funcionado como instrumento impulsionador para a valorização turística de muitas cidades históricas, desde que acautelados os instrumentos de sustentabilidade para a utilização ótima dos recursos patrimoniais. No entanto, o potencial económico do turismo e as oportunidades de negócios que proporciona torna as probabilidades de mercantilização e trivialização dos produtos culturais bastante elevadas, com danos muitas vezes irreparáveis ao próprio património edificado. O Dondo, a braços com a necessidade urgente de recuperar parte substancial dos seus edifícios e casas antigas, pode mergulhar nessa trivialização cultural se a recuperação do seu património imóvel não for acompanhada de uma política que valorize a identidade do lugar.



Fonte: elaboração própria

Figura 78: Eixos estruturantes para a reabilitação urbana do Dondo

A ativação do património histórico convertido em recurso para desenvolver a atividade turística na localidade é um passo estratégico que visa contribuir para conservação identitária da cidade – expressiva no seu centro histórico – mediante a reabilitação criteriosa dos edifícios antigos. O facto do território urbano do Dondo se circunscrever

no centro histórico, torna-se incontornável a sua transformação em elemento base na qual deverá assentar todo o processo de reabilitação urbana e extensão da cidade (figura 78). Portanto, o centro histórico será por inerência o elemento vertebrador que permitirá acomodar planos de requalificação urbana, objetivando uma nova cumplicidade da cidade com o Rio Kwanza e com as montanhas que a circundam, para além de outros objetivos de revitalização do Dondo; como o impulso das inúmeras atividades conexas para alavancar a economia local e o reforço do sentimento de pertença e autoestima dos residentes.

A reabilitação do património histórico construído da cidade deve ser entendida na dupla perspectiva de elemento identitário da comunidade local e de um aspeto específico da oferta turística, com potencialidades de captar um dado segmento da procura turística. O legado histórico e patrimonial da cidade deve ser aproveitado para a criação de produtos turísticos ligados à cultura, *touring* cultural, rotas ou circuitos de diferente duração e extensão. Deve favorecer o resgate duma parte da memória nacional, da consciencialização da sua riqueza cultural e da valorização de um património imaterial pouco acessível a muitos angolanos. A sua recuperação tem de ser um passo para reforçar a patrimonialização de todo acervo histórico-cultural da cidade, com vista a disponibilizar de forma responsável a sua utilização para melhor garantir a sua conservação.

Para além das casas e edifícios antigos, o centro histórico do Dondo conserva lugares de memória de grande significado histórico que podem ser valorizados por um movimento turístico crescente. O turismo ao propiciar a utilização frequente do património cultural, deverá promover a cidade não apenas como uma importante atração turística, mas como lugar de produção e promoção de bens culturais das comunidades. Porém, a dimensão diminuta do centro obriga a uma planificação de reabilitação que salvguarde os necessários equilíbrios, evitando os efeitos negativos provocados pelo fluxo excessivo de visitantes e investidores imobiliários, atraídos pela perspectiva de recuperação urbana. Resulta, pois, inconsequente perspetivar a reabilitação da cidade olhando apenas para o núcleo urbano, porque as consequências de saturação dos espaços públicos, congestionamento do trânsito e banalização sociocultural são iminentes.

A Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas do ICOMOS dá corpo à necessidade da atividade turística salvaguardar as cidades e bairros históricos, por via de uma política coerente de desenvolvimento económico e social que tenha em conta os

planos de ordenamento e de urbanização, a todos os níveis. Neste documento, se recomenda a preservação do carácter histórico da cidade, o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem, assim como a indispensável implicação e participação dos seus habitantes, com a necessária tomada de consciência de todas as gerações, na medida em que a salvaguarda das cidades e bairros históricos respeita, em primeiro lugar, aos seus habitantes.

Como as dinâmicas atuais de “confronto” entre o rural e o urbano, cidade e subúrbio, ou entre o homem e a natureza, se sustentam no território e nas suas múltiplas dimensões de poder, pertença, valores, símbolos, afetos e atitudes torna-se fundamental interpretar corretamente o território para evitar a perenidade das assimetrias geográficas que, de forma inelutável, agravam as desigualdades sociais e a diferença de oportunidades, resumindo-se no baixo índice de desenvolvimento humano.

A construção de equilíbrios como estratégia de reabilitação dos centros que permitam a valorização económica e sociocultural da cidade é, porventura, um dos principais desafios nos processos de reabilitação urbana. Neste particular são relevantes os conceitos de desterritorialização, reterritorialização e gentrificação dos lugares, abordados no segundo capítulo desta investigação, com o suporte das obras de Fernandes (2008; 2013a). A privatização de território ou redução evidente de acesso aos lugares que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade das comunidades do Dondo, sobretudo as dos bairros periféricos, será um facto se a recuperação do tecido urbano não equacionar preocupações com a inclusão social das comunidades, o alargamento do espaço urbano e a descentralização económica e administrativa. De outro modo, o processo converter-se-á num fator de retrocesso e bloqueio ao progresso, acentuando a vulnerabilidade social das comunidades.

Abstendo-se da promoção de um discurso idealista ou utópico, importa referir que os processos de desterritorialização e gentrificação na cidade do Dondo, no centro e na periferia, serão inevitáveis de acordo com os desafios de reurbanização. Porque a valorização dos imóveis e o redimensionamento dos espaços urbanos “excitará” o mercado imobiliário e as variáveis económicas, como a inflação, que serão insuportáveis para alguns residentes e comerciantes locais. Todavia, os planos afins jamais deverão ignorar as preocupações legítimas desses atores. O processo de reabilitação urbana deve ser materializado em benefício das pessoas. Porque, se não forem os residentes os

primeiros beneficiados do processo, que estão estabelecidos permanentemente no lugar, para quem deve ser dada a primazia desse benefício? Deve ser evitada a prática autoritária de interrupção do estilo de vida de séculos por novos paradigmas sem qualquer alternativa às populações. Portanto, não parece de todo sensato, promover o desenvolvimento da cidade sem a territorialização do grosso das mais-valias a favor da comunidade local.

Os processos de (des)territorialização das comunidades locais são muito mais acelerados com a aposta nos fluxos massificados de visitantes, apesar de não ser sempre assim. A promoção de uma atividade de massa que tem na expansão geográfica um eixo importante do seu crescimento e na reconversão da existência e da vida local a gosto dos visitantes, impulsiona a conquista e a construção de novos territórios. No caso particular das cidades históricas, abundam exemplos de processos de reabilitação urbana e do património construído para servir o turismo, onde a população residente, exposta a uma realidade nova e descontextualizada dos seus valores culturais, sente de forma severa as externalidades negativas dos processos. Perda de acessibilidade a serviços e lugares, perda de sossego e tranquilidade, perda de poder de compra, perda de qualidade de ar, perda de território, enfim, um sem número de malefícios que não precisam ser repetidos integralmente na cidade histórica do Dondo.

Para Fernandes (2013), as áreas urbanas são um cenário privilegiado de ocorrência de processos de desterritorialização, com as frequentes mudanças nos cenários paisagísticos a um ritmo difícil de acompanhar por determinados grupos sociais e etários. O caso da limitação de movimento dos peões relativamente aos automóveis é um exemplo paradigmático de desterritorialização urbana. A integração inadequada do fenómeno turístico na realidade urbana o converte num foco permanente de conflitos e num elemento destruidor da própria essência das cidades históricas, que se traduzem em espaços urbanos vividos e sentidos pelos cidadãos (Vinuesa, 1998), pelo que não é produtor de repensar o Dondo sem a manutenção da sua função social e valorização da sua identidade. Porque o património cultural é acima de tudo o reflexo das manifestações intangíveis que atribuem usos e vida ao património edificado e a todo acervo da cultura material.

O posicionamento do turismo enquanto setor privilegiado nos planos de reabilitação urbana e de revitalização do tecido económico do Dondo, é incontornável. Incontornáveis serão também os processos de desterritorialização de herdeiros e inquilinos do centro que

não possuem recursos financeiros para atender a eventuais projetos compartilhados de recuperação dos imóveis. A necessidade de conservação e valorização após reparação dos imóveis precipitará a transferência dos residentes para outros lugares. Uma desterritorialização quase que anunciada que levará a uma reterritorialização afastada do núcleo urbano. Nessas condições, estar-se-á a reduzir a função residencial do centro e a transformar a sua composição social. Embora se entendam as lógicas económicas para sustentar a própria reabilitação, uma rotura no tecido social urbano ou a sua transformação total em “centro comercial” não favorece a manutenção identitária do lugar.

Como a proposta de reabilitação que se apresenta inclui a extensão da urbanização à periferia, outros desafios são igualmente colocados. Atualmente, grande parte da população do Dondo que depende da agricultura para o seu sustento diário, terá sido já desvinculada dos seus lugares de cultivo, a favor de projetos habitacionais e concessão de terrenos pouco sustentados, hoje transformados em lugares inóspitos. A essa população – muitos terão já sofrido processos de desterritorialização nas suas regiões de origem aquando do conflito armado – foi dada pouca ou nenhuma alternativa para construir novos territórios de cultivo. Recentemente, o autor constatou na região do Bungo, comuna de São Pedro da Quilemba a reclamação de populares desta comunidade pelo acesso vedado ao Rio Kwanza e suas ilhas por força de um projeto empresarial que incorpora o caminho ancestral de acesso. Portanto, a privatização da terra coloca em causa a reprodução social de camadas da população desprovidas de recursos para competir no mercado, provocando perda económica e desenraizamento social e simbólico, agravando as enormes desigualdades sociais existentes (Ribeiro, 2010).

A Lei de Terras, Lei 9/04 de 9 de novembro, que consagra como um dos princípios fundamentais para o exercício de direitos fundiários o respeito pela consulta às comunidades locais, infelizmente tem servido para legitimar a constituição de fazendas dos novos ricos com largos hectares de terra, na maioria dos casos sem atividade produtiva relevante, confinando os locais a microterritórios. Terras potencialmente agrícolas, são convertidas em retiros edílicos de fins de semana para um pequeno número de “turistas” ocasionais. Apesar da lei consagrar igualmente o princípio do aproveitamento útil e efetivo, não tem havido qualquer fiscalização ou medidas para garantir tal aproveitamento. Na verdade, o primeiro grande princípio da lei, da propriedade da terra ser originariamente do Estado, tem servido para legitimar a

transferência da posse para os mais ricos, representantes do próprio Estado ou próximos destes.

Fora os campos agrícolas, a cidade do Dondo é rodeada de montanhas vistosas que podem proporcionar geossítios bastante atrativos para servir o turismo. Os lugares montanhosos têm servido para que os nativos desenvolvam a sua atividade de produção de carvão, lenha e caça “miúda”, que poderão ser interrompidas ou dificultadas, caso estejam em zonas privilegiadas para estender a cidade e servir o turismo. De igual modo, a pesca entre as duas margens do Kwanza e a concentração de populares em zonas ribeirinhas para lavagem de roupa, banhos diários e atividades de recreio, serão necessariamente redefinidas, uma vez que a condição navegável do rio é ingrediente bastante para dinamização de práticas turísticas fluviais e desportivas ao longo do Corredor do Kwanza.

Outro cenário evidente que obrigará a um processo de (des)reterritorialização é o espaço lúdico da marginal da cidade. Nesta zona de paragem “obrigatória” para os viajantes, assiste-se, como se descreveu já, a uma concentração de barracas pouco higienizadas que exercem serviços de restauração, principalmente para os visitantes. Do ponto de vista do lazer e de atrativos naturais, a marginal é a zona mais turística da cidade, não sendo por isso inocente o facto dos três primeiros hotéis da cidade (inoperantes) terem sido construídos precisamente nesta área, com vista para o rio.

Sendo a marginal o lugar de maior visitação da cidade, é evidente a primazia que terá numa eventual ação planeada da atividade turística. Assim, o que fazer com as dezenas de senhoras que têm na confeção dos alimentos o sustento de suas famílias? Deverão forçosamente abandonar o lugar e incorrer num processo de reterritorialização pouco favorável, ou interessará gizar planos inclusivos que permitam a continuação de sua atividade de restauração? Uma possível política de inclusão servirá o turismo e os anseios dos visitantes ou, pelo contrário, será um fator de inibição de segmentos significativos da procura? Estas e outras questões precisam ser analisadas com profundidade no sentido de procurar soluções que reduzam ao mínimo os processos de desterritorialização que propiciem precariedade e vulnerabilidade social extrema.

Como se vê, a dinâmica da atividade turística incorre em riscos sociais difíceis de gerir e mitigar. Alguns exemplos citados por Fernandes (2013) são evidências do confronto entre os valores tradicionais dos autóctones e a cultura cosmopolita do mundo sem fronteiras, suscetíveis de acontecer nos territórios periféricos da cidade do Dondo. A conservação da

natureza, enquanto projeto simultâneo de desenvolvimento das comunidades locais e de promoção de valores ecológicos condiciona o acesso das populações a recursos como a terra e a água, afastando-as dos seus lugares simbólicos (ritos e cultos aos ancestrais, por exemplo). A própria construção de acessibilidades para atender à procura nos locais de interesse turístico é também, por si só, um fator de quebra de mobilidade dos autóctones, confinando-os a lugares mais restritos e, muitas vezes, fragmentados por barreiras difícil de transpor.

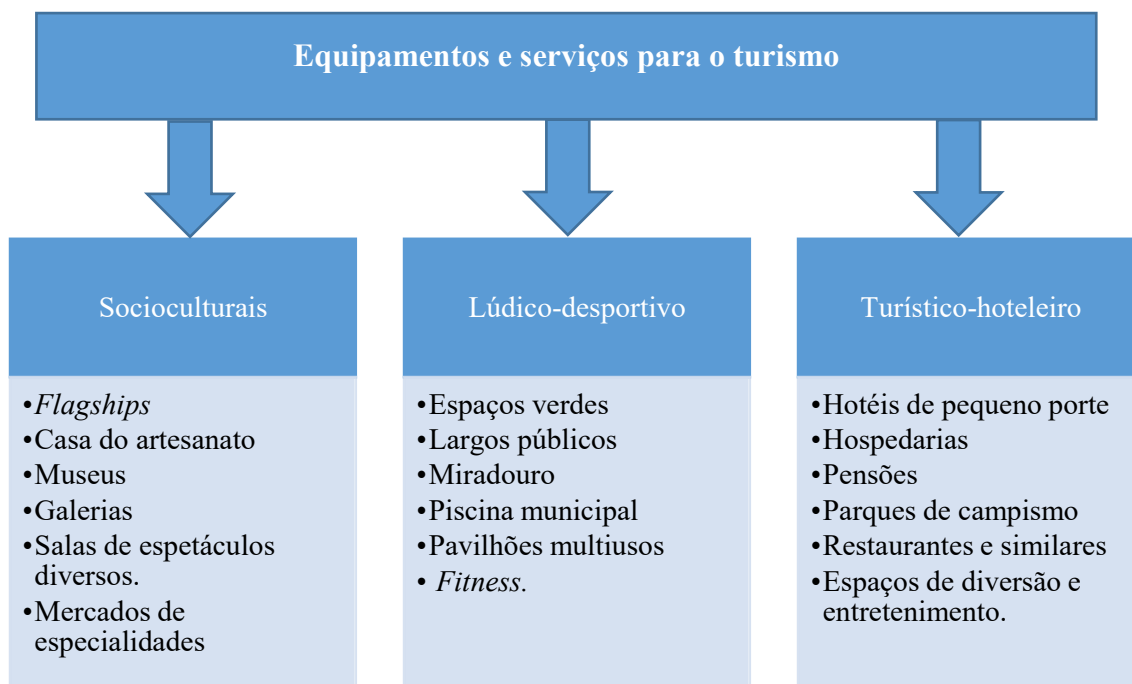
Acomodar nos processos de reabilitação urbana vivências ancestrais com os novos valores, que questionam grande parte dessas mesmas vivências, é um desafio ingente que não deve ser resolvido apenas por decreto ou por invocação da legitimidade do poder executivo. As políticas públicas devem ser o resultado da conjugação de vontades, interesses e prioridades de cujo equilíbrio se compõe o bem comum que ao Estado compete preservar e desenvolver, tendo como finalidade o bem-estar da população e a gestão dos recursos disponíveis (Fadigas, 2015). De outro modo, tende a diminuir entre as populações o espírito de cidadania e prejudicar a reprodução de forças para prosperidade duradoura de um povo (Tshiyembe, 2014).

A recomendação final que se apresenta para o processo de reabilitação urbana e valorização da identidade do lugar é que o mesmo deve começar por um diagnóstico exaustivo da cosmologia das populações autóctones, ao que, simultaneamente, será necessário definir ações permanentes de sensibilização e educação para adoção de melhores práticas. Portanto, será sempre a participação ativa da comunidade e a salvaguarda dos seus direitos de posse que vão permitir a condução de um processo de reabilitação que se traduza em paz social e bem-estar de povos periféricos, permanentemente ostracizados.

9.1.3. Equipamentos e serviços diversos

Com a projeção de todo um conjunto de infraestruturas e serviços básicos, assim como as bases para a reabilitação do património histórico construído, o conjunto de urbanização só se transforma em cidade verdadeiramente se forem acautelados a fixação de equipamentos complementares: socioculturais, lúdico-desportivos e turístico-hoteleiros (Figura 79). O provimento de equipamentos e serviços diversos, dispersos e articulados geograficamente, representa um instrumento fundamental para a construção dos espaços urbanos e para a socialização entre os residentes, e estes com os visitantes, além de

constituir-se num reforço da componente residencial dos centros urbanos. Em muitas cidades do mundo sem grande atratividade do ponto de vista da oferta primária, costuma ser a construção de certos equipamentos emblemáticos (*flagship attractions*) a solução para posicionar a localidade, conforme referência feita sobre as cidades de Bilbao e Sidney no segundo capítulo.



Fonte: elaboração própria

Figura 79: Equipamentos e serviços para a atividade turística na cidade do Dondo

Equipamentos e serviços de vária ordem são precisos no Dondo, não apenas na sua parte urbanizada, mas numa perspetiva de utilização dos mesmos para o processo de desconcentração e extensão da cidade. Com a exceção de equipamentos sociais, fundamentalmente escolas do ensino primário, quase todos os equipamentos e serviços (que não são muitos) para satisfazer as necessidades coletivas dos cidadãos encontram-se situados no núcleo urbano. Os principais locais de concentração de pessoas é o largo 4 de Fevereiro e alguns mercados informais que se espalham pelos bairros periféricos. O mercado municipal oitocentista que faz parte da zona histórica classificada é dos menos competitivos, com pouca diversidade de produtos e afluência de compradores. No centro

existe ainda o “Largo do Lazer”, sem qualquer vitalidade, que congrega o centro administrativo (palácio, polícia, tribunal, igreja católica). Acrescenta-se a isso o hospital municipal, escolas, uma quadra desportiva polivalente degradada, mas em uso, meia dúzia de hospedarias e pensões em atividade, pequenas lojas e cantinas para as necessidades de proximidade, e pouco mais.

Como um dos elementos estratégicos de planificação urbana, os equipamentos da cidade nascidos no período colonial para atender cerca de um décimo da população atual, precisam ser recuperados, refuncionalizados e redimensionados com o propósito de satisfazer um público maioritariamente jovem, que cresceu exponencialmente em número, em necessidades e em motivações. Inclusive, alguns desses equipamentos deixaram de funcionar ou foram dados novos usos, como a antiga sala de cinema e a biblioteca municipal. Outros, casas comerciais do passado e parte integrante do património edificado da cidade, foram transformados em residências ou encontram-se em manifesto estado de abandono e degradação.

Observando a realidade local, são vários os equipamentos e serviços que podem ser projetados para os desígnios de reabilitação urbana, desenvolvimento local e criação de destino turístico. A relação seguinte são propostas que devem ser equacionadas de acordo com as necessidades de dispersão geográfica, multifuncionalidades e equilíbrios socioambientais.

- **Obras monumentais** (*flagship attraction*): pelas características naturais e culturais da localidade, o Dondo não precisaria de uma grande obra que fosse o ícone da cidade, como vem acontecendo um pouco pelo mundo, principalmente nas cidades deprimidas economicamente que encaram a regeneração urbana e o turismo como via para a revitalização económica. Contudo, a conceção de um equipamento assente na história ou mesmo nos atributos naturais pode servir, precisamente, para ajudar a criar um referencial e potenciar as suas valências culturais e naturais. Por exemplo, um monumento histórico sobre uma determinada batalha, um aquário fluvial, recriação de Kábásà do soberano Ngola para fins turísticos, etc. Seja qual for a *flagship*, despropositada ou inspiradora, será sempre um elemento que agregue valor à cultura ou ao modo de vida local.
- **Casa do artesanato**: ao ser designada como a cidade do artesanato do país por via da realização da feira anual, Dondo precisa capitalizar melhor este evento para colher

os benefícios daí decorrentes. Um equipamento cultural com essa designação, ou outra qualquer, mas que reflita a cultura local e nacional com secções internas variadas: museu, sala de teatro e espetáculos, galeria de arte, biblioteca, sala multimédia, etc., se constituirá certamente num grande atrativo para a cidade, com condições para captar visitantes e dinamizar a vida da cidade, através de um calendário anual de eventos e exposições devidamente estudado.

- **Miradouro da cidade:** o Dondo é das cidades com menor altitude do país, situando-se quase ao nível do mar, mas está rodeada de montanhas que observam em permanência o “frenesim” dos seus habitantes e dos viajantes. Sítios privilegiados que dão uma perspetiva da malha urbana da cidade e da expansão das periferias que podem ser aproveitados para a projeção de uma vista panorâmica para o centro e para o Kwanza. O “Morro da Cerâmica”, pela narrativa histórica que lhe está associada, é um candidato privilegiado para a construção dessa *flagship*. Naturalmente que um equipamento do género terá de ser acompanhado de serviços acessórios de restauração e entretenimento, com os necessários equilíbrios de sobrecarga e saturação dos espaços.
- **Piscina Municipal:** tendo o rio no seu contacto direto, dirão alguns concidadãos que do ponto de vista das necessidades de investimento público seria pouco parcimonioso enveredar por uma proposta do género. Salvaguardando as prioridades, os limites orçamentais ou os custos de oportunidades, as piscinas são dos equipamentos com enorme capacidade de socialização porque congregam atividades educativas, desportivas, recreativas e de entretenimento diverso. Por outro lado, um ou mais equipamentos do género, além de criar emprego e rentabilizar os serviços prestados para o município, serviriam para resolver o problema atual de utilização errática do Rio Kwanza, proporcionando alternativas às crianças e jovens para os seus banhos diários em recreação. Numa perspetiva semelhante, podia se equacionar a construção de lavandarias públicas no interior dos bairros, conforme proposta de um residente inquirido, como forma de limitar a afluência ao rio das populações para a lavagem de roupa.
- **Mercados municipais e especialidades:** sem necessidade de obras onerosas, mas com estruturas adaptadas ao clima e materiais locais, os mercados municipais ou pequenos centros comerciais de especialidades podem ser instrumentos de

desconcentração e ao mesmo tempo de escoamento de produtos do campo e do rio. Uma estrutura onde são depositados a maioria dos produtos agrícolas provenientes do campo para a comercialização, sobretudo dos transeuntes para Luanda, poderá constituir-se num elemento dinamizador da economia local por via da facilitação do contato entre a oferta e a procura. O mesmo podia ser em relação ao peixe fresco (Cacusso, Bagre e outros), saídos das lagoas próximas de Massangano e vendido a céu aberto sem as mínimas condições de conservação. Um mercado do peixe com condições frigoríficas adequadas ajudará certamente a retirar os pequenos pontos de comercialização à beira rio, onde são devolvidos parte das escamas e entranhas dos peixes.

- **Espaços verdes e largos públicos:** o mínimo que se pode considerar é que cada bairro periférico do Dondo possua um equipamento social do género que possa servir de *lobby* público para a distribuição de outros equipamentos e acessibilidades. Espaços multifuncionais que possam congregiar recintos desportivos multiusos e um conjunto de atividades recreativas e culturais. Sem grandes investimentos, é possível replicar numa primeira fase os espaços lúdicos de Luanda concebidos há cerca de seis anos. São espaços de lazer público, não tão centralizantes, mas que têm servido para desporto, *fitness* e ocupação dos tempos livres, em detrimento das práticas menos recomendáveis de perturbação social. Os espaços são abertos, localizados em praças, largos e rotundas com pequenos instrumentos em madeira e ferro para atividade física, bancos para repouso e trabalhos artesanais vistosos, criando uma paisagem humana interessante dos subúrbios. Também têm servido para representações simbólicas através do culto do músculo e da perfeição do corpo, proporciona uma relação social saudável e melhoria da qualidade de vida dos frequentadores, do ponto de vista da saúde física, social e psico-emocional.
- **Equipamentos culturais:** atualmente a cidade do Dondo não possui nenhum equipamento de produção, desenvolvimento ou fruição cultural onde os residentes possam aceder regularmente para consultas, pesquisas ou simplesmente para ocupação dos tempos livres. Momentos para performances culturais são proporcionados em espaços abertos de forma episódica, ou de forma mais sistemática em recintos escolares e nas igrejas, onde as poesias, os cantos e a dramatização têm um espaço permanente. Portanto, não se concebe que o Dondo não tenha uma

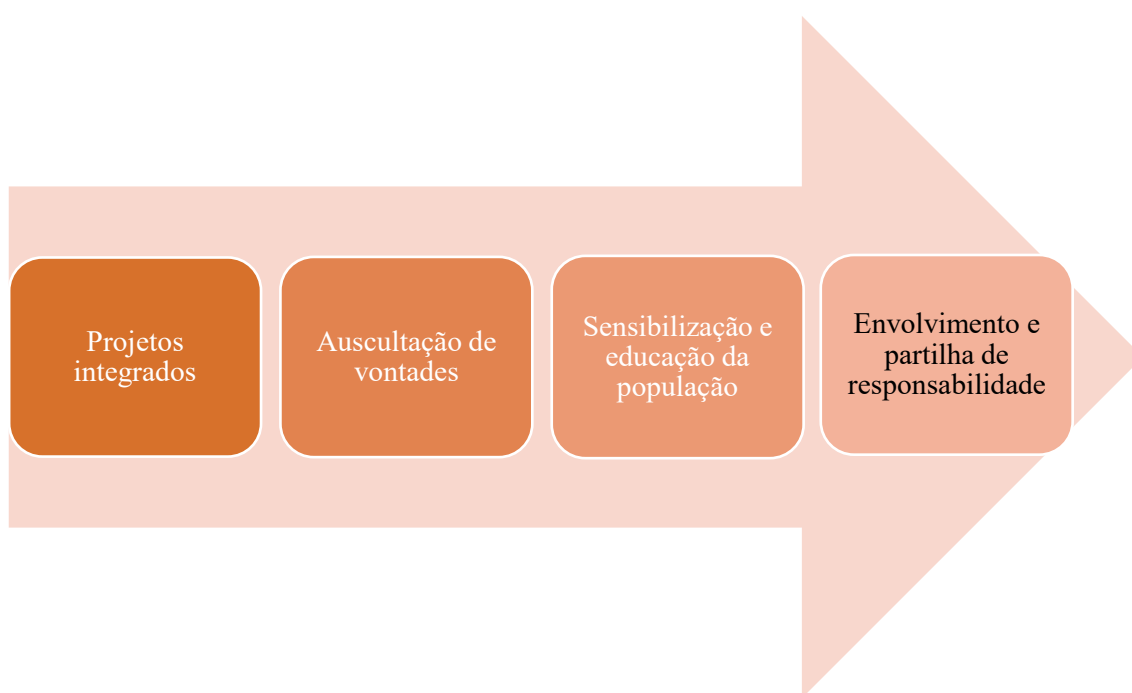
biblioteca, um museu, uma galeria ou uma sala para exibição diversa (filmes, teatro, dança, espetáculos musicais). É exigível, de acordo com a sua dimensão, que não tenha somente os equipamentos referenciados mas que os mesmos possam servir de amostras para representar a cultura popular de toda uma região da etnia Ambundu que se consolidou do oceano atlântico para o interior do país entre as bacias hidrográficas dos rios Kwanza e Dande, tendo o Dondo como um dos principais eixos da sua geografia.

- **Equipamentos e serviços conexos:** além dos diversos equipamentos propostos, importa reafirmar que o desenvolvimento sistémico do turismo implica que sejam promovidos e implementados convenientemente um conjunto de serviços que facilitem as acessibilidades, comunicações, aprovisionamento alimentar, assistência médica, compras, manutenção e assistência técnica, transações comerciais e cambiais, etc. Significa dizer que o funcionamento pleno da atividade turística no Dondo deve ser suportado pela integração de vários serviços conexos a nível dos serviços camarários, recolha de resíduos sólidos, telefone e internet, lojas de natureza diversa para atender às múltiplas facetas da atividade, crédito e outros produtos financeiros.

Garantir as infraestruturas necessárias para a materialização dessa empreitada representa um enorme desafio para as autoridades, nos vários níveis de escala, e para toda a sociedade civil. Interessa, porém, que as necessidades sejam diagnosticadas, que as soluções sejam apresentadas e projetadas criteriosamente no tempo, sem populismos e demagogia, no interesse real dos utentes. Pensar o provimento de equipamentos num par de anos é pouco sério e irrealista, porque a dimensão do desafio incorpora elementos de posicionamento cultural, costumes seculares e comportamentos desviantes suscetíveis de comprometerem os esforços materiais e financeiros de sua promoção. Lamentavelmente, o que se assiste no país é a construção de equipamentos sem a necessária preocupação pela salvaguarda das condições de funcionamento de forma perene. São exemplos mediáticos o estado degradante e de inoperância que se encontram os pavilhões e campos de futebol, construídos em várias províncias de Angola para acolher as fases finais africanas de basquetebol de 2008 e futebol de 2010.

Para que não sejam constantemente replicados exemplos de investimentos sem quaisquer retornos económicos e sociais em períodos de tempo razoáveis, é necessário olhar para

as premissas de sua conservação e utilização ótima. Estruturar projetos integrados, auscultar vontades, sensibilizar e educar a população, envolver a comunidade e partilhar responsabilidades, são ações prévias a considerar antes do lançamento da primeira pedra e das pomposas cerimónias de inaugurações e “reinaugurações” (que podiam ser evitadas). A casa é construída em poucos meses, mas serve gerações durante décadas e séculos. Mais importante que a edificação de uma casa, é criar condições para se cuidar dela. A construção representa um tempo insignificante da casa, porém, a sua história é dominada pelo tempo que permanece em utilização.



Fonte: Elaboração própria

Figura 80: Condição para conceção e manutenção dos equipamentos

9.1.4. Nova(s) centralidade(s)

O Dondo pode ser considerado como um exemplo em miniatura da cidade de Luanda. A elevada densidade populacional da cidade, comparativamente às demais comunas do município, se assemelha aos problemas de sobrelotação e elevada taxa de urbanização da baixa da capital em relação às demais províncias do país. Conforme o INE (2016), o

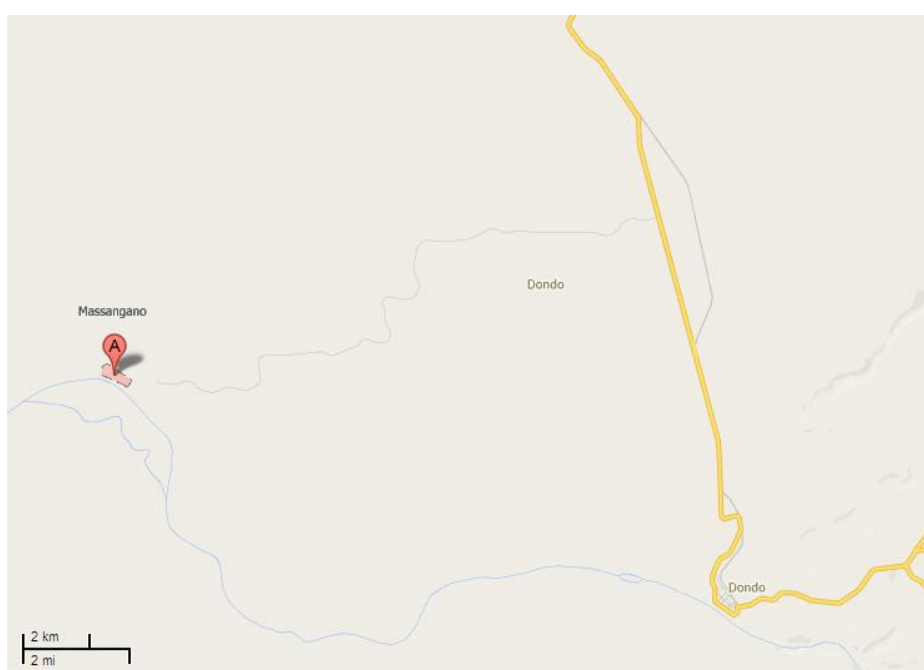
município de Luanda (provavelmente o mais pequeno do país em termos de extensão geográfica) possui a densidade populacional mais alta, a atingir os 24.435 habitantes por km². A densidade populacional da província de Luanda, que acolhe 27% da população de Angola, é de 398 habitantes por km², ao passo que a média do país é de 20,6 habitantes por km². Por sua vez, a cidade do Dondo, concentra no seu território perto de 70% dos 90.766 habitantes que compõem o município de Cambambe. Possui uma densidade populacional invulgar face às demais comunas, acima dos 1.200 habitantes por km², contra os 17,4 habitantes por km² que representa a média do município.

Com este quadro, parece óbvio que a solução estrutural de profundidade para resolver os problemas de infraestruturas e equipamentos da cidade é o investimento em outras localidades. Desse modo, procurava-se evitar que as populações recorram sistematicamente à sede do município para satisfazer as suas necessidades elementares de saúde, educação e atividade económica. Enquanto as comunas vão ficando desabitadas, sem jovens e sem vida, a cidade recebe cada vez mais migrantes, aumentando o perímetro das periferias, a desordem urbana, o comércio informal e outras atividades marginais. Por isso que, tal como no caso dos equipamentos e serviços propostos para o Dondo, no âmbito do necessário alargamento da cidade e tendo em vista a salvaguarda do seu núcleo urbano histórico, para as comunas do município devem ser pensados investimentos que facilitem a fixação da população jovem nas localidades, promovendo inclusive por essa via oportunidades para inverter o sentido do fluxo migratório.

As novas centralidades são chamadas a ajudar na resolução desses constrangimentos urbanos, procurando contrariar o acelerado processo de baixa densidade que se assiste nas localidades do município, muitas delas com grande vitalidade num passado não muito distante. Localidades deprimidas atualmente mas com elevado potencial económico, seja pela agricultura ou por recursos do solo inexplorados, possuem igualmente recursos turísticos relevantes a nível da cultura e da natureza que precisam ser considerados no processo de urbanização ou organização territorial. Significa dizer que a projeção de novas centralidades deve ter no turismo um elemento estratégico para a vitalidade do território, tendo em conta a sua característica multidisciplinar e catalisadora de crescimento de outras atividades.

Massangano por exemplo, a comuna situada a 33 quilómetros do Dondo por estrada e a 20 pelo Kwanza (figura 81), que já foi capital política do regime colonial português, é

detentora das amostras mais representativas do património histórico construído do município. A sua localização geográfica, na confluência entre o Rio Kwanza e o seu principal afluente, o Lucala, assim como toda a envolvente de lagoas e braços fluviais, proporcionam a Massangano paisagens naturais propícias de serem aproveitadas pelo turismo. Outro exemplo a considerar numa ação de descentralização urbana é a comuna de São Pedro da Quilemba, localidade composta por meia dúzia de povoações ou aldeias de baixa densidade mas com grandes potencialidades agrícolas e minerais, cuja sede está situada cerca de 45 quilómetros do Dondo.



Fonte: www.google.com/maps [02/09/2016]

Figura 81: Representação da distância entre Dondo e Massangano. Pela estrada e pelo Rio Kwanza.

A comuna, que aproveita também os benefícios do Kwanza a montante do Dondo e Massangano, pode adquirir outra visibilidade com a conclusão da estrada asfaltada que atravessa as suas aldeias em direção ao Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca, cujo perímetro integra parte do território de Nhangá ya Pepe, uma de suas aldeias. Nesta localidade encontra-se a gruta denominada “Pedra de Laúca”, classificada em agosto de 2015 como património histórico-cultural, onde foram encontrados neste local

vários objetos de valor etnográfico e arqueológico com indícios de serem muito antigos. Sendo já privilegiada pela construção da barragem de Laúca na sua envolvente, São Pedro da Quilemba poderá reforçar a sua visibilidade e interesse económico com a construção da Barragem de Caculo Cabaça, já adjudicada para ser construída nos próximos anos.

Convém realçar que o pensamento para estas localidades não deve passar exclusivamente pela sua transformação em cidades. Uma centralidade, ao ser projetada em ambiente rural, não tem de ser necessariamente um local com um número assinalável de edifícios e equipamentos urbanos. O desejável é que as autoridades sejam capazes de produzir centralidades no espaço rural, ou seja, localidades com um conjunto de funções úteis e indispensáveis às comunidades rurais sem que sejam transformados radicalmente os espaços e o estilo de vida. A interpretação da centralidade deve estar enquadrada na necessidade de preservação da vocação do território e na criação de condições para que a sua população o valorize continuamente. As cidades devem crescer em harmonia com as áreas rurais circunvizinhas e mais remotas das quais elas dependem (para alimentação, trabalho, recursos naturais) e às quais elas apoiam, com fornecimento de serviços (Lopes, 2008). Para isso é fundamental a criação de localidades rurais com centralidade geográfica entre os aglomerados urbanos no sentido de evitar a fuga de camponeses para as cidades.

A implantação de um sistema global da problemática do ordenamento do território e conceção integrada procura uma interação nas relações entre a cidade e o campo, que são os desígnios que sustentam a Lei nº 3/04 de 25 de junho. Conhecida como a Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, realça no seu preâmbulo a necessidade de preservar e valorizar o mundo rural, a braços com uma onda de êxodo e ameaça de destruição de seus patrimónios culturais diversificados, sustentados por uma estrutura fundiária que lhe é própria. Portanto, o Estado entende que o mundo rural deve ter prioridade no seu ordenamento para garantir de forma eficaz a manutenção do seu estilo de vida. Desse modo, as funções de centralização, quer seja a nível urbano ou rural, devem privilegiar a fixação das populações por via da criação de emprego e autoemprego e o provimento de um conjunto de serviços essenciais para uma vida digna.

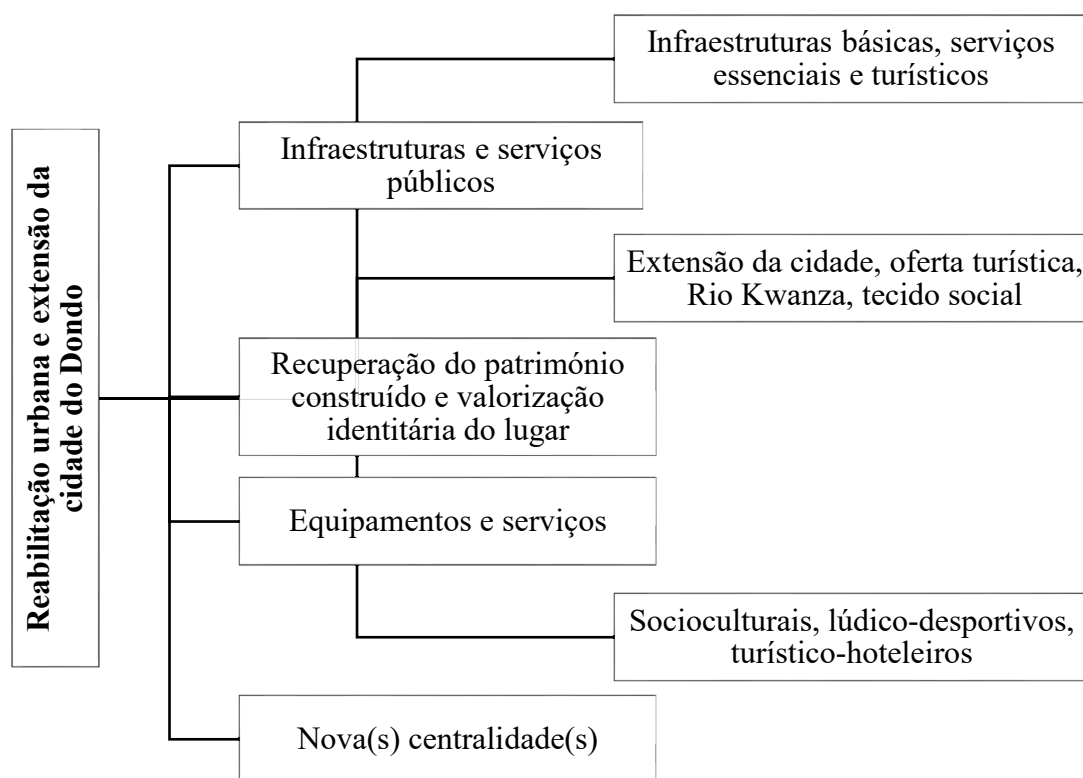
A concentração de facilidades e oportunidades na cidade do Dondo convida os munícipes mais jovens de todas as demais comunas a se fixarem no seu território. A pressão sobre o núcleo urbano acentua-se e são visíveis os constrangimentos a nível das construções

precárias, comércio informal, saneamento, entre outros. De acordo com Miguel (2008: 90), “as cidades devem poder oferecer à sua população um quadro de vida e recursos administrativos mais estruturados do que um simples loteamento pegado a uma aldeia ou a uma pequena cidade já existente”. O foco deve estar direcionado para a desconcentração e reduzir a dependência económica e social dos principais aglomerados. Situações como a deslocação de cem quilómetros ou mais para tratar um bilhete de identidade, fazer uma simples consulta ou comprar um simples caderno escolar, não podem existir eternamente, a menos que se queira promover continuamente a exclusão social de massas.

Considera-se bastante assertiva a decisão do governo de Angola em criar reservas fundiárias ao redor dos grandes centros urbanos. Uma medida preventiva que visou estancar a proliferação urbana desordenada à volta das cidades tradicionais, conforme o disposto no artigo 1, nº 2, da Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo. Lamentavelmente, os mecanismos de regulação, coordenação e fiscalização não têm tido a aplicação prática desejada devido à própria incapacidade técnica e financeira das autoridades de monitorizar todo o processo, de maneira que a lei não impediu o aumento contínuo de bairros periféricos à volta das cidades. Aliás, a expansão de alguns bairros e o surgimento de novos são produtos da convivência dos funcionários da administração do Estado que ignoram o preceituado na lei a favor de benefícios particulares. As restrições saudáveis definidas pelo legislador para uma melhor organização dos espaços urbanos e rurais têm sido usadas para enriquecimento ilícito de fiscais e administradores de tais espaços nas diferentes escalas territoriais.

Ainda assim, a constituição de reservas fundiárias garantiu o surgimento de novas aglomerações urbanas em várias províncias do país. O caso mais emblemático, pela sua dimensão é a designada cidade do Kilamba. Replicá-la no Dondo e em outras cidades a viverem a mesma situação urbana é uma não solução, pois pouco atenua os problemas que as cidades vão enfrentar no seu quotidiano. A cidade do Kilamba, longe de ser uma centralidade urbana, será mais uma cidade satélite com uma oferta de serviços bastante deficiente, recorrendo constantemente ao núcleo urbano principal. Na atual conjuntura, se assiste a fluxos pendulares nos dias úteis da semana. Nas primeiras horas da manhã os habitantes abandonam a cidade em direção à baixa de Luanda para as suas atividades e no final do dia é realizado o sentido inverso, sempre em filas de automóveis intermináveis que não abonam em nada para a melhoria da qualidade de vida.

A discussão apresentada sobre a temática da reabilitação urbana (figura 82) e extensão da cidade do Dondo, permite concluir que a sua materialização não se circunscreve a meros desejos ou cadernos de intenções, porque a dimensão dos custos de investimento e a grande complexidade para articular o conjunto de variáveis para a sua conceção e execução, condiciona bastante as ações das autoridades, limitadas de recursos técnicos, humanos e financeiros. Todavia, a limitação de recursos não deve tornar inerte a ação governativa, ou continuar a multiplicar os erros de planeamento e execução, sobretudo devido à elevação dos interesses pessoais em detrimento da gestão da coisa pública.



Fonte: Elaboração própria

Figura 82: Elementos a considerar na reabilitação da cidade do Dondo

Basear o processo de reabilitação urbana no desenvolvimento das infraestruturas, tendo como prioridade as redes viárias, é uma premissa fundamental para o desenvolvimento económico e social das comunidades, mitigando o isolamento a que estão sujeitas e refreando o impulso de migração para as periferias dos centros urbanos em busca de sobrevivência. Acredita-se que o desenvolvimento das infraestruturas deverá garantir a

vitalidade do património histórico construído da cidade do Dondo, reduzindo a pressão sobre o centro histórico. Por outro lado, importa olhar a implementação desse processo no âmbito de uma relativa autonomia das autoridades locais, (administrativa, orçamental e de gestão territorial), com vista a uma maior e melhor articulação entre as diretrizes estratégicas centrais e a monitorização técnica e operacional, incluindo o necessário espaço de contribuição da municipalidade para as decisões estratégicas sobre o local.

A concentração das pessoas e dos serviços num território bastante diminuto e a “desertificação humana” de outros lugares mais vastos, por ausência de equipamentos e serviços, apresenta-se como razão fundamental para o processo de reabilitação e expansão urbana. Para a turistificação da cidade do Dondo numa perspetiva de aproveitamento dos seus recursos culturais, importa que um processo de reabilitação considere como premissa a identidade do lugar e a manutenção possível dos modos de vida autóctones. Porque interessa que o nativo esteja enquadrado e seja um participante ativo de modo que o retorno económico e social seja duradouro, ao mesmo tempo que sejam garantidas as premissas de conservação e utilização ótima dos equipamentos e lugares.

A última dimensão estrutural que se apresentou como solução para o processo de reabilitação urbana prende-se com o investimento nas localidades circunvizinhas da cidade, através da criação de centralidades urbanas e rurais que permitam a multiplicação de funções administrativas, económicas e sociais, concentradas no centro histórico. Como se constatou, o êxodo do campo para a cidade tem sido o principal fator de crescimento urbano desordenado. O investimento em zonas deprimidas mas com potencial económico constitui uma ação estratégica fundamental para estancar o fluxo migratório, promover a gestão equilibrada do território e minimizar as assimetrias que se verificam atualmente.

Em definitivo, voltando a realçar a difícil implementação dessa empreitada, pretende-se com as sugestões apresentadas contribuir para um pensamento estruturado que possibilite a definição de metas e a elaboração de planos que reduzam incertezas, privilegiem a organização, valorizem a atitude profissional e acima de tudo permitam a obtenção de resultados positivos.

9.2. Organização da oferta turística e a procura desejável

Para que um destino seja bem-sucedido é imperioso proceder à organização da sua oferta turística com vista à sua acessibilidade, comercialização e fruição. Por natureza, todas as localidades, independentemente da sua vocação, possuem bens e serviços suscetíveis de

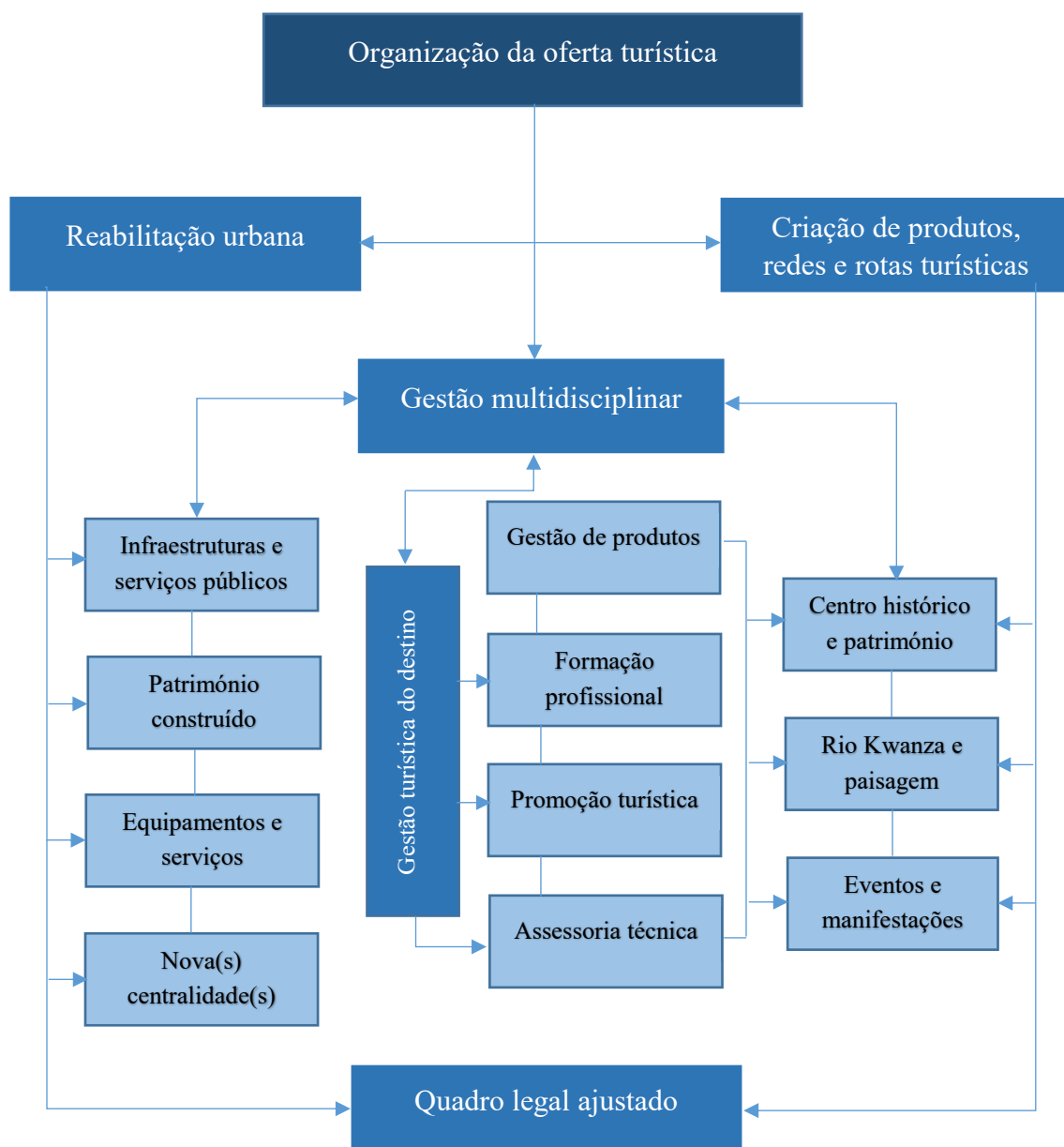
serem aproveitados ou utilizados pelos visitantes. No entanto, para que esses bens e serviços satisfaçam necessidades objetivas e latentes implica a adoção de um conjunto de ações que acarretam a transformação da oferta base ou primária, genuinamente disponível ou construída ao longo do tempo (quer pelos recursos naturais existentes, pelo património histórico ou arquitetónico ou pela forma de vida peculiar de uma determinada comunidade), em produto acessível para uma experiência turística. Os processos de reabilitação urbana e extensão da cidade ou a promoção de novas centralidades para o ordenamento do território enquadram-se nesse imperativo de organização.

Os elementos de transformação urbana abordados no primeiro tema deste capítulo são por isso parte integrante da oferta primária. Se o turismo implica a deslocação para um local diferente do contexto habitual, requerendo necessariamente a utilização de um meio de transporte para o efeito, então a reabilitação das redes viárias e as comunicações são parte integrante dessa oferta, especificamente na categoria de infraestruturas e transportes. O mesmo acontece com os equipamentos e serviços conexos que, não sendo concebidos e implementados preferencialmente para servir as necessidades turísticas, constituem-se, no entanto, num elemento fundamental para a multiplicidade das práticas turísticas.

Ao longo desta investigação deu-se testemunho do valor dos recursos primários do Dondo, turísticos ou com potencial turístico, assim como o seu quase inexistente aproveitamento para a plenitude das atividades turísticas. Verificou-se que as enormes potencialidades traduzidas pela beleza cénica das paisagens fluviais e pelo conjunto edificado desde o início do século XVIII não têm relevância turística por si mesmos, não sendo capazes de gerar uma procura consistente que imprima outro ritmo económico à localidade. Porque, “mais do que os elementos paisagísticos que existem, os lugares destacam-se agora pelas experiências que proporcionam a mercados turísticos que procuram sobretudo o envolvimento em múltiplas atividades” (Borges e Fernandes, 2015: 241). Por outras palavras, Dondo enquanto lugar de destino turístico deve criar condições que permitam o visitante usufruir da melhor forma essa oferta.

Assim, a transformação da oferta em produtos turísticos concretos é a condição base para a sua organização, sendo igualmente necessário proceder a um conjunto de ações formativas e a constituição de entidades gestoras multidisciplinares que enfrentem convenientemente os grandes desafios que a cidade apresenta, além do suporte legal ajustado aos desígnios dessa transformação (figura 83). Ao serem ações que permitem

agregar várias prestações para a composição de uma experiência, os produtos turísticos orientam os visitantes para um efetivo aproveitamento dos recursos, das atrações e dos serviços existentes na localidade.



Fonte: Elaboração própria

Figura 83: Organização da oferta turística na cidade do Dondo

Os resultados da pesquisa indicam, entre outras informações relevantes, alguns caminhos sobre as motivações turísticas dos visitantes, o pensamento da comunidade sobre a

atividade e a predisposição do setor público em turistificar a cidade do Dondo. Com base nessas vontades, interessa refletir também sobre o tipo de turista que procura os produtos que enaltecem a cultura local. Interessa ainda olhar para a divulgação da cidade como ação derivada da organização prévia da oferta, associando-a a um mote, por via de uma construção discursiva que venha reforçar o simbolismo do lugar, tendo em conta a sua posição hierárquica na cultura nacional.

9.2.1. Produtos turísticos. Redes e rotas turísticas

Com base nos inquéritos realizados, a oferta na cidade do Dondo pode ser estruturada em três produtos turísticos estratégicos, todos eles ancorados na cultura local e dimensionados em rotas que absorvam recursos e atrações turísticas de todo o município, estabelecendo redes potenciadoras dos lugares inseridos.

Assim, os produtos turísticos estratégicos propostos são:

1. O centro histórico e o património cultural;
2. O Rio Kwanza e a sua paisagem cultural;
3. Eventos e manifestações culturais.

1. O centro histórico e o património cultural

Tendo como objetivo utilizar o turismo para salvaguardar e valorizar o património cultural local, considerando os equilíbrios necessários de sobrecarga e saturação, bem como a capacidade do turismo aglutinar e impulsionar as atividades económicas locais, o pequeno núcleo urbano do Dondo, de dimensão histórica inigualável no país, deve ser a base da estruturação de uma atividade que visa não apenas ajudar a conservar e valorizar o património cultural mas também afirmar-se como instrumento de transformação da cidade que apresenta sinais tímidos e dessincronizados de rejuvenescimento.

Seguindo a esquematização apresentada por Beni (2007), o produto centro histórico e o património cultural poderá congrega em si um conjunto de atrações histórico-culturais que permitiriam a conformação de produtos turísticos específicos para mercados concretos.

- **Produto assente no património edificado ou monumental:** as edificações ou imóveis construídos pelo homem ao longo da sua história no município, considerados testemunhos da cultura e de interesse para o turismo, pela atração de visitantes. Neste

caso, predominam os monumentos do século XVI e XVII na comuna de Massangano e vila de Cambambe e as edificações oitocentistas da cidade do Dondo.

- a) Arquitetura civil: são inventariados nessa categoria o próprio centro histórico, composto por edificações próprias, onde pontificam os paços e sobrados, casas nobres, antiga estação do caminho-de-ferro, hospital, antiga câmara municipal, mercado municipal, praça dos escravos (comuna de Massangano).
- b) Arquitetura religiosa e funerária: são inventariados nessa categoria a antiga Igreja da Nossa Senhora do Rosário na vila de Cambambe (situada no interior da fortaleza), e a atual Igreja com o mesmo nome situada na cidade do Dondo, Igreja Nossa Senhora da Victória (Massangano), Igreja Metodista Unida, Cemitério Municipal com jazigos de famílias nobres oitocentistas, túmulo de Paulo Dias de Novais (Massangano).
- c) Arquitetura industrial: o exemplar mais sonante nesta categoria é a antiga fábrica de fundição de ferro, em Nova Oeiras, concluída em 1772 sob orientação do então governador de Angola, D. Francisco de Sousa Coutinho, na altura a maior obra de engenharia feita na África a sul do Sahara (ANA, 2015). Realce também para as instalações obsoletas da Vinelo, fábrica de vinhos e derivados, e ruínas de outros projetos industriais do terceiro quartel do século XX. O Complexo hidroelétrico de Cambambe e a sua albufeira paradisíaca, a empresa de cerveja EKA e a reabilitada fábrica Satec, são igualmente exemplares para estarem inseridos em roteiros turísticos inclinados para o turismo industrial.
- d) Arquitetura militar: são inventariados neste particular as fortalezas de Massangano e de Cambambe. Entre as duas localidades encontra-se, no cimo do morro do hospital do Dondo, marginal ao rio Kwanza, o edifício militar de armazenamento de material bélico do regime colonial. Uma espécie de paiol militar do passado a que poderia ser dado novos usos.
- e) Ruínas: nesta categoria é possível encontrar amostras em quase todas as localidades do município, para além do facto de que algumas amostras de outras categorias serem no momento autênticas ruínas, como é o caso da fábrica de fundição de ferro. Contudo, os exemplares apresentados aqui são aquelas ruínas cuja recuperação obriga a uma reconstrução, uma vez que o estado avançado de degradação ou os restos de paredes dos edifícios não permite uma restauração

autêntica. Assim destacamos as ruínas do antigo Hotel Kwanza e a Casa Leão no Dondo, ruínas de Massangano (câmara municipal, paços do concelho, casa de reclusão) e ruínas de Cambambe.

- **Produto sítios e lugares históricos:** são enquadrados nesta categoria as áreas com testemunho cultural do homem ao longo da sua história que despertam o interesse e visitas públicas. De acordo com Smith e Campbell (2016: 445), *“people use sites in many ways, from places where people go to experience, express, or experiment with emotions, as places where families pass on familial memories and social and/or political values, places where individuals go to remember and find affirmation of personal or collective social and political values, as places where some visitors seek reinforcement of what they already know, believe, and feel about the past and its relationship with the present, or to offer recognition and respect for groups other than themselves”*. No caso do Dondo e sobretudo nas localidades circundantes, existem vários lugares com histórias, estórias e lendas que precisam ainda ser descobertos, que podem oferecer diferentes formas de fruição e possibilidade de estudos e pesquisas.
 - a) O conjunto histórico da cidade do Dondo: é um conjunto edificado com arquitetura própria de uma determinada época que merece ser apreciado, interpretado e estudado.
 - b) Morro da Cerâmica: é um local onde se encontram ainda vestígios de material bélico, onde se afirma ter sido palco de intensas batalhas no século XVI pelo controlo do Dondo, entre as tropas do regime colonial português comandadas por Paulo Dias de Novais e a resistência autóctone comandada por Ngola Kiluange, então soberano do Reino do Ndongo.
 - c) Abrigos e esconderijos: relatos históricos, pesquisas e testemunhos ancestrais consideram a existência de lugares históricos ao longo do Rio Kwanza, sobretudo na margem esquerda de Massangano e a montante para as terras de Pungo-Andongo e Ambaca⁸⁵, a existência de esconderijos e abrigos de fuga dos soberanos do Ndongo, sobretudo Ngola Mbande e posteriormente sua irmã Njinga Mbande, sempre que se encontravam em situação desfavorável nas

⁸⁵ Localidades situadas nas províncias de Malanje e Cuanza-Norte respetivamente que faziam parte do território do reino do Ndongo onde, segundo Coelho (2010), situava-se com regularidade a capital Kábásà.

batalhas com o regime colonial. Entre esses abrigos existem redes de percursos utilizadas até hoje pelas comunidades que permitia a movimentação dos nativos distantes da vigilância do regime opressor. Algures por exemplo, nos arredores da povoação de Candange⁸⁶, se localiza uma mesa ancestral de pedra com assentos que, segundo relatos do povo, era um lugar frequentado pela Rainha Njinga Mbande.

- d) A Pedra de Laúca: como já referido, este local é uma recente descoberta feita no âmbito dos trabalhos de construção da barragem de Laúca que deverá entrar em funcionamento ainda este ano. Situada na comuna de São Pedro da Quilemba, foram encontrados neste local um conjunto de objetos de valor etnográfico e arqueológico que indiciam a existência de assentamentos humanos naquela localidade em períodos ainda por determinar. Como a Pedra de Laúca, serão muitos os locais de assentamento nas margens do Kwanza dos povos Mbundu que estão por descobrir.
- **Atrações culturais complementares:** a característica compósita e inesgotável dos produtos turísticos impele a considerar outros atrativos que não se enquadram totalmente nas categorias apresentadas. São os casos:
 - a) Equipamentos culturais: embora já referidos, reitera-se a necessidade urgente da cidade do Dondo estar munida de biblioteca, museus e arquivos que sirvam de suporte a produtos turísticos ligados à investigação e pesquisa, que permitam compatibilizar as observações no campo com os documentos e obras diversas.
 - b) Artesanato: os diferentes exemplares que são produzidos no município, composto por objetos de cerâmica (sangas, panelas de barro e outros utensílios domésticos), cestaria (balaio, cestos, esteiras, luando, etc.), madeira (canao, pilau, esculturas, mobiliário doméstico), adereços diversos (jóias, vestuário, calçados, molduras, enfeites).
 - c) Gastronomia: com o privilégio para o peixe do rio, o Cacusso (um dos principais argumentos de visita) e o bagre, bem como a carne de caça de pacaça (da espécie

⁸⁶ É a designação da povoação localizada na margem esquerda do Rio Kwanza, oposta à cidade do Dondo. Apesar de pertencer geograficamente ao município da Quiçama, província de Luanda, na recente divisão administrativa de Luanda, os habitantes de Candange estão quotidianamente ligados ao Dondo, onde encontram a satisfação das suas necessidades básicas em matéria de saúde, educação, emprego e outras prestações de serviço. Portanto, com total ligação económica e sociocultural ao Dondo.

do búfalo), javali ou veado. De igual modo, para o enriquecimento desta categoria, será necessário rebuscar as bebidas tradicionais da região feitas à base de frutas e plantas, praticamente desaparecidas.

2. O Rio Kwanza e a sua paisagem cultural

O imponente Kwanza é responsável pela estruturação urbana e estilo de vida dos residentes na cidade, assim como pela dimensão cultural que se observa e se vivencia ao longo do seu corredor, sobretudo a jusante de Cambambe, até ao sul de Luanda. O rio é todo ele um componente turístico obrigatório que ajuda as localidades a interagirem, a compreender os assentamentos e as dinâmicas das populações, bem como a justificar os sítios e caminhos simbólicos. O Kwanza traz consigo um conjunto de possibilidades de práticas turísticas convertíveis em produtos, alinhadas com o jogo e o entretenimento, com o desporto e exercício físico, ou com práticas comunitárias baseadas na pesca e na agricultura. As margens e sua paisagem compósita o convertem num eixo estruturante de desenvolvimento turístico, tanto na conceção de produtos como no interesse que desperta na procura.

Fora esses predicados, importa realçar o seu incomensurável valor económico. O Rio Kwanza é o principal recurso natural da cidade do Dondo. Fornece matéria-prima para a agricultura, a indústria e a pecuária, é fonte de alimento para as populações, suas águas ajudam a produzir energia elétrica, é um meio de comunicação e circulação de pessoas e bens, ao longo do seu corredor perfilam bens culturais do processo histórico e, finalmente, a sua beleza cénica e paisagem convertem-no no principal atrativo turístico natural da cidade. Por todas as razões apresentadas, importa em primeiro lugar fazer uma análise mais exaustiva sobre as paisagens do Kwanza num raio próximo da cidade do Dondo.

▪ Geossítios. Geoconservação e preservação ambiental

As montanhas do Dondo e o relevo de Candange, conjunto de morros nas duas margens do rio, suscetíveis de se constituírem em geossítios⁸⁷, configuram uma quase inexistente intervenção antrópica e o seu presumível estado imaculado transmite um cenário de elevada riqueza abiótica que urge estudar, sistematizar e consciencializar de maneira que

⁸⁷ Entende-se por geossítio, “a ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade (aflorescentes quer em resultado da ação de processos naturais quer devido à intervenção humana), bem delimitado geograficamente e que apresente valor singular do ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico, ou outro” (Brilha, 2005: 52).

essas expressões singulares de relevo sejam cada vez mais humanas. As formas de relevo, imediatamente antes à marginal da cidade do Dondo e do outro lado do rio devem, porventura, constituir-se numa âncora de atratividade da cidade e recriar a sua imagem.



Fonte: Autor (2014)

Figura 84: Geossítio de Candange

Pequenas montanhas “siamesas”, como se apresentam na figura 84, combinam afloramentos vistosos com coberturas verdejantes, banhadas em permanência pelo rio. A posição vertical das estruturas montanhosas assemelha-se a um conjunto de cabeças humanas justapostas a observarem a outra margem. Aliás, a partir de *Cambulo*⁸⁸ é possível observar dois conjuntos de montanhas similares, um em cada margem, que acompanham o trajeto fluvial até próximo das zonas ribeirinhas de atividade humana de pesca, banhos e lavagem de roupa, no Dondo e em Candange. São, portanto, espaços com um manancial de geossítios suficientemente vastos que podem ser enquadrados num nível intermédio, combinando vários elementos geomorfológicos com uma dimensão na ordem da centena ou de milhar de metros (Cunha e Vieira, 2002).

⁸⁸ Zona verde e de produção agrícola, próxima da barragem hidroelétrica de Cambambe, onde o Rio Kwanza se torna navegável até a sua foz.

O quadro apresentado deve indiciar um pensamento prospetivo de criação de um geoparque, uma vez que, para além dos elementos abióticos suscetíveis de serem melhor identificados e descritos cientificamente, é marcante a presença da flora e da fauna selvagem que amiúde, na margem de Candange, se socorre dos verdes pastos e da água do rio. Um equipamento que seja pensado com vista a ter uma posição de vanguarda e se apresente como um instrumento de gestão territorial, com escala de atuação bem definida e uma imagem que vá para além da região (Santos *et al.*, 2010). Segundo Figueira e Dias (2011), estruturas dessa dimensão, ao se agregar valor, tais como: condições de acesso, sinalização, recursos humanos capazes, equipamentos e serviços de apoio, devem constituir-se num produto turístico que consiga competir em condições de igualdade no mercado a que se destina.

Na linha de abordagem de Cunha e Vieira (2002), dir-se-ia que os geossítios são valorizados no que diz respeito à forma, ao enquadramento e a especificidade estética e originalidade que apresentam. Aos sítios estão associadas outras ocorrências geomorfológicas de interesse para a comunidade científica, podendo ser igualmente valorizado como recurso pedagógico, pois acredita-se que a sua forma expressiva é capaz de contribuir para a transmissão de mensagens de carácter ambiental e sensibilização de estudantes e visitantes acerca dos processos morfológicos e ambientais que conduziram às formas atuais da terra. É muito provável que haja também alguma relação mitológica ou religiosa da população com partes do lugar, conferindo-lhe dessa forma uma valoração cultural.

Pelas limitações óbvias da investigação, não é possível apresentar um conteúdo geológico dos espaços descritos, todavia, é marcante o valor estético dos geossítios pelo deslumbramento que proporciona aos visitantes, na medida em que os seus aspetos geológicos que são dados a observar, são alvos permanentes de filmagens e fotografias indutoras à produção de obras artísticas diversas. Por outro lado, parece de todo evidente o seu valor económico, sobretudo no que se refere à existência de alguns recursos minerais. As montanhas e os sedimentos que acompanham o Kwanza nesta zona são conhecidos por acomodarem recursos minerais interessantes, sendo uma das principais razões da presença e ocupação desta parte do território pelo regime colonial português. Pressume-se que foram também realizadas no passado colonial, prospeções e exploração

de outros mineiros, tais como o quartzo, ferro, diamantes, manganês e cobre (AMC, 2009).

Atualmente ganha particular expressão a atividade de extração de inertes na zona norte do município, com várias explorações de pedra britada e burgau. Os geossítios em análise estão numa situação de difícil acessibilidade e de pouquíssima vulnerabilidade, tendo em conta a limitada frequência humana na zona e na circunscrição, no entanto, não é de descartar a ocorrência de visitação aleatória por motivações diversas. No que se refere às possíveis ameaças circunscritas ao local, a maior parte advirá direta ou indiretamente da atividade humana. A construção de barragens hidroelétricas ao longo do Rio Kwanza são indicadores de ameaça aos monumentos naturais adjacentes, tendo em conta as previsíveis alterações na dinâmica natural dos cursos de água, com impactes na geodiversidade e biodiversidade. Por outro lado, o facto de persistirem relatos de existência de mineiros na região, pode encorajar a atividades desenfreadas de exploração desses recursos e submeter os solos a cargas intensivas com utilização de maquinaria pesada que, obviamente, poderão constituir ameaças, provocando alterações no equilíbrio natural do meio e originar processos de erosão acelerada.

A nível das comunidades locais, considerando o crescimento demográfico e a dependência quase exclusiva dos recursos naturais existentes no local para a sobrevivência, são previsíveis as ameaças motivadas por uma possível intensificação do uso dos solos para a produção agrícola, apesar de não se vislumbrar o surgimento de uma agricultura industrializada. A desflorestação por via do fogo posto para facilitar a caça fortuita e a produção do carvão vegetal, são também ameaças aos geossítios. De um modo geral, todo um conjunto de situações desfavoráveis que, combinadas com a “iliteracia cultural dos responsáveis políticos, dos técnicos e do público em geral” (Brilha, 2005: 51) nesta matéria, podem dar origem a intervenções ou projetos contraproducentes na perspectiva da geoconservação e da preservação ambiental.

Para além do interesse a despertar pelos espaços geomorfológicos com acentuada beleza cénica, consideram-se a seguir outras atrações turísticas em condições de se transformarem em produtos turísticos específicos, na vertente “Rio Kwanza e a sua paisagem cultural”.

- **Praia fluvial de Kiamafulo:** nos arredores do Alto Dondo e próximo da albufeira da barragem de Cambambe, esta praia tem já uma assinalável procura de visitantes de

municípios e cidades próximas. Se forem agregados a este bem natural serviços de apoio mínimos poderá converter-se num importante componente dos roteiros turísticos a desenvolver para a cidade.

- **Possíveis geoparques:** constituir os geossítios em geoparques de acordo com a diversidade de recursos existentes é conceber um produto turístico que tornaria a cidade do Dondo mais competitiva, porém, sujeito a uma estratégia de geoconservação para manter a sua integridade física, atendendo às latentes ameaças observadas que foram objeto de análise. Segundo Santos *et al.* (2010), os geoparques reaproximam o homem à natureza por razões diferentes das atividades tradicionais agro-silvo-pastoris, mas pelas motivações lúdicas e de práticas turísticas. Como a capacidade de carga dos territórios não é ilimitada, há que saber dosear os ímpetus consumistas de repouso, atividades recreativas e desportivas, assim como a tentação de obtenção de dividendos dos responsáveis políticos por um lado, e da pressão economicista e gananciosa dos investidores, por outro, de modo a não vulgarizarem e vilipendiarem os recursos naturais que necessitam ser patrimonializados e “turistificados” de forma sustentável. Neste sentido, os geoparques são equipamentos que ajudam a dirimir as previsíveis conflitualidades entre a valorização e os modos de utilização dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade, da paisagem e do ambiente. Para isso, Cunha (2003) defende que ao iniciar-se um processo de geoconservação do género é necessário uma interpretação científica simples e correta dos geossítios que permita uma eficaz divulgação pedagógica e cultural.
- **Grutas, cavernas e caminhos tradicionais:** conforme relatado, nas encostas do rio ou em lugares mais afastados na corrente fluvial estão ainda grutas e cavernas por descobrir interligados por caminhos tradicionais, cujos testemunhos históricos das populações e dos escritos coloniais teimam em manter vivas as esperanças de um encontro com o passado. Praticamente impenetráveis pelo regime colonial, esses espaços inóspitos, outrora lugarejos de resistência à opressão com misticismo e cultos de devoção à mistura, estão muito distantes do mundo globalizado que, paradoxalmente, é sedenta por eles.
- **Áreas de caça:** a corrente fluvial obriga a que os animais da selva não estejam muito distantes das suas margens. Nas comunas à volta do Dondo existem matagais com variedade de espécies que são abatidas indiscriminadamente para comercialização na

via pública, sendo que muitas dessas peças fazem parte da ementa oferecida aos visitantes na praça de alimentação da cidade. Um estudo ambiental exaustivo que salvaguarde acima de tudo os equilíbrios da biodiversidade poderá determinar eventuais reservas, quotas e temporadas de caça.

- **Áreas de pesca:** para além do próprio Rio Kwanza, as abundantes lagoas e lagos, sobretudo na confluência com o Lucala, fornecem abundante peixe ao Dondo, capturados ainda com instrumentos e métodos tradicionais. Associar os pescadores rurais em cooperativas e desenvolver práticas turísticas comunitárias no local que permitam melhorar as suas atividades e o seu modo de vida são caminhos que devem ser equacionados com alta consideração, tendo em conta os desígnios de utilização do turismo para aliviar a pobreza e melhorar as condições de vida das populações.

3. Eventos e manifestações culturais

No que concerne aos eventos e manifestações culturais, considera-se fundamental olhar para componente imaterial da cultura local, reforçando o seu sentido de lugar histórico. Os eventos e performances culturais diversas, ao possibilitarem a participação ativa dos visitantes, projetam as suas experiências e desenvolvem relações afetivas com o lugar através de atividades tradicionais ligadas à etnografia, gastronomia, cerimónias e rituais populares. A **feira do artesanato** é a esse nível um elemento diferenciador dessa categoria de produtos que deverá marcar a dinâmica e a calendarização de outros eventos e manifestações culturais ao longo do ano. A própria **celebração do dia da cidade**, a realização de **eventos de competição desportivas** no rio ou a promoção do **pedestrianismo** e o exercício físico, serão seguramente produtos de escalonamento anual na cidade que traduzir-se-ão na criação de uma procura turística consolidada, afeiçoada com os componentes agregados da oferta numa partilha de experiências com o residente.

Porventura, serão as modalidades turísticas de interação com a comunidade que devem merecer mais atenção dos planeadores e promotores, sempre na base da criação de dinâmicas endógenas de elasticidade económica e salvaguarda do património e da cultura popular. A abordagem feita na primeira parte desta investigação sobre as modalidades turísticas alternativas ao turismo de massa enquadra-se nessa perspetiva. Isto é, para o bem da cidade, qualquer que seja o produto turístico a definir, deverá ter sempre como pressuposto o envolvimento da comunidade. Só com o envolvimento direto e ativo é que o residente se sentirá parte integrante do processo e co-responsável pelos resultados a

alcançar. Essa participação pressupõe não apenas a expectativa de obtenção de investimento e empregos que garantam rendimentos económicos, mas ser ator na definição do tipo de investimento e emprego associados ao bem-estar, que propiciem e estimulem a produção de riqueza.

- **Feiras:** a feira do **artesanato** é um evento nacional anual que deve envolver outros pressupostos de realização, tanto a nível de organização, envolvimento setorial, patrocínios, participantes e divulgação. Tem de se converter numa verdadeira festa da cultura nacional com representatividade de todos espaços socioculturais e etnias do país. Outras feiras ou eventos podem ser igualmente projetadas para atrair visitantes e dinamizar a economia local. São os casos dos **eventos gastronómicos** regionais, feiras e **exposições agropecuárias**, com *inputs* diversos para amostra: equipamentos, máquinas, sementes, etc.
- **Manifestações e usos tradicionais e populares:** representa outra dimensão dos eventos e manifestações culturais que são igualmente suscetíveis de análise cuidada para sua incorporação em produtos ou eles próprios se transformarem em produtos turísticos autónomos, dependendo do volume da procura.
 - a) Cerimónias religiosas de diferentes denominações. Fundamentalmente as da igreja católica e outras igrejas cristãs;
 - b) Festas populares: o desfile municipal do carnaval, com um cunho cultural próprio, e a festa da cidade.

O conjunto esquematizado de atrativos turísticos apresentados e existentes no município de Cambambe, apesar de puderem constituir matéria-prima para definir um sem fim de produtos turísticos que respondam às várias motivações turísticas, privilegia-se as modalidades turísticas de matriz cultural que não apelam à concentração massiva de visitantes e à saturação dos locais. Por outro lado, a dispersão geográfica dos atrativos a nível do município é um fator importante de desconcentração, ao mesmo tempo que impulsiona o desenvolvimento de localidades mais deprimidas, desde que haja uma abordagem assente em redes e rotas turísticas. Estas constituem-se em polos catalisadores das potencialidades dos locais, são instrumentos de desenvolvimento rural, estruturantes para o turismo e potencialmente criadoras de oferta diversificada (Barroco e Antunes, 2015).

Quadro 28: Produtos turísticos estratégicos para a cidade do Dondo

Centro histórico e património cultural	Rio Kwanza e sua paisagem cultural	Eventos e manifestações culturais
<ul style="list-style-type: none">• Património edificado e monumental• Sítios e lugares históricos• Atrações culturais complementares.	<ul style="list-style-type: none">• Geossítios• Praia fluvial de Kiamafulo• Grutas, cavernas e caminhos tradicionais• Pesca.	<ul style="list-style-type: none">• Feiras e artesanato• Pedestrianismo• Exposições e eventos diversos• Manifestações e usos tradicionais.

Portanto, a estruturação da oferta do Dondo deve passar pela definição de um conjunto de locais, organizados em rede (viárias, alojamento, atrações e outros serviços) que possam suscitar um efetivo interesse turístico, possam “descomprimir” a cidade sede e revitalizar outras localidades amorfas na sua existência quotidiana.

9.2.2. A procura desejável e os serviços inerentes

O divórcio que se assiste entre os angolanos e a sua cultura, derivado fundamentalmente do processo histórico recente de turbulência, tem no turismo um importante instrumento de reconciliação. O levantamento proposto na abordagem anterior sobre os potenciais produtos turísticos na cidade do Dondo pretende responder ao incremento do consumo cultural que se assiste nas sociedades, particularmente aquelas em tempo de crise. A cidade e as localidades adjacentes estão em condição de proporcionar produtos arraigados no conjunto histórico, nos potenciais sítios arqueológicos, feiras e artesanato, festivais e gastronomia, e no majestoso Kwanza. Propostas que vão ao encontro dos novos paradigmas de comportamento que se apregoam em Angola, viradas para um refrear do consumismo, ostentação e futilidade, sobretudo na cidade capital.

Sendo a procura a determinante das ações da oferta, importa que essa necessidade de redescoberta, latente ainda em muitas franjas da sociedade, deva ser correspondida com uma oferta que proporcione experiências, memória e educação aos angolanos. Se a procura condiciona a oferta, esta não deve cair no enredo de um público predador que consome acidentalmente a cultura ou que tenha poucas preocupações com o ambiente e com as populações anfitriãs, sob pena de ver comprometida a sustentabilidade dos seus

recursos turísticos. A estratégia de criação de produtos turísticos de qualidade assenta em pressupostos orientadores que compreendem não apenas a vontade do mercado, mas a articulação dessa vontade com os fundamentos do desenvolvimento local, ou seja⁸⁹:

- Desenvolver produtos que favoreçam a criação de empregos e a criação de empresas locais que, em particular, visem a valorização do património natural e cultural;
- Desenvolver novos produtos que favoreçam a utilização durável dos recursos existentes;
- Multiplicar as ações a favor da produção de produtos concebidos com o fim de prolongar a estada turística;
- Desenvolver, em particular, produtos que combinem a utilização do património cultural.

Quer-se com isso dizer que a procura para a cidade do Dondo deve dar prioridade ao mercado interno, circunscrita nos anseios atrás referidos de descoberta e reforço da identidade cultural, outrora ignoradas, a favor de excentricidades nos serviços de alojamento, restauração e entretenimento. A oferta tem de estar preparada para uma procura exigente, não necessariamente com o luxo, mas com higiene e qualidade, não com a sofisticação dos equipamentos mas respondendo de forma humilde e satisfatória às suas necessidades, não com atendimentos robotizados mas com interação humano. A oferta tem de ajustar-se a um turista informado, experiente e culto que, ao invés de réplicas e dos simulacros, quer o diferente e o autêntico.

Captar a procura desejável de acordo com as motivações que são apresentadas não é uma tarefa fácil, visto que a heterogeneidade de públicos com motivações associadas à cultura é bastante grande, na medida em que a viagem tem sempre inerente o consumo de cultura, independentemente dos propósitos que obrigam à deslocação. A oferta deve prestar especial atenção aos turistas interessados na fruição responsável dos bens culturais, que privilegiem os valores educativos nas viagens em detrimento dos meramente lúdicos, que observam o meio e participam em atividades, interagindo permanentemente com os residentes. Portanto, não se recomenda uma procura que não esteja comprometida com o

⁸⁹ Extrato citado por Cunha (2013: 231) sobre a Declaração Euro-Mediterrânea do turismo no desenvolvimento durável.

Dondo. A procura desejável para os produtos turísticos eleitos não deve ser a de excursionistas ou turistas accidentais que aproveitam a ocasião para participar numa atividade cultural (McKercher e du Cros, 2002), onde a prioridade são as *selfies* e as poses. O Dondo precisa de turistas, cujo propósito e experiência se traduzem no respeito e no enriquecimento da sua cultura.

Estes pré-requisitos de turistas visam, como é óbvio, estabelecer um modelo de atividade que seja um valor acrescentado para a localidade, ao mesmo tempo que procurará desencorajar o turismo massificado, aquele que compromete a vida útil dos recursos do destino. Pretende-se que a procura contribua para que o turismo seja um eixo vertebrador de desenvolvimento humano e não apenas um instrumento de captação de investimentos para gerar rendas e empregos que pouco acrescentam à vida dos residentes.

Contudo, partindo da premissa que a sustentabilidade turística não pode ignorar a vertente da rendibilidade económica e remuneração dos capitais investidos, seria suficiente olhar apenas para um mercado culturalmente ativo para alavancar a atividade turística, negligenciando nichos mais convencionais? A demanda desejável para um Dondo turistificado culturalmente terá uma massa crítica que permitirá gerar mais-valias económicas e reproduzir investimentos? A força de outros públicos, mais numerosos ou mais propensos a atividades exclusivas de lazer e entretenimento sem grandes conteúdos culturais, não pressionaria o destino a dar resposta às suas necessidades turísticas, atendendo aos predicados locais? Pois que, as atrações turísticas inventariadas são, por si só, elementos justificativos de presença constante no território.

As questões levantadas expressam a necessidade de se perspetivar uma atividade turística que acautele todos os aspetos do sistema turístico e do necessário equilíbrio entre os seus componentes. A procura desejável e os produtos turísticos a elencar devem estar sintonizados com as características do alojamento, restauração, entretenimento e outros serviços. Os produtos ao estruturarem-se numa vertente que não valorize apenas os aspetos económicos, procura arregimentar outros ganhos que garantam a perenidade dos recursos. Portanto, reiterando mais uma vez, interessa acima de tudo o desenvolvimento da localidade e o bem-estar das suas populações. Assim, para a satisfação da procura desejável é necessário adotar modalidades turísticas que correspondam aos produtos turísticos no destino.

A quota expressiva do mercado turístico está naturalmente na classe média, os principais impulsionadores do turismo de massa. O grosso dos visitantes inquiridos na cidade do Dondo, pelas suas categorias e ocupações profissionais encaixa-se no perfil dessa classe de consumidores turísticos. Nesse sentido, será preciso adotar um exercício de gestão do destino focado numa demanda de classe média e média alta, inclinada para a fruição cultural e conservação do meio.

Na abordagem teórica sobre as modalidades turísticas de matriz cultural alternativas ao turismo convencional, deu-se ênfase ao turismo comunitário, entendido como a modalidade de forte componente identitária e alicerçada na defesa da posse endógena da terra; o turismo no espaço rural, entendido como um instrumento valioso de combate à fome e à pobreza no meio rural; turismo arqueológico (arqueoturismo), visto como uma modalidade que ajuda a completar a história dos povos e a reforçar o sentido de pertença, principalmente onde predominam as fontes orais; e finalmente o turismo criativo, entendido como a modalidade cultural que rejeita a massificação, privilegiando uma participação mais ativa do turista com o lugar com vista ao intercâmbio cultural e melhoria das condições de vida locais.

Qualquer uma destas modalidades não requer equipamentos e serviços de primeira categoria nem a angariação de fundos para grandes investimentos. O que se privilegia nestas modalidades turísticas associadas à comunidade, espaço rural ou sítios históricos, é organização e capacidade de gestão de modo que possam gerar atitudes positivas e uma cultura de criatividade e inovação, tendo como base os recursos endógenos. Todas as modalidades culturais alternativas ao turismo de massa podem ser destriçadas ou complementadas com outras especificidades turísticas de matriz cultural na cidade histórica do Dondo. A esse propósito, faz-se referência abaixo das modalidades turístico-culturais perfeitamente operacionalizáveis em produtos turísticos na cidade, de acordo com as atrações identificadas no local.

- a) Produto turístico histórico-cultural: implica a afluência de turistas ao local para aproveitamento do legado histórico do homem, associado à apreciação do património edificado.

A captação de uma procura motivada pela descoberta de suas origens ou reativação de suas memórias, muitas delas interrompidas pela guerra ou pela necessidade de encontro prematuro com a cidade para o alcance de outras

condições de vida. A vertente de investigação para estudos sociais e antropológicos enquadram-se também nesse produto. O público universitário, atuando no campo da pesquisa e desenvolvimento, terá certamente interesse em usufruir de facilidades que o produto poderá proporcionar.

- b) Produto gastronomia e artesanato popular: como se constatou no inquérito, grande parte dos visitantes do Dondo são atraídos pela comida local, fundamentalmente o peixe (cacusso e bagre) e a carne de caça. A gastronomia, ao fazer parte da cultura imaterial do território será um eixo importante de promoção do destino e um referencial importante de autenticidade procurada pelos turistas. Estimular o que é singular fomenta o consumo e a inovação originando, naturalmente, novos cozinhados e novos sabores, dentro da matriz gastronómica local. Por outro, havendo produção artesanal significativa de bens para uso doméstico, adornos e decoração, com matérias-primas diversas (argila, capim, madeira, pedra, borracha, etc.), reforça a singularidade territorial e a busca do autêntico por parte do turista. O Dondo, enquanto “hospedeira” da feira do artesanato do país, não deverá ignorar um produto do género, que poderá ser estruturado na base da feira e de outros eventos que vinculem a gastronomia e artesanato, bem como na criação de espaços permanentes de exposição, oficinas para aprendizagem e interação com o turista.
- c) Produto turístico genealógico ou de raízes: é um segmento do turismo cultural que se suporta em visitas a lugares da ancestralidade. Esta modalidade turística ao decorrer da pesquisa genealógica, impele a viagem de turistas às terras dos seus antepassados. Semelhante aos afroamericanos, cujos ascendentes foram arrancados da sua terra natal e buscam agora as suas origens por via do turismo, Angola possui condições para desenvolver esta modalidade devido ao período conturbado de conflito que forçou a migração e emigração de massas significativas da população cujos descendentes possuem uma necessidade latente para recuperar essa memória ancestral. O Dondo, pela sua história, produz valor inquestionável para promover o turismo genealógico, na medida em que representa um dos palcos mais importantes do antigo reino que deu o nome ao país.

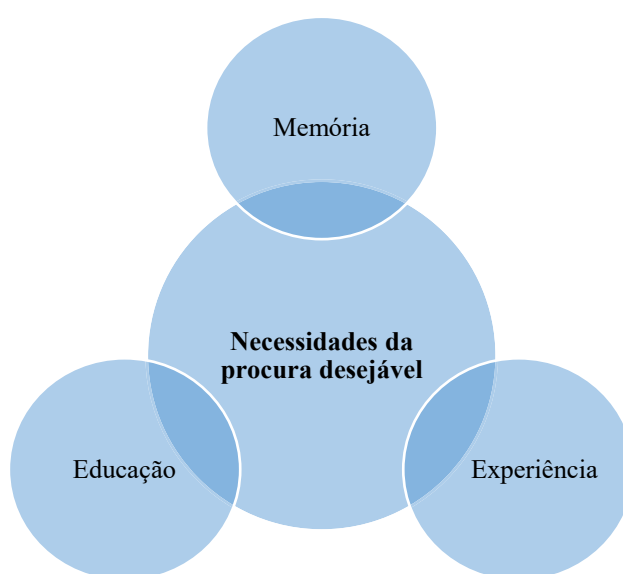
- d) Produto festivais e eventos culturais: as performances culturais específicas do local, as cerimônias e rituais diagnosticados no inquérito assim como os eventos religiosos, são objeto de análise para figurarem num produto turístico de eventos culturais. Os eventos, além de atraírem fluxos turísticos importantes, podem contribuir para dar outra notoriedade à cidade do Dondo, sendo por isso importantes instrumentos de promoção turística. Para além da já citada feira do artesanato, a cidade está em condições de transformar as particularidades do seu povo e todo o acervo histórico em feiras e exposições, congressos e convenções, festas etno-culturais e todo um conjunto de manifestações devidamente concebidas, calendarizadas e promovidas para mercados específicos.

Como se constata, a dimensão de recursos da oferta local para conceber produtos turísticos de matriz cultural é bastante satisfatória, com todas as condições para basear-se no rigor e na autenticidade, no respeito e proteção dos diferentes valores e manifestações que proporcionam aos turistas viagens e experiências geradoras de tolerância, respeito e admiração pelo povo do Dondo. Nesse sentido, importa que o perfil da procura dos produtos turísticos seja ajustado aos objetivos de proteção e de efeitos positivos que se pretende para a localidade.

Para Piñole (2006), o turista que viaja por motivos culturais tem como expectativa conhecer cada vez mais (viver) a manifestação cultural que lhe interessa, exigindo a explicação e a interpretação do que vê para além da simples observação. É exigente no sentido da busca do autêntico e rigoroso em relação à organização (horários, informação correta, acessibilidades, etc.). Geralmente são turistas com poder aquisitivo que, mesmo que privilegiem instalações requintadas, esperam encontrar sempre traços distintivos da cultura local. Os inconvenientes de determinadas culturas pelas diferenças de desenvolvimento ou por diferenças de costumes, quando informados antecipadamente, são bem acolhidos por esses turistas, assim como limitações de acesso ou desconforto que possam existir no destino. Portanto, dão primazia à honestidade e repugnam energicamente a encenação e o simulacro, são viajantes que procuram acima de tudo o autêntico e o diferente, mesmo que outros componentes acessórios do produto não sejam suficientemente satisfatória.

Estes detalhes do segmento de cultura nas viagens turísticas devem ser objeto de atenção plena do destino e dos produtores e organizadores de viagens porque o turista é o

fundamento de toda a ação feita no setor do turismo pelo governo e pelas mais diversas organizações empresariais e associações. Desse modo, a procura desejável (figura 85) para o Dondo deve desencorajar os segmentos que não têm apetência para a fruição cultural e interesse pela história da cidade, deve “desencorajar” a intensidade da visita do excursionista cujo interesse primeiro é a descontração e o usufruto desregrado da paisagem fluvial na margem do Kwanza. A dimensão cultural do Dondo, conforme referido, tem de encontrar um visitante que esteja à altura da sua história e valorize as características peculiares do seu meio, da geografia e da sua gente.



Fonte: Elaboração própria

Figura 85: Necessidades da procura desejável do Dondo Turístico

Assim, o Dondo deve preparar-se para responder às necessidades dos turistas culturais, tanto os que procuram os produtos no centro urbano como os que irão à procura de cultura nas diferentes comunidades do município e em espaços rurais.

Turismo cultural no espaço rural

Produtos e viagens que poderão ser organizadas para as comunas de Massangano e São Pedro da Quilemba, com vias de comunicação mais favoráveis ao Dondo. No entanto, não é desprezível o contributo que poderão emprestar ao turismo as outras duas comunas, Nzenza do Itombe e Dange-ya-Menha. Contributos ao nível da fruição de diferentes bens

culturais e práticas turísticas assentes na pesquisa e investigação através do arqueoturismo, no próprio turismo no espaço rural onde sobressai o agroturismo, ou mesmo no turismo de base comunitária em meio rural com atividades de agricultura, pesca e artesanato. Com outras exigências a nível de organização, de interação ativa e cultura turística, talvez fosse precipitado pensar-se no turismo criativo num horizonte temporal semelhante às demais modalidades turísticas propostas.

- a) **Perfil:** geralmente famílias ou pequenos grupos de amigos com algum poder aquisitivo. Classe média ou média alta. Não é negligenciável a recorrência de viajantes solitários ou grupos maiores. Neste último caso, a bem da salvaguarda e sustentabilidade dos recursos, não é recomendável.
- b) **Necessidades:** descanso e tranquilidade, passeio e contacto com o meio rural, interação com a natureza e com o campo. Necessidade de experimentar estilo de vida mais simples ou ainda o reencontro com as origens, com a memória ou com a genealogia familiar.
- c) **Expectativas:** os turistas viajam para o meio rural na expectativa de aprender práticas rurais, cuidar dos animais no campo, contribuir para melhorar a vida da aldeia. Esperam um meio ambiente cuidado, contacto com as gentes do campo e com as suas atividades, experimentam a gastronomia e participam em trabalhos quotidianos. Esperam igualmente que essas viagens sejam um processo de educação dos seus filhos, valorizando o trabalho e a origem dos vários produtos derivados que aparecem na mesa de consumo no mundo urbano, para além de desenvolver valores como a tolerância, respeito e humildade.
- d) **Alojamento e outros serviços:** deverão ser projetados fundamentalmente o alojamento local, de acordo com a legislação angolana recente (Decreto Presidencial 36/16) com capacidade de alojamento ajustada às necessidades de equilíbrio de carga. Alojamentos singulares enquadrados no ambiente local, com material local, casas rurais ou habitações coloniais antigas a recuperar. Poderão ser desenhados pequenos parques de campismo ou caravanismo, mas desencorajando sempre serviços de alojamento que incentivem o crescimento acelerado do número de visitantes nas aldeias.

Em relação a outros serviços, deverá se privilegiar o transporte privado, desencorajando extensas colunas de viaturas, restauração em restaurantes típicos

(pequenos jangos), promoção de festas e folclore locais para a celebração de efemérides diversas⁹⁰, de acordo com o ritmo da comunidade. As atividades a desenvolver nas aldeias do município de Cambambe poderão estar circunscritas no pedestrianismo, cicloturismo, agricultura, pesca, caça, equitação, natação, entre outras.

Turismo cultural na cidade do Dondo e nas comunidades

Na cidade do Dondo, como âncora das atividades, se projetam produtos turísticos patrimoniais e histórico-culturais, extensível a outras localidades através de rotas e redes turísticas a desenhar, para apreciação e estudo do património edificado, onde se incluem o conjunto histórico do centro, as ruínas de Massangano com a inclusão da antiga fábrica de ferro e a fortaleza de Cambambe. De igual modo, a gastronomia e o artesanato popular, assim como os festivais e eventos culturais devem fazer parte dos produtos a consumir na cidade.

Por outro lado, em função das atividades tradicionais de agricultura, pesca e artesanato, o turismo comunitário no Dondo e zonas adjacentes é um imperativo, obviamente dentro dos desígnios de valorização das populações e de suas localidades, tal como se sugeriu em relação aos ambientes mais rurais das comunas do município. Portanto, a procura desejável para as diferentes práticas culturais que se projetam na localidade pode assentar nos pressupostos que se seguem:

- a) **Perfil:** viajantes solitários (investigadores nas diversas áreas do saber), grupos de estudantes, famílias e grupos de amigos. Pretendem aprofundar conhecimentos sobre o local e sobre a história de Angola, em particular do Reino do Ndongo e das suas figuras mais proeminentes. Variados estratos da sociedade, classe média, média baixa e média alta. O nível académico predominante deverá ser o ensino superior, com segmentos assinaláveis de nível médio e pós-graduado. Em suma, serão turistas com empregos razoáveis ou profissionais liberais, adultos de meia-idade e terceira idade, estudantes universitários, jovens irreverentes e alocêntricos com elevado capital cultural, ligados às “comunidades” *Rasta*, *Rap* e outras.

⁹⁰ Por exemplo a dança tradicional *Kakoxe* geralmente exibida no desfile de carnaval, ou a veneração feita aos caçadores em determinadas aldeias que é acompanhada de manifestações a nível da música e dança denominada de *Mutualongo*, prática dos nativos da comuna de Massangano.

- b) Necessidades:** os turistas para esses produtos privilegiam o contacto com outras formas de vida de acordo com as diferentes escalas de valores e costumes, como necessidade básica da visita. Existe neles o desejo intrínseco de entender outros modelos de vida, o que reforça o sentimento de alteridade e a primado do relativismo cultural. Serão viagens motivadas pelo reforço do conhecimento e compreensão da cultura, pelas visitas de estudo e investigação científica, especialmente em ciências sociais e humanas.
- c) Expectativas:** o turista cultural do Dondo estará ávido por receber explicações sobre os processos históricos e esperará que a interpretação dos factos observados e relatados seja desprovida de paixões, heroísmo e patriotismo desmedidos. Quererá reter e carregar consigo alguma experiência da estada no local como forma de enriquecimento pessoal e de preenchimento do vazio interior. Por isso, mais que a compra de um *souvenir* como recordação, esse turista vai exigir mais, vai exigir produtos que satisfaçam as suas reais necessidades de aprendizagem e de reforço do capital cultural em detrimento do folclore sem conteúdo e do discurso fanático e vazio. É um turista que irá se adaptar às adversidades do Dondo, do ponto de vista das condições de acomodação, deficiente provimento de determinadas infraestruturas, serviços e acessibilidades, porque compreenderá os estágios do processo de desenvolvimento. Mas certamente não vai condescender com superficialidades e enganos.
- d) Alojamento e outros serviços:** o alojamento no Dondo não terá que ser tendencialmente de hotéis e estabelecimentos convencionais, cujos custos de operação obrigam ao aumento do número de quartos e serviços de restauração e animação. A pequeníssima malha urbana desaconselha estabelecimentos com capacidade de alojamento acima de 60 camas. O turista, pela sua formação e interesse na sustentabilidade do local e salvaguarda dos valores culturais, compreenderá a projeção de estabelecimentos virados para o alojamento local, hospedarias, pensões ou pousadas, hotéis e aparthotéis de pequena dimensão. O turista poderá procurar algum luxo, mas quererá sempre ver traços locais, material de construção rústico, decoração com peças e arte endógena.

A restauração deverá dar primazia ao típico, sustentada pelos campos agrícolas e pelo peixe do rio, em locais arejados e com ambiente acolhedor em função do

clima abrasador. A nível do entretenimento e ocupação do tempo livre, são muitas as atividades turísticas a desenvolver, artesanato com cerâmica e argila, peças de cestaria, festas populares temáticas, exposições diversas, teatro, recriações históricas e eventos académicos relacionados com a história e a memória da cidade.

De acordo com as propostas apresentadas nessa temática, a organização da oferta turística na cidade do Dondo deverá estar subordinada não apenas nas necessidades objetivas da procura mas no firme fundamento de olhar para utilização ótima dos recursos da localidade. Assim, a definição de produtos turísticos em linha com essas duas premissas, com atrações dispersas a nível do município e desenvolvidas na base de redes e rotas, afigura-se como o caminho mais ajustado para desconcentrar ou descongestionar a sede e ao mesmo tempo os recursos das demais comunas. Ir ao encontro desses objetivos implica a conceção de produtos baseados na cultura local de modo a captar turistas exigentes, comprometidos com a terra e interessados no seu desenvolvimento. Por outro, implica a existência de uma estrutura organizativa com capacidade de intervenção que dê maior relevância aos aspetos da sustentabilidade do destino.

9.2.3. Organização e gestão do turismo

Parece claro que o figurino atual de organização institucional do turismo em Angola concentrada no governo central não é o mais indicado para desenvolver convenientemente o setor. A dinâmica da atividade turística nas economias de mercado, pela sua característica eminentemente privada, obriga a existência de organizações igualmente dinâmicas, autonomizadas e aligeiradas do ponto de vista da burocracia, que reajam com oportunidade em termos de regulação e coordenação dos diferentes atores. A criação no país dos gabinetes técnicos de desenvolvimento dos polos turísticos em 2011, através de decretos presidenciais, foi um passo importante para ordenar e gerir os territórios turísticos, todavia, a manutenção do sistema pesado de hierarquia, totalmente virado para o setor público sem intervenção privada, obstam as boas intenções subjacentes aos decretos.

Tão ou mais importante que as infraestruturas e serviços são as articulações ótimas estabelecidas entre os diversos atores para desenvolver o território e as estruturas que permitem a sua articulação. Sem desprimor da importância das instalações físicas, a gestão e a capacidade organizativa, a inteligência e criatividade dessas organizações no

linkage que estabelecem entre o público e privado, entre a produção e consumo resultam mais importantes que as estruturas físicas. Por outras palavras, para que as infraestruturas e equipamentos não sejam subaproveitados, o investimento no capital humano é determinante para a gestão dos territórios.

As propostas apresentadas para o Dondo, implicam a construção de um ordenamento turístico que permita acomodar organizações de gestão dentro de um quadro de intersectorialidade e de articulação do público com o privado. A articulação intersectorial do turismo é um fator crítico de desenvolvimento porque a sua ausência condiciona o investimento e a capacidade de aplicação de medidas fundamentais. Por outro lado, as ações de outros setores em certa localidade podem ser muitas vezes contrárias aos interesses do turismo. Os projetos turísticos a nível dos governos provinciais e administrações municipais devem estar em sintonia com as geografias fronteiriças, sob pena de colidirem com outros projetos e obviar as pretensões do setor. A esse respeito, a Direção Nacional do Ordenamento Turístico, no âmbito das competências que o estatuto orgânico do MINHOTUR confere, possui uma grande responsabilidade estratégica na prevenção dessas conflitualidades.

O turismo precisa de organizações que facilitem o diálogo entre os municípios para que haja sintonia na gestão dos produtos turísticos, fluidez nas rotas e redes turísticas, e acima de tudo, para que o pensamento turístico seja convergente e haja complementaridade nas potencialidades de cada local. Os gabinetes ou agências com essas características, para além da captação e apoio ao investidor, devem dar respostas às necessidades do turismo de forma técnica, fazendo o *interface* entre as empresas produtoras, autoridades públicas e intermediários do sistema. Essas organizações costumam estar divididas em função dos eixos estratégicos de atuação ou, por imperativos de recursos financeiros, costumam congregam algumas funções operativas no destino, ao nível do apoio ao empresariado local, assessoria técnica, formação profissional, promoção turística e ações público-privadas que facilitam o encadeamento institucional e a geração de sinergias.

Se a iniciativa de criação de órgãos autónomos para a constituição e gestão de potenciais polos turísticos é aceitável, deixa de o ser quando esses órgãos são essencialmente públicos, com estrutura burocrática pesada e com a estrutura diretiva distante do saber e das competências turísticas. De igual, deixa de ser aceitável a não criação de órgãos do género para a gestão do turismo nos dois principais polos turísticos do país, Luanda e

Benguela, de modo a desenvolver ações efetivas de criação e gestão de produtos para novos mercados, interligação entre o público e o privado e estímulo dos fluxos turísticos existentes. Essa gestão, deve implicar a reunião, sistematização e elaboração de informação estatística e a projeção da atividade turística de forma fiável e em tempo útil para o apoio nas políticas públicas e na gestão empresarial. Ou seja, urge pensar-se também na imprescindibilidade da medição e avaliação técnica da atividade turística, funções que devem ser conduzidas por um observatório do turismo.

Na verdade, os destinos turísticos necessitam de um conjunto de ações que ultrapassam o mero labor de captar visitantes para a angariação de receitas. Seja em que cenário for, a gestão do destino não pode ser satisfatória se não for revestida de saber e estudos. As pesquisas têm de assentar em bases isentas e válidas sob o ponto de vista técnico-científico e não em função de ganhos políticos. Nesse sentido, o contributo do observatório do turismo, enquanto órgão que dependa fundamentalmente dos princípios técnicos na operacionalização estatística e de outros estudos, é determinante para o diagnóstico periódico do setor. A realização de estudos específicos que conduzam ao aprofundamento da investigação sobre matérias cruciais para o turismo permitem munir o setor público e privado de recomendações fiáveis para a projeção de políticas e estratégias de atuação, melhorando a competitividade no setor.

Assim, a organização e gestão turística do Dondo deverá ser a réplica no local de um órgão de desenvolvimento com ligação entre o Estado e o setor privado, constituída com as funções acima referidas. Um gabinete ou agência que tenha condições para gerir os produtos elencados de acordo com a estratégia definida a nível central, tenha mecanismos internos de concertação dos diferentes setores (turismo, cultura, comércio, ambiente, ordenamento do território, etc.), consiga prestar apoio às empresas locais e promover a cidade. Como os potenciais grandes destinos do país, Dondo precisa de um gabinete ou uma agência com um “ADN” essencialmente privado, parceira do setor público, autossustentável, que não dependa das dotações orçamentais públicas para desenvolver a sua atividade e cujos fundos advenham fundamentalmente dos serviços que presta à sociedade.

No caso específico da promoção, verificou-se que os visitantes do Dondo conhecem superficialmente a sua dimensão cultural e o valor do seu conjunto histórico. O sucesso de qualquer produto turístico passa pela sua divulgação ou promoção, ou seja, se não há

um conhecimento detalhado do mercado sobre a oferta do destino, as condições de comercialização não são satisfatórias. A aposta no conjunto de particularidades da cidade para a constituição de produtos turísticos específicos, como o património edificado, a paisagem fluvial e os eventos culturais, tem na promoção o caminho para a sua comercialização efetiva, desde que orientada para o potencial cliente.

A organização e gestão do destino Dondo deverá por isso ancorar-se numa marca e num lema para a cidade, caso pretenda criar uma narrativa estruturada e uma comunicação mais profícua com o mercado. Tratar-se-á de dar uma identidade própria à cidade através da palavra que salvguarde os seus interesses culturais e ambientais. Com base nas atrações inventariadas, a promoção da imagem do Dondo deve estar associada a uma marca que reflita de facto a sua identidade. Pelo conjunto histórico, pelo artesanato ou pelo Cacusso, o certo é que não faltarão particularidades locais para “temalizar” a cidade e facilitar a construção de uma imagem baseada na sua cultura e no seu percurso histórico.

Reforçando a ideia do órgão de gestão autónomo, a organização e a gestão do destino Dondo deverá, obviamente, estar focalizada numa lógica de parceria público-privada. Nesse cenário desejável o Estado deverá abandonar a postura sobranceira e arrogante de decisões unilaterais e, em contraponto, o setor privado precisará conduzir-se por uma lógica de proatividade, de reforço do associativismo e da competitividade e não apenas com ações baseadas em “cadernos reivindicativos”, centradas nas questões essencialmente financeiras. Lógicas de partido único e de economia centralizada que persistem até ao momento no país. A lógica de gestão do destino deverá assentar em fóruns de discussão e espaços de concertação entre as associações profissionais, na base do respeito mútuo e do reconhecimento dos interesses dos *players*.

A adequação dos interesses e necessidades deverá estar igualmente subjacente nas políticas de formação profissional a implementar no destino. A gestão do destino Dondo precisará de atender às necessidades formativas dos diversos subsectores do turismo, formando profissionais com competências que os operadores locais necessitam. A formação tem de ser vista como um investimento fundamental para a construção de um destino competitivo, a escala nacional num primeiro momento, sendo tão ou mais importante que outras formas de investimento. Os diferentes perfis de consumidores, a necessidade de estruturar e organizar a atividade turística, a competitividade e a criatividade com a aplicação das *TICs*, necessitam de um quadro formativo atualizado

para o alcance da qualidade. Formar os ativos do setor com os valores históricos da cidade e cultura da cidadania, onde estejam refletidos valores cívicos de igualdade e intervenção social, poderá representar numa verdadeira ferramenta de competências e gestão para as organizações.

As empresas turísticas precisam definir políticas e estratégias, conceber planos, organizar recursos, estender negócios e avaliar resultados, pelo que precisarão recorrentemente de profissionais e gestores competentes. Assim, no âmbito do órgão de gestão ou de forma independente, deverão ser perspectivadas unidades de formação e consultoria capazes de prestar serviços no destino, também ao nível da orientação e assistência às empresas turísticas. Mais a nível nacional, há que pensar nos próximos anos na definição de políticas de educação e formação nos principais destinos turísticos do país que acomodem necessidades do turismo locais nos currículos escolares e nos programas de desenvolvimento de carreiras para à garantir a gestão endógena.

A abordagem sobre a organização da oferta e a procura desejável no Dondo procurou indicar caminhos de articulação na gestão do território turístico no sentido de se formar uma oferta concreta e comercializável e uma procura que vá ao encontro das necessidades de desenvolvimento local. As atrações turísticas existentes em todo município de Cambambe garantem condições objetivas para conceber produtos turísticos e rotas turísticas com todas as probabilidades de serem comercializadas em rede, tanto no âmbito de modalidades turísticas em espaço rural como em outras modalidades desenvolvidas em ambiente urbano e comunitário. O Dondo turístico, não obstante estar condicionada pelos visitantes que procuram essencialmente entretenimento e lazer sem fruição cultural, terá de definir ações estratégicas e operacionais que lhe permita captar uma demanda que ajude na utilização duradoura dos seus recursos. Para o efeito, um órgão de desenvolvimento local ou uma agência de desenvolvimento turístico com relativa autonomia operacional, apresenta-se como solução para fazer a ligação, não apenas da produção e do consumo, mas também do público com o privado e do turismo com todos os demais setores que servem de suporte para o seu desenvolvimento.

9.3. Turismo “para já”

Os atributos económicos e potencialidades turísticas da cidade do Dondo e do município de Cambambe, não aconselham a concentrar esforços num recurso turístico particular, mas sim a desenhar um destino turístico que tenha no seu horizonte um desenvolvimento

equilibrado em que o património natural esteja articulado com o património cultural e com todo o processo de acolhimento, sem deixar de integrar neste processo o conjunto de facilidades da oferta assinalados no tema anterior (infraestruturas, acessibilidades, equipamentos, serviços) que permitam a satisfação dos anseios dos residentes e dos visitantes. Os fluxos turísticos que se observam atualmente entre o Dondo e outras cidades precisam ser melhor organizados para que a localidade obtenha melhores proveitos e, ao mesmo tempo, iniciar-se um processo de gestão do turismo mais ativa ou, se quisermos, mais profissional.

A turistificação da cidade é um processo permanente, cujas facilidades e organização estrutural estendem-se num horizonte temporal relativamente longo, dependendo das opções estratégicas que forem tomadas pelo futuro governo a sair das eleições do presente ano. Todavia, a cidade histórica do Dondo não pode esperar por uma planificação e implementação perfeita de uma atividade, pressionada atualmente por visitantes que clamam por melhores condições de acolhimento. Se existe já uma procura regular impelida pelas atrações naturais da cidade, importa que a localidade comece já a se transformar num destino turístico de facto, aproveitando essa corrente para capitalizar os seus recursos culturais mediante planos operacionais anuais. A cidade precisa adotar e materializar ações, muitas delas reclamadas pelos visitantes, as quais não obrigam a recursos financeiros significativos, mas exigem vontade, engenho e dedicação.

Redefinição das facilidades de alojamento e outros serviços

A presença regular de visitantes jovens, de Luanda, Ndalatando e das várias localidades do Cuanza-Sul, maioritariamente estudantes que acampam em lugares impróprios e sem as mínimas condições de assentamento, é uma motivação acrescida para pensar-se urgentemente na criação de um parque de campismo com o mínimo de condições para a produção alimentar e higiene pessoal. Espaços livres devidamente ordenados para a montagem de tendas ou pequenas construções de adobe e capim, como jangos, camaratas ou *bungalows* coletivos podem ser implementados em zonas específicas da periferia da cidade, sem deixar de considerar outros aspetos igualmente importantes. Esses espaços poderiam ser replicados em outras comunas, Massangano e São Pedro da Quilemba, que têm igualmente observado visitas regulares.

Naturalmente que a ocupação desses espaços produziriam receitas para a sua manutenção e remuneração de um número ajustado de colaboradores, sobretudo para serviços de

limpeza e segurança. Ao invés da prática corrente do Estado chamar a si toda a responsabilidade de organização e gestão, com os habituais vícios de associação a feitos políticos e partidarização, uma parceria entre as autoridades locais e uma organização da sociedade civil local para a gestão do espaço seria fundamental para a êxito do projeto. Com alguma *expertise* e consultoria pontual das estruturas centrais ou associando o órgão de gestão local com agências de viagens para criação de produtos, divulgação e captação da demanda desejável, o Dondo poderá criar habituação e sensibilidade turística, criando correntes sistemáticas e cada vez mais consistentes que não-de forçar o reaparecimento e fortalecimento de pequenas atividades tradicionais. A utilização, por exemplo, de material e utensílios de fabrico local em madeira e argila, como mesas, cadeiras, cestos, balaios, utensílios de mesa, etc., para além dos adornos e *souvenirs*, poderão potenciar as industriais culturais, particularmente o artesanato.

De igual modo, pensar-se em espaços de cultivo ou meios de envolver os visitantes em atividades de pesca, ou ainda a criação de gado e zonas de pastagem, são ações que o órgão de gestão local pode perspetivar, detendo a propriedade dos espaços agropecuários ou em associação com as comunidades locais. Importa acima de tudo que seja projetada uma atividade turística onde o visitante tenha uma atuação ativa, perceba a realidade local e saia bastante enriquecido com a experiência cultural que lhe será proporcionada. Como se pode depreender, para essa empreitada a cidade deverá receber turistas ávidos para aprender, apreender e experienciar, tornando-se por momentos, artesão, pescador, agricultor ou pastor, cujo resultado da sua atividade é revertido para manutenção do projeto ou para as comunidades envolvidas.

Em relação aos serviços de restauração, concentradas no espaço lúdico da marginal do Dondo, urge a necessidade de criação de outras condições para a produção alimentar. Ao contrário do que se pretende, sem prejuízo de um melhor aproveitamento desta zona paisagística da cidade, considera-se fundamental a manutenção do modelo atual de utilização do espaço e a garantia de permanência dos atores, mas com correções urgentes a nível da salubridade e condições das cozinhas.

O cenário atual de barracas de chapas de zinco expostas ao longo do largo (figura 86) pode ser substituído com estruturas mais rústicas de material de construção local, provavelmente jangos com cobertura de capim a serem custeadas a prazo pelos produtores, onde devem incluir obrigatoriamente sanitários públicos. A gestão dos

resíduos deve merecer igualmente uma intervenção urgente com depósitos individuais por unidade de produção, recolhidos posteriormente pelos serviços camarários. É importante que se faça uma avaliação justa da tributação a imputar aos produtores dessa zona turística para que a receita arrecadada sirva para resolver os problemas provocados pela própria atividade e, por outro lado, possa por via de formação, melhorar o desempenho dos serviços e potenciar a atividade.



Fonte: Autor (2016)

Figura 86: Vista parcial do Largo 4 de Fevereiro (Praça de alimentação)

Incentivar que haja uma maior união entre os produtores alimentares, os vendedores e os poucos artesãos que diariamente acorrem ao espaço, através de associações que sejam interlocutores válidos e a administração local, é um caminho a seguir para a criação de uma verdadeira sociedade civil que possa buscar por ela mesma, alternativas de sustento e força de diálogo junto de outros parceiros em benefício dos seus associados. Com esse tipo de união os produtores estariam mais protegidos, estariam em condições de promover ações em benefício coletivo, teriam melhores possibilidades de aceder a financiamentos, inclusive de instituições internacionais, ao mesmo tempo que consolidariam e ampliariam os seus negócios, promovendo assim mais postos de trabalho na comunidade.

Aldeias turísticas

Tal como os parques de campismo, com muito poucos recursos é possível projetar aldeias turísticas rurais estrategicamente localizadas para pequenos grupos de visitantes, famílias e amigos. O desequilíbrio acentuado de distribuição espacial no país é visível pela concentração urbana das populações. O município de Luanda por exemplo, tem praticamente o mesmo número de habitantes que a segunda e a terceira província mais populosa de Angola, com aproximadamente 2.200.000 habitantes, representando 32% de toda a população da província de Luanda e uma densidade populacional de 18.654 habitantes por quilómetro quadrado. A taxa de urbanização deste município e outros de Luanda representam para o Dondo um mercado potencial de milhões de turistas que têm necessidade de mudar de meio.

Portanto, o índice elevado de concentração urbana é um elemento fundamental para desenvolver produtos turísticos no meio rural e captar turistas das cidades com modelo de vida do mundo atual, propenso a circuitos fechados, horas no trânsito e correria quotidiana que dão azo a fadiga física e mental e a desequilíbrios psicofisiológicos que criam necessidades de evasão, a busca do rural como terapia para esse paradigma existencial. Neste sentido, as aldeias turísticas com o mínimo de capacidade de alojamento que restrinja a procura e proteja a localidade, pode ser uma resposta não apenas para satisfazer essa necessidade, mas para a construção de uma oportunidade de maior interação entre a cidade e o campo e a compreensão mútua das suas dinâmicas de vida.

Uma oportunidade que permita aliviar as dificuldades do meio rural no provimento de serviços elementares e aquisição de bens essenciais do meio urbano e, simultaneamente, a disponibilização de um ambiente propício para a recuperação física e psicológica de cidadãos que muitas vezes procuram nos serviços hospitalares a solução de um problema que é essencialmente provocado pelo acumular de *stress* da vida urbana. As famílias, amigos e pequenos grupos de colegas estabelecidos profissionalmente, com desejo de experienciar uma vida oposta e utilizarem a viagem para aprendizagem e educação dos filhos, são os potenciais clientes. Os nativos, alguns deles em ociosidade forçada pela limitação cada vez mais de suas atividades à custa de projetos industriais que vão observando as suas terras de caça, pesca e cultivo, seriam os próprios protagonistas no

processo de construção dos espaços e de abastecimento alimentar da comunidade turística, entregue a uma estrutura de gestão profissional com base no município.

Feira do artesanato e outros eventos culturais

A feira nacional do artesanato realizada anualmente é a manifestação cultural mais significativa da cidade histórica do Dondo. No evento, normalmente de três dias, são expostas e vendidas obras manufaturadas por artesãos, oleiros, cesteiros, escultores, agricultores, pescadores, caçadores, etc., transformando a feira numa montra para negócios, com expositores e visitantes provenientes de todo país. Regatas de canoa, concurso de natação, espetáculos músico-culturais, palestras, excursões, encenações de trocas comerciais, peças teatrais são dos muitos atrativos que o evento proporciona. Uma atividade que é definida, coordenada e orientada pelos órgãos do Ministério da Cultura que preparam a atividade em poucos dias do mês e posteriormente olvidada até ao ano seguinte.

Parece óbvio que esse acontecimento anual deve merecer outra abordagem. Mais visibilidade nacional, maior antecedência na sua preparação, reforço do leque de atividades programadas, melhor distribuição no calendário e maior intervenção local na planificação e elaboração dos programas anuais. A cidade precisa aproveitar a dinâmica dos primeiros anos proporcionada pela feira para proporcionar uma oferta cultural mais consentânea com o seu acervo e não apenas com três dias de performances culturais improvisadas. No âmbito das celebrações do carnaval ou das festas da cidade, eventos que acontecem em trimestres diferentes do período da feira, podem ser projetadas atividades similares. Projetar eventos culturais no Dondo, para além da promoção e valorização do território como espaço de cultural, vai contribuir seguramente para resgatar parte da memória nacional e consciencializar os angolanos sobre o valor da sua riqueza cultural. Nessa perspetiva, a integração de iniciativas locais já existentes de produção cultural para garantir a autenticidade e afirmação da comunidade é bastante importante.

Outro evento cultural que deve merecer uma abordagem diferente são as celebrações do carnaval, também ele concentrado, no plano da organização, nas autoridades públicas. O modelo atual de realização do carnaval limita a criatividade e a liberdade de expressão artística das comunidades. Essa atividade pode transformar-se num elemento catalisador importante de desenvolvimento das indústrias culturais e incentivo à criação e competição

entre as comunas do município. Naturalmente, é imprescindível a intervenção do Estado, mais concretamente ao nível de apoios financeiros, mas é recomendável que a sua planificação e organização seja entregue a agentes culturais especializados na matéria que possam encontrar formas de rentabilizar o desempenho das comunidades ou grupos carnavalescos, expressa em música, dança, artesanato, etc., em ganhos que possam reverter para as próprias comunidades.

Aposta nos geossítios e sítios históricos

Do ponto de vista natural, são múltiplas as opções de práticas turísticas imediatas na cidade do Dondo e nas demais comunas do município. Desde já, há a salientar a praia fluvial de Kiamafulo, próximo da albufeira de Cambambe, duas atrações turísticas complementares que podiam estar associadas num roteiro turístico concreto. Mais uma vez, a dificuldade está sobretudo na organização da oferta local e na sua transformação em produto específico para comercialização. Porque a matéria-prima existe e o mercado também. Interessa fazer nascer órgãos de gestão privada que sejam apoiados numa primeira fase pelo Estado para obter pequenos recursos que permitam implementar as ideias. Uma sucursal local de agência de viagem com meia dúzia de colaboradores, detendo um par de autocarros turísticos pode ser o início para realizar viagens programadas que permitam valorizar e dar conhecimento a todo o país dos recursos da terra.

Nas montanhas à volta do Dondo e entre os matagais nas duas margens do rio existem cenários de beleza singular suscetíveis de se constituírem em geossítios, como forma inclusive de desenvolver uma estratégia posterior de geoconservação e de manutenção de integridade física, atualmente sujeitas a perigos de vária ordem. Talvez não para implementação imediata e fora do âmbito das competências locais, mas a elaboração de cartografia detalhada de alguns lugares, criando condições de acessibilidade e eventual marcação de itinerários que permitam apresentar percursos alternativos de exploração e usufruto das paisagens seria fundamental. Com base nas características dos lugares e do solo, é necessário que a relação do consumidor de natureza com os geossítios seja definida em planos de desenvolvimento turístico, doseando a dimensão e intensidade de intervenção na natureza essencialmente com atividades de passeios, excursões, percursos pedestres e estudos a nível da botânica e outros ramos da biologia.

O Rio Kwanza representa, obviamente, uma das opções mais imediatas de fruição turística e um importante meio de articulação dos produtos culturais com a natureza. Seria, pois, recomendável a criação de facilidades para um melhor aproveitamento das suas águas e envolvente pelos turistas, como por exemplo caminhos pedestres e posteriormente pensar-se na criação de infraestruturas mínimas de apoio a algumas práticas turísticas de aventura, natureza ou de desportos radicais, tais como as escaladas, *camping*, *rappel*, etc. A condição navegável do rio, deve permitir o surgimento de produtos turísticos assente em circuitos fluviais e *touring* cultural que incluam a exploração de lugares esquecidos, existentes algures entre as margens, associando deste modo, as potencialidades turísticas naturais com o legado histórico e patrimonial do município.

O trajeto fluvial em barco entre o Dondo e Massangano é feito em menos de 20 minutos, e pode ser visto como ensaio para um produto turístico assente numa rota fluvial ao longo do Corredor do Kwanza, que possibilite a criação de uma rede de localidades que possam trazer para o presente uma interpretação ajustada do passado deste percurso que marca todas as épocas. A exploração de lugares inóspitos, com projeção de caminhadas em grutas e locais de refúgio dos nativos à perseguição colonial na época da escravatura, são opções bastante interessantes que não precisam esperar muito tempo para a sua materialização. Para além do pedestrianismo, se identifica no rio um potencial turístico natural capaz de proporcionar produtos turísticos de desporto, recreio, saúde, aventura e *wellness*. Ações que, ao serem definidas e projetadas, terão preferencialmente de incorporar uma interpretação científica simples e correta dos lugares para permitir uma eficaz divulgação pedagógica e cultural. A bem da já divulgada salvaguarda do destino e das comunidades, será preciso definir paradigmas de valor científico que sejam entendíveis aos leigos, para que estejam mais recetivos e participem em novos modelos de apropriação do meio que os envolve.

Ao iniciar-se com processos de geoconservação, promove-se a pesquisa científica e incentivo aos estudos arqueológicos que têm nessa região um território fértil. A recente descoberta da Pedra de Laúca a montante do Dondo é um exemplo claro para promover pesquisas e estudos. Conforme a abordagem feita, o arqueoturismo afigura-se numa importante modalidade turística a desenvolver no país e pode mesmo ajudar a mudar o paradigma de letargia científica. Revelar o passado útil considerando o modelo

epistemológico indígena implicado num conjunto de conhecimentos contextualizados, em contraste com os saberes generalizados do Ocidente (Lane, 2011), representa um atrativo potencial para captar segmentos de mercado diferenciados, que vê nas viagens uma forma agradável de aprendizagem.

A ideia das relações de autenticidade que subjaz na operacionalização do turismo ligado ao património cultural, ajuda a oferecer uma experiência mais completa e satisfatória ao visitante, ao tratar de aspetos sobre as origens do território de visita, assim como diferenciar-se e posicionar-se melhor no mercado turístico, contribuindo para o desenvolvimento local (Leira *et al.*, 2014). As áreas patrimoniais que abrigam importantes sítios históricos se traduzem em locais de apreciação e vivência de importantes traços da cultura, tanto para os membros de uma comunidade em geral quanto para os visitantes, além de estimular ações de preservação dos bens culturais (Carvalho, 2010). Porque, segundo Alfonso (2012), a sua identificação, conservação, e valorização, mais facilmente conseguidos através do turismo, ajuda a consciencializar os autóctones e os visitantes para a necessidade de sua preservação.

Portanto, o turismo na cidade do Dondo e nas outras comunas tem todas condições para ser alimentado por testemunhos do passado sem esperar por sua transformação em destino turístico de excelência. Por via de uma organização e gestão dos recursos locais através de um órgão com espaço e autonomia para trabalhar, é possível transformar para já, os movimentos atuais de viajantes em visitas estruturadas com a fruição de bens nos meios rurais, em práticas com o envolvimento da comunidade, em eventos culturais que potenciam a produção local, em práticas turísticas ancoradas no Kwanza ou ainda em geossítios e sítios arqueológicos de incentivo a pesquisa e estudos científicos. A cidade pode começar a partir de agora a se transformar num importante centro de pesquisa e fruição cultural do país.

O pensamento estratégico que encerra o percurso teórico, as análises e os resultados obtidos, é acima de tudo um exercício de abstração que procura solidificar o objetivo de transformar a cidade histórica do Dondo num destino turístico através da valorização do seu património cultural. Esse exercício estabelece que o processo de turistificação da cidade é bastante longo e sugere a sua iniciação por via da adoção de intervenções

estruturantes e fraturantes que permitam romper com os paradigmas atuais e propor novos modelos de intervenção nos territórios potencialmente turísticos.



Fonte: Elaboração própria

Figura 87: Estratégia de desenvolvimento turístico da cidade histórica do Dondo

O processo de reabilitação urbana e extensão da cidade afigura-se como um elemento fundamental para essa estratégia, cuja abrangência percorre os desígnios de desenvolvimento não apenas da cidade do Dondo, mas de todas as comunas que compõem o município de Cambambe. Um processo gigantesco, de ações permanentes que se apresenta como a via mais adequada para a resolução definitiva dos constrangimentos estruturais que obviam o progresso local. A solução dos problemas de acessibilidade, energia elétrica, água, saneamento e outras variáveis infraestruturais influenciam determinantemente a organização do território e a salvaguarda do seu património cultural. Além disso, as infraestruturas são basilares para o fomento de equipamentos e serviços diversos que uma cidade turistificada precisa para dar qualidade de vida aos seus habitantes e acolher com dignidade os seus visitantes.

Será o desenvolvimento das infraestruturas, enquanto oferta turística primária, a permitir a organização da oferta na localidade que, a julgar pelo conjunto de atrações culturais e naturais, possui todas as condições para torná-la útil e comercializável em produtos

turísticos, com redes e rotas ancoradas nas localidades que acompanham o Kwanza, no seu corredor. Uma oferta estruturada e organizada na base dos recursos endógenos que deverá procurar por um turista culto, exigente e comprometido com a causa da terra.

Todavia, a projeção de ações interventivas num horizonte temporal relativamente longo implica a construção paulatina de uma base turística que começa já, sob pena de se criarem vazios suscetíveis de reproduzirem erros e incompetências. Porque o turismo no Dondo vem acontecendo de uma forma ou de outra, a sugestão de medidas operacionais de curto prazo para acomodar práticas turísticas imediatas sem grandes recursos financeiros, entra na lógica de uma organização racional e permanente do destino que possa gerar valor para ajudar a sustentar as intenções de longo prazo.

Concluindo, o percurso de turistificação da cidade histórica do Dondo é longo, e requer uma participação mais ativa da sua população em conjugação com outros atores. É nesse espírito que se deve desenrolar um conjunto ações encadeadas e sequenciais ao nível das acessibilidades, infraestruturas, autonomia local, organização institucional, intersetorialidade, incentivo empresarial, quadro legal, burocracia aligeirada e uma estratégia de desenvolvimento que considere, entre outras dimensões, o conhecimento do mercado, a formação de competências e a promoção do destino.

CONCLUSÕES

Nota preambular

Esta derradeira parte da tese pretende constituir uma síntese e análise crítica do processo de investigação, com as principais conclusões e contributos do trabalho (que dominaram a abordagem teórica, a metodologia e a parte prática), as limitações da investigação e as sugestões ou recomendações para investigações futuras.

Neste sentido, as conclusões da tese desenvolvem-se em quatro secções:

- Notas conclusivas do estado da arte.
- Avaliação dos pressupostos metodológicos definidos para o estudo do caso.
- Limitações do estudo.
- Linhas para futuras investigações.

A estrutura definida para trabalho induziu o autor a elaborar uma conclusão parcial sobre a fundamentação teórica intitulada “*Património cultural, cidade histórica e turismo*”, sustentada por três capítulos que comportam as dimensões principais da investigação refletidas no título.

Avaliação dos pressupostos definidos para a investigação, enquanto segunda secção das conclusões, traduz-se na verificação da conformidade dos objetivos e das hipóteses definidas que foram objeto de tratamento no estudo de caso intitulada “*Estratégia de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico da cidade histórica do Dondo*”. São analisados a correspondência dos resultados obtidos do estudo com o segundo objetivo geral e os objetivos específicos correspondentes, assim como as quatro últimas hipóteses que procuram responder à segunda pergunta de partida. O facto do foco da investigação assentar na apresentação de uma proposta de desenvolvimento turístico baseado nos recursos culturais endógenos do Dondo obriga à que esta secção das conclusões tenha um volume de abordagem maior.

A terceira secção conclusiva diz respeito às limitações de estudo experimentadas ao longo do processo de investigação e que se traduzem, acima de tudo, nos aspetos relacionados com a técnica metodológica utilizada. De igual modo, são feitas considerações sobre o não aprofundamento da análise dos dados estatísticos resultantes dos inquéritos, bem como alguns constrangimentos externos que, de certo modo, condicionaram a eleição de opções que se afiguravam mais assertivas.

Finalmente, para a quarta secção é reservada a indicação de linhas de investigação futuras que se apresentam oportunas, interessantes e inéditas para o local de estudo e para o país. De igual forma, ao se constatar no processo de investigação a abrangência que o tema encerra para o local de estudo, associada à especificidade intersetorial e interdisciplinar do turismo, são recomendados pesquisas e estudos em outras áreas de saber, no sentido de dar resposta à necessidade urgente de produção científica em Angola, um país que se depara com um ingente desafio de diversificar os setores produtivos da sua economia para seguir na senda do desenvolvimento.

Notas conclusivas do estado da arte

A conclusão da primeira parte da tese visa fazer uma apreciação síntese de toda a abordagem teórica desenvolvida nos três capítulos iniciais e analisar a correspondência dos instrumentos de investigação introdutórios suportados por esta abordagem. A tese, que tem como título *“Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo”*, possui o propósito de analisar o contributo do património cultural numa cidade histórica degradada para o desenvolvimento do turismo. Com essa perspetiva foram definidos dois grandes objetivos e duas perguntas de partida para sustentar a investigação.

Para a primeira parte da tese, a pesquisa e a elaboração teórica foi desenvolvida em torno do seguinte objetivo geral: analisar a importância do património cultural como elemento vertebrador para a consecução dos planos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico em cidades históricas.

Desenvolveu-se um enquadramento teórico-conceitual para melhor compreensão das dimensões estudadas: património cultural, cidade histórica, reabilitação urbana e turismo, ao mesmo tempo que a abordagem visou contribuir para a sensibilização dos diferentes atores sobre as suas características relevantes. A bibliografia e as demais fontes secundárias consultadas permitiram aferir que o património cultural é um recurso estratégico de (re)construção de memórias e identidades, sendo determinante nos processos de requalificação, refuncionalização e renovação da imagem dos territórios. É uma base relevante para o desenvolvimento social e individual dos cidadãos, porque os indivíduos são portadores de uma cultura que os possibilita ser sociedade num determinado território. Por isso, uma política de salvaguarda e valorização do património

cultural deve estar alinhada com os principais objetivos estratégicos de desenvolvimento dos territórios, a nível ambiental, económico e sociocultural. A dinâmica da relação do homem com o território para a superação de suas necessidades produziu a cidade, com organização, ritmos e estilos de vida, isto é, com uma cultura que gerou património.

Nessa perspetiva, a reabilitação urbana deve ser pensada no sentido do reforço das identidades locais porque representam o seu conteúdo e o fundamento de sua existência. A competitividade dos centros urbanos baseados no conhecimento e na inovação num mundo global, não pode ignorar a histórica e o vínculo com as pessoas, antes deve procurar fortalecer ou resgatar sempre na sua ação que lhe deu origem, cultivando a materialidade produzida na composição física do seu território. Se a reabilitação, enquanto processo estratégico, implica não só intervir no edificado urbano e nos espaços públicos mas também em ações mais abrangentes de revitalização do tecido socioeconómico e cultural para o *upgrading* das cidades sem perda de identidade, significa que os planos de reabilitação urbana nas cidades históricas devem estar sempre ancorados no património cultural local.

Para a prossecução desses planos, que se inscreve num marco de atualização para a recuperação integral do casco urbano e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (residentes e visitantes), existe o contributo inquestionável do turismo, tendo em conta a sua capacidade de indução de outros setores de atividade. Como se constatou, o turismo é dos principais instrumentos catalisadores de desenvolvimento das localidades, desde que as suas externalidades sejam devidamente equacionadas. A sua natureza multifacetada e transversal da realidade urbana nas cidades históricas e lugares de destino, permite-lhe uma intervenção de desenvolvimento integrada que facilita o intercâmbio cultural e recuperação ou reforço de referências e sentimentos de pertença.

Contudo, essa pretensão não é alcançável com um turismo convencional que não respeita a capacidade de carga dos destinos e negligencia a versão “situada” da atividade em ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Por esta razão, as propostas de turismo alternativo para desenvolver em cidades históricas, observando a realidade turística angolana, é um caminho que se afigura mais ajustado para o desenvolvimento turístico das localidades como o Dondo, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

Com estas notas conclusivas, considera-se que a investigação desenvolvida na fundamentação teórica permite satisfazer os propósitos do primeiro grande objetivo proposto para a tese.

Para esta parte inicial da investigação foi possível elaborar um marco teórico-conceitual que aporta, supõe-se, um melhor conhecimento das principais dimensões que sustentam a investigação. Do mesmo modo, acredita-se que o discurso teórico elaborado através da abordagem dos diferentes autores em torno de conceitos, processos evolutivos e instrumentos legais e documentos orientadores das principais dimensões de estudo vão contribuir para sensibilizar os diversos atores envolvidos em processos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico das cidades, particularmente em Angola.

Uma vez cumprido o primeiro objetivo geral e conseqüentemente os dois objetivos específicos que dá origem, considera-se respondida a primeira pergunta de partida. Ou seja, *“os elementos sintéticos conclusivos apresentados permitem afirmar que o património cultural, por ser o fundamento da existência das cidades históricas, deve ser sempre o elemento principal a considerar na elaboração e prossecução dos planos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico”*.

Assim, considera-se confirmada a hipótese avançada, como resposta inicial à primeira de pergunta de partida, ou seja: *“o património cultural é o principal ativo na elaboração dos planos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico das cidades históricas”*. A investigação realizada não identificou abordagens alternativas que sustentassem a mesma função centralizadora de desenvolvimento do património cultural. De igual modo, com a abordagem teórica conclui-se que os centros históricos representam um “ecossistema” cultural e, por inerência, os locais onde se apresentam as amostras mais representativas da cultura e do património e por terem no turismo a atividade com maior capacidade revitalizadora do seu tecido económico e social, assume-se a afirmação da segunda hipótese que *“a reabilitação dos centros históricos deve ter como eixo vertebrador de desenvolvimento o turismo e a conversão do seu património cultural em componente da oferta turística”*.

Avaliação dos pressupostos metodológicos definidos para o estudo do caso

A estratégia de desenvolvimento turístico para a cidade histórica do Dondo, que é o tema da segunda parte da tese, foi definida com o suporte de linhas orientadoras de pesquisa refletidas no segundo objetivo geral: “apresentar uma proposta turística na cidade do Dondo através da utilização responsável do seu património cultural com vista à sua salvaguarda e melhoria das condições de vida dos seus residentes”.

Para garantir o seu cumprimento foi necessária a sua divisão em quatro objetivos específicos a fim de alcançar os resultados consentâneos com o desenvolvimento da localidade. No sentido de uma melhor compreensão das conclusões produzidas, são analisados separadamente cada um dos objetivos específicos correspondente ao estudo de caso que, na ordem cronológica apresentada na introdução da tese vão do terceiro ao sexto.

- Contribuir para a assertividade dos projetos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico da cidade do Dondo com vista a uma melhor utilização dos recursos patrimoniais.

O diagnóstico apresentado de acordo com as fontes primárias e documentos analisados permitiu apresentar uma proposta estratégica de desenvolvimento turístico de longo prazo. O carácter intersetorial e interdisciplinar, que considera igualmente, para além dos aspetos ligados ao provimento de infraestruturas e equipamentos, a reabilitação da vertente material do património cultural e da revitalização do tecido social, torna a proposta um documento de consulta e de apoio para a concepção ou atualização de projetos locais e não só, como os planos diretores, planos estratégicos ou operacionais de desenvolvimento turístico, ou ainda eventuais planos de extensão ou requalificação urbana, tendo em conta a densificação da suburbanização na periferia da cidade.

Nesse ponto de vista, acredita-se que a estratégia apresentada é um importante contributo para fornecer *inputs* aos referidos planos e a outros projetos de desenvolvimento local, contribuindo assim para a assertividade dos mesmos, ao mesmo tempo que deverá ajudar na mitigação de erros recorrentes, cometidos por omissão de detalhes que os fatores congregam, como por exemplo a participação da comunidade local ou a discussão pública desses projetos, questões abordadas com alguma acuidade na tese. Portanto, considera-se cumprido este objetivo.

- Identificar os bens culturais e patrimoniais da cidade do Dondo suscetíveis de servirem ativamente a atividade turística, através de formas de utilização que vão de encontro às expetativas dos visitantes e dos residentes.

Como uma cidade histórica, o Dondo tem no acervo cultural e patrimonial dos seus principais atributos e constitui-se num dos principais fundamentos para a concepção da presente investigação. Por isso, identificar o acervo com utilidade que fosse ao encontro dos desígnios dos turistas era uma ação incontornável. No que concerne à cultura material e ao património edificado, o trabalho foi facilitado pelo facto do núcleo urbano da cidade estar classificado como património histórico-cultural nacional desde 2013, situação que contribui para uma maior preocupação das autoridades na catalogação e acompanhamento dos exemplares que constituem o seu conjunto. Em relação à cultura móvel e imaterial, o trabalho de identificação foi mais aturado devido a certos condicionalismos. Desde já porque não existe ainda um regulamento legal específico que define os mecanismos de classificação e salvaguarda, à semelhança do património histórico construído, situação que limita o labor de preservação dos bens identificados com valor local ou nacional excecional.

Por outro lado, constatou-se ao longo da pesquisa um vazio de passagem de testemunho entre gerações, muito associado aos períodos conturbados da vida recente do país, que dificultou o objetivo preconizado. Ainda assim, a auscultação feita às autoridades e residentes locais permitiu a identificação de um conjunto de bens culturais e patrimoniais importantes para a atividade turística, quer através dos lugares e sítios históricos, peças de manufaturas e instrumentos tradicionais, eventos culturais tradicionais, dança e música peculiar que, uma vez ativadas, podem emprestar à cidade histórica outro vigor cultural, que o turismo pode valorizar.

Não obstante as dificuldades apresentadas, consideram-se identificados os bens culturais e patrimoniais do Dondo, conforme os produtos turísticos propostos para fruição na estratégia de desenvolvimento.

- Propor uma via de desenvolvimento turístico na cidade do Dondo que considere a capacidade de acolhimento do destino e a sustentabilidade do seu património cultural.

O estudo visou analisar de que forma a cidade podia ser aproveitada turisticamente utilizando como principal recurso o seu património. Não foi possível apresentar em detalhe a necessária capacidade de carga, tendo em conta a necessidade de estender no

tempo a proposta, mas os dados e as informações trabalhadas permitiram conceber uma via de desenvolvimento turístico não massificado. Através do produto estratégico “centro histórico e património cultural”, o estudo produziu como proposta para a cidade e localidades adjacentes do município os produtos: i) património edificado “monumental”, que considera as edificações o século XVI e XVII de Massangano e de Cambambe e os imóveis oitocentistas do núcleo urbano do Dondo; ii) sítios e lugares históricos, que considera o próprio conjunto histórico da cidade, abrigos e esconderijos da era colonial e pré-colonial e os sítios arqueológicos como a Pedra de Laúca, recentemente descoberta, e iii) as atrações culturais complementares, assentes no provimento de equipamentos culturais, produção artesanal e gastronomia local.

Com base no Rio Kwanza e sua paisagem cultural, o segundo produto estratégico, o estudo propõe: i) o aproveitamento dos geossítios sobre as margens do rio, com vista a uma posterior ação de geoconservação, ii) a agregação de serviços mínimos complementares à praia fluvial de Kiamafulo, a exploração de grutas, cavernas e caminhos tradicionais nas encostas do rio e a definição de áreas de caça e de pesca. Para os eventos e manifestações culturais, enquanto terceiro produto estratégico, o estudo considera imperioso a revitalização da feira nacional do artesanato, realizado anualmente na cidade, associando-a a outros eventos, como a celebração do dia da cidade, e a criação de novos eventos: pedestrianismo, eventos gastronómicos ou exposições agropecuárias.

Assim, a questão sobre a sobrecarga do destino e a salvaguarda da sua sustentabilidade é acautelada com a definição do perfil do turista, preferencialmente interno, cujas necessidades e expectativas devem passar pela valorização da cultura local e dos recursos endógenos, ao mesmo tempo que dará primazia à interação com o meio e com os residentes.

Dessa forma, o conjunto esquematizado de atrativos, englobados em potenciais produtos, e o perfil da procura definido para esses produtos satisfaz o objetivo de desenvolvimento turístico proposto.

- Contribuir para a definição e operacionalização de ações integradas de desenvolvimento turístico da cidade do Dondo, com base no seu património cultural.

O presente objetivo é um complemento do primeiro objetivo, analisado nesta secção, correspondente ao terceiro objetivo específico da tese. É um complemento porque o primeiro remete para uma contribuição mais ao nível da concepção dos possíveis projetos

ou planos, traduzindo-se em *inputs* mais teóricos. No caso concreto deste objetivo, se perspetivou uma contribuição mais operacional e com um horizonte temporal mais curto. Neste sentido, a última temática desenvolvida no último capítulo da tese reflete em maior medida este objetivo.

Partindo do princípio que as potencialidades turísticas e a pressão dos fluxos turísticos atuais na cidade não permitem que o turismo seja apenas equacionado a longo prazo, era de todo oportuno considerar, metaforizando, “a troca do pneu com o carro em andamento”. Ou seja, é preciso adotar medidas e materializar ações que não obrigam à recursos financeiros significativos mas que satisfaçam os desígnios de criação de um destino turístico cultural que valorize a comunidade e possa melhorar gradualmente as condições de vida da população. Portanto, o turismo “*para já*” proposto através da redefinição das facilidades de alojamento e outros serviços, a projeção de aldeias turísticas e parques de campismos com material e mão-de-obra locais, a extensão ao longo do ano da feira de artesanato, com eventos associados à exploração dos geossítios e sítios históricos, através de visitas guiadas inseridas em roteiros com outros atrativos locais, entre outros, são propostas que visam contribuir para a operacionalização de ações integradas de desenvolvimento turístico na cidade do Dondo.

Consequentemente, a correspondência dos objetivos específicos com os resultados e as propostas apresentadas estão em sintonia com o segundo objetivo geral definido para a tese, pois que foram propostas modalidades turísticas concretas de utilização responsável do património cultural.

Ao considerar-se que o património cultural deve ser sempre o elemento principal a ter em conta na prossecução dos processos de reabilitação urbana e de desenvolvimento turístico das cidades históricas, conforme resposta para a primeira pergunta de partida, urge fazer a avaliação da segunda pergunta de partida e das hipotéticas respostas que foram avançadas, correspondentes as hipóteses 3, 4, 5 e 6 que ajudaram a direcionar o estudo de caso. Para o efeito, foi formulada na parte introdutória desta investigação a segunda pergunta:

“Como deve ser utilizado o património cultural, com vista o desenvolvimento de modalidades turísticas que salvaguardem a cidade histórica do Dondo e melhorem as condições de vida dos seus residentes?”

Embora o processo teórico da investigação tenha fornecido contribuições importantes para aferir o modo adequado de utilização do património em cidades históricas, a satisfação da segunda pergunta, por ter um carácter *localizante*, só é plena com a avaliação das hipóteses que foram formuladas para ajudar a direcionar a investigação e encontrar a(s) resposta(s), através do tratamento dos dados recolhidos. Desse modo, são analisadas em seguida a conformidade das hipóteses com os resultados alcançados no trabalho empírico.

Em relação à hipótese 3 (“As autoridades nacionais, provinciais e locais do turismo e da cultura não possuem um pensamento estratégico sobre o tipo de turismo a desenvolver na cidade histórica do Dondo”), a análise e discussão dos dados e informações recolhidas das entrevistas concedidas pelos representantes do Estado nas diferentes escalas geográficas, assim como os instrumentos jurídicos e documentos normativos consultados, permite afirmar que a mesma foi confirmada e é assumida como uma das notas conclusivas da tese.

Apesar de se identificar afinidades nas aspirações dos atores públicos para o desenvolvimento turístico da localidade, verifica-se uma indefinição estratégica, isto é, não se constatam ações fluídas no pouco exercício de planificação que foi apurado, existe sim um vazio entre o estratégico e o operativo, entre o nacional e o municipal ou, por outras palavras, entre o central e o local. As orientações genéricas refletidas nos planos nacionais não encontra a correspondência prática necessária a nível do município e das comunas.

Por outro lado, lamenta-se o défice de colaboração institucional entre os diferentes setores que intervêm no turismo e a ausência de associações profissionais que possam representar os interesses dos seus subsectores. As ações que têm sido desenvolvidas pelo Ministério da Cultura (sobretudo ao nível da estrutura central do Estado), no sentido de restituir ao Dondo a sua dimensão cultural, carece da contribuição do setor do turismo para que esse objetivo de valorização seja efetivamente alcançado. Com efeito, não há um projeto coerente e sustentado que seja percebido pelos diferentes atores do setor do turismo, definidor de um caminho que desencoraje falhas do mercado e conduza a atividade para os necessários ajustes entre os subsectores e entre a oferta e a procura. O Plano Diretor do Turismo, a três anos do fim da sua vigência, é um documento importante, indica balizas para estruturar o turismo nacional mas está longe de constituir-se num documento que

indique o caminho, razão pela qual não teve qualquer efeito prático desde que foi publicado há sensivelmente cinco anos.

Quanto à hipótese 4 (“O património cultural da cidade histórica do Dondo representa para os residentes um sentimento de pertença e de identidade”), a comunidade reconhece a dimensão cultural da cidade e considera fundamental a sua valorização.

Contudo, os resultados da investigação permitem aferir que os habitantes do Dondo têm pouca noção do valor de conjunto do seu centro histórico, havendo mesmo uma parte significativa dos inquiridos que manifesta indiferença ao património edificado, demonstrando não haver qualquer afinidade com as edificações antigas. Os residentes mal conhecem a origem, a designação e os usos antigos a que os edifícios estavam destinados. Porém, importa sublinhar que apesar do património edificado trazer à memória o período de dominação colonial, essa aversão não está relacionado com este facto como foi sugerida na formulação da hipótese. Em relação aos outros bens culturais, existe um certo reconhecimento do valor do artesanato local, mas na vertente da imaterialidade há pouca segurança dos residentes na identificação dos elementos representativos locais. O facto da maioria da população da cidade pertencer a uma faixa etária inferior a vinte cinco anos, associado ao período conturbado de conflito armado vivido até ao início deste século, são fatores apontados como impeditivos para o conhecimento e vínculo (apego) dos residentes com a sua terra e com as suas manifestações culturais.

Ao não haver qualquer equipamento cultural atualmente na cidade nem a promoção de performances culturais regulares, torna-se ainda mais difícil o cultivo da identidade. O “alienamento” cultural dos residentes também é compreendido pela escassa transmissão de testemunho da história entre as gerações. Os mitos, os provérbios e as adivinhas, para além do saber fazer tradicional, vão sendo “enterrados” com as mortes dos anciãos. As múltiplas opções e funcionalidades do novo mundo das redes sociais absorvem toda a atenção dos mais novos que não se sentem minimamente seduzidos pelos contos dos mais velhos que, cada vez mais resignados, vão direcionando as suas prioridades para as questões económicas e luta pela sobrevivência.

Portanto, embora se reconheça a dimensão histórica da cidade, a aceção a retirar é que os residentes não se sentem devidamente identificados com o seu património cultural, não havendo por isso um genuíno sentimento de pertença, pelo que considera-se não confirmada esta hipótese de pesquisa.

No que diz respeito à hipótese 5 (“O turismo cultural é a modalidade mais indicada pelos residentes e pelos visitantes para desenvolver na cidade”), tendo noção de eventuais dificuldades na perceção de algumas questões técnicas do turismo por parte dos inquiridos, o autor preocupou-se em elaborar questionários cuja linguagem mais se adequasse ao corrente.

Desse modo, foi possível constatar que os residentes não encaram a atividade turística como um caminho para resolver todos os seus problemas socioeconómicos, não obstante reconhecerem a sua importância para ajudar a solucioná-los. As preocupações maiores têm que ver com o aumento da atividade económica no geral e a facilitação de um conjunto de serviços públicos, infraestruturas e equipamentos diversos. Nesta ordem de prioridades, o alinhamento entre o turismo e a cultura afigura-se pouco claro para a comunidade local. Existe um acolhimento favorável de utilização da cultura e da história da cidade para dinamizar a atividade turística, desde que o propósito seja de contribuir para a sua salvaguarda e valorização. Assim, confirma-se que os residentes privilegiam o turismo cultural em detrimento de outras tipologias, ao indicarem modalidades turísticas produzidas na base da cultura local e na descoberta de sítios históricos e vivências antigas.

Em relação aos visitantes, existe uma inclinação maior para a diversão e o entretenimento. As motivações subjacentes à visita ao Dondo cingem-se na busca de descontração e usufruto da paisagem natural proporcionada pelo Rio Kwanza e sua envolvente. Verifica-se por parte dos visitantes uma preocupação pela fruição cultural e falta de interesse pela história da cidade, situação que pode ser compreendida devido ausência de facilidades de atração, comunicação ou qualquer *outdoor* que possa incentivar à visita do pequeno núcleo urbano que representa o centro histórico.

Com este enquadramento, considera-se a hipótese confirmada parcialmente, uma vez que os residentes apostam no turismo cultural para a cidade com o objetivo de valorizar os recursos endógenos locais, ao passo que os visitantes contrariam o postulado inicialmente formulado, preferindo as atividades essencialmente lúdicas de diversão e entretenimento.

Relativamente à hipótese 6 (“A maioria dos visitantes da cidade histórica do Dondo costuma ter como motivação principal de visita a fruição no local de bens culturais), importa considerar os seguintes resultados: apenas 5% dos visitantes inquiridos tem na cultura e na história da cidade a sua principal motivação de deslocação ao Dondo, ao passo que 4% afirmou interessado em contemplar o património histórico construído,

embora a segunda opção de escolha de fruição no local tenha recaído para a apreciação da comida local. Estes resultados demonstram que a maioria dos visitantes ignora os atrativos culturais da localidade.

Nas análises anteriores foi possível verificar o principal interesse dos visitantes à cidade prende-se com a descontração e o usufruto da paisagem, muito associado ao rio. Por esta razão, a comida local, não obstante ser um aspeto de reconhecido valor dos bens intangíveis locais, a sua avaliação não deve estar dissociada da envolvente. A paisagem entre as margens do rio e as encostas verdejantes que acolhem o extenso leito fluvial é o cenário perfeito que o visitante encontra para descontrair e aliviar o *stress* acumulado dos dias de trabalho. Portanto, no contexto atual, os sabores da terra devem ser vistos como agregados de um produto que tem no centro o Rio Kwanza. Aliás, na questão sobre as modalidades turísticas mais adequadas para o Dondo, os visitantes apontaram precisamente o lazer e a diversão, o que indicia as suas principais necessidades turísticas.

A presente hipótese, ao afirmar que a principal motivação dos visitantes no local é a fruição dos bens culturais, não é confirmada pelos resultados obtidos na pesquisa.

Com a avaliação das hipóteses propostas para o estudo de caso, é possível verificar as respostas que satisfazem a segunda pergunta de partida. O património cultural enquanto eixo vertebrador de reabilitação urbana e de desenvolvimento do turismo, deve ser utilizado tendo em conta a concepção de produtos turísticos que ajudem a preservar os seus componentes e a valorizar a cultura e a história da cidade. Independentemente das aspirações dos visitantes por um aproveitamento mais lúdico do lugar, trabalhar os recursos culturais endógenos, como o artesanato, a gastronomia, a pesca e a agricultura para a produção turística, tornando o residente um ator determinante em todas as fases do seu processo, pois, a não ser assim, a melhoria da sua condição de vida (que deve ser o fim último para o desenvolvimento do turismo no local) fica comprometido. Por conseguinte, importa que haja outra abordagem pública no sentido da promoção da intersectorialidade e da relação vertical intrassetorial, nos dois sentidos, com o devido encadeamento entre o estratégico e o operativo, ou entre a teoria e a prática.

Limitações do estudo

Ao ser escolhido o estudo de caso como a metodologia para desenvolver a investigação, foram equacionadas um conjunto de técnicas de pesquisa que envolvesse os diferentes atores relacionados com o estudo. Uma das técnicas mais utilizada para essa metodologia é Delphi, que consiste na constituição de um grupo de especialistas dos vários quadrantes da sociedade que, por meio de submissão de rondas de questionários contribuem com as suas opiniões para estudar o caso. Lamentavelmente, pela pouca disponibilidade e condicionalismos no exercício da livre expressão verificadas no setor público e pela inexistência de uma classe profissional da sociedade civil que pudesse responder a esse estudo, não se considerou adequado a utilização dessa técnica.

Outra situação de realce esteve relacionada com a distância geográfica do orientador da tese no decurso da investigação, embora para minimizar a situação optou-se por um coorientador residente em Luanda, tal como o autor. A inscrição do autor e mais seis colegas angolanos no curso de Turismo, Lazer e Cultura, resultou de um acordo de cooperação entre o Ministério da Hotelaria e Turismo de Angola e a Universidade de Coimbra, com o financiamento dos encargos da formação a serem assumidos pelo governo angolano. Infelizmente, devido à crise financeira que assola o país desde de 2014, os compromissos não foram cumpridos, de maneira que todas as despesas relacionadas com as propinas, viagens, bibliografias e outras relacionadas com a elaboração da tese foram assumidas pelo autor, o que também impossibilitou ao orientador acompanhar no terreno a investigação como estava contratualizado.

Para além das situações referidas, ao longo da investigação surgiram outros constrangimentos não menos importantes que consideram-se igualmente de limitação para o estudo, a saber:

- a) A dificuldade de conciliação da atividade profissional com o trabalho de pesquisa desenvolvido na primeira parte do trabalho. Para colmatar essa limitação, o autor optou por uma ocupação profissional parcial a 40% a fim de desenvolver a investigação empírica e a parte final da tese, infelizmente com acentuadas dificuldades financeiras.
- b) A dificuldade do autor de manusear com profundidade o *software* estatístico *SPSS*. Embora considerando satisfatória a forma como os dados foram

trabalhados e os resultados daí decorrentes, acredita-se que com conhecimentos estatísticos mais sólidos a investigação seria reforçada com outras análises.

- c) A dificuldade de obtenção de bibliografia especializada em Luanda. Praticamente não existe produção científica sobre o turismo em Angola. Os estudos existentes sobre a cultura são, sobretudo, abordagens genéricas sobre as suas dimensões, caracterização e fundamentos, de acordo com o espaço sociocultural. Estudos especializados sobre o património cultural resumem-se aos produzidos pelos organismos tutelados do Ministério da Cultura.
- d) Escassa e deficiente produção estatística sobre o turismo no país. A publicação anual produzida pelo organismo de tutela limita-se a analisar o turismo recetor, não parece haver capacidade técnica e humana para análise do mercado interno, distribuição espacial dos turistas, dormidas realizadas ou estadas médias. A escassa produção estatística também foi sentida aquando da identificação da população em estudo. Depois de 1970, Angola realizou finalmente um censo geral da população em 2014, cujos resultados definitivos foram publicados o ano passado, no entanto, o recenseamento não analisa em pormenor as localidades, limitando-se aos indicadores nacionais e provinciais.
- e) Receio e hesitação das autoridades públicas para aceder às solicitações de entrevista. Conforme se referiu, não foi possível entrevistar diretamente um único diretor do Ministério da Cultura por alegada falta de disponibilidade, não obstante a antecedência com que foram enviados os ofícios de solicitação.
- f) Dificuldade de acesso a determinada documentação. Os organismos públicos e privados em Angola resistem ao hábito de fornecer informações e documentos de interesse público, classificando-os quase sempre de confidenciais. Inclusive as fotografias que foram sendo tiradas pelo autor ao longo da investigação mereceram, em pelo menos duas ocasiões, interpelação por parte das autoridades policiais.
- g) Constrangimentos de ordem logística para a realização dos inquéritos e das entrevistas fora do local de residência, sobretudo devido às limitações financeiras já referidas.

Embora pudessem condicionar os objetivos definidos, a convicção que fica é que as dificuldades de acesso à bibliografia e as questões burocráticas e logísticas apresentadas eram expectáveis para este tipo de estudo em Angola. Partindo do pressuposto de que não é possível fazer um trabalho de investigação sem quaisquer constrangimentos, considera-se que as limitações apresentadas não comprometeram os objetivos e os resultados da tese.

Linhas para investigações futuras

O estado incipiente e incharacterístico do turismo de Angola, em linha com a quase inexistente produção científica sobre a atividade, representa para o autor um desafio para o planeamento e concretização de novas investigações. Há todo um trabalho que deve ter como substrato a formação e a sensibilização dos atores para a construção de uma cultura turística, valorização dos recursos, atitude proativa, espírito de cidadania e compromisso com o país. O setor público e os empresários do setor do turismo precisam de contribuições da ciência que ajudem a decidir melhor e a criar negócios equilibrados tendo em conta a melhoria das condições de vida das populações. Nesta perspetiva, a ligação do autor com a academia e a produção científica constitui um imperativo para ser parte ativa dessas contribuições.

O estudo desenvolvimento na cidade histórica do Dondo aprofundou o conhecimento sobre o valor cultural e histórico da cidade e as suas potencialidades turísticas. O contato intenso com o local e com os residentes despertou no autor outras curiosidades e várias interrogações que devem merecer outras investigações, a nível dos saberes tradicionais, revitalização das aldeias, aprofundamento do estudo sobre os produtos turísticos em rede tendo como eixo o Rio Kwanza, entre outros aspetos. O próprio estado da arte transmitiu uma série de caminhos para estudos posteriores, salientando a necessidade de associar o turismo cultural à imaterialidade dos povos, tendo em conta a escassa monumentalidade no país e o caráter saudável dessas modalidades, sem exigência de grandes recursos financeiros.

Em relação ao estudo de caso, investigações futuras poderão ser projetadas no sentido de consolidar as propostas avançadas de concepção de produtos turísticos estratégicos, abranger a auscultação aos visitantes a fim de definir perfis mais consentâneos com a

procura desejável, promover estudos sobre os lugares e sítios históricos que possam sensibilizar os cidadãos a conhecer e valorizar os seus recursos. Portanto, importa continuar a acompanhar a evolução da cidade do Dondo e de outras localidades do país, consolidando as abordagens desenvolvidas, ao mesmo tempo que forem definidas novas investigações em torno do património cultural, desenvolvimento turístico, transformação urbana e outras dimensões.

De forma mais objetiva, as linhas de pesquisa futuras poderão basear-se em torno dos seguintes estudos:

- Consolidar os estudos atuais sobre o destino, com base na elaboração de um modelo de *Destination Management Organization (DMO)* que sirva de facto os desígnios de desenvolvimento local.
- Projetar uma investigação em torno do Corredor do Kwanza, aprofundando o conhecimento sobre as comunidades integrantes, suas capacidades e recursos, a possibilidade de criação de produtos integrados em rede e a perspetiva de longo prazo deste percurso fluvial ser candidato a património mundial.
- Desenvolver estudos, com suporte da etnografia, sobre as comunidades com vocação para o turismo na perspetiva de apresentar propostas de desenvolvimento turístico relevando a dimensão imaterial da cultura.
- Produzir reflexões genéricas em torno da evolução do turismo no país, a nível da oferta, dos mercados e da formação que tem sido ministrada, fundamentalmente no ensino superior, assim como de outros aspetos que possam afigurar-se relevante.

Ao terminar as conclusões desta tese, o pensamento derradeiro é que a investigação produzida possa ser utilizada para elevar o conhecimento científico e seja inspiradora de novos estudos. Espera-se que o propósito de apresentar um caminho de desenvolvimento turístico para a cidade histórica do Dondo, tendo como suporte o seu património cultural, seja uma realidade, sirva para sensibilizar os atores do setor na adoção de um paradigma de intervenção com fins duradouros, promova ações responsáveis, ajude na mitigação das externalidades negativas e na democratização futura dos benefícios ao invés da privatização dos lucros.

Que o estudo sirva para congregar vontades e recursos para que a proposta seja equacionada na prática, não obstante as limitações. Numa altura em que o país acaba de ser agraciado com a indicação da cidade de Mbanza Congo como património mundial, o estudo poderá despertar um maior interesse, esperando que o mesmo venha a corresponder às possíveis expectativas. Em suma, espera-se que a tese contribua para um novo entendimento sobre a cultura e o património cultural e a sua relação com o turismo no país.

Bibliografia Geral

Abreu, Diogo (2006), *Análise de Dados II. Programa*, Lisboa: Centro de Estudos de Geografia da Universidade de Lisboa.

Aguiar, Lídia; Ferreira, Luís; Pinto, Jorge (2011), “Circuito turístico-cultural – Porto Alamadino: Contributos para a criação de um negócio em turismo” in Oliveira, Cristina; Pinto, Jorge R.; Ferreira, Luís (Orgs.), *Turismo, património e inovação*. Porto: Afrontamento, 167-182.

AHN (2009), *Viagem ao Kwanza-Norte através da sua Documentação. Sec. XVI - XX*. Luanda: AHN (arquivo Histórico de Angola).

Aikawa-Faure, Noriko (2009), “From the proclamation of Masterpieces to the Convention for the safeguarding of intangible cultural heritage” in Smith, Laurajane; Akagawa, Natsuko (eds.) *Intangible Heritage*. London: Routledge, 13-44.

Alcuna, Raul Asúa (2014), *Cultura tradicional Bantu. 2ª Edição*, Paulinas. Luanda.

Alfonso, Louise (2012), “Arqueologia e turismo. Sustentabilidade e inclusão social”, in *Tese de doutoramento*, São Paulo: Universidade de São Paulo.

Alves, Teresa (2012), “Requalificar cidades. Do betão aos conteúdos “tomando sempre novas qualidades” in Rui Jacinto (Coord.) *A cidade e os novos desafios urbanos. Coleção Iberografias*. Lisboa: Âncora, 20, 65-82.

Alves, Valentino; Gomes, Rui (2013), “Portugal de lés a lés: os itinerários nos livros de viagens britânicos entre 1950 e 2000”, in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coord.), *Turismo e cultura. Destinos e competitividade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 231-270.

Amado, Filipe; Cruz, Fausto; Hakkert, Ralph (1992) “Urbanização e desurbanização em Angola” in *Cadernos de população & desenvolvimento*. Luanda: Ministério do Plano. 1 (1), 56-92.

ANA (2015), *A cidade do Dondo e o seu desenvolvimento económico: aportes para a sua história*. Luanda: Edições Angola.

ANA (2011), “Corredor do Kwanza: Memória e história de Muxima, Massanganú, Kambambe e Dondo” in *II Feira do Dondo 2011, de 12 a 14 de agosto*, Luanda: ANA.

Anderson, Wineaster (2015) “Cultural tourism and poverty alleviation in rural Kilimanjaro, Tanzania”, in *Journal of Tourism and Cultural Change*, 13 (3), 208-224. <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14766825.2014.935387> [29 de outubro de 2015].

Aragão, Ivan R.; Macedo, Janete R. (2011), “Turismo e consagração dos ‘Lugares de Memória’ nas cidades coloniais imperiais brasileiras” in *Turismo e Sociedade*, 4 (1), 91-106.

Augé, Marc (2012) *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Letra livre.

Ayala, Hector (2010), “Oportunidades del turismo cultural para los destinos turísticos receptores”, in *Retos Turísticos*, 9 (1), 3-9.

Baños, Zoila J.; Matute, Miguel Ángel (2012), “Potencialidades e insuficiencias en el desarrollo del turismo patrimonial cultural en Santiago de Cuba” in *Arquitectura y Urbanismo*, 23 (1), 64-76.

Baptista, Mário (2003), *Turismo. Gestão estratégica*, Lisboa: Verbo.

Barroco, Cristina; Antunes, Joaquim (2015), “A dinamização das Rotas de Vinho como polos de atracção turística em regiões do interior”, in Santos, Norberto; Cravidão, Fernanda (Coord.), *Gastronomia e Vinhos, do turismo de experiência à experiência pelo turismo*, Coimbra: Minerva, 277-299.

Barros, Fernando (2013), “A construção territorial na Serra da Peneda: afinidades patrimoniais em território transfronteiriço Galaico-Minhoto” in Jacinto, (Coord.), *Paisagens, Patrimónios e Turismo cultural*. Lisboa: Âncora, (24), 20-285.

Batalha, Fernando (2006), *Angola. Arquitectura e história*, Lisboa: Veja

Batalha, Fernando (1950), *A urbanização de Angola*, Luanda: Museu de Angola.

Baudrillard, Jean (2011), *A sociedade do consumo*. Lisboa: Edições 70.

Belaj, Melanija (2015), “Family production and consumption of wine and new forms of tourism”, in Santos, Norberto; Cravidão, Fernanda (Coord.), *Gastronomia e Vinhos. Do turismo de experiência à experiência do turismo*. Coimbra: Minerva, 301-315.

Beni, Mário (2007), *Análise estrutural do turismo (12ª edição)*. São Paulo: Senac.

Binfaré, P.; Soares, A. (2014), “Planejamento turístico: A necessidade de novos rumos em busca de sustentabilidade dos destinos”, in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 21/22 (3), 319-327.

Blake, Janet (2009), “UNESCO’s 2003 Convention on intangible cultural heritage. The impacts of community involvement” in Smith, Laurajane; Akagawa, Natsuko (Eds.) *Intangible Heritage*. London: Routledge, 45-73.

Blanco, Enrique S. (2009), “O turismo rural em áreas de agricultura familiar. As ‘novas ruralidades’ e a sustentabilidade do desenvolvimento local, in Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (Orgs.), *Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 348-355.

Borges, Isabel; Fernandes, João L. (2015), “O turismo como experiência na região demarcada do Douro”, in Santos, Norberto; Cravidão, Fernanda (Coord.), *Gastronomia e Vinhos. Do turismo de experiência à experiência do turismo*. Coimbra: Minerva, 241-250.

Brandis, Dolores; Del Rio, Isabel (1998), “La dialéctica turismo y medio ambiente en las ciudades históricas: una propuesta interpretativa” in Miguel Troitiño Vinuesa (Coord.), *ERÍA, Revista quadrimestral de geografia*. Oviedo: Universidade de Oviedo, 47, 229-240.

Brea, José; Cardoso, Lucília (2011), “Tourism destination image: reflexão sobre as principais investigações internacionais” in *CulTur – revista de cultura e turismo*. (2), 4-18. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo [09 de janeiro de 2015].

Brito-Henriques, Eduardo (2013), “Africa viewed through the lens of “blue travel” visual tourism and colonial imagery” in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coords.) *Turismo e cidade. Destinos e competitividade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 193-208.

Brito, Mónica (2012), “Percurso de sustentabilidade: políticas e práticas de planeamento para o desenvolvimento turístico o Município de Sines”, in *tese de Doutoramento*. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Brilha, José (2005), *Património geológico e geoconservação: A conservação da natureza na vertente geológica*, Braga: Palimage.

Burns, Peter; Novelli, Marina (2006), *Tourism and social identities. Global frameworks and local realities*. Amsterdam: Elsevier.

Bursztyn, Ivan; Bartholo, Roberto; Delamaro, Maurício (2009), “Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil” in Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (Orgs.), *Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 76-91.

Cameron, Christina (2016), “UNESCO and Cultural Heritage: Unexpected Consequences”, in William, Logan; Craith, Máiréad; Kocke, Ullrich, *A Companion to Heritage Studies*, Oxford Wiley-blackwel, 322-336.

Campillo, Aurora (2008), “La gestión del patrimonio inmaterial en sociedades complejas en siglo XXI. Propuestas para implementar políticas de actuación en la Región de Murcia, España” in *El patrimonio cultural inmaterial: Definición y sistemas de catalogación*. Murcia, Reino de Espanha 15-16 de fevereiro de 2007. Murcia: Actas del seminário internacional.

Campos, Nelson (2013), “Das potencialidades arqueológicas da bacia do Curoca/Deserto do Namibe para um estudo diacrónico desde a pré-história africana ao período colonial - algumas notas”, in *Africana Studia, Arqueologia em Angola. Restrospectiva e perpectivas*, 1 (20), 31-56.

Canal de História (2013), *A história da grande guerra. Os anos de conflito, as suas causas e consequências*, Lisboa: 2013

Capitão, Raimundo (2014), “O papel do município no processo de desenvolvimento socioeconómico, político e democrático”, in *Revista Mulemba, Globalização, gestão e dinâmicas de desenvolvimento regional e local*, 4, (8), 353-366.

Carbone, Fabio; Oosterbeek, Luiz; Costa, Carlos (2013), “Paideia approach for heritage management. The tourist enhancement of archaeological heritage on behalf of local communities”, in *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 11 (2), 285-295.

Carmo, Hermano e Ferreira, Manuela (1998), *Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, Ana (2008), “La programmation communautaire 2007-2013 et les politiques de valorization et protection du patrimoine culturel immaterial: La Région de l’Alentejo (Portugal)” in *El patrimonio cultural inmaterial: Definición y sistemas de catalogación*. Murcia, Reino de Espanha 15-16 de fevereiro de 2007. Murcia: Actas del seminário internacional.

Carvalho, Karoliny (2010), “Turismo cultural e arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do património cultural”, in *Turismo & Sociedade*, 3 (1), 51-67.

Carvalho, Maria (2011) *O centro histórico na dinamização das cidades. O centro histórico do Porto, Dissertação de mestrado em Riscos, cidades e ordenamento do território*, Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/12975> [24 de abril de 2015].

Carvalho, Paulo (2010) “As autoridades tradicionais perante os desafios da coesão nacional”, in *RAS - Revista angolana de sociologia: Cultura e tradição*. 5-6, 107-116.

Carvalho, Paulo M. (2012), *Ordenamento territorial e desenvolvimento*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Carvalho, Paulo M. (2011), “Património e desenvolvimento em ambiente rural: Lugares, rotas e redes” in *Cadernos de Geografia, Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, (30/31), 3-16.

Carvalho, Paulo M. (2009a) “Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade” in *2nd Portuguese-Speaking Congress of Regional Science / 1st Cape Verde Congress of Regional Development*. Praia, República de Cabo Verde 6-11 de maio de 2009. Praia: universidade Jean Piaget.

Carvalho, Paulo M. (2009b), *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Lousã: Câmara Municipal.

Carvalho, Paulo M.; Fernandes, João L. (2012) *Património cultural e paisagístico: políticas, intervenções e representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Castro, Bumba (2016), “Breve resumo histórico do turismo. Génese e evolução” in *TurisAngola: Jornal de Turismo de Angola*, (41) 7.

Castro, Bumba (2014), “O turismo e a sua caracterização. Evolução, tendências e as particularidades de Angola”, in *III Jornadas Estatísticas do Turismo, Luanda, República de Angola de 20 a 21 de novembro*. Luanda: Ministério da Hotelaria e Turismo.

Castro, Bumba; Carvalho, Paulo M. (2014), “Património construído, turismo cultural e a cidade histórica do Dondo (Angola)” *Revista TURyDES*, <http://www.eumed.net/rev/turydes/16/dondo.pdf> [24 de julho de 2014].

Castro, Fátima (2011), “Imigração e territórios em mudança. Teoria e prática (s) do modelo de atração-repulsão numa região de baixas densidades” in *Cadernos de Geografia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, (30/31), 203-213.

Cazalma, Amélia; Cravidão, Fernanda; Cunha, Lúcio (2014), “O contributo do desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas transfronteiriças de conservação, para a inclusão das comunidades e para a manutenção da paz”, in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 3, (21/22), 487-496.

Chirikure, Shadreck; Manyanga, Munyaradzi; Ngoro, Webber; Pwiti, Gilbert (2010) “Unfulfilled promises? Heritage management and community participation at some of Africa’s cultural heritage sites”, in *Internacional Journal of Heritage Studies*, <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13527250903441739>[24 de Abril de 2015].

Choay, Françoise (2015), *Alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

Chueca G., Fernando (1982) *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial presença.

Cifelli, Gabrielle; Peixoto, Paulo (2013) “Contradictory aspects of tourism in historic centres: Pelourinho revisited” in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coords.) *Turismo e cidade. Destinos e competitividade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 337-355.

Claval, Paul (2002), “El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacios” in *Boletín de la A. G. E.* (34), 21-39.

Coelho, Virgílio (2010a), *Em busca de Kábàsà! Estudos e reflexões sobre o «reino do N’dòngò, contribuições para a história de Angola*, Luanda: Kilombelombe.

Coelho, Virgílio (2010b), *Os Túmúndòngò. Os «génios» da natureza e o Kilambà. Estudos sobre a sociedade e a cultura Kímbùndù*, Luanda: Kilombelombe.

- Cole, Stroma (2006) “Cultural Tourism, Community Participation and Empowerment”, in Smith, Melanie; Robinson, Mike (Eds.) *Cultural Tourism in a Changing World Politics, Participation and (Re)presentation*, Clevedon: MPG Books, 89-103.
- Coriolano, Luzia N. (2009), “O turismo comunitário no nordeste brasileiro”, in Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (Orgs.), *Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 277-288.
- Costa, Cátia M. (2009), “Oralidade y supervivencia: de la palabra dicha al verbo sentido” *Oráfrica, revista de oralidade africana*. 5, 11-32.
- Costa, Manuel (2012), “Arqueologia moderna da modernidade”, in *Kriterion, Belo Horizonte*, (125), 119-148.
- Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (2015) “Nota introdutória” in Santos, Norberto; Cravidão, Fernanda (Coords.) *Gastronomia e vinhos: do turismo de experiência à experiência pelo turismo*. Coimbra: Minerva, 11-12.
- Crough, David (2013), “The culture of tourism and leisure: engaging space and sustainability”, in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coord.), *Turismo e cultura. Destinos e competitividade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 21-34.
- Crouch, David (2009) “The diverse dynamics of cultural studies and tourism”, in Jamal, Tazim; Robinson, Mike (Eds.) *The SAGE Handbook of Tourism Studies*, London: Sage, 82-97.
- Cruz, Rita (2012), «“Patrimonialização do Património”»: Ensaio sobre a relação entre turismo, “património cultural” e produção do espaço, in *GEOUSP – Espaço e Tempo*. 31, 95-104.
- Cruz, Rita (2009), “Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. Para pensar a realidade brasileira” in Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (Orgs.), *Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 92-107.
- Cunha, Licínio (2013), *Economia e política do turismo (3ª edição)*, Lisboa: Lidel.
- Cunha, Licínio (1997), *Economia e política do turismo (1ª edição)*, Lisboa: Verbo

Cunha, Lúcio (2003), “Maciço de Sicó: Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local”, Coimbra: Universidade de Coimbra.

Cunha, Lúcio; Jacinto, Rui (2013), “Turismo e desenvolvimento dos territórios insulares. Apontamentos para uma geografia do turismo de Cabo Verde”, in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coord.), *Turismo e cultura. Destinos e competitividade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 507-545.

Cunha, Lúcio; Vieira, António (2002), “Património geomorfológico, recurso para o desenvolvimento local em espaços de montanha. Exemplos no Portugal Central”, in *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 21/23, 15-28.

Dias, Gastão (1944), *Ocupação de Angola (Exploração, conquista e povoamento)*, Lisboa: Coleção Pelo Império, (102).

Domingos, Ziva (2013) “A educação patrimonial e a construção da identidade nacional angolana”, in *Revista Mulemba, Estado, nação, nacionalismo e identidade nacional nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP)*, 3(6), 265-282.

Domingos, Ziva (2012). “A arte rupestre do sudoeste de África: desafios e perspectivas” in Oosterbeek, Luiz; Martins, Cristina; Domingos, Ziva (eds.) *Ebo e arte rupestre do sudoeste de África*. Tomar: Arkeos, 13-18.

Domingos, Ziva (2011) “As práticas antropológicas e a gestão do património cultural e natural”, in *Revista Mulemba, Prática antropológica, factor de desenvolvimento*, 1(1), 149-162.

Domingos, Ziva; Castro, Bumba (2016), “Património e arqueologia angolana como potenciais aliados de uma atividade turística nacional residual”, in *Africana Studia*, (24) 71-82.

Dredge, Dianne; Hales, Rob (2012) “Qualitative research methods: Community case study research”, in Dwyer, Larry; Gill, Alison; Seetaram, Neelu (Eds.) *Handbook of Research Methods in Tourism. Quantitative and Qualitative Approaches*, Cheltenham: Edward Elgar, 417-437.

Duarte, Sérgio (2012) “Cidades digitais e desenvolvimento regional: Guarda distrito digital” in Rui Jacinto (Coord.) *A cidade e os novos desafios urbanos. Coleção Iberografias*, Lisboa: Âncora, 20, 129-138.

- DW (2005) *Terra. Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra. Pesquisa, advocacia & políticas de desenvolvimento*. Luanda: Development Workshop.
- Economou, Maria (2016), “Heritage in the Digital Age”, in William, Logan; Craith, Máiréad; Kocke, Ullrich, *A Companion to Heritage Studies*, Oxford Wiley-blackwel, 215-228.
- Egal, Florence (2008), “Cidades, segurança alimentar e gestão sustentável dos recursos naturais: desenvolvimento recente e desafios emergentes”, in *Anais das XII Jornadas técnico-científicas da FESA- Fundação Eduardo dos Santos, Cidades: formação, planeamento e gestão de redes urbanas*, Luanda, 18 a 21 de novembro de 2008. São Paulo: Reobote editora, 77-84.
- Encarnação, Jorge (1995), “Arqueologia: investigação e património”, in *Casa de Sarmento*, (105), págs. 45-57.
- Espírito Santo, Álvaro; Cravidão, Fernanda (2015), “Gastronomia como expressão do património cultural Luso-Amazónico: das heranças históricas ao cenário pós-moderno”, in Santos, Norberto; Cravidão, Fernanda (Coord.), *Gastronomia e Vinhos. Do turismo de experiência à experiência do turismo*. Coimbra: Minerva, 59-74.
- Esborg, Line (2012), “(Re)constructed cultural heritage” *Acta Borealia*. 1(29), 77-97.
- Fadigas, Leonel (2015) *Urbanismo e território: As políticas públicas*, Lisboa: Edições Sílabo.
- Felner, Alfredo (1933), *Angola. Apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fernandes, Ana; Fernandes, Manuel; Póvoas, Rui (2011), “Património Luso-afrotropical: o exemplo das Roças de São Tomé e Príncipe. Desafios para a sua conservação e reabilitação, o seu potencial para o desenvolvimento” in *6º Congresso Luso-Moçambicano de engenharia*. Maputo, República de Moçambique 26 de agosto – 02 de setembro de 2011. Porto: Faculdade de engenharia da universidade do Porto.
- Fernandes, Ivan; Coelho, Marcio (2002) *Economia do turismo. Teoria e prática*. São Paulo: Campus.

Fernandes, João L. (2013a), “Turismo, precariedade territorial e dinâmicas de desterritorialização” in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coords.) *Turismo e cidade. Destinos e competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 111-133.

Fernandes, João L. (2013b), “Turismo topobiográficos e territórios narrativos: conceitos e análise crítica”, in *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 11 (4), 687-701.

Fernandes, João L. (2012), “Indústrias culturais, representação de lugares e marketing territorial – O caso particular do Continente Africano em O Fiel Jardineiro, de Fernando Meireles”, in Carvalho, Paulo M.; Fernandes, João L. (Autores) *Património Cultural e Paisagístico: Políticas, Intervenções e Representação*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 211-228.

Fernandes, João L. (2011), “Tecnologia, georreferenciação e novas territorialidades – o caso do geocaching”, in *Cadernos de Geografia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, (30/31), 171-180.

Fernandes, João L.; Carvalho, Paulo M. (2012), “Conservation, development and environment: a conflictual relationship or a different view for new geographies?” In Cravidão, Fernanda; Cunha, Lúcio; Santos, Norberto (Coords.), *Regional and local responses in Portugal in the context of marginalization and globalization*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 83-98.

Fernandes, José (2004), “Reabilitação de centros históricos e reutilização da cidade: o caso de Porto-Gaia”, in Vitor Jorge (Coord.) *Conservar para quê? 8ª Mesa-redonda de primavera*. Porto, 26 a 27 de março de 2004. Universidade do Porto. 213-230.

Fernando, Manzambi (2001), “Estudo das colecções etnográficas dos museus de Angola numa perspetiva histórica e antropológica”, in *Africana studia*, 4, 121-148.

Fernando, Miguel (2015), *O turismo em Angola. O caso específico da planificação do Mussulo*, Luanda: Mayamba.

Ferreira, Ana M. (2003), *O turismo como propiciador da regeneração urbana dos centros históricos. O caso de Faro*. Tese de doutoramento em Turismo. Universidade de Aveiro. <https://oatd.org/oatd/record?record=handle%5C%3A10773%5C%2F5010> [11 de fevereiro de 2014].

- Ferreira, Claudino; Gomes, Carina S. (2012) “A cultura, o turismo e as políticas para as cidades” in Rui Jacinto (Coord.) *Patrimónios, territórios e turismo cultural. Coleção Iberografias*, Lisboa: Âncora, 19, 25-47.
- Ferreira, Luís (2013), *Manual para a elaboração de roteiros de turismo cultural*, Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- Ferreira, Manuel E. (2002), “Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975 – 1990)”, in *Análise Social*, 27 (162), 47-90.
- Figueira, Victor; Dias, Reinaldo (2011), *A responsabilidade social no turismo*, Lisboa: Escolar.
- Filipe, Carlos (2013) “Experiências criativas e co-criação em espaço rural: o caso do festival internacional de danças populares «Andanças»” in Jacinto, (Coord.), *Paisagens, Patrimónios e Turismo cultural*. Lisboa: Âncora, (24), 180-196.
- Fontes, Maria (2007), *Urbanismo e arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução*, Tese de doutoramento em Planeamento urbanístico. Universidade Técnica de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2027> [18 de dezembro de 2015].
- Fortanier, Fabienne; Van Wijk (2010) “Sustainable tourism industry development in sub-Saharan Africa: Consequences of foreign hotels for local employment”, in *International Business Review*, 19, 191-205.
- Fortin, Marie-Fabienne (1999), *O processo de investigação. Da concepção à realização*. Loures: Edições técnicas científicas.
- Fortuna, Carlos; Gomes, Carina (2013) “Turismo, cidade e universidade: O caso de Coimbra” in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coords.) *Turismo e cidade. Destinos e competitividade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 273-296.
- Franch, Juan. (2006), “La recuperación del patrimonio del area metropolitana de Lima (Perú) a través de desarrollo turístico”, in *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 4 (3), 343-350.
- Fresneda, Silvia; Lobo, António (2014), “Una aproximación a los factores claves para la gestión de los bienes de patrimonio cultural”, in *Tourism & Management Studies*, 10, 186-192.

Freudenthal, Aida; Matias, Maria; Barata, Filipe; Fernandes, José (2010), *Património de origem portuguesa no mundo. Arquitectura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Galingo, Julián; Sabaté, Joaquín (2009) “El valor estructurante del patrimonio en la transformación del território”, in *Apuntes*. 22 (1), 20-33.

Gama, António (2012), “Cidade, moderna urbanização e novas lógicas de organização espacial”, in Jacinto, Rui (Coord.) *A cidade e os novos desafios urbanos. Coleção Iberografias*, Lisboa: Âncora, 20, 83-94.

Gama, Rui (2012) “Cidades e regiões inteligentes: A geografia da Europa criativa” in Jacinto, Rui (Coord.) *A cidade e os novos desafios urbanos. Coleção Iberografias*. Lisboa: Âncora, 20, 139-168.

Gastal, Susana (2006), “Tiempos post-modernos. Posibilidades para el turismo, in *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 15, 270-282.

Giampiccoli, Andrea (2015), “Community-based tourism: origins and present trends”, in *African Journal for Physical, Health Education, Recreation and Dance (AJPHERD)*, 21 (2), 675-687 <http://www.ajol.info/index.php/ajpherd/article/view/119030> [29 de outubro de 2015].

Goeldner, Charles; Brent Ritchie, J. R. (2006), *Tourism Principles, Practices, Philosophies (10ª edição)*, New Jersey: John Wiley & Son.

Gomes, Carina (2012), “Grandezas e hierarquias na ordem urbana: O turismo e as pequenas cidades na península ibérica” in Rui Jacinto (Coord.) *Patrimónios, territórios e turismo cultural. Coleção Iberografias*. Lisboa: Âncora, 19,57-76.

Gonçalves, Adelino (2013) “A dimensão urban(ístic)a do património” in *Encontro internacional arquiemória 4 sobre preservação do património edificado*, Salvador, 14 a 17 de maio de 2013. Universidade de Coimbra.

Gonçalves, Adelino (2011), *Património urban(ístico) e planeamento da salvaguarda. Os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habitar a patrimonialização da cidade na sua (re)feitura*. Tese de doutoramento em Arquitetura. Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/18283> [05 de dezembro de 2014].

- Gonçalves, Alexandra (2008), “As comunidades criativas. O turismo e a cultura” *in dos algarves – Revista da Escola Superior de Gestão Hoteleira e Turismo da Universidade do Algarve*, (17), 11-17.
- González, Laura (2012), “El en la Raya Zamora – Trás-os-Montes. Valoración de los recursos turísticos y propuestas de revitalización sostenibles”, *in* Jacinto, Rui (Coord.), *Patrimónios, Territórios e Turismo cultural. Recursos, Estratégias e Políticas*. Lisboa: Âncora, (19), 243-257.
- Goycoolea P., Roberto; Nuñez M., Paz (2008) “Requalificação urbana e habilidade básica nas zonas periurbanas” *in* Anais, XII Jornadas técnico-científicas da FESA- Fundação Eduardo dos Santos, *Cidades: formação, planeamento e gestão de redes urbanas*. Luanda, 18 a 21 de novembro de 2008, São Paulo: Reobote editora, 137-155.
- Grammont, Anna M. (2006), “A construção do conceito de património histórico: restauração e cartas patrimoniais” *in* *Pasos. Revista del turismo y patrimonio cultural*, 4 (3), 437-442.
- Gutierrez, Manuel (2015), “A história comprida de Angola a partir das fontes arqueológicas”, *in* *Actas do III encontro internacional de história de Angola*, Luanda: Arquivo Nacional de Angola,
- Gutierrez, Manuel (2009), *Arte rupestre em Angola. Província do Namibe*, Saint-Maurdes-Fossés: Serpia.
- Haesbaert, Rogério; Limonad, Ester (2007), “O Território em tempos de globalização”, *in* *Etc..., Revista Electrónica de Ciências Sociais Aplicadas*, 1 (2), 39-52.
- Harvey, David (2012), *La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural (2ª edição)*, Buenos Aires: Amorrortu.
- Harvey, David (2011), *O Enigma do capital e as crises do capitalismo*. Lisboa: Bizâncio.
- Heintze, Beatrix (2007), *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*, Luanda: Kilombelombe.
- Henriques, Cláudia (2003), *Turismo, cidade e cultura. Planeamento e gestão sustentável*, Edições Sílabo: Lisboa.

Henriques, Isabel (1998), “A urbanização comercial em Angola no século XIX” in *Fontes & estudos – Revista do Arquivo Histórico Nacional*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola, (4-5), 229-246.

Hill, Manuela; Hill, Andrew (2002), *Investigação por questionário (2ª edição)*, Lisboa: Edições Sílabo.

Hitters, Erik; Richards, Greg (2002) “The creation and management cultural clusters” In *Blackwell*. 11(4), 234-247.

Imalwa, Emma (2012) “Developments of archaeological heritage management in Southern Africa: a look at heritage legislation during the colonial and post-colonial periods” in Oosterbeek, Luiz; Martins, Cristina; Domingos, Ziva (Eds.), *Ebo e arte rupestre do sudoeste de África*, Tomar: Arkeos, 77-86.

Iniesta, Ángel (2008a), “El patrimonio cultural inmaterial de la Región de Murcia. Algunas reflexiones sobre su papel en la visión del patrimonio cultural como factor de cooperación interregional, desarrollo social e sostenibilidad económica” in *El patrimonio cultural inmaterial: Definición y sistemas de catalogación*. Murcia, Reino de Espanha 15-16 de fevereiro de 2007. Murcia: Actas del seminário internacional.

Iniesta, Angel (2008b) “El patrimonio cultural inmaterial: Definición y sistemas de catalogación”, in *El patrimonio cultural inmaterial: Definición y sistemas de catalogación*. Murcia, Reino de Espanha 15-16 de fevereiro de 2007. Murcia: Actas del seminário internacional.

Iniesta, Angel; García, Immaculada (2008). “La participación de la Región de Murcia en el proeycto MEDINIS”, in *El patrimonio cultural inmaterial: Definición y sistemas de catalogación*. Murcia, Reino de Espanha 15-16 de fevereiro de 2007. Murcia: Actas del seminário internacional.

INPC (2014), *Paisagem histórica e cultural*, Luanda: edições de Angola.

Irving, Marta (2009), “Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária. Inovar é possível?” In Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (Orgs.), *Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 108-121.

Jacinto, Rui (2012) “Cidade, território e coesão urbana: novos olhares, outros caminhos” in Jacinto, Rui (Coord.), *A cidade e os novos desafios urbanos. Coleção Iberografias*, Lisboa: Âncora, 20, 5-37.

Jordão, J.; Romera, P.; López García, J.; Briz, J. (2008) “Marketing das cidades: Uma contribuição para o estudo da realidade angolana” in Anais, XII Jornadas técnico-científicas da FESA- Fundação Eduardo dos Santos, *Cidades: formação, planeamento e gestão de redes urbanas*, Luanda, 18 a 21 de novembro de 2008, São Paulo: Reobote editora, 311-344.

Jorge, Vítor (1990), “Arqueologia e história: algumas reflexões prévias”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, (367-372).

Jugmohan, S.; Steyn, J. N. (2015), “A pre-condition evaluation and management model for community-based tourism”, in *AJPHRD – African Journal for Physical, Health Education, Recreation and Dance*, 21 3(2), 1065-1081. <http://www.ajol.info/index.php/ajpherd/article/view/121464> [29 de outubro de 2015].

Kajibanga, Victor (2010) “Culturas étnicas e cultura nacional: uma reflexão sociológica sobre o caso angolano” in *RAS – Revista angolana de sociologia: Cultura e tradição*, 5 (6), 97-105.

Keita, Boubacar (2009), *História da África Negra*, Luanda: Texto editora.

Keitumetse, Susan (2011) “Sustainable development and cultural heritage management in Botswana: towards sustainable communities”, in *Wiley Online Library*, <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sd.419/abstract> [24 de Abril de 2015].

Köhler, André (2014) “Quero ser centro de lazer, turismo e compras: Políticas de regeneração urbana e a reprodução em série de modelos em Hull, Inglaterra”, in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 3 (21/22), 435-444.

Kolo, Jerry (2014), “Rationalizing government’s leadership and coordination roles in tourism development in Sub-Sahara África”, in *AJBER – African Journal of Business and Economic Research*, 9 (2, 3), 15-26.

Krippendorf, Jost (2009), *Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens (2ª Edição)*, São Paulo: Aleph.

Kunstler, James H. (2006), *O fim do petróleo. O grande desafio do século XXI*, Lisboa: Bizâncio.

La Calle V., Manuel; García H., María (1998) “Ciudades históricas: patrimonio cultural y recurso turístico” in Troitiño Vinuesa, Miguel (Coord.), *ERÍA – Revista quadrimestral de geografia*, Oviedo: Universidade de Oviedo, 47, 249-266.

Lage, Beatriz; Milone, Paulo (2000), “Fundamentos económicos do turismo” in Lage, Beatriz; Milone, Paulo (Orgs.) *Turismo. Teoria e prática*, São Paulo: Atlas, 25-37.

Lane, Paul (2011), “Possibilities for a postcolonial archaeological in sub-Saharan Africa: Indigenous and usable pasts”, in *Revista World Archaeology*, 43 (1), 7-25.

Lavrador, Luís (2015), “Vinho – néctar dos homens e dos deuses”, in Santos, Norberto; Cravidão, Fernanda (Coord.), *Gastronomia e Vinhos. Do turismo de experiência à experiência do turismo*, Coimbra: Minerva, 217-226.

Leira, José; Caamaño, Iria; Transmonte, Patricia (2014), “El patrimonio arqueológico como atractivo turístico. Un caso de estudio sobre el Arqueoturismo en el municipio de Carnota (A Coruña, Galicia)”, in *TURyDES – Revista Turismo y Desarrollo local*, 7 (17).

Lima, Joana; Eusébio, Maria; Varum, Celeste (2011), “Turismo e exclusão social: O turismo social como potencial instrumento de aprendizagem”, in Oliveira, Cristina; Pinto, Jorge; Ferreira, Luís (Orgs.), *Turismo, património e inovação*, 119-134, Porto: Afrontamento.

Lopes, Laryssa; Araújo, José; Nascimento, Marcos (2012) “Valores de uso turístico dos geossítios de Sete Cidades (PI)”, in *Anuário do Instituto de Geociências, UFRJ*, 35 (1), 209-221.

Lopes, Flávio; Correia, Miguel (2014), *Património cultural. Critérios e normas internacionais de proteção*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.

López, Olimpia; Arroyo, Judith (2012), “El turismo orientado a los pobres: una alternativa estratégica para los países en desarrollo”, in *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 10 (5), 451-465.

López T., Lorenzo (2012) “Ciudades innovadoras y nueva imagen urbana. Dinámicas entre el crecimiento y los eventos” in Jacinto, Rui (Coord.) *A cidade e os novos desafios urbanos. Coleção Iberografias*, Lisboa: Âncora, 20, 291-304.

Lourenço, Helena (2013) “Festas e romarias: um importante elo de ligação do património e turismo cultural ibéricos: os dias medievais de Castro Marim (Algarve) e Romaría del Rocío (Andaluzia)” in Jacinto, Rui (Coord.), *Paisagens, Patrimónios e Turismo cultural*. Lisboa: Âncora, (24), 225-236.

Mabulla, Audax (2000), “Strategy for cultural heritage management (CHM) in Africa: a case study”, in *African Archaeological Review*, [http://link.springer.com/article/10.1023/](http://link.springer.com/article/10.1023/10.1023/) [24 de Abril de 2015].

Mallor, Elodie; González-Gallarza, Martina; Fayos, Teresa (2013), “Qué es y cómo se mide el turismo cultural? Un estudio longitudinal con series temporales para el caso Español”, in *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 11 (2), 269-284.

Margari, Zoi (2008), “Patrimoine culturel immatériel: Politiques et stratégies. Le cas de la Grèce” in *El patrimonio cultural inmaterial: Definición y sistemas de catalogación*. Murcia, Reino de Espanha 15-16 de fevereiro de 2007. Murcia: Actas del seminário internacional.

Maria, Pedro C. (2015), *Minorias étnicas em Angola, O caso dos San*, Luanda: Edições JZM.

Marques, Walter (1964), *Problemas do desenvolvimento económico de Angola*. Luanda: Junta do Desenvolvimento Industrial (1).

Martín, Fernando (1998) “Turismo y economía en las ciudades históricas españolas” in Troitiño Vinuesa, Miguel (Coord.), *ERÍA – Revista quadrimestral de geografía*, Oviedo: Universidade de Oviedo, 47, 267-280.

Matos, Madalena; Ramos, Tânia (2008), “Amenizar os trópicos: desenhando cidades jardins nas ex-colónias portuguesas”, in *Revista Seminário de História da Cidade e Urbanismo – SHCH 1990*, 10 (2).

Marujo, Maria (2015), “Turistas e anfitriões: o vinho da interacção e da hospitalidade”, in Santos, Norberto; Cravidão, Fernanda (Coord.), *Gastronomia e Vinhos. Do turismo de experiência à experiência do turismo*, Coimbra: Minerva, 229-240.

Marujo, Maria; Carvalho, Paulo M (2010): “Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável”, in *Revista Turismo e Sociedade*, 3 (2), 147-161.

- Marujo, Maria; Cravidão, Fernanda (2012), “Turismo e lugares: uma visão geográfica” in *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 10 (3), 281-288.
- McIntosh, Robert W.; Goeldner, Charles R.; Brent Ritchie, J. R. (2006), *Turismo, Planeación, Administración y perspectivas (2ª edição)*, Balderas: Limusa.
- McKercher, Bob; Du Cros, Hilary (2002), *Cultural tourism: the partnership between tourism and cultural heritage management*, USA: Harworth Hospitality Press.
- Mendes, Francisca (2010), “A importância do património molinológico na atualidade”, in *Revista Molinologia Portuguesa*, 10-30.
- Mendes, Luís (2014), “Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese *rent gap* de Neil Smith”, in *Card. Metrop., São Paulo*. 16 (32), 487-511.
- Meyer, Daniel; Meyer, Natanya (2015), “The role and impact of tourism on local economic development: A comparative study”, in *African Journal for Physical, Health Education, Recreation and Dance (AJPHERD)*, 21 (1:1), 197-214.
- Miguel, Francisco (2008), “Premissas para o desenvolvimento urbano em Angola”, in *Anais das XII Jornadas técnico-científicas da FESA- Fundação Eduardo dos Santos, Cidades: formação, planeamento e gestão de redes urbanas*. Luanda, 18 a 21 de novembro de 2008, São Paulo: Reobote editora, 87-93.
- Milheiro, Ana C. (2012), “O gabinete de urbanização colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português”, in *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4 (2), 215-232, <http://www.jourlib.org/paper/> [05 de janeiro de 2015].
- MINHOTUR (2016), *Anuário de estatística do turismo de Angola de 2015*. Luanda: Edições de Angola.
- MINHOTUR (2015), *Anuário de estatística do turismo de Angola de 2014*. Luanda: Edições de Angola.
- MINHOTUR (2014), *Boletim estatístico do mercado hoteleiro e turístico de Angola do ano 2013*. Luanda: Edições de Angola.
- MINHOTUR (2013), *Boletim estatístico do mercado hoteleiro e turístico de Angola do ano 2012*. Luanda: Edições de Angola.

MINHOTUR (2012), *Boletim estatístico do mercado hoteleiro e turístico de Angola do ano 2011*. Luanda: Edições de Angola.

MINHOTUR (2003), *Angola – Evolução e Dinâmica do Sector da Hotelaria e Turismo 1988 – 2001*, Luanda: Edições de Angola.

MINHOTUR (1996), “Breve história do turismo em Angola”, Luanda: MINHOTUR, <http://www.minhotur.gov.ao/> [24 de dezembro de 2015].

Monroe, J. Cameron (2011), “Urbanism on west Africa’s slave coast. Archaeology sheds new light on cities in the era of the Atlantic slave trade”, in *American Scientist*, 99, 400-409. www.americanscientist.org [27 de outubro de 2015].

Monteiro, Gilberto (2012), *A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades. As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e urbanismo, Universidade Fernando Pessoa, bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3397/3/ [27 de outubro de 2015].

Monteiro, Silva; Veiga, Élsio; Fernandes, Éder; Fernandes, Hermelindo; Rodrigues, Jair; Cunha, Lúcio (2011), “O crescimento urbano espontâneo e riscos naturais na cidade da Praia (Cabo Verde) in *Cadernos de Geografia, Revista da Faculdade de Letras*, Coimbra: Universidade de Coimbra, (30/31), 117-130.

Morais, Ana Maria; Neves, Isabel (2007), “Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista”, in *Revista Portuguesa de Educação da Universidade do Minho*, 20 (2), 75-104.

Moreira, Claudete (2012), “Lazer, animação turística e desenvolvimento local”, in Jacinto, Rui (Coord.), *Patrimónios, Territórios e Turismo cultural. Recursos, Estratégias e Políticas*, Lisboa: Âncora, (19), 77-103.

Moritz, T.; Alves, F.; Costa, C. (2014), “Gestão integrada de zonas costeiras: a importância para os destinos turísticos” in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 21/22 (3), 153-165.

Mourão, Fernando (2008) “Gestão de redes urbanas” in *Anais, XII Jornadas técnico-científicas da FESA- Fundação Eduardo dos Santos, Cidades: formação, planeamento e gestão de redes urbanas*. Luanda, 18 a 21 de novembro de 2008, São Paulo: Reobote editora, 409-424.

- Mowfort, Martin; Munt, Ian (2009), *Tourism and sustainability. Development, globalisation and new tourism in the third world (3ª edição)*, Londres: Routledge.
- Muñoz, Ana I; Fuentes, Laura; Fayos-Solà, Eduardo (2012), “Turismo como instrumento de desarrollo. Una visión alternativa desde factores humanos, sociales e institucionales”, in *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 10 (5), 437-449.
- Nadais, Catarina (2013), “Os lugares de Guerra Junqueiro: o turismo literário em Freixo de Espada à Cinta”, in Jacinto, (Coord.), *Paisagens, Patrimónios e Turismo cultural*, Lisboa: Âncora, (24), 197-224.
- Neto, Maria C. (2015), “A história urbana de Angola no século vinte: quase tudo por fazer” in, *Actas do III encontro internacional de história de Angola*, Luanda: Arquivo Nacional de Angola, 1, 173-189.
- Noguera, Joan; Ferrándis, Adrián; Spiegelhalder, Mar (2012) “De complemento a motor: la transformación de la función del ocio y turismo en las estrategias de desarrollo local. El caso de la recuperación y valoración del patrimonio cultural”, in *ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura*. 188 (754), 377-393.
- OCDE (2009), “L’impact de la culture sur le tourisme”. *Relatório do Comité do Turismo da OCDE* (Organização para cooperação e desenvolvimento económico). Paris: OCDE.
- OMT (2005), *Cultural tourism and poverty alleviation. The Asia-Pacific perspective*. Madrid: OMT. <http://www.e-unwto.org> [09 de janeiro de 2015].
- OMT; CET (2005), *Le tourisme urbain et la culture – L’expérience européenne*. Madrid: OMT.
- Pardellas, Xúlio (2013), “Património e turismo cultural”, in Jacinto, Rui (Coord.), *Paisagens, Patrimónios e Turismo cultural*, Lisboa: Âncora, (24), 161-168.
- Parreira, Adriano (2003), *Breve cronologia da história de Angola*, Luanda: Nzila.
- Pattison, Helen (2012), “The paradoxes of tourism encounters in the mass tourism spaces of Gambia”, in Mouffakir, Omar; Burns, Peter (eds.), *Controversies in tourism*, London: CABI, 216-228.
- Pereiro, Xeraldo (2009), *Turismo cultural. Uma visão antropológica*, Tenerife: Asociación Canaria de Antropología.

Phillips, Estelle; Pugh, D. S. (1998), *Como preparar um mestrado ou doutoramento. Um manual prático para estudantes e orientadores*, Mem Martins: Lyon.

Pichler, Sabine; Ashworth, Harold G. (2011), “Do tourists destroy the heritage they have come to experience?” in Oliveira, Cristina; Pinto, Jorge; Ferreira, Luís (Orgs.), *Turismo, património e inovação*. Porto: Afrontamento, 109-117.

Pinheiro, Rafaelle; Santos, Cristiane (2012) “Revitalização urbana e turismo: o caso do centro histórico de Aracaju (Sergipe, Brasil)”, in *Turismo e Sociedade*, 5 (1), 275-294.

Piñole, Isabel (2006), *Gestión, produtos y servicios de las agencias de viajes*, Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces.

Pissarra, Cristina; Santana, Rosário (2012), “O Canto do Linho. Actividades agrícolas associadas a práticas comerciais de fronteira. O lugar do linho no desenvolvimento transfronteiriço do Concelho do Sabugal. Análise dos cantos próprios e de apoio a esta prática”, in Jacinto, Rui (Coord.), *Patrimónios, Territórios e Turismo cultural. Recursos, Estratégias e Políticas*. Lisboa: Âncora, (19), 211-226.

Prats, Llorenç (2011), “La viabilidade turística del patrimonio” in *Pasos – Revista del Turismo e Patrimonio Cultural*, 9(2), 249-264.

Prats, Llorenç (2003), “Patrimonio + turismo = desarrollo?” in *Pasos – Revista del Turismo e Patrimonio Cultural*, 1 (2), 127-136.

Prats, José; Cànoves, Gemma (2012), “El turismo cultural como oferta complementaria en los destinos de litoral. El caso de la Costa Brava (España), in *Boletín del Instituto de Geografía, UNAM*, (79), 119-135, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=56924845008> [29 de outubro de 2015].

Paulo, Luisa (2009), *A reabilitação do património como factor de desenvolvimento local. O modelo da “Aldeia Sustentável”*, Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

Pwiti, Gilbert; Ndoro, Webber (1999), “The legacy of colonialism: Perceptions of the cultural heritage in southern Africa, with special reference to Zimbabwe” in *African Archaeological Review*, <http://link.springer.com/article/> [24 de Abril de 2015].

Quinquino, João (2008), “O quadro jurídico fundiário em Angola” in Anais XII Jornadas técnico-científicas da FESA – Fundação Eduardo dos Santos, *Cidades: formação*,

planeamento e gestão de redes urbanas, Luanda, 18 a 21 de novembro de 2008, São Paulo: Reobote editora, 243-253.

Quintas, Manuel (1988), *Tratado de Hotelaria*. Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística (INFT).

Redinha, José (1964), *A habitação tradicional em Angola*, Luanda: Museu de Angola.

Reeves, Keir; Plets, Gertjan (2016), “Cultural Heritage as a Strategy for Social Needs and Community Identity”, in William, Logan; Craith, Máiréad; Kocke, Ullrich, *A Companion to Heritage Studies*, Oxford Wiley-blackwel, 203-214.

Reis, Roberto (2013), “As recriações históricas em Portugal – perspetivas e impactos”, in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coord.), *Turismo e cultura. Destinos e competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 297-335.

Ribeiro, Fernando (2010), “A questão fundiária em Moçambique: Dinâmicas globais, Estado e interesses em torno da terra no pós-independência”, in *RAS – Revista Angola de Sociologia*, (5, 6), 47-58.

Ribeiro, Nicolino; Ferreira, Luís (2011), “Proposta para um modelo de diagnóstico estratégico de destinos turísticos” in Oliveira, Cristina; Pinto, Jorge; Ferreira, Luís (Orgs.) *Turismo, património, inovação*, Lisboa: Afrontamento.

Richards, Greg (2010), “Tourism development trajectories – from culture to creativity?” in *Encontros científicos – Tourism and management studies*, (6), 9-15.

Richards, Greg (2005), “The scope and significance of cultural tourism”, in Greg Richards (Ed.) *Culture and Tourism in Europe*, Atlas – Association for tourism and leisure education, 21-38. www.atlas-euro.org [09 de janeiro de 2015].

Richards, Greg; Wilson, Julie (2006), “Developing creativity in tourist experiences: a solution to the serial reproduction of culture?” in *Tourism Management*, 27, 1209-1223.

Robinson, Mike; Smith, Melanie (2006) “Politics, Power and Play: The Shifting Contexts of Cultural Tourism”, in Smith, Melanie; Robinson, Mike (Eds.) *Cultural Tourism in a Changing World Politics, Participation and (Re)presentation*, Clevedon: MPG Books, 1-18.

Rodrigues, Áurea; Rodrigues, Apolónia; Kastenholz, Elizabeth (2009), “Redes em turismo rural e o seu impacto no desenvolvimento sustentável dos destinos: o caso da rede europeia de turismo de aldeia, in Matias, Álvaro; Sardinha, Raúl (Orgs.), *Avanços em economia e gestão do turismo. Novas tendências, sustentabilidade e desenvolvimento regional*, Lisboa: Instituto Piaget, 141-182.

Rogerson, Christian M. (2013), “Tourism and local development in South Africa: Challenging local governments in African Journal for Physical, Health Education, Recreation and Dance (AJPHERD), 2, 9-23.

Rosón, Javier (2008) “Cultura oral y patrimonio inmaterial en el barrio del Albayzín, Granada. Una aplicación del modelo de catalogación en marco del Proyecto Mediterranean Voices”, in *El patrimonio cultural inmaterial: Definición y sistemas de catalogación*, Murcia, Reino de Espanha 15-16 de fevereiro de 2007, Murcia: Actas del seminário internacional.

Santana, Agustín (2008), “El turismo cultural. Un negocio responsable?” In *Revista Estudios e Perspectivas en Turismo*, 17, 272-294. <http://www.scielo.org.ar/pdf/eypt/> [29 de outubro de 2015].

Santos, José; Cabeça, Sónia (2010), “Conservação, salvaguarda, criação e culturas orais: uma aproximação conceptual”, in *JRdS*, <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/> [27 de Outubro 2015].

Santos, Laura; Santos, Cristiane; Campos, António (2012), “Regionalização do turismo no Brasil e a descentralização do turismo no Estado de Sergipe: o caso do roteiro cidades históricas, in XII Coloquio Internacional de Geocrítica, *Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX*, Bogotá, República da Colômbia, 7-11 de Maio de 2012, Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia.

Santos, José; Henriques, Cláudia (2015) “O gosto do outro pelo nosso gosto – o caso dos “neoresidentes” em espaço algarvio” in Santos, Norberto; Cravidão, Fernanda (Coords.) *Gastronomia e vinhos: do turismo de experiência à experiência pelo turismo*. Coimbra: Minerva, 131-149.

Santos, Norberto (2012), “Sustentabilidade urbana. Território e aplicabilidade” in Jacinto, Rui (Coord.), *A cidade e os novos desafios urbanos. Coleção Iberografias*, Lisboa: Âncora, 20, 205-234.

Santos, Norberto; Azevedo, Liliana (2013), “Cidade, património e centros históricos: política e reabilitação urbana em Coimbra”. *Mercator-Revista de Geografia da Universidade Federal de Ceará*, 27 (12), 7-23.

Santos, Norberto; Cravidão, Fernanda; Cunha, Lúcio (2010), “Espaço turístico e meio ambiente. Natureza, paisagens culturais e os produtos turísticos associados ao território”, *Universidade de Coimbra*, Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (GEGOT).

Santos, Norberto; Mendes, António (2015), “Bread traditions, territories and development”, in Santos, Norberto; Cravidão, Fernanda (Coord.), *Gastronomia e Vinhos. Do turismo de experiência à experiência do turismo*, Coimbra: Minerva, 29-46.

Sardo, Anabela; Estevão, João (2012), “O turismo cultural como maximizador dos benefícios económicos do turismo”, in Jacinto, Rui (Coord.), *Patrimónios, Territórios e Turismo cultural. Recursos, Estratégias e Políticas*, Lisboa: Âncora, (19), 441-462.

Sarmento, João (2013), “Tourism routes: material heritage of portuguese origin in Morocco and Goa”, in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coord.), *Turismo e cultura. Destinos e competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 209-229.

Schlüter, Regina (2015), La gastronomía y las nuevas formas de turismo. De la tradición a la innovación? In Santos, Norberto; Cravidão, Fernanda (Coords.) *Gastronomia e vinhos: do turismo de experiência à experiência pelo turismo*, Coimbra: Minerva, 13-27.

Sem, Amartya (2001), *Development as freedom*, Oxford: University Press.

Senabre, David (2012), “Ciudades, património y sostenibilidad” in Jacinto, Rui (Coord.) *A cidade e os novos desafios urbanos. Coleção Iberografias*, Lisboa: Âncora, 20, 169-182.

Sharpley, Richard (2009) “Tourism, Religion, and Spirituality”, in Jamal, Tazim; Robinson, Mike (Eds.) *The SAGE Handbook of Tourism Studies*, London: Sage, 237-253.

Sicard, Hugues (2008), “Convención para la salvaguarda del patrimonio cultural inmaterial: conceptos e inventarios” in *El patrimonio cultural inmaterial: Definición y*

sistemas de catalogación, Murcia, Reino de Espanha 15-16 de fevereiro de 2007, Murcia: Actas del seminário internacional.

Silva, Ana M.; Carvalho, Paulo M. (2011), “Política de cidades, requalificação urbana e património – O caso da Polis de Leiria”, in *Cadernos de Geografia, Revista da Faculdade de Letras*, Coimbra: Universidade de Coimbra, (30/31), 257-268.

Silva, Katia; Ramiro, Rodrigo; Teixeira, Breno (2009), “Fomento ao turismo de base comunitária. A experiência do Ministério do Turismo”, in Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (Orgs.), *Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Rio de Janeiro: Letra e imagem, 359-368.

Silva, Rosa (2000), “O corredor do Kwanza: a reurbanização dos espaços – Makunde, Kalumbo, Massangano, Muxima, Dondo e Kambambe. Séc. XIX”, in *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930)*, Actas da III reunião internacional de história de África, Lisboa: Separatas, 157-173.

Silva, Teresa (2012), “A cidade africana contemporânea de origem portuguesa: São Tomé pré e pós-independência”. *Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4 (2), 175-188. <http://www.jourlib.org/paper/2400430#.Vo0tb43Snt4> [05 de janeiro de 2015].

Silvano, Justina; Kastenholg, Elizabeth (2009), “O turismo rural em áreas rurais como factor de desenvolvimento. O caso do parque natural de Montesinho”, in Matias, Álvaro; Sardinha, Raúl (Orgs.), *Avanços em economia e gestão do turismo. Novas tendências, sustentabilidade e desenvolvimento regional*, Lisboa: Instituto Piaget, 101-118.

Silvestre, Carlos (2014a), *Dondo. De 1500 a 2000 (2ª edição)*, Luanda: Sopal.

Silvestre, Carlos (2014b), *Dondo, de 2000 a 2015. O renascer de uma velha cidade*, Luanda: Sopal.

Simões, Orlando; Carreira, Vivina (2013), “Processos de patrimonialização em contexto rural: o caso de Póvoa Dão”, in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coord.), *Turismo e cultura. Destinos e competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 395-412.

Smith, Laurajane (2006) *Uses of heritage*, Abingdon: Routledge.

Smith, Laurajane; Campbell, Gary (2016) “The Elephant in the Room: Heritage, Affect, and Emotion”, in William, Logan; Craith, Máiréad; Kocke, Ullrich, *A Companion to Heritage Studies*, Oxford Wiley-blackwel, 443-460.

Smith, Laurajane; Waterton, Emma (2009), ‘The envy of the world’. Intangible heritage in England, in Smith, Laurajane; Akagawa, Natsuko (Eds.) *Intangible heritage*, London: Routledge, 289-302.

Sousa, Alberto (2005), *Investigação em educação*, Lisboa: Livros Horizontes.

Sousa, Maria; Baptista, Cristina (2013), *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha (4ª edição)*, Lousã: Pactor.

Sousa, Sílvia (2006), *Contributos para a avaliação da performance de gestão dos centros históricos*. Dissertação de mestrado em Planeamento e projecto do ambiente urbano. Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/12975> [27 de outubro de 2015].

Steinberg, Florian (1996), “Conservation and rehabilitation of urban heritage in developing countries”, in *Habitat INTL*, 20 (3), 463-475.

Stepchenkova, Svetlana (2012) “Mixed methods: Content analysis”, in Dwyer, Larry; Gill, Alison; Seetaram, Neelu (Eds.) *Handbook of Research Methods in Tourism. Quantitative and Qualitative Approaches*, Cheltenham: Edward Elgar, 443-458.

Symanski, Luís; Gomes, Flávio (2012), “Arqueologia da escravidão em fazendas jesuítas. Primeiras notícias de pesquisa”, in *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, 19, (309-317).

Tapia, Raúl de; Martín, Rebeca; Salvado, Manuela (2012), “Recuperación de caminos tradicionales a través de voluntariado rural y urbano”, in Jacinto, Rui (Coord.), *Patrimónios, Territórios e Turismo cultural. Recursos, Estratégias e Políticas*. Lisboa: Âncora, (19), 336-351.

Tavares, Ana (2008) *Reabilitação urbana – O caso dos pequenos centros históricos*. Dissertação de mestrado em Engenharia do ambiente. Universidade Nova de Lisboa. http://run.unl.pt/bitstream/10362/1396/1/Tavares_2008.pdf [27 de outubro de 2015].

Techera, Erika (2011), “Safeguarding cultural heritage: law and policy in Fiji”, in *Journal of Cultural Heritage*, [http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/ \[24 de Abril de 2015\]](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1570670811000124)].

Teye, Victor B. (2009), “Tourism and Africa’s tripartite cultural past” in Timothy, Dallen; Nyaupane, Gyan (Eds.), *Cultural heritage and tourism in the developing world: a regional perspective*, New York: Routledge, 165-185.

Timothy, Dallen (2002), “Tourism and community development issues”, in Sharpey, Richards; Telfer, David (Eds.), *Aspects of Tourism*, 5, 149-164.

Timothy, Dallen; Nyaupane, Gyan (2009) “Introduction: Heritage tourism and the less-developed world” in Timothy, Dallen; Nyaupane, Gyan (Eds.) *Cultural heritage and tourism in the developing world: a regional perspective*, New York: Routledge, 3-19.

Timothy, Dallen; Nyaupane, Gyan (2009b) “Protecting the past: challenges and opportunities” in Timothy, Dallen; Nyaupane, Gyan (Eds.) *Cultural heritage and tourism in the developing world: a regional perspective*, New York: Routledge, 20-41.

Tovar, Zília; Carvalho, Paulo M. (2013), “Percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal”, in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coord.), *Turismo e cultura. Destinos e competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 413-436.

Travis, Anthony S. (2011), *Planning tourism, leisure and sustainability: international case studies*, London: CABI.

Troitiño Vinuesa., Miguel (1998), “Presentación general” in Troitiño Vinuesa, Miguel (Coord.), *ERÍA - Revista Cuadrimestral de Geografía*, Oviedo: Universidade de Oviedo, 47, 209-210.

Troitiño Vinuesa, Miguel (1998), “Turismo y desarrollo sostenible en ciudades históricas” in Troitiño Vinuesa, Miguel (Coord.), *ERÍA, Revista Cuadrimestral de Geografía*, Oviedo: Universidade de Oviedo, 47, 211-227.

Tshiyembe, Mawayila (2014), *O Estado pós-colonial. Factor de insegurança em África*, Luanda: Mulemba.

Tuckman, Bruce (2000), *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Umbelino, Jorge (2013), “Crises próprias e crises alheias: análise de impactes na oferta turística”, in Cravidão, Fernanda; Santos, Norberto (Coord.), *Turismo e cultura. Destinos e competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 37-73.

UNWTO (2016), *Tourism highlights*. Madrid, UNWTO.

UNWTO (2015), *Tourism highlights*. Madrid, UNWTO.

UNWTO (2007), *Yearbook of Tourism Statistics. Data 2001 – 2005*. Madrid: UNWTO

Urry, John (2001), *O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*, São Paulo: Studio Nobel.

Vale, Sandra (2009), “A cultura como regenerador urbano? O caso do Bairro Alto de Lisboa”, in *OntheW@terfront*. 12, 39-58.

Varela, Susana; Ferreira, Luís (2011), “A prática e o sucesso dos itinerários turísticos culturais nas diversas dimensões territoriais” in, Oliveira, Cristina; Pinto, Jorge; Ferreira, Luís (Orgs.), *Turismo, Património e Inovação*, Porto: Afrontamento, 305-317.

Vasconcelos, Daniel; Araújo, Lindemberg (2014), “Espaço público “revitalizado” e contradições: Enobrecimento de visitação e antienobrecimento no bairro de Jaragu a, Macei o-AL (Brasil)” in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, Aveiro: Universidade de Aveiro, 3 (21/22), 411-422.

Vaz, Domingos (2012), “Cidades médias e atractividade: recriar espaços humanizados e actividades criativas” in Jacinto, Rui (Coord.) *A cidade e os novos desafios urbanos. Colec o  berografias*, Lisboa: Âncora, 20, 95-106.

Vecco, Marinela (2010), “A definition of cultural heritage: from the tangible to the intangible”, in *Journal of Cultural Heritage*, <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/> [24 de Abril de 2015].

Veigas, Fátima (2010), “Saberes e práticas terapêuticas tradicionais   margem do sistema nacional de saúde. O caso dos curandeiros tradicionais em Angola”, in RAS – Revista Angolana de Sociologia, *Cultura e tradi o*, 5-6, 117-129.

Wheeler, Douglas; P lissier, Ren  (2011), *História de Angola*, Lisboa: Tinta da China.

Wilson, Julie (2012) “Tourism, creativity and space” in Wilson, Julie (Ed.) *The routledge handbook of tourism geographies*, New York: Routledge, 126-132.

Wilson, Julie; Tallon, Andrew (2012) “Geographies of gentrification and tourism” in Wilson, Julie (Ed.) *The routledge handbook of tourism geographies*, New York: Routledge, 103-112.

Winter, Tim (2016) “Heritagescaping and the Aesthetics of Refuge: Challenges to Urban Sustainability” in William, Logan; Craith, Máiréad; Kocke, Ullrich, *A Companion to Heritage Studies*, Oxford Wiley-blackwel, 190-202.

Zaoual, Hassan (2009), “Do turismo de massa ao turismo situado. Quais as transições?”, In Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan (Orgs.), *Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 55-75.

Sítios de Internet

African International Museums Council, <http://icom.museum/tools/contact-us/> [várias consultas em outubro e novembro de 2015].

African World Heritage Fund, <http://awhf.net/> [várias consultas em outubro e novembro de 2015].

Angola Bela <http://www.angolabelazebelo.com> [último acesso em 30 de setembro de 2016].

Association for Tourism and Leisure Education. www.atlas-euro.org/ [último acesso em 25 de junho de 2017].

Banco Nacional de Angola www.bna.ao [último acesso em 20 de março de 2017].

British Broadcasting Corporation Brazil www.bbc.com/portuguese/noticias/ [último acesso em 17 de novembro de 2016].

Centro de Desenvolvimento do Património em África <http://www.heritageinafrica.org/> [várias consultas em outubro e novembro de 2015].

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios www.icomos.org/ [último acesso em 10 de julho de 2017]

Conselho Internacional de Museus www.icom.museum/ [último acesso em 30 de novembro de 2015].

Direção Geral do Património Cultural www.patrimoniocultural.pt [último acesso em 12 de julho de 2017].

Erika's Travels <http://www.erikastravels.com> [último acesso em 23 de novembro de 2015].

Escola do Património Africano <http://www.epa-prema.net/index.php/en/> [várias consultas em novembro de 2015].

España Exportación e Inversiones <http://www.icex.es> [acesso em 13 de junho de 2017].

Google Maps www.google.com/maps [último acesso em 15 de junho de 2017].

Instituto Brasileiro de Turismo www.embratur.gov.br [último acesso em 30 de abril de 2016].

Instituto de Fomento Turístico: infotur.org/ [último acesso em 30 de março de 2017].

Instituto Nacional de Estatística: www.ine.gov.ao/ [último acesso em 25 de maio de 2017].

Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional www.iphan.gov.br [último acesso em 30 de setembro de 2016].

Jornada Kamoi Viagens e Felicidade <http://jornadakamoi.com/um-dia-em-nara/> [acesso em 17 de novembro de 2015].

Jornal O Público <https://www//.publico.pt/culturaipsilon/jornal/> [acesso em 13 de junho de 2017].

Life Hacker <https://lifelifehacker.ru> [acesso em 13 de junho de 2017].

Ministério da Cultura: <http://www.mincult.gov.ao/> [último acesso em 23 de maio de 2017].

Ministério da Economia www.minec.gov.ao [último acesso em 20 de março de 2017].

Ministério das Finanças www.minfin.gov.ao [último acesso em 20 de março de 2017].

Ministério da Hotelaria e turismo: <http://www.minhotur.gv.ao> [último acesso em 15 de maio de 2017].

Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial www.mpdtd.gov.ao [último acesso em 20 de março de 2017].

Nova Era <http://www.novaera-alvorecer.net/.htm> [último acesso em 01 de dezembro de 2015].

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico: www.oecd.org/ [último acesso em 15 de novembro de 2016].

Organização Internacional Nova Acrópole http://www.nova-acropole.pt/a_arte_africana. [último acesso em 01 de dezembro de 2015].

Organização Mundial do Turismo www.unwto.org/ [último acesso em 25 de junho de 2017].

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura www.unesco.org/ [último acesso em 04 de julho de 2017].

Organização de Turismo da África Austral www.retosa.co.za [último acesso em 02 de fevereiro de 2017].

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: www.undp.org/ [último acesso em 27 de setembro de 2016].

Quinta do Vieira <http://quintalvieira.blogspot.com/> [último acesso em 19 de novembro de 2015]

Significados <http://www.significados.com.br/> [último acesso em 17 de novembro de 2015].

Turismo de Portugal www.turismodeportugal.pt [último acesso em 10 de junho de 2017].

Transparency International www.transparency.org/ [último acesso em 02 de janeiro de 2017].

Welcome to Angola <http://www.welcometoangola.co.ao> [último acesso em 13 de junho de 2017].

Legislação e documentos normativos

AMC (2013), Plano Director Municipal, Dondo: AMC.

AMC (2009), *Perfil Municipal de Cambambe*, Dondo: AMC.

Decreto nº 13/07 de 26 de Fevereiro. *Diário da República nº 25/07 – I Série*. Conselho de Ministros. Luanda.

Decreto-Lei nº 14/05 de 7 de Outubro. *Diário da República nº 120/05 – I Série*. Assembleia Nacional. Luanda.

Decreto Presidencial nº 36/16 de 15 de Fevereiro. “Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos” *Diário da República nº 23 – I Série*. Conselho de Ministros. Luanda.

Decreto Presidencial nº 1/16 de 4 de Janeiro. “Regime Jurídico da Actividade de Restauração e Similares”. *Diário da República nº 1 – I Série*. Conselho de Ministros. Luanda.

Decreto Presidencial nº 126/14 de 9 de Junho. *Diário da República nº 108/14 – I Série*. Conselhos de Ministros. Luanda.

Decreto Presidencial nº 53/13 de 6 de Junho. *Diário da República nº 106/13 – I Série*. Conselhos de Ministros. Luanda.

Decreto Presidencial nº 15/11 de 11 de Janeiro. *Diário da República nº 6/11 – I Série*. Conselhos de Ministros. Luanda.

ESTADO DE ANGOLA (1975), *Legislação diversa sobre indústria hoteleira e similar*. Luanda: Imprensa Nacional de Angola.

ICOMOS (1999), “Carta Internacional sobre o Turismo Cultural”, in *Reunião de 7 a 23 de outubro de 1999*, Cidade do México.

ICOMOS (1994), “Declaração de Nara sobre a Autenticidade”, de 1 a 6 de novembro, Nara.

ICOMOS (1987), “Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas”, in *8ª Assembleia-geral do ICOMOS, outubro*, Washington.

ICOMOS (1976) “Carta sobre o Turismo Cultural”, in *Seminário Internacional sobre Turismo Contemporâneo e Humanismo, 8 e 9 de novembro*, Bruxelas.

Lei nº 9/15 de 15 de Junho. *Diário da República nº 87/15 – I Série*. Assembleia Nacional. Luanda.

Lei nº 9/04 de 9 de Novembro. *Diário da República nº 90/04 – I Série*. Assembleia Nacional. Luanda.

Lei nº 3/04 de 25 de Junho. *Diário da República nº 51/04 – I Série*. Assembleia Nacional. Luanda.

MINHOTUR (2016), Plano Operativo do Turismo para a Diversificação da Economia 2016/1017. Luanda: MINHOTUR.

MINHOTUR (2013), *Plano Director do Turismo de Angola*. Luanda: PM Media.

MPDT (2012), Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 www.mpd.gov.ao [Acesso em 28 de julho de 2015].

República de Angola (2010) *Constituição da República*. Luanda: Imprensa Nacional - EP

UNESCO (2012), *Florence declaration on landscape*, Florença.

UNESCO (2003) “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial” *in trigésima segunda sessão da Conferência Geral da Unesco, de 29 de setembro a 7 de outubro*, Paris.

UNESCO (1976) “Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea” *in décima nona sessão da Conferência Geral da Unesco, 26 de outubro a 30 de outubro*, Nairobi.

UNESCO (1972) “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural” *in décima sétima sessão da Conferência Geral da Unesco, 17 de outubro a 21 de novembro*, Paris.

UNESCO (1954) “Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado” *Conferência Geral da Unesco, de 14 de maio*, Haia.

ANEXOS

Anexo 1: Roteiro fotográfico da cidade histórica do Dondo e locais adjacentes

1: Tribunal Municipal de Cambambe

Palavras-chave: *património, arquitectura, renovação.*



Fonte: Allicia Santos (2017)

Foto 1: Tribunal Municipal de Cambambe

É um edifício antigo, dos poucos construídos com mais de um piso à época, foi totalmente reabilitado para cumprir com os propósitos a que foi consignado. O edifício tem relevância para esta investigação por ser dos poucos reabilitados na sua íntegra, podendo servir de protótipo para uma estratégia de recuperação do património arquitetónico da cidade.

2. Mercado Municipal

Palavras-chave: *história, cultura, comércio.*



Fonte: Autor (2013)

Foto 2: Mercado municipal oitocentista (Dondo)

É um local com aproximadamente 130 anos de história, por onde passava a vida de grande parte dos habitantes da cidade e dos seus bairros suburbanos, quer como vendedores quer como compradores. O mercado continua operacional, apesar de ter perdido influência face aos mercados informais da periferia que são mais extensos e adaptados ao modo de estar das populações. Portanto, é também um lugar de história que deve contribuir para o enriquecimento de futuras investigações.

3: Largo do Lazer

Palavras-chave: *lazer, cidade, centro.*



Foto: Alícia Santos (2017)

Foto 3: Largo do Lazer (Dondo)

É a praça do centro da cidade, onde estão concentradas as principais instituições públicas do município e edifícios antigos. É um espaço de encontro e de lazer, de convergência das diferentes ruas da zona urbana. No interior do seu perímetro estão uniformemente distribuídos, entre jardins e assentos, quiosques e pequenas lojas de *souvenirs*, rodeada por um retângulo de asfalto equivalente a um campo de futebol. À sua volta destacam-se instituições como o palácio municipal, a igreja católica e a principal rua do antigo bairro Cabaza.

4: Outdoor publicitário

Palavras-chave: *memória, evento, artesanato.*



Fonte: Autor (2013)

Foto 4: Outdoor de publicitação da feira (Dondo)

Está localizado à entrada da marginal, à frente do local onde é realizado anualmente a feira do artesanato do Dondo. Anunciando na altura a sua segunda edição, destaca-se aqui como relevante, não o instrumento publicitário desajustado no tempo mas sim o local e o evento que serve de palco para o resgate duma parte da memória nacional, da consciencialização da sua riqueza cultural e de valorização de um património imaterial pouco acessível para a maioria dos angolanos. Para além da sua contribuição para o equilíbrio identitário, a feira é também um espaço de lazer e animação; componentes essenciais de uma futura oferta turística estruturada.

5: Novo hotel

Palavras-chave: *hotelaria, modernidade, descaraterização*



Foto: Alícia Santos (2017)

Foto 5: Hotel em acabamento com fachada envidraçada

O edifício de cor amarela envidraçado que é observável no fundo da imagem é um hotel recentemente construído e em fase de apetrechamento, com cerca de 50 unidades de alojamento. Localiza-se na mesma rua do antigo hotel, cujas ruínas são perceptíveis na imagem. Infelizmente, o edifício em causa descarateriza completamente o ambiente urbano e a visão de conjunto que representa o conjunto histórico da cidade, para além de não respeitar o seu plano de massa, ao ser erguido com mais de seis pisos.

6: Hotel Kwanza

Palavras-chave: *património, arquitectura, hotelaria.*



Foto: Allícia Santos (2017)

Foto 6: Hotel Kwanza em ruínas

Situado na marginal do Dondo, com vista para o rio, o hotel encontra-se em ruínas há quase três décadas e com poucas possibilidades de reabilitação. É uma estrutura que possui uma carga histórica e simbólica importante, representa a iniciação da cidade à hotelaria moderna. Foi o primeiro hotel a ser construído na cidade e acolhia visitantes em trânsito para todos os destinos do norte, leste, centro e sul do país.

7: Fortaleza de Massangano e de Cambambe

Palavras-chave: *colonização, escravatura, memória.*



Fonte: Autor (2013)

Foto 7: Fortaleza de Massangano

Palavras-chave: *colonização, escravatura, memória.*



Fonte: Autor (2016)

Foto 8: Fortaleza de Cambambe

Representam uma dimensão histórica incontornável na região. São os monumentos mais imponentes do Corredor do Kwanza, e o testemunho material vivo da ocupação colonial, do tráfico de escravos e da resistência à opressão.

8: Marginal do Dondo

Palavras-chave: *paisagem, restauração, lazer.*



Fonte: Autor (2013)

Foto 9: Vista parcial da Marginal do Dondo

É a zona mais turística do Dondo, não fosse o local onde foram construídos os três hotéis da cidade, incluindo o Hotel Kwanza, infelizmente inoperantes. Na marginal os visitantes são “forçados” a interromper a viagem para contemplarem o majestoso rio Kwanza, as montanhas da margem oposta e toda a paisagem circundante. Grande parte da atividade turística e de lazer da cidade é desenvolvida nesta zona. Destacam-se os banhos diários dos nativos e a concentração de barracas para proporcionar ao visitante um *cacusso* grelhado acabado de pescar e, claro está, acompanhado de uma garrafa de EKA gelada. Portanto, esta área personifica a atividade turística da cidade.

9: Rua da Kapacala

Palavras-chave: *património, história, arquitectura.*



Foto: Allícia Santos (2017)

Foto 10: Rua da Kapacala. Antigo bairro de “Cabaza”

A fotografia mostra a imagem de uma rua com edifícios “horizontais” a refletirem a arquitectura antiga dos séculos XVIII e XIX. É interessante observar um conjunto de árvores da mesma época ao longo das bermas da estrada, cujos longos ramos e as folhas constituem um “teto” para o asfalto. A arborização quase só existe à direita da imagem. O lixo, a falta de passeios e lancil e a quase ausência de árvores na outra berma, indicia algum abandono. É evidente a beleza da combinação do património natural, expressa nas fileiras imponentes das árvores, e o património arquitetónico, substanciado nas moradias, outrora, estabelecimentos comerciais, conforme demonstram a dimensão, a configuração e a disposição das portas de alguns edifícios. A imagem transmite história e tranquilidade, quase sem alma vivente, mas percebe-se a existência de “vida” ao fundo. A ausência de luz solar e a quase ausência de movimento humano nos transmite a sensação de uma rua com edifícios abandonados. A rua Kapacala e o antigo Cabaza representam o coração da histórica cidade do Dondo, onde está concentrado o património histórico construído que sustentou do pensamento do autor de estudar o património construído e analisar a possibilidade do mesmo funcionar como instrumento de desenvolvimento turístico da cidade, tendo em conta outros potenciais recursos turísticos.

10: Rio Kwanza

Palavras-chave: *natureza, paisagem, turismo*



Foto: Allícia Santos (2017)

Foto 11: Vista parcial do Rio Kwanza

A fotografia apresenta a imagem de um curso de água que aparenta ser caudaloso, perceptível pelo ângulo de relativa elevação em que foi captada a imagem. Mostra uma vegetação verdejante que interage com a água, resultando numa beleza paisagística ímpar, particularmente sem intervenção humana, a não ser os fios de alta tensão que, saídos do Complexo Hidroelétrico de Cambambe, percorrem até Luanda. A parte superior da imagem é coberta por um céu preenchido de nuvens sensivelmente carregadas, onde as águas parecem ter origem. O cenário é uma combinação sublime de elementos da natureza que invade a alma e enriquece o espírito de quem observa, pois que é quase audível o silêncio que o espaço oferece, independentemente do balançar das árvores, do chilrear dos passarinhos e do ininterrupto som emitido pela suave correnteza das águas.

A imagem pode ser traduzida como um lugar puro e de liberdade; logo, suscetível de servir melhor os humanos com a atividade turística. A imagem transmite uma mensagem de paz e de beleza que nos obriga a observar de forma positiva o que está à nossa volta.

Anexo 2: Formulários de questionários e guião de entrevistas

1. Questionário ao residente do Dondo



Prezado (a) Senhor (a)

Na qualidade de estudante de Doutoramento do Curso de Turismo, Lazer e Cultura da Universidade de Coimbra (Portugal), solicitamos a sua contribuição na elaboração da tese do curso, preenchendo o questionário abaixo.

O tema da tese é: *Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo*. O principal objectivo é apresentar uma proposta de desenvolvimento do turismo na cidade, alicerçada no seu património cultural.

Garantimos que todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para a elaboração da tese, e serão tratados de forma sigilosa para preservar a sua privacidade.

Os nossos agradecimentos pela sua colaboração!

I. DADOS BIOGRÁFICOS:

1. Idade _____ 2. Género: Feminino Masculino
3. Bairro de residência _____ 4. Naturalidade _____

5. Habilitações académicas

Ensino primário	
Entre 7ª e 9ª Classe	
Entre 10ª e 12ª Classe	
Bacharelato	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	
Outra	
Não sei/Não respondo	

6. Grupo da sua atividade profissional

Turismo/Lazer/Entretenimento	
Artes/Cultura/Informação	
Marketing/Finanças/Seguros/Consultoria	
Tecnologias de informação	
Ensino/Investigação/Saúde/Serviços Sociais	
Agricultura	
Comércio/Indústria	
Outra: Qual?	
Não sei/Não respondo	

7. Situação profissional

Trabalhador por conta própria	
Trabalhador por conta de outrem (Setor privado)	
Funcionário público	
Trabalhador em ONGs	
Serviços religiosos	
Outra: Qual?	
Não sei/Não respondo	

8. Estado civil

Solteiro (a)	
Casado ou união de facto	
Divorciado (a)	
Viúvo (a)	
Outro: Qual?	
Não sei/Não respondo	

II. A CIDADE DO DONDO

9. O que mais gosta da cidade do Dondo?

A cultura e história da cidade	
O rio e a paisagem	
O clima	
A forma de ser dos residentes	
Nenhuma razão especial	
As oportunidades que oferece	
Outra: Qual?	
Não sei/Não respondo	

10. Vive há quanto tempo na cidade?

Menos de um ano	
Entre 1 a 5 anos	
Entre 6 a 10 anos	
Entre 11 a 20 anos	
Mais de 20 anos	
Desde a nascença	
Não sei/Não respondo	

11. Quantas vezes viaja no ano?

Uma vez	
Todas as semanas	
Todos os meses	
Uma a três vezes por ano	
Raramente saio do Dondo	
Nunca viajo	
Outra: Qual?	
Não sei/Não respondo	

12. Que razões o levam a viajar?

Visitar familiares e amigos	
Ter contacto com outros povos e cultura	
Assistir a eventos culturais/desportivos	
Fazer compras	
Fazer negócios	
Descontrair e usufruir da paisagem	
Nenhuma em especial	
Não sei/Não respondo	

13. O que faz falta ao residente do Dondo. Classifique na escala seguinte:

1 = Indispensável; 2 = Necessário; 3 = Desnecessário

	1	2	3
Mais atividade económica e emprego			
Mais animação e actividades de lazer			
Eventos culturais			
Museus			
Estabelecimentos hoteleiros, restaurantes e bares			
Centro comercial ou lojas diversas			
Outro: Qual?			
Não sei/Não respondo			

14. A atividade turística pode ser boa para a cidade do Dondo porque:

	1	2	3	4	5
	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
Pode trazer muito mais visitantes para a cidade					
Cria muitos negócios e empregos para os residentes					
Valoriza: sítios, monumentos, dança, música, artesanato					
Aumenta a produção agrícola e o fomento da indústria					
Contribui para a reabilitação da cidade e do centro					
Outro: Qual?					
Não sei/Não respondo					

15. A atividade turística pode ser má para a cidade do Dondo porque:

	1	2	3	4	5
	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
Pode tornar a cidade suja e congestionada					
Pode contribuir para aumentar a delinquência					
O centro histórico pode degradar-se ainda mais com o aumento de visitantes					
Os residentes podem ficar sem as suas propriedades					
Os preços dos bens e serviços vão aumentar					
Existe o risco de poluição do rio e do meio					
Outro: Qual?					
Não sei/Não respondo					

16. Que práticas turísticas gostaria de ver desenvolvida na cidade do Dondo?

	1	2	3	4	5
	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
Atividades baseadas no rio e na paisagem					
Práticas que valorizem a histórica e a cultura local					
Atividades de lazer, animação e entretenimento					
Atividades com o envolvimento da comunidade local					
Turismo de natureza e caça					
Descoberta de sítios históricos e vivências antigas					
Outra: Qual?					
Não sei/Não respondo					

17. Que aspetos da cultura local considera mais importante?

	1		2		3		4		5	
	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo Nem discordo		Concordo		Concordo totalmente	
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Os edifícios e as casas antigas										
O centro histórico no seu conjunto										
As cerimónias, rituais e tradições antigas										
As músicas populares e as danças										
Artesanato e outros trabalhos manuais										
Outra: Qual?										
Não sei/Não respondo										

18. Após o alcance da paz em 2002, houve melhorias na cidade ao nível:

	1		2		3		4		5	
	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo Nem discordo		Concordo		Concordo totalmente	
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Dos hábitos e costumes										
Do ordenamento e urbanização										
Grau académico dos residentes										
Da moral, atitude, comportamento dos residentes										
Das condições de vida das populações										
Do aumento de infraestruturas, indústria e comércio										
Outra: Qual?										
Não sei/Não respondo										

19. Indique as tipologias da cultura local que conhece:

Sítios e monumentos _____
 Música e dança _____
 Pratos típicos _____
 Artesanato e artefactos _____
 Cerimónias e rituais _____
 Festas populares _____
 Outro: Qual? _____

20. O centro histórico da cidade é importante para si? Porquê?

21. Indique três medidas que considera fundamentais para a melhoria da cidade

22. Quando pensa na cidade do Dondo, qual é a palavra que lhe vem à cabeça?

23. Como se sente vivendo na cidade do Dondo

1	2	3	4	5
Muito insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente	Satisfeito	Muito satisfeito

Data ____ / ____ / ____

Hora _____

2: Questionário ao visitante do Dondo



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Prezado (a) Senhor (a)

Na qualidade de estudante de Doutoramento do Curso de Turismo, Lazer e Cultura da Universidade de Coimbra (Portugal), solicitamos a sua contribuição na elaboração da tese do curso, preenchendo o questionário abaixo.

O tema da tese é: *Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo*. O principal objectivo é apresentar uma proposta de desenvolvimento do turismo na cidade, alicerçada no seu património cultural.

Garantimos que todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para a elaboração da tese, e serão tratados de forma sigilosa para preservar a sua privacidade.

Os nossos agradecimentos pela sua colaboração!

I. DADOS BIOGRÁFICOS:

2. Idade _____

2. Género: Feminino Masculino

4. Local de residência _____ 4. Nacionalidade _____

5. Habilitações académicas

Ensino primário	
Entre 7ª e 9ª Classe	
Entre 10ª e 12ª Classe	
Bacharelato	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	
Outra	
Não sei/Não respondo	

6. Grupo da sua atividade profissional

Turismo/Lazer/Entretenimento	
Artes/Cultura/Informação	
Marketing/Finanças/Seguros/Consultoria	
Tecnologias de informação	
Ensino/Investigação/Saúde/Serviços Sociais	
Agricultura	
Comércio/Indústria	
Outra: Qual?	
Não sei/Não respondo	

7. Situação profissional

Trabalhador por conta própria	
Trabalhador por conta de outrem (Setor privado)	
Funcionário público	
Trabalhador em ONGs	
Serviços religiosos	
Outra: Qual?	
Não sei/Não respondo	

8. Estado civil

Solteiro (a)	
Casado ou união de facto	
Divorciado (a)	
Viúvo (a)	
Outro: Qual?	
Não sei/Não respondo	

8. Onde passa habitualmente as férias?

- Na localidade onde vivo.
- Em Angola. Em que localidade? _____
- Em África. Em que cidade ou país? _____
- Fora de África. Em que cidade ou país? _____

II. A CIDADE DO DONDO

10. Motivo da sua visita ao Dondo

Férias	
Visita a familiares e amigos	
Cultura e história da cidade	
O Rio e a paisagem	
Atividade profissional/Negócios	
Relaxe/Descanso/Mudança de meio	
Viajante em trânsito	
Outro: Qual?	
Não sei/Não respondo	

11. Tempo de permanência na cidade

Algumas horas	
Um dia	
Entre 3 e 7 dias	
Uma semana	
Mais de uma semana	
Não sei/Não respondo	

12. Quantas vezes vem ao Dondo?

É a primeira vez	
Todas as semanas	
Todos os meses	
Uma a três vezes por ano	
Raramente venho ao Dondo	
Estou sempre de passagem	
Outra: Qual?	
Não sei/Não respondo	

13. O que vai aproveitar da cidade?

Contemplar o património construído	
Apreciar a comida local	
Assistir a eventos culturais	
Fazer compras	
Descontrair e usufruir da paisagem	
Utilizar o rio	
Outra: Qual?	
Não sei/Não respondo	

14. Onde está hospedado?

Hotel	
Pensão	
Hospedaria	
Aldeamento turístico	
Casa de familiar /amigo	
Outra: Qual?	
Não sei/Não respondo	

15. Visita a cidade acompanhado:

Da esposa (o)	
Da família	
Da namorada (o)	
Dos amigos (as)	
Sozinho	
Outra: Qual?	
Não sei/Não respondo	

16. O que faz falta ao visitante desta cidade? Classifique na escala seguinte:

1 = Indispensável; 2 = Necessário; 3 = Desnecessário

	1	2	3
Sinalização dos pontos de interesse			
Painéis explicativos sobre a história da cidade			
Museus			
Eventos culturais			
Animação e movimento na cidade			
Circuitos de barco pelo rio			
Estabelecimentos hoteleiros e restaurantes			
Postos de informação			
Guias, brochuras e mapas sobre a cidade			
Centro comercial ou lojas diversas			
Outro: Qual?			
Não sei/Não respondo			

17. Quais das soluções abaixo considera adequadas para o centro histórico do Dondo?

1 2 3 4 5
Discordo **Discordo** **Não concordo** **Concordo** **Concordo**
totalmente **Nem discordo** **totalmente**

	1	2	3	4	5
Deve ser reabilitado sem alterações					
As casas e edifícios antigos devem ser demolidos e construídos novos edifícios					
As casas e edifícios antigos abandonados devem ser aproveitados para o turismo e outros serviços					
O centro deve manter-se como está					
Outro: Qual?					
Não sei/Não respondo					

18. Para ser mais atrativa a cidade precisa de:

	1	2	3	4	5
	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
Limpeza					
Segurança					
Centro histórico com serviços e produtos culturais					
Espetáculos variados (música, dança, teatro, cinema)					
Pessoas acolhedoras e simpáticas					
Parques e zonas de diversão					
Vida noturna (bares, discotecas)					
Outro: Qual?					
Não sei/Não respondo					

19. Que prática turística considera mais adequada para desenvolver na cidade no Dondo?

	1	2	3	4	5
	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
Atividades baseada no rio e na paisagem					
Práticas que aproveitem a história e a cultura local: música, dança, artesanato, rituais, cerimónias					
Lazer, animação e convívio					
Criação de centros de conferências e feiras para o turismo de negócio					
Práticas turísticas conjuntas com a população local: na agricultura, pesca e outras actividades					
Práticas de turismo de natureza e caça					
Descoberta de sítios históricos e vivências antigas					
Outra: Qual?					
Não sei/Não respondo					

20. Quais os elementos da cidade do Dondo que considera diferente das outras cidades de Angola?

21. Indique três elementos da cidade que mais lhe desagrade

22. Indique três medidas que considera fundamentais para a melhoria da cidade

23. Quando pensa na cidade do Dondo qual é a palavra que lhe vem à cabeça?

24. Recomendaria a cidade a outras pessoas?

SIM

NÃO

25. Classifique a experiência da sua visita à cidade conforme a escala abaixo:

1	2	3	4	5
Péssima	Má	Razoável	Boa	Excelente

Data ____ / ____ / ____

Hora _____

3: Guiões de inquérito por entrevista



Prezado Diretor,

Na qualidade de estudante de Doutoramento do Curso de Turismo, Lazer e Cultura da Universidade de Coimbra, solicitamos a contribuição do GABINETE DE ESTUDOS PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA do Ministério da Hotelaria e Turismo na elaboração da tese de fim do curso, por meio de uma entrevista.

O tema da tese é: *Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo*. O principal objetivo é apresentar uma proposta de desenvolvimento do turismo na cidade, alicerçada no seu património cultural.

Garantimos que todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para a elaboração da tese e serão tratados de forma sigilosa.

De forma indicativa, apresentamos as principais questões a abordar na entrevista:

- Principais objetivos do GEPE do MINHOTUR.
- Enquadramento da cultura na lei de base do turismo e legislação afim.
- Planos ou programas operacionais do sector que abordam a problemática do património histórico e da cultura.
- Projetos conjunto do GEPE com órgãos da cultura.
- Tipologias de turismo cultural estratégicas para o país.
- Estratégia do MINHOTUR face às candidaturas de Mbanza Kongo (já apresentada), Tchitundu-Hulu e Corredor do Kwanza a Património Mundial da UNESCO.
- Principais locais do país a considerar do ponto de vista do turismo cultural.
- Pensamento turístico para os centros históricos (Dondo, Catumbela, Namibe).
- Uma abordagem sobre o aproveitamento do património cultural para o turismo.

Sem outro assunto de momento, aguardamos a disponibilidade do Exmo. Diretor, agradecendo antecipadamente a atenção dispensada.

Cordialmente,

Bumba Manuel de Castro



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Prezado Diretor,

Na qualidade de estudante de Doutoramento do Curso de Turismo, Lazer e Cultura da Universidade de Coimbra, solicitamos a contribuição da DIREÇÃO NACIONAL DE ACTIVIDADES TURÍSTICAS do Ministério da Hotelaria e Turismo na elaboração da tese de fim do curso, por meio de uma entrevista.

O tema da tese é: *Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo*. O principal objetivo é apresentar uma proposta de desenvolvimento do turismo na cidade, alicerçada no seu património cultural.

Garantimos que todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para a elaboração da tese e serão tratados de forma sigilosa.

De forma indicativa, apresentamos as principais questões a abordar na entrevista:

- Principais objetivos da DNAT do MINHOTUR.
- Planos ou programas operacionais do sector que abordam a problemática do património histórico e da cultura.
- Projetos conjunto da DNAT com órgãos da cultura.
- Tipologias de turismo cultural estratégicas para o país.
- Estratégia do MINHOTUR face às candidaturas de Mbanza Kongo (já apresentada), Tchitundu-Hulu e Corredor do Kwanza a Património Mundial da UNESCO.
- Principais locais do país a considerar do ponto de vista do turismo cultural.
- Pensamento turístico para os centros históricos (Dondo, Catumbela, Namibe).
- Atividades turístico-culturais promovidas ou apoiadas pela DNAT.
- Uma abordagem sobre o aproveitamento do património cultural para o turismo.

Sem outro assunto de momento, aguardamos a disponibilidade do Exmo. Diretor, agradecendo antecipadamente a atenção dispensada.

Cordialmente,

Bumba Manuel de Castro

Prezado Diretor,

Na qualidade de estudante de Doutoramento do Curso de Turismo, Lazer e Cultura da Universidade de Coimbra, solicitamos a contribuição da DIREÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO do Ministério da Hotelaria e Turismo na elaboração da tese de fim do curso, por meio de uma entrevista.

O tema da tese é: *Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo*. O principal objetivo é apresentar uma proposta de desenvolvimento do turismo na cidade, alicerçada no seu património cultural.

Garantimos que todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para a elaboração da tese e serão tratados de forma sigilosa.

De forma indicativa, apresentamos as principais questões a abordar na entrevista:

- Principais objetivos da Direção de Desenvolvimento do MINHOTUR.
- Enquadramento da cultura na lei de base do turismo e legislação afim.
- Planos ou programas operacionais do sector que abordam a problemática do património histórico e da cultura.
- Projectos conjunto da Direção de Desenvolvimento com órgãos da cultura.
- Tipologias de turismo cultural estratégicas para o país.
- Estratégia do MINHOTUR face às candidaturas de Mbanza Kongo (já apresentada), Tchitundu-Hulu e Corredor do Kwanza a Património Mundial da UNESCO.
- Principais locais do país a considerar do ponto de vista do turismo cultural.
- Pensamento turístico para os centros históricos (Dondo, Catumbela, Namibe).
- Uma abordagem sobre o aproveitamento do património cultural para o turismo.

Sem outro assunto de momento, aguardamos a disponibilidade do Exmo. Diretor, agradecendo antecipadamente a atenção dispensada.

Cordialmente,

Bumba Manuel de Castro

Excelência Senhor Administrador,

Na qualidade de estudante de Doutoramento do Curso de Turismo, Lazer e Cultura da Universidade de Coimbra (Portugal), solicitamos a contribuição da Administração do Município de Cambambe na elaboração da tese de fim do curso, por meio desta entrevista.

O tema da tese é: *Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo*. O principal objetivo é apresentar uma proposta de desenvolvimento do turismo na cidade, alicerçada no seu património cultural.

Garantimos que todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para a elaboração da tese, e serão tratados de forma sigilosa.

De forma indicativa, apresentamos as principais questões a abordar na entrevista:

- Planos ou programas do setor do turismo e da cultura no município de Cambambe.
- Projectos conjuntos do setor do turismo e da cultura no município.
- Linhas orientadoras da Administração para o desenvolvimento do turismo local.
- O que considera indispensável para desenvolver o turismo na cidade do Dondo.
- A prática turística que melhor se adequa ao Dondo.
- Os prejuízos que o turismo pode trazer ao Dondo.
- Indicadores turísticos do Dondo. Número e tipo de empreendimentos turísticos, capacidade de alojamento em quartos, lugares de restaurantes, locais de animação.
- Bens culturais materiais e imateriais do Dondo aproveitáveis para o turismo.
- Solução para o centro histórico do Dondo. Reabilitação, demolição ou outra solução.
- O Dondo para ser mais atrativa em termos culturais o que precisa.
- Pensamento do município face a estratégia de Angola levar o Corredor do Kwanza a Património Mundial da UNESCO.
- Três medidas que considera fundamentais para melhorar à cidade do Dondo.

Sem outro assunto de momento, aguardamos a disponibilidade de V. Exa., agradecendo antecipadamente a atenção dispensada.

Cordialmente,

Bumba Manuel de Castro

Prezada Diretora,

Na qualidade de estudante de doutoramento do curso de Turismo, Lazer e Cultura da Universidade de Coimbra (Portugal), solicitamos a sua contribuição na elaboração da tese de fim do curso, por meio desta entrevista.

O tema da tese é: “Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo”. O principal objetivo é apresentar uma proposta de desenvolvimento do turismo na cidade, alicerçada no seu património cultural.

Garantimos que todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para a elaboração da tese, e serão tratados de forma sigilosa para preservar a sua privacidade.

Os nossos agradecimentos pela sua colaboração!

Bumba Manuel de Castro

3. Idade _____ 2. Naturalidade _____

3. Habilitações académicas

Ensino primário	
Entre 6 ^a e 8 ^a Classe	
Entre 10 ^a e 12 ^a Classe	
Bacharelato	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	
Outro: Qual?	

4. Grupo da sua área de formação

Turismo/Lazer/Entretenimento	
Artes/Cultura/Informação	
Marketing/Finanças/Seguros/Consultoria	
Tecnologias de informação	
Ensino/Investigação/Saúde/Serviços Sociais	
Agricultura	
Comércio/Indústria	
Outra: Qual?	

Questões

1. Qual é o enquadramento da cultura na lei de base do turismo?
2. Quais são os planos ou programas do setor do turismo que abordam a problemática da cultura?
3. Quais são as linhas orientadoras da sua Direção para o turismo na província?
4. Que tipo de trabalho ou projetos a Direção do Comércio, Hotelaria e Turismo tem desenvolvido com a Direção da Cultura?
5. Quais são os bens culturais materiais e imateriais catalogados, pertencentes a província do Cuanza-Norte que podem ser aproveitados para o turismo?
6. O que considera indispensável para o turismo de uma cidade?
7. O que representa o Dondo do ponto de vista turístico?
8. Quais são os principais bens culturais do Dondo e qual é o mais distintivo para servir o turismo?
9. Qual deve ser a solução para o centro histórico do Dondo? Reabilitação, demolição ou outra solução?
10. O Dondo para ser mais atrativa em termos culturais o que precisa?
11. Considera importante desenvolver turisticamente a cidade do Dondo? Porquê?
12. Que prática turística cultural sugere para a cidade do Dondo?
13. Quais são os principais indicadores turísticos do Dondo? Número e tipo de empreendimentos turísticos, capacidade de alojamento em quartos, lugares de restaurantes?
14. Quais são os prejuízos que o turismo pode levar ao Dondo?
15. Indique três medidas que considera fundamental para melhorar a cidade do Dondo?

Data _____ / _____ / _____

Prezado Diretor,

Na qualidade de estudante de doutoramento do curso de Turismo, Lazer e Cultura da Universidade de Coimbra (Portugal), solicitamos a sua contribuição na elaboração da tese de fim do curso, por meio desta entrevista.

O tema da tese é: “Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo”. O principal objetivo é apresentar uma proposta de desenvolvimento do turismo na cidade, alicerçada no seu património cultural.

Garantimos que todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para a elaboração da tese, e serão tratados de forma sigilosa para preservar a sua privacidade.

Os nossos agradecimentos pela sua colaboração!

Bumba Manuel de Castro

4. Idade _____ 2. Naturalidade _____

3. Habilitações académicas

Ensino primário	
Entre 6 ^a e 8 ^a Classe	
Entre 10 ^a e 12 ^a Classe	
Bacharelato	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	
Outro: Qual?	

4. Grupo da sua área de formação

Turismo/Lazer/Entretenimento	
Artes/Cultura/Informação	
Marketing/Finanças/Seguros/Consultoria	
Tecnologias de informação	
Ensino/Investigação/Saúde/Serviços Sociais	
Agricultura	
Comércio/Indústria	
Outra: Qual?	

Questões

16. Qual é o enquadramento do turismo na política cultural?
17. Quais são os planos ou programas do setor da cultura que abordam a problemática do turismo?
18. Quais são as linhas orientadoras da sua Direção para a cultura na província?
19. Que tipo de trabalho ou projetos a Direção da Cultura tem desenvolvido com a Direcção do Comércio, Hotelaria e Turismo?
20. Quais são os bens culturais materiais e imateriais catalogados, pertencentes a província do Cuanza-Norte?
21. No ponto de vista da Direção da Cultura, quais são os bens culturais da província que devem ser aproveitados para a actividade turística?
22. Em termos culturais, o que considera indispensável para uma cidade?
23. O que representa o Dondo do ponto de vista cultural?
24. Quais são os principais bens culturais do Dondo e qual é o mais distintivo? (Museus, edifícios históricos, bens imóveis, bens imateriais, etc.).
25. Qual deve ser a solução para o centro histórico do Dondo? Reabilitação, demolição ou outra solução?
26. O Dondo para ser mais atrativa em termos culturais o que precisa?
27. Considera importante desenvolver turisticamente a cidade do Dondo? Porquê?
28. Que prática turística cultural sugere para a cidade do Dondo?
29. Que aspectos da cultura do Dondo podem ser aproveitados para o turismo?
30. Quais são os prejuízos que o turismo pode levar ao Dondo?
31. Indique três medidas que considera fundamental para melhorar a cidade do Dondo?

Data _____ / _____ / _____

Anexo 3: Quadros resultantes dos inquéritos

Quadro 1: Residentes inquiridos segundo o bairro e género

Bairro	Sexo				Total
	Mulheres		Homens		
Cacesse	7	43,7%	9	56,3%	16
Cerâmica	9	56,3%	7	43,7%	16
Cidade	6	37,5%	10	62,5%	16
Quissanga	7	43,7%	9	56,3%	16
Cafuma	9	56,3%	7	43,7%	16
Alto Dondo	6	37,5%	10	62,5%	16
Total	44	45,8%	52	54,2%	96

Quadro 2: Residentes inquiridos segundo a naturalidade

Naturalidade	Frequência	Percentagem
Dondo	80	83,3%
Luanda	3	3,1%
Ndalatando	4	4,2%
Calulo	2	2,1%
Outra localidade	7	7,3%
Total	96	100,0

Quadro 3: Residentes inquiridos segundo as habilitações académicas e género

Habilitações académicas	Sexo				Total	
	Feminino		Masculino			
Ensino primário	1	2,3%	1	1,9%	2	2,1%
Entre 7ª e 9ª classe	8	18,2%	3	5,8%	11	11,5%
Entre 10ª e 12ª classe	29	65,9%	23	44,2%	52	54,2%
Bacharelato	3	6,8%	13	25,0%	16	16,7%
Licenciatura	2	4,5%	11	21,2%	13	13,5%
Mestrado	0	0,0%	1	1,9%	1	1,0%
Total	44	46,3%	52	53,7%	95	100,0%

Quadro 4: Residentes inquiridos segundo a atividade profissional

Grupo de atividade profissional	Frequência	Percentagem
Turismo/lazer/entretenimento	5	8,1%
Artes/cultura/informação	5	8,1%
Marketing/finanças/seguros/consultoria	4	6,5%
Tecnologias de informação	9	14,5%
Ensino/investigação/saúde/serviços sociais	29	46,8%
Comércio/indústria	4	6,5%
Agricultura	5	8,1%
Outra	1	1,6%
Total	62	100,0%

Quadro 5: Residentes inquiridos segundo a situação profissional

Situação profissional	Frequência	Percentagem
Trabalhador por conta própria	24	32,9%
Trabalhador por conta de outrem	13	17,8%
Funcionário público	28	38,4%
Serviços religiosos	8	11,0%
Total	73	100,0%

Quadro 6: Residentes inquiridos segundo o estado civil

Estado civil	Frequência	Percentagem
Solteiro	70	72,9%
Casado ou união de fato	22	22,9%
Divorciado	1	1%
Viúvo	2	2,1%
Total	95	100%

Quadro 7: Residentes inquiridos segundo o que mais gostam do Dondo

O que mais gosta da cidade	Frequência	Percentagem
A cultura e história da cidade	31	32,3%
O rio e a paisagem	46	47,9%
A forma de ser dos residentes	10	10,4%
Nenhuma razão especial	4	4,2%
As oportunidades que oferece	5	5,2%
Total	96	100%

Quadro 8: Residentes inquiridos segundo o tempo de residência no Dondo

Tempo de residência na cidade	Frequência	Porcentagem
Menos de 1 ano	2	2,1%
Entre 1 e 5 anos	6	6,4%
Entre 6 e 10 anos	9	9,5%
Entre 11 e 20 anos	9	9,6%
Mais de 20 anos	16	17,0%
Desde a nascença	52	55,3%
Total	94	100%

Quadro 9: Residentes inquiridos segundo o número de viagens ao ano

Número de viagens ao ano	Frequência	Porcentagem
Uma vez	7	7,8%
Todas as semanas	2	2,2%
Todos os meses	21	23,3%
Uma a três vezes por ano	33	36,7%
Raramente sai do Dondo	27	30,0%
Total	90	100%

Quadro 10: Motivos de viagem dos residentes

Que razões o levam a viajar	Frequência	Porcentagem
Visitar familiares e amigos	52	41,3%
Ter contato com outros povos e culturas	22	17,5%
Assistir a eventos culturais/desportivos	11	8,7%
Fazer compras	22	17,5%
Fazer negócios	7	5,6%
Descontrair e usufruir da paisagem	6	4,8%
Nenhuma em especial	6	4,8%
Total	126	100%

Quadro 11: Grau de satisfação do residente com a cidade do Dondo

Como se sente vivendo na cidade do Dondo	Frequência	Porcentagem
Muito insatisfeito	10	10,7%
Insatisfeito	13	14,0%
Indiferente	13	14,0%
Satisfeito	44	47,3%
Muito satisfeito	13	14,0%
Total	93	100%

Quadro 12: Visitantes inquiridos segundo o género e grupo etário

Grupo etário	Mulheres		Homens		Total	
18 – 25 anos	15	42,9%	5	8,2%	20	20,8%
26 – 35 anos	15	42,8%	21	34,4%	36	37,5%
36 – 45 anos	3	8,6%	14	23,0%	17	17,7%
46 – 60 anos	2	5,7%	18	29,5%	20	20,8%
Mais de 60 anos	0	0%	3	4,9%	3	3,1%
Total	35	36,5%	61	63,5%	96	100%

Quadro 13: Visitantes inquiridos segundo o local de residência e género

Local de residência	Sexo				Total	
	Mulheres		Homens			
Luanda	15	42,9%	28	45,9%	43	44,8%
Ndalatando	11	31,4%	7	11,5%	18	18,8%
Malanje	5	14,3%	4	6,6%	9	9,4%
Laúca	0	0,0%	6	9,8%	6	6,3%
Huambo	2	5,7%	3	4,9%	5	5,2%
Waku-kungo	2	5,7%	4	6,6%	6	6,3%
Cambambe	0	0,0%	5	8,2%	5	5,2%
Outra localidade	0	0,0%	4	6,4%	5	4,2%
Total	35	36,5%	61	63,5%	96	100%

Quadro 14: Visitantes inquiridos segundo a nacionalidade e género

Nacionalidade	Sexo				Total	
	Mulheres		Homens			
Angolana	35	43,8%	45	56,2%	80	86,0%
Portuguesa	0	0,0%	8	100%	8	8,6%
Brasileira	0	0,0%	2	100%	2	2,2%
Colombiana	0	0,0%	2	100%	2	2,1%
Espanhola	0	0,0%	1	100	1	1,1%
Total	35	37,7%	58	62,3%	93	100%

Quadro 15: Visitantes inquiridos segundo as habilitações académicas

Habilitações académicas	Frequência	Percentagem
Ensino primário	6	6,5%
7 ^a a 9 ^a classe	6	6,5%
10 ^a a 12 ^a classe	36	39,1%
Bacharelato	19	20,7%%
Licenciatura	23	25,0%
Mestrado	2	2,2%
Total	92	100%

Quadro 16: Visitantes inquiridos segundo a atividade profissional

Grupo de atividade profissional	Frequência	Percentagem
Turismo/lazer/entretenimento	10	12,5%
Artes/cultura/informação	1	1,3%
Marketing/finanças/seguros/consultoria	3	3,8%
Tecnologias de informação	6	7,5%
Ensino/investigação/saúde/serviços sociais	19	23,8%
Agricultura	4	5%
Comércio/indústria	12	15%
Engenharia/mecânica/serviços técnicos/construção	19	23,8%
Outra	6	7,5%
Total	80	100%

Quadro 11: Visitantes inquiridos segundo a situação profissional

Situação profissional	Frequência	Percentagem
Trabalhador por conta própria	13	15,7%
Trabalhador por conta de outrem	30	36,1%
Funcionário público	39	47,0%
Serviços religiosos	1	1,2%
Total	83	100%

Quadro 18: Visitantes inquiridos segundo o estado civil

Estado civil	Frequência	Percentagem
Solteiro	55	57,8%
Casado ou união de facto	39	41,1%
Divorciado	1	1,0%
Viúvo	1	1,1%
Total	95	100%

Quadro 19: Local de férias dos visitantes

Local de férias dos visitantes	Frequência	Percentagem
Na localidade onde vive	30	33,3%
Em Angola	41	45,6%
Em África	4	4,4%
Fora de África	15	16,7%
Total	90	100%

Quadro 20: Motivo da visita ao Dondo

Motivo de visita	Respostas	
	Número	Porcentagem
Férias	2	1,8%
Visita a familiares e amigos	26	23,6%
Cultura e história da cidade	5	4,5%
O rio e a paisagem	12	10,9%
Atividade profissional/ Negócios	17	15,5%
Relaxe/ descanso/ mudança de meio	33	30,0%
Viajante em trânsito	15	13,6%
Total	110	100,0%

Quadro 21: Tempo de permanência na cidade do Dondo

Tempo de permanência na cidade	Frequência	Porcentagem
Algumas horas	42	44,7%
Um dia	19	20,2%
Entre 3 e 7 dias	26	27,7%
Uma semana	3	3,2%
Mais de uma semana	4	4,2%
Total	94	100,0%

Quadro 22: Frequência de viagem ao Dondo

Viagens ao Dondo no ano	Frequência	Porcentagem
É a primeira vez	12	13,2%
Todas as semanas	10	11,0%
Todos os meses	23	25,2%
Uma a três vezes por ano	20	22,0%
Raramente vem ao Dondo	13	14,3%
Está sempre de passagem	13	14,3%
Total	91	100%

Quadro 23: Meio de alojamento utilizado

Meio de alojamento	Frequência	Porcentagem
Hotel	7	7,7%
Pensão	3	3,3%
Hospedaria	24	26,4%
Casa de familiar/ amigo	22	24,1%
Sem alojamento	35	38,5%
Total	91	100%

Quadro 24: Acompanhamento na visita

Acompanhamento na visita	Frequência	Porcentagem
Cônjuge	7	7,4%
Família	17	18,1%
Namorada/o	14	14,9%
Amigos	48	51,1%
Sózinho	8	8,5%
Total	94	100%

Quadro 25: Atividades realizadas na cidade

Atividades realizadas na cidade	Respostas	
	Frequência	Porcentagem
Contemplar o património construído	5	3,8%
Apreciar a comida local	45	34,4%
Assistir a eventos culturais	8	6,1%
Fazer compras	14	10,7%
Descontrair e usufruir da paisagem	50	38,2%
Utilizar o rio	9	6,9%
Total	131	100%

Quadro 26: Grau de satisfação do residente com a cidade do Dondo

Como se sente vivendo na cidade do Dondo	Frequência	Porcentagem
Muito insatisfeito	10	10,7%
Insatisfeito	13	14,0%
Indiferente	13	14,0%
Satisfeito	44	47,3%
Muito satisfeito	13	14,0%
Total	93	100%

Quadro 12: Experiência da visita à cidade do Dondo

Experiência da visita	Frequência	Percentagem
Péssima	0	0,0%
Má	0	0,0%
Razoável	44	50,0%
Boa	27	30,7%
Excelente	17	19,3%
Total	88	100,0%

Quadro 28: Recomendaria a cidade a terceiros

Recomendaria a cidade	Frequência	Percentagem
Sim	77	93,9%
Não	5	6,1%
Total	82	100,0%

Anexo 4: Monumentos e sítios classificados em Angola

BENGO				
Nº	Monumento ou Sítio	Localidade	Data	Ref. Documento
1	Fortaleza do Ambriz (Séc. XVIII)	Ambriz	08/07/1992	Despacho nº 43
2	Casa dos Escravos (Sec. XVIII)	Ambriz	10/11/1993	Despacho nº 46
3	Edifício da antiga Câmara Municipal do Ambriz (Sec. XIX-XX)	Ambriz	18/04/1993	Despacho nº 26
4	Igreja N. Sra. da Santana (Sec. XIX)	Caxito	18/04/1997	Despacho nº 8
5	Challet (Sec. XIX-XX)	Caxito	18/04/1997	Despacho nº 9
6	Igreja São José (Sec. XIX)	Ambriz	18/04/1997	Despacho nº 10
7	Zona Histórica do Ambriz	Ambriz	18/04/1997	Despacho nº 14
BENGUELA				
Nº	Monumento ou Sítio	Localidade	Data	Ref. Documento
1	Igreja de N. Sra. do Pópulo (Sec. XVIII)	Benguela	02/02/1949	Portaria nº 6634 – Boletim Oficial nº 5
2	Fortaleza de S. Sebastião do Egipto (Sec. XIX)	Egipto (Lobito)	31/12/1949	Portaria nº 6987 – Boletim Oficial nº 51
3	Palácio Velho de Benguela (Sec. XVIII-XIX)	Benguela	09/02/1950	Portaria nº 7083 – Boletim Oficial nº
4	Reduto de S. Pedro de Catumbela (Sec. XIX)	Catumbela	17/07/1954	Portaria nº 8579 – Boletim Oficial nº 24
5	Zona Histórica de Benguela	Benguela	1952	Plano de Urbanização da Cidade
6	Edifício do Antigo Cabo Submarino (Sec. XIX)	Benguela	28/08/1981	Diário da República nº 203
7	Edifício da Antiga Estação dos Caminhos de Ferro (Sec. XIX)	Benguela	28/08/1981	Diário da República nº 203
8	Edifício Sede da Companhia do Açúcar de Angola (Sec. XIX)	Benguela	28/08/1981	Diário da República nº 203

9	Zona Histórica da Catumbela	Catumbela	11/11/1995	Despacho nº 61
10	Edifício da Antiga Alfândega de Benguela (Sec. XIX)	Benguela	11/11/1995	Despacho nº 64
11	Complexo Arqueológico de Mormolo	Val do Rio Uche	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
12	Complexo Arqueológico de Benguela	Baía Farta	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
13	Estação Arqueológica da Ponta das Vacas	Baía Farta	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
14	Complexo Arqueológico da Cachama	Baía Farta	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
15	Complexo Arqueológico do Dungo	Baía Farta	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
16	Complexo Arqueológico do Pima	Baía Farta	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
17	Complexo Arqueológico da Tchimalavera	Baía Farta	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
18	Complexo Arqueológico da Chipupa	Baía Farta	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
19	Estação Arqueológica da Pumbala	Catumbela	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
20	Pinturas Rupestres de Tchitandalucia	Dombe Grande	06/09/1996	Despacho nº 117 – DR nº 38
21	Pinturas Rupestres Hôndio	Serra do Hôndio	06/09/1996	117 – Diário da República nº 38
22	Estação Arqueológica do Sombreiro	Benguela	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 8
23	Estação Arqueológica do Chitondo	Dombe Grande	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 30
24	Estação Arqueológica do Cimo	Rio Cimo	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
25	Estação Arqueológica do Abrigo 1 da Ganda	Ganda	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
26	Estação Arqueológica do Lue	Ganda	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
27	Estação Arqueológica De Tchitovava	Catumbela	06/09/1996	Despacho nº 115 – DR nº 38
28	Edifício da Administração Comunal da Catumbela (Sec. XIX)	Catumbela	06/09/1996	Despacho nº 122 – DR nº 38
29	Hospital Central de Benguela (Sec. XIX)	Benguela	18/04/1997	Despacho nº 13
30	Chalett Chiquito (Sec. XIX)	Benguela	18/04/1999	Despacho nº 93
BIÉ				

Nº	Monumento ou Sítio	Localidade	Data	Ref. Documento
	Edifício da Antiga Estação Telegráfica e Postal (Séculos XIX-XX)	Antiga Vila General Machado	10/11/1994	Despacho nº 47-A
CABINDA				
Nº	Monumento ou Sítio	Localidade	Data	Ref. Documento
	Igreja de S. Tiago de Lândana (Século XX)	Lândana	11/03/1959	Portaria nº 10679 – Boletim Oficial nº 11
	Local de Concentração De Escravos	Melembo	07/11/1996	Despacho nº 45 – A
	Sítio Histórico de Embarcação de Escravos	Malembo	07/11/1996	Despacho nº 45-A
CUANDO-CUBANGO				
1	Forte de Menongue (Sec. XIX)	Menongue	18/04/1994	Despacho nº 21-A
CUANZA-NORTE				
1	Fortaleza de Masangano (Sec. XVI)	Massangano	28/04/1923	Portaria nº 81 Boletim Oficial nº 20
2	Igreja de Nª Sra. da Victoria de Masangano (Sec. XVI)	Massangano	28/04/1923	Portaria nº 81 Boletim Oficial nº 20
3	Ruínas de Antigas Construções (Sec. XVI)	Massangano	28/04/1923	Portaria nº 81 Boletim Oficial nº 20
4	Ruínas da Fortaleza de Cambambe (Sec. XVII)	Cambambe	30/05/1925	Portaria nº 67 Boletim Oficial nº 20
5	Ruínas da Igreja de Nª Sra. do Rosário de Cambambe (Sec. XVII)	Cambambe	30/05/1925	Portaria nº 67 Boletim Oficial nº 20
6	Ruínas de Antigas Construções (Sec. XVI-XIX)	Cambambe	30/05/1925	Portaria nº 67 Boletim Oficial nº 20
7	Ruínas da Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras (Sec. XVIII)	Kahangu Massangano	28/05/1925	Portaria nº 67 Boletim Oficial nº 20
8	Zona Histórica da Cidade do Dondo	Dondo	29/05/2013	Plano de Urbanização
9	Igreja de S. João Baptista (Sec. XX)	Ndalatando	17/07/1992	Despacho nº 37U, DR nº 28

10	Ruínas da Missão de Sto. António de Kahenda (Sec. XVII)	Samba-Cajú	06/09/1996	Despacho ° 18
CUANZA-SUL				
1	Fortim do Kikombo (Sec XVII)	Sumbe	12/01/1924	Portaria nº 2 Boletim Oficial nº 1
2	Pinturas Rupestres de Ndalambiri	Ndalambiri	04/11/1974	Decreto nº 110 – Boletim Oficial nº 256
3	Fortaleza do Sumbe (Século XVIII)	Sumbe	11/11/1995	Despacho nº 63
4	Zona Histórica do Sumbe	Sumbe	18/04/1997	Despacho nº 15
5	Challet Araújo (Sec. XIX)	Sumbe	26/05/2000	Despacho nº 94 DR nº 21
CUNENE				
1	Túmulo do Rei Mandume	R. Kwanyama	18/04/1994	Despacho nº 17
2	Ombala Grande do Reino do Humbe	Humbe	18/04/1994	Despacho nº 18
3	Sítio Histórico do Vau do Pembe	Batalha do Kuamato	18/04/1994	Despacho nº 19
4	Sítio Histórico do Mufilo	Batalha do Mufilo	18/04/1994	Despacho nº 20
5	Ombala Grande do Rei Shetekele	Kuamato	18/04/1994	Despacho nº 21
6	Sítio Histórico do Môngua	Môngua	18/04/1994	Despacho nº 22
7	Ombala Grande do Rei Mandume	Centro político R. Kwanyama	11/11/1994	Despacho nº 102
HUAMBO				
1	Fortaleza General Cabral Moncada (Sec. XIX)	Kissala	25/09/1994	Despacho nº 25-A
HUÍLA				
1	Edifício do Antigo Palácio do Governo (Sec. XIX))	Lubango	08/07/1992	Despacho nº 46
2	Igreja Da Missão Da Huila (Sec. XIX))	Lubango	18/04/1995	Despacho nº 20
3	Edifício da Antiga Câmara Municipal (Sec. XIX)	Lubango	18/04/1995	Despacho nº 23
4	Barracões	Lubango	11/11/1995	Despacho nº 62
5	Edifício da 1ª Estação dos Caminhos de Ferro do Lubango (Sec. XIX)	Lubango	18/04/1995	Despacho nº 11

6	Edifício “Hamilton Lopes” (Sec. XIX)	Lubango	18/04/1997	Despacho nº 12
7	Zona Histórica Do Lubango	Lubango	18/04/1999	Despacho nº 94
8	Cemitério Boers (Sec. XIX)	Humpata	26/05/2000	Despacho nº 92 DR nº 21
LUANDA				
1	(Monumento Comemorativo) Estátua a Pedro Alexandre da Cunha	Pátio da Fortaleza de São Miguel	02/03/1854	Decreto Régio
2	Ermida de Nª Sra. da Nazaré (Século XVII)	Parte baixa de Luanda	08/06/1922	Portaria nº 135 – Boletim Oficial nº 26
3	Fortaleza de S. Pedro da Barra (Sec. XVI-XVII)	(Morro de Kasandana, Sambizanga)	09/09/1932	Portaria nº 1057 – Boletim Oficial nº 37
4	Fortaleza de S. Miguel (Sec. XVI-XVII)	Morro de S. Paulo à entrada da Ilha	02/12/1938	Portaria nº 2837 – Boletim Oficial nº 48
5	Igreja de Nª Srª do Carmo (Sec. XVII)	Rua Tipografia Mamã Titã	18/07/1945	Portaria nº 5217 – Boletim Oficial nº 29
6	Igreja Dos Jesuítas (Sec. XVII)	Cidade Alta	25/05/1949	Portaria nº 6515 – Boletim Oficial nº 21
7	Igreja de Nª Srª do Cabo (Sec. XVII)	Ilha de Luanda	25/05/1945	Portaria nº 6717 Boletim Oficial nº 21
8	Igreja de Nª Srª dos Remédios (Sec. XVII)	Parte baixa da cidade	25/05/1945	Portaria nº 6718 Boletim Oficial
9	Igreja de Nª Srª da Misericórdia (Sec. XVII)	Parte alta da cidade	11/07/1949	Portaria nº 6766 – Boletim Oficial nº 26
10	Poço da Maianga do Rei (Sec. XVI)	Rua da Samba	28/12/1949	Portaria nº 6981 – Boletim Oficial nº 51
11	Poço da Maianga do Povo (Sec. XVIII)	Maianga	28/12/1949	Portaria nº 6981 – Boletim Oficial nº 51
12	Edifício da Antiga Alfândega de Luanda (Sec. XVIII-XIX)	Parte baixa da cidade	01/08/1951	Portaria nº 7531 Boletim Oficial nº 30
13	Rua dos Mercadores	Parte baixa da cidade	13/02/1957	Portaria nº 9689 Boletim Oficial
14	Igreja de S. José do Calumbo (Sec. XVIII)	Calumbo	11/03/1959	Portaria nº 10678 Boletim Oficial nº 11

15	Edifício Seiscentista (Sobrado)	Largo do Baleizão	23/09/1974	Decreto nº 86 Boletim Oficial nº 222
16	Edifício de Sobrado (Sec. XIX)	Largo Lumeji nºs 10/13,	25/01/1975	Decreto nº 42 Boletim Oficial nº21
17	Palácio de Ferro (Sec XIX)	Rua Major Kanhangulu 45/53	25/01/1975	Despacho nº 42 Boletim Oficial nº21
18	Edifício Setecentista - Casa do Mpla	Higino Aires 8/12 e Pedro F. Machado nºs 29/31	06/08/1977	DR nº 185
19	Edifício “Mendes Valladas” (Sec. XVIII)	Largo ex-D. João IV, 26/33	06/08/1977	DR nº 185
20	Edifício do Museu Nacional da Antropologia “Casa Nobre” (Sec. XVIII)	Parte baixa da cidade	31/08/1981	DR nº 205
21	Edifício do Hospital Josina Machel (Sec. XIX),	Situado no Largo Josina Machel	31/08/1981	DR nº 205
22	Edifício do Instituto Meteorologia (Sec XIX)	Parte alta da cidade	31/08/1981	DR nº 205
23	Palácio do Governo Provincial (Séc. XIX)	Largo Irene Cohen	31/08/1981	DR nº 205
24	Edifício de Sobrado (SEC. XVIII)	Rua Frederich Engels nºs 106/108	31/08/1981	DR nº 205
25	Edifício da antiga Estação dos Caminhos de Ferro da Cidade Alta (Sec. XIX).	Maianga, Rua João Rodrigues	31/08/1981	DR nº 205
26	Edifício do Jornal de Angola (Sec. XIX)	Rua Rainha Njinga	31/08/1981	DR nº 205
27	Edifício dos Antigos Serviços de Estatísticas (Sec. XIX)	Calçada Domingos T. Hanga nº 1	31/08/1981	DR nº 205
28	Residência Típica Colonial (Século XIX)	Largo Lumeji nºs 6/7	31/08/1981	DR nº 205
29	Casa Nobre (Sec. XVIII)	Rua Fernando Brique 44/52	31/08/1981	DR nº 205
30	Edifício de Sobrado (Sec. XVII)	Rua Major Kanhangulu nº 196/210	31/08/1981	DR nº 205
31	Edifício de Sobrado (Sec. XVIII-XIX))	Rua 17 de Setembro, 25	31/08/1981	DR nº 205
32	Edifício de Sobrado (Sec. XVIII)	Rua Frederich Engels 98/104	31/08/1981	DR nº 205

33	Casa Típica (Século XIX)	Rua Frederich Engels 39/41	31/08/1981	DR nº 205
34	Edifício de Sobrado (Sec. XIX)	Rua Major Kanhangulu nºs 86/90	31/08/1981	DR nº 205
35	Casa Típica (Sec. XIX)	Rua Frederich Engels 16/18	31/08/1981	DR nº 205
36	Edifício (Sec. XVIII-XIX)	Rua Amílcar Cabral 26/38	31/08/1981	DR nº 205
37	Edifício de Sobrado (Sec. XVIII)	Av. 4 Fev. Baleizão	31/08/1981	DR nº 205
38	Palácio das Comunicações (Sec. XIX-XX)	Rua da Alfândega nºs 6/14	31/08/1981	DR nº 205
39	Casa Nobre (Sec. XVIII)	Lg. Brassane Leite nº 10/13	31/08/1981	DR nº 205
40	Casa Típica (Sec. XIX)	Largo Matadi nºs 6/9	31/08/1981	DR nº 205
41	Challet (Sec. XIX)	Largo Matadi nºs 10/12	31/08/1981	DR nº 205
42	Edifício (Sec. XIX)	Rua Rainha Njnga 34/40	31/08/1981	DR nº 205
43	Edifício de Sobrado (Sec. XIX))	Rua Rainha Njnga 42/50	31/08/1981	DR nº 205
44	Conjunto Arquitectónico (Sec. XIX)	Rua Dr. Alfredo Trony	31/08/1981	DR nº 205
45	Edifício (Sec. XIX)	Rua Serqueira Lukoki 90/108	31/08/1981	DR nº 205
46	Conjunto Arquitectónico	Rua Dr. Alfredo Trony	31/08/1981	DR nº 205
47	Edifício de Sobrado (Sec. XVIII-XIX)	Rua Alberto Lemos nºs 1/3	31/08/1981	DR nº 205
48	Edifício de Sobrado (Sec. XIX)	Rua Rainha Njnga 49/51	31/08/1981	DR nº 205
49	Edifício de “Mabilio de Albuquerque” (Sec. XIX)	Rua Major Kanhangulu nºs 23/27-A	31/08/1981	DR nº 205
50	Edifício de Sobrado (Sec. XVIII XIX)	Travessa da Sé nº 18/28	31/08/1981	DR nº 205
51	Edifício de Sobrado (Sec. XIX)	Rua Major Kanhangulu 1/1-A	31/08/1981	DR nº 205
52	Edifício (Sec. XIX)	Rainha Njnga nº 54/56	31/08/1981	DR nº 205
53	Edifício (Sec. XIX)	Rua Neves Ferreira 21/37	31/08/1981	DR nº 205
54	Conjunto Arquitectónico	Largo David Cervant	31/08/1981	DR nº 205

55	Fortaleza de S. Francisco do Penedo (Sec. XVII-XVIII)	Bungo (Boavista)	08/07/1992	Despacho nº 46
56	Antigo Liceu Salvador Correia (Sec. XX)	Rua Lenine nº 79	08/07/1992	Despacho nº 47
57	Antigo Atlantic Palace Hotel (Século XIX-XX)	Rua Major Kanhangulu	08/07/1992	Despacho nº 47
58	Antigo Grande Hotel Luanda (Sec. XX)	Rua Manuel Cerveira Pereira nº 19	08/07/1992	Despacho nº 47
59	Edifício de Sobrado (Sec. XIX)	Cal Domingos Teaka Hanga nºs 3/5	08/07/1992	Despacho nº 47
60	Edifício do Instituto Nacional do Património Cultural (Sec. XIX)	Rua Major Kanhangulu nºs 77/79	08/07/1992	Despacho nº 47
61	Edifício Clube Transmontano (Sec. XIX)	Rua Pedro Félix Machado e a Cal. Paiva de Andrade, 2	08/07/1992	Despacho nº 47
62	Casa Típica (Sec. XIX)	Rua Frederich Engels nº 86	08/07/1992	Despacho nº 47
63	Edifício da Companhia Geral de Angola (Sec. XIX)	Largo do Baleizão nºs 2/4-A	08/07/1992	Despacho nº 47
64	Edifício (Sec. XX)	Rua Amílcar Cabral n 79/85	08/07/1992	Despacho nº 47
65	Antiga Boite Dom Quixote (Sec. XX)	Rua Major Kanhangulu nºs 63/65	08/07/1992	Despacho nº 47
66	Casa Típica (Sec. XX)	Rua Major Kanhangulu nº 172/174	08/07/1992	Despacho nº 47
67	Edifício da Lello (Sec. XIX)	Rua Major Kamhangulu nºs 4/10	08/07/1992	Despacho nº 47
68	Antigo Edifício dos Bombeiros (Sec. XIX)	Av. 4 de Fev. Ingombota	08/07/1992	Despacho nº 47
69	Conjunto Arquitectónico (Sec. XVIII)	Baleizão (Ingombota)	08/07/1992	Despacho nº 47
70	Edifício (Sec. XVIII-XIX)	Rainha Njinga (Ingombota)	08/07/1992	Despacho nº 47
71	Zona Histórica de Luanda	Cidade Alta e Baixa	02/09/1992	Despacho nº 51
72	Ruínas de Cabo Lombo (Sec. XVII-XVIII)	Benfica, Belas	10/11/1993	Despacho nº 47
73	Edifício do Museu da Escravatura (Sec. XVIII)	Morro da Luz Belas	10/11/1993	Despacho nº 48

74	Edifício do Cine Teatro Nacional (Sec. XX)	Ingombota	27/09/1994	Despacho nº 95
75	Edifício Igreja Metodista Unida (Sec. XX)	Ingombota	18/04/1995	Despacho nº 22
76	Palácio do Governo (Sec. XVII-XIX)	Ingombota	18/04/1995	Despacho nº 24
77	Edifício Sede do Banco Nacional de Angola (Sec. XX)	Av. Fev. Ingombota	08/04/1995	Despacho nº 27
78	Edifício da Antiga Fábrica de Acetileno (Sec. XVII-XVIII)	Av. 4 Fev. Ingombota	06/09/1996	Despacho 119
79	Mulemba Waxa Ngola – Marco Histórico	Sambizanga	18/04/1997	Despacho nº 7
80	Casa do Dr. António Agostinho Neto (Sec. XX)	Bº Operário Sambizanga	17/09/1997	Despacho nº 46
81	Marco Histórico do 4 de Fevereiro	Cazenga	13/02/1998	Despacho nº 92
82	Edifício (Sec. XVIII-XX)	R. Pedro Félix Machado 19/27	26/05/2000	Despacho nº 93 DR nº 21
83	Cemitério do Alto das Cruzes (Sec. XIX)	P. Lumumba Ingombota	26/05/2000	Despacho nº 97 DR nº 21
84	Estátua do Presidente António Agostinho Neto	Largo da Independência	11/11/2001	Despacho nº 175
85	Antigo Porto Cais de Luanda	Av. 4 de Fev. Ingombota	04/11/2002	Despacho nº 97
86	Local da Batalha de Kifangondo	Cacuaco	09/11/2004	Despacho 157
87	Fortaleza da Muxima (Sec. XVI-XVII)	Muxima - Luanda	12/01/1924	Portaria nº 2 Boletim Oficial nº 1
88	Igreja de N. Sra. Conceição da Muxima (Séc. XVII)	Muxima - Luanda	12/01/1924	Portaria nº 2 Boletim Oficial nº 1
89	Zona Histórica da Muxima	Muxima - Luanda	08/02/1956	Portaria nº 9354 Boletim Oficial nº 9
90	Local de Nascimento do Dr. António Agostinho Neto	Catete - Luanda	17/09/1997	Despacho nº 45
91	Morro do Twenze (Santa-Dya-Mongwa)	Muxima - Luanda	26/05/2000	Despacho nº 95 DR nº 21/00
LUNDA-SUL				
1	Antiga Sede do Governo (Sec. XX)	Saurimo	08/04/1992	Despacho nº 41

2	Edifício da Residência Actual do Governador (Sec. XX)	Saurimo	08/04/1992	Despacho nº 41
3	Edifício da Residência dos Antigos Funcionário da Administração Pública (Sec. XX)	Saurimo	08/04/1992	Despacho nº 41
4	Edifícios dos C.T.T (Sec. XX)	Saurimo	08/04/1992	Despacho nº 41
5	Residência do Chefe dos Correios (Sec. XX)	Saurimo	08/04/1992	Despacho nº 41
6	Residência do Chefe da Delegação da Companhia de Diamantes (Sec. XX)	Saurimo	08/04/1992	Despacho nº 41
7	Edifício Companhia de Diamantes de Angola (Sec. XX)	Saurimo	08/04/1992	Despacho nº 41
8	Igreja de N. Sra. de Lourdes (Sec. XIX-XX)	Saurimo	18/04/1999	Despacho nº 89
MALANJE				
1	Ruínas do Fortim de Kabatukila (Sec. XIX-XX)	Baixa de Kassanje	19/04/1994	Despacho nº 22-A
2	Igreja da Missão Evangélica do Késsua (Sec. XIX-XX)	Malanje	18/04/1994	Despacho nº 22-A
3	Ruínas Presidio Duque de Bragança (Sec. XIX)	Malanje	18/04/1994	Despacho nº 22-B
MOXICO				
1	Ruínas do Forte de Kameya (Sec. XIX-XX)	Cameia	18/04/1998	Despacho nº 22-B
NAMIBE				
1	Fortaleza de Kapangombe (Sec. XIX)	Kapangombe	25/05/1945	Portaria nº 6713 – Boletim Oficial nº 21
2	Zona Histórica Do Namibe	Namibe	1974	Plano de urbanização da cidade
3	Palácio do Governo (Sec. XIX)	Namibe	08/07/1992	Despacho nº 39
4	Fortaleza de S. Fernando (Sec. XIX)	Namibe	08/07/1992	Despacho nº 44
5	Igreja de Santo Adrião (Sec. XIX)	Namibe	08/07/1992	Despacho nº 21
6	Inscrições da Torre do Tombo	Namibe	18/04/1996	Despacho nº 21

7	Edifício da Alfândega do Namibe (Sec. XIX)	Namibe	18/04/1996	Despacho nº 14
8	Pinturas e Gravuras Rupestres de Tchitundo-Hulo	Virei	06/09/1996	Despacho nº 116 DR nº 38
9	Pinturas Rupestres de Macahama	Giraulo	18/04/1996	Despacho nº 22
UÍGE				
1	Ruínas da Fortaleza de D. S. José do Nkoji (Sec. XVIII)	Nkoji	30/05/1925	Portaria nº 67 – Boletim Oficial nº 20
2	Ruínas da Igreja de S. José do Nkoji, Edifício (Sec. XVIII)	Nkoji	30/05/1925	Portaria nº 67 – Boletim Oficial nº 20
3	Fortaleza do Mbembe Edifício (Sec. XX)	Mbembe	13/09/1980	Despacho nº 14 DR nº 218
4	Ruínas do Fortim de Kiseke. Edifício (Sec. XX)	Kiseke	13/09/1980	Despacho nº 14 DR nº 218
5	Edifício do Hotel do Uíge (Sec. XX)	Rua Presidente A. Neto, Uíge	13/09/1980	Despacho nº 14 DR nº 218
6	Edifício (Sec. XX)	Rua Presidente A. Neto, Uíge	13/09/1980	Despacho nº 14 DR nº 218
7	Edifício (Sec. XX)	Rua Presidente A. Neto, Uíge	13/09/1980	Despacho nº 14 DR nº 218
8	Edifício (Sec. XX)	Rua Comércio Uíge	13/09/1980	Despacho nº 14 DR nº 218
9	Edifício (Sec. XX)	Rua Comércio Uíge	13/09/1980	Despacho nº 14 DR nº 218
10	Edifício (Sec. XX)	Rua Comércio Uíge	13/09/1980	Despacho nº 14 DR nº 218
11	Edifício (Sec. XX)	Rua Comércio Uíge	13/09/1980	Despacho nº 14 DR nº 218
12	Pinturas Rupestres de Kisadi	Kisadi	13/09/1980	Despacho nº 14 DR nº 218
ZAIRE				
1	Ruínas da Antiga Sé Episcopal (Sec. XVI) Kulumbimbi	Mbanza Congo	30/10/1957	Portaria nº 9938, Boletim Oficial nº 44
2*	Zona Histórica de Mbanza-Congo	Mbanza Congo	2013	Plano de urbanização da cidade
3	Antiga Residência dos Reis do Kongo (Sec. XIX – XX)	Mbanza Congo	12/04/1995	Despacho nº 95

4	Antigo Porto de Pinda (embarque de escravos) (Sec. XVI-XVIII)	Soyo	18/04/1998	Despacho nº 23
---	---	------	------------	----------------

Fonte: http://www.mincultura.gv.ao/monumentos_reg_angola_luanda.htm 17/11/2015

***Património Mundial da Unesco desde 8 de julho de 2017.**

